



Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal

13-15 de março de 2013
FCSH-UNL
Vol. I

Coordenação: António Simões do Paço, Cátia Teixeira, Paula
Godinho, Raquel Varela e Virgílio Borges Pereira

Instituto de História Contemporânea



FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

FCSH

FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Título: *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I.

Coordenação: António Simões do Paço, Cátia Teixeira, Paula Godinho, Raquel Varela e Virgílio Borges Pereira

Revisão: Paula Paço

Fotografia da capa: © Centro de Estudos Operários – Memória Laboral

Edição: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

ISBN: 978-972-96844-6-3

Lisboa, Abril de 2016

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/HIS/04209/2013.

Índice

Introdução	5
<i>O Germinal</i> , um roteiro acrata para a revolução social	
Albérico Afonso Costa.....	8
Análise histórico-jurídica ao contributo do Estado Novo para a protecção aos mais desfavorecidos	
Alexandre Guerreiro	25
Uma geografia da Lisboa operária em 1890	
Ana Alcântara.....	38
As condições do trabalho indígena e os seus reflexos na construção do nacionalismo angolano	
Anabela Silveira	53
O operariado e o anarquismo em <i>Amanhã</i> , de Abel Botelho	
António Martins Gomes	66
Notas para a história do movimento associativo e operário no Algarve no final da monarquia constitucional (1870-1910)	
Artur Ângelo Barracosa Mendonça	79
A agitação operária na Covilhã durante a Segunda Guerra Mundial e as tensões entre o governo e o patronato: “um nítido acto de indisciplina”	
Cátia Teixeira	100
Conflitualidade operária no Porto oitocentista	
Célia Taborda Silva	117
Os usos do palco: o proletariado e o teatro no início do século XX	
Cláudia Figueiredo	129
A mobilidade de pessoas e a livre circulação da mão de obra: os limites do mercado capitalista	
Cleusa Santos	148
Os anarquistas no exílio (1930-1936)	
Cristina Clímaco	162
Cooperativismo operário e resistência política: um estudo de caso	
Dulce Simões	175
Os trabalhadores da Mundet: contributos para a história da comunidade corticeira do Seixal	
Fátima Afonso e Fernanda Ferreira	192
Aplicação capitalista da maquinaria e formação da população operária excedente: uma relação vital para a reprodução do capital	

Fernando de Araújo Bizerra e Reivan Marinho de Souza	216
PCP e movimento estudantil no final dos anos 60	
Giulia Strippoli.....	232
Que agenda de investigação para as relações laborais no século XXI?	
Hermes Augusto Costa	246
Espaços industriais e comunidades operárias: o caso de estudo da península de Setúbal	
Joana Dias Pereira	260
O Código do Trabalho e a evolução da protecção no emprego no Portugal democrático	
João Miguel Amaral.....	272
O despontar do movimento operário na esfera pública nos anos 50 do século XIX	
João Lázaro.....	287
Experiências coletivas, solidariedades e identidades: o caso do movimento operário da Covilhã	
João Mineiro	300
Trotskismo em Portugal: 1968-1974	
João Moreira	314
O movimento operário na empresa Setenave	
Jorge Fontes.....	327
As lutas dos operários têxteis da Bacia do Ave (1956-1974) e algumas questões da história do movimento operário	
José Manuel Lopes Cordeiro.....	338
Lisnave – história e estudo dos desenvolvimentos laborais e sociais. A Comissão de Trabalhadores da Lisnave: emergência e institucionalização	
José Santana Henriques	365
Resumos / Abstracts.....	380

Introdução

O recrudescimento dos conflitos sociais na última década tem vindo a impulsionar o regresso à academia dos estudos do movimento operário e dos movimentos sociais. Em 2012, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa albergou a Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais, onde centenas de investigadores da área da história do trabalho apresentaram as suas investigações. Foi o sucesso desta conferência que motivou os esforços empreendidos para a realização de um encontro que juntasse investigadores que se debruçassem sobre os estudos do trabalho numa perspectiva mais centrada no espaço nacional, sem contudo pôr em causa a integração desses estudos numa perspectiva global sobre o trabalho e nas principais discussões teóricas e debates da historiografia e das ciências sociais contemporâneas.

Em 2013, nos dias 13, 14 e 15 de Março, realizou-se na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa o I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, que juntou quase uma centena de investigadores, coordenado por Raquel Varela, Paula Godinho e Virgílio Borges Pereira, representando respectivamente o Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL, o Instituto de Estudos de Literatura Tradicional da FCSH-UNL e o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, que deram o seu apoio ao encontro.

O I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal visou recuperar, fomentar e divulgar a história do trabalho, categoria central de análise na compreensão das sociedades humanas, do movimento operário, dos movimentos sociais e dos conflitos sociais do Portugal contemporâneo.

Este congresso pretendeu abranger o estudo do trabalho e dos movimentos sociais num sentido amplo. Foram acolhidos trabalhos de investigadores de todas as áreas das ciências sociais, privilegiando-se uma abordagem interdisciplinar que manteve a componente histórica como essencial no desenvolvimento das investigações, bem como a integração nestes estudos das principais discussões teóricas e debates da historiografia e das ciências sociais contemporâneas. Nesse sentido foram também recebidos

trabalhos que versavam sobre a historiografia e teoria da história e análise dos conflitos sociais e da história do movimento operário e dos movimentos sociais.

Compreendendo a necessidade de estreitar a ligação entre o mundo académico, os arquivos do trabalho e dos movimentos populares e os museus do trabalho do País, este congresso contou ainda com o importante apoio de diversas instituições que contribuíram para o bom sucesso dos trabalhos realizados durante aqueles três dias. Aproveitamos, deste modo, para agradecer o esforço e a solicitude que, nas pessoas responsáveis pelas parcerias estabelecidas, esteve sempre presente ao longo dos meses de preparativos que antecederam a realização do congresso e que particularizamos em seguida.

Ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cuja parceria se concretizou na Mostra Documental “Da Fraternidade Operária à Intersindical: alguns documentos de arquivos”, que esteve em exposição entre os dias 13 de Março e 3 de Junho no ANTT, organizada pela Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

À direcção do Museu do Trabalho Michel Giacometti, e especialmente à Dra. Maria Miguel Cardoso, que promoveu a visita dos oradores do congresso ao museu e à cidade de Setúbal, no dia 16 de Março.

Ao director do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, Dr. António dos Santos Pereira, que no âmbito da parceria estabelecida com o congresso concretizou a publicação de quatro artigos na revista *UBIletras*, revista *online* do Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior, e dez artigos na revista *UBImuseum*, revista *online* do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, alguns integrados também neste *e-book* que agora se publica.

Expressamos igualmente o nosso reconhecimento àqueles que aceitaram o convite para integrar o comité científico e o conselho consultivo deste congresso, à sua comissão organizadora, que ficou a cargo de Cátia Teixeira, Joana Alcântara, João Baía, João Edral e Miguel Pérez, e ainda o apoio do Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais do Instituto de História Contemporânea, sem o qual este *e-book* não teria sido publicado.

Por fim, o nosso especial agradecimento aos participantes pelo seu contributo no sucesso dos trabalhos do Congresso e a todos aqueles que responderam ao nosso apelo de participação nestas atas que agora se publicam. Esperamos que se constitua em mais um instrumento de trabalho

para os autores do presente *e-book*, mas também para todos aqueles que estudam o movimento operário e os movimentos sociais.

António Simões do Paço

Cátia Teixeira

Paula Godinho

Raquel Varela

Virgílio Borges Pereira

O Germinal, um roteiro acrata para a revolução social

Albérico Afonso Costa¹

Introdução

Nos finais do século XIX e inícios do séc. XX, Setúbal conhece um acelerado processo de industrialização a que acresce um aumento demográfico considerável.

Um e outro estão umbilicalmente ligados à ascensão da indústria conserveira.

Deste modo, Setúbal, de comunidade rural e piscatória tradicional, em poucos anos, vai passar a espaço fabril e urbano, transformando-se num importante centro daquela indústria².

A este crescimento produtivo corresponderá um crescimento populacional. Em 1890 a população do concelho era de 29 320 habitantes, passando para 47 783 em 1911, com um aumento de mais de dezasseis mil pessoas.

O aumento demográfico na cidade propriamente dita ainda é proporcionalmente mais significativo, passando dos 17 581 habitantes em 1890 para 30 346 em 1911.

A cidade tem, assim, o seu passado indissolúvelmente ligado ao nascimento e desenvolvimento da produção de conservas e de todas as outras atividades económicas que gravitam em torno desta indústria nuclear³.

Ao desenvolvimento económico e ao crescimento urbano associa-se um incremento intelectual e associativo. A cidade do início do século é marcada por um grande número de associações mutualistas e sindicais que lhe dão um traço de rebeldia que se manterá no seu ADN cidadão⁴. De igual modo, a existência de uma imprensa periódica variada marcará a vida intelectual e urbana.

¹ ESE-IPS/IHC-FCSH-UL.

² Valente, Vasco Pulido, “Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)”, in *Análise Social*, vol XVII, (67, 68 e 69), 1981.

³ Costa, Albérico Afonso, *Setúbal – Roteiros Republicanos*, Edição da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Matosinhos, Quidnovi, 2010, pp. 10 e sgts.

⁴ FREIRE, João e LOUSADA, Maria Alexandre, *Roteiros da Memória Urbana de Setúbal – Marcas deixadas pelos libertários e afins ao longo do século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2013, pp. 14-34.

Jornais múltiplos pertencentes a variados quadrantes políticos formam e informam uma população que é massacrada por jornadas de trabalho longas, densas, sem horários, pagas por salários apertados que desaparecem nos primeiros sopros dos fiados saldados.

Entre finais do século XIX e o advento da República, encontramos dezenas de títulos de jornais que espelham as opiniões das diversas correntes políticas. *O Setubalense* data de 1855; politicamente próximo do Partido Regenerador, será fundado pelo historiador Almeida de Carvalho.

As publicações vão aumentando à medida que o século se vai esvaindo, num ritmo proporcional à necessidade de mudança e ao pulsar da vida pública.

Em 1884 surge a *Revista de Setúbal*, também ligada ao Partido Regenerador.

O Districto aparece em 3 de Outubro de 1886 defendendo as perspectivas do rotativismo oligárquico. Ainda em finais do século XIX, *A Opinião* e o *Echo de Setúbal*, impulsionados por Paulino de Oliveira, são os primeiros jornais setubalenses que se reivindicam do republicanismo. *O Trabalho* será a publicação mais próxima das posições do Partido Socialista. *O Germinal*, nascido em 1903, é inspirado nas posições libertárias.

De todos os jornais que conhecemos, *O Germinal* terá sido, certamente, o que mais abalou os brandos costumes desta cidade operária na primeira década do século XX. Profundamente ligado aos sectores mais radicalizados do operariado setubalense e ideologicamente inspirado nas opiniões anarquistas, vai ter uma vida difícil e arquiatribulada, dada a sistemática defesa das reivindicações proletárias e a sua reflexão inconformada sobre a política local, nacional e internacional.

Proceder à análise da vida deste jornal, sublinhando os seus momentos mais marcantes e as principais fases por que passou, entender e descodificar as fontes de inspiração ideológica que lhe vão conferir um estatuto especial face à restante imprensa local integram os aspetos fundamentais que iremos tratar neste trabalho.

A inspiração ideológica

Este jornal, antes e depois da implantação da República e durante mais de 10 anos, nunca restringiu a sua ação à defesa das questões estritamente laborais. As componentes culturais, sociais e políticas tiveram sempre uma presença bastante viva nas suas páginas.

Fortemente empenhado em transformar a sociedade em que vivia, não prescindirá nunca de incluir nos seus artigos temáticas culturais, de teoria política, de reflexão ideológica, afirmando-se como um espaço de formação e de combate “contra todas as formas de alienação dos trabalhadores”.

Declara, aliás, em diferentes ocasiões e de forma assertiva, que não se limitará “a falar aos proletários da vida da fábrica e explicar o que eles desde há muito sabiam”.

Assume, assim, a intenção de aprofundar o nível cultural dos seus leitores através de nomes destacados da cultura portuguesa, sentindo-se na linha editorial por que optou uma nítida preocupação pedagógica.

Foram colaboradores d’ *O Germinal*, entre outros: Ana de Castro Osório, Guerra Junqueiro, França Borges, Heliodoro Salgado, Miguel Bombarda, Martins Monteiro, Ramalho Ortigão, Teófilo Braga, José Carlos Rates.

Não prescindirá de igual modo da divulgação de temas doutrinários e técnicos da crença libertária, transcrevendo obras de anarquistas consagrados internacionalmente, com destaque para Malatesta, Kropotkin e Bakunine.

O recurso à tradição da revista satírica dos finais do século XIX e princípios do século passado constituirá um fator de especial vivacidade, introduzindo caricaturas políticas, pequenas cenas satíricas, os protestos em verso sobre a conjuntura e facilmente decifráveis pelos leitores, mesmo por aqueles pouco familiarizados com as letras.

O editorial do primeiro número de *O Germinal* não é, curiosamente, assinado pelo diretor, nem pelos que irão ser os seus habituais redatores, como seria natural. França Borges, diretor do jornal republicano *O Mundo* é convidado para assinar o cartão de apresentação do jornal.

As primeiras palavras do editorial vão para a justificação do título: “Luta, revolta, destruição do Passado – morte da Iniquidade – construção do Futuro – aurora da Justiça... É isto que nos deixa ver esta palavra simples com todas as palavras de grande significação: – *Germinal*.”

O diretor de *O Mundo*, depois de traçar todo um programa de ação e de luta, analisa a situação da classe operária e conclui num furioso ataque contra o trono e o altar, contestando os vícios da monarquia e os preconceitos religiosos.

O povo que trabalha o que é?

Eterna besta de carga, eterno espoliado, eterna vítima. Vítima do poder, vítima da polícia, vítima do fisco, vítima do escrivão, vítima de toda a gente – vítima do rei e de Deus.⁵

Mas porquê, então, esta participação de França Borges, homem ligado ao Partido Republicano, num jornal de inspiração anarquista?

O grupo fundador de *O Germinal* de Setúbal pertencia a uma de duas fações do movimento anarquista português no dealbar do século XX. Destas duas correntes, uma, a dos chamados “puritanos”, preconizava uma política autónoma em relação a todos os “partidos burgueses”. A segunda, a “intervencionista”, (de que fazia parte o grupo de *O Germinal*), defendia alianças pontuais com o Partido Republicano com o objetivo de combater o inimigo comum – a Monarquia.

Antes do 5 de Outubro, o próprio Afonso Costa defenderá no tribunal, pelo menos uma vez, Martins dos Santos, diretor de *O Germinal*, preso sob o pretexto de se ter manifestado contra a proibição de uma conferência anticlerical que se realizaria em Setúbal na Associação dos Marítimos.

Os jornais de confissão anarquista, antes do 5 de Outubro proibidos por lei, tinham de recorrer habitualmente à clandestinidade ou então a artifícios de pseudo legalidade para esconder a sua verdadeira identidade.

O Germinal não podia reivindicar-se abertamente do anarquismo, mas não fazia também grande esforço para esconder a sua família ideológica. Contaria possivelmente com a pouca cultura política dos polícias e das censuras da época.

Nos dois primeiros números do jornal não encontramos referências claras de conteúdo libertário, podendo a totalidade dos textos ser assinada por qualquer republicano dos sectores mais radicais.

No entanto, no terceiro e quarto números, dois artigos de Kropotkine, que identificam o sufrágio universal como “primeira arma da burguesia para manietar e controlar o movimento operário dentro do quadro do Estado burguês”⁶ retiram quaisquer dúvidas sobre a ascendência ideológica do jornal.

Nos números 9 e 10, um texto de Carlos Malato intitulado a “Pátria e a Religião”, dá novo subsídio à descoberta da identidade política deste semanário. O anticlericalismo e o internacionalismo dão lugar a uma primeira polémica com outras correntes sobre as virtualidades do pensamento libertário.

⁵ In *O Germinal* n.º 1, de 4 de Outubro de 1903. Nas citações que fazemos dos textos da época adotámos a caligrafia atual.

⁶ In *Germinal* n.º 3, de 18 de Outubro de 1903.

Os socialistas não anarquistas são impotentes contra a religião, como o têm sido os republicanos e os radicais (...). Só os anarquistas que fizeram seu o lema de Blanqui: Nem Deus, Nem Patrão, resolverão o problema não separando, mas suprimindo a Igreja e o Estado. A razão matou a fé: todas as religiões estão irrevogavelmente condenadas.

E, a concluir, adverte para a necessidade de luta contra os “nacionalismos” e “patriotismos” porque “o antagonismo fundado sobre a concorrência económica entre trabalhadores de nacionalidades distintas, radicado nas massas obreiras, não tem razão de ser...” A solução será “uma federação dos povos livres, constituindo uma pátria única, sem rival”⁷.

Durante várias semanas serão publicados artigos extraídos do livro de Bakunine *De Dieu a l'État* e ainda vários textos de Malatesta. Estas publicações pretendiam uma clarificação ideológica face a ataques de outras publicações, nomeadamente o jornal *O Trabalho*⁸, também setubalense, que acusava este seu concorrente de ser anarquista.

Não declinando, nem apostatando os seus referenciais ideológicos, *O Germinal* irá defender-se através dos textos atrás referidos que aparecerão sob a forma de uma rubrica intitulada “O sentido em que somos anarquistas”. De igual modo, os já referidos textos de Malatesta verão a luz do dia sob o título genérico “Anarquia”, em que exaustivamente se explicam as qualidades e virtualidades do anarquismo nos diferentes domínios do conhecimento.

O internacionalismo proletário

Apesar de *O Germinal* intervir de forma sistemática sobre as questões centrais da vida do país e da cidade de Setúbal, com destaque para as questões políticas, sociais e sindicais, afirma-se sempre como um projeto político internacionalista.

Do ponto de vista ideológico e doutrinário assume-se contra os nacionalismos e contra o patriotismo, seguindo o lema de que “os proletários não têm pátria”.

Por isso mesmo, mais do que uma vez, promove coletas entre o operariado setubalense para o fundo de greves mais prolongadas, quer em Portugal, quer no estrangeiro. Estas ações tinham, de acordo com os seus autores, a dupla função de “educar” a classe operária na vertente internacionalista e

⁷ In *Germinal* n.º 10, de 6 de Dezembro de 1903.

⁸ *O Trabalho* é outro semanário setubalense, mas de inspiração socialista.

simultaneamente promover o apoio material e político para com aqueles que se confrontavam com o poder do patronato, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

A maior visibilidade desta vertente internacionalista estava patente na atenção e destaque que dava às lutas operárias a nível internacional e à solidariedade que era prestada àqueles que eram vítimas da “violência e perseguição do capitalismo internacional”.

Notícias sobre comícios em Londres, greves operárias na Bélgica e em França, revoltas camponesas na Rússia e na Polónia, manifestações antimilitaristas na Suíça, ocupações de fábricas em Chicago ou ainda o protesto contra o encerramento de um diário anarquista em Buenos Aires eram formas de demonstrar o seu internacionalismo militante.

A assunção internacionalista, para além das vertentes já identificadas, podia ainda configurar o abaixo-assinado pela libertação de sindicalistas presos em Espanha, na Argentina ou no Uruguai; podia assumir a denúncia das condições prisionais em diversos países, ou a promoção de sessões públicas de protesto pela execução de um dirigente operário no Japão.

Um dos temas da política internacional que é seguido com particular atenção é o da luta social e política contra o czarismo na Rússia no princípio do século.

Logo em Fevereiro de 1905 é feito um artigo de divulgação sobre a escaldante situação política que aí se vivia⁹.

Em Janeiro de 1906, quando se comemorava um ano sobre a chamada “Revolução de Janeiro de 1905” na Rússia, há um longo artigo, com destaque na primeira página, onde se dá conta dos “sucessos” desta revolução e da sua importância para a causa do proletariado mundial¹⁰.

Para os anarquistas setubalenses, o “internacionalismo proletário” não se deveria limitar ao apoio propagandístico às lutas operárias no mundo. Era necessária também uma solidariedade material e concreta para com aqueles que tinham de enfrentar o “poder burguês”.

A ação/intervenção internacionalista pretendia ser consequente com a convicção de que a “revolução proletária” deveria ser vitoriosa não num só país, ou num pequeno número de países, mas sim à escala mundial.

⁹ In *Germinal* n.º 68, de 12 de Fevereiro de 1905.

¹⁰ In *Germinal* n.º 116, de 21 de Janeiro de 1906.

Um jornal feminista?

Outro dos aspetos que dá uma grande individualidade a este jornal é o seu posicionamento face às questões de género.

Sobre esta matéria a sua intervenção é muito variada. Não se limita à esfera estritamente laboral, pedindo condições de igualdade para homens e mulheres.

Num dos primeiros números do jornal há um artigo intitulado “O feminismo”, assinado por Thereza Manné, que em tom pedagógico reivindica iguais direitos para homens e mulheres.

Os homens pensadores, falando de feminismo, passam o tempo discutindo o nosso carácter, a nossa natureza, o temperamento que temos, a nossa constituição orgânica, o ângulo facial, o volume mais ou menos pronunciado de certas partes do nosso corpo, o pêlo mais ou menos abundante que cobre a nossa epiderme; porém não dizem que nos têm dado uma falsa instrução, rodeando-nos de preocupações que nos regateiam o direito de frequentarmos as aulas universitárias, tratando-nos como uma coisa delicada ou como uma porção de carne lasciva sobre um espírito morto.

Contudo, a mulher, desmentindo os que amesquinham as suas faculdades, tem-se elevado aos mais altos postos da ciência, da filosofia, da arte, tem-se feito evolucionar destruindo as cadeias que se interpunham ao seu voo, e audaz, intrépida, vitoriosa, tem dissertado na cátedra, tem perorado no comício, tem discutido em públicos congressos, fazendo ver que tanto se entusiasma pelo grande e belo, pelo sentimento, como pelo profundamente revolucionário¹¹.

Num outro artigo os autores recorrem ao que denominam ser o “parecer de uma sumidade científica” para provar a igualdade de faculdades entre homens e mulheres, explicando que as “diferenças só se compreendem pela especial instrução dada a cada um dos sexos, infelizmente tão distinta”¹².

Vão ainda posicionar-se contra a “dupla exploração” a que são sujeitas as mulheres.

Um artigo assinado por Maria Munhós refere:

A vós companheiras de trabalho e de infortúnio, me dirijo; a vós que sofreis como eu a dupla escravidão do capital e do homem. Algumas de nós abraçámos o belo ideal libertário, porque compreendemos que só com a ampla liberdade que ele preconiza a humanidade poderá ser feliz. Todos os homens, quer proletários, quer burgueses, e todas as classes dominantes têm

¹¹ In *Germinal* n.º 6, de 8 de Novembro de 1903.

¹² In *Germinal* n.º 7, de 15 de Novembro de 1903.

conservado sempre a mulher na maior ignorância para mais facilmente a poderem dominar.¹³

Neste artigo é evidenciada a dupla exploração da mulher. O capitalismo e o homem aparecem na mesma situação de exploradores e opressores da mulher, “a dupla escravidão do trabalho e do homem”. Para a articulista ambos são abrangidos pela situação de dupla exploração que vitima a mulher, independentemente da sua situação social. Nesta matéria todos são réus – “todos os homens, quer proletários, quer burgueses”.

Esta posição de feminismo militante, de vanguarda, distanciará *O Germinal* das posições da esquerda tradicional.

Seriam, aliás, necessários muitos anos para que novas vozes feministas enunciassem um discurso tão radical.

O antimilitarismo

O movimento operário internacional, sob a influência das correntes libertárias e socialistas, era por tradição antimilitarista. Na letra de “A Internacional”, hino que celebrava a primeira organização de trabalhadores a nível mundial, podemos constatar a marca genética antimilitarista deste hino que pretendia unir os proletários do mundo inteiro:

Paz entre nós, guerra aos senhores

Façamos greve de soldados

Somos irmãos, trabalhadores.¹⁴

Logo num dos seus primeiros números, *O Germinal* publica um artigo assinado por Ramalho Ortigão numa violenta crítica ao exército, onde se interroga sobre as suas funções: “O que é todo o exército permanente senão uma provocação para o homicídio?”¹⁵

Em 27 de Novembro de 1904, dá conta de uma reunião em Lisboa de “grupos revolucionários a fim de constituírem a Associação Internacional Antimilitarista em conformidade com as resoluções do Congresso de Amesterdão. Martins Monteiro, de *O Germinal*, foi um dos membros eleitos para o comité português.

¹³ In *Germinal* n.º 178, de 20 de Abril de 1907.

¹⁴ A letra original de “A Internacional” foi escrita em 1871 por [Eugène Pottier](#), dirigente da [Comuna de Paris](#).

¹⁵ In *Germinal* n.º 10, de 6 de Dezembro de 1903.

Para *O Germinal* a oposição ao “militarismo e às guerras” era central na luta “em nome do Bem, da Liberdade e da Justiça”, considerando que Portugal deveria ser um dos países em que mais se deveria odiar o militarismo porque o povo português era por “natureza agricultor” e por isso sofria a “ação corrosiva desse cancro que lhe rouba ao trabalho dos campos o braço dos mais fortes”¹⁶.

O antibelicismo e o pacifismo desempenhavam um papel fundamental no escopo ideológico dos libertários setubalenses. Por isso a luta contra a sociedade capitalista e pela construção de uma sociedade mais igualitária passava pelo combate ao militarismo e à guerra como inimigos do progresso dos povos e como um dos principais obstáculos à concretização da nova sociedade que pretendiam construir:

O soldado mata o pai e a mãe sem repugnância em nome de uma disciplina que ele não sabe onde começa nem onde acaba. Marcha sem protesto para inóspitas regiões, comete barbaridades, força a pagar tributos que em nada lhe aproveitam e contenta-se, se regressa, no que já tem sorte, com porem-lhe ao peito um pedaço de cobre e umas fitinhas de cores variegadas, como atestado incontestado da sua estupidez. (...)

Urge, pois que se faça a mais activa propaganda concernente a fazer luz nos espíritos tacanhos para que um dia esse cancro social que se chama militarismo e que é a mais absoluta negação da Civilização, desapareça, e com ele todos os seus prejuízos e convenções que bestializam a humanidade.¹⁷

No período até a implantação da República *O Germinal* integra mais de duas dezenas de artigos antimilitaristas. Os títulos expressam bem o conteúdo da mensagem que pretendem veicular: “Pátria e militarismo”¹⁸; “Contra a Guerra”¹⁹; “Anti-militarismo”²⁰; “A religião e o militarismo”²¹; “Guerra à Guerra”²² e “Soldados e padres”²³.

Com a implantação da República, apesar de a agenda política dos libertários ser ditada pela intervenção no seio do movimento operário com vista à melhoria das suas condições de vida e de luta contra a exploração da força de trabalho, a intervenção antimilitarista não vai ser descurada.

¹⁶ In *Germinal* n.º 17, de 31 de Janeiro de 1904.

¹⁷ In *Germinal* n.º 44, de 28 de Agosto de 1904.

¹⁸ In *Germinal* n.º 85, de 11 de Junho de 1905.

¹⁹ In *Germinal* n.º 199, de 17 de Novembro de 1907.

²⁰ In *Germinal* n.º 200, de 24 de Novembro de 1907.

²¹ In *Germinal* n.º 238, de 20 de Setembro de 1908.

²² In *Germinal* n.º 282, de 8 de Agosto de 1909.

²³ In *Germinal* n.º 317, de 22 de Maio de 1910.

Não é só o Exército que é o alvo de *O Germinal*. Este promove também um ataque demolidor à atuação das forças policiais.

Logo nos dois primeiros números do jornal a polícia é objecto das suas caricaturas.

Para além das caricaturas, nos primeiros números do jornal há várias pequenas notícias relatando e denunciando a “violência e a arbitrariedade policiais” na cidade.

O anticlericalismo

Tal como os marxistas, que consideravam que a “religião era o ópio do povo”, também os anarquistas vão travar uma luta sem tréguas contra a religião (apresentada como a “peste religiosa”), que consideram uma das “maiores enfermidades de que padece a mente humana”.

Deste modo, o anticlericalismo será um dos eixos do programa de intervenção dos anarco-sindicalistas portugueses e também dos anarco-sindicalistas setubalenses. Sobre esta matéria os libertários não estão unicamente acompanhados pelos marxistas. Também o Partido Republicano Português travará uma grande luta ideológica contra a Igreja Católica, que considera a principal responsável pelo atraso intelectual em que se encontrava o povo português.

O Germinal integra dezenas de artigos sobre este tema em que a religião é acusada de ter estado, ao longo da história, quase sempre ao lado dos poderosos. A Igreja Católica é apresentada pelo jornal como a principal aliada do capitalismo, ao decretar que os pobres só poderão gozar no “outro mundo” o que os ricos gozariam já neste. É assim responsabilizada pela “conivência com a exploração capitalista” e o padre é habitualmente sinónimo de obscurantismo e de “inimigo capital da humanidade”²⁴.

Denuncia a endogamia entre a Igreja e o poder político local, com prejuízo para os mais pobres. Um clérigo local chega a ser tratado como “O reacionário Cornélio, repelente figura do clero de Setúbal”²⁵.

A religião é sempre um fator de “retrocesso social” e de “atraso”, em contraponto com a ideologia libertária que representaria o futuro:

As ciências positivas e experimentais há muito que nos mostram que os deuses, os pecados e quejandas lérias não passam de irrisórios espantinhos

²⁴ In *Germinal* n.º 12, de 20 de Dezembro de 1903.

²⁵ In *Germinal* n.º 10, de 6 de Dezembro de 1903.

que o povo vai tendo o bom critério de atirar para o número das coisas inúteis, por não lhes reconhecer a existência e mesmo por lhe serem dispensáveis. (...) A classe clerical desaparecerá ao sopro purificador da Revolução, não deixando outro vestígio mais, que uma repugnante recordação histórica. (...) Os padres nada valem, representam o intolerantismo, o passado, as trevas. O libertarismo é o amanhã, a certeza de muita equidade, o reinado da Liberdade, da Igualdade e Solidariedade.²⁶

Como forma de defesa dos princípios do ateísmo militante, *O Germinal* integra uma rubrica regular intitulada “Bíblia Vermelha”, que se constitui como uma tribuna de denúncia das chamadas “arbitrariedades” e “intolerância da Igreja ao longo da História”, funcionando igualmente como o espaço de difusão e produção teórica sobre o ateísmo.

Alguns dos títulos de vários artigos ao longo da vida de *O Germinal* indiciam a forma como eram tratadas estas matérias: “A decadência da Igreja”, “A fortuna do Papa”.

Para além destas, *O Germinal* integrava ainda outras formas de crítica violenta à Igreja através de anedotas num tom contundente, outras com conteúdo brejeiro, adivinhas e provérbios. Todas estas eram formas consideradas úteis para combater “o inimigo capital da humanidade”.

Relação com o poder político

De uma forma geral, *O Germinal* teve quase sempre uma relação de grande conflitualidade com o poder político, quer a nível nacional, quer local.

Na sua relação com o poder político nacional podemos identificar quatro fases distintas. Duas durante o regime monárquico e outras duas já na sua relação com o regime republicano.

A primeira fase vai desde a sua fundação até ao governo de João Franco. Este período caracteriza-se por uma perspectiva de oposição clara e frontal ao regime político monárquico. As críticas que são feitas aos diversos governos alinham, de uma forma geral, com aquelas que os partidos republicanos fazem.

O poder político é responsabilizado pelas condições de precariedade em que vivem os trabalhadores portugueses em geral e os trabalhadores setubalenses em particular.

²⁶ In *Germinal* n.º 12, de 20 de Outubro de 1903.

A ditadura de João Franco inicia uma outra fase que vai até à queda do regime monárquico, que se distingue da anterior pelo aumento exponencial da violência verbal em relação ao governo e ao seu chefe.

Esta acrimónia surge imediatamente desde o dia em que João Franco assume a chefia do governo:

O Trepoff lusitano, João Franco, foi chamado à chefatura do governo²⁷. Os que não esqueceram ainda a sanguinária obra dessa figura que tem vísceras de tigre e carácter de Torquemada; os que sabem que muitas dezenas de trabalhadores estão condenados por toda a vida aos horrores da Guiné e de Timor; os que sabem que essa terrível força da liberdade – a Bastilha da Estrela – é obra dessa personagem mil vezes execranda.²⁸

Estes são alguns dos epítetos que em letras garrafais em toda a primeira página brindam a entrada de João Franco para a chefia do governo.

Ao longo do governo de João Franco, *O Germinal* levará a cabo uma luta violenta contra a sua política e especialmente as leis de associação e de imprensa merecerão um repúdio total por parte deste jornal, numa campanha política que dura meses.

O ódio e o rancor que os redatores de *O Germinal* lhe votavam estão bem expressos na maneira como é verberado o fim político do ditador. Mesmo depois da exoneração e do exílio não é poupado:

deixando após si uma estrada de sangue e de luta; na alma nacional o ódio e na História uma página negra que será por todos os tempos, uma maldição forte sobre a sua abominável memória, vai longe dos limites desta terra, numa fuga cobarde, o repelente bandido. (...) João Franco – o maldito, João Franco o bandido, é a suprema expressão do mal.²⁹

Ainda no mesmo registo, as expressões utilizadas fazem-nos lembrar “A Cena do Ódio”, de Almada Negreiros, pela violência das frases utilizadas:

Que o destino rubro do ódio vingador, lhe escale os caminhos do exílio. Que os rios de lágrimas vertidos por todas as suas vítimas se convertam para todo o sempre em infernal dilúvio de maldições. Perdoar é humano, mas não podemos perdoar a esse miserável que sintetizou em si toda a cobardia do chacal, toda a ferocidade do tigre, todos os perigos do raio.

²⁷ Trepoff foi um general russo que se celebrou pela repressão sangrenta das greves operárias na Rússia no quadro da Revolução de 1905.

²⁸ *In Germinal* n.º 133, de 20 de Maio de 1906.

²⁹ *In Germinal* n.º 209, de 9 de Fevereiro de 1908.

João Franco não é um homem – é uma tempestade social. João Franco é o Ódio, o Rancor, a Perversidade, o Crime – Maldito seja³⁰.

Até à queda da monarquia, o tom e a forma de relacionamento com o poder político central não diferem muito. Será sempre de oposição aberta e declarada.

Durante estas duas primeiras fases da sua existência até à implantação da República, *O Germinal* não dá quaisquer tréguas ao poder político monárquico, que ataca constantemente e com uma violência verbal tão pesada que nos admiramos por não ter sido alvo de mais represálias por parte do poder político.

No governo de João Franco, como se viu, as diatribes verbais atingem um clímax.

Depois do 5 de Outubro vai haver, como era previsível, uma mudança no relacionamento com os novos dirigentes políticos. Apesar das grandes diferenças ideológicas que existiam entre uns e outros, republicanos e anarquistas tinham estado muitas vezes juntos na luta contra o regime monárquico. Esta frente comum de combate político tinha-os aproximado.

Nesta terceira fase podemos considerar que *O Germinal* concede um apoio crítico à República.

No suplemento especial de 8 de Outubro dedicado exclusivamente à proclamação da República, Martins dos Santos explicitava a posição dos libertários setubalenses:

está enfim proclamada a República. Não confessar que o facto nos enche de júbilo era desmentir a história de há minutos em que a nossa alma por essas ruas vibrou com a multidão. (...) O 5 de Outubro foi tão só a derrocada de um régimen que flutuava em decomposição nauseabunda.³¹

Para os anarquistas setubalenses os objetivos estratégicos não se diluem no calor das manifestações populares que percorreram o país e muito especialmente a cidade operária de Setúbal. O fundamental do programa anarquista estava longe de ser cumprido. A luta e os serviços prestados à implantação da República só se justificavam enquanto constituíam uma aspiração revolucionária do proletariado português:

À república prestámos alguns serviços, ao seu triunfo hipotecaríamos toda a dedicação até ao sacrifício; ainda finalmente estaremos ao seu lado se a

³⁰ In *Germinal* n.º 209, de 9 de Fevereiro de 1908.

³¹ In *Germinal* n.º 334, Suplemento de sábado, 8 de Outubro de 1910.

audácia de alguns vencidos quizer afogar no pantanoso túmulo da monarquia a obra da Revolução. Mas só isto e apenas isto.³²

Palpitam e comungam o júbilo do povo nas ruas, não se diluindo nos festins oficiais. Sem cair no sectarismo e no isolamento, que a conjuntura reprovava, não deixam de reafirmar a especificidade da sua utopia:

Não somos republicanos, nem o seremos. Menos do que nunca agora, em que alcançada a maioria política, o povo, apagadas as crepitações do fogo revolucionário, há-de vir connosco, eterno descontente, reanimar o progresso na viagem infinita através do tempo, até que sobre o mundo desçam os eflúvios da liberdade imaculada, hialina, esplendente na sua nudez formosa.³³

Após a euforia dos primeiros dias da revolução, nos números seguintes do jornal é possível constatar um desencanto progressivo. Várias leis consideradas antioperárias e a não integração de várias reivindicações de carácter feminista, com destaque para as questões do voto das mulheres, alimentam o distanciamento com o novo poder político.

Tendo como motivo a greve dos carroceiros, *O Germinal*, ao contrário da imprensa local e nacional, vai defender a atualidade da luta económica do proletariado, contrariando e polemizando com os que veem nas greves “atentados à ordem e à consolidação da República”.

Pela pena do diretor, *O Germinal* assume a incomodidade de estar mais uma vez contra a corrente:

As greves em Portugal não surgiram com a proclamação da República. (...) O proletariado português deu tréguas às reivindicações económicas para vir à rua de armas na mão fazer a República, e ninguém pode agora negar-lhe o direito legítimo de, consolidada a paz, ele voltar ao campo dos seus mais altos interesses e lutar denodadamente por eles.³⁴

Nos meses posteriores à implantação da República os anarco-sindicalistas são a única corrente política a contrariar a inoportunidade das greves como forma de luta da classe operária portuguesa para obter as suas reivindicações. Não vão ser só os partidos republicanos a esgrimirem contra o “perigo da destabilização”. Também os socialistas vão explicar que a conjuntura política não é propícia para fazer uso da greve.

³² In *Germinal* n.º 334, Suplemento de sábado, 8 de Outubro de 1910.

³³ In *Germinal* n.º 334, Suplemento de sábado, 8 de Outubro de 1910.

³⁴ In *Germinal* n.º 337, de 29 de Outubro de 1910.

A lei de imprensa vai ser, no entanto o primeiro grande motivo de contestação e crítica frontal à política do governo provisório. “A lei de imprensa podia ser feita por um monárquico”³⁵.

O título da notícia dá o tom a um artigo violento contra esta lei:

O sr. dr. Afonso Costa promulgou a lei de imprensa. Vimo-la e com franqueza, julgámos que uma contra revolução se realizara em Portugal restabelecendo a monarquia com as suas leis mais odiosas.³⁶

A frontalidade e a desilusão não podiam ser maiores. Mas os tempos mais difíceis ainda estavam para chegar.

Em 13 de março de 1911, a intervenção da recém-criada Guarda Republicana para reprimir uma greve das operárias conserveiras setubalenses, atuando com desmedida violência e brutalidade, vai provocar a morte de Mariana Torres e de António Mendes.

Estes fatídicos acontecimentos vão ditar o fim do breve “estado de graça” entre os anarco-sindicalistas setubalenses e o governo da República.

O *Germinal*, na sua primeira página e em letras garrafais proclama “VINGANÇA”, noticiando emotivamente a morte dos dois trabalhadores. Refere-se à “criminosa ambição” dos industriais das conservas e à “estúpida educação dos soldados” que seriam “pobres mãos arrancadas ao trabalho útil para o assassinato legal”.

“O capitalismo explorador e a autoridade despótica cavaram um abismo entre as suas forças e a classe operária”³⁷. A morte de uma mulher e de um jovem abrirá um fosso entre os dirigentes do novo poder político e o movimento operário em geral, fosso que será particularmente intransponível no caso dos anarquistas, tendo perdurado até ao colapso do regime republicano.

O divórcio litigioso estava consumado e até ao fim da sua publicação O *Germinal* não dará tréguas ao regime republicano.

A notícia da morte destes trabalhadores correrá veloz pelo país. Vai chegar aos principais centros industriais e aí, em proporcional simetria, far-se-á sentir uma profunda revolta.

O divórcio entre a República e o movimento operário, que solidário havia estado a seu lado na derrocada da monarquia, consumir-se-ia neste preciso dia

³⁵ In *Germinal* n.º 338, de 5 de Novembro de 1910.

³⁶ In *Germinal* n.º 338, de 5 de Novembro de 1910.

³⁷ In *Germinal* de 18 de Março de 1911.

com a morte dos conserveiros setubalenses, episódio que ficou conhecido como *os fuzilamentos de Setúbal*.

A relação com o poder político local foi sempre de profunda oposição e antagonismo, praticamente do primeiro ao último número. Durante o regime monárquico, e mesmo depois da implantação da República, nunca houve grandes tréguas no seu relacionamento.

“Coisas da nossa Câmara” e “Questões locais” são as secções que com regularidade vão intervindo e comentando as questões da política setubalense. Os problemas locais de vária ordem são tratados com grande frequência pelo jornal, sempre num registo crítico.

A sátira, o humor da caricatura ou a prosa violenta serão as formas de habitual tratamento dado aos dirigentes autárquicos, como confirmam alguns títulos e as imagens reproduzidas pelo jornal.

Ao nível local, não é só o poder político que é alvo de confronto e controvérsia. A luta política e ideológica contra outros jornais locais vai estar também presente, com destaque para o semanário *O Trabalho*, de influência socialista, com quem polemiza largamente.

Logo num dos primeiros números, *O Germinal* defende-se de forma bastante enérgica da acusação de “ser anarquista”. Vai, contudo, acabar por não esconder a sua paternidade ideológica e os seus afetos políticos.

As principais disputas situam-se no terreno da ideologia. As acusações mais frequentes feitas ao jornal *O Trabalho* referem-se ao facto de este “claudicar face aos interesses do patronato”, acusando os dirigentes socialistas locais de “estarem ao serviço dos governos monárquicos cooperando em burlas eleitorais (...) puxando a brasa à sua sardinha sem respeito pela sardinha operária”³⁸. Considera-se ainda que seria “permissivo com o poder político local”.

A imputação que é feita a *O Trabalho* não podia ser mais dura, tratando-se de um jornal que se reivindicava da defesa dos interesses dos trabalhadores. Estes confrontos assumem por vezes grande agressividade, não só pelas denúncias que são feitas, mas também pelo tom duro que é usado. Veja-se, por exemplo, o que se diz sobre a utilidade de *O Trabalho* – “É o papel da graxa”, para tentar evidenciar a sua alegada subserviência para com o poder político e económico, classificando-o ainda como “jornal socialista monárquico”.

³⁸ In *Germinal* nº 16, de 24 de Novembro de 1904.

Em síntese

Numa conjuntura social e política caracterizada pelo reforço dos partidos republicanos e pelo apagamento e declínio dos partidos socialistas, *O Germinal* é a expressão ideológica do protesto social pela “independência e a autonomia de classe face ao poder burguês”, para utilizar as suas próprias palavras.

A perseguição policial movida pela realeza e depois pelos republicanos, as lutas internas, a suspensão da publicação e prisão dos seus mais destacados colaboradores vão povoar o quotidiano deste semanário setubalense.

Encarnando o espírito polémico dos libertários, *O Germinal* move uma peleja infatigável contra a falta de liberdades políticas e sindicais, contra a tradição e contra alguns dos dogmas mais enraizados no tecido social.

Sendo um jornal setubalense, ultrapassou as fronteiras do paroquialismo, afirmando-se desde a primeira hora como internacionalista; numa sociedade profundamente patriarcal, ousou afirmar-se feminista na defesa reiterada dos direitos das mulheres; numa sociedade em que a população era maioritariamente católica, ergueu as bandeiras do anticlericalismo, responsabilizando a Igreja e a religião pela situação de opressão vivida pelo povo.

Conspirou ruidosamente contra todos os silêncios construídos em volta de uma organização social que considerava imoral e injusta.

Apaixonado pela liberdade, valor que considerava sagrado e indiscutível, *O Germinal* constitui uma experiência única, escapando ao policiamento da moral estabelecida e ao conformismo perante os poderes vigentes.

Bibliografia

Costa, Albérico Afonso, *Setúbal – Roteiros Republicanos*, QuidNovi, Lisboa, 2010, pp. 40-54.

Fonseca, Carlos da, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal – Cronologia*, Publicações Europa-América, Lisboa, s/d.

Freire, João e Lousada, Maria Alexandre, *Roteiros da Memória Urbana de Setúbal – Marcas deixadas pelos libertários e afins ao longo do século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2013.

Valente, Vasco Pulido, “Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)”, in *Análise Social*, vol. XVII (67, 68 e 69), 1981.

Análise histórico-jurídica ao contributo do Estado Novo para a protecção aos mais desfavorecidos

Alexandre Guerreiro¹

No final do ano de 1942, ainda em plena II Guerra Mundial, Sir William Beveridge apresentou ao mundo o conceito de *Welfare State* com a publicação do relatório *Social insurance and allied services*, o qual viria a abrir caminho ao surgimento de um modelo de políticas sociais não só na Grã-Bretanha como no continente europeu. A conjuntura da época, fortemente influenciada pela guerra e também pelas políticas económicas de John M. Keynes, reforça a importância de haver um maior envolvimento do Estado na regulação da sociedade e da economia, consagrando o princípio de responsabilização colectiva pelo bem-estar individual.

Aqui surge a necessidade de proceder à distinção entre o conceito de “Estado Providência” e o de “Estado Social”, uma vez que o primeiro visa a prestação da assistência necessária aos que se encontram numa situação de debilidade gerada por um factor imprevisível ou incapaz de ser evitado e o segundo vai mais além procurando atribuir outros direitos não apenas confinados à verificação da condição de incapacidade.

Em Portugal, não foi necessário esperar pelo modelo de Beveridge para implementar um sistema de protecção social. Com efeito, entre a data de implantação da República, em 1910, e o início da II República, a 28 de Maio de 1926, poucos foram os avanços efectivamente realizados no domínio social, embora se destaquem a Lei n.º 83, de 24 de Julho de 1913, que concretiza o princípio da responsabilidade patronal nos desastres de trabalho, e os Decretos n.º 5636, 5637 e 5638, de 10 de Maio de 1919, que instituem os seguros sociais obrigatórios na doença, nos desastres de trabalho e na invalidez, na velhice e na sobrevivência, respectivamente.

Embora o sistema de seguros sociais obrigatórios constituísse uma inovação, o balanço final foi infeliz, tratando-se de medidas de difícil execução e criadas sob pressão após a I Guerra Mundial, intensificando-se as iniciativas

¹ Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

para que fossem garantidos mecanismos de protecção social capazes de cobrir toda a população.

O sistema de seguros sociais obrigatórios só acabaria por ser verdadeiramente implementado na II República, designadamente após a entrada em vigor da Constituição de 1933,² que atribuiu ao Estado o papel de “coordenar, impulsionar e dirigir todas as actividades sociais” e “zelar pela melhoria de condições das classes sociais mais desfavorecidas, obstando a que aquelas desçam abaixo do mínimo de existência humanamente suficiente”, cabendo-lhe a promoção e o favorecimento de instituições de solidariedade e previdência.

O início de vida da Constituição de 1933 teria como corolário a aprovação de diplomas que constituiriam as pedras motrizes do sistema de Previdência Social, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 23 048, de 23 de Setembro de 1933, que promulga o Estatuto do Trabalho Nacional³ – um verdadeiro Código do Trabalho da época –, e a Lei n.º 1884, de 16 de Março de 1935, diploma fundamental que especifica as instituições às quais é reconhecido o estatuto de previdência social.

A Lei n.º 1884 foi regulamentada pelo Decreto n.º 25 935, de 12 de Outubro de 1935, e também pelo Decreto n.º 28321, de 27 de Dezembro de 1937, os quais, entre outros aspectos, delimitam os prazos a partir dos quais os beneficiários têm direito à concessão de subsídios e pensões⁴, os limites máximos das importâncias a pagar e especificidades de cada subsídio ou pensão.

Neste sentido, a Lei n.º 1884 diferenciava quatro tipos de categorias: Instituições de Previdência dos Organismos Corporativos (IPOC)⁵, Caixas de

² Para mais sobre o desenvolvimento histórico da previdência e segurança sociais em Portugal, cf. Das Neves, Ilídio. *Direito da Segurança Social: Princípios Fundamentais numa Análise Prospectiva*. Coimbra: Coimbra Editora, 1996, pp. 186-203.

³ Destaque-se, aqui, o art. 49.º, que consagrava a regra do princípio de protecção às vítimas de acidente de natureza profissional por via da responsabilização das entidades patronais (ou responsabilidade objectiva do empregador).

⁴ Não podendo ser inferiores a 1 ano para subsídios por doença, 3 anos para pensões por morte e 5 anos para pensões de invalidez permanente e reforma.

⁵ Estas podiam revestir três formas possíveis: Caixas Sindicais de Previdência (CSP), Caixas de Previdência das Casas do Povo (CPCP) e Casas dos Pescadores (CP). A criação das CPCP viria a estar prevista no Decreto-Lei n.º 23 051, de 23 de Setembro de 1933, e seria uma iniciativa fracassada, uma vez que teria fraca adesão por parte dos trabalhadores rurais. No que às CP diz respeito, a Lei n.º 1953, de 11 de Março de 1937, e o Decreto n.º 27 978, de 20 de Agosto de 1937, viriam a aprovar a sua criação e a exigir a obrigatoriedade de inscrição para quem trabalha nas pescas.

Reforma ou de Previdência (CRP)⁶, Associações de Socorros Mútuos (ASM) e Instituições de Previdência dos Servidores do Estado e dos corpos administrativos (IPSE).

Relativamente aos riscos cobertos nas duas primeiras categorias, sobre as quais assentava maioritariamente o novo sistema de protecção social, as IPOC previam, essencialmente, assistência médica, subsídios pecuniários na doença e subsídios às famílias dos que falecerem e as CRP abrangiam a doença, a invalidez e a velhice – sendo que as Caixas Sindicais de Previdência previam ainda situações de desemprego involuntário (art. 4.º da Lei n.º 1884, que não chegou a ser regulamentado)⁷.

Por sua vez, as ASM, cujo regime seria promulgado pelo Decreto n.º 19 281, de 29 de Janeiro de 1931, e regulamentada pelo Decreto n.º 20 944, de 27 de Fevereiro de 1932, podiam, entre outros, assegurar assistência médica e cirúrgica na doença (incluindo medicamentos); conceder pensões de reforma por invalidez e velhice, falta de trabalho e desemprego⁸; atribuir pensões de sobrevivência; assegurar subsídios por morte do sócio; e beneficiar descendentes dos sócios.

No caso dos servidores do Estado, a protecção seria concedida através do Decreto n.º 16 669, de 27 de Março de 1929, que veio criar a Caixa Geral de Aposentações, e, por via do Decreto-Lei n.º 24 046, de 21 de Junho de 1934, foi criado o Montepio dos Servidores do Estado “com o fim de assegurar o pagamento de pensões às famílias dos seus contribuintes após o falecimento destes”.

Todavia, um dos factores mais importantes a reter da organização do sistema de Previdência Social da época e que o distingue de outros sistemas de Estado Providência sustenta-se no facto de dever ser financiado exclusivamente pelos empregadores e pelos trabalhadores sem haver lugar a participação pública, ainda que o Estado pudesse exercer funções reguladoras e fiscalizadoras, atribuídas ao novo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, criado por via do Decreto-Lei n.º 23 053, de 23 de Setembro de 1933.

O sistema de Previdência Social português da década de 1930 reservava ao Estado um lugar subsidiário e pouco interventivo, limitando-se a assumir

⁶ Regulamentadas pelo Decreto n.º 28 321 de 27 de Dezembro de 1937.

⁷ Através do Decreto n.º 25 935, de 12 de Outubro de 1935.

⁸ Com o Decreto n.º 21 699, de 30 de Setembro de 1932, é criado o Comissariado do Desemprego e o Fundo de Desemprego para várias classes, que terá o contributo dos empregadores e dos trabalhadores e prevê compensações para as empresas que contratem desempregados.

um papel de mediação e garante da legalidade na relação entre os actores em presença, o que acabaria por revelar-se obsoleto e complexo, pois a autonomia das instituições era consideravelmente limitada e o Estado acabava por ter um papel interventivo em aspectos básicos relacionados com a constituição, organização e funcionamento das entidades visadas.

Um sinal do funcionamento obsoleto do sistema está no facto de, poucos anos após a sua implementação, ainda na década de 1930, o Estado ter iniciado alterações com vista a alterar o quadro de sucesso mitigado, passando a consagrar a obrigatoriedade de inscrição dos vários actores em detrimento do carácter até então tendencialmente voluntário⁹.

Logo no início da década de 1940, foram implementadas alterações ao sistema procurando estender o seu âmbito de abrangência e criar condições que garantissem protecção social ao maior número de beneficiários possível, o que se traduziria num aumento da intervenção do Estado. Assim, a 29 de Agosto de 1940 foi também publicado o Decreto n.º 30 711, cujo artigo único conferia ao Governo a iniciativa da organização das instituições de previdência previstas na Lei n.º 1884 e no Decreto n.º 28 321. Mais tarde, com o Decreto-Lei n.º 32 674, de 20 de Fevereiro de 1943, procurou o Estado fomentar e facilitar a constituição de instituições de previdência social, flexibilizar a transferência de beneficiários entre instituições e tornar obrigatória a inscrição de trabalhadores e entidades patronais.

Simultaneamente, e ilustrando as tentativas de tornar o sistema de previdência mais atractivo, Portugal antecipou-se a Reino Unido, Suécia e Dinamarca e instituiu o regime do Abono de Família para algumas classes de trabalhadores¹⁰, por via do Decreto-Lei n.º 32 192, de 13 de Agosto de 1942¹¹. Apesar de se assumir noutros países como “instrumento de política

⁹ A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 30 710, de 29 de Agosto de 1940, alterou a organização das CPCP passando a prever a inscrição obrigatória.

¹⁰ Nomeadamente os “trabalhadores por conta de outrem na indústria, no comércio, nas profissões livres ou ao serviço dos organismos corporativos e de coordenação económica”. Ficavam de fora, inicialmente, os “trabalhadores da agricultura, os trabalhadores domiciliários, os que vivem em economia familiar com o dador de trabalho e os funcionários ou empregados do Estado e dos corpos administrativos”.

¹¹ Mais tarde, outros teriam acesso ao abono de família, acabando por ser estendido aos funcionários do Estado, civis e militares, por força do Decreto-Lei n.º 32 688, de 20 de Fevereiro de 1943, e ampliado o âmbito de aplicação pelo Decreto-Lei n.º 33 537, de 21 de Fevereiro de 1944. Posteriormente, com o Decreto-Lei n.º 35 410, de 29 de Dezembro de 1945, o Governo determina “a integração gradual do abono de família nas instituições de previdência”, o que viria a precipitar a extensão do instituto do abono de família, p.e., às CP.

demográfica” que visava contrariar a tendência de baixa natalidade, entre nós, o Governo reconhece essa característica como secundária e qualifica o abono de família como um complemento salarial.

Por sua vez, este era um regime obrigatório para trabalhadores e empregadores, inicialmente reservado ao sexo masculino¹², no qual a concessão e o pagamento do abono de família eram efectuados pelas caixas de abono de família e o financiamento do sistema era assegurado pelos que nele estivessem inscritos¹³.

A década de 1940 fica ainda marcada por alterações relevantes na saúde. Desde logo, a entrada em vigor da Lei n.º 1998, de 15 de Maio de 1944, estabelece as bases reguladoras da assistência social, consagra o carácter supletivo do Estado na prestação de assistência em algumas áreas, onde lhe incumbia o planeamento, a promoção e a fiscalização, e define um número variado de áreas de intervenção, da profilaxia ao combate a epidemias e doenças, passando pela prestação de apoios à família.

No ano seguinte, por via do Decreto-Lei n.º 35 108, de 7 de Novembro, foram concretizadas as bases da Lei n.º 1998, reorganizando-se os serviços de assistência social que levaram à criação de diversos órgãos para prosseguir os fins propostos. Pouco depois, era aprovada a Lei n.º 2011, de 2 de Abril de 1946, que lançava as bases da organização hospitalar, a qual potenciaria a preparação do futuro Serviço Nacional de Saúde e reconheceria a necessidade de financiamento do Estado. Em 1949, a Lei n.º 2036, de 9 de Agosto, atribui a algumas instituições de previdência social a responsabilidade pelo pagamento de encargos de assistência aos doentes contagiosos.

Já em 1950, o Decreto n.º 37 762, de 24 de Fevereiro, veio regular a concessão do subsídio pecuniário e a assistência médica e medicamentosa para os beneficiários das caixas sindicais de previdência e das caixas de reforma ou de previdência, melhorando significativamente as condições de protecção social em vigor até então, ao introduzir um período de garantia para o direito à assistência médica e medicamentosa, aumentar o valor do subsídio por doença e clarificar os critérios dos prazos de duração do subsídio de doença¹⁴. Foi assim

¹² Tendo a discriminação cessado com a publicação do Decreto-Lei n.º 33 512, de 29 de Janeiro de 1944, reconhecendo-se o direito ao abono a homens e mulheres.

¹³ No caso dos servidores do Estado, o financiamento ficava a cargo do próprio Estado.

¹⁴ Ao mesmo tempo, e seguindo a tendência de países como a França, a Suíça e a Suécia, eram previstas taxas moderadoras, com o intuito de “obter (...) um freio ao abuso e uma forma de diminuição dos encargos do seguro”.

que surgiu, pela primeira vez, o conceito de Serviços Médico-Sociais da Previdência (arts. 7.º e 10.º), ou «Médicos das Caixas», que mais tarde inspirariam os Centros de Saúde.

Finalmente, e não menos importante, a Previdência também passou a incidir sobre questões relacionadas com a habitação. Assim, se o Decreto n.º 15 289, de 30 de Maio de 1928, constituía um fundo nacional que se destinava a edificações de renda moderada, e o Decreto-Lei n.º 23 052, de 23 de Setembro de 1933, definia os princípios a observar na construção de casas económicas, a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 35 611, de 25 de Abril de 1946, pretendeu envolver as instituições de previdência na resolução do problema da habitação através da aplicação de valores em casas económicas, casas de renda económica e prédios de rendimento¹⁵.

O empenho do Estado Novo em prestar uma mais variada e universal assistência aos mais vulneráveis ficou patente na evolução do sistema de Previdência Social e na sua extensão, na medida do possível, aos familiares dos beneficiários¹⁶. Foi, assim, que, sem surpresa, se assistiu a um crescimento significativo do número de beneficiários e instituições do sistema entre 1940 e 1960. A título de exemplo, se só o sector corporativo contava com 255 instituições de previdência social em 1938, em 1960, estas já eram 616. Por sua vez, o número de beneficiários mais do que triplicou durante este período (de 610 419 para 2 087 465). Ainda assim, a taxa de população coberta ficava aquém do pretendido, na medida em que apenas abrangia 23,1% da população¹⁷.

O ritmo lento de expansão do sistema inspirou o Estado Novo a realizar nova reforma da Previdência Social, que teria como ponto de partida a *promoção* da Subsecretaria de Estado da Assistência Social a Ministério da Saúde e Assistência, por via do Decreto-Lei n.º 41 825, de 13 de Agosto de 1958, numa clara demonstração da importância que a Saúde e a Previdência Social assumiam na política interna.

¹⁵ Para este efeito, caberia ao Estado permitir ou ordenar a federação de instituições de previdência a fim de serem construídas habitações. Aqui é importante sublinhar que praticamente todas as fontes oficiais e a doutrina indicam que foi com o Decreto-Lei n.º 35 611 que surgiram as federações dos Serviços Médico-Sociais. Contudo, o diploma em apreço apenas faz referência a federações de instituições de previdência para fins de construção de habitações.

¹⁶ Os esforços do Governo no sentido de ampliar o mais possível o número de beneficiários levaram a que a assistência médica e medicamentosa fosse prestada a determinados familiares dos beneficiários (art. 15.º do Decreto n.º 37 762) e a comparticipação de medicamentos fosse estendida às mesmas pessoas com a entrada em vigor da Portaria n.º 17 964, de 23 de Setembro de 1960.

¹⁷ Dados retirados dos Anuários Estatísticos de Portugal publicados entre 1938 e 1974.

Com o Estado Novo focado no aumento dos cuidados prestados e na extensão da Previdência Social a um maior número de beneficiários, foi sem surpresa que entrou em vigor a Lei n.º 2115, de 18 de Junho de 1962, com o objectivo de revogar a Lei n.º 1884 e definir as bases da Previdência Social. Pouco mudou relativamente às classes de instituições de previdência, exceptuando a denominação das instituições destinadas à protecção dos trabalhadores por conta de outrem, o Ministério das Corporações e Previdência Social podia criar novas caixas sindicais e as Caixas de Reforma ou de Previdência passaram a ser de inscrição obrigatória essencialmente para profissionais liberais e, pela primeira vez, trabalhadores independentes.

No que à competência funcional e material diz respeito, o novo quadro jurídico amplia os fins das CPCP e das CP, conferindo protecção ao nível da acção médico-social, assistência materno-infantil e protecção na invalidez tanto para os trabalhadores inscritos como para aqueles que lhes sejam equiparados e familiares, sendo os trabalhadores rurais e outros incluídos nas instituições respectivas¹⁸.

Simultaneamente, são criadas três tipologias de Caixas Sindicais de Previdência¹⁹: Caixas de Previdência e Abono de Família, Caixas de Pensões e Caixas de Seguros. As primeiras, além de deverem organizar-se numa base regional, passam a ser coordenadas pela Federação das Caixas de Previdência e Abono de Família, cujos estatutos foram aprovados pela Portaria n.º 22 451, de 13 de Janeiro de 1967. É ainda criada a Caixa Nacional de Pensões, formalmente constituída pela Portaria n.º 21 546, de 23 de Setembro de 1965, com o fim de conceder pensões aos beneficiários²⁰.

A estrutura, o funcionamento e os esquemas de benefícios das três espécies de Caixas Sindicais de Previdência foram regulamentadas pelo Decreto n.º 45 266, de 23 de Setembro de 1963. A Previdência Social passava agora a

¹⁸ Não obstante, os trabalhadores rurais só viriam a ser plenamente integrados nas CPCP com a entrada em vigor da Lei n.º 2144, de 29 de Maio de 1969.

¹⁹ Estas caixas destinavam-se a proteger na doença, na maternidade, na invalidez, na velhice, por morte, abono de família e desemprego, podendo ainda abranger doenças profissionais.

²⁰ Ainda em 1965, o Decreto-Lei n.º 46 813, de 30 de Dezembro, constitui a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, um organismo inspirado no crescente número de convenções celebradas entre Portugal e outros países europeus e criado com o objectivo de garantir o cumprimento dos acordos internacionais estabelecendo a ligação entre as instituições de previdência nacionais e as dos respectivos Estados para realizar o pagamento de benefícios a cidadãos nacionais residentes no estrangeiro. Surgiu aqui neste diploma a referência à expressão “segurança social”.

basear-se numa organização nacional para os seguros diferidos (invalidez, velhice e morte) e de entidades regionais para os seguros imediatos (doença e maternidade), justificando-se esta última opção com a intenção de o Estado pretender aproximar as instituições dos beneficiários.

Paralelamente, era mantido o sistema de financiamento por intervenção de trabalhadores e empregadores, havendo agora lugar à substituição do regime financeiro de capitalização por um regime misto de repartição atenuada, “o que permitiu melhorar as prestações já existentes e alargar a proteção às eventualidades de maternidade e de encargos familiares”²¹.

Relativamente às características dos benefícios, destacam-se as seguintes alterações:

- Na protecção na doença, contempla-se o direito ao internamento hospitalar para familiares dos beneficiários; é alterado o sistema de cálculo do montante do subsídio por doença, alcançando-se níveis mais aproximados da remuneração auferida pelo beneficiário; as prestações em espécie, no subsídio por doença, passam a incluir o internamento hospitalar; o beneficiário passa a ter direito ao subsídio por doença ao fim de 3 dias de doença (em vez dos anteriores 6 dias); o subsídio é ampliado em mais 90 dias (para 360) e este prazo poderá ser prorrogado até atingir um total de 4 anos – implicando, contudo, uma redução do valor do subsídio para 30% do salário médio; são reduzidos para 6 meses os prazos para concessão de novo subsídio por doença após o beneficiário ter usufruído de subsídio anterior.

- É criado um subsídio especial para casos de tuberculose, o qual poderá ter a duração máxima de 1 ano.

- A protecção na maternidade deixa de estar incluída na protecção na doença e atribui um subsídio pecuniário de 100% do salário médio, ao longo dos primeiros 60 dias após o parto, sem haver lugar ao pagamento de taxas moderadoras nem do internamento hospitalar; além do abono de família, o novo regime prevê subsídios de casamento, nascimento, aleitamento e funeral.

- Na invalidez e na velhice, o sistema de cálculo das pensões atribui critérios especificamente vantajosos para os 10 melhores anos de contribuições; o subsídio por invalidez passa a ser possível após 5 anos – podendo ser compensado antes deste tempo pelo subsídio por doença; a idade de reforma dá-se aos 65 anos; é alargado o círculo de pessoas passíveis de serem

²¹ Sítio de internet da Segurança Social.

beneficiadas com pensão por morte, a qual passa a ser partilhada entre o cônjuge e descendentes.

- É instituído o princípio da actualização das pensões para atender à variação do custo de vida.

Ainda em 1962, entra em vigor o Decreto-Lei n.º 44 307, de 27 de Abril, que cria a Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais e que integra, pela primeira vez, esta tipologia de doenças no sistema de Previdência Social, contando com a Lei n.º 2127, de 3 de Agosto de 1965, no que ao lançamento das bases do regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais diz respeito²². Entre outros aspectos, esta lei conferia o direito à reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais tanto aos trabalhadores como aos seus familiares (Base I), prevendo ainda mecanismos compensatórios em espécie e em dinheiro (Base IX). Mais tarde, com o Decreto-Lei n.º 434/73, de 25 de Agosto, seria actualizada a lista de doenças profissionais, o que não ocorria desde 1936, e constituída uma comissão permanente de revisão da lista das doenças profissionais (art. 2.º).

Finalmente, sublinhem-se as políticas de combate ao desemprego e apoio aos desempregados, que passaram pela constituição do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra (Decreto-Lei n.º 44 506, de 10 de Agosto), para atribuir um subsídio temporário de desemprego ao pessoal dispensado na sequência de processos de reorganização industrial, e do Instituto de Formação Profissional Acelerada (Decreto-Lei n.º 44 538, de 23 de Agosto), destinado a promover acções de formação profissional que elevem o nível profissional dos trabalhadores;

Dando continuidade à aposta feita, é promulgada a Lei n.º 2118, de 3 de Abril de 1963, que lança as bases de promoção da saúde mental, e é criada a Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado (ADSE), pelo Decreto-Lei n.º 45 002, de 27 de Abril de 1963, com o objectivo de prestar assistência em todas as formas de doença aos funcionários públicos de modo a tentar aproximá-los do regime de benefícios do sector privado, permitindo-lhes beneficiar de protecção além da tuberculose e dos acidentes de trabalho, passando a beneficiar também de assistência médica e cirúrgica, materno-

²² Os acidentes de trabalho e as doenças profissionais não eram uma novidade. Porém, a Lei n.º 1942, de 27 de Julho de 1936, apesar de já regular o direito às indemnizações nesta matéria, responsabilizava, basicamente, as entidades empregadoras ou as entidades que exerciam o poder de direcção (art. 6.º).

infantil, enfermagem e medicamentosa, estando ainda abrangidos os agregados familiares dos funcionários públicos²³.

Paralelamente, entra em vigor a Lei n.º 2120, de 19 de Julho de 1963, que lança as novas bases da política de Saúde e Assistência, consagrando princípios emanados do pós-II Guerra Mundial, como o da dignidade da pessoa humana (Base II), mantendo a importância da família e atribuindo competências ao Estado como a orientação, coordenação e fiscalização das actividades e assegurar a organização e manutenção dos serviços e insistindo novamente na supletividade da acção estatal.

Na verdade, poder-se-á considerar que a reforma operada a partir de 1962 conferiu um verdadeiro impulso à Previdência Social portuguesa, modernizando-se de tal modo que foi capaz de integrar várias e diversificadas formas de protecção, praticamente universaliza o sistema e melhora as características pecuniárias e em espécie dos benefícios, conseguindo internacionalizar-se. Deste modo, foi sem surpresa que o número de beneficiários aumentou em quase 21,3% entre 1962 e 1968, passando de 2 246 244 (24,9% da população total) para 2 854 021 (31,3%).

Com a chegada de Marcello Caetano ao poder, em 1968, denota-se a vontade de renovar a ideologia do regime, chegando mesmo a rebaptizá-lo, num discurso proferido a 10 de Outubro desse ano, alterando a designação do até então “Estado Novo” para “Estado Social”²⁴, ou um Estado inspirado por políticas que visassem a redução das diferenças económicas e sociais²⁵.

Com as iniciativas de adequação do País às condições dos principais Estados desenvolvidos, Marcello Caetano instituiu a reforma da previdência nos meios rurais, entrando em vigor a Lei n.º 2144, de 29 de Maio de 1969, da reorganização das Casas do Povo e respectivas federações, aumentando, deste modo, e de forma considerável, a população que beneficiava da cobertura de riscos sociais e passando o Estado a fazer contribuições para o sistema.

Três meses depois, entra em vigor o Decreto n.º 49 216, de 30 de Agosto, que atribui um regime especial de abono de família aos trabalhadores rurais

²³ Este Decreto-Lei foi regulamentado pelo Decreto n.º 45 688, de 27 de Abril de 1964, e, posteriormente, este regime é estendido aos funcionários das autarquias locais pelo Decreto n.º 49 313, de 23 de Outubro de 1969.

²⁴ Cf. Reis Torgal, Luís. *O Estado Novo e os Outros*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 642.

²⁵ Para uma visão distinta, cf. Amaro, António Rafael. *O Modelo de Previdência Social do Estado Novo (1933-1962)*. In: *Estados Autoritários e Totalitários e suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 65-79.

visando aproximá-los dos restantes trabalhadores. No ano seguinte, é aprovado o Decreto n.º 445/70, de 23 de Setembro, que regulamenta a reorganização das Casas do Povo e consagra um regime de “eventualidades” compreendidas, designadamente protecção na doença²⁶, maternidade²⁷, encargos familiares, invalidez e velhice e morte do chefe de família. Finalmente, e ainda uma prova inequívoca das tentativas de o Estado Social tentar reparar as desigualdades existentes, a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 391/72, de 13 de Outubro, permitiu que os trabalhadores por conta de outrem das actividades agrícolas, silvícolas e pecuárias que não estivessem abrangidos por Casas do Povo nem fossem beneficiários das Caixas Sindicais de Previdência tivessem direito a pensões por velhice desde que tivessem mais de 70 anos e comprovassem a sua ligação a qualquer um destes sectores nos últimos 5 anos.

À margem das mudanças no meio rural, a Previdência Social, em geral, foi melhorada, estendendo-se ao sector da Justiça, com a Lei n.º 7/70, de 9 de Junho, que introduz *de facto* o instituto da assistência judiciária²⁸ e permite que aqueles que se encontrem em situação económica que não lhes permita suportar as despesas inerentes a um processo judicial possam beneficiar da dispensa, total ou parcial, das custas judiciais e ainda o patrocínio officioso²⁹.

Ainda no final da II República, destacam-se diversas inovações na área da Saúde, sendo disso exemplo, desde logo, a Portaria n.º 31/71, de 21 de Janeiro, que melhora as participações de beneficiários das caixas de previdência e familiares no acesso aos medicamentos. Porém, mais importante será o Decreto-Lei n.º 413/71, de 27 de Setembro, que reconhece o direito à saúde como direito de personalidade de todos os portugueses, criando-se as bases tendentes à universalização do acesso a cuidados de saúde através do “primeiro esboço do Serviço Nacional de Saúde” no qual são garantidos, entre outros, Centros de Saúde em todos os concelhos do País.

Assiste-se ainda ao melhoramento dos abonos de família (Decreto-Lei n.º 617/71, de 31 de Dezembro), bem como as pensões de invalidez ou velhice e de

²⁶ Que inclui assistência médica, assistência medicamentosa, compensação por falta de assistência médica devida e subsídio pecuniário por doença.

²⁷ Designadamente, subsídios de casamento, nascimento e morte.

²⁸ Recorde-se que a primeira lei sobre assistência judiciária data de 31 de Julho de 1899 e integraria o Estatuto Judiciário que entrou em vigor pelo Decreto n.º 13 809, de 22 de Junho de 1927. Contudo, era ainda um instituto quase utópico, uma vez que o procedimento para aceder à assistência judiciária era extremamente oneroso.

²⁹ Ainda neste ano entraria em vigor o Regulamento da Assistência Judiciária nos Tribunais Ordinários, através do Decreto-Lei n.º 562/70, de 18 de Novembro.

sobrevivência (Portaria n.º 476/70, de 23 de Setembro); são definidos os critérios para que o valor da pensão resulte do total das retribuições dos 5 melhores anos civis de entre os últimos 10 anos (Decreto-Lei n.º 261/72, de 10 de Maio); é atribuído um subsídio vitalício aos que se encontrem incapacitados de prover as suas necessidades (Decreto-Lei n.º 485/73, de 27 de Setembro); a idade de reforma do sexo feminino passa para os 62 anos e os prazos de garantia para reconhecimento do direito à pensão de invalidez e de velhice são encurtados para 3 anos de inscrição com 24 meses de contribuição (Decreto-Lei n.º 486/73, de 27 de Setembro); o período de duração do subsídio por doença mais do que quadruplica, passando para 1460 dias (Decreto n.º 358/73, de 16 de Julho); é criado o “13.º mês” para os servidores do Estado, aposentados e pensionistas deste sector (Decreto-Lei n.º 457/72, de 15 de Novembro).

Manifestamente aquém do pretendido numa fase inicial, o sistema de Previdência Social da II República conheceu três períodos de reformas desde o seu arranque (1938-1962, 1962-1968 e 1968-1973), o último dos quais já enquanto “Estado Social”. Nos últimos 5 anos, o espírito dinamizador e modernista do poder político garantiu um aumento exponencial da taxa de população coberta pelo sistema, correspondente, em 1973, a 4 184 820 beneficiários ou 48,8% da população total. Ao longo de toda a II República, o maior crescimento ocorreu em 1973, com um aumento da taxa de cobertura de quase 6% do total da população residente, o que demonstra uma clara tendência de aumento da protecção social, bem como o grau de eficiência das medidas instituídas pelo poder político.

Não obstante o desenvolvimento verificado, a Revolução de 1974 interrompeu a implementação de medidas já em fase avançada de preparação, como a efectivação do Serviço Nacional de Saúde ou o salário mínimo, permitindo assim conferir maior grau de protecção à população nacional. Considera-se que o envolvimento na guerra do Ultramar terá, de certa forma, impedido o Estado Novo de ir mais além nas políticas sociais. Ainda assim, em 1973, a despesa do Estado destinada à protecção social correspondia já a cerca de 5% do PIB³⁰, cerca de um terço da qual era destinada à saúde.

Contudo, ainda que incompleto, não poderá ser negado que o sistema de Previdência Social do Estado Novo estabeleceu os alicerces que o pós-25 de Abril de 1974 veio desenvolver, nuns casos melhorando-os, noutros casos

³⁰ Recorde-se que, em 1938, as despesas do Estado com políticas de protecção social correspondiam a apenas 0,3% do PIB.

desvirtuando os fins para os quais foram criados ou eliminando-os, sendo a protecção social actualmente apelidada de “despesa protegida”, correndo sérios riscos de extinção.

Bibliografia

Amaro, António Rafael, *O Modelo de Previdência Social do Estado Novo (1933-1962), Estados Autoritários e Totalitários e suas representações*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

Neves, Ilídio das, *Direito da Segurança Social – Princípios Fundamentais numa Análise Prospectiva*, Coimbra, Coimbra Editora, 1996.

Torgal, Luís Reis, *O Estado Novo e os Outros*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

Uma geografia da Lisboa operária em 1890

Ana Alcântara¹

1) No final do século XIX a sociedade portuguesa atravessou uma série de mutações económicas, sociais e políticas, impulsionadas entre outros fatores pelo desenvolvimento industrial. No entanto, as primeiras mudanças fizeram-se sentir essencialmente na cidade de Lisboa onde, neste período, se concentrava mais de 7% da população portuguesa².

O forte crescimento demográfico da cidade de Lisboa neste período fez-se largamente à custa do incremento da classe operária, resultado de uma forte migração proveniente do país rural em direção à capital. Consequentemente, a população que dependia do sector industrial passou a ter uma relevância social e política nunca antes alcançada.

Privilegiar-se-á neste trabalho a perspetiva espacial, assumindo-se o espaço urbano também como uma construção social³ que é transformada pelas práticas e perceções quotidianas dos atores que nele interagem⁴. Recorremos à construção de um Sistema de Informação Geográfica (SIG)⁵ que nos permitiu a construção de cartografia digital pormenorizada da localização e caracterização das fábricas e oficinas lisboetas patentes no *Inquérito Industrial de 1890*.

Este *Inquérito Industrial* é uma importante fonte para o conhecimento da realidade industrial, laboral, tecnológica e económica deste período. Os dados referentes às fábricas de Lisboa são de tal forma detalhados que permitem não só estudar a localização dos estabelecimentos industriais ao nível da rua mas também obter informação relativa à sua caracterização (como número de trabalhadores, sector de produção, número de máquinas a vapor e quantidade de energia utilizada).

Este texto resulta assim do trabalho preliminar de recolha, análise estatística e espacial dos dados relativos ao sector secundário do concelho de

¹ IHC-UNL. A autora beneficia de uma bolsa de doutoramento concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia [SFRH/BD/84489/2012].

² Rodrigues, 1995; Silveira, Alves, Lima, Alcântara, Puig-Farré, 2011.

³ Lefebvre, 2007.

⁴ Thompson, 1966.

⁵ Gregory, Ell, 2007; Silveira, Alves, Lima, Alcântara, Puig-Farré, 2011.

Lisboa, contidos no *Inquérito Industrial de 1890*. E a partir do traçar de um retrato (cartográfico) de conjunto da cidade industrial e operária, pretende alcançar uma caracterização da implantação industrial na cidade de Lisboa, neste período de charneira entre a Lisboa do liberalismo e a Lisboa republicana.

2) Ao desenvolver uma investigação em torno da implantação industrial e operária na cidade de Lisboa, na última década do século XIX, é necessário ter em linha de conta uma série de abordagens relativas à história económica, história de Lisboa, história operária e história urbana, assim como a utilização da análise espacial em investigação histórica.

A historiografia portuguesa produziu investigações essenciais sobre a evolução económica de Portugal, dando particular ênfase à forma como na segunda metade do século XIX a difusão tecnológica e dos novos métodos de produção e de transporte impuseram diferenças regionais no desenvolvimento industrial. Lisboa ocupou aqui um lugar de destaque, não só porque era o maior aglomerado urbano, mas também porque, conjuntamente com Porto e Covilhã, foi das poucas concentrações industriais do País.⁶

A ideia de que o surgimento de estabelecimentos industriais de grande envergadura em número de trabalhadores e tecnologia moderna – a grande indústria – no século XIX, no contexto português, representava “uma ilha de modernidade incrustada num mar artesanal”⁷ vai ao encontro do que a bibliografia estrangeira revela sobre o desenvolvimento industrial deste período.

Paul Bairoch define o século XIX como crucial na história da Europa, já que marca “o momento de transição entre sociedades tradicionais e o mundo desenvolvido”.⁸ Tendo em conta que o processo de industrialização não se deu de forma e ritmo similares nos vários países europeus, este autor, quando os hierarquiza segundo o seu grau de desenvolvimento, coloca Portugal no último grupo juntamente com Espanha, Grécia, Bulgária, Finlândia e Rússia.⁹ Este grupo de países periféricos da Europa tem como denominador comum uma evolução industrial bastante tímida no período anterior ao início da I Guerra Mundial. Tal “não significa, contudo, que o desenvolvimento moderno não

⁶ Cabral, 1988; Justino, 1988-1989; Lains, Silva, 2005; Reis, 1993; Silveira, Alves, Lima, Alcântara, Puig-Farré, 2011.

⁷ Mónica, 1986, p.13.

⁸ Bairoch, 1988, p. 217 (tradução livre).

⁹ Bairoch, Goertz, 1986; Bairoch, 1988.

tenha atingido estes países”¹⁰. Porém, foi mais lento e tardio que o ocorrido nos restantes Estados europeus.

No caso português, a indústria de final de Oitocentos, embora com bastantes problemas e um ritmo lento¹¹, foi “um sector que conheceu um crescimento tendencialmente positivo e sustentado”¹², consequência fundamental do desenvolvimento e diversificação da grande indústria prioritariamente na cidade de Lisboa, mas também na grande dispersão e articulação entre o trabalho desenvolvido nas pequenas oficinas ou mesmo no domicílio e a produção industrial moderna, sobretudo no Porto e Covilhã.¹³

Sobre a cidade de Lisboa há uma série de sínteses gerais sobre a sua evolução demográfica¹⁴, industrial¹⁵ e urbanística¹⁶, assim como obras fundamentais que procuram abarcar toda a sua evolução histórica ao longo dos tempos.¹⁷ Nestes últimos textos a cidade, na segunda metade do século XIX, é retratada como “a enorme cabeça de um país definhado”¹⁸ que vive um período de transição do seu perfil socio-urbanístico.

De facto, no final desta época existiam inúmeros estabelecimentos industriais e as oficinas de produção manufatureira em Lisboa, concentrando-se sobretudo ao longo do Tejo.¹⁹ No Beato e Xabregas concentravam-se essencialmente os armazéns de vinho, fábricas de tabaco, algodoeirias e moagens, na Boavista, as fundições e fábricas de pregaria, na zona de Alcântara, Santo Amaro e Calvário, as fábricas têxteis, de curtumes, de faiança, serralharias e fundições²⁰.

A multiplicidade de realidades, tanto em termos sectoriais como de dimensão, que caracterizava a concentração industrial na Lisboa do final do século XIX²¹ está espelhada numa série de estudos de carácter mais circunscrito publicados nos últimos anos tanto por historiadores, sociólogos como por

¹⁰ Bairoch, 1988, p. 259 (tradução livre).

¹¹ Reis, 1987.

¹² Lains, Silva, 2005, p. 279.

¹³ Justino, 1988-1989; Mata, 1999; Pereira., 2001; Reis, 1993.

¹⁴ Rodrigues, 1995.

¹⁵ Custódio, 1994; Mendes, Rodrigues, 1999.

¹⁶ Barata, 2010; Ferreira, 1987; Salgueiro, 1992.

¹⁷ Couto, 2006; Moita, 1994; Pinheiro, 2011.

¹⁸ Couto, 2006, p. 227.

¹⁹ Custódio, 1994.

²⁰ Folgado, Custódio, 1999.

²¹ Cabral, 1988; Justino, 1988-1989; Mendes, Rodrigues, 1999; Mónica, 1986.

antropólogos²². Sente-se, todavia, falta de uma análise de conjunto sobre a indústria e a população fabril centrada na última década do século XIX – momento de grandes alterações tanto urbanísticas como sociais.²³

Embora com o principal enfoque no operariado do início do século XX, o “advento do movimento reivindicativo”²⁴, Villaverde Cabral identifica, no livro *Portugal na Alvorada do Século XX (...)*, a última década do século XIX como o período onde os trabalhadores fabris e das grandes indústrias manufatureiras se viram juridicamente reconhecidos como parte da sociedade, ao ser publicada a primeira legislação específica de regulamentação do seu trabalho²⁵. Assim, o autor identifica o período entre 1892 e 1902 como o da “difusão da grande indústria”²⁶, quando o crescimento e concentração da força de trabalho disponível, a aglomeração de estabelecimentos industriais e manufatureiros e o desenvolvimento urbano criaram as condições potenciadoras da proletarianização da força de trabalho operária na zona de Lisboa.

Os historiadores têm, na sua maioria, os focos principais da sua atenção nas explicações das mudanças ocorridas ao longo do tempo e nas questões ligadas à cronologia, sendo o “tempo” a característica mais definidora da sua disciplina. E, em geral, a historiografia continua a debruçar-se sobre a evolução política, social, cultural, económica, sobre as relações e ações humanas como se as dimensões espaciais desses fenómenos não fossem relevantes.

No entanto, “o passado não pode existir no tempo: somente no espaço”.²⁷ As considerações de Ethington – uma reflexão muito completa e pertinente tanto em termos históricos como conceptuais – sobre o papel das metáforas espaciais e conceitos na compreensão do tempo histórico conduzem-nos à perceção de que o espaço e o tempo estão tão intimamente entrelaçados, que o conhecimento do passado só é alcançado se não se isolar um deles. Ou seja, que o posicionamento de toda a ação humana pressupõe localizações num determinado espaço-tempo que se materializa num “lugar” da história.²⁸

O território é um elemento indispensável ao entendimento das relações sociais e humanas. Como tal, a utilização dos SIG como ferramenta de

²² Brás, 2004; Cordeiro, 1997; Durão, 2003; Freire, 1992.

²³ Mata, 1999; Mónica, 1986; Rodrigues, 1995, Silva, 1994.

²⁴ Cabral, 1988, p. 75.

²⁵ Decretos de 10 de Fevereiro e 7 de Agosto de 1890, de 14 de Abril de 1891 e de 16 de Março de 1893.

²⁶ Cabral, 1988, p. 168.

²⁷ Ethington, 2007, p.465 (tradução livre).

²⁸ Ethington, 2007, p. 487.

investigação histórica permite novas perspetivas de conhecimento dos processos históricos ao relacioná-los com a sua localização no espaço.

Observando o espaço público como uma construção social que se transforma pelas vivências quotidianas,²⁹ a cidade não pode ser entendida como um aglomerado de pessoas e edifícios, já que as práticas/percursos dos grupos produzem espacialidades específicas. Importa retratar, também, os modos e espaços onde e como a população operária se apropriou da capital e, assim, conhecer a Lisboa industrial que se estendia entre Marvila e Alcântara e se misturava com a cidade antiga.

3) Em 1890 o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria levou a cabo um levantamento dos estabelecimentos fabris e manufatureiros em atividade em Portugal. Deste levantamento resultou o *Inquérito Industrial de 1890* que, por conter informações relativas aos nomes das empresas, sua localização (freguesia e/ou concelho e, nalguns casos, o lugar e até a morada completa), ramo de produção a que se dedicam, valores pagos pela matéria-prima, tipo de energia utilizada, motores usados e energia despendida (em cavalos-vapor), assim como o número de operários empregados (caracterizados em termos de sexo, faixa etária e alfabetização) e respetivas remunerações constitui uma valiosa fonte para o estudo das unidades industriais portuguesas da época.

O concelho de Lisboa é aquele que com mais pormenor foi inventariado no *Inquérito de 1890*, já que para a “grande indústria” (fábricas com mais de 5 trabalhadores) identificou e inventariou individualmente fábricas e oficinas.

Apesar das “muitas contrariedades”³⁰ [na recolha das respostas ao *Inquérito*], esta fonte alcança o universo industrial lisboeta em toda a sua heterogeneidade, ao ter tido em conta não só as fábricas e oficinas mas também o trabalho industrial e manufatureiro feito no domicílio e em pequeníssimas oficinas.

Em termos de análise espacial, os dados referentes à “grande indústria” lisboeta permitem uma desagregação da informação referente às fábricas ao ponto de termos identificada a rua e número da porta onde estas se localizavam. O que possibilita não só inferir a implantação territorial dos estabelecimentos fabris e oficinas, como analisar as bolsas industriais urbanas

²⁹ Lefebvre, 2007.

³⁰ *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p. 305.

tendo em conta a dispersão/concentração dos sectores produtivos, das bolsas de trabalho operário e maquinaria e energia empregues.

Com base nestas informações, ao longo deste texto, procurar-se-á encontrar respostas a questões como: onde estavam localizadas as fábricas? Existia um padrão espacial para a localização dos diferentes setores industriais? Quais foram as indústrias que ocuparam a área central da cidade e quais ocuparam os novos espaços urbanos? Como se distribuía o operariado pelos diferentes sectores de produção então existentes? Qual a dispersão da máquina a vapor?



Fig.1 – Localização das fábricas (*Inquérito Industrial 1890*)

Assim, a partir dos dados contidos no *Inquérito Industrial*, construiu-se uma base de dados e um SIG que possibilitaram a construção de uma cartografia digital da cidade, com a identificação e georreferenciação de cada estabelecimento industrial com pelo menos 5 operários. A cada fábrica foi associada informação relativa à sua caracterização, tal como o número de trabalhadores, o sector de produção, o número de máquinas a vapor e quantidade de energia utilizada. A partir da cartografia produzida foi possível fazer uma análise espacial da distribuição industrial e uma caracterização dos locais de trabalho dos operários lisboetas de 1890.

Numa primeira análise reconhece-se, ao observar o mapa da figura 1, a grande dimensão do pólo fabril de Alcântara onde, pela localização dos estabelecimentos industriais, se “lê” o traçado e a importância da ribeira de Alcântara no desenvolvimento industrial desta zona da cidade. Por outro lado, constata-se algo que não surge no que foi escrito até aqui sobre a dispersão industrial na capital: uma grande concentração de fábricas e oficinas no centro da cidade.



Fig. 2 – Pormenor da Baixa e zona histórica de Lisboa

Quando analisamos em pormenor a zona histórica, torna-se ainda mais evidente a grande concentração de pólos de produção que se localizavam na Baixa pombalina (figura 2). Sendo que na Rua do Ouro se concentravam essencialmente fábricas de confecção de vestuário, de gravatas, de calçado e no Rossio se inventariaram duas fábricas de chapéus, uma de luvas e uma cestaria.

Na Rua de São Paulo concentravam-se oficinas de metalurgia e mecânica e a produção de canastras e cestos. E, como até ainda há muito poucos anos, na zona do Bairro Alto encontravam-se as tipografias e litografias. A zona do Martim Moniz e Rua da Palma caracterizava-se por uma convivência bastante heterogênea de diferentes tipos de produção, havendo “um pouco de tudo”, desde tipografias, padarias, confeitarias, produção de azeite e vinho, fábricas de

móveis de ferro e de madeira, etc. Ou seja, a concentração fabril e oficial nestas zonas históricas da cidade era abundante e diversificada.

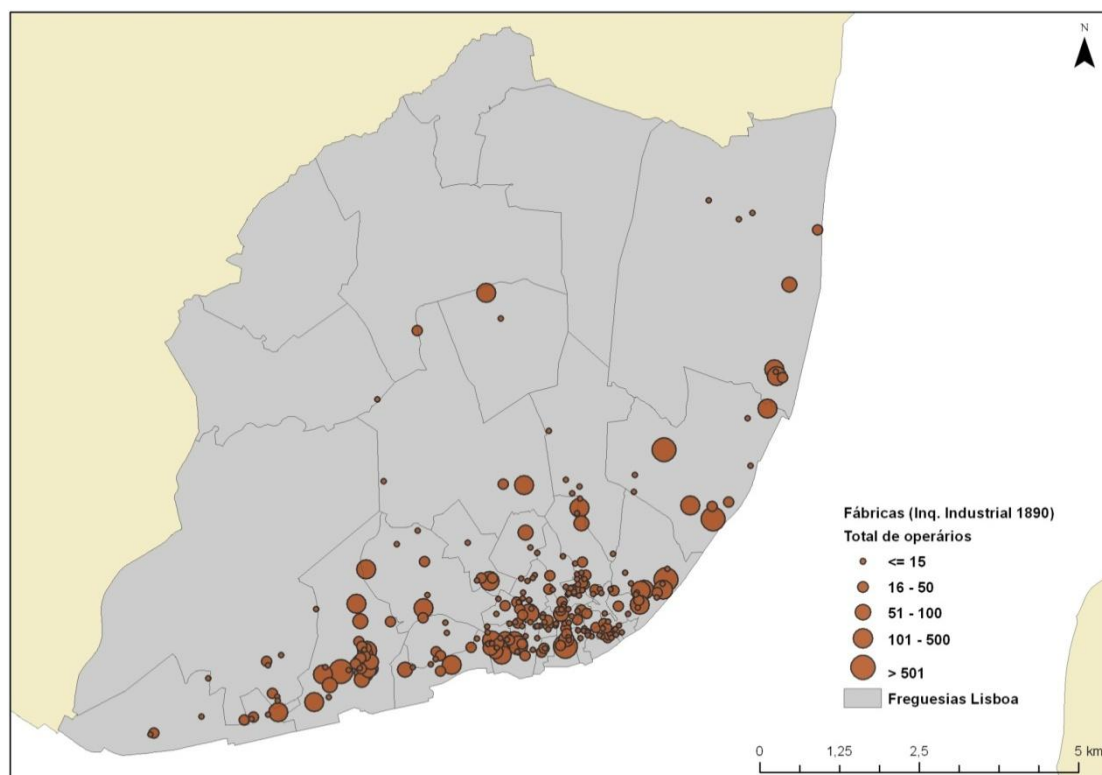


Fig. 3 – Fábricas por número de operários

Responderam ao *Inquérito Industrial de 1890* 259 fábricas e oficinas da cidade de Lisboa com mais de 5 trabalhadores, onde trabalhavam um total de 15 349 operários.

Ao examinarmos estas fábricas na sua dimensão, em número de operários que nelas trabalhavam (figura 3), constatamos que os estabelecimentos com menos trabalhadores (5) eram uma oficina de cestaria em Belém e uma marcenaria na Rua da Palma, enquanto a fábrica com mais operários era a Fábrica Lisbonense de Tabacos, em Santa Apolónia, com 2067.

Verifica-se, deste modo, que os sectores com mais operários eram o dos têxteis, de que falarei adiante, e dos tabacos. Das 5 empresas com mais de 500 operários, 2 são de tabacos (a Fábrica de Xabregas e a Lisbonense), 2 de têxteis, nomeadamente algodão (a Fábrica Samaritana de Algodão e a Companhia Lisbonense de Fiação), e o Arsenal da Marinha.

A figura 3 espelha com clareza que os estabelecimentos com mais trabalhadores se espalhavam essencialmente nas novas zonas de desenvolvimento industrial: a zona ocidental, de Alcântara, e a zona oriental, de Xabregas. Mas também a norte, embora com menor densidade, na zona do Campo Grande – representada com a Fábrica de Lanifícios do Campo Grande.

Contudo, é de salientar que, embora houvesse no centro da cidade, na zona histórica e mais antiga da cidade, uma maior concentração de fábricas e oficinas de menores dimensões, também lá existiam estabelecimentos com bastantes operários, de que é exemplo o já citado Arsenal de Marinha.

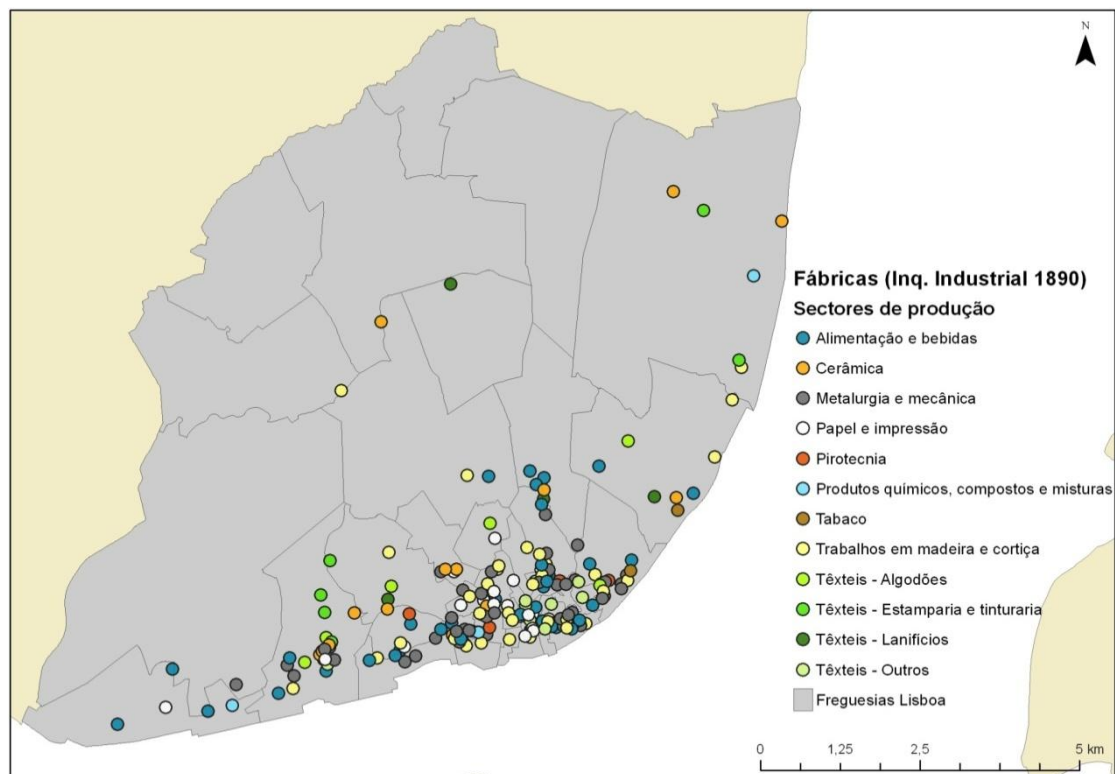


Fig. 4 – Fábricas por sector industrial

A análise espacial das fábricas e oficinas dos sectores de produção industrial com mais operários na Lisboa desta época³¹ revela uma implantação territorial dos sectores industriais com três tipos de padrões: um padrão de dispersão pelo tecido urbano; um padrão que denota uma certa centralidade; e um outro padrão que se centra nos limites urbanos da cidade.

Os estabelecimentos que se dedicavam a trabalhos em madeira e cortiça (a amarelo na figura 4) e os do sector de alimentação e bebidas (a azul escuro na figura 4), onde se incluem as fábricas de conservas, de bolachas, de cerveja, de

³¹ Foram considerados os nove sectores de produção industrial que empregavam mais de 2% dos operários registados no *Inquérito Industrial de 1890*. Assim, quanto à percentagem de operários a trabalhar em cada um dos sectores de produção, a hierarquia de importância era a seguinte: o dos têxteis empregava 25% dos trabalhadores; o dos tabacos, 17%; o dos trabalhos em madeiras e cortiça, 15%; o da metalurgia e mecânica, 14%; o da alimentação e bebidas, 7%; o do papel e impressão, 6%; o da produção de químicos, 3%; o da pirotecnia, 2,6%, e o da cerâmica, 2,6%.

produção de azeite, de vinho, confeitarias e panificadoras entre outros, estavam bastante dispersos pelo território lisboeta. Esta realidade faz sentido, sendo que estes são os sectores de produção que vivem da proximidade com os consumidores/clientes, como é o caso, por exemplo, das carpintarias e das padarias.

O sector do papel e impressão (a branco na figura 4), que inclui as tipografias do Bairro Alto, e o dos têxteis – outros (representado a verde água na figura 4), que são essencialmente oficinas e lojas de confecção de vestuário, concentravam-se fundamentalmente no centro da cidade e na “elegante” Baixa.

Por último, identifica-se um padrão de implantação industrial nas zonas periféricas. Disto são exemplo sectores que, por questões relacionadas com a disponibilidade de espaço, matérias-primas e/ou salubridade se implantavam nas zonas periféricas da cidade. São estas a produção cerâmica (a laranja na figura 4), as fábricas de têxteis de algodão (a verde claro na figura 4), os lanifícios (a verde escuro na figura 4) e as estamparias e tinturarias (a verde vivo na figura 4) ou a produção de produtos químicos (a azul claro na figura 4).

Um caso à parte era o das oficinas e fábricas ligadas à metalurgia e mecânica (a cinzento na figura 4), que se implantaram em redor do centro tradicional da cidade, nunca entrando nele.

Numa tentativa de identificar bolsas industriais urbanas, tendo em conta a dispersão/concentração dos sectores produtivos, considerámos uma divisão da cidade em três zonas: a ocidental, a central e a oriental. Daqui resultou a constatação de que a diversidade dos sectores de produção é uma constante em todas elas, brotando, no entanto, algumas especificidades e diferenças.

Nas zonas ocidental e oriental situavam-se as grandes fábricas de têxteis de algodão, as estamparias e tinturarias e a produção de cerâmica. Nesta última zona, nomeadamente em Xabregas, concentravam-se as fábricas de tabacos (a castanho na figura 4). A zona central era dominada pelas tipografias e fábricas de produção de papel, para além das confecções de vestuário, de luvas e de chapéus.

Há três sectores que dominam em todo o espaço lisboeta: são eles a alimentação e bebidas, os trabalhos em madeira e cortiça e a metalurgia e mecânica. Embora este último, como já referimos, existisse na zona central, não entrava na Baixa.

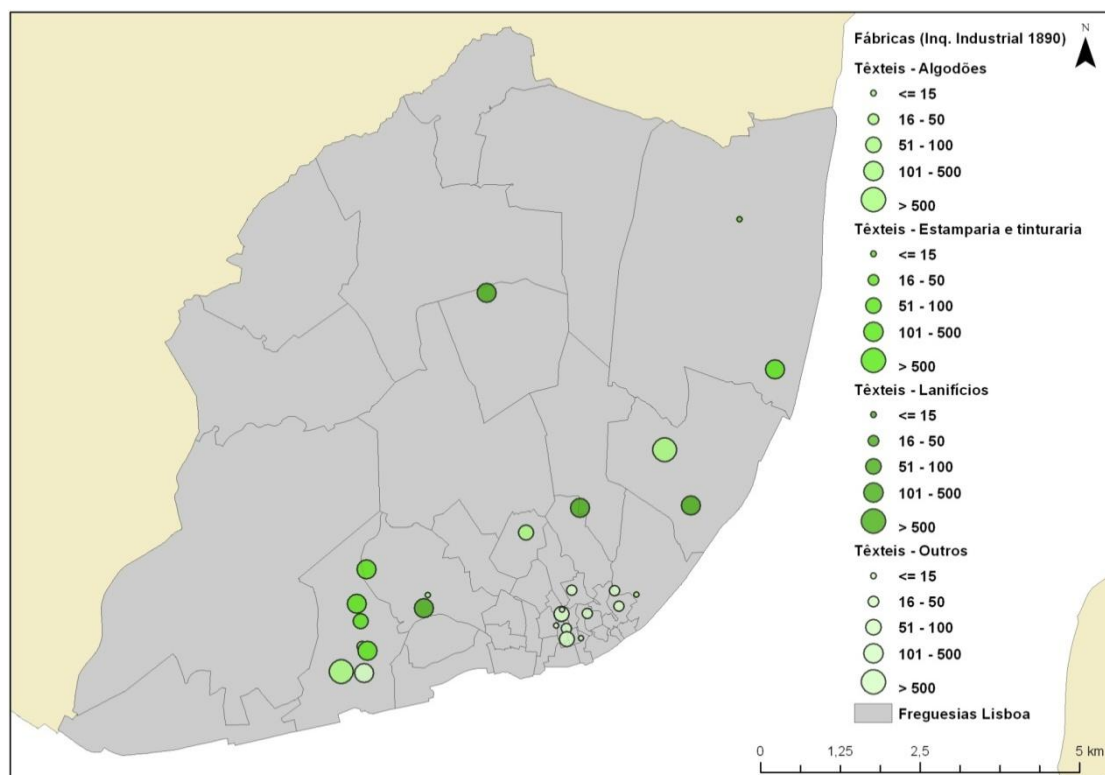


Fig. 5 – Número de operários por fábrica, dos sectores industriais dos têxteis

Ao analisarmos especificamente o sector dos têxteis, onde, segundo os dados do *Inquérito Industrial*, trabalhavam um quarto dos trabalhadores do sector secundário de Lisboa,³² apuramos que o padrão da implantação territorial destes estabelecimentos reflete a tendência que se observava na globalidade dos sectores de produção. Ou seja, as fábricas com mais de 100 operários encontravam-se afastadas do centro – nos novos pólos industriais que surgem nesta época – e as pequenas fábricas e oficinas existiam fundamentalmente no âmago da centralidade urbana.

Um facto interessante, já referido anteriormente, a salientar no mapa apresentado na figura 5, é o caso de as fábricas que se situavam na freguesia de Alcântara desenharem o traçado da antiga ribeira de Alcântara e, por outro lado, das oficinas de confecção marcarem o traçado da Rua do Ouro. Estão aqui, de alguma maneira, refletidos os dois espaços industriais desta cidade em final de Oitocentos: a grande indústria que dependia das condições naturais na periferia e as pequenas oficinas e fábricas de ultimação no centro, convivendo com as lojas de modas e os cafés.

³² É de salientar que 12% do total de trabalhadores industriais registados no *Inquérito Industrial de 1890* (1842 pessoas) estavam ligados à produção de tecidos de algodão.

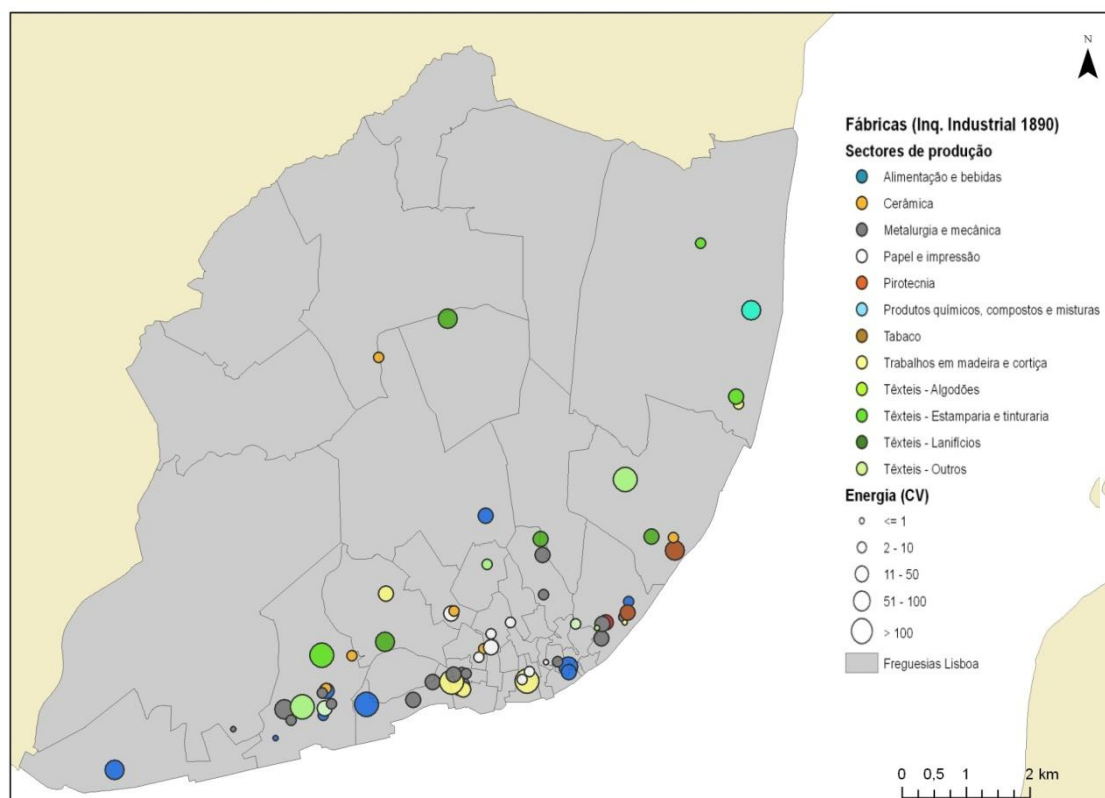


Fig. 6 – Energia utilizada (em CV) por sector industrial (fábricas com máquina(s) a vapor)

O *Inquérito Industrial de 1890* constitui também, tal como já foi exposto, uma fonte importante para a caracterização tecnológica da indústria da cidade de Lisboa neste final de Oitocentos. Permite-nos examinar não só que fábricas utilizavam esta energia na sua produção, mas também as máquinas a vapor que usavam e a quantidade de cavalos-vapor gastos.

Constatamos, neste caso, que todas as 203 máquinas a vapor registadas estavam em fábricas ou oficinas dos nove sectores industriais com maior número de operários que relatámos anteriormente. Sendo que era no sector dos têxteis que o uso do vapor estava mais difundido, nos tabacos, na metalurgia, na alimentação e no sector do papel e impressão muitas fábricas e mesmo pequenas oficinas empregavam esta energia na sua produção (figura 6).

A análise espacial da dispersão da energia do vapor indica-nos que o uso não se circunscrevia aos pólos industriais de Alcântara ou de Xabregas, estando de algum modo difundida por toda a cidade, existindo mesmo nas zonas mais centrais.

4) Este trabalho representa ainda uma abordagem inicial à compreensão da vivência operária em Lisboa no final do século XIX. No

entanto, a análise espacial da implantação industrial, ou seja, dos locais de trabalho dos operários e operárias, permite afirmar que a população proletária não estava só na “Lisboa industrial” de Alcântara ou de Xabregas, junto ao porto e ao caminho-de-ferro ou perto das ribeiras. A classe operária também estava, porque aí trabalhava, na “Lisboa elegante” da Baixa, das lojas, dos cafés e da política.

Assim, uma das características principais da concentração industrial lisboeta deste período era a sua dispersão fabril e oficial. Nos novos pólos industriais das zonas ocidental e oriental da cidade concentrava-se grande parte dos estabelecimentos com mais operários e uma maior utilização da energia do vapor. A zona ocidental, essencialmente Alcântara (da qual se conhecia o grande cariz industrial, com muitas máquinas a vapor), era bastante diversa nos sectores de produção. Predominando, no entanto, as indústrias têxteis, metalúrgica e cerâmica. A zona oriental, de Xabregas, Beato e Madredeus, era neste período particularmente muito especializada nos sectores de produção dos tabacos e dos têxteis.

Mas a Lisboa industrial não era somente constituída por grandes fábricas. As pequenas fábricas ou oficinas com poucos trabalhadores, para além de existirem em grande quantidade, eram muito diversas em termos de produção e disseminavam-se por todo o tecido urbano. Sendo que, por outro lado, também algumas delas utilizavam a energia do vapor, inclusivamente no centro da cidade.

Uma das conclusões mais inovadoras que a análise espacial dos dados deste *Inquérito Industrial* nos revelou foi o retrato de uma zona central muito “industrial”, onde existiam bastantes unidades de produção de pequenas dimensões (ainda que nem todas o fossem), e uma Baixa recheada de oficinas com uma variedade sectorial que não era anteriormente evidente – dominando, ainda assim, as confecções em têxteis e fábricas de chapéus –, detetando-se, inclusivamente, o uso de máquinas a vapor.

Para completar e ir mais longe na análise estatística e espacial dos dados do *Inquérito Industrial de 1890*, a este estudo seguir-se-ão novas investigações e o exame aprofundado do enquadramento histórico destas fontes e do fenómeno do crescimento e da localização espacial do operariado urbano e seus espaços de habitação na Lisboa do final do século XIX.

Bibliografia

Bairoch, Paul, *Cities and Economic Development, From the Dawn of History to the Present*, Chicago, University of Chicago Press, 1988.

Bairoch, Paul; Goertz, Gary, "Factors of Urbanisation in the Nineteenth Century Developed Countries: A Descriptive and Econometric Analysis", *Urban Studies*, XXIII, 4, pp. 285-305, 1986.

Barata, Ana, *Lisboa «caes da Europa». Realidades, desejos e ficções para a cidade (1860-1930)*, Lisboa, Edições Colibri, 2010.

Brás, Rui Manuel, *Formas institucionais e sistemas de valores: as associações de sapateiros de Lisboa, da segunda metade do século XIX ao Estado Novo*, Oeiras, Celta, 2004.

Cabral, Manuel Villaverde, *Portugal na alvorada do século XX. Forças, sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

Cordeiro, Graça Índias, *Um lugar na cidade. Quotidiano, memória e representação no bairro da Bica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.

Couto, Dejanirah, *História de Lisboa*, Lisboa, Gótica, 2006.

Custódio, Jorge, "Reflexos da industrialização na fisionomia e vida da cidade" in Irisalva Moita (coord.), *O livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 435-492, 1994.

Durão, Susana, *Oficinas e tipógrafos: cultura e quotidianos de trabalho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2003.

Ethington, Philip J., "Placing the past: 'Groundwork' for a Spatial Theory of History", *Rethinking History*, vol. 11, n.º 4, Routledge, 2007, pp. 465-493.

Ferreira, Victor Matias, *A cidade de Lisboa. De capital do Império a centro da Metrópole*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.

Folgado, Deolinda, Custódio, Jorge, *Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

Freire, João, *Anarquistas e Operários (Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940)*, Porto, Edições Afrontamento, 1992.

Gregory, I.; Ell, P. S., *Historical GIS. Technologies, Methodologies and Scholarship*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007.

Inquérito industrial de 1890, Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria, Direcção Geral do Commercio e Industria, Lisboa, IN, 1891.

Justino, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*, Lisboa, Vega, 1988-1989.

Lains, Pedro, Silva, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, vol. II (O Século XIX), Lisboa, ICS, 2005.

Lefebvre, H., *The Production of Space*, Maiden, Blackwell Publishing, 2007.

Mata, Maria Eugénia, "Indústria e emprego em Lisboa na segunda metade do século XIX", *Ler História*, n.º 37, 1999, pp. 127-146.

Mendes, José M. Amado, Rodrigues, Manuel Ferreira, *História da indústria portuguesa: da Idade Média aos nossos dias*, Mem Martins, Europa-América, 1999.

Moita, Irisalva (coord.), *O livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

Mónica, Maria Filomena, *Artesãos e operários: indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1934)*, Lisboa, ICS, 1986.

Pereira, Miriam Halpern, *Diversidade e assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, ICS, 2001.

Pinheiro, Magda, *Biografia de Lisboa*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2011.

Reis, Jaime, "A Industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913", *Análise Social*, n.º 96, Lisboa, ICS, pp. 207-227, 1987.

Reis, Jaime, *O Atraso económico português (1850-1930)*, Lisboa, INCM, 1993.

Rodrigues, Teresa, *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995.

Salgueiro, Teresa Barata, *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1992.

Silva, Raquel Henriques da, "Os últimos anos da Monarquia. Desenvolvimento urbanístico. Os Novos Bairros" in Irisalva Moita (coord.), *O livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 405-424, 1994.

Silveira, Luís N. E.; Alves, Daniel; Lima, Nuno M.; Alcântara, Ana; Puig-Farré, Josep, "Population and Railways in Portugal, 1801-1930", *Journal of Interdisciplinary History*, vol. 42, 1, Cambridge, MIT Press, pp. 29-52, 2011.

Silveira, Luís N. E.; Alves, Daniel; Lima, Nuno M.; Alcântara, Ana; Puig-Farré, Josep, "Caminhos-de-ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930" in *Ler História*, n.º 61, pp.7-39, 2011.

- Thompson, E. P., *The making of the English working class*, New York, Vintage Books, 1966.

As condições do trabalho indígena e os seus reflexos na construção do nacionalismo angolano

Anabela Silveira¹

Em 1911, pouco tempo depois da instauração da República, era publicado o *Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas*, uma sequência lógica de um outro regulamento datado de 1899 que definia não só a duração de dois anos de contrato de trabalho a cumprir pelos africanos como proibia a utilização de correntes, algemas ou gargalheiras ligadas a práticas escravagistas. Por sua vez, Norton de Matos, o primeiro governador-geral republicano de Angola, considerando que a aculturação dos “indígenas” passava pela monetarização do trabalho, fez publicar, a 21 de Dezembro de 1912, a Portaria n.º 1092, que garantia a renovação dos contratos e horário de trabalho, salário mínimo, descanso mensal e pagamento em numerário. A cultura intensiva do algodão, fundamental para o desenvolvimento da indústria têxtil metropolitana, originou a produção de legislação que, alegando a inércia natural do africano, permitia à administração a angariação e o fornecimento de trabalhadores. Estava assim na calha a estruturação do trabalho por contrato, uma reacção ao trabalho compelido que Norton de Matos achava desprovido de humanidade. Porém, o mesmo Norton de Matos não se acanhou em utilizá-lo nas obras públicas, servindo-se de mão de obra forçada e gratuita, muitas vezes de mulheres, crianças e velhos.

A queda do regime republicano não pôs em causa a organização do trabalho nas colónias, bem pelo contrário. O *Estatuto dos Indígenas*, publicado em Outubro de 1926, estribava o trabalho por contrato na liberdade individual, na garantia de um salário justo, na assistência, bem como numa remuneração aos trabalhadores das obras públicas, proibindo à administração o fornecimento de mão de obra a particulares. Como os atropelos à lei eram uma constante, Marcelo Caetano, ministro das Colónias entre 1944 e 1946, encarregou Henrique Galvão de apurar o grau de inobservância da legislação em vigor e da elaboração de um relatório que permitisse à tutela a adopção de medidas correctivas.

¹ IHC/FCSH-UNL.

Datado de 22 de Janeiro de 1947, o relatório de Henrique Galvão analisava criticamente as condições de trabalho dos africanos. Numa clara violação da lei, o sector privado contava com mão de obra fornecida por funcionários coloniais.² O trabalho por contrato, oficialmente entendido como voluntário, mais não era do que um trabalho compulsivo, pois os contratados eram recrutados por agentes do governo, pagos por cabeça e distribuídos onde necessário fosse: agricultura, sector mineiro ou pescas. Se os contratados tinham direito à alimentação e à assistência, estas eram muito deficitárias. O fomento das culturas obrigatórias, como o algodão ou a cana-de-açúcar, reduziram os camponeses, segundo a expressão utilizada por Galvão, a “servos da gleba” que, suportando todos os riscos das plantações, viviam em situação profundamente desumana.

Em 1948 a questão colonial despertava tanto interesse nas Nações Unidas, que a organização convida os países com colónias a prestarem informações sobre as práticas de trabalho forçado. O MNE português estava consciente dos constrangimentos que o problema da mão de obra indígena podia acarretar, pois se a legislação em vigor parecia proteger os trabalhadores, as práticas levadas a cabo pelas autoridades coloniais e pelos colonos, como bem comprovara Henrique Galvão, afastavam-se dos propósitos do legislador. Portugal, que à época não fazia parte da ONU, recusou o convite, optando pelo silêncio. Em Março do ano seguinte, alavancada no artigo 55.^o da Carta da ONU, uma resolução do seu Conselho Económico e Social ordenava a abertura de um inquérito sobre o trabalho forçado nas colónias portuguesas. Portugal reagia em Dezembro de 1949 e, para além de não autorizar a realização do referido inquérito, defendia-se com a apresentação de uma súmula da legislação em vigor – *Acto Colonial, Carta Orgânica do Império Colonial Português, Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas, Código de Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas de África* –, bem como um apanhado das propostas elaboradas por Henrique Galvão conducentes à melhoria da situação laboral dos trabalhadores indígenas.

Ora, se a problemática do trabalho forçado se tornou uma das principais bandeiras dos movimentos de libertação na luta contra o colonialismo e se internacionalmente o Governo português sempre procurou desvalorizar a sua

²Basil Davidson, na obra *Angola – no centro do furacão*, transcreve extractos das memórias de Sandele, um angolano que, nos anos 50, foi vítima das arbitrariedades do sistema colonialista. (Davidson, Basil, *Angola – no centro do furacão*, Edição Delfos, Lisboa 1972/1974).

As condições do trabalho indígena e os seus reflexos na construção do nacionalismo angolano prática, remetendo para os normativos legais, o que se entende por trabalho forçado?

Segundo o *Código dos Indígenas*, que se manteve em vigor de 1928 a 1961, o trabalhador africano tinha por obrigação trabalhar como contraponto ao que lhe era oferecido pelo governo colonial: educação, tutela administrativa, obra missionária e campanhas sanitárias. Apesar de os movimentos de libertação englobarem sob a designação genérica de trabalho forçado todas as modalidades de trabalho impostas aos africanos, há que distinguir trabalho obrigatório ou compelido do trabalho voluntário que, por sua vez, apresentava duas variantes – voluntário e por contrato. O trabalho compelido ou obrigatório era imposto a todo o africano pelo menos durante seis meses e era utilizado em actividades de interesse público, como as obras públicas. O pagamento de uma taxa anual poderia dispensar o trabalhador africano, recrutado pela administração, da prestação deste tipo de trabalho. Por sua vez, entendia-se como trabalho voluntário aquele que o trabalhador africano realizava por sua livre iniciativa, podendo, por isso, escolher o patrão e negociar o seu salário. Ora esta era uma prática que estava ao alcance de uma minoria, fundamentalmente mestiços e negros “assimilados”. Já o trabalho por contrato, com um prazo de duração que variava entre os seis meses e os dois anos, abrangia a grande maioria dos trabalhadores e tinha a intervenção directa da Administração, que recrutava a mão de obra necessária ao desenvolvimento económico das colónias. No caso angolano, até aos inícios da década de 50 do século XX, os trabalhadores contratados podiam ser ainda enviados para as roças de cacau em S. Tomé e Príncipe. Apesar de, pelos normativos legais, às empresas privadas estar vedada a utilização de trabalhadores a contrato, de facto tal não acontecia, florescendo pelo território angolano a figura do engajador, ou seja, o recrutador de mão de obra indígena. Ao trabalhador contratado era pedido o desempenho consciencioso das suas funções, não podendo abandonar o local de trabalho, e o reembolso ao empregador por possíveis causas e danos. Um trabalhador relapso sofria punições que, no limite, passavam pelo trabalho correcional que podia ir até um ano. Por seu turno, ao empregador era pedido o cumprimento escrupuloso do termo do contrato, a não exigência de esforço demasiado ao trabalhador, que devia alimentar e alojar, para além de lhe assegurar assistência social e médica. Não podia obrigar o trabalhador a comprar os produtos essenciais na cantina da empresa, nem reter os seus ganhos com a argumentação de dívidas feitas na referida cantina. Não podia ainda prolongar o prazo do contrato sem motivos

justificados, devendo permitir o reagrupamento da família que teria também direito a assistência social, médica e educativa.

Se, legalmente, estavam definidos os direitos e deveres dos trabalhadores e dos empregadores, a necessidade de mão de obra intensiva, como nas plantações de café no Norte de Angola, levava a transgressões no recrutamento dos trabalhadores, obrigados a fazerem-se contratar através de ameaças verbais, violência e raides noturnos sobre as suas sanzalas, falsas promessas, bem como na arregimentação de mulheres, velhos e crianças para o trabalho compelido. Por seu turno, se para o indígena o trabalho por contrato se transfigurou em autêntico trabalho forçado, o empregador libertava-se do cumprimento das suas obrigações legais. O contrato podia prolongar-se para lá do máximo estipulado de dois anos, o horário de trabalho era excessivo e os salários baixos. Passaram a ser majoradas as deduções previstas quanto à alimentação, vestuário e alojamento, tornando-se obrigatória a aquisição de bens de primeira necessidade na cantina da empresa. A estas condições acrescentava-se a prática de maus tratos, de que estão implícitos os castigos corporais, com a caderneta do indígena a exercer um controlo férreo sobre os trabalhadores, pois servia ao mesmo tempo de registo fiscal, boletim de saúde e livrete familiar, contendo informações sobre a profissão, emprego habitual, salário, nome do empregador, local de trabalho, data, duração e término do contrato, bem como sobre o cumprimento do mesmo.

Apesar de em finais de 1949 Portugal se recusar a responder ao inquérito sobre o trabalho forçado nas suas colónias e malgrado a censura férrea que pesava sobre o regime, a ONU recebia informações sobre Angola. Assim, a 15 de Dezembro de 1951, um grupo de angolanos remetia para aquela organização uma missiva intitulada “Carta do Povo Aborígene de Angola às Nações Unidas”, que mais não era do que a denúncia da situação vivida naquela colónia portuguesa por parte dos colonizados. Entre muitos outros aspectos, a carta referia a promulgação de leis que criavam enormes reservas de terreno que, retiradas aos camponeses, passavam para a posse dos colonos brancos provocando alterações irremediáveis na sociedade tradicional, o uso e abuso da contratação forçada de trabalhadores, o papel dos engajadores e das autoridades administrativas.

A adopção de uma política de escravatura camuflada em contratos, no fornecimento de pessoal para servir de mão de obra a roceiros em que as autoridades administrativas são angariadores mediante o pagamento que vai de 1000 a 3000 angolares por cada homem ou mulher fornecido; o aprisionamento constante e sistemático dos aborígenes nas ruas e nos seus

domicílios para forçosamente irem prestar serviços gratuitos nas estradas e outras obras do Estado; a transferência, à força, das propriedades – lavras de café e palmares – pertencentes aos aborígenes, imposta pelas autoridades sob fundamentos diversos sem razão; a desorganização gradual dos lares dos aborígenes que resulta da política de compelir o chefe de família a ir trabalhar para a roça do branco em prejuízo da sua propriedade, enquanto a mulher e os filhos são enviados para uma roça diferente, os filhos menores de 16 anos lançados ao abandono; a quase impossibilidade do indígena regressar ao lar depois de terminar o tempo de contrato de serviço na roça devido ao sistema seguido pelas autoridades de os indígenas saírem de um patrão e passarem, automaticamente, para outro patrão, levando, assim, uma vida de pária, de patrão em patrão, de roça em roça até que lhe chega a morte, apoderando-se o Governo das suas propriedades que passam imediatamente para as mãos dos brancos.³

Os subscritores, ao levantarem a questão trabalho indígena, referiam-se claramente ao desrespeito pelos normativos legais em vigor e ao particularizarem as condições de trabalho, denunciavam a prática de “salários miseráveis com direito a um fato de ganga e um cobertor”, pois o “Negro não discute o preço do seu salário; tem de aceitar o que lhe é imposto”, de castigos corporais, a “pressão do chicote e da palmatória” e de uma alimentação deficiente, “um pouco de fuba e peixe seco”⁴. A problemática das culturas obrigatórias, particularmente do algodão, foi também analisada, definindo-a como um “sistema altamente desumano e ruinoso à situação económica do produtor indígena”, proibido de cultivar outro tipo de produto, sendo por isso obrigado a abandonar a agricultura de subsistência, e forçado a “entregar toda a produção exclusivamente à firma monopolista da região, que a paga a preços de ladrão”⁵.

Sem qualquer possibilidade legal de se organizarem política e sindicalmente, os subscritores da Carta, que se apresentavam como os “líderes da causa africana”, encaravam as Nações Unidas como a única organização capaz de vencer “o despotismo e a tirania do Governo português”,⁶ a quem solicitavam o fim do domínio colonial sobre Angola, colocando o território sob

³ *Carta do Povo Aborígene de Angola dirigido às Nações Unidas*, fax símile in CDI, *História do MPLA (1940-1966)*, 1.º volume, edição do Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, Luanda, 2008, p. 359.

⁴ *Carta do Povo Aborígene de Angola dirigido às Nações Unidas...*, p. 365.

⁵ *Carta do Povo Aborígene de Angola ...*, p. 373. Convém referir que a revolta dos plantadores algodoeiros na Baixa de Cassange, entre Dezembro de 1960 e meados de Março de 1961, teve por base as condições iníquas de trabalho e de sobrevivência daqueles trabalhadores.

⁶ *Carta do Povo Aborígene de Angola ...*, p. 382.

o protectorado de uma nação a indicar pelos próprios “aborígenes”. O fermento da revolta emancipalista ia ganhando adeptos.

Em Outubro de 1952, o embaixador Armindo Monteiro comunicava ao MNE que o trabalho forçado nas colónias estava sob a mira de organismos internacionais, como a OIT ou o Comité Ad-Hoc da ONU que, em finais do ano seguinte, publicava um memorando destacando o facto de, apesar de o trabalho forçado ser proibido pela legislação portuguesa, excepções à lei permitirem a sua consecução levada a cabo pelas autoridades coloniais com o apoio de recrutadores ou engajadores. Em reacção, o Ministério das Colónias, em *Informações sobre alegações contra Portugal relativamente ao trabalho forçado*, datado de 16 de Novembro de 1953, desmontava o texto do Comité Ad Hoc e, num registo paternalista e não isento de racismo, explicava que o trabalho obrigatório seria uma maneira de promover a “civilização” do africano, ao responsabilizá-lo por si, pela sua família e pelo cumprimento do trabalho. Nesta ordem de ideias, o que internacionalmente era entendido como trabalho forçado não passava de mera coacção para o cumprimento de um contrato livremente aceite pelo trabalhador que, por ter uma mentalidade “atrasada, sem noção exacta dos seus deveres”, precisava de ser educado “não só nos seus direitos como nos seus deveres”⁷.

Ora foi esta imposição pelo cumprimento dos deveres exigidos aos trabalhadores indígenas, a quem não eram consignados quaisquer direitos, que contribuiu para o eclodir do nacionalismo angolano do pós-guerra, em plena organização clandestina na década de 50 do século XX.

A 12 de Novembro de 1955, tendo como proponentes Viriato da Cruz, Ilídio Machado, António Jacinto e Mário António de Oliveira, surgia em Luanda o Partido Comunista de Angola. Na acta da sua fundação, ficava bem patente como as relações de trabalho entre colonizador e colonizados contribuíram para a sua criação.

[O PCA foi produto] da influência directa e próxima da revoltante opressão a que está sujeito o povo angolano pelo imperialismo, da situação revoltante da população indígena [que] tem sido recuada, pelo colonialismo português, na sua prosperidade, no seu bem-estar e nos direitos humanos fundamentais; da situação revoltante das grandes massas de camponeses indígenas, as quais são escoraçadas das suas terras, exploradas, reduzidas à miséria e proletarizadas (...); da situação revoltante da classe operária, reduzida à miséria, oprimida e

⁷ Informações do Ministério das Colónias sobre trabalho forçado, ANTT, Arquivo de Oliveira Salazar, AOS/CO/UL-20, 16/11/1953, fls. 95/116.

As condições do trabalho indígena e os seus reflexos na construção do nacionalismo angolano

deliberada e pertinazmente desorganizada pelas classes exploradoras do imperialismo.⁸

A pouca adesão ao PCA levou a que três dos seus proponentes, Viriato da Cruz, Ilídio Machado e António Jacinto, fundassem, em Dezembro de 1956, uma nova organização, o PLUA⁹, que teve no *Manifesto de 1956*, o seu texto estruturante. De igual modo aqui se referia a situação do trabalho e dos trabalhadores, não só do trabalho forçado como o exemplo acabado da exploração, mas também as condições de vida dos africanos.

O nível de vida dos trabalhadores está abaixo da linha de miséria. Os salários são de fome. Baixa continuamente o poder de compra das massas trabalhadoras [que] não têm direito a organizarem-se para a defesa dos seus interesses de classe. Habitam palhotas e cubatas mal construídas, em bairros infectos e desordenados, sem abastecimento de água, sem esgotos, sem luz, sem mercados, sem escolas, sem praças, sem sanitários, sem higiene. Os filhos dos trabalhadores, grande parte dos quais morre na infância, não têm direito à instrução primária e profissional e dificultam-lhes, por todos os meios, o acesso às escolas primárias e secundárias (...). Os trabalhadores do campo, formando mais do que um quinto dos homens válidos de Angola, obrigados pelo infame “contrato”, vivem sem o gozo dos mais elementares direitos humanos (...). Dispõem deles como se fossem gado [e] no quadro geral dos trabalhadores, os trabalhadores indígenas são mais explorados [trabalhando] com instrumentos de lavoura rudimentares, em terras cuja posse individual não lhes é reconhecida. Obrigam-nos a cultivar os géneros agrícolas que lhes indicam. São explorados pelos parasitas intermediários que lhes comprem os géneros. Vivem na miséria, longe de todos os recursos.¹⁰

Pelo *Manifesto de 1956*, o PLUA incitava as massas populares e indígenas à “mobilização e luta do povo de Angola” contra o colonialismo português, pela independência nacional e instauração de um governo “angolano democrático e popular”¹¹

Em Março de 1957 surgia em Angola um manifesto emanado de um Comité Secreto da Independência que defendia a independência daquela colónia como condição para o fim dos “métodos escravagistas de Portugal”.

⁸ *Acta da fundação do Partido Comunista de Angola*, fax símile in CDIH, *História do MPLA (1940-1966)*, 1.º volume, edição do Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, Luanda, 2008, p. 385.

⁹ Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola.

¹⁰ *Manifesto de 1956*, ATD, Arquivo de Lúcio Lara, Dezembro de 1956, cópia manuscrita, doc. 53. Convém salientar que este manifesto esteve na base da organização de muitos outros grupos, nomeadamente do MPLA, que reivindica para a si a publicação do manifesto como a data da sua fundação.

¹¹ *Manifesto de 1956*, ATD, Arquivo de Lúcio Lara, Dezembro de 1956, cópia manuscrita, doc. 53.

Apresentando um resumido plano de governo, reivindicava a abolição do trabalho compelido.

Exilados bacongos do Norte de Angola no Congo belga fundavam em Julho de 1957 a UPNA¹². Uma das suas primeiras decisões foi enviar uma carta ao secretário-geral das Nações Unidas em que, condenando o trabalho forçado praticado na colónia, solicitavam uma investigação por parte da ONU. Procurando internacionalizar a causa angolana, encontraram em Holden Roberto o porta-voz dos seus anseios independentistas. E foi já como representante da UPA (União das Populações de Angola), uma designação muito mais abrangente do que a anterior, que Roberto participou na I Conferência dos Povos Africanos, realizada em Acra, no Gana, em Dezembro de 1958, onde apresentou um libelo acusatório contra o colonialismo português: atropelos aos direitos humanos, exploração dos africanos por parte das autoridades e dos colonos brancos, o trabalho forçado, os castigos corporais, a espoliação de terras, as prisões, a tortura, o degredo. Na sequência de Acra, a UPA fez distribuir um comunicado, com o título “Manifesto Africano”.

A triste situação dos Angolanos foi devidamente analisada naquela Conferência, tendo-se chegado à conclusão que vivemos como num campo de concentração, na mais extrema miséria (...). Das decisões da Conferência (...) destacamos o seguinte: pedir à ONU que recomende aos Imperialistas o abandono completo e pacífico das colónias que têm em África; prestar auxílio material ao povo da colónia de Angola na sua luta pela liberdade [e] rejeitar a leviana tese portuguesa de que as colónias de África fazem parte integrante de Portugal da Europa (...); pedir o envio de delegados da Cruz Vermelha Internacional a Angola para examinar as condições de vida dos Angolanos, porque a política portuguesa contra os nativos das colónias é abominável e cheia de opressão, utilizando-se até a religião para manter o domínio e a separação entre Africanos (...); recomendar o reconhecimento internacional imediato do direito do povo de Angola à sua independência e autodeterminação.¹³

Da responsabilidade do MIA¹⁴, um dos movimentos independentistas que clandestinamente se formaram em Luanda em 1958, era divulgado o “Manifesto aos Angolanos”, que datado de 1959, levantava a questão do acesso ao trabalho para os africanos, preteridos pelos milhares de portugueses que, durante toda a década de 50, tinham chegado a Angola. Para o MIA, e à semelhança do que se

¹² União das Populações do Norte de Angola.

¹³ *Manifesto Africano*, ANTT, Arquivo da PIDE, Processo 2126/59, caixa 1, UPA, 1958, fl.1084.

¹⁴ Movimento para a Independência de Angola.

As condições do trabalho indígena e os seus reflexos na construção do nacionalismo angolano passava um pouco por toda a África, o único caminho possível era a independência do território.

Se o ano de 1959 foi terrível para os movimentos independentistas luandenses pelo rude golpe que sofreram com a prisão de mais de cinco dezenas de militantes, no que ficou conhecido pelo Processo dos 50, a realização em Dezembro, na cidade de Luanda, da Conferência Africana da Organização Internacional do Trabalho, permitiu a criação de um novo movimento, o MINA¹⁵, resultado de reuniões clandestinas entre elementos ligados àqueles movimentos e delegados da OIT, entre os quais Diallo Seyduo, vice-presidente do Movimento dos Trabalhadores da Guiné Conakry, na mesma altura em que era distribuído na capital angolana um extenso documento sobre a situação dos trabalhadores africanos.

1- Il existe en Angola une discrimination nette de tâches, travaux, salaires, entre un travailleur noir et un travailleur blanc. 2- (...) a) La population noire "non civilisée" forme la grande masse des travailleurs de plantation, entreprises industrielles, chantiers des travaux publics et les paysans des villages indigènes. Cette population est soumise au "Statut des Indigènes" et ne jouit pas des droits de citoyens (...). 4- Seulement les travailleurs blancs, métis ou noirs "civilisés" ont droit à l'affiliation aux syndicats (...). 7- la journée de travail est payée aux travailleurs noirs "contractés" à 3\$30 (...) A ce salaire en argent nous devons ajouter la valeur de la nourriture du travailleur, laquelle rarement dépasse 2\$50 à 3\$00 par jour. Cette nourriture est toujours mauvaise du point de vue alimentaire (farine de manioc ou maïs, et parfois un peu de poisson sec et des haricots). De son salaire en argent, le travailleur noir doit encore retirer l'impôt, lequel est de 245\$00 par an, c'est à dire, environ 25% de son salaire annuel. 8- Il existe en Angola aussi le travail forcé pour les femmes et les enfants, surtout pour la conservation des routes de l'intérieur, sans aucun salaire ni nourriture (...). 11- Pour la même catégorie professionnelle, le travailleur métis et le noir "civilisé" gagnent environ la moitié du salaire de son camarade blanc. 12- Les régions où la population africaine est la plus nombreuse sont celles désignées par le Gouvernement pour les travailleurs "contractés". Cette population est ainsi arrachés à ses villages, à ses familles, à son activité économique, par périodes de travail forcé, jamais inférieures à 8 mois. 13- Dans les plantations agricoles européennes (canne à sucre, café, sisal, etc.), dans les industries coloniales (sucre, pêcheries) et dans les mines [Companhia dos Diamantes] les travailleurs contractés subissent la plus violente exploitation.¹⁶

O documento considerava, ainda, como tarefas urgentes:

a) Démasquer devant cette assemblée de l'OIT la néfaste politique de misère du Gouvernement colonial portugais; b) Réclamer votre intervention pour l'abolition effective du travail forcé, le relèvement des salaires des travailleurs africains, le respect

¹⁵ Movimento para a Independência Nacional de Angola.

¹⁶ Documento publicado clandestinamente em Luanda por ocasião da Conferência Africana da OIT, ATD, Arquivo de Lúcio Lara, Dezembro de 1959, doc. 360.

*du principe "à travail égal, salaire égal"; c) Réclamer votre intervention pour que soient rétablies immédiatement les libertés Civiques et Syndicales.*¹⁷

Ainda em 1959, num texto policopiado, possivelmente da responsabilidade da UPA, intitulado "Contra as prepotências governamentais e imperialistas", denunciava-se a violência, os castigos corporais, a prisão e as deportações sofridas por quem se revoltasse contra a situação laboral.

A 21 de Fevereiro de 1959, Holden Roberto, sob o pseudónimo de Rui Ventura, publicava um extenso artigo no jornal *Ghana Times*. Contrapunha o papel dos brancos radicados em Angola à situação dos negros e fazia um ataque cerrado às práticas coloniais portuguesas.

Os portugueses que estão estabelecidos na colónia (...) estão absolutamente fixados no lucro. Os negros de Angola (...) estão morrendo diariamente de miséria. Eles estão actualmente privados de todas as coisas, excepto do mais satânico trabalho forçado, inqualificável pilhagem, férula e numerosas torturas físicas (...). Para aproveitar a sua ventura mercantil, os Portugueses não recuam a nada. Eles não se contentam unicamente assassinando os negros (...) mas também maltratam com fome e chicote nas vastas plantações do Bembe, Uíge, Malange, Vale do Doge, Damba, Tentativa, Ambrizete, Camabatela, Duque de Bragança, Caconda, Catete, etc., nas minas de diamantes do Dundo e nas minas de cobre do Bembe e Encoge (...). Também se encontram mulheres entre os trabalhadores, alternadamente, em grupos proporcionais de 80 a 100 pessoas. Os homens são empregues em carpintaria, fabrico de tijolos e outros trabalhos, enquanto as mulheres e as crianças são obrigadas a extrair e carregar areia dos areais sem pagamento, na falta do que são aprisionados. Assim, a mulher é obrigada a abandonar os seus serviços domésticos para servir o Estado sem remuneração.¹⁸

De 25 a 31 de Janeiro de 1960 realizava-se, em Tunes, a II Conferência dos Povos Africanos, contando com a presença de delegados de dois movimentos independentista angolanos. Viriato da Cruz e Lúcio Lara por parte do MPLA¹⁹, que veria a luz do dia nessa cimeira, e Holden Roberto como representante da UPA. No final da Conferência foi dada a conhecer uma Resolução sobre as colónias portuguesas que, partindo da análise da situação vivida naquelas colónias e da exploração de que as populações "indígenas" eram vítimas, condenava a política colonialista portuguesa, reafirmava o direito à independência e fazia um apelo às Nações Unidas para, mais uma vez, levantar

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Artigo de Holden Roberto no jornal *Ghana Times* de 21/2/1959, ANTT, Arquivo da PIDE, Processo 1139/59 SR, Informação n.º 102/59-GU, 3/8/1959, fls. 360/365.

¹⁹ Movimento Popular de Libertação de Angola.

As condições do trabalho indígena e os seus reflexos na construção do nacionalismo angolano o problema da descolonização e da independência dos territórios sob dominação portuguesa.

Depois de proceder ao exame da situação em que se encontram os países africanos sob dominação portuguesa, nos quais impera ainda o regime de trabalhos forçados e as populações indígenas sofrem uma exploração sem limites, condena a política colonialista de Portugal e denuncia tanto a repressão sistemática a que os movimentos nacionais desses países estão sujeitos, como os preparativos de guerra do Governo português em Angola. Reafirma o direito das populações das colónias portuguesas à independência nacional e determina que os Estados africanos independentes e todos os Povos de África devem dar as mãos a essas populações num apoio incondicional (...). Faz apelo às organizações membros desta Conferência para que organizem, durante o ano de 1960, uma jornada de solidariedade a favor dos territórios sob dominação portuguesa. Faz apelo ao comité especial das Nações Unidas, encarregado de estudar a questão dos territórios não-autónomos, para que levante o problema da descolonização e da independência dos territórios sob dominação portuguesa.²⁰

A 13 de Junho de 1960, numa declaração dirigida ao Governo português, o MPLA, depois se referir ao desejo de uma independência negociada, responsabilizava o Governo português por uma eventual guerra colonial.

Le MPLA déclare solennellement en face du monde que la politique poursuivie par le gouvernement portugais en Angola est tendue vers la préparation fébrile d'une guerre coloniale.

Depuis une vingtaine d'années, le gouvernement portugais ne fait que nier et réprimer, avec une violence croissante, l'expression des revendications politiques, économiques, sociales et culturelles du peuple angolais. Les personnalités responsables du gouvernement portugais (...) laissent voir nettement que le refus d'accorder au peuple angolais les droits fondamentaux de l'homme ainsi que les intenses et systématiques préparatifs militaires et la recrudescence de la répression contre les patriotes angolais visent à la création des conditions favorables, qui serviraient de prétexte au gouvernement portugais pour déclencher à brève échéance une guerre préventive contre le peuple de l'Angola (...). D'ors e déjà, le MPLA dénonce toutes les tentatives d'extermination du peuple angolais par les forces colonialistes et déclare qu'en accord avec les principes fondamentaux de la Charte des Nations Unies, il s'opposera de toute son énergie à l'accomplissement d'un tel crime [et] veut la liquidation urgente de la domination coloniale portugaise en Angola par des moyens pacifiques et démocratiques (...). Le MPLA (...) déclare qu'il considérerait comme un premier signe de rejet de la voie armée de la part du gouvernement portugais la mise en pratique urgente et effective (...) des propositions suivantes:

²⁰A Resolução de Tunes foi também assinada pelos angolanos presentes: Viriato da Cruz e Lúcio Lara pelo MPLA e J. Gilmore, um dos nomes usados por Holden Roberto, pela UPA. ANTT, Arquivo da PIDE, Processo 2126/59, caixa 1, UPA, Janeiro/1960, fl.1111.

- Reconnaissance solennelle et immédiate du droit du peuple angolais à l'autodétermination;
- Amnistie totale et inconditionnelle ainsi que libération immédiate de tous les prisonniers politiques;
- Établissement des libertés politiques, notamment de la formation légale de partis politiques, et de garanties concrètes pour l'exercice effectif de ces libertés;
- Retrait immédiat des forces armées portugaises et liquidation immédiate des bases militaires existant sur le territoire angolais;
- Convocation, d'ici la fin 1960, d'une Table Ronde formée d'une part des représentants de tous les partis politiques angolais et d'autre part des représentants du gouvernement portugais, en vue de la solution pacifique du problème colonial en Angola (...).

*En vertu de ce qui précède, le peuple angolais et le MPLA rendront le gouvernement portugais responsable de toutes les genèses sanglantes que se produiraient en Angola.*²¹

Por seu turno, numa entrevista concedida à Rádio Nacional do Congo, a 9 de Agosto do mesmo ano, Holden Roberto considerava que da ocupação portuguesa de cinco séculos resultara o atraso dos negros angolanos, sujeitos ao trabalho forçado, à usurpação das terras para benefício dos brancos, concluindo que os conflitos armados estariam para breve. Para Holden, o domínio português assemelhava-se a uma forma de guerra que só poderia acabar com a independência do território e a devolução da soberania às populações locais, ou seja, a todos aqueles que eram vítimas do regime laboral colonialista. Ora, para o 15 de Março de 1961 já não faltava muito.

Foram precisamente os massacres perpetrados no Norte de Angola por elementos ligados à UPA, rastilho de uma guerra de 13 anos, que provocaram algumas mudanças na política colonial. E uma das primeiras medidas que Adriano Moreira tomou como ministro do Ultramar foi precisamente a revogação do *Estatuto do Trabalho do Indígena Rural*, a 24 de Abril de 1961.

Bibliografia

ATD, Arquivo de Lúcio Lara, Luanda, Angola

ANTT, Arquivo de Oliveira Salazar, Lisboa, Portugal

ANTT, Arquivo da PIDE/DGS, Oliveira Salazar, Lisboa, Portugal

Davidson, Basil, *Angola – no centro do furacão*, Edição Delfos, Lisboa, Portugal 1972/1974.

²¹ Declaração do MPLA dirigida ao governo português, ANTT, Arquivo da PIDE, Processo 11.15A, 13/6/1960, fls.855/357.

As condições do trabalho indígena e os seus reflexos na construção do nacionalismo angolano

CDIH, *História do MPLA (1940-1966)*, 1.º volume, edição do Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, Luanda, Angola, 2008.

Kess, Alexandre, “Proteger os pretos”. Havia uma mentalidade reformista na Administração Portuguesa na África Tropical (1926-1961)”, in *Africana Studio*, n.º 6, volume, edição do Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, Centro de Estudos Africanos, FLUP, Porto, Portugal, pág. 97/125, 2003.

Kess, Alexandre, “Dos abusos às revoltas? O trabalho forçado, reformas portuguesas, política ‘tradicional’ e religião na Baixa de Cassange e no distrito do Congo (Angola) (1957-1961)”, in separata da revista *Africana Studio*, n.º 7, volume, edição do Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, Centro de Estudos Africanos, FLUP, Porto, Portugal, 2004.

Pélissier, René, *La colonie du minotaure, nationalismes et revoltes en Angola, (1926-1961)*, edição do autor em colaboração com os serviços culturais da Diamang, Angola, 1978.

Silveira, Anabela, *Dos nacionalismos à guerra: os movimentos de libertação angolanos – 1945/1965*, Dissertação de doutoramento. Universidade do Porto, Portugal, 2011.

O operariado e o anarquismo em *Amanhã*, de Abel Botelho¹

António Martins Gomes²

Acreditar que a felicidade se resolve por este processo tão simples: a anarquia, isto é – supressão de leis e de organização, ficando só de pé a vontade de cada um, não é resolver o problema social: parece-me que ao contrário é complical-o. [...] Porque o anarchismo pode mudar as coisas, mas não pode raspar a lepra da alma humana.³

Abel Botelho nasce em Tabuaço (1854) e morre em Buenos Aires (1917), onde se encontrava, como diplomata, ao serviço da República Portuguesa. A sua obra essencial é publicada entre 1891 e 1910, sendo de destacar os cinco volumes da “Patologia Social”: *O Barão de Lavos* (1891), *O Livro de Alda* (1898), *Amanhã* (1901), *Fatal Dilema* (1907) e o romance de tese republicana *Próspero Fortuna* (1910).

Filiado na escola naturalista, Abel Botelho nunca foi muito apreciado ou reconhecido no meio literário, uma vez que a sua escrita colide com os valores estéticos da burguesia oitocentista, ao expor despidoradamente aspectos repulsivos da sociedade portuguesa, como a depravação da aristocracia decadente, a pobreza asquerosa do operariado, a pederastia ou a prostituição, temas até aí abafados pela hipocrisia social e pouco explorados pela geração positivista de 70; esta ousadia terá decerto contribuído para que, por relutância ou mero preconceito académico, historiadores e críticos literários tenham, em geral, ignorado os romances de Abel Botelho ou optado inclusive por uma crítica menos positiva.

Redigido entre Outubro de 1895 e Novembro de 1896, o romance *Amanhã* aborda três questões intensamente debatidas na capital portuguesa em finais do

¹ Artigo originalmente publicado na *Ubiletras*, n.º 4, pp. 41-52, Dezembro de 2013, ISSN: 1647-709X, no âmbito da parceria estabelecida entre a organização do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal e a direcção do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira (<http://ubiletras.ubi.pt/wp-content/uploads/ubiletras04/martins-gomes-operariado-anarquismo.pdf>).

² CHC – FCSH.

³ Raul Brandão. “O anarquismo (conclusão)”. *Revista d’Hoje*. 2, 7 de Janeiro de 1895, p. 82.

século XIX: a social, a política e a religiosa. Ao reflectir o antagonismo de classes num momento de ascensão do catolicismo e de propagação do anarquismo pelos trabalhadores, esta obra inaugura em Portugal, tal como já havia sucedido em Inglaterra com *Tempos Difíceis* (1854), de Charles Dickens, ou em França com *Germinal* (1885), de Émile Zola, a exposição literária das míseras condições sociais do proletariado. Com efeito, o seu conteúdo envolve a intensificação da luta do operariado fabril dos bairros ribeirinhos de Marvila e Xabregas e decorre ao longo dos sete meses de celebrações religiosas que assinalaram o sétimo centenário do nascimento de Santo António, mais precisamente entre Novembro de 1894 e Junho de 1895.

Na década de 90, aumenta a contestação aos efeitos negativos do Ultimato inglês, sendo a sublevação militar de 31 de Janeiro de 1891, no Porto, a tarefa mais radical – e inglória – executada pela “geração activa” do Partido Republicano Português. Em *Amanhã*, a ficção romanesca concentra-se nos principais eventos históricos ocorridos neste período de profunda depressão económica, documentando a implantação do anarquismo no seio do operariado, o crescente recurso à greve⁴, a visita de delegados da Internacional, o desfile de trabalhadores no 1.º de Maio de 1895 entre os Restauradores e o Largo do Rato, a procissão do Centenário Antoniano, ocorrida a 29 de Junho desse ano, ou ainda a preparação de um atentado bombista.

Com efeito, 1895 é, como refere Luiz Gonçalves, um ano-chave na orientação libertária dos socialistas portugueses: “Desde 1882, e *principalmente desde 1895*, parece ser o anarquismo o ideal económico e político dos socialistas portugueses, pelo menos dos que mais se salientam como taes.”⁵

O anarquismo, cuja etimologia provém da raiz grega *an* (sem) e *arkhê* (governo), é uma corrente de pensamento socialista que veicula a dissolução do Estado em todas as suas formas históricas, o combate à autoridade civil e religiosa e a construção de uma sociedade sem leis. As suas diversas vertentes doutrinárias – tais como o socialismo libertário, o individualismo, o mutualismo ou o anarco-sindicalismo – têm ainda em comum a luta pela abolição das desigualdades sociais e pela transformação da economia privada numa nova ordem em que os meios de produção serão controlados pelo operariado.

⁴ Greve é um neologismo derivado do lexema francês *grève*, surgido a partir do nome da praça onde se situa a Câmara Municipal de Paris, a actual Place de l’Hôtel-de-Ville, ponto de encontro de gente sem emprego ou de trabalhadores descontentes com as suas condições. Em Portugal, o primeiro surto grevista ocorre em 1872, em luta pela redução do horário laboral, pela abolição do trabalho nocturno e pelo aumento salarial.

⁵ Luiz Gonçalves, *A evolução do movimento operário em Portugal*. Lisboa: Adolpho de Mendonça & Cª, 1905, p. 184. Itálico nosso.

Ao longo da história, socialistas libertários como William Godwin, Jean-Pierre Proudhon, Mikhail Bakunine e Piotr Kropotkine aludiram ao poder do Estado como a causa primeira da desigualdade social. Em *Qu'est-ce que la propriété?* (1840), Proudhon emprega pela primeira vez a palavra “anarquia” para denominar um modelo de sociedade mutualista, sem a tutela estatal. É precisamente por via da obra de Proudhon, autor referenciado em *Amanhã*, que são divulgadas as primeiras ideias anarquistas em Portugal, visando criar melhores condições humanas para os trabalhadores através da união em cooperativas e federações; um dos órgãos promotores do associativismo é *O Eco dos Operários*, fundado em 1850.

Em 1864, surge a Associação Internacional dos Trabalhadores, que irá exercer um papel determinante na Península Ibérica a partir da década de 1870⁶, especialmente na organização do movimento operário em estruturas associativas. Um ano após a criação da AIT, também conhecida como Primeira Internacional, o *Catecismo Revolucionário* de Mikhail Bakunine salienta que a força laboral é a forma mais eficaz de evolução civilizacional e de libertação do homem:

O trabalho é a base fundamental da dignidade e do direito humano. Pois é unicamente pelo trabalho livre e inteligente que o homem, tornando-se por sua vez criador e conquistador sobre o mundo exterior e sobre a sua própria bestialidade, humanidade e direito, cria o mundo civilizado.

Em 1871, o ano da Comuna de Paris e das Conferências Democráticas do Casino Lisboense, Antero de Quental expõe as ideias essenciais da Internacional num texto decisivo para a consolidação do socialismo em Portugal, enfatizando igualmente o trabalho e a luta de classes:

Há, efectivamente, um grande combate travado; há dois exércitos e duas bandeiras inimigas: dum lado o Trabalho, do outro o Capital: dum lado aqueles que, trabalhando, produzem; do outro lado, aqueles que, sem esforço, e só porque monopolizaram os instrumentos do trabalho, terras, fábricas, dinheiro, vivem da pesada contribuição que impõem a quem, para produzir e viver, precisa daqueles instrumentos, daquele capital.⁷

⁶ Para mais pormenores acerca da fundação da Internacional em Portugal, cf. Anselmo Lorenzo, “A fundação da Internacional em Portugal”, in João Medina, *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*, 1984, pp. 179-189, e António José Saraiva, “Como e por quem foi fundada a Internacional em Lisboa”, in *A Tertúlia Ocidental – estudos sobre Antero de Quental*, Oliveira Martins, *Eça de Queiroz e outros*, 2ª ed., 1995, pp. 51-60.

⁷ Antero de Quental, *O que é a Internacional*. Lisboa: Ulmeiro, 1980, p. 9.

Para além de Carrilho Videira, um outro autor referido na obra de Abel Botelho é José Fontana (1840-1876), considerado o primeiro doutrinador do movimento operário em Portugal. Imbuído do espírito da Internacional e inspirado em Bakunine, forma as bases da resistência operária, convoca greves e organiza as primeiras manifestações do 1.º de Maio. Em 1872, promove a criação da Associação Fraternidade Operária. Mateus, o operário protagonista de *Amanhã*, tem o seu retrato na parede do seu quarto, ao lado do de Kropotkine, e chega a tecer algumas considerações elogiosas a propósito da missão evangelizadora deste grande ideólogo:

Pois José Fontana [...] viu o espectáculo doloroso da miserável inércia do nosso povo e tremeu de indignação, consumiu-se de piedade. Quase simultaneamente, o estrondear do canhão nas ruas de Paris, os paroxismos iconoclastas da Internacional, anunciavam ao proletariado de todo o mundo que havia soado a hora de ele impor a sua vontade, de fazer ouvir dominadoramente a sua voz. E então José Fontana foi o arrojado clarim da Ideia nova em Portugal. Veio soletrar-nos o novo Verbo⁸.

Em 1886, a visita do ideólogo francês Elisée Reclus vem estimular a fundação de algumas associações anarquistas e a edição de obras como *A Anarquia na Evolução Socialista*, de Piotr Kropotkine. Em Novembro do ano seguinte, surge no Porto *A Revolução Social*, o primeiro jornal anarquista, em cujo “número-programa” é publicada a Declaração de Princípios do Grupo Comunista-Anarquista em Lisboa, onde se afirma que a propriedade individual e os instrumentos de trabalho provocam a miséria dos operários e que o Estado é a causa da divisão de classes, da corrupção social e dos privilégios; como meios de acção, propõe-se a abstenção eleitoral, a deserção militar, a greve violenta ou a propaganda ilegal.

Para o final do século XIX, o pensamento libertário é já difundido por várias publicações periódicas, tais como *A Revolta* (1892), *A Propaganda* (1894), *O Agitador*, *Grito de Revolta* e *O Lutador* (1895). O romance de Abel Botelho alude mesmo a alguns órgãos de imprensa nacional, como a *Pátria* e *O Século*, e de imprensa estrangeira, como *Avanti!*, *Combattiamo*, *La Dinamite*, *Eguaglianza*, *Révolté* e *Vanguarda*.

Ao longo dos vinte e três capítulos de *Amanhã*, o narrador referencia ainda um vasto número de autores, dado que, durante anos, muitas das suas obras teóricas foram sendo acumuladas na “rica biblioteca profissional” de Mateus, um autodidacta amante de livros e ávido de conhecimentos destes novos princípios políticos, sociais e económicos:

⁸ Abel Botelho, *Amanhã*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1982, p. 456.

[...] em suma, um curso perfeito de iniciação, o foral completo da doutrina comunista-anarquista, trazida desde a origem na sua evolução vertiginosa – estremecido tesouro que o Mateus, durante anos, sistematicamente amontoara, com uma paciência, uma isenção e uma porfia inarráveis, tirando muitas vezes ao vestuário e ao sustento para poder acrescentá-lo.⁹

É, na verdade, colossal o elenco de livros e autores subversivos que moldam o pensamento do protagonista: *O Capital*, de Karl Marx; *A Sociedade Futura*, de Jean Grave; *Páginas Rubras*, de Sévérine; *Os Bastidores do Anarquismo*, de Flor O'Squarr; *Filosofia da Anarquia* e *Da Comuna à Anarquia*, de Carlo Malato; *A Moral Anarquista* e *Um Sonho de Ansiedade*, de Piotr Kropotkine; *A Rússia Subterrânea*, de Kravtchinski¹⁰; *O Socialismo Integral*, de Benoît Malon (1891); a *Psicologia do Anarquista Socialista*, de Augustin Hamon (1893); *O Anarquismo*, de António de Serpa Pimentel (1894); ou, entre outros, *A Conquista do Pão*, de Paul Reclus¹¹.

Como refere Abel Botelho na sua Dedicatória, em *Amanhã* “bacilam e fermentam os mais tragicamente desoladores aspectos da Miséria”; assim, o enredo desta narrativa decorre numa Lisboa pobre, envolvendo essencialmente a zona oriental junto ao Tejo: o estreito vale de Chelas, o Poço do Bispo e Cabo Ruivo; a fábrica de cartuchame e o apeadeiro de Braço de Prata, onde, vindos no expresso de Madrid, são recebidos os delegados da AIT; a Rua de Marvila com os seus raros candeeiros de petróleo; ou a Vila Dias e a “ilha” do Grilo, espaços onde os operários da fábrica têxtil de Almargem residem.

É ainda descrita, com toda a minudência naturalista, a cidade no seu quotidiano finissecular, tendo como pano de fundo principal os bairros populares de Alfama, Alcântara, Mouraria, Benfica, Xabregas e Marvila: o lausperene comprado em Santa Justa; o santeiro da Rua Augusta e a mulher que vende tintura no Rossio; Santa Apolónia e o Terreiro do Paço, por onde passam os carros da *Lusitana*; a Escola Politécnica, onde Mateus se tinha matriculado; as igrejas de S. Vicente de Fora e de S. Domingos, aonde as famílias iam à missa; a Feira da Ladra; e os centros de propaganda anárquica, como o Largo da Páscoa, o Pátio do Fiúza (Alcântara), as ruas do Bem Formoso e do Arsenal, e a Junqueira, em frente à Cordoaria.

Ao nível do associativismo, um pilar fundamental na união dos povos e do proletariado, a obra menciona diversas organizações, tais como, para além

⁹ Abel Botelho, *Amanhã*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1982, p. 194.

¹⁰ Publicado em 1882 sob o pseudónimo de Stepniak.

¹¹ Publicada em 1895, esta obra é da autoria de Kropotkine.

da já referida Associação Internacional dos Trabalhadores, a Liga das Artes Gráficas, a Associação Fraternal dos Fabricantes de Tecidos e Artes Correlativas, ou a Voz do Operário, editora de um periódico muito elogiado pelo narrador: “A benemérita *Voz do Operário*, sempre firme e inalterável na prossecução do seu programa – a união pela vida – chamava com insistência às armas os correligionários pela voz tão autorizada como difusa do seu jornal;”¹².

Ao descrever as reuniões clandestinas de propaganda anarquista, o autor procura transmitir essa mesma ligação extremosa entre a classe trabalhadora, cujos membros e ramos profissionais se misturavam ordeiramente:

Viam-se ali, numa cordial promiscuidade indistintamente baralhados, os mais prestigosos chefes socialistas, e representantes das classes dos torneiros, serralheiros, fundidores, tipógrafos, litógrafos, canteiros, jardineiros, tanoeiros, mecânicos em madeira, calceteiros, marceneiros, sapateiros, tecelões, condutores de carroças, cocheiros, cigarreiros, manipuladores de farinha, refinadores de açúcar, corticeiros, oleiros, carpinteiros de carros, pintores, carregadores, fabricantes de carruagens, latoeiros, varinos e outros mais. Eram todos os baixos misteres e profissões. Toda a miuçalha, toda a escória.¹³

O romance *Amanhã* é protagonizado por Mateus, um contramestre de uma tecelagem em Lisboa que irá convocar greves, preparar manifestações, organizar reuniões com dirigentes estrangeiros, e planejar uma revolução para destruir o regime, a ser iniciada durante o préstito das Celebrações Antonianas. Solidamente consolidado na mais genuína ideologia libertária, todo o discurso deste líder operário é proferido contra a entidade estatal:

[...] o Estado é uma pura excrescência que vive à custa de todos nós. Dispensa-se... Ele nada nos faz, nada nos traz de bom...

[...]

É uma organização artificial, violenta, contrária às leis naturais... a qual não aproveita senão a um limitadíssimo número de indivíduos, com prejuízo de todos os outros... que não tem outro fim senão explorar o mísero trabalhador!¹⁴

Dois delegados da Internacional deslocam-se a Portugal para doutrinar os operários em reuniões clandestinas, durante as quais os incentivam à união em associações de classe para que as suas reivindicações ganhem mais força. O pensamento de um destes dirigentes confirma a mesma ideia de Mateus quando associa a decadência social ao regime monárquico e, sobretudo, à estrutura estatal:

¹² Abel Botelho, *Amanhã*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1982, p. 251.

¹³ Abel Botelho, *Amanhã*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1982, pp. 351-352.

¹⁴ Abel Botelho, *Amanhã*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1982, p. 46.

O Estado, nascido da divisão da sociedade em castas, atingiu o seu período áureo quando? Com a centralização monárquica absoluta. Depois, pela adopção do sistema representativo e a consequente democratização social, começou do Estado, como instituição, a inevitável decadência.¹⁵

Para além do Estado, os anarquistas opõem-se ainda ao patriotismo e à religião, dois instrumentos usados pelo poder para tyrannizar os povos ao longo dos séculos. Mateus, o líder revolucionário cujo nome coincide ironicamente com o do primeiro evangelista do Novo Testamento, dirige-se aos seus colegas num discurso panfletário, onde culpa a religião pelo atraso do país e considera o amor à pátria um sentimento egoísta da burguesia:

O patriotismo é uma das muitas e habilidosas formas de opressão que, para impunemente nos esmagarem, têm inventado os ricos e poderosos. Durante séculos, vocês sabem, o seu meio de dominação foi outro: foi a religião. Quanto tempo as classes privilegiadas não exploraram e cavalgaram a seu bel-prazer o povo, ameaçando-o, fanatizado e embrutecido, com o temor dum Deus de açougue, vingativo, cruel... com os tétricos horrores das penas do inferno! E depois, quando essa formidável criação de hipocrisia e de embuste caiu, quando o espectro religioso se esvaiu na sombra e o poder de Roma se afundou no ridículo, substituíram-no então pela ideia de pátria.

[...] em Portugal o jesuitismo arrastara a nação ao último grau de abjecção moral e fizera muito de propósito estagnar as ciências, as letras e as artes, no mais esterilizante marasmo de que há notícia em toda a história pátria.¹⁶

Ao longo do século XIX, desde o liberalismo romântico da monarquia constitucional ao positivismo realista da Regeneração fontista, a hegemonia da Igreja Católica vai perdendo a sua influência tentacular; contudo, esta instituição ganha um novo alento na década de 90, após a publicação das encíclicas *Rerum Novarum*, onde é estabelecida a participação dos católicos na actividade política.

Em Portugal, a fé católica ganha novo alento a partir de 1895, o ano do Congresso Católico Internacional e das celebrações de Santo António. O romance de Abel Botelho retrata precisamente a questão religiosa no seu auge:

Andava ao tempo em Lisboa um pouco acesa a questão religiosa. Durante os últimos oito anos que o partido ultramontano, cobrando progressivos alentos, vinha estadeando um crescente aparato de forças e promovendo a aliciação de influências novas.¹⁷

¹⁵ Abel Botelho, *Amanhã*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1982, pp. 322-323.

¹⁶ Abel Botelho, *Amanhã*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1982, pp. 57-58 e 182.

¹⁷ Abel Botelho, *Amanhã*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1982, p. 249.

Após as medidas legislativas sobre a saúde pública e a construção de cemitérios, que vêm dessacralizar a morte e retirar ao seu cerimonial o rentável monopólio da Igreja Católica, a sociedade adquire um espírito mais laico. A narrativa dá-nos uma perspectiva do cemitério do Alto de São João, um “jardim de pedra” inaugurado em 1835 na zona oriental para sepultar sobretudo a população mais pobre: “[...] o encastelamento sepulcral do Alto de S. João, todo riscado a arestas de mármore e agulhas de cipreste.”¹⁸.

As alusões do Padre Sebastião aos funerais realizados pela classe operária também confirmam, por sua vez, a crescente laicização da morte: “Eles não querem saber de nós para nada, eles não concorrem à igreja, não conservam as mulheres, não legitimam os filhos... nem sequer os mortos respeitam, porque os levam civilmente ao cemitério!”¹⁹

Esta “cidade dos mortos” serve para Abel Botelho denunciar não só a desgraça extrema ou o forte anticlericalismo da classe operária, mas também para registar alguns casos trágicos de violência doméstica, a incidir usualmente sobre os mais desprotegidos em termos sociais – mulheres e crianças:

No Domingo Gordo, duas vezes fez o passeio lúgubre da “ilha” do Grilo ao Alto de S. João, a singela carreta negra da Voz do Operário. Para levar, primeiro, a Chica, da qual era voz corrente entre o povo que as brutalidades do pai tinham abreviado a existência; e depois, vitimada pela discrasia galopante do desgosto, a héctica e inconsolável Ana, com a filha mais nova, mortinha de inanição.²⁰

Segundo Mikhail Bakunine, o regime anárquico só é possível através do recurso a uma revolução violenta, a partir da qual desaparecerão todas as instituições para dar lugar a uma nova sociedade. Seguindo esta linha de raciocínio, alguns estrategas libertários passam à acção directa; o terrorismo individual, nascido com o firme propósito de desencadear uma revolução para destruir o aparelho estatal, ocorre em países como França, Alemanha, Itália, Espanha, Rússia e Portugal, sendo praticados diversos actos e atentados violentos entre os anos 70 do século XIX e a primeira década do século XX.

Para provocar a mudança desejável em Portugal, os adeptos mais radicais rejeitam a via eleitoral ou a mediação político-partidária e optam por recorrer à sabotagem ou por dedicar-se inclusive ao fabrico de bombas artesanais, que cederão mais tarde à Carbonária e ao PRP, no apoio à luta pela implantação da

¹⁸ Abel Botelho, *Amanhã*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1982, p. 108.

¹⁹ Abel Botelho, *Amanhã*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1982, p. 93.

²⁰ Abel Botelho, *Amanhã*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1982, pp. 408-409.

República: em 1892, uma bomba explode no Consulado de Espanha e há um atentado na casa do Conde de Folgosa.

Em 1895, ocorre um atentado contra os manifestantes do centenário de Santo António de Lisboa, cuja bomba, segundo narra Abel Botelho, é fabricada por Mateus. A propósito deste episódio violento, um excerto do romance poderá ajudar a entender o motivo pelo qual o ataque bombista nunca chegou a ser uma actividade benquista dos revolucionários portugueses, mais inclinados para os “brandos costumes” – durante uma sessão de demonstração de fabrico de engenhos explosivos, os operários sentem-se pouco confortáveis ao tomarem consciência dos efeitos devastadores da dinamite, que havia sido inventada por Alfred Nobel em 1868:

A sessão havia tomado assim uma feição carniceira e odienta que repugnava a uma parte da assembleia. Cheirava-lhe a sangueira e a carne derretida... já não estavam bem ali! Ante os seus alarmados corações, ante as suas sensitivas almas, formadas na severidade e na obediência, o grosso e imperioso belga revestia o aspecto dum carrasco, o italiano era positivamente um demónio.²¹

Para resolver este inconveniente, os operários optam então por utilizar uma composição mais fraca, substituindo a dinamite por picrato de chumbo, e Mateus acaba por delinear o plano da revolução, distribuindo os revoltosos por cinco áreas urbanas nucleares:

Ele tinha com efeito concebido, de colaboração com o Azinhal, um vasto e hábil plano estratégico. – O assalto, é claro, seria dado alta noite, e tinha de ser simultâneo, cingindo e afogando no mesmo decisivo instante, dentro da sua gargalheira implacável, a desprevenida inacção de toda a cidade. Caminharia o ataque, ao mesmo tempo, por cinco zonas ou sectores. O primeiro, mais oriental, ao longo do rio, teria por guarnição o formigueiro enorme de operários que labutavam entre Braço de Prata e o Beato, e a sua missão consistiria em apoderarem-se de todos os estabelecimentos oficiais que por ali marginam o Tejo, o quartel de artilharia, o Arsenal, a Alfândega, o Terreiro do Paço. O segundo sector teria a sua concentração em Chelas, para marchar daí, pelo Alto de S. João, a tomar o castelo de S. Jorge. O terceiro sector, reunindo os revoltosos do Areeiro para o sul, por Sete Castelos, até ao Alto do Pina, entraria simultaneamente pelas portas do Poço dos Mouros e da Penha, ocupando esta altura, o Monte, a Graça e toda a linha de contrafortes que limitam por este lado a cidade. Uma quarta zona conglobaria, junto ao Arco do Cego, toda a população fabril do Campo Grande, para marchar sobre Vale do Pereiro e a Baixa. Finalmente, a quinta zona, abrangendo Campolide, Terras do Seabra e Fonte Santa, estava a cargo dos revoltosos de Alcântara, e

²¹ Abel Botelho. *Amanhã*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1982, pp. 335-336.

incumbia-lhes, entre outras coisas, arrasar o Colégio de Campolide e opor uma barreira aos socorros que tentassem vir de Belém e da Ajuda.²²

A procissão católica organizada por altura do Congresso Católico Internacional e das comemorações do Centenário de Santo António, deveria ser, segundo Mateus, o ponto de partida para a revolução desencadeada pelos operários.

Pela enumeração exaustiva de eventos ocorridos em Lisboa em meados da década de 1890, *Amanhã* possui indubitavelmente um imenso e diversificado valor documental: a progressiva implantação do movimento anarquista no seio da classe operária, através da publicação de periódicos ou da organização em rede de movimentos associativos e centros de propaganda; a presença de dois delegados da Internacional; o elevado número de greves associadas à indústria têxtil²³; a realização do Congresso Católico Internacional, em Maio de 1895; o cortejo religioso do centenário de Santo António, a 29 de Junho, em cujo percurso são lançados panfletos subversivos a criticar o regime²⁴; e a preparação de um atentado bombista, que levará Hintze Ribeiro a promulgar a “lei celerada” de 13 de Fevereiro de 1896.

Neste romance merece ainda nota de realce o capítulo XIX, cujas páginas descrevem minuciosamente a grandiosa manifestação de trabalhadores no 1.º de Maio de 1895, começando na Praça dos Restauradores, seguindo ao longo da Avenida e da Rua Barata Salgueiro e terminando no Largo do Rato. Algumas palavras de ordem proclamadas nesta altura são expostas no desfile de carros alegóricos de cada profissão:

Na frente do carro, entre cestos vindimos, pás e encinhos, lia-se em grandes letras de fogo: QUEREMOS 8 HORAS DE TRABALHO; e na cauda: A JOSÉ FONTANA, O POVO, FARTO DE SOFRER. Aos lados baloiçavam-se escudetes com os dísticos: PROLETÁRIOS DE TODO O MUNDO, UNAMONOS! e BREVE CHEGA A NOSSA HORA! [...] – Mas eram por igual interessantes todos os carros que na estatuída ordem iam seguindo, às dezenas, infindavelmente, desde as carretas dos pedreiros, dos serralheiros, dos curtidores e dos tipógrafos, até à fábrica em miniatura dos saboneteiros, o tonel monstro dos tanoeiros e o *chalet* dos ceramistas, até à grande máquina *Singer* com a legenda: MATA SEM RUÍDO, levada num grupo de costureiras.²⁵

²² Abel Botelho, *Amanhã*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1982, pp. 477-478.

²³ Cf. Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal* - IV. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1976, pp. 150-157.

²⁴ Cf. Vasco Pulido Valente. *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1976, p. 48.

²⁵ Abel Botelho, *Amanhã*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1982, p. 466.

Numa representação nua e crua, Abel Botelho aborda em *Amanhã* a reivindicação dos direitos do operariado num dos momentos de maior conflito com o patronato em Portugal, e faz deste romance um retrato fidedigno da sórdida condição social dessas “vítimas da fome” que, à semelhança do restante movimento internacional e tendo como lema a unidade do Trabalho contra o Capital, lutam pela sua emancipação, sem perder a esperança de conquistar melhores condições no dia de *amanhã*, uma palavra iniciada com a primeira letra do alfabeto e curiosamente contida no conhecido símbolo anarquista: “[...] haviam de partir agora, formidavelmente aprestados para a luta, os míseros e mesquinhos servos de ontem, transformados nos homens imperantes de amanhã!”²⁶

Para adensar a história deste antagonismo político-social entre classes cujos interesses colidem necessariamente germina uma relação amorosa entre o protagonista e Adriana, filha do dono da fábrica têxtil de Almargem, onde trabalha como contramestre. No fim deste enredo maniqueísta, Adriana vai a casa de Mateus para tentar dissuadi-lo dos seus propósitos violentos; contudo, o protagonista, dividido entre os sólidos ideais utópicos e o vacilante sentimento amoroso, não encontra outra alternativa senão cometer – aparentemente – suicídio, fazendo detonar a bomba que tinha preparado para explodir durante a manifestação comemorativa do Centenário de Santo António.

É, na verdade, um final pouco edificante para um herói revolucionário que ambicionava destruir todos os alicerces político-económicos, mas sem nunca apresentar uma solução viável para a construção de uma sociedade utópica. Por sua vez, Mateus é uma personagem bastante complexa, com a qual não simpatizamos totalmente se nos recordarmos que são sempre os sentimentos negativos do ódio e da vingança que o impelem à acção: o protagonista era filho de um grande proprietário duriense, arruinado após a abolição dos morgadios e as confiscações miguelistas. Nesta perspectiva, a sua revolta não deriva de razões altruístas, sendo apenas por motivos pessoais que vai ganhando desprezo por toda a espécie de autoridade.

O socialismo utópico é criticado subtilmente em determinados momentos da narrativa, como exemplifica o relato da refeição opípara de dois representantes da Associação Internacional dos Trabalhadores, vindos a Lisboa a convite de Mateus. Vítor Neto, num ensaio onde utiliza a obra abeliana como

²⁶ Abel Botelho, *Amanhã*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1982, p. 500.

fonte histórica, diz o seguinte a propósito do terceiro volume da série “Patologia Social”:

Abel Botelho, ao usar a ironia e a sátira em relação ao socialismo utópico e ao anarquismo, procura desacreditar estas ideologias que funcionavam como sistemas de representação das consciências dos revolucionários sobre o futuro, mas irrealizáveis na prática.²⁷

Neste sentido, e ao contrário de *Próspero Fortuna*, onde é feita a apologia inequívoca do regime republicano, *Amanhã* não se apresenta como um romance de tese libertária: Abel Botelho foi sempre um patriota, uma peculiaridade desenquadrada da índole anarquista ou internacionalista, motivo que nos faz regressar à nossa epígrafe inicial, extraída de um artigo de 1895, onde Raul Brandão reflecte sobre a ineficácia desta ideologia: “Porque o anarchismo pode mudar as coisas, mas não pode raspar a lepra da alma humana”.

Bibliografia

Activa

Botelho, Abel, *Amanhã*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1982.

Passiva

AAVV. *Pequena antologia do anarquismo. Stirner, Bakounine, Kropotkine*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.

Brandão, Raul. “O anarchismo (conclusão)”. *Revista d’Hoje*. 2, 7 de Janeiro de 1895, pp. 78-82.

Fonseca, Carlos da. *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal* – IV. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1976.

Gonçalves, Luiz. *A evolução do movimento operário em Portugal*. Lisboa: Adolpho de Mendonça & C^a, 1905.

Lorenzo, Anselmo. “A fundação da Internacional em Portugal”, in João Medina, *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984, pp. 179-189.

Moisés, Massaud. *A “Patologia social” de Abel Botelho*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1961.

Neto, Vítor, “Abel Botelho – Quadros de Patologia Social”. *Revista de História das Ideias*, 21 – História e Literatura. 2000, pp. 261-306.

Quental, Antero de, *O que é a Internacional*. Lisboa: Ulmeiro, 1980.

²⁷ Vítor Neto, “Abel Botelho – Quadros de Patologia Social”. *Revista de História das Ideias*, 21 – História e Literatura. 2000, p. 300.

Sá, Victor de, *Formação do movimento operário português*. Coimbra: Centelha, 1978.

Saraiva, António José, “Como e por quem foi fundada a Internacional em Lisboa”, in *A Tertúlia Ocidental – estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1995, pp. 51-60.

Valente, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1976.

Ventura, António, *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal – as convergências possíveis (1892-1910)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

Notas para a história do movimento associativo e operário no Algarve no final da monarquia constitucional (1870-1910)

Artur Ângelo Barracosa Mendonça

O direito de associação dos operários em Portugal

O desenvolvimento da industrialização ao longo do século XIX na Europa e na segunda metade desse século em Portugal acentuou a necessidade do associativismo operário. Costa Goodolfim foi dos primeiros a notar que essa necessidade devia ser uma das formas de organização preferenciais dos operários, em 1876, e afirmava logo a abrir “para quem a associação se torna verdadeiramente necessária é para o operário, na mais lata acepção desta palavra”¹ e procurava fazer o levantamento e historial das muitas associações operárias que existiam.

Foi o decreto de 9 de Maio de 1891, assinado por António Cândido Ribeiro da Costa, Augusto José da Cunha e Tomás António Ribeiro Ferreira, que permitiu que as associações de classe compostas por mais de vinte indivíduos que exercessem a mesma profissão ou profissões correlativas se associassem. Estas associações destinavam-se à defesa dos seus interesses e podiam ser compostas só por patrões, por operários ou trabalhadores e mistas. A principal função dessas associações era o estudo e defesa dos interesses dos associados, mas o documento legislativo previa ainda a hipótese de, nos seus estatutos, ser incluída a possibilidade de criação de creches, enfermarias, escolas e bibliotecas para uso dos membros da associação².

Até 1876, Costa Goodolfim assinalava na obra acima referida que as associações de base popular se começaram a desenvolver a partir de 1848, e analisava perto de três centenas de associações (282) que existiriam pelo País até 1874. Anteriormente existiriam algumas, como a Associação dos Artistas Lisbonenses, mas a maioria delas surge por meados do século XIX.

¹ Costa Goodolfim, *A Associação*, col. Biblioteca Socialista Portuguesa, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 22.

² Trindade Coelho, *Manual Político do Cidadão Português*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1906, pp. 274 a 276. Trindade Coelho apresenta todo um conjunto de legislação publicada em Portugal relacionada com a organização do movimento operário até 1905.

Com o progresso tecnológico que se começa a verificar na segunda metade do século XIX, levando ao aparecimento das primeiras fábricas, os operários começaram a sentir cada vez mais a necessidade e a obrigação de se unir na defesa dos seus direitos. Este processo vai também começar a chegar ao Algarve, com a instalação das primeiras unidades industriais a funcionar em moldes mais modernos, em especial com a instalação de um conjunto de fábricas conserveiras e também corticeiras.

As associações no Algarve (1870-1926)

Note-se que até 1874, Costa Goodolfim assinalava que existiriam no Algarve uma dúzia de associações de vários tipos: sete de socorros mútuos, uma de instrução e quatro compromissos marítimos³. Uma das nossas primeiras preocupações foi tentar determinar quantas associações existiram no Algarve entre 1870 e 1926, tendo sido localizadas noventa e quatro associações. Dessas, vamos deixar de parte a questão dos compromissos marítimos que existiram na região, porque exigiriam tratamento mais prolongado e detalhado. Além disso, sobre os compromissos marítimos⁴ já existem alguns estudos embora a necessitem de novas análises e perspectivas devido à sua actividade e longevidade no tempo. Assim, restam-nos oitenta e oito associações. Vejamos agora como se processou a sua distribuição pelo Algarve.

ALBUFEIRA	1
ALCOUTIM	0
ALJEZUR	0
CASTRO MARIM	0
FARO	18
LAGOA	2
LAGOS	10
LOULÉ	3
MONCHIQUE	2

³ Costa Goodolfim, *Idem*, pp. 102-103.

⁴ Os compromissos existentes nesta fase eram os de Vila Real de Santo António (1840), o de Portimão (que conheceu uma revisão de estatutos em 19-10-1880), o de Faro (que sofreu uma revisão de estatutos em 24-10-1895), o de Lagos (cujos estatutos foram revistos em 08-02-1900), o de Tavira (que sofreu alteração de estatutos em 15-06-1893) e, finalmente, a fundação do Novo Compromisso Marítimo de Vila Real de Santo António, cujos estatutos foram publicados em 07-09-1899. Existiam ainda Compromissos Marítimos em Alvor, Ferragudo, Albufeira, Fuzeta, Olhão e Castro Marim.

OLHÃO	12
PORTIMÃO	12
S. BRÁS DE ALPORTEL ⁵	4
SILVES	11
TAVIRA	4
VILA DO BISPO	0
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	9
TOTAL	88

A evolução do operariado no Algarve (1870-1910)

O desenvolvimento da indústria no Algarve, tal como no resto do País foi muito lento e limitado, mantendo-se incipiente na maior parte dos concelhos algarvios. Por exemplo, quando se realiza a exposição da indústria portuguesa na cidade do Porto, em 1865, verifica-se que a indústria algarvia só surge mencionada na terceira classe industrial, isto é, a dos produtos imediatos animais e vegetais. Na quarta classe, a das substâncias alimentares (farinhas, vinhos, azeites, vinagres, cerveja, queijo, carnes, etc.). De resto, não surge mencionada em mais nenhum âmbito industrial, o que leva a uma conclusão óbvia por parte do autor do artigo da revista *Gazeta das Fábricas*: “Da leitura desta sinopse poderia deduzir-se que Portugal apresentara uma exposição grandiosa, e todavia, descendo ao exame, é fácil conhecer que ela foi pobríssima.”⁶

De acordo com as informações recolhidas no relatório apresentado pelo governador civil, José de Beires⁷, sobre a sua acção à frente do distrito em 1872 pode retirar-se o seguinte quadro da situação:

TIPO INDÚSTRIA	N.º ESTABELECIMENTOS	N.º EMPREGADOS
CORTIÇA	10	712

⁵ O concelho de S. Brás de Alportel foi criado em 1 de Junho de 1914, por proposta apresentada no Parlamento por António Maria da Silva.

⁶ “A Indústria Nacional na Exposição do Porto”, *Gazeta das Fábricas*, Lisboa, Novembro-Dezembro de 1865, vol. I, n.º 11-12, p. 204.

⁷ José de Beires, *Relatório Apresentado à Junta Geral do Districto de Faro na Sessão Ordinária de 1873 pelo Governador Civil José de Beires com Documentos e Mapas Ilustrativos*, Imprensa Literária, Coimbra, 1873, doc. n.º 65.

CONSERVAS	18	18 ⁸
MOAGEM	2	10
CURTUMES	10	15
FIAÇÃO DE LÃ	1	6
SERRALHARIA	120	235
TOTAL	161	828
TOTAL ALGARVE	996	2410

Através desta amostra exemplificativa é possível concluir que existe uma actividade industrial ainda embrionária, com um número elevado de estabelecimentos, certamente com baixo desenvolvimento tecnológico, realizada geralmente em ambiente familiar, urbano e, à excepção, da cortiça, com reduzida necessidade de mão de obra.

Segundo o *Anuário Estatístico de Portugal*, existiam no distrito de Faro, em 1881, 37 estabelecimentos industriais, que empregavam 1157 operários⁹, sendo o capital inicial dessas indústrias de 329 460\$000 réis, com um total de 61 motores, 1 máquina e 47 aparelhos industriais. No entanto, e curiosamente, só se assinalavam 86 operários da cortiça e 600 operários sem distinção. Além disso, 4 operários de alvenaria e 11 operários na cerâmica. Acresciam ainda 2 operários nos curtumes, 41 na destilação (onde havia alguma tradição nas localidades serranas algarvias e onde se produziam algumas aguardentes) e 107 operários nas indústrias alimentares (onde se incluíam as conservas) e desses 12 eram menores e 95 eram mulheres¹⁰.

N.º de Operários, no Algarve, segundo o Inquérito Industrial de 1890¹¹:

CONCELHO	CONSERVAS	CERÂMICA	CALÇADO	CORTIÇA
----------	-----------	----------	---------	---------

⁸ O número que é apresentado levanta-nos algumas dúvidas, mas é o que consta na documentação citada.

⁹ *Anuário Estatístico de Portugal de 1884*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, p. 398. Comparando com dados apresentados anteriormente verifica-se que houve uma alteração dos critérios definidos para o que se considerava actividade industrial e os valores que se apresentavam eram substancialmente inferiores aos apontados no relatório apresentado pelo governador civil.

¹⁰ *Anuário Estatístico de Portugal de 1884*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, pp. 408-409.

¹¹ *Inquérito Industrial de 1890*, vol. III. Indústrias Fabris e Manufactureiras, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, pp. 525-537. Alguns concelhos não apresentaram dados fiáveis, nem apresentaram o número de operários em cada indústria e por isso optamos por omitir esses resultados.

Castro Marim		46		
Faro	124		47	15
Lagoa	135	69	65	3
Lagos	250	2	61	
Monchique		6	56	
Olhão	130			
Portimão			18	105
Silves		4		985
Tavira		51		
VRSA	346	7		
TOTAL	639	185	247	1108

Quando chegamos a 1900, e baseando-nos nas informações recolhidas no *Anuário Estatístico de Portugal*, verificamos que houve um alargamento do conjunto de funções que são consideradas industriais. Assim, em Portugal, segundo estes dados existiam 151 396 pessoas a exercer profissões ligadas ao sector industrial; dessas, 6553 pessoas viviam no distrito de Faro. Segundo esta hierarquização, o Algarve ocupava a décima posição entre os vários distritos do País¹². Mas quando confrontamos estes dados com as informações prestadas pelo *Censo da População de 1911*¹³, verifica-se que existem grandes discrepâncias nas nossas fontes. Segundo o censo, existiam neste distrito 255 191 habitantes, dos quais 33 726 trabalhavam na indústria.

Nesta fase, já estavam em laboração as grandes fábricas dos sectores chave da indústria algarvia, confirmando a tese que defende que “a revolução industrial no Algarve chegará cerca de meados do século XIX, através do arranque das indústrias de conservas e de cortiça. Ambas se devem ao investimento estrangeiro e à existência de duas matérias-primas, quer existentes na região, quer na sua proximidade geográfica: o peixe (sardinha e atum) e a cortiça. Ambas movimentaram avultados capitais, dispuseram de centenas de fábricas e de muitos milhares de operários de ambos os sexos”¹⁴.

¹² *Anuário Estatístico de Portugal de 1900*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1907, p. 350.

¹³ *Censo da População de 1900*, vol. III, Tip. A Editora, Lisboa, 1906, p. 15.

¹⁴ Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, “Produção capitalista e organização do trabalho”, *O Algarve. Da Antiguidade aos Nossos Dias*, coord. Maria da Graça Marques, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 397-398.

A criação das fábricas de conservas de Sebastião Ramirez, em 1865, e a de Ângelo Parodi (denominada Parodi & Roldan), em 1879, de atum em azeite, em Vila Real de Santo António, a instalação de indústrias de conservas (de capitais estrangeiros) em Olhão (1881) e Lagos (1882), bem como a criação das fábricas de João António Júdice Fialho, em Portimão, em 1892¹⁵ e de António Feu Marchena, em 1901, foram momentos fundamentais neste processo. Acerca da actividade industrial de João António Júdice Fialho e do império industrial que conseguiu construir a partir do Algarve nas primeiras décadas do século XX, já existem algumas análises historiográficas¹⁶. Por outro lado, um dos temas que ainda está completamente por tratar é o problema da desindustrialização do Algarve e a sua relação com o problema do desenvolvimento turístico da região. Sobre as restantes empresas a produção historiográfica ainda é limitada ou simplesmente inexistente.

Outro problema que este trabalho suscita é a questão do investimento estrangeiro na região, em particular no sector conserveiro, mas também no corticeiro¹⁷.

Assim, no quadro que se segue, torna-se possível verificar a evolução dos operários da indústria de conservas e do número de fábricas em várias localidades algarvias:

Desenvolvimento da Indústria de Conservas (1890-1917)¹⁸

¹⁵ Maria João Raminhos Duarte, *Portimão. Industriais Conserveiros na 1.ª Metade do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p. 22. Segundo a investigadora, a fábrica “S. José”, de Júdice Fialho, iniciou a sua laboração em 5 de Julho de 1892. Neste caso, uma fábrica de conservas de sardinha.

¹⁶ Maria João Raminhos Duarte, *Portimão. Industriais Conserveiros na 1.ª Metade do Século XX*, Edições Colibri, Lisboa, 2003, pp. 33-37; Joaquim António Nunes, *Portimão*, Col. Estudos Algarvios VIII, Lisboa, Casa do Algarve, 1956; Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, “O ‘império’ Fialho”, in *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história*, coord. de Maria da Graça Maia Marques, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 404-412; Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, *O Nascimento de um Império. A “Casa Fialho” (1892-1939)*, [documento dactilografado], Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007; Ana Rita Faria, “A Organização Contabilística no sector conserveiro entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX: o caso Júdice Fialho”, *Pecunia*, n.º 13, Jul-Dez 2011, pp. 135-160, entre outras sugestões.

¹⁷ Anónimo, “Lagos”, *Novidades*, Lisboa, 26-02-1887, Ano III, n.º 745 afirmava: “Há em Lagos sete fábricas de conservas de sardinhas, sendo quatro estrangeiras e três portuguesas”. Algum tempo depois, num conjunto de pequenas notícias sobre o Algarve também se afirmava sobre o caso de Olhão: “há hoje nada mais nada menos que 7 fábricas de conservas de peixe. São todas francesas. Não é preciso dizer mais para se definir a iniciativa dos nossos capitais”. Anónimo, “Notícias do Algarve”, *Novidades*, 01-05-1887, Ano III, n.º 806, p. 2, col. 4.

¹⁸ Carminda Cavaco, *O Algarve Oriental. As Vilas, O Campo e o Mar*, vol. 2, Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, Faro, 1976, p. 296.

Concelhos	N.º fábricas			N.º operários		
	1890	1908	1917	1890	1908	1917
Lagos	4	10	13	247	?	1019
Portimão e Lagoa	1	3	15	120	?	1885
Olhão	1	7	34	130	526	2638
VRSA	5	6	8	338	1010	1340

Distribuição espacial das associações operárias (1870-1926)

Analisando a distribuição espacial das associações verifica-se que foi nas localidades mais industrializadas que o movimento associativo e mais tarde sindical conquistou alguns adeptos ao longo do tempo. Assim, concelhos como Albufeira, Aljezur, Alcoutim, Castro Marim, Lagoa, Loulé, Monchique e Vila do Bispo mantêm-se profundamente rurais e aí existe maior dificuldade em conseguir organizar movimentos associativos. Por outro lado, os de Vila Real de Santo António, Lagos, Silves, Olhão, Portimão e, por fim, Faro mostram alguma dinâmica associativa, surgindo, no período em análise, numerosas associações.

Aprofundando ainda a análise da distribuição geográfica constata-se a criação de associações não só nas sedes de concelho mas também em localidades mais ou menos afastadas dos principais centros urbanos. No concelho de Faro encontram-se três associações, duas criadas em S. Brás de Alportel quando ainda era uma freguesia deste concelho. Uma era a Associação de Classe dos Carpinteiros Cíveis, fundada em Março de 1903, e a outra era a Associação de Classe dos Operários Corticeiros de S. Brás. Além disso fundou-se a Associação de Classe dos Operários da Construção Civil e das Artes Correlativas de Santa Bárbara de Nexe, em Abril de 1917. Quanto ao concelho de Silves, encontram-se duas associações, ambas criadas na freguesia de São Bartolomeu de Messines. A Associação de Classe dos Operários Corticeiros, em Outubro de 1922, e a Associação de Classe dos Operários da Construção Civil e Artes Correlativas, fundada em Abril de 1921. Também no concelho de Vila Real de Santo António, na freguesia de Cacela, foi criada a Associação de Classe da Indústria da Construção Civil de Cacela, em finais de Junho de 1924.

Ao longo do período em análise, constata-se que a época mais fértil na criação de associações foi a que se verificou entre 1900 e 1909, com a criação de

vinte e cinco novas associações, seguida do período entre 1920 e 1926, com dezanove agremiações congéneres. Com igual número de associações criadas, temos os períodos entre 1890 a 1899 e 1910-1919, com um total de treze organizações em cada período. Quanto às organizações mais antigas são sobretudo os montepios, quase todos criados durante a década de 50 do século XIX.

Em jeito de curiosidade, a primeira organização que assume oficialmente a denominação de sindicato, no distrito de Faro, surge em Vila Real de Santo António, com a criação do Sindicato dos Operários da Indústria da Construção Civil desta localidade, fundado em 29 de Fevereiro de 1924¹⁹.

Comparando a evolução cronológica com a geográfica, percebe-se que a tendência de se criarem associações protectoras dos artistas durante a década de 70 do século XIX coincidiu com a criação de núcleos industriais nesses locais. Nesta fase, as então vilas de Portimão e Vila Real de Santo António assistiram à criação de novas fábricas, em particular no ramo conserveiro.

Analisando ainda por profissões, verifica-se que onde mais se verificou a tentativa de desenvolver o associativismo operário foi ao nível dos operários da construção civil (9), corticeiros (5), conserveiros (4), trabalhadores do comércio (4), carpinteiros (4), pedreiros (3), condutores (3), sapateiros (3), soldadores (2), entre vários outros grupos profissionais.

Analisando, por ordem cronológica, as associações operárias que se organizaram ligadas ao sector da construção civil, verifica-se que a mais antiga surge em Portimão, em 1907; Lagos em 1912; S. Brás de Alportel, em 1916; Santa Bárbara de Nexe (Faro), em 1917; S. Bartolomeu de Messines (Silves), em 1921; Albufeira, em 1922; Vila Nova de Cacela (Vila Real de Santo António), em 1924, também na sede de concelho, em Vila Real de Santo António, ainda em 1924 e, por fim, em Monchique, em 1925. Qualquer uma destas associações tinha estatutos aprovados pelo Governo Civil, que procedia ao seu registo e, geralmente, os seus estatutos eram publicados pelo *Diário do Governo*. Como a evolução cronológica parece indicar, os trabalhadores da construção civil organizam-se primeiramente em algumas localidades do litoral (Portimão e Lagos), evoluindo do barlavento para sotavento e organizando-se em algumas localidades do interior algarvio, onde existiriam comunidades deste tipo de operários. Outra nota de destaque neste sector da construção civil é o facto de a

¹⁹<http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Sindicato%20dos%20Oper%C3%A1rios%20da%20Ind%C3%BAstria%20da%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Civil%20de%20Vila%20Real%20de%20Santo%20Ant%C3%B3nio.pdf> [consultado em 20-01-2013]

maioria das associações serem fundadas no período do pós I Guerra Mundial²⁰: são cinco²¹ que se organizam nos anos 20 do século XX, no distrito de Faro.

A classe profissional dos marítimos também tinha bastante peso na região, pelo que encontramos diversas associações de marítimos²². Vejamos a sua organização por ordem cronológica: Fuzeta-Olhão (1885); Olhão (1901); Lagos (1901); Olhão (1912); Faro (1920) e Tavira (1925). Neste caso destaca-se claramente o caso de Olhão, com várias organizações, tanto na sede de concelho, como numa das suas freguesias onde a pesca era a actividade económica mais importante. O contexto parece indicar duas possíveis situações: organizações operárias muito efémeras e problemas de cisões internas que faziam depois surgir novas organizações.

Por outro lado, havia os corticeiros. O associativismo deste grupo profissional levanta alguns problemas que ainda não conseguimos resolver por completo. Apesar de alguns autores referenciarem que em 1886 já existia a Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Silves²³, os documentos só registam essa organização em 9 de Abril de 1893, sob a denominação de Associação de Classe da Indústria Corticeira Silvense²⁴. Resta, no entanto, um problema que não se consegue para já resolver: não haveria já algum modo de

²⁰ Uma nota de carácter pessoal: ao realizar a investigação para este trabalho descobri que o meu bisavô materno, José de Sousa Ribeiro, foi um dos co-responsáveis pela organização da Associação de Classe dos Operários da Construção Civil e Artes Correlativas de Santa Bárbara de Nexe, em 22 de Abril de 1917, meses antes de ser incorporado para combater na I Guerra Mundial, onde viria a participar na Batalha de La Lys; sendo feito prisioneiro dos alemães, regressa a Portugal em Fevereiro de 1919. Ver <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associação%20de%20Classe%20dos%20Operários%20da%20Construção%20Civil%20e%20Artes%20Correlativas%20de%20Santa%20Bárbara.pdf> [Consultado em 16-07-2012].

²¹ Associação de Classe dos Operários da Construção Civil e Artes Correlativas de Albufeira (14-06-1911); Associação de Classe da Indústria da Construção Civil de Monchique (12-06-1925); Associação de Classe dos Operários da Construção Civil de S. Bartolomeu de Messines (01-04-1921); Associação de Classe dos Operários da Construção Civil de Cacela (30-06-1924); Sindicatos dos Operários da Indústria da Construção Civil (29-02-1924).

²² Excluimos no entanto deste grupo os compromissos marítimos que anteriormente referimos.

²³ João Vasconcelos, <http://blocoptm.blogspot.pt/2007/11/greve-geral-revolucionaria-de-1934.html> [Consultado em 20-01-2013], aponta esta data, porém João Madeira, “Silves, os corticeiros e a sua associação de classe – «Pão, Luz e Liberdade»”, *IV Jornadas de Silves. Actas*, Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho de Silves, Silves, 1997, p. 185, de forma prudente, situa a sua formação entre 1886 e 1893.

²⁴ Os estatutos dessa associação podem ser consultados aqui: <http://arquesoc.gep.msss.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20da%20Ind%C3%B1ria%20Corticeira%20Silvense.pdf> [Consultado em 21-01-2013].

associação, mesmo que informal, dos operários? Pensamos que é muito possível, até porque, não podemos esquecer, legalmente, só a partir de 1891 é que se podiam constituir associações de classe para defesa dos direitos dos operários.

Vejamos então os locais e onde se organizam associações de corticeiros. Na cidade de Faro funda-se também uma associação de corticeiros ainda no século XIX (1898), denominada Associação de Classe dos Operários Corticeiros. Em 1903, surge nova associação, desta vez na então freguesia de S. Brás de Alportel²⁵. Em Portimão organiza-se também uma associação de operários corticeiros em 1911. Finalmente, em 1922, cria-se a associação em S. Bartolomeu de Messines (Silves), quando a indústria caminhava já para uma fase de declínio na região.

Nas associações de conserveiros, os que se organizam primeiro em associações são os operários masculinos. Embora neste caso se saliente também a questão do associativismo feminino, já que a grande maioria dos operários nas fábricas de conservas que existiam na região eram mulheres. Assim, os operários masculinos organizam-se em Olhão, em 1903; em Lagos, em 1911; as mulheres organizam-se também em Olhão, em 1903 (10 de Outubro), e depois em Lagos, em 1912. Foram estas associações, bem como os corticeiros, a provocar momentos graves de tensão com os patrões e com as autoridades políticas e militares da região devido às greves que realizaram até 1910.

Outro grupo de associações de trabalhadores no mesmo ramo que existiram na região era o dos trabalhadores do comércio. Foram quatro associações deste sector que se organizaram no Algarve: Faro (1917); Olhão (1918); Vila Real de Santo António e Silves (1920).

Por fim, falemos dos carpinteiros. Este grupo profissional consegue organizar-se em Vila Real de Santo António (1900), em Faro (1901), em S. Brás de Alportel (1903) e em Portimão (1925).

As manifestações do movimento operário no Algarve (1870-1926)

O estudo sobre o movimento operário no Algarve ainda está por fazer, mas já existem alguns contributos parcelares que trazem alguma informação pertinente sobre o tema. O presente trabalho será mais um. Um dos textos mais antigos que conhecemos, publicado há quase três décadas pelo professor José

²⁵ Paulo Pires, “A indústria corticeira algarvia e o caso de S. Brás (1900-1916)”, *Estudos sobre a I República em S. Brás e Faro*, Câmara Municipal de S. Brás de Alportel, S. Brás de Alportel, 2010, pp. 25-80.

Manuel Tengarrinha, apresenta alguns elementos estatísticos sobre as greves na região que reproduzimos de seguida sob a forma de quadro. Através dele conseguimos perceber ao longo do tempo os anos de maior contestação e luta dos operários. Assim, destacam-se os anos de 1893, com 10 greves, depois 1900, com 15 greves, 1903 e 1904 são anos de pico grevista, com 15 e 19 greves, respectivamente. Depois, o ano da implantação da República, com 10 greves, e o ano de 1911, com 19 greves. De seguida diminui a eclosão de greves, durante a República, registando-se 11 greves em 1913 e 1916; por fim, contabiliza-se uma dezena de greves em 1921.

Além deste contributo, mais recentemente publicaram-se alguns elementos novos sobre a contestação do movimento operário algarvio nos anos finais da República²⁶. O tema das greves foi abordado com alguma profundidade na imprensa algarvia ainda nos inícios da década de 70 do século XIX, quando o semanário lacobrigense *Gazeta do Algarve* publicou um conjunto interessante de artigos dedicados às “Causas que têm obstado ao desenvolvimento do Algarve” e, na sétima parte desse conjunto de artigos, dedica-se precisamente ao tema das greves. Embora os artigos sejam essencialmente teóricos, apontam para um conjunto de ideias e pensamentos que começavam a surgir na sociedade portuguesa. Salienta sobretudo a questão da associação dos operários e afirma: “Todos têm o direito de se associar, todos são senhores do seu trabalho como cada um é senhor do seu capital. As greves, por enquanto, só por excepção é que têm exorbitado da esfera dos seus direitos.”²⁷

Um dos primeiros sinais de conflito, surgido em 1872, foi a chamada “revolta das medidas”²⁸, que teve lugar em Tavira em 8 de Dezembro. Esta

²⁶ João Vasconcelos, “O Movimento Operário Algarvio nos finais da I República”, <http://mundosdotrabalho.upp.pt/wp-content/uploads/2011/04/Jo%C3%A3o-Vasconcelos.pdf> [Consultado em 22-01-2013]. Além deste contributo, também recentemente Paulo Pires, “A indústria corticeira algarvia e o caso de S. Brás (1900-1916)”, *Estudos sobre a I República em S. Brás e Faro*, Câmara Municipal de S. Brás de Alportel, S. Brás de Alportel, 2010, pp. 25-80, onde se debruça sobre a actividades dos corticeiros em S. Brás; Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, “O Algarve e a Grande Guerra. A Questão das Subsistências (1914-1918)” (policopiado), FCSH-UNL, Lisboa, 2010 [Dissertação de Doutoramento em História Económica e Social, gentilmente cedida pelo autor].

²⁷ Anónimo, “Causas que têm obstado ao desenvolvimento do Algarve. VII – As Greves”, *Gazeta do Algarve*, Lagos, 11-02-1873, Ano I, n.º 7, p. 2, col. 1.

²⁸ Sobre esta revolta ver o que escreveu Arnaldo Casimiro Anica, *Tavira e o seu Termo. Memorando Histórico*, vol. II, Câmara Municipal de Tavira, Tavira, 2001, pp. 53 e 54; Ofir Chagas, “Revolta das Medidas”, *Tavira. Memórias de uma cidade*, Ed. do Autor, Tavira, 2004, p. 305, e *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I.

revolta foi uma das últimas tentativas para impedir a implementação do sistema decimal em Portugal, porque, apesar de o sistema já estar em vigor desde 13 de Dezembro de 1852, portanto no início do período da Regeneração, a prática quotidiana em muitos locais demorou bastante a alterar-se. Assim, estas revoltas populares contra o novo sistema de pesos e medidas (houve-as, entre outras, em Guimarães, Freixedas e Tavira) demonstravam a desconfiança e a ignorância da população face ao novo modelo, sobretudo as vantagens do novo sistema para os consumidores face ao que se utilizava até ali. Assim, este movimento, mais que uma greve, foi antes uma revolta localizada contra algo que se temia que fosse prejudicial para a população.

Movimento grevista no Algarve (1893-1921)²⁹

ANOS	N.º GREVES
1893	10
1896	1
1898	1
1899	4
1900	15
1901	4
1902	9
1903	15
1904	19
1905	4
1906	3
1907	2
1908	8
1909	8
1910	10
1911	19
1912	8
1913	11

Artur Ângelo Barracosa Mendonça, “A Revolta das Medidas em Tavira (1872): subsídios para a história da implementação do sistema decimal em Portugal” [Conferência], VI Jornadas de História de Tavira, 2006 [Documento apresentado no dia 4 de Novembro de 2006, durante as VI Jornadas de História de Tavira, que continua a aguardar publicação.]

²⁹ José Tengarrinha, “Os Primeiros 50 anos de Greves no Algarve (1872-1921)”, 3.º Congresso Sobre o Algarve, Racal Clube, Lisboa, 1984, p. 128.

Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I.

1914	3
1915	2
1916	11
1917	2
1918	7
1919	6
1920	6
1921	10

Ao longo do tempo fomos encontrando eco do impacto de algumas destas greves na região e no País. Assim, a imprensa regional e a imprensa operária faziam o acompanhamento dos momentos de tensão/ruptura do operariado. Acompanhando a imprensa da época, vamos encontrando notícias dos acontecimentos na região e procurou-se compreender como respondiam os poderes públicos às greves que iam eclodindo, em particular os presidentes de câmara e o governador civil.

Em 25 de Maio de 1893, o diário republicano *Vanguarda* dava conta, numa minúscula nota de quatro linhas, de que os corticeiros de Faro e Portimão se encontravam em greve devido a um conjunto de arbitrariedades que contra eles eram exercidas³⁰. Consultando a correspondência do Governo Civil de Faro, confirmou-se que a situação era acompanhada com atenção e preocupação pelas autoridades. Em longa correspondência confidencial enviada pelo governador civil, Júlio Lourenço Pinto³¹, ao Ministério da Guerra, este afirmava que “há no concelho de Silves uma numerosa população operária nas fábricas de cortiça ali estabelecidas, a qual constitui um perigo constante para a ordem pública”³² e, acrescentava, descrevendo os corticeiros silveses, “composta em grande parte de indivíduos de diferentes nacionalidades, recrutados nas esferas mais ínfimas da sociedade, imbuídos de ideias socialistas ou anarquistas, cuidadosa e assiduamente alimentados em comícios e conferências, que a miúdo ali vão celebrar os propagadores e propagandistas daquelas doutrinas sociais, incutem-lhes um ânimo e uma constante e irreprimível predisposição

³⁰ Anónimo, “Greve de Corticeiros”, *Vanguarda*, Lisboa, 25-05-1893, Ano 3.º, n.º 695, p. 1, col. 3.

³¹ Neto Gomes, *Governo Civil do Distrito de Faro. 175 Anos de História*, Governo Civil de Faro, Faro, 2010, pp. 167-170.

³² *Carta ao Ministério da Guerra, de 6 de Abril de 1893*, ADF – Livro Copiador de Correspondência Confidencial do Governo Civil, Lv 305 (1873-1918).

para a revolta contra os poderes constituídos e seus representantes”³³. Este extenso relato feito pelo governador civil terminava com o inevitável pedido de envio de uma força militar que estivesse de prevenção em Silves, em permanência, “que os mantenha em respeito”.

Anos depois, ainda no jornal *Vanguarda*, encontra-se uma notícia sobre uma greve em Faro, em 1896, na fábrica de tecidos de D. Modesto Gomez Reyes³⁴, envolvendo perto de uma centena de operários. Segundo o correspondente do jornal, a situação foi provocada por uma imposição do patrão que os operários consideraram vexatória da sua condição e dignidade³⁵. Assinale-se que os operários deste industrial por várias vezes se queixaram e se revoltaram contra as condições de trabalho nos seus empreendimentos industriais.

Em 1901, alguns acontecimentos graves conduziram à prisão de perto de duas dezenas de indivíduos que participavam numa greve em Lagos, que envolvia marítimos e soldados da cidade³⁶. Esta greve teve um efeito de contágio a outras regiões, surgindo novos focos grevistas, por exemplo, em Olhão, já no mês de Março. Também nesta localidade vários grevistas foram presos devido à existência de tumultos, de que resultaram “várias prisões, injustamente mantidas, à ordem dos proprietários das armações que vêm naqueles desgraçados uns cabeças de motim”³⁷. Por aqui pode verificar-se que a acção repressiva das autoridades se exercia sobre os operários que reivindicavam condições de trabalho e melhores salários cada vez com maior veemência.

Em 1904, segundo algumas crónicas da época, assistiu-se ao maior movimento grevista até aí realizado na região. Sobretudo a vila de Olhão parecia estar “quase em estado de sítio”³⁸. Esta situação conduziu mesmo à prisão do líder do movimento

³³ *Idem*.

³⁴ Modesto Gomes dos Reis, segundo o Prof. Oliveira Marques, tinha uma espécie de “*trust* industrial, conquanto limitado, o de Modesto Gomes dos Reis, que agrupava fábricas de têxteis em Loulé, Faro, Silves, Vila Real de Santo António, etc.” A. H. de Oliveira Marques, “O Surto Industrial”, *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI, Nova História de Portugal, Editorial Presença, Lisboa, 1991, p. 134. Este industrial estabelecido no Algarve e, tudo indica de origens andaluzas, dedicou-se sobretudo à indústria têxtil na região, com vários estabelecimentos fabris.

³⁵ Anónimo, “Greve em Faro”, *Vanguarda*, Lisboa, 13-08-1896, Ano IV, n.º 1855, p. 3, col. 2.

³⁶ Anónimo, “A Vanguarda nas Províncias – Lagos, 24”, *Vanguarda*, Lisboa, 02-03-1901, Ano VI (XI), n.º 1553 (3498), p. 3, col. 4.

³⁷ Anónimo, “Em Olhão. Seis pescadores presos inocentemente – Ao sr. Ministro da Justiça”, *Vanguarda*, Lisboa, 15-03-1901, Ano VI (XI), n.º 1564 (3511), p. 3, col. 3.

³⁸ Anónimo, “Greve Importante em Olhão – Seiscentos grevistas – Reacção Industrial”, *Vanguarda*, Lisboa, 26-05-1904, Ano IX (XIV), n.º 2713 (5565), p. 2, col. 1.

operário na região, Bartolomeu Constantino. Este facto causou grande descontentamento entre os trabalhadores que apelaram mesmo à solidariedade operária para uma greve que se prolongou por cerca de dez dias.

Bartolomeu Constantino foi uma personalidade que desempenhou papel de relevo não só na região, mas também no País, organizando os operários em associações de classe, para reivindicarem os seus direitos com maior peso. Assim, durante os anos de 1902 a 1905 surgem variadas notícias sobre o aparecimento de novas associações de classe, especialmente em Silves, Olhão, Faro e Portimão³⁹. Destas associações de operários vão emergir também diversas greves⁴⁰. Estas tornaram-se cada vez mais frequentes e com reivindicações cada vez maiores, o que acabou por conduzir à prisão do principal agitador das massas operárias algarvias, Bartolomeu Constantino⁴¹.

Na sequência desta prisão, os jornais de orientação republicana de vários locais do País tornaram este acontecimento uma arma de arremesso contra o governo de João Franco. Devido à publicidade deste acontecimento, Afonso Costa predispõe-se a ir pessoalmente defender Bartolomeu Constantino. Era uma tática de propaganda política transformar um acontecimento que à partida nada tinha de perigoso em “arma de arremesso” contra a monarquia. Assim, Afonso Costa viria ao Algarve acompanhado por França Borges, Mayer Garção, José do Vale e Ribas de Avelar. Era o que se podia chamar uma comitiva de luxo. Esta estratégia conseguiu captar as atenções e acabou por ser bem sucedida nas suas intenções. Conseguiu que “até os jornais monárquicos acabassem por se referir a este caso, quer os da capital, quer os da província, sem se aperceberem que estavam a entrar no jogo republicano”⁴².

A ligação que se estabeleceu tornou-se importante, porque Bartolomeu Constantino tinha muitos seguidores nas camadas operárias que, sob a sua direcção, foram sendo encaminhadas cada vez mais para o Partido Republicano. Assim, ele “passará a ser o influente dinamizador dos trabalhadores sobretudo nos comícios republicanos” e aparecerá diversas vezes a discursar ao lado dos republicanos⁴³.

³⁹ Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, p. 195 e ss.

⁴⁰ José Manuel Tengarrinha, “Os trabalhadores industriais do Algarve nos séculos XIX-XX”, *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias (Elementos para a sua história)*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 465-468.

⁴¹ Bartolomeu Constantino foi preso em Olhão, nos finais (28?) de Maio de 1904, resultando daí alguma agitação social e política no Algarve., tendo sido libertado após o julgamento, em meados de 1905. Cf. Anónimo, “Greve de Olhão”, *Vanguarda*, Lisboa, 29-05-1904, Ano IX (XIV), n.º 2716 (5568), p. 1, col. 6.

⁴² António Alberto C. Pereira Ramos, “Afonso Costa e Bartolomeu Constantino: o movimento republicano e o operariado algarvio em 1904” in *Actas do I Congresso dos Algarvios da Margem Sul do Tejo*, Coord. Ed. António Manuel Neves Policarpo, Almada, Casa do Algarve do Concelho de Almada, 1996, pp. 132-133.

⁴³ António Alberto C. Pereira Ramos, *art. cit.*, pp. 134-135.

Em 1905, e depois de um ano muito complicado, com cerca de duas dezenas de greves, as autoridades do Algarve estavam atentas e procuravam limitar os danos da revolta operária. Assim, em Abril de 1905, o secretário do Governo Civil de Faro, Júdice Aboim, acompanha ao detalhe o que se passa em S. Brás de Alportel e vai dando conta do andamento das situações junto das autoridades do poder central em Lisboa que iam acompanhando o caso da greve dos corticeiros desta localidade⁴⁴. Em 4 de Abril, o secretário do Governo Civil respondia a Manuel Valagão, assegurando que estavam a ser tomadas medidas e iria ser “enviada uma força policial comandada pelo respectivo comissário”⁴⁵, e o pedido da força consta de uma correspondência enviada ao general comandante militar da 4.^a Divisão Militar, sedeadada em Évora. Este pedido era justificado nos seguintes termos: “Havendo justo receio que S. Brás de Alportel seja alterada a ordem pública por causa greve operaria fábrica cortiça, rogo V.^a. Ex.^a, em satisfação ao que me requisita o respectivo Administrador se digne mandar marchar para aquela localidade com brevidade possível uma força militar comandada por oficial”⁴⁶. Apesar da movimentação das forças de segurança (foram enviados 18 praças comandados pelo respectivo comissário e ainda requisitadas forças militares que acabaram por não ser utilizadas), utilizaram-se sobretudo formas de conciliação que acabaram por ter resultados positivos na resolução do conflito laboral que ocorreu na fábrica de rolhas de Manuel da Silva Barreira Júnior⁴⁷, embora dias mais tarde (17 de Abril de 1905) tenham ocorrido alguns incidentes na localidade que obrigaram à intervenção e permanência das forças militares.

Com a ditadura de João Franco, o avanço das ideias republicanas e a aliança que se estabeleceu entre algumas facções do movimento operário e a causa republicana era cada vez mais difícil às autoridades conseguirem responder a todas as solicitações que lhes eram feitas. Esta situação pode ser comprovada em alguma correspondência que consultámos, na qual o governador civil de Faro se queixava de falta de articulação com as autoridades

⁴⁴ São enviadas várias correspondências ao longo do mês de Abril de 1905 dando conta do evoluir da situação em S. Brás de Alportel.

⁴⁵ *Correspondência ao Sr. Manuel Valagão-S. Brás de Alportel, 4 de Abril de 1905*, ADF – Livro Copiador de Correspondência Expedida do Governo Civil, livro 340.

⁴⁶ *General Comandante 4.^a Divisão Militar Évora*, ADF – Livro Copiador de Correspondência Expedida do Governo Civil, livro 340.

⁴⁷ Paulo Pires, “A Indústria corticeira algarvia e o caso de S. Brás (1900-1916)”, *Estudos sobre a I República em S. Brás e Faro*, Câmara Municipal de S. Brás de Alportel, S. Brás de Alportel, 2010, pp. 30-31.

locais e falta de meios para enfrentar todas as situações⁴⁸. Nestas correspondências, além de cartas trocadas com os administradores de Portimão e Lagoa, foram também contactados o comandante da 4.^a Divisão Militar, em Évora, e o próprio presidente do Conselho de Ministros. Nesta fase enfrentava um surto de greves de soldados, em particular nas fábricas de João António Júdice Fialho, que causaram vários incidentes e prisões.

Entre 1908 e 1910 regista-se no Algarve um surto de greves. Assim, verificam-se oito greves em 1908 e 1909 e dez greves em 1910. Nesta última fase, as greves eram quase sempre repartidas pelos núcleos urbanos mais industrializados: Olhão, Silves, Faro, Lagos, Portimão, S. Brás de Alportel e Vila Real de Santo António. Pontualmente surgiam greves localizadas noutros locais. Analisando a situação, em 1908 verifica-se que os conflitos laborais nas fábricas de João António Júdice Fialho atingem um dos seus momentos críticos, com as reivindicações dos soldados. Assim e porque tinha sido alertado pelo administrador do concelho, o secretário do Governo Civil, em 12 de Outubro de 1908, solicita telegraficamente ao comandante da 4.^a Divisão Militar, em Évora, que ordene o envio de uma força de cavalaria para Portimão, porque “greve soldados fábricas preparação de peixe, ameaçando grevistas invasão fábricas e destruição máquinas”⁴⁹. No dia seguinte, outra correspondência para o presidente do Conselho de Ministros dava conta da preocupação com o efeito de contágio que aquela greve poderia ter com o alastramento a Lagos e a Silves, podendo envolver “2000 operários”⁵⁰. Mesmo assim, não satisfeito, o governador civil, João Lopes Garcia Reis, envia correspondências nesse mesmo dia para o ministro da Guerra, para o general comandante da 4.^a Divisão Militar e para o administrador de Lagoa e novamente para o de Portimão. Segundo ele, era fundamental conseguir uma força de cavalaria comandada por um capitão e, mais tarde, noutra correspondência admitia que poderia ser uma força comandada por um subalterno; no dia seguinte, já reconhecia que poderia não ser necessária a força de cavalaria.

Conclui-se que existiam muitas hesitações, dúvidas e incerteza quanto à melhor forma de enfrentar o problema da greve dos soldados. Por outro lado,

⁴⁸ *Correspondência dos dias 16 e 17 de Dezembro de 1906*, ADF – Livro Copiador de Correspondência Expedida do Governo Civil, livro 340.

⁴⁹ *Correspondência Urgente – Comandante 4.^a Divisão Militar, Évora, 12 de Outubro de 1908*, ADF – Livro Copiador de Correspondência Expedida do Governo Civil, livro 340.

⁵⁰ *Correspondência Urgente – Presidente do Conselho, 13 de Outubro de 1908*, ADF – Livro Copiador de Correspondência Expedida do Governo Civil, livro 340.

os comandos militares não parecem facilitar na cedência de soldados para repor a ordem pública. Haveria problema de falta de meios? Existiriam opiniões contraditórias entre o poder político e as hierarquias militares? Não conseguimos, para já, responder a estas dúvidas, mas o certo é que estes problemas estavam a ser complexos para as autoridades regionais. Entretanto, a situação sofre alterações: novos focos de greve em Lagos, Albufeira, Vila Real de Santo António, novos pedidos de reforços militares, alguns dos quais são recusados. Através da documentação do governador civil é possível acompanhar todas as iniciativas tomadas, as autoridades contactadas, os problemas sentidos e a evolução da própria greve e/ou greves ao longo do tempo.

Em Setembro de 1910 iniciam-se um conjunto de greves que continua até Março de 1911. Inicialmente envolvem os corticeiros, mas depois passam para outros grupos profissionais. Em 16 de Setembro, já o secretário do governador civil de Faro, José Vaz Guerreiro Júdice Aboim, informava o ministro do Reino de que em Silves já estavam “50 praças cavalaria e 50 infantaria. Continua haver sossego, mas receia-se perturbação ocasião embarque cortiça”⁵¹. Depois troca correspondência com o administrador de Albufeira, com o comandante da 4.^a Divisão Militar, em Évora, com o director-geral da Secretaria da Guerra, com o administrador do concelho de Silves, e envia, a 22 de Setembro, uma longa exposição ao Ministério do Reino onde descreve minuciosamente a situação e os problemas que era fundamental resolver.

Comprovando esta situação, temos o conjunto de greves de marítimos que se desencadeiam na região e que começam em Dezembro de 1910 e se prolongam até 8 de Março de 1911, tocando várias localidades⁵². Segundo foi possível apurar, as razões para este conjunto de greves prendiam-se fundamentalmente com o descontentamento das classes marítimas. O prolongamento do movimento grevista acabou por conduzir a algumas desistências ao longo do tempo. Porém, o principal problema que causou a greve acabou por não ser resolvido e, ainda por cima, agravou a situação dos trabalhadores.

⁵¹ *Ministro do Reino, Lisboa, 16 de Setembro de 1910*, ADF – Livro Copiador de Correspondência Expedida do Governo Civil, livro 340.

⁵² César Oliveira, *O Operariado e a República Democrática*, Col. Seara Nova, Seara Nova, Lisboa, 1974, pp. 262-263.

A aliança que se estabeleceu entre parte do movimento operário, os socialistas e os republicanos para a implantação do regime republicano⁵³ foi rapidamente ultrapassada após o 5 de Outubro. Até àquela altura existiram pontos de convergência que interessavam a todas as partes, que tinham um objectivo comum, mas diferentes vias para lá chegar. O movimento operário conseguiu concretizar algumas das propostas que ambicionava, como o direito à greve, foi criado o seguro de acidentes de trabalho, foram tomadas medidas para tentar proibir o trabalho infantil. Mas, no essencial, o operariado manteve-se numa situação próxima do limiar da sobrevivência. No Algarve, organizam-se dezenas de associações entre 1900 e 1926, a grande maioria dominada por operários, destacando-se as profissões que mais se associavam: os trabalhadores da construção civil, os conserveiros, os corticeiros, os carpinteiros e os trabalhadores do comércio.

Pela região algarvia encontramos também algumas associações e organizações anarquistas: Olhão, Boliqueime, Silves, Messines, Monchique. Nestas localidades existiram organizações anarquistas, mais ou menos efémeras.

Um dos contributos que este trabalho procurou trazer foi o acompanhamento que as autoridades regionais e locais foram fazendo das movimentações operárias na região. As dificuldades de articulação entre as diferentes autoridades e as preocupações que denotavam em relação ao movimento operário foram abordadas, mas falta ainda esclarecer muito aspectos sobre a organização operária, as suas lideranças e as suas manifestações na região que ficarão para outra oportunidade.

Bibliografia e fontes

Anica, Arnaldo Casimiro, *Tavira e o seu Termo. Memorando Histórico*, vol. II, Câmara Municipal de Tavira, Tavira, 2001.

Anuário Estatístico de Portugal de 1884, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886.

Anuário Estatístico de Portugal de 1900, Imprensa Nacional, Lisboa, 1907.

Beires, José de, *Relatório Apresentado à Junta Geral do Districto de Faro na Sessão Ordinária de 1873 pelo Governador Civil José de Beires com Documentos e Mapas Ilustrativos*, Imprensa Literária, Coimbra, 1873.

⁵³ António Ventura, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal. As Convergências Possíveis (1892-1910)*, Edições Cosmos, Lisboa, 2000.

Cabral, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

Cavaco, Carminda, *O Algarve Oriental. As Vilas, O Campo e o Mar*, vol. 2, Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, Faro, 1976.

Coelho, Trindade, *Manual Político do Cidadão Português*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1906.

Duarte, Maria João Raminhos, *Portimão. Industriais Conserveiros na 1.^a Metade do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

Faria, Ana Rita, “A organização contabilística no sector conserveiro entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX: o caso Júdice Fialho”, *Pecunia*, n.º 13, Jul-Dez 2011.

Gomes, Neto, *Governo Civil do Distrito de Faro. 175 Anos de História*, Governo Civil de Faro, Faro, 2010.

Goodolfim, Costa, *A Associação*, col. Biblioteca Socialista Portuguesa, Lisboa, Seara Nova, 1974.

Inquérito Industrial de 1890, vol. III. Indústrias Fabris e Manufactureiras, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

Madeira, João, “Silves, os corticeiros e a sua associação de classe – «Pão, Luz e Liberdade»”, *IV Jornadas de Silves. Actas*, Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho de Silves, Silves, 1997.

Mendonça, Artur Ângelo Barracosa, *A Revolta das Medidas em Tavira (1872): subsídios para história da implementação do sistema decimal em Portugal* [Conferência], VI Jornadas de História de Tavira, 2006.

Nunes, Joaquim António, *Portimão*, Col. Estudos Algarvios VIII, Lisboa, Casa do Algarve, 1956.

Oliveira, César, *O Operariado e a República Democrática*, Col. Seara Nova, Seara Nova, Lisboa, 1974.

Pires, Paulo, “A Indústria corticeira algarvia e o caso de S. Brás (1900-1916)”, *Estudos sobre a I República em S. Brás e Faro*, Câmara Municipal de S. Brás de Alportel, S. Brás de Alportel, 2010.

Ramos, António Alberto C. Pereira, “Afonso Costa e Bartolomeu Constantino: o movimento republicano e o operariado algarvio em 1904” in *Actas do I Congresso dos Algarvios da Margem Sul do Tejo*, Coord. Ed. António Manuel Neves Policarpo, Almada, Casa do Algarve do Concelho de Almada, 1996.

Rodrigues, Joaquim Manuel Vieira, “Produção capitalista e organização do trabalho”, *O Algarve. Da Antiguidade aos Nossos Dias*, coord. Maria da Graça Marques, Edições Colibri, Lisboa, 1999.

Rodrigues, Joaquim Manuel Vieira, “O ‘império’ Fialho”, Ibidem.

Rodrigues, Joaquim Manuel Vieira, “O Algarve e a Grande Guerra. A Questão das Subsistências (1914-1918)”, FCSH-UNL, Lisboa, 2010 [Dissertação de Doutoramento em História Económica e Social (policopiada)].

Serra, Jorge Miguel Robalo Duarte, “O Nascimento de um Império. A ‘Casa Fialho’ (1892-1939)”, [documento dactilografado], Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.

Tengarrinha, José, “Os Primeiros 50 anos de Greves no Algarve (1872-1921)”, 3.^o Congresso Sobre o Algarve, Racal Clube, Lisboa, 1984.

Vasconcelos, João, “O Movimento Operário Algarvio nos finais da I República”, <http://mundosdotrabalho.upp.pt/wp-content/uploads/2011/04/Jo%C3%A3o-Vasconcelos.pdf>.

A agitação operária na Covilhã durante a Segunda Guerra Mundial e as tensões entre o governo e o patronato: “um nítido acto de indisciplina”

Cátia Teixeira¹

O Governo entendia que, se cedesse, cair-se-ia num ciclo vicioso, pois o aumento de salários provocaria, fatalmente, um aumento do custo de vida, prejudicial para todos.

Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*

O impacto da Segunda Guerra Mundial veio abalar os alicerces do regime que se constituiu e consolidou ao longo da década de 30 do século XX, tendente à repressão e eliminação das tensões e contradições entre os diversos sectores da sociedade portuguesa. Através de um forte enquadramento ideológico e de uma política preventiva e repressiva, conseguiu travar o movimento operário, alcançando a paz nas ruas. Contudo, o conflito mundial iria ter em todos os países envolvidos, mesmo aqueles que mantiveram a sua neutralidade ao longo do período, um forte impacto económico, político e social. Devido ao alcance totalizante dos efeitos da guerra em todos os sectores da sociedade assistir-se-á, neste período, a um conjunto de factores que vieram desestabilizar a já precária vida do operariado português: a inflação e o facto de os salários não acompanharem o aumento do custo de vida; o racionamento; a redução dos dias de trabalho como consequência do acesso limitado das fábricas ao às matérias-primas; a especulação nos preços e o desvio de bens de primeira necessidade para mercados paralelos. Em simultâneo, a percepção das desigualdades sociais aumentava e a organização corporativa parecia não corresponder às reivindicações operárias. Os órgãos do governo tentaram cortar a contestação na sua raiz: através de uma política de censura nos jornais, com as notícias sobre os acontecimentos do conflito

¹ Bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, com a referência SFRH/BD/90168/2012; investigadora integrada no IHC/FCSH-UNL.

mundial e as suas consequências a serem efectivamente filtrados.

A Covilhã era, no início dos anos 40, o mais importante centro têxtil de lanifícios do País. Em finais de 1940, “com o fundamento do actual estado de crise industrial, que além de originar grande número de desempregados, [a indústria de lanifícios] reduziu a 4 dias de trabalho por semana a quasi totalidade dos que se empregam nas oficinas”: nos lares dos operários não entravam “50% dos proventos colhidos no ano anterior”, onde o custo de vida era “mais elevado que em Lisboa e Porto². Paralelamente, a mendicidade na cidade da Covilhã estava a “aumentar assustadoramente”, devido à crise na indústria³.

A Covilhã, sendo um meio industrial, correspondia a “todas as vantagens e todos os seus defeitos”, segundo o delegado do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência (INTP) daquela cidade⁴. Os defeitos passavam pelo altíssimo custo de vida e pela consideração de “que os proletários da Covilhã são dos trabalhadores mais irrequietos do país, sendo certo que é entre eles que as ideias subversivas melhor éco encontravam, tomando em consideração que o seu nível cultural é defecientíssimo”⁵. A irregularidade da distribuição, a carência, o alto preço e a inexistência de bens de primeira necessidade causavam uma grande agitação: por um lado, de ordem política, uma vez que os operários da Covilhã culpavam o “governo da Nação pelo facto de na mercearia não lhe fornecerem azeite” e, por outro lado, de ordem social, na medida em que “pretendem um aumento de salários para adquirir os géneros que pelo seu preço lhe são inacessíveis”, o qual o delegado do INTP considerava que não era “manifestamente solução aceitável, pelo círculo vicioso que determina”⁶.

À margem da política económica do Governo, alguns sectores do patronato da indústria de lanifícios estariam dispostos a conceder um aumento salarial aos operários. Não será por acaso, como bem assinala Fátima Patriarca, que a boa vontade do patronato floresça durante a Segunda Guerra

² Cópia da exposição entregue ao subsecretário de Estado das Finanças pelo SNPILC, em 6 de Novembro de 1940, ADCB, GCCB, corresp. recebida, caixa 15.

³ A mendicidade na cidade era proibida e os pobres eram internados no Albergue dos Inválidos de Trabalho, que existia na Covilhã. Carta da PSP para o governador civil, de 11 de Dezembro de 1941, ADCB, GCCB, corresp. recebida, caixa 15.

⁴ Carta do delegado do INTP na Covilhã ao governador civil, de 23 de Agosto de 1946, AMSSS, Pasta INTP – Covilhã.

⁵ *Idem.*

⁶ *Idem.*

Mundial⁷: embora pesassem constrangimentos económicos, será neste período que se dará o aumento da exportação, tanto em termos de volume quanto em termos de lucro, e os negócios menos lícitos aumentam, com um paralelo e vivo mercado negro⁸.

Para além dos industriais, a nível individual, também as organizações patronais, a nível colectivo, estavam empenhadas nesse aumento: é o caso do Grémio da Covilhã e do Grémio do Sul, as associações de industriais mais importantes no que tocava ao sector têxtil de lanifícios a nível nacional. Esta posição por parte dos Grémios da Covilhã e do Sul foi consequência de um conturbado período nas relações entre dois eixos: por um lado, estes dois grémios e a Federação Nacional da Indústria de Lanifícios, FNIL (que congregavam os interesses dos diferentes grémios regionais), e por outro, os Grémios de Gouveia e de Castanheira de Pêra⁹.

Após uma tentativa de cartelização em 1931, abarcando os industriais de lanifícios da Covilhã (congregados em torno da Associação Industrial e Comercial da Covilhã), estes irão organizar-se na Secção de Lanifícios da Associação Industrial Portuguesa que, através da revista que publica, será um dos órgãos fundamentais para a difusão da ideologia modernizante da indústria. Em 1936 é fundada a FNIL, que, constituída através do *lobby* industrial, vai promover a grande concentração industrial. Neste sentido, veio estabelecer uma linha divisória entre os pequenos e os grandes industriais. Uma vez que a presidência da direcção da FNIL recaía habitualmente naqueles que fossem mais sensíveis aos grandes interesses na indústria de lanifícios, aos quais correspondia o Grémio da Covilhã e o Grémio do Sul, ficaria patente que a FNIL não conseguiria congrega os diferentes interesses na indústria de lanifícios do País: primeiro porque veio “separar os grandes dos pequenos” (a inscrição nos grémios obrigava a ter pelo menos três teares mecânicos) e, depois de aumentados os seus poderes na regulação da actividade laneira, estabelecendo “os salários, as matérias-primas e a sua

⁷ Patriarca (1995), p. 648.

⁸ Sobre a situação da indústria de lanifícios à época, o aumento das exportações e dos lucros relacionados e os negócios mais ou menos lícitos ver: Teixeira, Cátia, “As greves na indústria de lanifícios da Covilhã no Inverno de 1941: o início da agitação operária durante a Segunda Guerra Mundial”, tese de mestrado apresentada à FCSH-UNL, Novembro de 2012 [policopiado em acesso online: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/8643/1/Tese%20de%20Mestrado%20Cátia%20Teixeira.pdf>.]

⁹ Pinheiro (2008), p. 298.

própria organização económica”¹⁰, as tensões entre o Grémio da Covilhã e os outros viriam a aumentar. Este grémio representava os industriais da Covilhã, que detinham uma produção de grande escala, onde “pontuavam já as modernas fiações de penteado”¹¹. Nos Grémios de Gouveia e de Castanheira de Pêra, por seu lado, persistia uma indústria pouco desenvolvida e a lã empregada nos trabalhos era de menor qualidade (lã para cardar). Estes dois grémios, juntamente com o Grémio do Norte, tinham pouco peso económico, representando cerca de 30% dos interesses industriais do País. Aos industriais da Covilhã e do Sul corresponderiam os outros 70%¹².

A 7 de Julho de 1941, como resposta às exigências do Governo, a Direcção da FNIL é levada a aprovar o imposto patronal para a Caixa Sindical de Previdência, que corresponderia a 8% do salário pago aos operários. Imposto esse que já havia sido previsto no Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) de 1939, mas ainda não tinha entrado em vigor. A razão apontada para que o imposto, previsto em 1939, ainda não estivesse a ser cobrado tinha que ver com a situação anormal que estaria a viver a indústria no início do conflito mundial¹³.

Nessa altura, os Grémios da Covilhã e do Sul interpuseram a sua discordância com o imposto adicional devido ao patronato, sugerindo que, “em vez de se pôr em vigor a taxa de 8%, com destino à previdência, se devia antes proceder a uma revisão dos mínimos”¹⁴, propondo um aumento salarial ao operariado de 10%¹⁵.

A troca do imposto patronal por um aumento salarial beneficiaria os industriais, de acordo com a argumentação dos respectivos Grémios da Covilhã e do Sul: trocavam os 8% de imposto patronal devido à Caixa

¹⁰ *Idem.*

¹¹ *Idem.*

¹² Carta do Presidente da FNIL, João Ferraz de Carvalho Megre, ao presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, de 4 de Março de 1942. ANTT, SGPCM, proc. 200 / 4, n.º 5, NT 7.

¹³ Circular da Comissão Permanente da Revisão do CCT para a ETL, CDAH/ML-UBI.

¹⁴ Carta do Presidente da FNIL para o presidente do Conselho de Ministros, *op. cit.*

¹⁵ No CCT de 1939 já tinha sido acordado o pagamento patronal de 5% para a Caixa Sindical de Previdência e outros 5% devidos ao operariado. Segundo Patriarca (1995, p. 575): “os operários trocam, em 1939, o aumento de salários pela sua comparticipação para a Caixa que ficaria a cargo dos patrões”. Mas, a Caixa não chega a ser criada nesta altura e o patronato vai economizar os 10% e não procede, contudo, a nenhum aumento de salário. Sobre o despacho dos 8% cobrados à entidade patronal ver: carta do delegado do Governo na FNIL, João Ubach Chaves, às empresas de lanifícios, de 7 de Julho de 1941. CDAH/ML-UBI.

Sindical de Previdência por um aumento de 10% nos mínimos dos operários, mas apesar de terem um encargo de 2% com a respectiva troca, esse valor era dirigido a um operariado em risco de ruptura com o patronato e o Governo. Desta forma, a produtividade aumentaria, as sabotagens diminuiriam e os ânimos e tensões presentes no seio operário acalmar-se-iam¹⁶.

É por esta altura, em Julho de 1941, que os operários da Covilhã dirigiram um manifesto ao Sindicato Nacional no sentido de lhes ser aumentado o salário, devido à alta do custo de vida e ao encarecimento dos bens de primeira necessidade. No mesmo sentido, os industriais da Covilhã recebiam inúmeros pedidos de ajuda dos seus operários. A Empresa Transformadora de Lãs, na correspondência que mantém com a FNIL, refere o facto de os operários, repetidamente e em comissão, fazerem chegar pedidos de melhoria de salários de forma “a atenuarem um pouco o insuportável agravamento do custo de vida”¹⁷. A empresa, que estava “continuamente a abonar-lhes dinheiro para acudirem a necessidades urgentes, como renda da casa, etc.”¹⁸, reconhecia a justiça do pedido de aumento salarial do operariado e solicitava ao presidente da FNIL que estudasse o caso atempadamente.

O patronato não estava, no entanto, unanimemente de acordo na questão do aumento salarial. Os industriais representados pelo Grémio de Gouveia e de Castanheira de Pêra retorquiam que o aumento do salário mínimo deveria estar fora de questão. A solução, para estes industriais, deveria passar por uma de duas alternativas: ou a diferenciação salarial (para os diferentes grémios) ou a implementação do subsídio pontual às famílias mais necessitadas – uma medida mais conforme aos interesses da política económica do Governo. Nem uma nem outra medida foram aceites pelos Grémios da Covilhã e do Sul. Por um lado, a diferenciação salarial traria, como consequência, a concorrência desleal e seria contrária aos princípios corporativistas, que vieram a limitar fortemente a concorrência beneficiando processos de concentração e acumulação, do qual o Grémio da Covilhã era um perfeito exemplo. Por outro lado, a questão do subsídio estava igualmente fora de questão, uma vez que era necessário encontrar uma solução que fosse

¹⁶ Cópia da Acta da Reunião Conjunta dos Grémios da Covilhã e Sul, de 21 de Fevereiro de 1942. ANTT, SGPCM.

¹⁷ Carta da ETL para a FNIL, de 14 de Fevereiro de 1942. CDAH/ML-UBI.

¹⁸ *Idem*.

total e que englobasse o conjunto dos trabalhadores de lanifícios¹⁹.

No entanto, a questão do subsídio pontual estava mais conforme à política económica durante o conflito mundial. Um aumento global para o conjunto do operariado era, nesta altura, incompatível com a política económica do Governo²⁰:

sem ousar prever a extensão do conflito e todas as suas consequências, o Governo definiu logo no primeiro momento a atitude que se impunha: manter na medida do possível a normalidade existente (...) as razões desta orientação estavam em que, repousando a normalidade da vida no equilíbrio económico para o qual contribuem inúmeros factores, se tem visto serem mais favoráveis à colectividade reajustamentos parciais e sucessivos do que a pretensão de ordenamentos de conjunto, por acto do poder ou magia da liberdade.²¹

Posto isto, a direcção da FNIL decidiu seguir em frente com o imposto de 8% devido pelo patronato, “num intuito conciliador”²² entre os diferentes grémios. Mais tarde, a FNIL assume, em comunicado ao INTP, que

“foi um êrro essa transigência da Direcção da Federação, pois está averiguado, por declaração posterior da Direcção do Sindicato da Covilhã que, tendo-se feito, então, a revisão preconizada, a qual se traduzia num aumento de 10% sobre os mínimos do Contrato, se teria evitado a eclosão do movimento operário da Covilhã, em Novembro seguinte”²³.

De facto, em Novembro de 1941, os operários entrariam em greve. O operariado da Covilhã e arredores havia iniciado as suas *démarches* tendo em vista as reivindicações por melhorias salariais já em Junho de 1941. De facto, é sensivelmente a partir do ano anterior, em Julho de 1940, que os efeitos da guerra se começam a fazer sentir de forma mais intensa na vida económica e social de Portugal, país que, a partir daquele momento, passou a ser considerado como “neutro adjacente”.

É neste particular contexto que a política económica de guerra e o bloqueio económico acentuam a sua pressão sobre os países neutrais. O atraso no estabelecimento do tabelamento de géneros, o racionamento das importações através de quotas em níveis inferiores aos das necessidades habituais, os maus anos agrícolas de 1940 e 1941, a exportação legal ou de

¹⁹ Carta do presidente da FNIL para o presidente do Conselho de Ministros, *op. cit.*

²⁰ *Idem.*

²¹ Salazar (1943), p. 323.

²² Carta do Presidente da FNIL para o Presidente do Conselho de Ministros, *op. cit.*

²³ *Idem.*

contrabando de bens para a Alemanha, o açambarcamento e o mercado negro vão fazer que, no Outono de 1941, se dê a rarefacção dos produtos e dispare a inflação no País²⁴.

É então que o Sindicato Nacional (SN), por parte do INTP, fará chegar ao conhecimento dos operários da indústria de lanifícios, no mês de Setembro, a existência de “umas fichas que deviam ser preenchidas pelos operários e onde deveriam constar as condições da vida de cada um deles”²⁵. De modo a minimizar a contestação social, a proposta do INTP vinha ao encontro do preconizado pelos Grémios de Gouveia e Castanheira de Pêra e passava por conceder um aumento pontual para suprir as necessidades daqueles operários que mais dificuldades apresentavam, chamado de subsídio familiar. A concessão deste benefício salarial seria realizada “não arbitrariamente, mas sim sobre uma base de justiça em que se atenda ao grau de necessidade do beneficiário, determinado pelo maior ou menor salário, encargos de família, etc.”²⁶. A demonstrar a difícil situação dos operários de lanifícios, “foram inúteis todos os avisos, comunicados e pedidos de comparência no sindicato, onde nem um operário compareceu para preencher as fichas”²⁷ do INTP, com as quais este instituto estudaria o aumento pontual do salário a alguns operários. A reivindicação tornara-se comum a todos os trabalhadores da lã: desejava-se um aumento para todos e não para alguns.

Os trabalhadores da lã insistem, criam uma comissão de operários e fazem chegar um relatório entregue à direcção do SN, no qual se pedia “o interesse do Estado as suas reivindicações”²⁸, e onde se encontrava explícito o problema do salário que auferiam ser insuficiente para suprir as necessidades mais básicas de uma família operária.

Os operários, esperançosos numa resposta rápida às suas reivindicações, mas que tardava a chegar, agendaram uma reunião com o SN para obter uma resposta dos órgãos corporativos ao pedido de aumento salarial. Surgindo rumores de que o pedido de aumento salarial ainda não havia sido enviado ao INTP, o operariado começou a perder a esperança depositada na direcção do SN, que acusavam de ter metido o manifesto dos trabalhadores “no

²⁴ Sobre esta fase da guerra ver: Rosas (1990), pp. 49-75.

²⁵ Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941, *op. cit.*

²⁶ Circular do GILC, de 1 de Setembro de 1941. CDAH/ML-UBI.

²⁷ Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941, *op. cit.*

²⁸ *Idem.*

arquivo”²⁹. É decretada a greve³⁰.

Pelas 14 horas do dia 5 de Novembro, uma multidão de operários e operárias invadia a Fábrica Alçada, com o intuito de dispersar os colegas que nela se mantinham a trabalhar³¹. Dez operários serão presos à saída das fábricas. Os restantes serão presos como consequência de denúncias e um outro, nas manifestações de rua. É chamado um investigador da PVDE à cidade, que dará início aos interrogatórios.

No dia seguinte, a 6 de Novembro, pela manhã, diversas patrulhas policiais encontravam-se nos portões das fábricas da cidade para permitir o normal funcionamento das mesmas. Mas os operários não compareceram às oito horas, como habitualmente, para dar início a mais um dia de trabalho. A ordem tinha sido interrompida e os operários tinham decididamente levado a greve avante: não se haviam deslocado até aos seus locais de trabalho mas seguido até ao largo central da cidade – local simbólico pela sua centralidade e por lá albergar a sede da administração do concelho e o comando e esquadra da PSP, onde os guardas mantinham os operários presos no dia anterior.

A “grande multidão de ambos os sexos” que se dirigira em grande “algazarra e atitude hostil”³² até ao Largo do Pelourinho era encabeçada por mulheres e crianças, surpreendendo a PSP e a GNR, que tinha um diminuto contingente disponível para fazer face aos milhares de operários que até lá se deslocaram³³.

Eram cerca de “4 ou 5 mil amotinados que pretendiam assaltar a esquadra de Polícia e dar fuga aos operários que lá estavam presos”³⁴, segundo António Ramos Paulo, o tenente que redigiu o relatório da GNR sobre o movimento grevista. Os guardas da PSP e os soldados da GNR tentaram travar o avanço da multidão, fazendo um cordão à frente do Comando da PSP. Depois de assistir às agressões de mulheres que continuavam à frente dos homens nos avanços até à esquadra, António

²⁹ Exposição de Alberto Borges, de 15 de Novembro de 1941, ANTT, Processo PIDE/DGS, n.º 2448/941.

³⁰ Auto de declarações de Alberto Borges à PVDE, em 15 de Novembro de 1941, ANTT, Processo PIDE/DGS, n.º 2448/941.

³¹ Cópia do relatório do comandante da GNR da Covilhã, de 8 de Novembro de 1941, in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941, *op. cit.*

³² *Idem.*

³³ *Idem.*

³⁴ Cópia do Relatório do Comandante da GNR, *op. cit.*

Mendes Alçada, “um operário dos mais exaltados”, lançou as mãos à espingarda de um dos guardas³⁵. Após ter sido atingido com a coronha da espingarda, foi enviado para os calabouços da Polícia e de lá seguiria, juntamente com os seus colegas e sob a tutela da PVDE, para a prisão de Caxias. Ao verem que mais um dos seus tinha sido detido, os operários, as operárias e as suas famílias exaltaram-se, “redobrou a vozeria” e, como o Largo do Pelourinho se encontrava em obras, lançaram mãos às pedras da calçada e arremessaram-nas contra as forças policiais. Ao som dos tiros e com a chegada dos reforços policiais, “o largo foi limpo de insurrectos, começando então a dispersar das embocaduras das ruas aqueles que para ali tinham ido”. Os soldados “que mais se distinguiram no conflito” foram posteriormente recompensados³⁶.

No entanto, a greve prolongar-se-ia. As autoridades administrativas e policiais, vendo que os seus esforços para acabar com a greve não surtiam efeito, mandariam chamar um “grupo de operários, dos mais preponderantes, que resolveram redigir um manifesto aos trabalhadores das Fabricas”³⁷.

Este manifesto, que incitava os trabalhadores a regressarem às fábricas com a promessa dos seus redactores de interceder junto de quem tinha poder de decisão a favor das reivindicações dos operários, foi redigido por diversos elementos que se sabiam ligados ao anarco-sindicalismo e que, segundo os agentes da PVDE, embora “aparentem estar fora de qualquer actividade revolucionária, alcançaram essa preponderância em virtude de quasi todos eles terem tido actividade politica”³⁸. Alguns dos indivíduos que assinam o manifesto tinham estado em tempos presentes nas direcções da extinta Associação de Classe (AC).

O facto de as autoridades terem recorrido, em desespero de causa, devido à incapacidade de resolverem o problema da agitação social, aos membros da extinta AC – que tinha ligações aos anarco-sindicalistas, dos mais proeminentes e ligados à actividade política – será criticado quando da redacção do relatório da PVDE³⁹. Quando se trata de problemas relativos ao operariado, os

³⁵ Declaração do guarda da PSP Joaquim Martins, Processo PIDE/DGS, n.º 2448/941. Ver ainda Auto de Perguntas de António Mendes Alçada, a 27 de Novembro de 1941, Processo PIDE/DGS, n.º 2448/941.

³⁶ Cópia do Relatório do Comandante da GNR, *op. cit.*

³⁷ Manifesto de um grupo de operários, *in* Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941.

³⁸ Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941.

³⁹ Parecer da PVDE, de 10 de Dezembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, n.º 2448/941.

mediadores por excelência no Estado Novo deveriam passar pelo SN ou pelo INTP. Ora isso não sucede, uma vez que estas instituições se colocam, voluntária ou involuntariamente, à margem dos acontecimentos⁴⁰. É assim natural o que se encontra no parecer do relatório da PVDE, segundo o qual “teria sido mais natural que tivesse tratado do caso uma entidade oficial”⁴¹.

Esta incapacidade interventiva do SN, dos grémios e federação patronais e do INTP nas greves da Covilhã vai anunciar o total fracasso do poder conciliador atribuído a estas estruturas ao nível da resolução dos problemas salariais e na contenção dos movimentos grevistas ao longo da Segunda Guerra Mundial.

Após o movimento grevista de Novembro, a direcção da FNIL foi, com a autorização do INTP, incumbida de estudar a revisão do CCT, marcado para os dias 27 e 29 de Novembro, com a presença dos respectivos grémios regionais⁴². Nesta altura, todos os grémios, pressionados pela urgência da situação e pelas perdas económicas que as greves causavam às suas indústrias, deram a sua autorização para que se estudasse o aumento salarial, satisfazendo “as reivindicações operárias, que uma greve havia posto em equação”⁴³.

A 4 de Dezembro, a direcção da FNIL, autorizada pelos grémios que representava, e a Federação Nacional dos Sindicatos do Pessoal da Indústria de Lanifícios (FNSPIL) propuseram-se assinar a revisão do CCT, o qual estabelecia o aumento dos salários dos operários de lanifícios em 20%⁴⁴, a única solução “viável, de urgência, que se procurava”⁴⁵. O desconto patronal de 8% para a Caixa mantinha-se, por ordem expressa do subsecretário Estado das Corporações e da Previdência Social, Trigo de Negreiros⁴⁶. Porém, nesta data, as alterações ao CCT não receberam a homologação necessária por parte de Trigo de Negreiros⁴⁷. Segundo a FNIL, tal oposição deveu-se aos entraves

⁴⁰ Acta da Secção Feminina do SNPILC, de 10 de Novembro de 1941, in ATSTBB.

⁴¹ Parecer da PVDE, de 10 de Dezembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, n.º 2448/941.

⁴² Carta do presidente da FNIL, para o subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Trigo de Negreiros, de 15 de Janeiro de 1942. ANTT, SGPCM.

⁴³ Carta do presidente da FNIL para o subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Trigo de Negreiros, de 24 de Dezembro de 1941. ANTT, SGPCM.

⁴⁴ Alterações ao CCT acordadas em 4 de Dezembro de 1941. ANTT, SGPCM.

⁴⁵ Carta do presidente da FNIL ao presidente do Conselho de Ministros, *op. cit.*

⁴⁶ Carta do presidente da FNIL para o subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, de 15 de Janeiro de 1942, *op. cit.*

⁴⁷ Cópia do despacho do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social sobre

colocados, uma vez mais, pelos Grémios de Gouveia, de Castanheira de Pêra e agora também o Grémio do Norte. Estes três grémios, devido a o aumento salarial ser superior àquele que julgavam que iria ser decretado, discordaram da sua alteração, “paladinos de uma diferenciação de salários”⁴⁸ e vão jogar a sua mais forte “cartada”: acusar a FNIL de não ter autoridade no seio do estado corporativo para representar todos os grémios da indústria de lanifícios. O facto de o desconto patronal de 8% para a Caixa não ter desaparecido com o aumento salarial, por ordem de Trigo de Negreiros, que não abdicava do imposto, também deve ter causado apreensão aos respectivos grémios.

O INTP reforça a posição dos grémios que se insurgiram contra o aumento: a justificação por parte do INTP para a não homologação do CCT passava pela falta de autoridade que detinha a FNIL para o alterar e por estas decisões passarem apenas e tão só pelas direcções dos grémios e pela FNSPIL⁴⁹. O Estado vinha, deste modo, substituir-se à “livre contratação entre as partes – cujos instrumentos normais eram as convenções colectivas (...). Prática que, no contexto da guerra, iria sobretudo ser utilizada para impedir o patronato de, em certas ocasiões, conceder aumentos salariais”⁵⁰.

Esta decisão arbitrária do INTP constituiu uma surpresa no meio patronal da Covilhã, onde estava sedeadada a FNIL: a direcção da FNIL havia sempre assumido o papel de regulador dos salários, das matérias-primas e da organização económica dos lanifícios. Tinha vindo a estabelecer, desde 1936, os salários mínimos, o regime dos quadros permanentes do pessoal na secção de tecelagem e em 1939, o CCT. Em todas estas situações tinha sido a direcção da FNIL, com a autorização do INTP, o mediador principal com a FNSPIL, nas questões que regulamentavam o trabalho.

Porém, neste contexto de grave crise económica e social, ao Governo interessava, sobretudo, adiar o mais possível a subida salarial dos operários. Era uma questão de não quebrar a máxima, estabelecida no início do conflito, de estabilização produtiva e económica. Apesar de tudo, o peso dos Grémios de Gouveia, de Castanheira de Pêra e do Norte representava apenas 30% da

a capacidade das federações para assinarem contratos colectivos de trabalho, de 29 de Dezembro de 1941. ANTT, SGPCM.

⁴⁸ Carta do presidente da FNIL para o presidente do Conselho de Ministros, *op. cit.*

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ Rosas (1990), p. 360.

indústria a nível nacional, e havia industriais muito mais influentes do lado oposto, principalmente no que tocava ao Grémio da Covilhã, mas o Governo estabeleceu a sua distância quando os interesses destes colidiam com os seus interesses políticos e económicos. Este atraso nas negociações da revisão do CCT, preconizado pela falta de autoridade corporativa apontada à FNIL, era assim favorável ao Governo, que não desejava voltar atrás com os planos estabelecidos desde início. Não foi apenas na Covilhã que tal veio a suceder: no mesmo período, começavam a despontar diversas reivindicações noutros sectores económicos e, mais uma vez, fora proibido ao patronato iniciar as respectivas *démarches* para os aumentos salariais⁵¹.

Surge, desde modo, uma tensão latente entre a FNIL e os Grémios da Covilhã e do Sul, de um lado, e o Governo e os restantes grémios, do outro. A FNIL responde ao parecer do INTP e à não homologação do contrato preconizada por Trigo de Negreiros, que o considera um acto “menos lógico”, expressando “a mágoa perante a situação”⁵² que o subsecretário havia criado com esse despacho incompreensível: nunca havia sido colocada em causa, até àquele momento, a capacidade jurídica da FNIL. Se Trigo de Negreiros esperava “das iniciativas desencontradas dos Grémios uma solução equilibrada do problema” parecia, ao presidente da FNIL, “um critério de perigosas consequências, por consagrar a confusão e a dispersão de esforços, além de representar um golpe profundo na disciplina corporativa que à Federação” cumpria manter e salvaguardar⁵³.

A FNIL vai, após estes acontecimentos, interpor um recurso ao despacho exarado por Trigo de Negreiros que proibia a elevação dos salários por parte desta federação. É nomeado para a função de procurador desse recurso o Dr. José Ribeiro, professor de Coimbra, mas a FNIL é obrigada a desistir quando o delegado do Governo na federação, João Ubach Chaves, ameaça com o seu veto, caso prosseguissem com a intenção. Deste modo, em Janeiro de 1942 – depois de mais um movimento grevista na Covilhã, em Dezembro do ano anterior (e onde foram presos mais de meia centena de operários e operárias, enviados posteriormente para Caxias) e com a ameaça dos operários de recorrerem novamente à paralisação caso as reivindicações não fossem

⁵¹ Papel volante do PCP, Abril de 1942, in ASTITSBB.

⁵² Carta do presidente da FNIL para o presidente do Conselho de Ministros, *op. cit.*

⁵³ Carta do presidente da FNIL para o subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social, de 15 de Janeiro de 1942, *op. cit.*

atendidas –, o presidente da direcção da FNIL “apenas ia verificando, com maguada surpresa, que se deixava arrastar a situação, sem qualquer medida, ao menos de emergência”⁵⁴.

Entretanto, as tensões na Covilhã agudizavam-se. É deliberado, em Fevereiro de 1942 e a título individual, o aumento dos salários por um conjunto de industriais de três empresas da cidade, sem autorização do respectivo grémio, da FNIL ou do INTP, isto é, à margem da organização corporativa. A ameaça latente de greve por parte do conjunto dos operários da Covilhã, apoiado pelo operariado de diversas regiões industriais próximas, e a falta de produtividade que se verificava nas indústrias eram algumas das razões para essa subida salarial. Também os Grémios de Gouveia e de Castanheira de Pêra, sentindo provavelmente a incapacidade de manter a posição inicial de não aumento de salários, começam a reunir-se para estudar a possibilidade de alteração ao CCT, embora em valores inferiores aos estudados em Dezembro pela FNIL e pela FNSPIL⁵⁵.

Os Grémios da Covilhã e do Sul, “em íntima colaboração” com a FNIL, “tinham decidido aguardar que o assunto fosse superiormente decidido. Confiaram em que o Estado, a quem o Estatuto do Trabalho Nacional confere o direito e impõe a obrigação de coordenar e regular superiormente a vida económica e social, desse ao problema, urgentemente, uma solução justa e legal”⁵⁶. Como tal tardava em acontecer, sabendo da intenção dos Grémios de Castanheira de Pêra e Gouveia, as direcções dos Grémios da Covilhã e do Sul decretam o aumento de salários, a 21 de Fevereiro de 1942, e sem o prévio aval do subsecretário do INTP, colocando-o imediatamente em vigor: um aumento de 20% nos salários mínimos, “no intuito de salvarem o prestígio da organização e atalharem a repetição do movimento operário, que de novo se esboçava”⁵⁷. A justificação apresentada por parte destes grémios tinha que ver com diversas questões:

a) A reparação de uma injustiça salarial, sendo que o carácter de um subsídio pontual aos operários, como justificação de um estado transitório de inflação devido à guerra, não era suficiente para uma situação de base que se

⁵⁴ Carta do presidente da FNIL para o presidente do Conselho de Ministros, *op. cit.*

⁵⁵ Carta do presidente da FNIL para o presidente do Conselho de Ministros, *op. cit.*

⁵⁶ Cópia da circular dirigida pelos Grémios da Covilhã e do Sul aos respectivos agremiados, de 21 de Fevereiro de 1942. ANTT, SGPCM.

⁵⁷ Carta do presidente da FNIL para o presidente do Conselho de Ministros, *op. cit.*

desejava transformar⁵⁸;

b) Ser um problema que se desejava solucionar há bastante tempo, e que só não o tinham feito logo em 1937 para que as indústrias se pudessem adaptar⁵⁹. Em Julho de 41, considerando que as indústrias tinham já tido tempo suficiente para proceder às alterações necessárias no intuito de aumentar significativamente o salário mínimo, era já a intenção dos respectivos grémios aumentar os salários em 10% e cancelar o imposto patronal de 8%;

c) Que, após o movimento grevista de Novembro e justificados os fundamentos do operariado, foi manifestado pelo INTP a intenção de se estudar o aumento salarial⁶⁰;

d) O haver-se prometido ao conjunto dos operários uma resposta às reivindicações apresentadas em Novembro e que o segundo movimento grevista, de Dezembro, não era mais do que a consequência de sucessivos atrasos das instituições envolvidas na resolução do problema⁶¹;

e) A existência de um permanente estado de “alteração da ordem e consequente intranquilidade nos espíritos”⁶²;

f) O facto de o rendimento do trabalho ter baixado significativamente, “origem de constantes prejuízos na quantidade e qualidade da produção”⁶³;

g) O problema motivado por várias empresas que, individualmente, elevaram os salários e as perturbações que isso provocara nos trabalhadores não afectados pelas medidas. Como consequência desta situação, ter-se verificado mais uma paralisação do trabalho na Fábrica António Maria das Neves & Irmão, no dia imediatamente anterior a esta decisão dos grémios, por não verem os seus salários aumentar;

h) Pela razão de “velar pelo prestígio dos organismos que dirigem” e defender a “ordem corporativa que através de tudo, contra tudo e contra todos”⁶⁴ os grémios se esforçavam por manter;

i) Que, apesar de terem confirmado não adoptar nenhuma medida

⁵⁸ Cópia da acta da reunião conjunta dos Grémios da Covilhã e Sul, de 21 de Fevereiro de 1942. ANTT, SGPCM.

⁵⁹ Cópia da acta da reunião conjunta dos Grémios da Covilhã e Sul, *op. cit.*

⁶⁰ *Idem.*

⁶¹ *Idem.*

⁶² *Idem.*

⁶³ *Idem.*

⁶⁴ *Idem.*

diferente da que viesse a vigorar nos outros grémios, a circunstância exigia uma solução de urgência e que as respectivas direcções, com autorização dos seus agremiados, tinham plena autoridade jurídica para alterar o CCT, apesar de assim o não considerar o subsecretário do INTP.

Tomada a decisão de aumento salarial, os agremiados da Covilhã tinham só um pedido a fazer: que o procedimento fosse realizado sem que se desse mostras ao operariado de que o aumento salarial de 20% não correspondia a uma cedência em consequência das greves de Novembro e Dezembro de 1941. Para o patronato continuava a ser determinante demonstrar que, apesar de acharem justas as reivindicações dos seus trabalhadores, e também porque a paralisação do trabalho acarretava duras quebras nos lucros empresariais das respectivas empresas, a greve continuava a ser proibida e duramente repreendida moral e juridicamente⁶⁵.

Apesar dos motivos apresentados e enviados a Trigo de Negreiros, os Grémios da Covilhã e do Sul são duramente repreendidos por “exceder a competência legal dos mesmos Grémios, visto os salários mínimos só poderem ser fixados por despacho ministerial ou por via corporativa e nunca por deliberação unilateral de um organismo corporativo”⁶⁶. Desta forma, a circular que decretava um aumento salarial para os operários da indústria de lanifícios da Covilhã representava, segundo o INTP, “um nítido acto de indisciplina contra o Governo”⁶⁷. Como vimos anteriormente, ao Estado cabia o papel de árbitro supremo como intérprete do verdadeiro interesse nacional e como tal, insurgia-se contra alguns patrões que “‘por pusilanimidade’ ou ‘cobardia’ se apresentavam a ceder aos pedidos de aumento ou a contemporizar com os grevistas”⁶⁸.

Este “acto de indisciplina” perante a organização corporativa demonstrava, uma vez mais, os problemas do sistema, tal como havia ficado patente em diversos momentos:

- a) Pelos operários que tinham paralisado o seu trabalho;
- b) Pelo sindicato que, vendo-se sem forças para fazer que o operariado regressasse às fábricas, acode a uma comissão de operários (liderada por conhecidos anarco-sindicalistas) para que esta mediasse o

⁶⁵ *Idem.*

⁶⁶ Carta da FA para o INTP, de 3 de Março de 1942. CDAH/ML-UBI.

⁶⁷ *Idem.*

⁶⁸ Salazar citado in Rosas (1990), pp. 360-361.

conflito entre o operariado e o Governo, sendo duramente repreendido pelo INTP e pela PVDE;

- c) Pelo patronato, em diversas instâncias: a título individual, fazendo subir os salários sem a autorização governamental; pelo Grémio da Covilhã que decreta o aumento salarial de 20% sem ter igualmente a respectiva autorização do INTP; pela FNIL que, sabendo dessa intenção, não move esforços para a impedir e, provavelmente, até a impulsiona. As relações, que se acreditavam amistosas, entre os patrões e o aparelho estatal são postas em causa com os acontecimentos na Covilhã.

No entanto, apesar da discordância do Governo com as posições tomadas por parte do Grémio e da FNIL, o aumento global de 20% na indústria de lanifícios é decretado logo no mês seguinte, a 13 de Março de 1942, por despacho ministerial.

Tentava-se, no último momento, reparar uma situação que havia chegado longe de mais e que se tornara irreversível. O salário mínimo havia sido aumentado (por parte dos industriais em nome individual e pelo Grémio da Covilhã) e, caso o Governo tentasse reverter a situação, baixando novamente o seu valor até decisão conjunta dos grémios regionais e da FNSPIL, a situação na Covilhã tornar-se-ia explosiva. Agora, não eram só os operários que ameaçavam a organização corporativa mas igualmente o patronato industrial da Covilhã e o seu poder no seio do Estado corporativo: os equilíbrios, palavra tão cara ao Estado Novo, tinham de ser restabelecidos e a autoridade do Governo frisada, através do despacho ministerial, que mimetizava aquilo que já havia sido decidido pelo grémio. No entanto, embora a situação na Covilhã tenha sido controlada durante algum tempo (algumas greves voltariam a despontar naquela cidade antes do final do conflito), muitos outros operários e trabalhadores rurais, um pouco por todo o País, começavam a agitar-se: iniciava-se assim a primeira grande crise que o Estado Novo teve de enfrentar.

Contudo, os industriais não ficam a perder com este aumento salarial. Logo após o aumento de 20%, as indústrias da Covilhã vão “aumentar em 30%” os preços dos seus produtos, pelo “encargo considerável” do aumento dos salários dos operários e dos restantes encargos da indústria com

combustíveis e acessórios⁶⁹.

Referências

Fontes:

Arquivo Distrital de Castelo Branco:

- Fundo: Governo Civil de Castelo Branco

Centro de Documentação / Arquivo Histórico do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior (CDAH/ML-UBI)

Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil do Sector da Beira Baixa (ASTITSBB)

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT):

- Fundo: PIDE / DGS

- Fundo: Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM)

Arquivo do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (AMSSS):

- Pasta INTP – Covilhã

Bibliografia:

Castro, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1985.

Patriarca, Maria de Fátima, *Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. II, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.

Pinheiro, Elisa Calado (coord.), *Rota da Lã Translana, Portugal | Espanha*, Vol. I, Covilhã, Museu de Lanifícios, Universidade da Beira Interior, 2008.

Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1990.

Salazar, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas 1938-1943*, Volume III, Coimbra Editora, Lda., 1943.

Teixeira, Cátia, “As greves na indústria de lanifícios da Covilhã no Inverno de 1941: o início da agitação operária durante a Segunda Guerra Mundial”, tese de mestrado apresentada à FCSH-UNL, Novembro de 2012 [policopiado em acesso online: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/8643/1/Tese%20de%20Mestrado%20Cátia%20Teixeira.pdf>]

⁶⁹ Carta da ETL para a FNIL, de 26 de Março de 1942. CDAH/ML-UBI.

Conflitualidade operária no Porto oitocentista

Célia Taborda Silva¹

Introdução

O processo de industrialização em Portugal ocorreu de forma lenta ao longo do século XIX. A estabilização política que se seguiu a 1851 permitiu que se dotasse o País de infra-estruturas como estradas e caminhos de ferro que facilitaram o desenvolvimento industrial, à semelhança do que há muito vinha a ser feito na Europa. No Porto, foi na segunda metade do século XIX que aumentou o número de fábricas e é a partir daqui que se começa a poder falar de industrialização. A indústria veio modificar o espaço urbano. As fábricas, inicialmente concentradas no centro da cidade, na Ribeira, Massarelos e Miragaia, espalharam-se por todo o lado. Em simultâneo, a zona rural continuava a ser extensa, pelo que as partes rurais e urbanas tocavam-se, havendo durante bastante tempo muitas quintas por urbanizar perto das áreas centrais. Como dizia um autor da época, “a dois passos da civilização que reside desde o Carmo à Praça Nova, tem-se o prazer indizível de encontrar campos de milho, casas de alpendre, pródigas nascentes de água cantando em coro com as lavadeiras”². Mas o progresso tendia a acabar com esta ruralidade, as fábricas proliferavam impetuosamente, de forma que as autoridades tiveram de condicionar o número de estabelecimentos fabris no centro da cidade. Atraídos por esta nova oportunidade de trabalho, a partir dos anos 70 do século XIX, as migrações aumentaram imenso. Entre 1878 e 1890, em 12 anos, houve um acréscimo de 81 000 habitantes na cidade do Porto³. É claro, que a indústria não conseguia absorver toda a mão-de-obra vinda dos campos, e o sonho camponês de ter uma vida melhor na cidade depressa se tornou, para muita

¹ Professora na Universidade Lusófona do Porto/Investigadora do CEAUP (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto).

² Referência de Alberto de Oliveira em 1893. Citado por Pereira, G. M., *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Porto: Afrontamento, 1995, p. 46.

³ Teixeira, Manuel C., A habitação popular no século XIX – características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro, in *Análise Social*, XXIX (27), 1999, p.558.

gente, um pesadelo. A emancipação económica e social que o campesinato podia almejar, longe de acontecer, veio acentuar a diferenciação social do espaço citadino. À medida que nos aproximamos do final do século XIX são mais notórios os bairros ricos dos burgueses e os bairros populares dos operários, as “ilhas”, criando duas dinâmicas completamente distintas dentro da cidade. Tudo distingue estas classes: a habitação, o vestuário, a educação, a forma de estar no espaço público. Estas assimetrias espaciais, económicas e sociais criaram conflitos que desembocaram muitas vezes em manifestações e greves, quando o operariado se tornou mais numeroso e mais consciente de si como uma nova classe social.

Condições de vida dos operários

As condições de vida na cidade eram bem diferentes das expectativas dos camponeses. A indústria na sua fase inicial precisava de muita mão-de-obra, mas barata, uma vez que não é a grande fábrica mecanizada que caracteriza a indústria portuense, antes pequenas unidades fabris, sobretudo têxteis, pouco apetrechadas tecnologicamente e que só resistiam graças à abundância de trabalhadores e dos baixos salários⁴. Somente na década de 70 apareceram fábricas de maiores dimensões; até então, o grosso da produção era de laboração doméstica e artesanal. Nas fábricas, o trabalho era ainda mais duro que no domicílio, pois havia horários a cumprir, multas, um ritmo intenso de trabalho e capatazes a vigiar. A independência a que estavam habituados os trabalhadores do campo era agora substituída pela submissão, pontualidade, regularidade e docilidade⁵. Não obstante as condições precárias em que trabalhavam, o maior medo destes operários era o despedimento, pela concorrência feroz que existia no mercado de trabalho. O desemprego significava a miséria. Era quase impossível permanecer na cidade sem trabalhar.

Os espaços industriais tinham poucas ou nenhuma condições. Não raras vezes são descritos na imprensa da época como lugares infectos, sem higiene e sem proteção, pelo que as jornadas diárias em fábricas mal apetrechadas eram penosas. Os trabalhadores fabris não tinham quaisquer garantias de trabalho,

⁴ Pereira, Gaspar Martins, Casa e família. As “ilhas” no Porto em finais do século XIX. In *População e Sociedade* 2. Porto: Cepese, 1996, p. 161.

⁵ Mónica, Maria Filomena, Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914). In *Análise social*, vol. XV (4.º), 1979 (60), p. 859.

não havia legislação laboral, nem sequer direito de associação. Havia oficinas em que os operários começavam a laborar às 4 da manhã e só concluíam às oito ou nove da noite, dezasseis horas de “trabalho violento”, segundo o jornal *O Operário*⁶. Como recompensa, ao final do dia, em média, recebiam 420 réis, o que não dava nem para uma alimentação pobre para uma família de quatro pessoas, segundo o mesmo jornal⁷. Mas a agravar a situação acontecia que os agregados familiares operários, por norma, eram bem mais numerosos, e além da comida ainda tinham de se vestir e pagar a renda da casa, daí que a pobreza fosse a realidade desta população. Para suprirem as necessidades básicas todos os membros da família tinham de trabalhar, homem, mulher e filhos, resultando daqui uma desestruturação dos valores familiares, morais, éticos, religiosos e educativos.

As mulheres geralmente iam para as indústrias têxteis, arruinando a classe dos tecelões, por receberem muito menos, principalmente se fossem menores. O salário feminino de menores era irrisório, cerca de 40 réis, um valor ínfimo, que nem dava para comprar um quilo de broa⁸. A vida destas mulheres era extremamente fatigante. Cuidavam da casa, dos maridos e dos filhos e trabalhavam à volta de 12 horas por dia. Algumas ainda tinham de andar quilómetros, descalças, para chegar ao local de trabalho. Na fábrica dedicavam-se a um trabalho árduo e monótono mas que não admitia enganos, já que ou lhes saía do bolso ou do corpo: se se enganavam, descontavam-lhes no ordenado; se se distraíam, podiam ficar sem os dedos. Eram doze horas no meio de um frio gélido no Inverno ou de um calor sufocante no Verão, mas sempre no meio da poeira. Os homens viam-nas como causa do desemprego masculino e desrespeitavam-nas e os capatazes eram intolerantes⁹. Inseridas num meio tão adverso desde a meninice, tornavam-se rudes e algumas acabavam por enveredar pelo caminho da prostituição. Como referia o Inquérito Industrial de 1881, “desta vida, da promiscuidade, da aprendizagem do vício formam-se criaturas perdidas e brutas”, afirmando-se no mesmo Inquérito que as operárias eram consideradas zaragateiras e mães desnaturadas.

Os filhos dos operários eram criados ao abandono, sem moral nem educação. Em idade escolar iam trabalhar, começavam por volta dos 7 ou 8

⁶ Jornal *O Operário*, 21 de Dezembro de 1879.

⁷ Idem, 20 de Junho de 1880.

⁸ Mónica, Maria Filomena, *Artesãos e Operários*. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais, 1986, p. 193.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 194.

anos, daí se continuar a fomentar a desqualificação operária. As associações dos operários apelavam constantemente à escolarização dos filhos destes e à formação de escolas profissionais. Algumas dessas associações fundaram mesmo escolas para alfabetizar os operários, mas a afluência era pouca. No Largo da Fontainha, no n.º 50, existia o Atheneu Operário, uma escola de instrução primária gratuita para os operários filiados na Associação de Trabalhadores. Acontecia é que eram poucos os que se associavam e que procuravam instruir-se, de acordo com o jornal *O Operário*, devido ao intenso horário laboral¹⁰. O resultado era a falta de instrução das classes trabalhadoras¹¹.

A sua maior preocupação era a sobrevivência, encabeçando a sua lista de dificuldades na cidade a habitação. Encontrar um tecto era realmente um grande problema para o operariado, pois era diminuta a quantia de dinheiro que podiam despendar. Logo, só podiam encontrar habitação de muito fraca qualidade. É nesta altura que surgem na cidade do Porto as “ilhas”, aglomerados residenciais populares, para fazer face à necessidade de alojamento barato dos operários. As “ilhas” eram a “cidade escondida” por detrás das fachadas aparentes, das ruas e das praças, como referia Ezequiel de Campos¹², eram os espaços da degradação moral e do perigo que ameaçava a sociedade burguesa, mas por outro lado, eram o espaço de integração urbana das populações rurais e de socialização operária¹³.

As “ilhas” surgiram como investimento das classes médias baixas. Elementos da baixa burguesia, como lojistas, pequenos comerciantes, artesãos, aperceberam-se de que podiam colocar a render as suas parcas poupanças se construíssem casas económicas para as arrendar aos operários. Desta forma, nas traseiras das suas próprias habitações, na maioria dos casos, mandavam construir um conjunto de minúsculas casas contíguas de apenas um piso, configuradas em uma ou duas bandas, com uma única entrada que dava acesso a um longo corredor ao longo do qual se situavam as casas, que não tinham mais de dois metros de largura e a profundidade do terreno, à volta dos 100 m. Eram habitações de baixíssima qualidade, sem ventilação, água, electricidade ou esgotos, que tinham ao fundo do quintal sanitários comuns a todos os

¹⁰ Jornal *O Operário*, 21 de Dezembro de 1879.

¹¹ Idem, 25 de Maio de 1879.

¹² Campos, Ezequiel, *A indústria do Porto perante a electrificação do país*. Porto: Tip. Empresa Guedes Lda, 1933, p. 46.

¹³ Pereira, Gaspar Martins, ob.cit., p. 162.

habitantes da “ilha”, o que propiciava a partilha da própria intimidade. A tipologia de “ilha” mais comum englobava umas 10 ou 12 casas construídas no quintal do próprio promotor, de pedra por fora e madeira por dentro, raramente ultrapassando as três divisões, cozinha, quarto e sala, onde se amontoava uma família inteira, entre seis e sete pessoas¹⁴. Os lucros eram consideráveis para o senhorio, na ordem dos 30 a 40%, razão pela qual rapidamente amortizavam o investimento¹⁵.

A “ilha” era o recurso habitacional dos pobres. Lá viviam casais operários, mas também mães solteiras, viúvas e idosos, num ambiente exíguo, onde o conflito era constante. As “ilhas”, ao mesmo tempo que promoviam estes liames de familiaridade e de acolhimento para com os seus semelhantes, tornavam-se hostis com os de fora, com os estranhos, formando estes locais colectivos espaços fechados sobre si mesmos, gerando identidades próprias, baseadas nos hábitos e memórias partilhadas por cada comunidade. Aqui se forjou a zona de domínio e conforto dos operários dentro dum contexto social que lhes era adverso. Desde cedo, o operariado percebeu que o seu espaço se restringia ao microcosmo fábrica/habitação, sabendo que havia lugares que mesmo públicos eram de acesso reservado¹⁶. A maioria das alamedas e jardins foram apropriados pela burguesia, bem como teatros e cafés, segregando estes habitantes para os espaços que os burgueses rejeitavam.

Numa mesma cidade coexistiam dois espaços completamente diferentes, o dos palacetes burgueses e o das “ilhas”, que correspondiam a duas realidades sociais: burguesia e operariado, que se distanciaram cada vez mais ao longo do século XIX, porquanto tudo as separava: dinheiro, costumes, hábitos culturais. Foi por isso necessário algum tempo até que os operários de origem camponesa, pouco adaptados à cidade e analfabetos, se tornassem socialmente interventivos. Contudo, à medida que o progresso industrial avançava, entre a massa abúlica de operários, começaram a sobressair alguns pelo seu dinamismo a favor da luta operária, organizadores de comícios em que apelavam à união operária através da associação e que até um parlamento operário formaram¹⁷. De entre esses elementos destacou-se Ermelindo Martins, um simples serralheiro mas de grande ação no movimento associativo, e Rosa da Conceição,

¹⁴ Teixeira, Manuel, ob.cit., p. 568.

¹⁵ Pereira, Gaspar Martins, ob.cit., p. 163.

¹⁶ Lopes, João Teixeira, Do Porto romântico à cidade dos centros comerciais. Breve viagem pelo tempo. In *Sociologia. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, série I, vol. 9, 1999, p. 30.

¹⁷ *Jornal O Operário*, 4 de Janeiro de 1880.

uma operária têxtil que se evidenciou, à partida, pela sua condição feminina, uma vez que poucas mulheres existiam nas associações, e depois, pelo entusiasmo com que intervinha nas reuniões e discursava para os seus companheiros. Numa das reuniões de tecelões em que participou, usou da palavra para apelar a todos os operários e operárias para que se associassem, pois, dizia ela, se não o fizessem, “os burguezes espremer-nos hão como quem espreme bagaço”¹⁸.

Não obstante, as massas humildes, incultas e pobres levariam bastante tempo a ganhar consciência de classe e a reagir contra a exploração das classes burguesas.

O associativismo operário

Esta clivagem social e a conflitualidade daí decorrente foi levando a que os operários se unissem em associações. As primeiras uniões de trabalhadores eram associações de ofícios, que se juntaram com objetivos de carácter cultural e de apoio mútuo¹⁹, como assistência na doença e na morte, reminiscências das antigas confrarias de ofícios. De qualquer forma, legalmente não podia ser de outro modo, uma vez que as associações de ofício tinham sido proibidas em 1834 e só viriam a ser autorizadas em 1891. No entanto, o associativismo mutualista proliferou nas duas maiores cidades do País entre 1852 e 1856. No Porto, destacavam-se as associações de tecelões, alfaiates, marceneiros, tintureiros, tipógrafos, cada uma defendendo o seu ofício, mas sem um centro unificador como acontecia em Lisboa. De facto, em 1853, formou-se na capital o Centro Promotor de Melhoramento das Classes Laboriosas, bem mais estruturado e com o objetivo de promover o associativismo de todo o operariado lisboeta. O associativismo mutualista iria conhecer um novo espírito nos anos 70, animado pela ideologia socialista que chegava da Europa. Em 1871, três espanhóis da Associação Internacional de Trabalhadores, Anselmo Lorenzo, Gonzalez Morago e Francisco Mora, estabeleceram contactos com elementos do Centro Promotor, como José Fontana e Antero de Quental, no sentido de integrar o operariado português no movimento operário internacional, dotando-o de uma nova organização e novas formas de ação²⁰.

¹⁸ Idem, 8 de Maio de 1887.

¹⁹ Cabral, Manuel Villaverde, *Portugal na alvorada do século XX*. Lisboa: Presença, 1988, p. 19.

²⁰ Mónica, Maria Filomena, *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, p. 36.

Resultante desta aproximação à AIT, em 1872, surgiu a associação Fraternidade Operária, que se autonomizou do enquadramento burguês e ganhou novos estatutos marcados ideologicamente pelos socialistas²¹. A adesão de operários, de vários ofícios, foi enorme, tendo no mesmo ano a Fraternidade aberto uma filial no Porto. Contudo, o sucesso do seu primeiro ano de existência foi breve: em poucos meses passou de cerca de 3000 filiados para 300²². O surto de greves de 1873 mostrou que a dispersão continuava a pautar o movimento operário, havendo várias associações que competiam entre si, o que levou à fusão de duas delas. Da Associação Protectora do Trabalho Nacional e Fraternidade Operária nasceu a Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa (ATRP), já com carácter federalista e sindical²³. Foi por esta altura (1875) que surgiu o Partido Socialista, apresentando-se como força política capaz de educar o operariado, fazendo-o entrar nos jogos eleitorais²⁴, numa época em que os dois partidos no poder, Regeneradores e Progressistas, representavam as forças do capital e da indústria, numa alternância de poder e oposição. Um ano mais tarde apareceram os republicanos organizados como partido e tentaram atrair o movimento operário para os seus ideais, aproveitando qualquer protesto dos operários para o fazer. Em 1903, através dos seus jornais *O Norte* e *O Mundo*, conseguiram que a greve dos tecelões do Porto fosse vivenciada por toda a nação. Os republicanos, que já ultrapassavam os socialistas nas urnas (em 1890 elegeram seis deputados), visavam igualmente liderar a contestação de rua.

O direito de associação decretado em 1891 veio dar uma certa união ao movimento operário, embora o operariado não se associasse com facilidade, como se depreende dos jornais do Porto da época, mesmo com o enquadramento partidário socialista. Aliás, o Partido Socialista não conseguiu tirar o operariado do seu tradicional alheamento eleitoral, acabando mesmo por perder a influência que tinha no movimento operário para os anarquistas no início do século XX²⁵. Em 1914, a criação da UON (União Operária Nacional), no Congresso de Tomar, marcou a cisão entre socialistas e anarquistas e a

²¹ Cabral, Manuel Villaverde, ob.cit., p. 20.

²² Idem, ibidem, pp. 46-47.

²³ Mónica, Maria Filomena, *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, p. 45.

²⁴ Santos, Maciel Moraes, O partido socialista nos seus primeiros anos – duas eleições perdidas. In *História. Revista da Faculdade de Letras do Porto*. II série, XI, 1994, p. 330.

²⁵ Idem, ibidem, pp. 316-317.

consequente queda do reformismo operário socialista, ao mesmo tempo que afirmou a autonomia sindical face aos partidos²⁶.

Em 1919, fundou-se a CGT (Confederação Geral do Trabalho), e o “sindicalismo de ofício”²⁷ existente até então deu lugar a um sindicato único de indústria, constituído por militantes operários que lutavam por um ideal de emancipação social.

Conflitos operários

A conflitualidade ia aumentando à medida que os operários se organizavam e as condições de vida pioravam, principalmente a partir da década de 70 do século XIX. No Porto, em 1871, verificaram-se greves de chapeleiros, alfaiates, tintureiros, carnicheiros, estampadores. Estes trabalhadores reclamavam por melhores salários e redução da jornada de trabalho. A vaga de greves continuou nos anos seguintes, tendo atingido o auge em 1877 com a greve dos chapeleiros. A contestação surgiu a propósito da introdução de máquinas e da reestruturação do serviço, que daí em diante seria introduzida na Real Fábrica Social. Alguns fatores explicativos são aventados pelo jornal *O Protesto*: falta de trabalho verificada nesse período, não só no sector têxtil como em toda a indústria, aumento dos géneros alimentares e subida das rendas de casa²⁸. O certo é que a penúria em que se encontravam os operários trazia para as ruas da cidade bandos de desempregados à procura de qualquer labor, mesmo que fosse diferente da sua profissão, e a crise de trabalho começou a tornar as ruas da cidade instáveis, com muita vagabundagem, causando insegurança às classes possidentes.

A greve durou alguns dias e os patrões tiveram de fazer algumas concessões, como só admitirem aprendizes quando fosse estritamente necessário e pararem as máquinas se o excesso de produção pusesse em risco o emprego dos operários²⁹. Neste protesto ficou bem patente o passado corporativo dos chapeleiros e o estatuto privilegiado de que gozavam, como pertencentes às “aristocracias operárias”.

²⁶ Cabral, Manuel Villaverde, ob.cit., p. 133.

²⁷ Freire, João, *Anarquistas e Operários*. Porto: Afrontamento, 1992, p. 131.

²⁸ *O Protesto*. Novembro de 1876.

²⁹ Idem. Março de 1877.

Em Novembro, nova greve de chapeleiros na Fábrica Costa Braga, por causa do regulamento sobre as entradas e saídas das fábricas. Esta foi uma luta difícil de manter, mas com a ajuda da classe de chapeleiros de Lisboa também saiu vitoriosa³⁰.

Mas esta força e poder demonstrados pelos chapeleiros não era extensível aos restantes trabalhadores, em que a realidade era a falta de união dos operários. No jornal *O Operário*, surgido em 1879, por iniciativa dos socialistas portuenses, são constantes os apelos à associação dos operários, como forma de reivindicação de trabalho e melhores salários e como forma de combater as “injustiças” e os regulamentos “iníquos” que lhes eram impostos nas oficinas³¹. Esses apelos à associação são recorrentes neste jornal.

Nos anos 80 voltaram as greves. Em 1887, foram os trabalhadores do têxtil que se manifestaram. No Norte, as primeiras fábricas têxteis foram as de Vizela, Crestuma e a Fiação Portuense, aparecendo depois outras fábricas, em meados de 1870, devido à baixa do preço do algodão. A diminuição do custo da matéria-prima fez expandir a indústria têxtil, levando alguns industriais a mecanizarem as suas tecelagens³². Ora, no Porto, a introdução da máquina constituiu um problema para a classe dos tecelões, a mais numerosa da cidade³³. Havia famílias inteiras que viviam da tecelagem, como referia Oliveira Martins no Inquérito Industrial de 1881, por isso, a falta de trabalho era dramática. Talvez por essa razão as reuniões de tecelões começaram a ser mais frequentadas. Em Fevereiro de 1887, reuniram-se mais de dois mil operários no salão da Laboriosa. Nessa reunião foi proposto criar uma comissão que negociasse com os industriais o aumento dos salários e a unificação dos preços da mão-de-obra. Propuseram ainda que se fizesse uma representação ao Parlamento pedindo a criação de câmaras sindicais e a regulamentação do trabalho das mulheres e das crianças. O encontro terminou com um chamamento à associação pois era o único “baluarte potente na luta contra a exploração capitalista”³⁴. Em Abril desse ano vieram mesmo para a rua manifestar-se. No dia três desse mês, mais de vinte mil operários de várias atividades reuniram-se, pelas 10 horas da manhã, na Bouça do Monte das Antas

³⁰ Idem. Novembro de 1877.

³¹ Idem, 13 de Julho de 1879.

³² Mónica, Maria Filomena, *Artesãos e Operários*. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais, 1986.

³³ *O Operário*, 13 de Julho de 1879.

³⁴ *O Protesto Operário*, 6 de Fevereiro de 1887.

para protestar contra o monopólio dos tabacos. Dessa reunião saiu a decisão de formarem uma comissão de trabalhadores que, acompanhada de todo o grupo, fosse à presença do governador civil pedir que fosse revogado o decreto de 27 de Janeiro que proibia a abertura de novas fábricas de tabaco. Quando o cortejo descia o Monte das Antas apareceu o comissário da Polícia, que os mandou parar. A indignação tomou conta dos operários que só não atentaram contra a autoridade porque a comissão conseguiu conter os seus companheiros. O cortejo continuou o seu caminho mas quando chegou à capela da Boavista foi cercado pelo esquadrão de cavalaria da Guarda Municipal. Esta força militar puxou das espadas e precipitou-se contra o povo, que em sinal de paz cruzou os braços. Mesmo com o povo nesta atitude pacífica e ordeira os comandantes ainda mandaram os soldados disparar alguns tiros, sendo um popular ferido por uma bala. A partir daqui os operários dividiram-se pela cidade, gritando vivas à liberdade e abaixo o monopólio, tendo a Guarda Municipal reforçado a vigilância das ruas. Um grupo reuniu em frente da Cadeia da Relação, onde uma grande força de cavalaria da Guarda Municipal os cercou. As mulheres, vendo a ferocidade dos guardas, ajoelharam-se em frente dos soldados, conseguindo assim impedir o derramamento de sangue.

Pelas 15 horas, o comandante da Guarda fez marchar um piquete sobre um numeroso grupo de populares que desciam pacificamente a Rua do Bonjardim e sem delongas atacou o povo, de que resultaram alguns operários gravemente feridos. Os confrontos foram de tal ordem que os estabelecimentos das Ruas do Bonjardim, Sá da Bandeira e Passos Manuel fecharam às 15.30³⁵. Contudo, não são relatados mais incidentes.

Este ano foi marcado por constantes reuniões operárias no Norte do País, muito concorridas por trabalhadores dos dois sexos. A indústria têxtil empregava muitas mulheres e menores por ser mão-de-obra mais barata e ainda trabalharem no domicílio, o que não lhes permitia qualquer tipo de organização. Mesmo com estas condicionantes, por vezes, há menção à participação de operárias nas reuniões promovidas pelas associações, e algumas activas no movimento associativo, como a já referida Rosa da Conceição.

A crise de 1890 levou a novas greves. Em 1889, os chapeleiros do Porto fizeram uma greve geral, que contou com cerca de 1500 chapeleiros e com o apoio da classe nas cidades de Braga e Lisboa. Reclamavam aumento de salário.

³⁵ *O Protesto Operário*, 3 de Abril de 1887.

Conseguiram-no ao fim de cinco meses de luta³⁶. Em 1893, os operários da Fábrica Costa Braga entraram em greve por melhores salários, pelas 10 horas de trabalho e novo regulamento de aprendizagem³⁷. Os patrões não cederam e a situação arrastou-se e agudizou-se. Houve confrontos e prisões. Desta vez, os tecelões perderam a batalha e começaram a perder a sua força reivindicativa³⁸.

Conclusão

A industrialização trouxe uma realidade nova à cidade do Porto. Um burgo tradicionalmente ligado ao comércio e à zona ribeirinha cresceu imenso com a proliferação da indústria e atraiu muita gente do campo à procura de melhores condições de vida na cidade. Com este aumento demográfico acentuaram-se as clivagens sociais. De um lado estavam os burgueses ricos, detentores do capital e dos meios de produção, vivendo em bairros luxuosos e vestindo segundo a moda; do outro, estavam os operários, mal remunerados, trabalhando de sol a sol, vivendo em “ilhas” miseráveis e maltrapilhos. A conflitualidade começou a estar latente em todos os espaços partilhados por estas classes. A cumplicidade que se foi criando na fábrica entre os operários estendeu-se à “ilha”, começando a germinar um sentimento de revolta entre estes trabalhadores pela decadência em que viviam. O conflito de latente passou a manifesto através do protesto, manifestações e greves, principalmente a partir do momento em que o operariado se organizou em associações.

Bibliografia

Bibliografia primária

O Operário, 1879-1880

O Protesto Operário, 1876 a 1887

Inquérito Industrial de 1881

Bibliografia secundária

Cabral, Manuel Villaverde, *Portugal na alvorada do século XX*. Lisboa: Presença, 1988.

³⁶ Mónica, Maria Filomena, *Artesãos e Operários*. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais, 1986, pp. 46,47.

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 48.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 49.

Campos, Ezequiel, *A indústria do Porto perante a electrificação do país*. Porto: tip.empresa Guedes Ld^a, 1933.

Fonseca, Carlos, *História do Movimento Operário*. Lisboa: Pub. Europa-América.

Freire, João, *Anarquistas e Operários*. Porto: Afrontamento, 1992.

Lopes, João Teixeira, *Do Porto romântico à cidade dos centros comerciais. Breve viagem pelo tempo*. In *Sociologia. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, série I, vol. 9, 1999.

Mónica, Maria Filomena; *Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)*. In *Análise social*, vol.XV (4.^o), (60), pp.859-945, 1979.

Mónica, Maria Filomena, *A formação da classe operária portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

Mónica, Maria Filomena, *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984.

Mónica, Maria Filomena, *Artesãos e Operários*. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais, 1986.

Pereira, Gaspar Martins e Serén, Maria do Carmo, *O Porto Oitocentista*. In *História do Porto*. Dir. Luís A. de Oliveira Ramos. Porto: Porto Editora, 1994. pp. 378-415.

Pereira, Gaspar Martins, *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Porto: Afrontamento, 1995.

Pereira, Gaspar Martins, *Casa e família. As “ilhas” no Porto em finais do século XIX*. In *População e Sociedade*, 2, 1996.

Rodrigues, Manuel Ferreira; Mendes, José Amado, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos nossos dias*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1999.

Santos, Maciel Moraes, *O Partido Socialista nos seus primeiros anos – duas eleições perdidas*. In *História. Revista da Faculdade de Letras do Porto*. II série, XI, pp.287-332, 1994.

Teixeira, Manuel C., *A habitação popular no século XIX – características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro*. In *Análise Social*, XXIX (27), pp. 555-579, 1999.

Os usos do palco: o proletariado e o teatro no início do século XX¹

Cláudia Figueiredo²

*Il y apparaissait bien plutôt que la voie de l'émancipation
passait par la capacité de devenir autre;
non par la prise de conscience, mais par le vertige, la perte d'identité.*³

Jacques Rancière

O teatro desenvolvido nos meios proletários no início do século XX em Portugal encontra-se ainda pouco estudado pelos historiadores do movimento operário. Privilegiando a vertente económica e política das lutas operárias deste período, os historiadores do movimento em Portugal têm tendido a relegar as práticas culturais e artísticas do proletariado para um plano periférico e, quando abordadas, estas surgem quase sempre enquadradas em trabalhos de perfil monográfico⁴. Por seu turno, os historiadores do teatro e da literatura têm, de um modo geral, esquecido o teatro desenvolvido pelo proletariado, sendo os seus trabalhos quase sempre limitados à esfera dos movimentos artísticos e literários e por norma mais centrados no texto que nas condições de produção dos espectáculos. É no espaço deixado por estas duas tendências que procuro situar a minha investigação, e à semelhança do que tem sido feito ao nível da historiografia internacional, que conta já com numerosos estudos neste âmbito⁵.

¹ Uma primeira versão deste texto, resultante da comunicação apresentada no I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais, encontra-se já publicada na revista do Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior (*Ubiletras*, n.º 4, pp. 23-40, Dezembro de 2013).

² School of Arts, Birkbeck College, University of London.

³ Rancière (2003), p. 26.

⁴ Mencionem-se, para o período em causa, os estudos de Frédéric Vidal sobre a população de Alcântara (2006), ou de Maria da Conceição Quintas em torno do aglomerado industrial de Setúbal (1995).

⁵ Apenas a título de exemplo, refiram-se os contributos de Anthony Swift sobre o teatro proletário na Rússia pré-revolucionária (1998); de Raphael Samuel e Ewan MacColl, em torno do teatro militante britânico e norte-americano produzido entre 1880 e 1935 (1985); de Jeanne Moissand, a propósito do teatro operário catalão (2011); ou ainda de Lily Litvak sobre o lugar do teatro na cultura libertária espanhola (2001), esp. pp. 239-274.

Remontando a meados do século XIX, as relações entre o teatro e o proletariado em Portugal estabeleceram-se a vários níveis. Surgindo nessa época em algumas peças como personagem principal, uma aparição estudada por Fernando António Almeida⁶, foi também nos alvares do movimento operário português que o proletário se afirmou como dramaturgo. Paralelamente, no decorrer da segunda metade do século XIX, regista-se o aparecimento de grupos teatrais amadores constituídos por trabalhadores nos seus tempos livres, ao mesmo tempo que se assiste à composição de um novo público recrutado nos bairros operários que lentamente começavam a pontilhar a paisagem urbana. Não pretendendo traçar a genealogia destas relações, a minha investigação tem como objectivo perceber de que modo o proletariado recorreu ao teatro como forma de emancipação individual e colectiva no primeiro quartel do século XX em Lisboa. Esta será assim uma história de emancipação construída a partir de um conjunto de práticas e de discursos teatrais e assente em quatro grandes eixos: o proletário enquanto personagem, espectador, actor e autor.

A continuidade e frequência destas relações entre o teatro e o proletariado sugere a existência de uma tradição teatral proletária, consolidada no início do século XX na sequência da multiplicação das sociedades de cultura e recreio, no seio das quais a actividade teatral assumiu uma importância significativa no âmbito da qualificação dos lares populares. Por outro lado, esta tradição insere-se numa tentativa de constituição de uma esfera pública proletária, um esforço particularmente enérgico em Portugal na transição para o século XX, quando da hegemonização do movimento operário pelas ideias anarquistas segundo as quais a cultura, e o teatro em particular, era parte essencial do processo de transformação social⁷.

Proposto por Oskar Negt e Alexander Kluge, por oposição à noção totalizante de esfera pública burguesa avançada por Habermas no início dos anos 60, o conceito de esfera pública proletária subjaz à minha argumentação. Um “espaço onde as lutas se decidem por outros meios que não a guerra”⁸, a esfera pública consiste num lugar de conflito, de dissentimento, no qual as diversas expressões culturais, das artes à imprensa, jogam um papel fundamental. Configura-se, assim, como um espaço fragmentado e dinâmico onde se disputam modos de representação do real baseados em experiências

⁶ Almeida (1994).

⁷ Cf. Freire (1988), esp. pp. 231-276.

⁸ Negt, Kluge (1993), p. ix.

históricas distintas, e no qual se antagonizam interesses de classe. Nesta perspectiva, a arena cultural deve ser entendida não apenas como uma plataforma para o confronto de mundividências, mas também, e sobretudo, como meio para a conquista de posições políticas e como espaço de possibilidades emancipatórias.

Mais recentes, os trabalhos do filósofo Jacques Rancière têm sido fundamentais para se compreender como essas possibilidades foram ensaiadas pelo proletariado em França. Partindo do caso dos artesãos militantes do segundo quartel do século XIX, Rancière elaborou uma teoria da emancipação que coloca a tónica não tanto no campo das representações como no dos gestos e das práticas. Na sua maioria autodidactas, estes trabalhadores, invocados primeiramente na obra *A Noite dos Proletários: arquivos do sonho operário*, publicada em 1981, consagravam o seu tempo livre à escrita⁹. Nessas preciosas e precárias horas roubadas ao descanso, a troca da ferramenta pela pena significa, para Rancière, a possibilidade de inversão dos papéis políticos. Através da escrita, do exercício das suas capacidades intelectuais e da concretização das aspirações criativas adiadas pelo trabalho mecânico e desgastante do *atelier*, estes artesãos excediam o lugar produtivo que lhes cabia na hierarquia das ocupações. Tomando a palavra, privilégio dos dominantes, estes proletários assumiam um papel de participantes activos na constituição de um espaço sensível comum, quebrando, deste modo, “a oposição entre aqueles que pensam e decidem e aqueles que estão votados a trabalhos materiais”¹⁰. Seja por via literária, ou por qualquer outro meio de expressão artística, o gesto artístico proletário pode, e de acordo com esta leitura, ser interpretado como um acto emancipatório e de subversão da ordem política das ocupações, na medida em que resulta na transcendência de um papel social pressuposto e na afirmação de um princípio de igualdade intelectual entre os homens.

Esta inversão dos lugares na pólis, gerada pela vontade de fuga de uma existência meramente produtiva, encontra-se evidenciada em alguns testemunhos de proletários envolvidos nas lides teatrais em Portugal. Tomemos como exemplo o percurso do actor Izidoro, um caso de particular sucesso e um dos primeiros operários-actores de que temos notícia, logo em meados do século XIX. Izidoro Sabino Ferreira desde muito jovem sonhou ser actor. Nascido no dia de Finados de 1828, na Travessa da Pereira, ao Largo da Graça, Izidoro pertencia a uma família humilde e o seu destino não se afigurava por

⁹ Rancière (2012).

¹⁰ Rancière (2010), p. 51.

isso muito diferente do dos seus demais. O seu pai, operário da oficina de carpinteiros de reparos do Arsenal do Exército, vê-se forçado pela cegueira a uma reforma antecipada e monetariamente muito penalizante. Estas circunstâncias perturbaram profundamente a vida da família, que viu as suas dificuldades materiais agravadas pela doença paterna. Como resultado, apenas os dois irmãos mais velhos de Izidoro puderam ir à escola aprender as primeiras letras. Esta privação destroçou o futuro actor, mas “o seu íntimo desejo de saber ler”¹¹ e o convívio com as crianças do bairro, que frequentavam a escola, fizeram que Izidoro fosse capaz de contornar um destino que o votava ao analfabetismo: autodidacta, Izidoro aprendeu o abecedário no espaço de meses. Mais tarde, e apesar da tenra idade, foi necessário que Izidoro começasse a contribuir para a precária economia doméstica e, aos onze anos, o jovem vai aprender o ofício de chapeleiro numa fábrica na Rua da Prata. O primeiro contacto com o mundo do trabalho não foi bem sucedido e, dois anos mais tarde, Izidoro volta a tentar a sorte como aprendiz de tecelão numa fábrica em Xabregas, onde se saiu melhor, e muito embora os seus mestres o admoestassem por ser “pouco dado ao trabalho, e levar o tempo a ler versos e a estudar a arte métrica”¹².

É nesta fábrica que o destino de Izidoro se altera e, mais concretamente no ano de 1846, quando aí se organiza um grupo dramático. Então com dezoito anos, Izidoro propõe a representação de duas peças, *Cai no logro o mais esperto* e *Os dois mentirosos*, que acaba por se concretizar no modesto ambiente de “uma alcova na Rua do Sol à Graça”¹³. Logo notado pela qualidade da sua prestação, Izidoro é convidado por um companheiro de ofício para uma segunda récita, desta feita no Teatro da Rua das Escolas Gerais. Esta récita mudou-o para sempre, despertando nele a vontade de escapar ao destino da fábrica e de se tornar actor. Desde essa data, os seus dias e noites foram invadidos por esse sonho, como testemunhado nas suas memórias:

Conta o sr. Izidoro que o efeito que esta récita lhe produziu tocou o incrível, não dormia de noite a pensar no teatro, e durante o dia juntava os companheiros em roda do tear e contava-lhes os enredos das peças e as diversas sensações por que tinha passado.¹⁴

¹¹ Ferreira (1876), p. 22.

¹² *Idem*, p. 25.

¹³ *Idem*, 26.

¹⁴ *Idem*, p. 27.

Anos mais tarde, a paixão de Izidoro pelo teatro mudou a sua vida. Após uma breve passagem como figurante pelo Teatro Nacional, o tecelão iniciou a carreira como actor profissional no Teatro do Salitre, e integrado numa sociedade de actores, trocava, definitivamente, o tear pelo palco. Em 1863 é contratado pelo Teatro Nacional, chegando mesmo a ser classificado pelo Conselho Dramático como artista de primeira. Por esta altura, são também publicadas algumas comédias da sua autoria, como *Precisa-se de uma Senhora para Viajar* (1863) e *Um Homem sem Inimigos* (1864). Um caso evidente de mobilidade social ascendente, à qual a sorte não foi alheia, como o próprio reconhece, o percurso de Izidoro não foi o único do género, e muitos actores profissionais de extracção proletária começaram as suas carreiras teatrais nos palcos amadores. Tais são os casos de António José Ferreira Cardoso (1860-1917), primeiramente serralheiro, como seu pai¹⁵, ou de Joaquim José Tasso (1820-1870), “nascido na obscuridade, e sem ilustração que o guindasse”¹⁶. Estes casos são, porém, extremos, interessando-me em particular o primeiro momento da vida destes actores, o da fase de partilha do tempo entre o ofício e o teatro, entre o dia produtivo e a noite criativa, uma partilha que é comum aos proletários-dramaturgos.

Na sua maioria oriundos de uma denominada “aristocracia operária”, conceito especialmente trabalhado nos anos 50 por Eric Hobsbawm¹⁷, e quase sempre envolvidos na actividade política militante, estes trabalhadores são paradigmáticos das ideias de emancipação intelectual proletária tecidas por Rancière. Desafiando uma ordem imposta pela divisão do trabalho, eles ocupam, e embora que apenas no seu limitado tempo livre, um lugar que não era o seu por definição, o do escritor, confundindo assim a divisão das ocupações no esquema social e redefinindo as fronteiras do possível político. Alguns deles já referidos em alguma bibliografia¹⁸, estes escritores-proletários dedicavam-se, entre outros escritos, à redacção de peças teatrais que procuravam dar voz e visibilidade às experiências individuais e colectivas das classes trabalhadoras, até então praticamente ausentes na literatura dramática¹⁹.

¹⁵ Rebello (1978), p. 128.

¹⁶ Bastos (1908), p. 180.

¹⁷ Hobsbawm (1972), pp. 272-315 (o texto em questão data de 1954).

¹⁸ Ribeiro (1990), esp. 324-329; Santos (1978); Silva (1965).

¹⁹ O aparecimento de uma nova figura no espaço social, a do escritor-proletário, e o florescimento de diferentes noções do “representável” parecem, por outro lado, ser parte, do que Rancière denominou de “revolução silenciosa”, subtilmente ocorrida no século XIX. À margem dos movimentos políticos e sociais, esta revolução, silenciosa mas com efeitos políticos efectivos, operou-se na democratização das formas e dos conteúdos literários, na igualdade da

Não necessariamente de teor militante e propagandístico, embora muitas delas o fossem, as peças redigidas por estes autores pertencem frequentemente ao género da comédia, não deixando, no entanto, de se inspirar na existência das classes trabalhadoras, nos seus anseios e atribulações. Entre estes autores, contam-se alguns relativamente bem-sucedidos, como José Maria da Silva e Albuquerque (1829-1879), tipógrafo e um dos fundadores do Grémio Popular em 1857, que escreveu a comédia-drama em dois actos *O Operário e a Associação* (1867), “dedicada às classes operárias e representada com aplauso no Teatro da Rua dos Condes”²⁰; ou Francisco Gomes de Amorim (1827-1881), o “poeta-operário, como por tanto tempo foi chamado”²¹. Conhecido pela sua relação de amizade com Almeida Garrett, Gomes de Amorim era filho de lavradores minhotos, tendo emigrado aos dez anos para o Brasil, regressando mais tarde a Portugal, onde encontrou trabalho como operário. Terminando a sua vida como conservador de museu, escreveu, entre outras peças: *D. Sancho II*, censurada em 1851; *Os Incógnitos do Mundo*, editada em 1869; *Fígados de Tigre*, representada com o título *Melodrama dos Melodramas*, em 1857; *A Abnegação* e *Os Aleijões Sociais*, ambas publicadas em 1870. Esta última, *Aleijões Sociais*, é uma alusão à dureza das experiências laborais no Brasil, consistindo, nas palavras do historiador do teatro Luiz Francisco Rebello, num texto precursor de *A Selva*, de Ferreira de Castro²².

Outro caso é o de Pedro Carlos de Alcântara Chaves (1829-1893), originalmente tipógrafo, como seu pai, ponto no Teatro da Rua dos Condes, a partir de 1855, e depois contra-regra e ensaiador²³. Entre outras peças para teatro, escreveu *Culpa e Perdão*, *A Esperança*, *Querem ser Artistas* e *Mudança de Posição* (1861). Foi também autor de várias cenas cómicas como *Um Provinciano em Lisboa* e *Luizinha a Leiteira*, bem como de várias revistas, entre as quais *O Amor da Pátria* e *Honra e Pobreza*. Adaptou uma peça de Bayard, *Le Gamin de Paris*, que Adelina Abranches interpretou em 1882 com o título *O Tipógrafo*²⁴. Posterior, e de teor mais militante, a obra do tipógrafo Ernesto da Silva (1868-

importância dos sujeitos na narrativa literária, na desmistificação da figura do génio e na participação dos “homens-comuns” nos processos de produção literária, tendo como resultado a emergência de uma “nova cosmologia” (2011), p. 19.

²⁰ Albuquerque (1867).

²¹ Lopes de Mendonça, citado por Sousa Bastos, na sua célebre *Carteira do Artista* (1898), p. 296.

²² Rebello (1978), pp. 48-49.

²³ Uma vez mais, é da *Carteira* de Sousa Bastos que nos chegam informações respeitantes ao nem sempre claro percurso destes autores (1898), p. 272.

²⁴ Rebello (1978), p. 161.

1903), socialista e participante da experiência do Teatro Livre²⁵, conta com títulos como *O Capital* (1895), *Os que trabalham* (1896), *A Vítima* (1897), *Nova Aurora* (1900), *Os Vencidos* (1902) e *Em Ruínas* (1902).

Apesar de alguns destes textos serem publicados por editoras de algum modo relacionadas com organismos operários²⁶, a maior parte encontra-se inserida em colecções de peças teatrais destinadas à representação em salas públicas e particulares. Os títulos das colecções e os nomes das editoras indiciam, desde o seu início, o claro perfil popular de tais publicações. Temos assim nomes como Teatro para Rir, Teatro para Todos, Teatro para o Povo, Livraria Económica Napoleão de Victória, Livraria Popular Francisco Franco, ou as colecções da Editora Arnaldo Bordalo, esta última que inclusivamente comercializava nas suas instalações artigos para caracterização teatral, como maquilhagem, cabeleiras e outros adereços indispensáveis à transformação do actor.

Vendidas a preços módicos, estas colecções alimentavam os repertórios das salas particulares, nas quais se incluem as sociedades de instrução e recreio. Uma visita aos arquivos da Sociedade Promotora de Educação Popular permite confirmar isso mesmo. Fundada a 30 de Setembro de 1904 por um grupo de republicanos no coração da zona industrial de Alcântara, a Promotora constituiu-se, entre outros objectivos de índole educativa e solidária, com o intuito de “recrear os associados, uma vez que a situação económica o permita, estabelecendo jogos lícitos e organizando concertos, espectáculos, récitas, bailes, quermesses e outros divertimentos”²⁷. Naquelas que ainda hoje permanecem as suas instalações, a Promotora guarda um pequeno espólio onde podemos encontrar elementos ligados à memória da instituição, bem como outros materiais, entre os quais vários volumes de algumas dessas colecções de textos teatrais pertencentes ao fundador da sociedade, o republicano António Joaquim de Oliveira.

Elucidativa da inclinação pessoal do fundador da Promotora pela arte de Talma, a presença destas peças nos arquivos da Promotora sugere ainda uma

²⁵ A Sociedade Teatro Livre, objecto da minha dissertação de mestrado, consistiu numa tentativa de imposição da estética naturalista e de criação de um teatro do povo em Portugal, liderada por figuras da intelectualidade próxima do movimento operário, afectas às ideias socialistas, libertárias e republicanas. Cf. Figueiredo (2011).

²⁶ Tal é o caso das obras do referido Ernesto da Silva, predominantemente militantes e enquadradas nas acções de propaganda socialista-libertária: o drama em 4 actos, *O Capital*, foi publicado pela Biblioteca de Educação Nova, e *Em Ruínas*, um outro drama, em 3 actos, pela Tipografia do Instituto das Artes Gráficas.

²⁷ 1.ºs Estatutos, Cap. I, Art. 3.º, Al. 4, 1905.

relação entre a disseminação do teatro amador e a explosão das colecções económicas. Democratizado por via do preço, o acesso aos textos dramáticos foi sendo facilitado pela indústria livreira, que assim procurava responder às necessidades de um público urbano crescente. Esta expansão do mercado do livro ter-se-á repercutido quer ao nível da recepção, quer ao nível da produção, tendo efeitos não apenas nos consumos (um maior acesso ao objecto escrito, ao livro, mesmo que em edições económicas), como também na quantidade de autores publicados, em franca expansão desde meados do século XIX²⁸. Importaria elaborar um estudo exaustivo que procurasse apurar a dimensão destas colecções, bem como investigar melhor as origens, nem sempre claras, dos autores que providenciavam os conteúdos destas publicações.

Outro dos aspectos que creio ter contribuído para o desenvolvimento deste mundo teatral proletário foi, claro, a proliferação das sociedades de instrução e recreio, crescimento potenciado pela legalização das associações no ano de 1891²⁹. Locais de convívio e de partilha, e a par dos sindicatos e das associações profissionais, as sociedades de recreio consistiram em espaços de sociabilidade importantes para as classes trabalhadoras deste período. Por norma, a sua fundação prende-se com objectivos de qualificação dos tempos livres dos trabalhadores e os seus fins eram triplos: recreação, educação e solidariedade. Por oposição à taberna, entendida como factor de degeneração moral e material das classes trabalhadoras³⁰, a sociedade de recreio queria-se

²⁸ Uma consulta dos catálogos teatrais da Livraria Popular de Francisco Franco, casa fundada em 1890 e uma das mais importantes editoras de teatro popular à época, permite-nos ter uma ideia da quantidade de autores que se dedicaram à redacção de comédias, dramas, operetas, duetos, tercetos, canções, etc., e que foram na ordem das dezenas. Entre estes, contam-se autores consagrados, como Almeida Garrett, Eduardo Schwalbach ou Marcelino Mesquita, mas também outros, menos célebres, como João Celestino Pedroso, Celestino Gaspar da Silva ou o já referido Izidoro Sabino Ferreira.

²⁹ Num levantamento elaborado com base nas datas de fundação das associações, Maria Alexandre Lousada conclui que, no que respeita às associações de cultura e recreio especificamente, houve um aumento exponencial entre 1891 e 1932. De acordo com o estudo, foram fundadas nesse período 442 sociedades de cultura e recreio, enquanto no período anterior, entre 1852 e 1890, tinham sido criadas apenas 153, números que indicam uma intensificação da vida cultural dos trabalhadores no período que medeia a data de legalização das associações de classe e a instauração do Estado Novo. Em Freire (2007), p. 303.

³⁰ Uma das principais preocupações dos dirigentes associativos e dos militantes operários era a de retirar os trabalhadores da taberna e assim mitigar o frequente problema do alcoolismo. Um eco literário deste sentimento anti-taberna é o poema intitulado, justamente, *A Taberna*, da autoria de Manuel Carreira e publicado no jornal *O Corticeiro* de 16 de Abril de 1910: “A taberna é casa de perdição / Onde se desentranha o negro vício / É um lugar de maldição / Tornando a vida um suplício. / É a desgraça do que trabalha / Pois na taberna tudo gasta / À família com dinheiro falha / E assim a ventura do lar afasta.” Em Mónica (1983), p. 62.

um espaço de virtude onde os trabalhadores podiam ocupar o seu tempo livre de forma sã. E o teatro ocupou um lugar central nas noites de diversão que aí se organizavam. Central, mas não exclusivo, como se pode verificar nos diversos programas. Encontrando-se ainda numa fase preliminar, a minha investigação pode apenas ainda contar com um levantamento superficial das diversas colectividades que possuíam grupo dramático, e que são numerosas, na ordem das dezenas entre os anos de 1891 e de 1934. É, porém, possível avançar informações bastante precisas acerca das actividades teatrais levadas a cabo na Sociedade Promotora de Educação Popular de Alcântara no primeiro quartel do século XX, cujos programas testemunham a centralidade do teatro nas actividades promovidas pelas colectividades de cultura e recreio.

Apesar de não ter feito parte das actividades da Promotora no seu arranque, não tardou que o teatro tomasse aí o seu lugar. No auspicioso dia de Ano Novo de 1910, menos de seis anos após a sua fundação, a sociedade promove, com orgulho, a estreia do seu grupo dramático infantil, composto por alunos da escola que é ainda hoje a vocação principal da Promotora. O grupo dramático dos amadores adultos estreia-se um pouco mais tarde, também em dia de Ano Novo, a 1 de Janeiro de 1914, com o drama em 3 actos *Ódios de Frade* e a comédia em 1 acto *Fura-Vidas*. Contudo, e por possuir um palco instalado numa sala de assinalável dimensão, nos anos em que não teve o seu próprio grupo dramático, a Promotora não deixou de contar com a presença do teatro nas suas iniciativas culturais. Entre 1904 e 1914, e mesmo depois disso, são em número considerável as notícias e os programas de récitas decorridas nas suas instalações, mas interpretados por outros grupos dramáticos amadores, como o Grupo Dramático do Club-Recreativo Lusitano (a 14 de Setembro de 1913), o Grupo Dramático Silva e Sousa (a 1 de Dezembro de 1913) ou a Academia Recreativa de Lisboa (a 20 de Abril de 1913). O inverso também se passava e, em Abril de 1909, o mensário da biblioteca da Promotora dava notícia de um sarau dramático organizado pela tuna da Promotora no Teatro da Cooperativa de Consumo Aliança³¹. E assim se reforçavam também os laços de solidariedade entre famílias associativas, por meio de estreita colaboração e de uma regular frequência das relações.

Os espectáculos organizados pelas colectividades eram muito diversificados e muitas vezes contavam com a representação de mais que uma peça, um traço que os distingue das programações teatrais pensadas para o público burguês que, por norma, contavam apenas com uma única peça. Esta

³¹ *A Educação Popular*, 1 de Abril de 1909.

característica parece ser transversal aos espectáculos destinados ao público proletário de além-fronteiras. Numa obra intitulada *A Good Night Out: Popular Theatre, Audience, Class and Form*, John McGrath sistematiza os principais traços dos espectáculos teatrais destinados ao público proletário britânico, salientando dois aspectos: a variedade programática e a forte presença da música. Também ao contrário do espectáculo teatral burguês, onde a componente musical (com excepção para a ópera) assume fraca expressão por se julgar uma “ameaça à seriedade das representações”³², os eventos teatrais proletários integram, com muita frequência, a música. Tal não deve ser encarado como redutor da qualidade dos espectáculos, mas antes como elemento constitutivo de uma linguagem estética própria e como resposta à sensibilidade de um público específico. O jornal *Boa União*, órgão da colectividade alfacinha com o mesmo nome, dá-nos conta dessa simpatia proletária pela música:

A música, por todos tão querida e apreciada, é cultivada também com carinho e amor. Quando a ouvimos, sentimo-nos apossados dum bem-estar invejável e duma satisfação inconcebível.³³

A análise dos programas culturais da Promotora permite confirmar esta tendência, bem como entrever os gostos e as preferências culturais e de entretenimento das classes trabalhadoras. As noites das sociedades de recreio eram preenchidas não só com peças de teatro de formato mais clássico (dramas e comédias), mas também com teatro musicado e declamado (canções, duetos, monólogos), actuação de bandas musicais, danças várias e até números de magia. E para encerrar, o baile, muito apreciado pela “mocidade descuidada e folgazã”, para quem “os saraus dramáticos pouco interesse despertam”³⁴. A partir de Fevereiro de 1915, data de inauguração do animatógrafo, a Promotora passou também a organizar projecções de fitas cinematográficas, facto que não fez diminuir o ritmo das representações teatrais nos anos seguintes. Com o propósito de ilustrar a variedade da composição destes serões, apresentam-se no fim deste texto alguns dos programas encontrados nos arquivos da Promotora. Nestes, além de se notar uma clara preferência pelo género da comédia, mas também por dramas de teor social e político (*Adão e Eva*, de Jaime Cortesão, ou *A Tomada da Bastilha*, de um menos famoso Salvador Marques, são disso exemplos), a composição dos espectáculos indicia uma grande

³² McGrath (1996), p. 55.

³³ *Boa União*, 2 de Outubro de 1927.

³⁴ *Idem*.

plasticidade que parece corroborar a ideia defendida por McGrath. Espectáculo complexo e colectivo, o evento teatral é condicionado por vários factores, entre eles o tipo de público a que se destina, ou as condições materiais e programáticas em que se realiza; à luz destas considerações, pode afirmar-se que o teatro representado no ambiente associativo proletário durante este período se rege por normas distintas do espectáculo burguês, respeitando assim um “contrato estético” que valida convenções artísticas específicas³⁵.

Desta ainda incompleta e provisória análise pode avançar-se que, no período que precedeu a instauração do Estado Novo e o controlo dos espaços públicos operários pela FNAT, a actividade teatral contribuiu de forma expressiva para o desenvolvimento de uma sociabilidade proletária. Ao mesmo tempo, e ao nível individual, ofereceu aos autores e actores proletários a possibilidade de concretização de aspirações literárias e artísticas, tendo até, como visto em alguns casos, viabilizado processos de mobilidade social ascendente. Para finalizar, apenas acrescentar que o teatro terá igualmente proporcionado (como, porventura, ainda proporcionará) ao espectador proletário, “cansado da labuta fastidiosa e contínua duma semana de trabalho”³⁶, momentos de evasão e de suspensão da sua existência produtiva; também na plateia, assistindo a uma representação teatral, podia ser um *outro*, e entregar-se, por fim, a uma outra espécie de trabalhos: os do intelecto e da imaginação.

Bibliografia

Almeida, Fernando António. *Operários de Lisboa na Vida e no Teatro (1845-1870)*. Lisboa: Caminho, 1994.

Figueiredo, Cláudia. *Arte, “Redenção e Transformação: a experiência da Sociedade Teatro Livre (1902-1908)”* [texto policopiado]. Tese de mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011.

Freire, João. “Evoluções Sociais no Campo do Associativismo”, in *Sucesso e Insucesso: escola, economia e sociedade*. Manuel Villaverde Cabral (org.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, pp. 299-320.

³⁵ Esta ideia é defendida por Bruce McConnachie e Daniel Friedman, para quem a relação entre o teatro dirigido ao público proletário se baseia num “contrato estético”, princípio teorizado por Fredric Jameson no texto “Reificação e Utopia na Cultura de Massa”, de 1979, para distinguir as formas culturais pré-capitalistas da cultura de massa (1985).

³⁶ *Boa União*. 2 de Outubro de 1927.

Freire, João. “Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940” [texto policopiado]. Tese de doutoramento em Sociologia apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, 1988.

Hobsbawm, Eric. “The Labour Aristocracy in Nineteenth-century Britain”. In: *Labouring Men: Studies in the History of Labour*, 1972 [1964].

Litvak, Lily. *Musa Libertaria: Arte, Literatura y vida cultural del anarquismo español (1880-1913)*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 2001.

McConachie, Bruce, Friedman, Daniel, “Introduction”. Em *Theatre for Working Class Audiences in the United States, 1830-1980*. Bruce McConachie, Daniel Friedman (eds.) Westport and London: Greenwood Press, 1985, pp. 3-15.

McGrath, John. *A Good Night Out. Popular Theatre, Audience, Class and Form*. London: Nick Hern Books, 1996 [1981].

Moissand, Jeanne. “Entre Tréteaux et Barricades: théâtre et mobilisation ouvrière à Barcelone, 1868-1909”. Em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris : Seuil, n^{os} 186-187, 2011, pp. 42-57.

Negt, Oskar, Kluge, Alexander. *Public Sphere and Experience: Toward an analysis of the Bourgeois and Proletarian Sphere*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993 [1972].

Quintas, Maria da Conceição. “O Aglomerado Urbano de Setúbal: crescimento económico, contexto social e cultura operária, 1880-1930” [texto policopiado]. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

Rancière, Jacques. *A Noite dos Proletários: arquivos do sonho operário*. Lisboa: Antígona, 2012 [1981].

Rancière, Jacques. *Mute Speech: literature, critical theory, and politics*. New York: Columbia University Press, 2011 [1998].

Rancière, Jacques. *Estética e Política: A Partilha do Sensível*. Porto: Dafne Editora, 2010 [2000].

Rancière, Jacques. *Les Scènes du Peuple (Les Révoltes Logiques, 1975/1985)*. Paris: Horlieu Éditions, 2003.

Rebello, Luiz Francisco. *Dicionário do Teatro Português*. 1978. Lisboa: Prelo, 1978.

Ribeiro, Maria Manuela Tavares. *Portugal e a Revolução de 1848*. Coimbra: Livraria Minerva, 1990.

Samuel, Raphael, MacColl, Ewan. *Theatres of the Left, 1880-1935: workers' theatres movements in Britain and America*. London: Routledge & Kegan Paul, 1985.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos. "Para a análise das ideologias da burguesia. 2. O drama social". Em *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, vol. XIV (53), 1978, pp. 39-80.

Silva, Vítor Manuel de Aguiar e (1965), "O Teatro de Actualidade no Romantismo Português (1849-1875)". Em *Separata da Revista de História Literária de Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora, vol. II, 1964, pp.127-198.

Swift, Anthony. "Workers' Theatre and 'Proletarian Culture' in Prerevolutionary Russia, 1905-1917". Em *Workers and Intelligentsia in Late Imperial Russia: Relations, Representations, Reflections*. Reginald Zelnik (ed). Berkeley: University of California Press, 1998, pp. 260-291.

Vidal, Frédéric. *Les Habitants d'Alcântara: Histoire Sociale d'un quartier de Lisbonne au début du 20ème siècle*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2006.

Fontes

Albuquerque, José Maria da Silva e. *O Operário e a Associação: comédia-drama em dois actos*. Lisboa: Tipografia de M. J. Coelho, 1867.

Bastos, Sousa. *Dicionário de Teatro Português* (ed. fac-similada). Coimbra: Minerva, 1994 [1908].

Bastos, Sousa. *Carteira do Artista: apontamentos para a História do Teatro Português e Brasileiro acompanhado de notícias sobre os principais artistas, escritores dramáticos e compositores estrangeiros*. Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, 1898.

Ferreira, Izidoro. *Memórias do Actor Izidoro, escritas por ele mesmo, precedidas do retrato do autor e de uma carta do Ex.mo Sr. F. Palha*. Lisboa: Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1876.

Catálogo Geral das Edições Teatrais da Livraria Francisco Franco, Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, s.d.

Poemas Operários (1850-1926). Selecção e prefácio de Maria Filomena Mónica, Colecção Estudos e Documentos ICS, n.º 7, Série "Arquivo Histórico das Classes Trabalhadoras", Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1983.



JULIO CALADO

SOCIEDADE PROMOTORA
DE
EDUCAÇÃO POPULAR
Associação de Beneficência e Instrução
FUNDADA EM 30 DE SETEMBRO DE 1904
Largo 20 de Abril, 6 (Calvario)

Sábado, 15 de Julho de 1916

RECITA E BAILE
Em honra da **IMPRESSA**
como testemunho
de reconhecimento pelos
serviços prestados
à coletividade

ÀS 21 HORAS

Estreia da simpática amadora
D. Lucinda Matos e do distinto
amador e ensaiador do grupo dra-
matico o **Ex.^{mo} Sr. Julio Calado**.

A 1.^a representação n'esta sociedade da peça em 5 actos de Molière
versão em verso do **Ex.^{mo} Sr. Visconde de Castilho**

O AVARENTO

DISTRIBUIÇÃO

D. Mariana	Ex. ^{ma} Sr. ^a D. Lucinda Matos
D. Luiza Sousa	" " " Amalia Correia
Guilomar dos Anjos	" " " Palmira Matos
Harpagão de Sousa	Ex. ^{mo} Sr. JULIO CALADO
Julio de Sousa	" " Alvaro Gomes
Duarte	" " J. F. Marcelliano Pereira
Tomaz	" " Teodoro Martins
Sebastião	" " José Vieira
Anselmo	" " José Luiz
Felisberto	" " Julio Gouveia
Simão Fortuna	" " José Susana

Ensaenação—**Ex.^{mo} Sr. Julio Calado** Ponto—**Ex.^{mo} Sr. Alvaro G. Moreira**
Contra-regra—**Ex.^{mo} Sr. Pedro Loureiro**
Indumentaria—**Ex.^{ma} Sr.^a D. Antonia Silva** Cabeleiras—**Ex.^{mo} Sr. Vitor Manuel**

Abrihanta esta festa a distinta orchestra d'esta sociedade sob a direcção
do seu muito digno regente o **Ex.^{mo} Sr. Hermenegildo Filipe**, executando o seguinte programa

VITO — Marcha Flamenga	O GRANDE CAGLIOSTRO — Pizzicato
COROA DE OURO — Sinfonia	ALDA — Valsa — M. A. Lisboa
LAMENTOS — Fado — Armando Estorninho	VIUVA ALEGRE — Valsa

BAILE — Depois do espectáculo, a piano pela professora a **Ex.^{ma} Sr.^a D. Alice Figueira**,
sendo dirigido pelos nossos presadissimos consocios os **Srs. Henrique Ramos e Manuel Fernandes**.

AVISO — A entrada é **GRATUITA** e regulada com a quota do mês de **JUNHO**
Os senhores associados que queiram marcar os seus lugares podem fazê-lo desde já, nas con-
dições do costume.

BREVEMENTE:—O grandioso film
ROMANTICISMO
recomendado às pessoas de fino gosto

PAZ. E TYP. LEBREZ-5 LIVRAMENTO, 80-80-LISBOA.

SOCIEDADE PROMOTORA
DE
EDUCAÇÃO POPULAR
Largo do Calvario, 6

Recita em 26 de Outubro de 1913

Representação da comedia em 3 atos

O TIO PADRE

PERSONAGENS

Eugenio de Carvalho	<i>Alvaro Gomes</i>
Padre João do Espirito Santo	<i>Carlos Furtado</i>
André Macieira	<i>Carlos Borges</i>
Carlinhos	<i>N. N.</i>
Um creado	<i>José Cardoso</i>
D. Luiza Macieira	<i>D. Elvira Guedes</i>

Lisboa—Atualidade

Mise-en-scène de *Duarte Amado*

Ponto: *Ribeiro da Costa*

No intervalo do 2.º para o 3.º ato, os amadores
Srs. **Duarte Amado** e **Alfredo Amado**, desempenharão
as cançonetas

NÂNÁ e Serenata de Amor

Abrilhanta esta festa a distinta orquestra da **Sociedade Promotora**.

BAILE DEPOIS DO ESPECTACULO

26-10-913—PAP. e TIP. LINHETT-R. LIVRAMENTO, 55-90-LISBOA.



CLUBA O BARILETO JURO MÓDICO E CONVENCIONAL

R. do Livramento, 138, 1.º — LISBOA

SAPATARIA
BRASILEIRA

Grande
sortimento
de calçado
para
senhoras,
homens
e crianças

Luxe, barateza
e perfeição

4-R. dos Lusíadas-6

FERRAZ & C.ª

FÁBRICA
DE
Ladrilhos

mozaicos,
azulejos,
louças
sanitárias,
etc.

R. Rodrigues Faria, 15 a 17
Telefone 2222
Central

Antiga Merceria
ESTÁCIO

Os
afamados
vinhos do
Pôrto Capucho
e os
deliciosos
bolos

Saúde dos amigos

R. dos LUSÍADAS

SOCIEDADE PROMOTORA
DE
Educação Popular

LARGO 20 DE ABRIL

6, 7 e 8
de Fevereiro **CARNAVAL DE 1921**
2 BELOS ESPECTÁCULOS
3 EXPLÊNDIDOS BAILES

PROGRAMA

DOMINGO, 6 de Fevereiro (às 21 h. em ponto)
RÉCITA desempenhada pelo
Grupo Dramático desta Sociedade

FURA VIDAS
Comédia em 1 acto
em que o protagonista é desempenhado pelo fenomenal amador
Duarte Amado, tomando também parte
no desempenho, entre outros: o pontualíssimo
Alvaro Gomes e a distinta amadora do Seicel
D. Adalina Salrreta

A decoração deste acto, toda em azulejos,
é feita generosamente pelos Ex.ªs Srs.
FERRAZ & C.ª
R. Rodrigues Faria, 15 e 17

O minúsculo cançonetista francês **Foilei**
Graça — Elegância — Aparato

Este distinto artista apresenta-se magnificamente calçado
que foi gentilmente oferecido pela
Sapataria de Calvário
de que é proprietário o Ex.ª Sr. **Júlio Gouveia**

QUERES SER TOUREIRO?
COMEDIA em 1 acto
desempenhada pela amadora seixalense, **D. Adalina Salrreta**
e pelo sempre pontual **Alvaro Gomes** e por mais outros

Os brilhantes e ouro que o Toureiro Lagartija apresenta nesta peça,
são desinteressadamente emprestados pela Ourivesaria
ANCORA DE OURO
Rua de Alcântara, 10-A — 10-B

BAILE

SEGUNDA FEIRA, 7 (às 21 h.) **3.ª FEIRA, 8 (às 21 h. em ponto)**

BAILE **RÉCITA**

Por especial deferência da Ex.ª Empresa do **SALÃO FOX**, toma parte
nesta récita o incomparável ilusionista-prestímagio
SULEX
e a fenomenal sonâmbula
M.ª Félicia Seguer
nas suas extraordinárias adivinhações

Esta elegante e simpática artista apresenta-se com umas botas que
foram espontaneamente oferecidas pelo
Ex.ª Sr. **João Silva** proprietário da Sapataria
BRASILEIRA **RUA DOS LUSÍADAS, 4 E 6**

OUTRA VEZ...
a COMEDIA em 1 acto desempenhada por distintos amadores

Ponto Teixelinha Contra-regra — O Sá Adreçista — Joaquim Vaz...
Homem do pano O Tomás Martins Cabeleleira do Acácio Bonito
Guarda roupa da casa de penhores de César & Barreto

BAILE

Estas grandiosas festas são abrilhantadas por uma grande orquestra
dirigida pelo Ex.ª Sr. **Francisco Eduardo de Almeida**
distinto professor do Conservatório de Alcaideiros
de Baixo sendo os solos de bombo executados
pelo maestro **Jones**.

Durante as três noites do Carnaval há transportes para todos os
pontos da Cidade, serviço este a cargo do nosso conhecido **Tomás José**
Martins com carroças de aluguer na R. Rodrigues Faria, 14

ESMERADO SERVIÇO DE BUFETÉ encontrando-se ali à venda os afamados
vinhos Pôrto Capucho e os deliciosos bolos saúde dos amigos,
fornecidos pela antiga merceria Estácio, da R. dos Lusíadas.

A marcação de lugares que começa na 6.ª feira, 4 de Fevereiro
custa, atendendo às despesas a inser com estas festas **50 centavos**.

ENTRADA GERAL 25 CENTAVOS
NÃO SÃO ADMITIDOS CONVIDADOS

A entrada para sócios e senhoras de sua família, é regulada pela cota do mês
de Janeiro, sendo indispensável a apresentação do **LIBRETE DE IDENTIDADE**

A direcção fará cumprir rigorosamente
o **EDITAL DO EX.ª GOVERNADOR CIVIL**

Os Ex.ªs sócios terão direito a 2 senhas
para senhoras de sua família

Sapataria
DO
CALVÁRIO
DE
JÚLIO GOUVEIA

Calçado de Luxo

Preços reduzidos

Pedidos ao
TELEFONE 878 CENTRAL
com ligação
para a Sapataria
do Calvário

L. do Calvário,
14, 14-B
Alcântara
LISBOA

A Ancora
de Ouro

OURIVESARIA



Ouro mais barato

PREÇO FIXO

R. de Alcântara,
10-A e 10-B

Tomás J. Martins

CARROÇAS
DE ALUGUER

Encarrega-se
de
cargas e descargas

MUDANÇAS
DE MOBÍLIA

COCHEIRA
R. Rodrigues Faria, 14

PRAÇA
R. Instituto Industrial
(à R. 24 de Julho)

TIPOGRAFIA LIBERTY Trabalhos tipográficos em todos os géneros

Edição de obras literárias, teses, etc., etc.

Sociedade Promotora
de
Educação Popular

Fundada em 30 de Setembro de 1904

Largo 20 de Abril, 6

SABADO, 16 Julho de 1921
A'S 21,30 HORAS

Festa dedicada á FRANÇA
comemorando a data de 14 de Julho

RECITA Promovida pela DIREÇÃO
e desempenhada pelo
Grupo Dramático da Sociedade Promotora
sob a direcção do distinto amador Duarte Amado

A 1.ª Representação nesta Sociedade
da patriótica peça de grande espectáculo
em 5 actos

A Tomada da Bastilha
original do
Ex.^{mo} Sr. Salvador Marques

DISTRIBUIÇÃO

MARQUEZA DE VERNEUIL	Ex. ^{ma} Sr. ^a D. Delmira Serra e Moura
ROSALIA LODRY	" " D. Lili Pinto
TIA MICHAELA	" " D. Ermezinda de Sousa
ANINHAS	" " D. Alice Torres Branco
ALMIRANTE FRAUVILLE	Ex. ^{mo} Sr. Paulo Ferreira
CONDE DE BELMAR	" " José F. M. Pereira
MATEUS, o jagada, marinhoiro	" " Duarte Amado
GUILHERME LODRY, operario	" " Alvaro Gomes
JOAQUIM, vida alegre, operario	" " João Correia
GASPAR, o catarro, operario	" " Joaquim Vaz
TABELIAO	" " José Vieira
UM OFICIAL	" " Joaquim Gameiro
CREADO DO ALMIRANTE	" " José Saraiva
CREADO DA MARQUEZA	" " Carlos Monteiro

Fidalgos, convidados, lacaios, soldados, povo, etc.

A acção passa-se em Paris Época 1789
O 1.º e 3.º actos em casa de Guilherme, o 2.º 4.º e 5.º no palácio da Marquiza

Encenação, Ex.^{mo} Sr. DUARTE AMADO.—Ponto, Ex.^{mo} Sr. JOSÉ TEIXEIRA
— Contra rega, Ex.^{mo} Sr. ALFREDO SA. — Indumentaria da CASA CRUZ. —
Cabeleiras, Ex.^{mo} Sr. VITOR MANUEL. — Electricista, Ex.^{mo} Sr. GUSTAVO
DE MOURA. — Aderecista, Ex.^{mo} Sr. LEONEL CORREIA. — Director de scena
Ex.^{mo} Sr. ALVARO GOMES

Abrilhanta o espectáculo a orquestra da SOCIEDADE PROMOTORA sob
a direcção do Ex.^{mo} Sr. HERMENEGILDO FILIPE

PROGRAMA

1.º — LA BILBAINITA (Passe Double)	F. Remartinez
2.º — LAS BRIBONAS (Zarzuela)	R. Calleja
3.º — ESPERANCA (Valsa)	M. L. Barbosa
4.º — CZARDAS N.º 1.	G. Michiels
5.º — ADILIA (Valsa)	P. Junior
6.º — PORTELENSE (Passe Double)	D. Bolas
7.º — POMBA D'OURO	J. G. C. Taborda

BAILE depois do espectáculo, estando a parte musical a cargo da distinta pla-
nista Ex.^{ma} Sr.^a D. LISETTE GUERREIRO ALVES
e dirigido pelo nosso consocio o Ex.^{mo} Sr. JOÃO CORREIA.

AVISO A entrada é só para sócios e senhoras da sua família e regulada com a
quota de Junho e Cartão de identidade, pedindo-se a todos os nossos consocios
para os apresentarem aos nossos empregados.

Marcam-se logares do dia 13 em diante

Não são permitidos convidados

COMPOSTO E IMPRESSO NA IM. NACIONAL DE MARTINIANO DE SOUSA — R. D'ALCANTARA, 20-A

SOCIEDADE PROMOTORA
DE
EDUCAÇÃO POPULAR
Largo 20 de Abril, 6

Sábado, 26 de Novembro de 1921
Às 21 1/2 horas

RÉCITA PROMOVIDA PELA DIRECÇÃO
E DESEMPENHADA PELO
Grupo Dramático da Sociedade Promotora
SOB DIRECÇÃO DO DISTÍNTO AMADOR
Ex.^{mo} Sr. DUARTE AMADO

A 1.^a Representação da peça em 3 actos,
original do Ex.^{mo} Sr. Jayme Cortezão

Adão e Eva

DISTRIBUIÇÃO DE PERSONAGENS

Susana	Ex. ^{ma} Sr. ^a D. Lili Pinto
Cristina	» » D. Adelina Sabreta
Marcos	Ex. ^{mo} Sr. Henrique Ribas
Cónego Frutuoso	» » Alvaro Gomes
Domingos	» » João Correia
Justino (capelão)	» » Raimundo Mourão
Chefe dos guardas	» » Mário Ramos
Um soldado	» » Marioramos

LISBOA — ACTUALIDADE
SENÁRIOS NOVOS DE REIS & VIEIRA

Encenação	Ex. ^{mo} Sr. Duarte Amado
Ponto	» » Alfredo de Sá
Contra-regra	» » Joaquim Vaz
Director de scena	» » João Correia
Indumentária	Ex. ^{ma} Sr. ^a D. Antónia Silva
Cabeleiras	Ex. ^{mo} Sr. Vitor Manuel
Aderecista	» » Leonel Correia
Electricista	» » Gustavo de Moura

O espectáculo é abrilhantado pelo quinteto
da Sociedade sob direcção do
Ex.^{mo} Sr. FRANCISCO DE ALMEIDA

 **BAILE** 

Depois do espectáculo, estando a parte musical
a cargo da distinta pianista
Ex.^{ma} Sr.^a D. Lisete Guerreiro Alves e dirigido
pelo nosso consócio o Ex.^{mo} Sr. Mário Costa

AVISO

A entrada é só para sócios e senhoras de suas
Ex.^{mas} famílias e regulada com a
cota de OUTUBRO e CARTÃO DE IDENTIDADE

**Marcam-se lugares nas condições do costume
do dia 24 em diante**

Ob. 5789 — PAR. e TYP. LEBREZ & LIVRAMENTO, 80-82-LUZ.

A mobilidade de pessoas e a livre circulação da mão de obra: os limites do mercado capitalista

Cleusa Santos¹

Notas introdutórias

As correntes migratórias² de trabalhadores pelo mundo são determinadas historicamente pelo movimento de acumulação do capital e exploração do trabalho. Na busca para encontrar melhores condições de vida e trabalho, muitos imigrantes se mudam para outros países, independentemente da existência de garantias prévias de salário, moradia e regularização. Uma boa parte deles atua em situações muito precárias de trabalho³, mas não é apenas isso. São inúmeras as demandas desses trabalhadores, e ainda que estejam, em muitos casos, em países com sistemas fortalecidos de proteção social⁴, o acesso a políticas como as de saúde, assistência, previdência e habitação não é simples. Porém, o reconhecimento dessas demandas tem ocupado lugar de destaque nas agendas internacionais e fomentado um grande número de pesquisas entre os estudiosos.

Dentre as formas de proteção dos direitos dos imigrantes sobressaem acordos internacionais e bilaterais, além das legislações que procuram garantir direitos iguais a imigrantes e nacionais. No entanto, o efetivo acesso a esses

¹ UFRJ. Pós-doutora em Serviço Social (CAPES). Professora associada IV da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenadora do Grupo de Pesquisa “Seguridade social, Organismos Internacionais e Serviço Social” (SOISS) e bolsista produtividade do CNPq. E-mail: cleusa@ess.ufrj.br

² Por correntes migratórias entendemos quantidades de migrantes que se movem, ou estão autorizados a se mover a outro país para ter acesso a emprego, ou se estabelecer por um período de tempo determinado (OIM. 2006).

³ Vale notar que em 2013 o relatório da Confederação Internacional das Agências Privadas de Emprego (CIETT) registrava o número de 46 milhões de trabalhadores temporários no mundo. Chama a atenção que depois dos Estados Unidos da América, com 12,9 milhões de pessoas inscritas em regime temporário de trabalho, o Brasil era, neste período, o segundo país com o maior número de trabalhadores, 12,3 milhões seguindo-se o Japão com 2,6 milhões. A partir da década de 1990 a terceirização constitui-se no eixo central da precarização no Brasil. Em Portugal, apesar das medidas de flexibilização do pacote laboral em 1989 dar início à “precariedade”, este número se acentuou após à intervenção da troika FMI – BCE – Comissão Europeia.

⁴ Santos (2008).

direitos não se dá sem a intervenção e mobilização de organização de trabalhadores imigrantes, constituindo-se num desafio: a lógica atual do mercado internacional no processo de acumulação capitalista direciona as políticas públicas e sociais sob orientações das contrarreformas em curso, o que inclui a mercantilização dos direitos sociais, a privatização do patrimônio público e políticas assistencialistas de cariz ideológico conservador.

Breve histórico

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, inaugura-se um novo momento do processo de acumulação capitalista que se generaliza com o fim do socialismo real, no final dos anos 80. Junto aos movimentos de liberalização e mundialização do capital, a criação de organismos internacionais foi fundamental para o domínio das finanças, sobretudo o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), em 1945, e a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1959. Tais instituições foram essenciais para a expansão dos mercados privados e para intervirem nas crises financeiras⁵. Ao mesmo tempo, expandiam-se as discussões sobre a ampliação dos direitos humanos com conquistas importantes, firmadas por instrumentos jurídicos como declarações, convenções e tratados⁶.

Entretanto, do ponto de vista universal, é possível verificar a incompatibilidade entre a expansão do capital e dos direitos humanos e as questões relativas aos fluxos da força de trabalho, uma vez que o esgotamento do modo fordista de produção nos anos 1970 inaugura um novo período denominado por Harvey de “acumulação flexível”⁷. Esse processo requereu a liberalização dos mercados, impulsionada pelos organismos internacionais como os acordos da Organização Mundial do Comércio que eliminaram barreiras alfandegárias para o movimento do capital, mas não liberalizaram o fluxo de trabalhadores imigrantes.

Essa “acumulação flexível” veio acompanhada do avanço tecnológico aplicado à produção, aumento exponencial do fluxo de informações, aliado à valorização do sistema financeiro global. Essa nova fase de acumulação depende do sistema financeiro cujos lucros advêm não apenas da produção,

⁵ Santos (2007).

⁶ Por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948); Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos (1966); Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José), entre outros.

⁷ Harvey (2010).

mas também dos juros e da valorização e desvalorização de moedas que, pela facilidade de mobilidade, acaba sendo um mercado muito lucrativo, porém muito suscetível a crises. Constitutivas do desenvolvimento da sociedade capitalista, tais crises exigem dos representantes do capital medidas contra-ofensivas de coerção e controle da classe trabalhadora objetivando a desvalorização da sua força de trabalho. De fato, como observou Ruy Braga⁸ em *A Restauração do Capital*, trata-se de um processo que está em pleno curso: afinal, para a economia política da terceira via, a superação da crise supõe a restauração da norma como condição para a reprodução ampliada do capital.

O exame da migração e os princípios mercantis

O mercado expressa mudanças que, além de configurar a nova ordem mundial globalizada e redefinir as agendas públicas governamentais, aprofunda a ideologia da naturalização em cuja esteira aparecem a desistoricização e deseconomicização na definição das políticas⁹. Essa dominação e coação garantem os interesses da burguesia que concebe o Estado como gestor e garantidor de seus negócios, resultando no poder organizado de uma classe sobre outra, como mostraram Marx e Engels¹⁰. A liberalização das regulamentações comerciais evidencia a ideologia da naturalização presente nesta nova ordem do mercado mundial, posta pelo conjunto de contra-reformas econômicas sugeridas pelos organismos internacionais. O livre comércio e o livre mercado garantem a liberdade de circulação do capital de um ramo para outro, de um país para outro, sem nenhum embargo. Trata-se do *laissez faire*, *laissez passer*. Como se sabe, a adoção de critérios econômicos em detrimento dos critérios sociais é parte constitutiva do projeto neoliberal. Em resposta às alternativas socialistas e social-democratas, os neoliberais propõem substituir o planejamento pelo mercado e, conforme destacou Ianni,

em substituição ao coletivismo, o individualismo; em vez de socialismo ou social-democracia, o capitalismo; mas sempre preservando e aperfeiçoando o planejamento das corporações transnacionais e das organizações multilaterais, inclusive para fazer face às crises do capitalismo¹¹.

Tais mudanças evidenciaram o acirramento da “questão social” derivadas do processo de concentração da riqueza, por um lado, e de pauperização, por

⁸ Braga, Ruy (1996).

⁹ Diniz (2001), p.5.

¹⁰ Marx e Engels (1986).

¹¹ Ianni (1998), p. 112.

outro. A moderna flexibilização do capital, além de alterar a composição da força de trabalho, acabou por ressuscitar relações trabalhistas arcaicas. Ao flexibilizar o mercado de trabalho ela alterou a configuração da classe trabalhadora¹² precarizando-a¹³, cindindo as relações trabalhistas no âmbito da proteção social e transformando direitos historicamente conquistados em benefícios assistenciais.

Dessa forma, as correntes migratórias sofrem determinações, principalmente econômicas, que incidem sobre a questão social, sendo importante perceber que nelas operam tendências objetivas e condições subjetivas da totalidade social e nos permitem inferir que, para os indivíduos, migrar acaba sendo a último recurso para se encontrar uma vida melhor.

Sem dúvida, o atual processo econômico mundial provoca mobilidade humana, que é estimulada pelo desejo das pessoas de encontrar um lugar onde possam se integrar e serem incluídas no processo de desenvolvimento social e econômico. A busca de emprego em outro país se coloca para muitos como a última chance para a obtenção de uma vida com dignidade¹⁴.

As correntes migratórias são influenciadas pelo processo de mundialização do capital e da formação dos blocos econômicos que alteraram o quadro das relações internacionais entre os países¹⁵. A diminuição das barreiras ao desenvolvimento do capital e a circulação de trabalhadores exigiram a afirmação de instrumentos jurídicos importantes que garantissem a livre circulação no âmbito da União Europeia e as regulações sobre o trabalho migrante¹⁶. Trata-se de buscar regras internacionais para garantir os direitos do trabalho e definir medidas, conforme as explicitadas por Awad, que limitem a

¹² Chesnais (1998).

¹³ Segundo Ruy Braga (2013), “O precariado é o proletariado precarizado, ou seja, um grupo formado por trabalhadores que, pelo fato de não possuírem qualificações especiais, entram e saem muito rapidamente do mercado de trabalho. Além disso, devemos acrescentar os trabalhadores jovens à procura do primeiro emprego, indivíduos que estão na informalidade e desejam alcançar o emprego formal, e trabalhadores submetidos ao manejo predatório do trabalho. O precariado é composto por aquele setor da classe trabalhadora pressionado tanto pela intensificação da exploração econômica quanto pela ameaça da exclusão social”.

¹⁴ Fantazzini (2007).

¹⁵ Awad (2009).

¹⁶ O Tratado de Roma foi um marco no âmbito da União Europeia ao garantir a livre circulação de pessoas, assim como a de mercadorias, serviços e capital. Há ainda o Parecer do Comitê Econômico e Social Europeu sobre a “Convenção Internacional para os Trabalhadores Migrantes” (JO n.º C 302, de 7 de Dezembro/2004), assim como a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000) e o Acordo de Schengen (1985).

circulação de pessoas de maneira a não interferirem nos interesses de acumulação. Segundo a autora,

enquanto a livre circulação de mercadorias e a união aduaneira tinham como objetivo principal a supressão de obstáculos ao fluxo de bens e a eliminação de barreiras alfandegárias, a liberdade de circulação de pessoas, juntamente com a livre circulação de serviços e capitais, buscava viabilizar a produção econômica na Europa comunitária, através da livre movimentação da produção econômica, de trabalhadores assalariados e autônomos¹⁷.

Fantazzini¹⁸ ratifica os limites impostos à circulação de pessoas quando identifica os impactos negativos do pós-guerra sobre as migrações. Apesar das legislações internacionais, os países determinam autonomamente as condições de entrada e permanência, o que impede a concretização da universalidade dos direitos humanos na sociedade capitalista. Tais condições estão vinculadas aos interesses em disputa em cada Estado nacional.

A efetivação dos direitos humanos não está garantida apenas pela ratificação dos acordos: sua realização depende das lutas empreendidas pelos movimentos organizados da sociedade, dos trabalhadores e dos partidos políticos. É importante destacar que os Estados nacionais assumem compromissos junto aos organismos internacionais em matéria de direitos humanos na medida de seus próprios interesses.

A grande importância que os Estados, os membros de base da comunidade internacional, atribuíram à defesa da própria soberania e, por consequência, a respeito dos outros fez que eles tivessem agido pela promoção e pela tutela dos Direitos Humanos somente quando seus direitos estavam em jogo, para dar proteção diplomática aos próprios súditos no exterior ou para solidarizar-se com indivíduos ligados à população nacional por particulares vínculos de ordem étnica, linguística ou religiosa¹⁹.

Além disso, o autor identifica que acima dos interesses humanitários estão os de ordem econômica, que influenciam a execução dos primeiros:

Ora, o interesse que leva um Estado a respeitar uma convenção em matéria de Direitos Humanos, entre ele e outro Estado, é sempre um interesse muito delicado, evoluído, mas de uma intensidade tida normalmente como superada pela do interesse na manutenção de uma atmosfera amigável, na qual seja possível o desenvolvimento da execução de outros acordos e a

¹⁷ Awad (2009).

¹⁸ Fantazzini (2007).

¹⁹ Mengozzi (2010), p. 355.

intensificação de relações de carácter económico e comercial, sem prejuízo das relações de boa vizinhança²⁰.

Porém, o campo do direito não é unilateral, mas sim um campo de forças em disputa, no qual o trabalho conseguiu importantes conquistas, tais como os direitos dos trabalhadores migrantes incluídos na Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT, n.º 97), assim como a Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (adotada pela ONU em 1990).

Estas legislações representam importantes conquistas, pois apontam, entre outros temas, para o tratamento igualitário entre trabalhadores nacionais e estrangeiros, inclusive nos direitos sociais (habitação, saúde, assistência, benefícios previdenciários e trabalhistas) e também políticos (direito à sindicalização, ao voto, à organização política). No caso da segunda convenção, a importância é ainda maior, pois se considera os direitos dos migrantes com ou sem documentação. No entanto, inúmeros países ainda não ratificaram estas recomendações, principalmente as pertinentes à convenção das Nações Unidas, como é o caso do Brasil onde os direitos do cidadão imigrante que reside no país têm carácter restritivo. O mesmo acontece com o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815), elaborado no período autoritário da ditadura militar (1974-1985), que entrou em vigência em 1980 e permanece até aos dias atuais. Assim, o estrangeiro poderia ser considerado um elemento nocivo, uma ameaça à soberania nacional.

Ainda que as análises sobre o Estatuto em vigência provoquem polémicas, constata-se uma preocupação com o conteúdo conservador que lhe foi conferido, uma vez que o Brasil não dispõe de um serviço de imigração.

Para requererem a regularização de sua situação, os migrantes devem dirigir-se à Polícia Federal, cujos serviços são em grande parte terceirizados, desprovidos de formação e mal remunerados. É importante acrescentar que a polícia tende a uma interpretação restritiva das normas que beneficiam os migrantes. Ao buscar a regularização, o migrante, não raro, encontra um calvário, com a exigência de documentos que sabidamente ele não tem condições de apresentar. Num círculo vicioso, a constância da irregularidade gera mais precariedade²¹.

²⁰ *Idem*, p. 356.

²¹ Ventura e Illes (2012), p. 4.

Os autores apontam para o fato de que a imigração e a legalidade apresentam-se na atualidade como um desafio político e ideológico que inclui não só aspectos jurídicos, mas, de modo significativo, os sociais.

Ilegalidade e mercado: uma falsa questão

Um dos aspectos da atual crise do sistema capitalista tem sido o cerceamento da possibilidade de livre circulação dos trabalhadores. O Tratado de Schengen²² tem sido questionado: o acordo que obrigava os países signatários a eliminarem a exigência de visto em suas fronteiras foi flexibilizado: a decisão ficará a cargo de cada país membro. Tais medidas, operacionalizadas pelos países signatários, reforçam a nossa compreensão de que o exercício da livre circulação funciona de modo bastante diferenciado para trabalhadores e para o capital, pois enquanto a solução para o último é menos intervenção e mais liberdade de mercado, para os primeiros a saída é justamente o contrário. O que é imposto como solução para a classe trabalhadora, defendida pelos partidos conservadores e grande mídia, é a restrição na entrada mesmo legalizada e a redução da liberdade de circulação para estrangeiros²³. Gilberto Maringoni observa que,

envoltas em grave crise econômica, o ódio ao imigrante tem servido como elemento catártico para a satisfação de populações premidas pelo desemprego e pela falta de perspectiva. Partidos conservadores, auxiliados pela mídia, não se cansam de apontar o estrangeiro como concorrente na disputa pelos cada vez mais escassos postos de trabalho²⁴.

Em relação ao Tratado de Schengen, França e Alemanha impuseram grande pressão que culminou na aprovação do acordo (em junho de 2012) para reformar o que tinha sido referendado pelos vinte e seis ministros dos países signatários. Adiciona-se a isto a decisão do Conselho Europeu²⁵ de “excluir o

²² Em 2012, o espaço Schengen estava formado por 26 países: “22 da União Européia, além da Islândia, Noruega, Suíça e Liechtenstein. Cinco países do bloco europeu não fazem parte do acordo: Reino Unido, Irlanda, Chipre, Romênia e Bulgária.” Disponível em: <http://www.portugues.rfi.fr/europa>

²³ Santos (2012).

²⁴ Maringoni (2012).

²⁵ O Conselho Europeu define as orientações e prioridades políticas gerais da União Europeia. Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 1 de Dezembro de 2009, o Conselho Europeu passou a ser uma instituição oficial. Disponível em: <http://www.european-council.europa.eu/home-page.aspx?lang=pt>.

legislativo do bloco de qualquer negociação sobre Schengen”²⁶, com consequências que resultaram na paralisação da discussão de projetos de lei para pressionar e modificar a decisão do Conselho Europeu. Esta nova configuração do acordo permitiria aos Estados-membros do Tratado de Schengen controlar os passaportes “em suas fronteiras internas por até seis meses, período que pode ser prolongado por outros seis, se uma das fronteiras externas do espaço estiver sob pressão de um fluxo migratório excepcional”²⁷. É evidente que a imposição de barreiras à entrada dos trabalhadores imigrantes legais atravessou o Atlântico e chegou até aos países em desenvolvimento, outrora grandes críticos das políticas dos países desenvolvidos. E nesta direção caminharam as ações do governo brasileiro que, através do Conselho Nacional de Imigração, fechou, em janeiro de 2012, suas fronteiras aos imigrantes haitianos. Impôs, através da embaixada brasileira em Porto Príncipe, o limite de 100 vistos mensais a serem concedidos àqueles que quisessem trabalhar legalmente no Brasil. Situação esta que coloca os que não conseguem emigrar legalmente em uma situação de extrema dificuldade e à mercê de acasos de toda sorte²⁸.

O debate sobre a imigração carrega uma falsa compreensão nos países desenvolvidos, que cria uma série de condicionalidades para impedir, formalmente, a entrada legal de mão de obra estrangeira e a sua consequente busca pela extensão dos direitos, ainda que reduzidos. O primeiro argumento atribui ao custo da mão de obra ilegal, assim como à redução do custo dos direitos que este tipo de trabalhador traria para o Estado do país receptor, o verdadeiro motivo do aumento da ilegalidade. Nestes termos, alguns estudiosos acreditam que a entrada de imigrantes em condições precárias, portanto, flexibilizadas, permite a manutenção da busca pelo crescimento para alavancar o desenvolvimento ou, pelo menos, a manutenção das altas taxas do exército industrial de reserva. Assim, se por um lado criaram-se condicionalidades que impedem a formação de uma classe trabalhadora local mais forte e organizada para lutar por melhores condições de trabalho e de

²⁶Disponível em: <http://www.portugues.rfi.fr/europa/20120615-parlamento-europeu-suspende-negociacoes-em-protesto-reforma-do-acordo-schengen>

²⁷ Disponível em: <http://oglobo.globo.com>.

²⁸ “Sob a promessa de salários atraentes, a atuação dos chamados coiotes ‘pessoas que prestam serviço de atravessar fronteiras ilegalmente’ tem sido responsável pela imigração dos haitianos ao Brasil, intensificada desde dezembro de 2011. Com três roteiros básicos, os coiotes aperfeiçoam os itinerários de viagem de acordo com a vigilância estabelecida pelos países envolvidos’.” Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5850967-EI306,00-Coiotes+vendem+aos+haitianos+ilusao+de+grandes+salarios+no+Brasil.html>

salário, por outro, essas mesmas condicionalidades indicaram possibilidades seja do aumento ou manutenção das altas taxas de lucratividade e atratividade do capital, ainda que com elementos do que Vilatorre e Gomes classificaram como pertencentes ao *dumping* social²⁹. O segundo dá ênfase aos impactos que uma legislação anti-imigração eficiente e eficaz causaria nas economias desenvolvidas, a partir da não entrada de novos trabalhadores. Ou ainda, à efetiva expulsão de todos aqueles que não possuem regularização.

As dificuldades de integração social dos imigrantes nas sociedades de destino não são apenas econômicas, estando presentes no universo cultural, político e ideológico dos países europeus receptores como a França, Alemanha, Áustria e Holanda, nos quais, os principais partidos veem os imigrantes como hóspedes “que devem se acomodar aos valores culturais que definem a sociedade anfitriã – ‘este é o nosso país, ame-o ou deixe-o’”³⁰.

Há, portanto, uma tendência de “demonização do estrangeiro pobre”³¹ para justificar a reversão dos direitos humanos e sociais e criminalizar os trabalhadores imigrantes, tais como as políticas de criminalização da imigração ilegal aprovada na Itália e políticas de incentivo ao retorno aos países de origem implementadas na Espanha e no Japão. São medidas que contribuem para fortalecer o preconceito, a xenofobia e o racismo, acentuando, como analisou Netto, a barbárie que “se expressa exatamente no trato que, nas políticas sociais, vem sendo conferido à questão social”³². Exemplo disso é o fato de não existir um serviço para a migração: a espera por regularização transforma “os locais de espera em ‘campos de retenção’ onde se amontoam desvalidos, apresentados como potenciais criminosos ou interesseiros abusadores das benesses do mundo rico”³³. Esta constatação que aponta para uma tendência de criminalização das expressões da questão social e dos setores que reivindicam direitos sociais tem levado alguns estudiosos a identificar que ela vem ampliando, fundamentalmente, a substituição do controle social, um mecanismo estratégico para a ruptura com a ordem social do capital, pela via do sistema penal.

²⁹ “Já o *dumping* social se verifica com o desrespeito a algumas regras trabalhistas para diminuir custos de mão-de-obra, aumentar as exportações e atrair investimentos estrangeiros.” Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/32205-38315-1-PB.pdf>. Acesso em: 22/10/2011.

³⁰ Zizek (2011).

³¹ Ventura e Illes (2012).

³² Netto (2010), p. 3.

³³ Ventura e Illes (2012), p. 4.

A Política Nacional de Imigração e Proteção ao (a) Trabalhador (a) Migrante, atualmente em vigor no Brasil, aprovada pelo Conselho Nacional de Imigração em agosto de 2010, foi a primeira iniciativa do país no sentido de criar uma política migratória mais ampla e coerente com todos os acordos que o país assinou³⁴, objetivando que os movimentos migratórios possam ocorrer de forma regular e documentada.

Há avanços nessa política, uma vez que a migração e o desenvolvimento no local de origem são concebidos como direitos inalienáveis de todas as pessoas³⁵. Assim como ela postula que “todo migrante e sua família, independentemente de sua condição migratória, tem direito ao acesso à educação, em especial a criança e o adolescente, à atenção de saúde e, aos benefícios decorrentes da relação de trabalho”³⁶. Outro aspecto importante desta política a ser considerado está no entendimento de que a migração não documentada, ou irregular, é “uma infração administrativa e não está sujeita a sanção penal”³⁷, como o é em muitos países do mundo. Além disso, ela apresenta como diretrizes específicas, por exemplo, a rápida expedição de documentos dos migrantes para garantir o regular exercício de direitos e deveres, assim como a “regularização da atuação das agências privadas de recrutamento e envio de trabalhadores brasileiros ao exterior, de forma a prevenir a ocorrência de trabalho irregular ou degradante”³⁸. Outras diretrizes importantes voltadas aos trabalhadores são considerar para os migrantes a “promoção de condições de trabalho decente com objetivo de coibir a exploração do trabalhador”³⁹ assim como “criar políticas públicas de trabalho, emprego e renda visando a integração dos imigrantes e suas famílias e dos brasileiros que regressam do exterior, conforme suas necessidades específicas”⁴⁰.

Entretanto, essa política imigratória considera, como a portuguesa, a parceria com a sociedade civil como um dos agentes responsáveis por promovê-

³⁴ Além dos acordos internacionais dos quais o Brasil faz parte, a principal legislação a respeito da imigração é a Lei 6.815/80, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração. Porém, já está em discussão um projeto de lei desde 2009, que tem sido chamado de a “Nova lei dos migrantes”, que está mais articulada com os ganhos constitucionais e acordos internacionais.

³⁵ Política Nacional de Imigração e Proteção ao (a) Trabalhador (a) Migrante, 2010

³⁶ *Idem.*

³⁷ *Idem.*

³⁸ *Idem.*

³⁹ *Idem.*

⁴⁰ *Idem.*

las. Cabe a ela inclusive possibilitar aos “imigrantes no Brasil e aos emigrantes retornados o acesso às políticas públicas voltadas à assistência, à educação, à saúde e à integração sócio-econômica e cultural”⁴¹. O papel do Estado está circunscrito ao âmbito da regularização e concessão de vistos.

Apesar de ambas as políticas serem avançadas ao trabalharem temáticas como o acesso ao esporte, à educação, à cultura, à saúde, à habitação, ao trabalho, à justiça, o combate ao racismo e intolerância religiosa, elas tratam todos esses temas no sentido de integração dos excluídos socialmente. Na prática, os imigrantes são vistos como minorias que precisam ser acolhidas e não como trabalhadores que se encontram em condições desiguais e sujeitos a altos níveis de exploração. Além disso, as ações se dão através da solidariedade no âmbito da sociedade civil e não é reforçado o sentido da universalização das políticas sociais e do acesso aos direitos do trabalho. Outro ponto a ressaltar é que muitas das ações visam a saídas mais individualizadas e que acabam por não contribuir para a participação dos trabalhadores em órgãos de representação, como os sindicatos. Vemos isso, sobretudo, nas medidas voltadas para a inserção no mercado de trabalho como, por exemplo, as políticas de empreendedorismo e acesso ao microcrédito. Percebemos que, tal como afirma Netto, “o trato das manifestações da ‘questão social’ é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da ‘questão social’ sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar”⁴².

Está claro que as demandas sociais⁴³ advindas do processo migratório não estão sendo atendidas pelos Estados nacionais, comprovando nossa hipótese central de que, sob o neoliberalismo, há uma ausência de controle social e democrático e comunitário na relação entre as novas formas de internacionalização dos mercados e a mobilidade da força de trabalho. Isto significa uma tendência forte do Estado para adotar medidas sociopolíticas

⁴¹ *Idem*.

⁴² Netto (2010).

⁴³ Por razões de espaço não trataremos aqui, dos resultados dos brasileiros em Portugal levantados na pesquisa “Os Direitos Fundamentais do Trabalho e os Tratados Internacionais: um estudo das demandas sociais dos trabalhadores brasileiros em Portugal” que foi desenvolvida durante o nosso estágio pós-doutoral (janeiro a agosto de 2011, financiado pela CAPES). Em outros trabalhos tivemos a oportunidade de realizar essa reflexão no âmbito da saúde, previdência e assistência que foram publicados em artigos e em anais de conferências e congressos. Ver em especial, Santos, Cople e Coutinho (2012); Santos e Coutinho (2013) e Santos (2013).

conservadoras de caráter regressivo, legitimando atitudes preconceituosas, etnocêntricas, racistas e xenofóbicas. Decorre daí a importância de estudos sobre o quadro jurídico, político e econômico internacionais em que se reconhece a importância das mudanças caracterizadas nas contrarreformas implementadas tanto no Brasil quanto nas medidas de ajuste e austeridade promovidas pela Alemanha e impostas aos países da UE. Esse quadro tem fortalecido a hegemonia do projeto histórico da direita, trazendo mudanças conservadoras, estimulando a ascensão de propostas e movimentos de caráter fascista revestidos de valores nacionalistas que acarretam o ideário de superioridade de uma nação perante outra⁴⁴.

Assim, diante destas medidas nefastas do projeto neoliberal, as situações desiguais nas quais se encontram os imigrantes e as dificuldades de acesso a serviços e benefícios sociais se aprofundam. Portanto, se levarmos em conta que as próprias políticas sociais dos países estão sendo afetadas pela crise econômica que tem rebatido por todo o mundo, em especial Portugal, Irlanda e Grécia, veremos que as barreiras de acesso ao sistema incidem ainda mais sobre trabalhadores estrangeiros, legalizados ou não, repondo novas formas de exploração que permitem maior grau de apropriação do excedente econômico pelo grande capital. Diante desta realidade, os dados empíricos sugerem que este contexto contrarreformista apresenta grandes desafios para a humanidade que abrem um conjunto de possibilidades para a negação desta ordem social em que a via para o socialismo poderá se constituir em objeto de reflexão e luta.

Bibliografia

Awad, Juliana. M, 2009. *A livre circulação de trabalhadores na União Europeia*. Disponível em: <http://www.cedin.com.br>. Acesso em 05/06/2012.

Braga, Ruy (1997). *A Restauração do Capital. Um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã.

Braga, Ruy. Entrevista: A economia e seus impactos na população, 01 de maio de 2013. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1407>. Acesso em 16/02/2015.

Chesnais, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

Iamamoto, Marilda.V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez, 1998.

⁴⁴ Santos (2013).

Diniz, Eli. *Empresariado e Estratégias de Desenvolvimento*, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18064.pdf>. Acesso em: abril de 2012.

Fantazzini, Orlando (2007), O. Políticas Públicas para as migrações internacionais. In: Milesi, R.; Lacerda, R. *Migrações – Comissão de Direitos Humanos da COPA*. 2ª. Edição Revisada e Atualizada. Dezembro de 2007

Harvey, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 19.ª ed. São Paulo: Loyola, p. 15-206, 2010.

Maringoni, Gilberto. *Governo barra haitianos e cria precedente perigoso*. Disponível em: www.dhnet.org.br/dados/livros/dht/livro_migracoes_fantazzini.pdf

Marx, K. e Engels, F. *Manifesto do partido comunista*. S. Paulo, Novos Rumos, 1986.

Mengozzi, Paolo. Definição de Direitos Humanos. in: Bobbio, N.; Matteucci, N; Pasquino, G. (Org.). *Dicionário de Política*. Vol. 1. Brasília: Editora UNB, 13 ed, 5ª reimpressão, 2010.

Netto, José. Paulo. *Uma face contemporânea da barbárie – III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”*, Serpa, 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010.

Santos, Cleusa. Organismos Internacionais e Acumulação do Capital: conexões entre a Seguridade Social e o comércio internacional de serviços. In: *Semana de Integração Acadêmica do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Desafios às Ciências Humanas e Sociais*, 2007, Rio de Janeiro. VII Jornada de Pesquisadores em Ciências Humanas do CFCH. Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, 2007.

Santos, Cleusa. A Proteção Social no Contexto dos Organismos Internacionais. In: Pré-conferência brasileira, preparatória à 33ª conferência global de bem-estar social do ICSW, 2008, Rio de Janeiro. ANAIS Pré-Conferência Brasileira Preparatória à 33ª Conferência Global do ICSW. Rio de Janeiro, 2008. <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/dff42ceca2281ac1fbb6%20Cleusa%20Santos.pdf>

Santos, Cleusa; Cople, Ana Cássia; Coutinho, Luciano. R. S. Migração da Força de Trabalho: Internacionalização do capital para quem? As políticas neoliberais e os desafios conjunturais. *Libertas (UFJF. Online)*, v. 12, p. 1, 2012. ISSN: 1980-8578 - <http://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2065/1501>

Santos, Cleusa. Crise do Capitalismo e Pilhagem do Trabalho. In: Ana Elisabete Mota. (Org.). *Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: crescimento*

econômico e reprodução da desigualdade. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012, v. 1, p. 125-150.

Santos, Cleusa. Migração e Lógica Mercantil: tendências contemporâneas. In: Cleusa Santos; Marildo Menegat; Ricardo Rezende Figueira. (Org.). *Estados da plebe no capitalismo contemporâneo*. 1ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2013, v. 1, p. 73-100.

Santos, Cleusa. Cople, Ana Cássia. Freitas Clara. Serviço Social, Produção do Conhecimento e Perspectiva de Classe: Desafios para a consolidação da nova cultura profissional. In: XX Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, 2012, Córdoba. ALAEITS, 2012. http://200.16.30.67/~valeria/xxseminario/datos/3/3brSantos-Ferreira_stamp.pdf

Santos, Cleusa; Coutinho, L.R.S. Lutas e demandas sociais dos movimentos migratórios da União Europeia. In: II Conférence internationale Grèves et conflits sociaux, 2013, Dijon. Préactes – Documents de travail a usage interne au colloque. Dijon: MSH-DIJON - -USR CNRS-UB 3516, 2013. v. v.1. p. 61-64.

Ventura, Denise. Illes Paulo. *Qual a política migratória do Brasil?* Disponível em <http://observatoriodamigracao.wordpress.com/2012/04/02/qual-a-politica-migratoria-do-brasil/>. Acessado em maio de 2012.

Zizek, Slavoj. *Política anti-imigração: Barbarismo com aparência humana*. 2011. Disponível em: <http://boitempoeditorial.wordpress.com/2011/08/01/politica-anti-imigracao-barbarismo-com-aparencia-humana/>. Acesso em 22 de outubro de 2011.

Os anarquistas no exílio (1930-1936)

Cristina Clímaco¹

A participação de anarquistas, anarco-sindicalistas e libertários na luta contra a ditadura militar e o Estado Novo leva à prisão, à deportação ou ao exílio uma parte destes militantes. O número de exilados anarquistas é reduzido até 1932 e mesmo após esta data não se registarão fluxos importantes, não se podendo falar de um exílio em massa. Uma diferença significativa relativamente ao exílio republicano, o mais numeroso no período em análise, e que virá a dar alguma expressão numérica ao anarquista, é a existência nos países de emigração de núcleos anarquistas animados por antigos militantes. Núcleos que servirão de suporte ao exílio e alimentarão as iniciativas militantes, como foi o caso do emblemático Núcleo Cultural Português de Madrid, que nos inícios de 1937 contaria cerca de 180 membros². Ainda que não existam números concretos, podemos afirmar que o exílio anarquista não ultrapassará algumas dezenas de indivíduos.

Ainda que numericamente reduzido, o exílio anarquista não deixa contudo de constituir um caso de estudo, nomeadamente pela qualidade dos elementos que se exilam – Marques da Costa, José Agostinho das Neves, José Rodrigues Reboredo –, militantes implicados na animação do movimento operário e nas estruturas directivas das organizações anarquistas e anarco-sindicalistas. Actividade militante que tentarão prolongar nos países de acolhimento, Espanha em particular, e cujos eixos de acção serão de índole organizativa e de solidariedade para com o movimento anarquista em Portugal, que sofrerá uma intensa repressão a partir de 1932.

A primeira iniciativa promovida no exílio é a fundação da Federação dos Anarquistas Portugueses Exilados (FAPE) como meio de ligação dos núcleos anarquistas portugueses na emigração (Argentina, Brasil, Estados Unidos, Espanha) e na deportação (colónias africanas e Timor), que se manterá em actividade até final dos anos 30, ainda que atravessando fases de

¹ Universidade de Paris 8/LER.

² RGASPI, 495/179/13, correspondência de Francisco Ferreira para Armando de Magalhães, de 9 de Março de 1937.

desorganização. A intensificação da repressão do movimento operário em Portugal e o evoluir dos acontecimentos em Espanha conduzirão a FAPE a assumir outras tarefas. Num contexto em que as organizações anarquistas do interior têm dificuldade em preservar as suas estruturas e em comunicar com as congéneres estrangeiras, a FAPE tentará servir-lhes de interlocutora no exterior e angariar em Espanha um auxílio logístico e financeiro em seu favor. Tarefa cujas dificuldades residirão, para lá das condicionantes ligadas à organização dos exilados, no evoluir da situação interna da Espanha e nos problemas e clivagens que o movimento anarquista espanhol sofrerá durante este período e cujas consequências não poderiam deixar de transvasar para a actividade da FAPE. Vejamos então como se organiza estruturalmente a FAPE e como é que esta organização se insere no movimento anarquista espanhol através da análise das suas relações com a Federação Anarquista Ibérica (FAI) entre 1930 e 1936.

1. A FAPE: fundação e objectivos

A FAPE é fundada em 1930, em Paris, por Marques da Costa. A base da organização é constituída por núcleos (grupos) formados nos diferentes países de emigração portuguesa e tem por órgão directivo um secretariado-geral, presidido por Marques da Costa. Desconhece-se para este período a localização geográfica e o número de comités existentes, à excepção de Espanha, onde existiam dois, um em Madrid e outro em Barcelona.

O período “francês” da FAPE caracterizava-se por uma “monotonia”, no dizer de Marques da Costa. Marasmo que é sacudido pelo caso de Giuseppe Volonté, Giovanni Bidoli e Cesare Cuffini, anarquistas italianos que o governo espanhol pretende expulsar para Portugal em 1931 e que correm o risco de ser entregues a Mussolini pela ditadura portuguesa³. No sentido de impedir a expulsão para Portugal, a FAPE protesta junto dos governos espanhol e português e lança um apelo à Liga Internacional dos Direitos do Homem, assim como à sua secção portuguesa, para que intervenha em favor da atribuição do estatuto de refugiado político aos três anarquistas italianos. Com o mesmo objectivo, publica um artigo no jornal francês *Le Libertaire*, sendo o protesto repercutido por diversos organismos sindicais e anarquistas franceses, em

³ Presos em Barcelona por participação nas manifestações em favor da instauração da República. São expulsos para Portugal a 16 de Outubro de 1931, que os entrega a Mussolini. Bidoli será preso à chegada a Itália sendo liberto apenas em 1938, mas para ser logo de novo preso. Participa na resistência após a sua libertação em 1943, mas será preso pelos Alemães no ano seguinte e deportado para um campo de concentração na Alemanha onde morre. A Cuffini é-lhe fixada residência, sendo posteriormente preso, em 1934, por “ofensa ao Duce” e condenado a 5 anos de prisão. <http://militants-anarchistes.info>.

particular pela CGT-SR e pelo Comité Internacional de Defesa Social. Após a expulsão dos três anarquistas para Portugal, a FAPE solicita às organizações portuguesas que divulguem o caso no interior e organizem manifestações contra a extradição para Itália⁴.

No Verão de 1931, na sequência da agitação que se fizera sentir em Portugal nos meses de Abril e Maio e da nova situação política em Espanha, a FAPE publica uma circular destinada ao movimento anarquista do interior. Impressa em França, a circular é depois enviada para Espanha, de onde deveria ser posteriormente introduzida clandestinamente em Portugal. Por razões de economia com as despesas de transporte, a circular é enviada para Espanha por via postal, mas acaba por ser apreendida pelos correios franceses que detectam o conteúdo dos pacotes, classificado como propaganda subversiva, e por conseguinte contrário à lei francesa que obriga os estrangeiros à abstinência política.

A expulsão de França de Marques da Costa, em 1932, por militância no movimento sindical, e a sua consequente instalação em Espanha, onde já se encontrava Roberto das Neves, leva à reorganização da FAPE e à constituição de novos comités, nomeadamente em Valência, Sevilha e Galiza⁵. Nesta data existiam também comités em Bruxelas, no Rio de Janeiro, em Buenos Aires e nos Estados Unidos. A chegada de José Lopes Soares a Moçambique⁶ impulsionará a constituição de um comité em Lourenço Marques. Uma estimativa do número de comités que compunham a FAPE, assim como de aderentes, é um exercício de impossível concretização por falta de fontes fiáveis e, no caso espanhol, pela mobilidade provocada pela crise de emprego que leva a uma constante recomposição dos grupos, para além de que a adesão pode também ser feita a título individual.

Com a transferência da sede da FAPE para Madrid, o secretariado é reorganizado passando a ser composto por Marques da Costa e Roberto das Neves. Composição que será de curta duração, mergulhando a FAPE num novo período de desorganização após o regresso a Portugal de Roberto das Neves, na sequência da amnistia de Dezembro de 1932 e da participação dos anarquistas

⁴ *Rebelião*, n.º 2, 15 de Abril de 1932.

⁵ O núcleo da Galiza é animado em 1932-1933 por José Rodrigues Reboredo, exilado em Vigo.

⁶ José Lopes Soares tinha sido deportado para Timor por atentado à bomba. Por razões de saúde é transferido em Abril de 1933 para Lourenço Marques, regressando pouco depois a Portugal. Participa na reorganização da FARP depois do 18 de Janeiro de 1934.

portugueses nas tentativas insurreccionais de Janeiro e Dezembro de 1933⁷, fomentadas pelo movimento espanhol. A chegada a Espanha dos anarquistas implicados na greve geral revolucionária do 18 de Janeiro obriga a FAPE a reorganizar-se para prestar auxílio aos refugiados e ajudar o movimento do interior a fazer face à repressão policial desencadeada pelo fracasso do movimento. Nesse sentido, Marques da Costa fomenta uma reunião na qual participam os novos chegados a Espanha: Alberto Dias, Eurico Pinto Mateus, Custódio Bresce de Lima, Tarcísio de Sousa, para além de José Rodrigues Reboredo, que entretanto se deslocara da Galiza para Madrid. Da reunião resulta a constituição de um novo secretariado, composto por Marques da Costa, Eurico Pinto Mateus e Custódio Bresce de Lima. Contudo, a duração deste secretariado será breve, dado que os três serão pouco depois expulsos de Espanha⁸. À vaga repressiva que se abate sobre Madrid nos finais de 1934 apenas sobrevive José Rodrigues Reboredo. Os contactos com os grupos, assim como com a Federação Anarquista da Região Portuguesa (FARP) e com a Federação Anarquista Ibérica (FAI), encontram-se interrompidos entre Dezembro de 1934 e Março de 1935⁹, data em que José Rodrigues Reboredo toma em mãos a reanimação da FAPE, secundado nessa tarefa por Correia Pires e Pedro Boaventura¹⁰. Mas a repressão, que continua a fazer-se sentir nos meios operários espanhóis, condiciona fortemente o seu funcionamento¹¹, levando à transferência do secretariado para uma cidade onde o controle policial fosse menos intenso. As condições encontram-se reunidas em Sevilha, por nesta cidade residir um certo número de exilados, condição de base à reconstituição do secretariado¹², que em Agosto de 1935 passa a ser composto por Germinal de Sousa e dois membros do grupo “Humanidade Livre”¹³. No final de Outubro, a questão da orientação a imprimir à FAPE abre uma cisão no secretariado, opondo Germinal de Sousa aos dois outros elementos. Acusado de

⁷ Nomeadamente Germinal de Sousa e Francisco Direitinho, que são expulsos por envolvimento na insurreição de Dezembro de 1933. Os dois anarquistas refugiam-se em França durante algum tempo, regressando posteriormente a Espanha.

⁸ Correia Pires, *Memórias de um prisioneiro do Tarrafal*, Lisboa, ed. Dêagá, 1975, p. 107.

⁹ Instituto de História Social (Amesterdão), fundo FAI-CP, maço 6, B3, circular da FAPE para os grupos, de 14 de Março de 1935.

¹⁰ Um imigrante económico da construção civil.

¹¹ A máquina de escrever e o copiador utilizados para a publicação do jornal *Rebelião* são apreendidos, assim como a correspondência da caixa postal utilizada pelo secretariado. IHS, FAI-CP, maço 6, B3, circular da FAPE para os grupos, de Agosto de 1935.

¹² Nomeadamente Adriano Pimenta, João Serra, Sebastião Pimenta e João Paulo Lola.

¹³ Instituto de História Social (Amesterdão), fundo FAI-CP, maço 6, B3, circular da FAPE aos grupos, de Agosto de 1935

autoritarismo e intolerância, Germinal de Sousa acaba por pedir a demissão¹⁴, o que precipita a FAPE numa nova crise organizacional da qual só sairá com a reorganização impulsionada por Reboredo em Junho de 1936 e a consequente repatriação do secretariado para Madrid¹⁵.

Se, inicialmente, a FAPE aspirava tornar-se no meio de contacto entre os anarquistas portugueses no exterior, a evolução da situação de Portugal levará a organização exilada a adaptar os objectivos às necessidades do movimento anarquista português. Em 1932, a FAPE procura angariar nos países de emigração económica um auxílio financeiro para a luta dos anarquistas em Portugal¹⁶, assim como dá-lhe a conhecer no exterior através do fornecimento de informação aos órgãos de imprensa anarquista, espanhóis e estrangeiros. Com a reorganização de meados de 1935, a FAPE redefine a sua acção e dota-se de novas tarefas que passam agora pela promoção de uma campanha própria contra a ditadura portuguesa através da denúncia dos seus crimes, com o objectivo de despertar nas organizações estrangeiras um interesse por Portugal. Uma outra tarefa é o envio de propaganda anarquista para o interior para fazer face à falta de tipografias, mas também para combater a dinâmica da propaganda comunista. Uma terceira linha de acção é a colecta de fundos para auxílio de presos e deportados e respectivas famílias e para o financiamento da imprensa clandestina anarquista¹⁷.

O que faz diferir a FAPE saída da reorganização de 1935 da dos anos anteriores não é tanto os objectivos, que de modo geral permanecem os mesmos, mas o papel que a organização é chamada a desempenhar junto do movimento anarquista português, gravemente atingido pela repressão após o 18 de Janeiro, e que vê na FAPE um meio de contrariar o isolamento em que se encontra no interior de Portugal e de superar lacunas logísticas, de que é exemplificativo o pedido feito pela FARP de confecção de carimbos em Espanha¹⁸. Nestas circunstâncias, a FAPE é levada a transformar-se no canal de comunicação da FARP, e posteriormente da CGT, com o exterior. Se até 1934 as organizações anarquistas do interior utilizam canais paralelos para comunicar com as organizações espanholas e internacionais, em que a FAPE é apenas uma

¹⁴ Arquivo Histórico-Social, cx. 91, Ms. 1671, circular da FAPE aos grupos, de 13 de Novembro de 1935.

¹⁵ *Idem*, cx. 91, Ms. 1671, circular da FAPE para a FARP, de 26 de Junho de 1936.

¹⁶ *Rebelião*, n.º 2, de 15 de Abril de 1932.

¹⁷ *Rebelião*, II série, n.º 2, Agosto de 1935.

¹⁸ Arquivo Histórico-Social, cx. 91, Ms. 1681, circular da FARP para a FAPE, de 9 de Outubro de 1935.

das vias, a partir da repressão de 1934 fica na dependência da organização exilada para manter a ligação com o exterior, de onde espera receber apoio para sobreviver à repressão e fazer face à avançada comunista no movimento operário.

A FAPE é financiada por donativos de militantes e simpatizantes, pela venda de *Rebelião* e por subvenções das organizações espanholas, mas a insuficiência dos meios financeiros é uma constante. O balancete do comité de Madrid, datado de 1932, revela que os fundos recolhidos são empregues, na sua quase totalidade, na publicação e expedição de *Rebelião* e no envio da correspondência¹⁹. A publicação do jornal *Rebelião* constituirá a principal actividade da FAPE, jornal que será contudo editado de modo irregular devido aos problemas de tesouraria, assim como de funcionamento do secretariado. O documento contabilístico de 1932 mostra que nesta altura o movimento anarquista do interior está ainda em condições de apoiar financeiramente a FAPE através das organizações (Aliança Libertária Alentejana, Federação Anarquista da Região Norte, Aliança Libertária portuguesa) e de contribuições simbólicas a título individual. Porém, a principal ajuda financeira vem dos sindicatos anarquistas espanhóis (Madeira, Vestuário, Construção, Metalurgia), das Juventudes Libertárias e da FAI através do Comité Regional do Centro. Surpreendentemente, na lista de donativos recebidos de exilados em Espanha encontramos o nome de Joaquim Pratas, um republicano ligado ao grupo dos Budas, o que chama a atenção para as relações que os exilados anarquistas mantêm com a esquerda republicana exilada e para a consequente participação dos refugiados anarquistas nos preparativos revolucionários dos republicanos.

Durante o período em apreço, a actividade desenvolvida pela FAPE assenta na publicação de *Rebelião* e na introdução em Portugal de propaganda e imprensa anarquista espanhola para preencher o vazio criado pelas dificuldades de tipografia, em particular após 1934. É com esta preocupação que João Florista participa no pleno de grupos da província de Huelva, a 17 de Novembro de 1935²⁰, e que será montada uma rede de fronteira, com a colaboração de portugueses e espanhóis, para a passagem da imprensa anarquista espanhola (essencialmente *Solidaried Obrera* e *Tiempos Nuevos*) e de *Rebelião*²¹. A região entre a mina de S. Domingos e Barrancos é organizada para

¹⁹ De 1 de Março a 31 de Julho de 1932 as receitas ascenderam a 977, 08 pesetas, tendo-se elevado as despesas a 891,94 pesetas. Arquivo Histórico-Social, cx. 91, Ms. 242, Agosto de 1932 [?].

²⁰ *Idem*, cx. 92, Ms. s/n, carta da FAPE para a CGT, de 23 de Novembro de 1935.

²¹ *Idem*, cx. 58, Ms. 1664 e cx. 92 Ms. 1681, carta da FARP para a CGT, de 9 de Outubro de 1935.

receber e distribuir propaganda no Alentejo, cuja área de acção se estenderá até Beja²². Quanto ao correio, este é introduzido por um grupo de espanhóis de Rosal de la Frontera, que o faz passar por Ficalho, sendo depois recolhido e encaminhado por militantes da CGT e da FARP.

2. FAPE: as relações com a FAI

Desconhece-se a data dos primeiros contactos com a FAI, tanto mais que a organização ibérica, ainda que fundada em 1927²³, permanece em estado embrionário até 1930. As primeiras referências à FAI datam de Maio de 1931 e resultam de uma solicitação a Eduardo Miranda, do comité de Barcelona, para representar a organização exilada no pleno da FAI e nos congressos da AIT e da CNT que se realizam em Madrid em Junho desse ano. As relações entre as duas organizações permanecem diminutas até à instalação de Marques da Costa em Espanha. No entanto, o relacionamento posterior é marcado por uma certa tensão, decorrente da divergência quanto ao modo de inserção do movimento português na revolução preconizada pela FAI. No pleno de Julho-Agosto de 1932, no qual a Aliança Libertária Portuguesa (ALP) se faz representar por um delegado directo (Correia de Sousa), são tomadas decisões relativamente ao movimento português²⁴, comprometendo-se a FAI a prestar-lhe uma ajuda financeira e logística. Para facilitar os contactos entre a FAI e as organizações anarquistas sediadas em Portugal, o pleno decide que seria constituída uma delegação portuguesa, sediada em Madrid, composta por elementos do grupo “Rebelião” e do Comité de Relações da FAPE, integrando-se na estrutura organizacional através da Federação Anarquista da Região Centro (Madrid). A delegação tinha ainda por tarefa publicar o *Rebelião* em língua portuguesa; o

²² *Idem*, cx. 92, Ms. s/n, carta da FAPE para a CGT, de 23 de Novembro de 1935.

²³ Fundada na conferência de Valença realizada a 25 de Junho de 1927, com a participação da União Anarquista Portuguesa. Segundo Juan Gómez Casas, *Historia de la FAI*, Madrid, Zero, 1977, p. 127, citando o anarquista espanhol Tomás Cano Ruiz, a delegação portuguesa era composta por Francisco Quintal, Marques e Santos.

²⁴ Para uma melhor integração do movimento anarquista português nas estruturas da FAI é preconizada a criação para Portugal de uma estrutura federalista, a Federação Anarquista da Região Portuguesa, que agruparia as várias organizações que sobreviviam com uma base regional ou local. A estrutura organizacional da FAI assenta na federação de grupos locais, que por sua vez constituem federações regionais, tendo no topo um comité Peninsular. Segundo este modelo, a regional portuguesa ocuparia na estrutura da FAI a mesma posição que as demais regionais espanholas, ficando colocada sob a dependência do Comité Peninsular.

jornal seria impresso em Espanha e introduzido depois clandestinamente em Portugal²⁵.

Contudo, o Comité Peninsular (CP) que sai do pleno, constituído pela Regional da Catalunha, não põe em execução as decisões tomadas em Madrid relativamente à delegação portuguesa. Os argumentos avançados são a necessidade de coordenar o movimento anarquista peninsular e o ganho de tempo se a comunicação com a FARP não passasse por Madrid, o que proporcionaria, na visão deste CP, contactos mais frequentes e mais rápidos com Portugal²⁶. No entanto, descortina-se, em pano de fundo, o acelerar da dinâmica revolucionária espanhola, pela qual a FARP deveria pautar a sua acção. O que revela um grande desconhecimento das dificuldades atravessadas pelo anarquismo português, receando a FAPE que as particularidades do movimento português (refluxo e perda de militantes) não fossem suficientemente tidas em conta na determinação da acção futura e que o movimento português se encontre a reboque da dinâmica revolucionária espanhola, tanto mais que esta não correspondia à situação em Portugal. O CP negará à FAPE o papel de interlocutor do movimento português ao recusar a credencial na qual a FARP a designava como sua representante²⁷. Para contornar a dificuldade, o CP confiará a comunicação com Portugal a um anarquista português que residia desde há algum tempo em Barcelona. Porém, este estava desligado do movimento português, não dispendo de moradas ou contactos que permitissem o reatamento das relações com a FARP²⁸.

Um outro ponto de fricção entre o CP e a FAPE assentará na publicação do *Rebelião*, que a organização ibérica pretende que seja impresso clandestinamente em Portugal. As razões avançadas pelo CP – longevidade da publicação, cobertura a nível nacional e fim do risco de apreensão policial na passagem da fronteira²⁹ – sublinham uma vez mais a incompreensão da FAI relativamente às possibilidades de acção em Portugal. Os anarquistas do interior não estão em

²⁵ Instituto de História Social (Amesterdão), fundo FAI-CP, maço 6, B3, correspondência da FAPE para a FAI, de 20 de Agosto de 1932.

²⁶ *Idem*, maço 6, B3, correspondência da FAI para a FAPE, de 29 de Agosto de 1932.

²⁷ *Idem*, maço 6, B3, correspondência da FAPE para a FAI, de 4 de Setembro de 1932.

²⁸ A ilustrar o grau de alheamento do movimento espanhol relativamente a Portugal, e em particular, à situação vivida pelo movimento libertário português, o envio de circulares às antigas federações do Norte, Centro e Sul quando estas já tinham deixado de existir e, mais grave, o seu envio por via postal sem ter em conta a situação de clandestinidade em que se desenvolvia a actividade dos anarquistas.

²⁹ Segundo o CP, o jornal poderia deste modo chegar a “todas as cidades e aldeias”. Instituto de História Social (Amesterdão), fundo FAI-CP, maço 6, B3, correspondência da FAI para a FAPE, de 29 de Agosto de 1932.

condições de assegurar esta tarefa, tanto mais que após a saída do primeiro número de *Rebelião* a própria FARP sugere que o jornal se torne no órgão do movimento anarquista português, dado não estar em condições de imprimir qualquer publicação clandestina³⁰.

O receio expresso pela FAPE, de que a FAI não teria suficientemente em conta as especificidades do movimento português, nomeadamente a repressão exercida pela ditadura que o coloca em situação de refluxo e a diminuição do número de militantes, concretiza-se. A intensificação da repressão sobre o movimento anarquista agrava as dificuldades de comunicação com o exterior. Em Agosto de 1932 a sede da CGT tinha sido assaltada pela polícia, seguindo-se uma vaga repressiva que atingiu no mês seguinte a FARP, dada a proximidade dos dois movimentos e a dupla militância, provocando os primeiros exílios. As relações com os movimentos congéneres estrangeiros, nomeadamente com a FAI, são descontinuadas, condenando a FARP a um isolamento institucional, que será apenas paliado pela ligação que a FAPE consegue manter com o interior graças às redes fronteiriças de solidariedade, montadas nos anos anteriores. O contacto com o Porto faz-se por via dos anarquistas de Tui e de Luís Larangeira, em Vila Real, passando a ligação com Lisboa por Salamanca, Valência de Alcântara, Ayamonte e Pajmogno. É pela via alentejana que *Rebelião* será introduzido em Portugal.

Em Setembro de 1932 a FARP pondera a preparação de uma greve revolucionária, para a qual procura auxílio junto da FAI, nomeadamente o envio de um delegado para uma reunião a organizar próximo da fronteira³¹. Curiosamente, é neste mesmo período que se inicia a greve dos mineiros de S. Domingos³², que se singulariza pela determinação dos grevistas e pela duração do movimento de luta, imprimindo-lhe um carácter radical. No entanto, a fraqueza e a repressão policial do movimento libertário limitam o alastramento da agitação revolucionária em Portugal, apesar das declarações do delegado da FARP ao pleno da FAI de Outubro de 1933³³, segundo as quais “a Revolução em

³⁰ *Idem*, maço 6, B3, correspondência da FAPE para o elemento português junto do CP da FAI, de 5 de Setembro de 1932.

³¹ *Idem*, maço 6, B3, correspondência da FAPE para a FAI, de 16 de Setembro de 1932.

³² A greve inicia-se a 12 de Outubro de 1932 e prolonga-se até inícios de Novembro, mas com focos insurreccionais até inícios de 1933.

³³ No pleno participam 3 delegados da FAPE e um delegado directo da FARP. Juan Gómez Casas, *Historia de la FAI... op. cit*, p. 157. Segundo este autor, a FARP contaria nesta data 40 grupos e 1000 filiados.

Portugal seguirá a espanhola”³⁴. Mas a própria FAI não está em condições de fornecer apoio à FARP, após a prisão dos membros do Comité Peninsular, no seguimento do movimento insurreccional de 8 de Janeiro de 1933 e na fuga para a frente da luta libertária, que culminará no movimento de Dezembro desse mesmo ano.

A chegada a Espanha dos grevistas do 18 de Janeiro obriga à reactivação da FAPE na Primavera de 1934. Esta retoma os contactos com a FAI e propõe-lhe o restabelecimento da ligação directa com a FARP, o que se faria através da organização do Porto³⁵. Mas os acontecimentos de Outubro de 1934 comprometem as intenções da FAPE, sendo necessário esperar pela reorganização de Abril de 1935 para voltar a comunicar com a FAI e participar na vida das organizações espanholas, registando-se após esta data uma nova sintonia entre as duas organizações. É assim que no pleno da CNT, na intervenção proferida pelo delegado da FAI, é chamada a atenção para a situação em Portugal e se solicita à assembleia que ajude o anarquismo português³⁶. Por seu turno, o pleno de 1935 da FAI compromete-se com uma ajuda mensal quando a situação financeira da organização o permitisse, enquanto as regionais da Catalunha e da Andaluzia solicitam a abertura de uma subscrição em *Tierra y Libertad*. A esta decisão do pleno não deve ser estranha a influência de Germinal de Sousa, membro do grupo Nérvio, que fornece os elementos do novo Comité Peninsular. Ajuda financeira que é de novo solicitada tanto pela FARP como pela FAPE no pleno de 1936, nomeadamente para a publicação de *Rebelião*. O início da guerra civil de Espanha colocará as relações entre a FAI e a FAPE num outro quadro de acção, em que a mobilização dos esforços se fará em prol da Espanha republicana e em que as relações se tornarão mais estreitas mas em que o grau de subordinação à dinâmica espanhola aumenta.

Conclusão

Na primeira metade da década de 30, a FAPE representou um canal de comunicação para as organizações anarquistas em Portugal, que a ditadura tentava isolar no interior. Contudo, por falta de meios humanos e materiais a projecção da acção fomentada pela FAPE foi limitada. Sedeada em Espanha a partir de 1932, e animada quase exclusivamente por elementos residentes neste

³⁴ *Idem*, p. 163.

³⁵ Instituto de História Social (Amesterdão), fundo FAI-CP, maço 6, B3, correspondência da FAPE para a FAI, de 6 de Junho de 1934.

³⁶ *Rebelião*, II série, n.º 2, Agosto de 1935.

país, a FAPE vive ao ritmo revolucionário espanhol. Às dificuldades organizativas inerentes a uma organização de emigrados, nomeadamente a mobilidade profissional que em tempos de crise económica se torna exponencial e a falta de meios financeiros, acrescem as decorrentes da integração do anarquismo português no movimento ibérico. Pressionada pela FARP para procurar apoio financeiro e logístico junto da FAI e consciente da necessidade deste auxílio para a sobrevivência do movimento português, a FAPE vai tentando adaptar a sua acção de modo a responder às solicitações do interior.

Vista inicialmente pelas instâncias directivas da FAI como canal de comunicação com Portugal, a FAPE é posta à margem desta relação entre 1933 e 1935. Marginalização cujas consequências negativas recaem em prioridade sobre o movimento anarquista em Portugal. À mudança operada em 1935 não será certamente estranha a figura de Germinal de Sousa, membro do grupo Nêrvio, que assegurará o novo secretariado da FAI. Mas agora será preciso esperar pela reorganização da FAPE, o que só ocorrerá nas vésperas do início da guerra de Espanha. Ironicamente, ao período de maior cumplicidade e sintonia entre a FAPE e a FAI corresponderá uma menor possibilidade de acção por parte da organização exilada, que durante a guerra civil, com a evolução do conflito desfavorável ao governo republicano, se verá isolada no interior de Espanha e sem contactos directos com Portugal, à excepção da viagem de José Rodrigues Reboredo em finais de 1936³⁷. A própria correspondência com Portugal passará doravante por França ou Marrocos.

Mas a guerra civil de Espanha introduz modificações profundas na geoestratégica peninsular, isolando a FAPE na Espanha republicana. A partir de agora é por Paris, através da delegação da CGT e de José Agostinho das Neves, que o movimento anarquista em Portugal se mantém ligado ao exterior. Da AIT e da CGT-SR virá uma ajuda logística enquanto a financeira continuará a provir da FAI, através da delegação na capital francesa. É também aqui que se publica o jornal *Liberdade*³⁸, cuja projecção deixará na sombra a III série de *Rebelião*, publicada na Espanha republicana entre Junho e Dezembro de 1938. A FAPE, nascida em França, ganha expressão em Espanha, mas não sobrevive à guerra

³⁷ Com a missão de estudar com o movimento anarquista local a possibilidade de fomentar um levantamento das classes operárias, e resulta de uma reunião entre o Comité Nacional da CNT, o Comité de Defesa de Madrid e a FAPE. Instituto de História Social (Amesterdão), fundo FAI-CP, maço 6 B3, correspondência da FAPE para a FAI, de 30 de Setembro de 1936.

³⁸ Publicado em Paris de Abril 1938 a Junho de 1939.

civil, à imagem do que se passa no interior de Portugal. É o toque de finados do anarquismo português, incapaz de se renovar no período que se abre com a II Guerra Mundial.

Fontes e Bibliografia

Fontes:

RGASPI (Centro Russo de Conservação Moscovo), 495/179/13

IIHS (Instituto Internacional de História Social, Amesterdão), fundo FAI-CP, maço 6, B3

AHS (Arquivo de História Social, Lisboa), cx.: 58, 91, 92.

Imprensa:

Rebelião, Paris, Madrid, Sevilha, Barcelona, 1932-1938.

Bibliografia:

Adriano Botelho, *Memória e ideário*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional dos Assuntos Culturais, 1989.

Correia Pires, *Memórias de um prisioneiro do Tarrafal*, Lisboa, ed. Dêagá, 1975.

Cristina Clímaco, *L'Exil politique portugais en France et en Espagne (1927-1940)*, Paris, Université de Paris-7 Denis Diderot, tese de doutoramento, 1998.

Edgar Rodrigues, *A Oposição libertária em Portugal, 1939-1974*, Lisboa, Sementeira, 1982.

Edgar Rodrigues, *A Resistência anarco-sindicalista em Portugal, 1922-1939*, Lisboa, Sementeira, 1981.

Emídio Santana, *Memórias de um militante anarco-sindicalista*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, s/d.

Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro*, Lisboa, ICS, 2000.

Filipa Freiras, *Les jeunesses syndicalistes au Portugal (1913-1926)*, Paris, EHESS, tese de doutoramento, 2007.

João Freire, "Os anarquistas e a Frente Popular", colóquio Internacional "60 anos das Frentes Populares", Lisboa, 13/14 de Dezembro de 1996, 21 ff.

João Freire, "Os Anarquistas nos implacáveis anos 30", *Diário de Notícias*, 15 de Março de 1984.

João Freire, *Ideologia, ofício e práticas sociais. O anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Lisboa, ISCTE; tese de doutoramento, 1984.

Juan Gómez Casas, *Historia de la FAI*, Madrid, Zero, 1977.

Manuel Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1976 (5.^a ed.).

Paulo Guimarães, “Cercados y perseguidos: la Confederação Geral do Trabalho en los últimos años del sindicalismo revolucionário en Portugal, 1926-1938”, in *Conflito político, democracia y dictadura. Portugal y España en la década de 30*, eds. Mercedes Gutiérrez, Diego Palacios, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007.

Paulo Guimarães, *Indústria e conflito em meio rural: os mineiros alentejanos (1858-1938)*, Lisboa, Cidehus, 2001.

Cooperativismo operário e resistência política: um estudo de caso

Dulce Simões¹

Introdução

A origem da cooperação, como movimento de transformação das condições socioeconómicas da classe operária, remete para os socialistas utópicos da primeira metade do século XIX, como Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier². Robert Owen (1771-1858) considerava que a mudança social seria alcançada pela cooperação, no combate ao lucro e à concorrência, com as associações cooperativas presentes em todas as áreas de actividade económica³. Karl Marx manteria algumas reservas, apesar de admitir que o movimento cooperativo podia desempenhar um importante papel na emancipação da classe operária face ao capitalismo, quando aliado à luta de classes. Nesta perspectiva, as cooperativas eram entendidas como organizações que

¹ Dulce Simões (Almada, 1957) é investigadora no Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudos em Música e Dança, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Doutorada em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Bolseira de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Realiza investigação de terreno em Portugal e Espanha sobre relações fronteiriças, políticas de identidade, movimentos sociais, usos da memória, práticas da cultura e associativismo. Participa em projetos I&D internacionais e multidisciplinares. É membro fundador do Grupo de Estudios Sociales Aplicados da Universidad de Extremadura e colaboradora do CRIA/FCSH-UNL. Das publicações mais recentes assinalam-se: “Teatro de amadores em Almada: performance e espoir em tempo de Revolução”. In: *Antropologia e Performance – Agir, Atuar, Exibir*. Castro Verde: 100LUZ, 2014, p. 237-256, *Frontera y Guerra Civil de España. Dominación, resistencia y usos de la memoria*. Badajoz: Publicaciones da Diputación Provincial de Badajoz, 2013. “E o mar é tão grande: utopia e liberdade nas cantigas de José Afonso”, *A Trabe de Ouro - Publicación Galega de Pensamento Crítico*, 96, 2013, p. 45-62. “Puentes de solidariedad en la frontera hispano-portuguesa. Los refugiados de la guerra civil española en Barrancos (1936)”, *Historia y Política*, 30, 2013, p. 117-143. “A realização dos homens não era no seu trabalho nas fábricas, mas nas colectividades. Discursos e práticas de resistência na Cooperativa de Consumo Piedense”. In: *De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*, Ebook, 2013, p. 481-503.

² Correia, Sérvulo. *Cooperação, Cooperativismo e Doutrina Cooperativa*. Separata de Estudos Sociais e Corporativos, (Julho/Setembro) 1965.

³ Leite, João Salazar. *Cooperação e Intercooperação*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

contribuíam para a consciencialização política dos trabalhadores, envolvidos na acção colectiva e no processo de transformação das relações socioeconómicas⁴.

A primeira cooperativa de consumo foi fundada em 1844, em Inglaterra, por iniciativa de 28 tecelões desempregados de Toad Lane, em Rochdale, com o objectivo de fornecer, a preços baixos, produtos de consumo aos seus associados⁵. Rochdale tornou-se num ícone das cooperativas de consumo, como objecto de crença e inspiração, considerada a fundadora do movimento cooperativo pelo Congresso da Aliança Cooperativa Internacional⁶. Em Inglaterra existiam diversas correntes ideológicas, mas foi o socialista Charles Howarth que propôs o sistema de distribuição de lucros “que haveria de fazer triunfar a cooperativa”⁷. Para os Pioneiros de Rochdale a cooperação significava uma forma de organização económica e de acção colectiva, através da qual a sociedade capitalista podia ser substituída por uma sociedade mais justa e igualitária, representando as cooperativas um meio de transformação das formas tradicionais de troca e das relações interpessoais.

A partir de 1865 surge em França uma nova ideologia cooperativista, com Edouard de Boyve e August Fabre, a que mais tarde se juntou Charles Gide, defendendo a não introdução da luta de classes na cooperação. A neutralidade política foi “um dos pilares teóricos da doutrina da Escola de Nimes”, apresentando uma proposta de transformação do sistema económico e social sem o benefício do lucro⁸. A Cooperativa de Consumo Piedense (CCP), fundada a 4 de Março de 1893, no concelho de Almada, insere-se neste processo histórico, como *espaço social*⁹ de confronto entre grupos e ideologias, espelhando

⁴ No I Congresso da Associação Internacional de Trabalhadores (AIT) em Genebra, em Setembro de 1866, Marx afirmou que o grande mérito do movimento cooperativo “era mostrar, em termos práticos, que o presente sistema da subordinação do trabalho ao capital, que é despótico e aumenta a pobreza, pode ser suplantado pelo sistema republicano e beneficente da associação de produtores livres e iguais” (tradução nossa). Marx & Engels. *Collected Works*, Vol. 20, p. 190. Consultável em: <http://www.marxists.org/history/international/iwma/documents/1866/instructions.htm#05>

⁵ Fairbairn, Brett. *The Meaning of Rochdale: The Rochdale Pioneers and the Co-operative Principles*. Centre for the Study of Co-operatives, University of Saskatchewan, 1994, p. 1. Consultável em: <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/31778/1/re94fa01.pdf>

⁶ Leite, João Salazar. *Cooperação e Intercooperação*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982, p.11.

⁷ *Idem*, p.15

⁸ *Ibidem*, p.18.

⁹ Para Pierre Bourdieu a noção de espaço contém o princípio relacional do mundo social, que reside na exterioridade mútua dos elementos que o compõem, onde os indivíduos e grupos existem e subsistem na sua diversidade, resultante das posições que ocupam no espaço de relações. Bourdieu, Pierre. *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*. Oeiras: Celta Editora, 2001, p. 31.

a luta do movimento operário¹⁰. Durante o Estado Novo representou um espaço de aprendizagem cultural e um baluarte contra o fascismo, afirmando-se como símbolo do cooperativismo a nível local, nacional e internacional. Na memória colectiva dos associados da CCP emergia a dicotomia profissional corticeiros/arsenalistas como representação de um conflito ideológico entre anarco-sindicalistas e comunistas, no quadro das relações entre dirigentes associativos. Para compreender a persistência do discurso e a sua importância na construção de identidades de grupo, estabeleço um paralelismo entre o processo histórico do movimento operário e o associativismo, tomando como objecto empírico a CCP.

Neste artigo analiso a dinâmica organizacional e as estratégias de resistência política num tempo longo, cruzando fontes orais e documentais estruturadas em torno de dois eixos centrais: o primeiro focalizado nas relações entre grupos e indivíduos, com recurso à memória, privilegiando as práticas experienciadas e verbalizadas de trinta associados, e o segundo com recurso à bibliografia e arquivos. Desta forma pretendo questionar a importância do conflito ideológico entre grupos de associados, articulando as memórias e identidades de corticeiros e arsenalistas na construção do projecto cooperativo. Os dados empíricos são resgatados do projecto de investigação realizado no Museu da Cidade de Almada, entre Outubro de 2004 e Setembro de 2005¹¹.

“Divergências havia, basicamente políticas, uma delas notava-se muito, era corticeiros/arsenalistas”

O movimento operário do séc. XIX foi o resultado de um processo que levou dezenas de anos a organizar-se num movimento de classe. Ao longo do tempo existiram diversas correntes ideológicas que se confrontaram, num processo dinâmico de construção e reconstrução de acções e de organizações, estruturando o carácter reivindicativo dos conflitos sociais¹². O movimento cooperativo em Almada nasceu nos finais do século XIX fortemente

¹⁰ No mesmo contexto histórico ver por exemplo: Roussell, Concepción y Albóniga, Norberto. *Historia de las cooperativas de consumo vascas*. Federación de Cooperativas de Consumo de Euskadi.1994. Consultável em: http://www.ekkf-fecoe.coop/files/publicaciones/historia_coop_consumo.pdf

¹¹ Simões, Maria Dulce Dias Antunes. “Memórias e Identidades da Cooperativa de Consumo Piedense”, 2005, pp.229. Relatório de estágio de licenciatura com orientação científica do Professor Doutor Brian Juan O’Neill (ISCTE/IUL) e coordenação técnica da Dr.ª Ângela Luzia (Museu da Cidade de Almada). Consultável em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/1259>

¹² Lefranc, George. “O Acordar do Proletariado”. Em *História do Trabalho e dos Trabalhadores*. Odivelas: Europress, 1988, pp. 235-236.

influenciado por Proudhon, sustentado numa filosofia social que preconizava o valor do trabalho, a revolução social e os princípios da economia mutualista. César Oliveira diz-nos que foram os sindicalistas revolucionários e os anarco-sindicalistas – organizados em torno dos sindicatos, das uniões de sindicatos, das federações de indústria, das cooperativas e colectividades populares – que constituíram a espinha dorsal da União Operária Nacional (UON), a primeira estrutura federativa à escala nacional das classes trabalhadoras portuguesas. Para este autor, o sindicalismo revolucionário na UON e o anarco-sindicalismo na Confederação Geral do Trabalho foram as ideologias dominantes no movimento operário até à década de 1930¹³.

No concelho de Almada, o grupo profissional dos corticeiros, vinculado a um passado histórico liderado por anarco-sindicalistas, foi progressivamente perdendo a hegemonia e a liderança do movimento operário, principalmente após o 18 de Janeiro de 1934¹⁴. Fátima Patriarca, no seu estudo sobre o “18 de Janeiro de 1934” – que opôs as organizações sindicais e sindicatos autónomos contra o estatuto do Trabalho Nacional e a instauração dos sindicatos corporativos impostos por Salazar – enfatiza as “lutas intestinas” em torno da hegemonia, opondo com “particular virulência, anarquistas e comunistas”, e acabando por “contaminar, em maior ou menor grau, socialistas e autónomos”¹⁵. Neste contexto temos o caso paradigmático de João Costa, operário corticeiro da Fábrica Bucknall (Cova da Piedade), dirigente da CCP e presidente da Associação de Classe dos Corticeiros de Almada até 1933, anarquista convicto que foi responsável pela “preparação da greve no meio corticeiro”¹⁶.

O envolvimento político de João Costa na greve geral de 18 de Janeiro de 1934 conduziu a família a um exílio forçado de dois anos no Barreiro, assim como à prisão e ao degredo de grande parte dos militantes, provocando uma grave ruptura geracional nos quadros dirigentes. A partir do 18 de Janeiro de 1934 o movimento anarco-sindicalista foi incapaz de sobreviver às consequências da repressão e, como afirmou Fátima Patriarca, “o sindicalismo livre e de esquerda perdia num ápice os seus elementos mais velhos e experientes, mas também os seus herdeiros, deixando em grande medida o

¹³ Oliveira, César. *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*. Lisboa, 1975.

¹⁴ Flores, Alexandre. *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário (1860-1930)*. Almada: Edição da Câmara Municipal de Almada, 2003.

¹⁵ Patriarca, Fátima. *Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro de 1934*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000, p. 489.

¹⁶ *Idem*, p.394.

terreno aberto para que os sindicatos corporativos pudessem instalar-se”¹⁷. Neste terreno inicia-se a reorganização do movimento operário liderado pelo Partido Comunista Português, estabelecendo no I Congresso as linhas estratégias de acção política:

Todas as organizações do P. [partido] regionais, locais e de zona, devem dar uma atenção muito especial à actividade nas organizações de massas, quer recrutando para o P. sócios dessas organizações, quer enviando para elas membros do P. (...). As formas ilegais de organização devem ser inteligentemente associadas às formas legais. As organizações partidárias nas organizações de massas devem ter sobretudo em vista o desencadeamento de acções legais. A conquista da Direcção das organizações de massas é particularmente importante¹⁸

As cooperativas operárias e as coletividades recreativas transformaram-se em espaços privilegiados de organização e consciencialização política do Partido Comunista Português. Victor Costa¹⁹, dirigente associativo da CCP (1966-1970), filho de João Costa, ainda recorda as lutas internas entre anarco-sindicalistas e comunistas pela hegemonia na direcção da CCP:

Na primeira parte da cooperativa aparecem os corticeiros, depois aparece o Arsenal, depois era uma certa (divergência) entre corticeiros e arsenalistas. Outra organização conseguiu unir corticeiros e arsenalistas (o Partido Comunista Português). O meu pai era anarco-sindicalista. Mas depois o meu pai mudou, e passados alguns anos passaram a ser comunistas também.

Nessa altura era anarco-sindicalistas e anarquistas, aqui na Piedade havia muita rapaziada dessa, e já havia o Partido Comunista. A gente nunca teve uma relação boa com o Partido Comunista, alguma vez a gente podia concordar com uma ditadura do proletariado, isso é um absurdo, as ditaduras nunca são do proletariado, as ditaduras são sempre contra o proletariado (Manuel Galhós)²⁰.

Os elementos anarco-sindicalistas tinham uma teoria muito diferente da nossa, ora dentro da cooperativa era tudo igual, eram comunistas, eram anarquistas e cada um procurava fazer o melhor, eles impunham a parte deles e nós impúnhamos a nossa. A corrente do PCP dum lado era maior, e a

¹⁷ *Ibidem*, p.490.

¹⁸ I Congresso do Partido Comunista Português – Resoluções, 1943.

¹⁹ Victor Costa (Cova da Piedade, 1926), escriturário e industrial. Filiou-se na Cooperativa em 1955 iniciando a sua colaboração na Comissão Cultural. Em 1959 foi 2º Secretário da Direcção e em 1960 vogal da Direcção. Em 1961 fará parte da Comissão dos Serviços Médico Sociais. Em 1965 desempenhou as funções de Tesoureiro, em 1966 foi Presidente do Conselho Fiscal, e em 1968 foi eleito Presidente da Direcção.

²⁰ Manuel Galhós (Cova da Piedade, 1918-2010) foi operário corticeiro e anarco-sindicalista. Desde jovem que colaborava como voluntário na CCP. Em 1943 participou na greve dos corticeiros. Com o encerramento da Fábrica Bucknall (1951) emigrou para França, regressando após o 25 de Abril.

corrente anarquista do outro lado, embora tivesse bastantes elementos dentro da cooperativa, mas não se manifestavam porque não lutavam (José da Costa)²¹.

A recusa da acção política pelos anarquistas era interpretada como desinteresse pela “coisa pública”, como incapacidade de modificar o curso da sociedade ou, como recusa em assumir responsabilidades políticas perante decisões que deviam ser tomadas. Para os anarquistas o princípio metodológico de adequação dos meios com vista a um fim conduzia a três princípios metódicos: recusa da política, acção direta e auto-organização do movimento social. Para os comunistas a revolução social representava uma das acções do processo de luta, visando a ruptura da ordem dominante, a alteração da hegemonia do poder das elites e a confrontação entre classes sociais. Como escreveu Lenine: “a burguesia só pode ser derrubada se o proletariado se transformar em classe dominante capaz de reprimir a resistência inevitável, desesperada, da burguesia e de organizar, sob um novo regime económico, todas as massas laboriosas e exploradas”²².

A dicotomia entre anarquistas e comunistas, presente no discurso dos sócios da CCP, remete-nos para a luta política no seio do movimento operário, confrontando ideologias e estratégias de acção protagonizadas pela classe dos corticeiros e dos arsenalistas. A Cooperativa Piedense foi a cooperativa de consumo do concelho de Almada que reuniu um maior número de associados com a profissão de corticeiro²³. Os corticeiros são igualmente referenciados como seus fundadores, embora se destaquem artesãos de tanoaria, assim como trabalhadores de outros ofícios²⁴. São também corticeiros os fundadores e animadores de algumas das mais significativas associações de cultura e recreio do concelho²⁵.

A identidade de classe dos operários corticeiros refletiu-se profundamente na dinâmica organizacional da cooperativa até finais da década de 1940,

²¹ José da Costa (Arganil, 1923) operário corticeiro e comerciante. Em 1937 iniciou a colaboração na CCP. Em 1943 participa na organização da greve de 1943 na Fábrica Bucknall. Em 1949 integra a 1ª Comissão Cultural, e em 1951 com o encerramento da fábrica, emigra para o Brasil, regressando após o 25 de Abril. Em 1980 foi tesoureiro da CCP.

²² Lenine. *O Estado e a Revolução*. Lisboa: Distribuição Dinalivro, s/d, p. 30.

²³ Flores, Alexandre. *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário (1860-1930)*. Almada: Edição da Câmara Municipal de Almada, 2003.

²⁴ Ramos, António Alberto. *Cooperativa de Consumo Piedense, 100 anos de Futuro*. Edição da Junta de Freguesia da Cova da Piedade.

²⁵ Abreu, Carlos & Branco, Francisco. *O Associativismo Tradição e Arte do Povo de Almada*. Almada: Edição da Câmara Municipal de Almada, 1987.

direcionada para a sobrevivência económica das famílias, como atestam os primeiros estatutos: “Esta sociedade tem por fim fornecer aos sócios os géneros de primeira necessidade e de consumo ordinário, de boa qualidade, peso exato e preço módico, facilitando economias e sua capitalização”²⁶. O trabalho voluntário como prática comunitária, o fornecimento de bens a crédito, e principalmente o retorno dos lucros foram iniciativas fundamentais à sobrevivência das famílias operárias. Em 1921 destaca-se o combate ao analfabetismo, com uma proposta para a criação de uma escola para os filhos dos associados que nunca se veio a concretizar. Em 1931, a proposta da secção de cortiça para minimizar as sucessivas crises de desemprego que ameaçavam a maioria dos associados também não se concretizou, por conflito de interesses entre operários e pequenos industriais corticeiros.

Num trabalho de investigação sobre a construção identitária do grupo profissional dos corticeiros, realizado no âmbito de um projecto colectivo sobre memórias e identidades profissionais, promovido pelo Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Ângela Luzia identifica os principais factores de construção identitária, assim como a sua permanência no imaginário colectivo, como elemento fundador da própria identidade local. A construção da identidade de classe resultaria de factores espaciais, devido “à concentração geográfica de grandes fábricas, a que se associaram uma rede de pequenos fabricos”, criando grandes concentrações de operários corticeiros, que constituíram durante décadas “a maior família operária no terreno estudado”²⁷. Outro dos factores de construção identitária assentava no conhecimento por parte do grupo profissional de todo o processo organizacional e produtivo, permitindo o controlo sobre os seus próprios ritmos de trabalho. Este aparente domínio operacional permitia a construção de uma “coesão entre iguais”, manifestada através de estratégias de entreajuda, consolidando uma rede de solidariedade. Ângela Luzia concluiu que “para a construção identitária são mais importantes as relações sociais e as representações colectivas em torno da actividade produtiva, do que os procedimentos técnicos e os fatores de inovação”²⁸. Fentress & Wickham dizem-nos que a força de uma memória colectiva, num dado grupo operário, resulta do modo como interatuam diversas

²⁶ Estatutos da Sociedade Cooperativa Piedense, Cap. I, Art.2º, 27/3/1893, Arquivo Histórico da CCP.

²⁷ Luzia, Ângela. “Trabalho e Identidade na Indústria Corticeira”. Comunicação no Encontro Internacional sobre Indústria Corticeira, Seixal. Almada: Museu da Cidade, 2000, p. 9.

²⁸ *Idem*, p.10.

variáveis, nomeadamente a força da identidade do grupo face aos padrões, ou ao mundo exterior, a estabilidade profissional e habitacional do grupo e a confiança que os seus membros depositam uns nos outros, assim como o papel que a comemoração do passado ocupa na construção da identidade. Estas variáveis relacionam-se com o discurso local e hegemónico, mas também com a forma como o grupo construiu uma versão própria do passado²⁹.

A alteração da conjuntura económica ao longo do processo histórico conduziu ao desaparecimento da indústria corticeira no concelho de Almada e simultaneamente ao surgimento de outras indústrias, como a construção e reparação naval no Arsenal do Alfeite a partir de 1939, e os estaleiros da Lisnave a partir de 1967³⁰. Nos novos espaços industriais construíram-se identidades diferenciadas, geradoras de subculturas operárias, vinculadas ao grupo profissional e ao movimento operário liderado pelo Partido Comunista Português. Como afirma Wieviorka, o movimento operário, da sua emergência ao seu declínio, nunca se reduziu ao simples confronto entre exploradores e explorados; “assentou também em identidades preexistentes, que davam origem a subculturas próprias que se construíam no exterior do trabalho – no *habitat*, ou na vida quotidiana”³¹.

A instalação do Arsenal do Alfeite e da Base Naval do Alfeite contribuíram para um desenvolvimento significativo do concelho de Almada na década de 1940. A presença de cerca de 4000 trabalhadores a prestar serviço nas duas instituições criou uma situação complicada, por residirem em Lisboa e não haver capacidade de fretamento para um transporte direto para a capital³². Perante a impossibilidade de construção de uma rede de transportes capaz de responder às necessidades destes trabalhadores, surgiu no relatório anual do Arsenal de 1940 uma proposta, alertando para a necessidade de construção de bairros económicos na Margem Sul, para fixar as famílias junto do local de trabalho. Desta necessidade de fixação e controlo dos operários arsenalistas nasceu o Bairro Económico da Cova da Piedade, inaugurado em 1952, destinado prioritariamente a sargentos e cabos da Armada e a membros dos sindicatos nacionais e outros organismos corporativos. Posteriormente foram contemplados funcionários administrativos e operários do Arsenal. As

²⁹ Fentress, James & Wickham, Chris. *Memória Social*. Lisboa: Teorema, 1994, p. 155.

³⁰ Ver em Flores, Alexandre & Policarpo António. *Arsenal do Alfeite, Contribuição para a História da Indústria Naval em Portugal*. Junta de Freguesia do Laranjeiro, 1998.

³¹ Wieviorka, Michel. *A Diferença*. Lisboa: Fenda, 2002, p. 52.

³² Rodrigues, Jorge de Sousa. “Infraestruturas e Urbanização da Margem Sul: Almada, séculos XIX e XX”. *Análise Social*, vol. XXXV (156), 2000, p. 552.

condições de habitabilidade destes trabalhadores contrastavam com as da população operária corticeira, que vivia em núcleos habitacionais desprovidos de água canalizada e saneamento básico, em aglomerados que não tinham sistemas de esgotos³³. Os baixos salários e o desemprego marginalizaram as famílias corticeiras do acesso a uma habitação condigna, contribuindo para a dicotomia entre grupos profissionais, como atestam as palavras de Manuel Galhós:

Depois veio aquela gente do Arsenal, e então estava-se a acabar aqui este bairro, e quase todos foram para lá. Eu quis ir, mas não ganhava o suficiente para ir para o bairro. (...) Quando o Arsenal passou aqui para o Alfeite, aquela gente entrou toda para a Cooperativa, depois era gente que nunca teve uma crise de trabalho. Os corticeiros estavam muitas vezes em crise, as fábricas ou tinham dias de trabalho reduzidos ou fechavam.

Para os operários corticeiros a construção da diferença acentua a precariedade económica e as condições de vida do grupo profissional, face à estabilidade dos arsenalistas no sector público, acrescida das subculturas de grupos e das divergências ideológicas. Para os operários arsenalistas a construção identitária sustentava-se num grupo profissional hegemónico, aliado a um passado histórico revolucionário³⁴. Todavia, o conflito e a dinâmica social entre os grupos profissionais foram determinantes para o desenvolvimento da Cooperativa de Consumo Piedense, como campo experimental do projecto cooperativo e de estratégias de resistência ao Estado Novo.

³³ *Idem*, p. 554.

³⁴ A história do Arsenal do Alfeite “confunde-se com a história do movimento operário e sindical português e cruza-se com a própria formação do Partido. É indissociável da vida e contributo de um dos seus operários, Bento Gonçalves, dirigente sindical e secretário-geral do PCP entre 21 de Abril de 1929 e 11 de Setembro de 1942, data em que foi assassinado pela ditadura fascista, seis anos após a sua prisão, no campo de concentração do Tarrafal. (...) A expressão «arsenalista», que os operários utilizam, é como que um adjetivo ideológico que se foi fortalecendo ao longo de décadas de luta na empresa. Numa entrevista sobre o 70.º aniversário do Arsenal do Alfeite, onde se perguntava o que é ser «arsenalista», um operário reformado respondeu: «É pertencer a uma família. Nunca se deixa de ser arsenalista». Um actual operário, na sua oficina, afirmou por sua vez: «Ser arsenalista é não faltar a uma luta. Quando temos greve, é para aderir»”. Excerto de artigo da revista *O Militante*, N.º 304 - Jan/Fev. 2010. Consultável em: <http://www.omilitante.pcp.pt/pt/304/Lutas/375/>

Ver ainda: Bonifácio, M. Fátima. “Os arsenalistas da Marinha na Revolução de Setembro (1836)”, *Análise Social*. Vol.1. XVII (65), 1981, 1º, 29-65 e Flores, Alexandre & Policarpo, António. *Arsenal do Alfeite, Contribuição para a História da Indústria Naval em Portugal*. Junta de Freguesia do Laranjeiro. 1998.

3. “Esta cooperativa chegou a ser considerada a maior da Península Ibérica”

O ensino e o direito à cultura foram sempre um ideal dos dirigentes da CCP desde a sua fundação, apenas concretizado em 1949 com a inauguração da biblioteca. A primeira Comissão Cultural foi inicialmente composta por ambos os géneros, mas perderá os seus elementos femininos por motivos profissionais. As operárias corticeiras auferiam salários baixos e nunca recusavam a oportunidade de fazer horas extraordinárias, a sobrevivência económica impunha-se à cooperação em actividades culturais, condicionando a sua participação³⁵. A criação das bibliotecas no concelho de Almada, em associações, cooperativas e colectividades de recreio, inseriu-se na estratégia política do Partido Comunista Português, com a missão de divulgar uma cultura democrática. O acesso a obras literárias proibidas pela censura e a discursos proferidos por escritores e intelectuais oposicionistas ao regime preservaram a biblioteca da CCP na memória colectiva dos associados, como espaço de aprendizagem e de acção política. Como recordaram alguns sócios colaboradores:

Era um voluntarismo orientado, naquela altura a gente não se apercebia bem, fazíamos as coisas, era preciso comprar livros, ir buscar livros do escritor tal. Mas não nos apercebíamos que por detrás havia alguém que insinuava, que recomendava. (...) Esse alguém, a gente não via quem era, mas sabíamos quem era. A Direcção local do Partido Comunista sugeria muitas coisas dessas (Raul Cordeiro)³⁶.

Toda a gente sabia que era o PCP que estava dentro da Cooperativa porque era o PCP que lutava para criar imagem daquilo que fazia. Trabalhava-se apenas num interesse, a elevação da coletividade, ora ao estarmos a elevar a coletividade estávamos a elevar o trabalho do PCP dentro da Cooperativa (José da Costa).

A partir da década de 1950 assiste-se a um crescimento do número de associados, operários e funcionários do Arsenal do Alfeite, que passam a

³⁵ A participação das mulheres nas Comissões Culturais da Cooperativa está documentada até ao início da década de 1970. Fonte: Livros de Atas da Comissão Cultural. Arquivo Histórico da CCP.

³⁶ Raul Cordeiro (Idanha-a-Nova, 1926) foi funcionário da CCP e escriturário de profissão. Na década de 1940 colaborou na Secção Cultural da SFUAP. Em 1957 foi 1º Secretário da Assembleia-geral da CCP e Presidente da assembleia-geral em 1958. O trabalho desenvolvido nas colectividades, a participação na campanha do general Humberto Delgado e a filiação no Partido Comunista condenou-o a cinco anos e meio de prisão no Aljube, em Caxias, em Peniche e no Porto. Em 1967 e 1968 retoma a actividade associativa como 1º Secretário da Direcção da CCP, e em 1969 como Relator do Conselho Fiscal.

integrar os órgãos sociais da CCP. Em 1954 iniciaram um projecto de ensino com cursos profissionais de dactilografia, estenografia, caligrafia, desenho e português. Em 1955 implementaram os Serviços Médicos e de Enfermagem, assim como a criação de subsídios de doença, de invalidez e de funeral, beneficiando centenas de famílias sem assistência social. Em 1956, com a aquisição da quinta da Argena (Corroios), criam um projecto inovador, articulando a função de cooperativa de consumo à cooperativa de produção agrícola, com a instalação de um aviário e de uma vacaria. As iniciativas das Comissões Culturais refletiam-se em diversas áreas; desde a publicação de boletins cooperativos e culturais, sessões de cinema documental, organização de colóquios e conferências, permanentemente vigiadas pela PIDE.

O processo da CCP no arquivo da PIDE/DGS, composto por 143 documentos arquivados entre 1956 e 1971, comprova a vigilância aos associados, dirigentes e colaboradores, apesar de as actividades culturais serem toleradas pelo regime, quando inseridas em contextos comemorativos.³⁷ Dois períodos de prisões políticas marcaram a memória colectiva dos sócios: o primeiro em 1958, após as eleições de Humberto Delgado, e o segundo em 1967, com o desmantelamento da rede do partido na Margem Sul até ao Algarve. Fernando Rosas considera que no rescaldo da campanha eleitoral de Humberto Delgado existiram cinco tipos de fenómenos que o salazarismo teve de enfrentar:

A internacionalização do impacto da luta contra o regime, a explosão da crise político-militar nas colónias e seus efeitos diplomáticos, a tentativa de golpe militar palaciano, a que se junta o acender de um revolucionarismo militar com reflexos civis, e como pano de fundo, a agitação de massas a que o PCP não era alheio³⁸.

A vigilância e repressão política, transversal à sociedade portuguesa, não obstruíram as actividades das Comissões Culturais da Cooperativa nem esmoreceram a luta dos elementos afectos ao partido, que procuram minimizar as dificuldades das famílias dos presos políticos.³⁹ Nem todas as iniciativas de

³⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. PIDE/DGS: CI (1), Processo 5.191 (Associativismo) CX 1305, Pasta 1, Sociedade Cooperativa Piedense.

³⁸ Fernando Rosas cit. em Godinho, Paula. *Memórias da Resistência Rural no Sul, Couço (1958/1962)*. Oeiras: Celta Editora, 2001, p. 161.

³⁹ Excerto da Informação nº 87/70, de 25 de Maio de 1970, enviada pelo Chefe do Posto da PIDE de Setúbal à Secção Central de Lisboa: “Pelo nosso colaborador Manuel Antunes, fui informado de que os conhecidos elementos desafetos João Alberto Raimundo, Marcos Manuel Rolo Antunes, Vladimiro Marques Guinote, José Gil Alves e José Lavaredas Zagalo e Melo organizaram uma coleta de fundos, com vista a subsidiar a família do Gilberto Henrique Rita da
Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I.

apoio às famílias foram levadas à prática, mas evidenciam o compromisso dos dirigentes associativos⁴⁰.

A década de 1960 assinala a fase de maior crescimento económico, cultural e humano da CCP, pela modernização dos serviços e pela dinamização cultural⁴¹. Em 1962 foram adquiridos terrenos e edifícios anexos à sede, remodelaram-se serviços já existentes e criou-se o primeiro supermercado do concelho de Almada. Para tal, foram determinantes as trocas de conhecimentos e de experiências com representantes de outras organizações cooperativas, nomeadamente com técnicos suecos⁴². Na época existiam algumas dúvidas por parte dos suecos em relação ao carácter popular do movimento cooperativo português, devido ao regime fascista, mas na sua visita a Portugal e à CCP o presidente da Kooperativa Förbundet (John Walter Ames) veio comprovar que o movimento cooperativo representava uma actividade social economicamente independente e de oposição ao Estado Novo. No âmbito das relações internacionais destacam-se as ligações à cooperativa Los Cooperadores de Echevarria, de Bilbao, e a existência de uma rede de cooperação que encontrava na Suécia o apoio técnico e político.

A partir dos finais da década de 1960 emergiram “novos movimentos sociais” que não se enquadravam no conflito de classes focalizado no movimento operário e sindical. O protesto passou a ser entendido como uma acção colectiva envolvendo a luta pelas ideias e identidades, “num emaranhado

Silva, o qual como aqueles, pertencia à Sociedade Cooperativa Piedense”. Arquivo Nacional Torre do Tombo. PIDE/DGS. Proc. 5191 CI (1), pasta 1, NT-1305.

⁴⁰ Proposta do sócio André Santos, registada na Ata da 1ª Reunião da Comissão para o estudo do Fundo de Assistência (1959), contempla um subsídio de 500\$00 mensais em artigos de consumo destinado às famílias de sócios presos. Atas da Comissão para o Estudo do Fundo de Assistência, Lote nº 201, 1959-1960. Arquivo Histórico da CCP.

⁴¹ “Em 1965 a Cooperativa de Consumo Piedense inaugura a sua filial de Corroios a 19 de Setembro e a filial do Feijó a 5 de Dezembro. Em princípios de 1966, é comprado por 1.000 contos o prédio contínuo à Sede completando-se o conjunto imobiliário da área dos edifícios sede, que passa a cobrir todo o quarteirão em que se situa” (Ramos, 1994:61). A partir do somatório dos valores apresentados por António Ramos, no quadro de novos associados, concluímos que na década de 1960 o número de adesões ascendeu aos 507 sócios, superando a década de 1950, que tinha registado 457 novos sócios; posteriormente, na década de 1970 verificou-se a adesão de 252 sócios, e na década de 1980, de 401 sócios. Ramos, António Alberto C. P. *Cooperativa de Consumo Piedense, 100 anos de Futuro*. Edição da Junta de Freguesia da Cova da Piedade, 1994, p. 71.

⁴² KF, Kooperativa Förbundet, Swedish Co-operative Union foi fundada em 1899. *Boletim Interno da Cooperativa Piedense*, Ano I, nºs 10-11, Outubro/Novembro, 1965, Arquivo Histórico da CCP.

Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I. 186

entre a cultura das políticas e as políticas da cultura na mobilização”⁴³. Na Cooperativa aumentava a vigilância da PIDE sobre as iniciativas culturais e as perseguições a sócios conotados com o PCP, agudizando a crise relacional entre dirigentes. A acção de simpatizantes e militantes do partido nos órgãos sociais da cooperativa, desenvolvendo actividades clandestinas contra o regime, originou situações conflituosas. A década de 1970 é marcada pela crise económica internacional e pelo surgimento de cadeias de supermercados a nível local, exigindo medidas de contenção por parte dos dirigentes, como a redução do retorno e do crédito que foram particularmente impopulares entre os sócios. A crise acentua o conflito entre grupos, numa luta política que opunha os defensores da Escola de Nimes (conotados como anarquistas), aos defensores de Robert Owen (conotados como comunistas). Dos confrontos nasce um movimento de reacção às actividades culturais que possam comprometer o futuro da cooperativa, deliberando-se a suspensão e expulsão de associados de ambos os grupos. O conflito deve ser entendido como um fenómeno de dinâmica social, necessário à continuidade dos grupos e da Cooperativa, como assinalou o sócio José Vidal⁴⁴:

Havia lutas internas na Cooperativa, eu creio que eram tendências políticas diferentes, embora fossem todos de esquerda, acredito que sim, mas as tendências políticas eram diferentes. Havia a luta do Partido Comunista que naquela altura vivia na clandestinidade e que muito fez. (...) Era uma luta política, mas por outro lado aquilo dava vida, porque a Cooperativa Piedense sem aquelas lutas apagava-se, penso que aquilo era um sintoma de vida, as pessoas lutavam, eu penso que era saudável.

Após o 25 de Abril de 1974 os dirigentes associativos representaram a nova classe política e ocuparam cargos na administração local, consolidando uma rede vinculada a um passado de resistência ao fascismo. A luta pela democracia participativa travava-se nas ruas, nos sindicatos, nas autarquias, em novas associações, e as cooperativas e coletividades, outrora baluartes do movimento operário, perdiam relevância política. Como argumentava Alain Touraine, com a passagem para uma sociedade pós industrial os conflitos capitais e outros desníveis tornam-se mais salientes e geram novas identidades,

⁴³ Fox, Richard & Starn, Orin. “Introduction”. In Richard Fox & Orin Starn (org.) *Between Resistance and Revolution - Cultural Politics and Social Protest*. New Brunswick/New Jersey/London: Rutgers University Press, 1997, p.3.

⁴⁴ José Vidal (Stº Antoni de Calonge – Catalunha, 1927), refugiado da guerra civil de Espanha, fixou-se na Cova da Piedade em 1942. Foi escriturário na fábrica de cortiça Cabruja & Cabruja Lda, e funcionário na tesouraria da CCP. Em 1956 filiou-se na Cooperativa, e em 1969 foi 1º Secretário da Assembleia-geral.

o exercício do poder é menor no mundo do trabalho e maior na “criação de modos de vida, tipos de comportamento e necessidades”⁴⁵. Wieviorka assinalava que o aumento das desigualdades, a precarização, a desestruturação da relação salarial, o desemprego, “mas também a tomada de consciência dos estragos do progresso inflectiram em profundidade o surto das identidades culturais”⁴⁶. O “surto das identidades culturais” é fundamentado por Manuel Castells como proveniente da existência de múltiplos campos de conflitualidade, para além das lutas económicas e sociais, como conflitos sobre a produção de significado, sobre identidade e sobre cultura⁴⁷. A sobrevivência da CCP foi assegurada por delegados do partido, que não souberam integrar e mobilizar as novas gerações. Sven Ake Book dizia que o futuro do movimento cooperativo dependia inevitavelmente da integração de jovens, alertando “que convidar jovens a aderir a estruturas bem preparadas, e dizer-lhes que nada é possível para lá do *status quo*, apenas os deixará empenhados fora do mundo cooperativo”.⁴⁸ A partir da década de 1980, a estratégia global do movimento cooperativo tornou prioritária a eficiência económica, obliterando o significado e a identidade cultural das cooperativas locais. Os dirigentes cooperativos defenderam a centralização organizacional, reduzindo as cooperativas a espaços de consumo e posterior liquidação, por não poderem competir com as estratégias capitalistas das cadeias de supermercados.⁴⁹

Algumas reflexões

As organizações cooperativas representam uma longa história de ideologias, utopias e práticas, em que a consciência de lutar pela sociedade ideal foi tão importante como deverá ser no futuro. A orientação futura exige visões alargadas em relação à identidade do movimento cooperativo, à democracia participativa e à economia efectiva. Boaventura Sousa Santos diz-nos que é necessária uma globalização alternativa, uma globalização da solidariedade e da reciprocidade, da cidadania pós-nacional, do desenvolvimento económico sustentável e democrático, do comércio justo como

⁴⁵ Touraine, Alain. “Os Movimentos Sociais: Objecto Particular ou Problema Central da Análise Sociológica”. Em *O Retorno do Actor: Ensaio sobre Sociologia*, Lisboa: Piaget, 1996, p. 25.

⁴⁶ Wieviorka, Michel. *A Diferença*, Lisboa: Fenda, 2002, pp. 49-50.

⁴⁷ Castells, Manuel. *O Poder da Identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

⁴⁸ Book, Sven Ake. *Valores Cooperativos, um Mundo de Mudança*. Lisboa: Instituto António Sérgio 1993, p. 216.

⁴⁹ Em 2005 a CCP foi integrada na Puricoop como estratégia de sobrevivência económica e em 2010 encerrou as suas portas, deixando um espólio bibliográfico e documental incomensurável.

condição do comércio livre, do respeito pela igualdade através da redistribuição, e do respeito pela diferença através do reconhecimento⁵⁰. O cooperativismo pode contribuir para este projecto social, alterando as premissas que fizeram do homem um “animal económico” através de uma lógica mercantilista e de uma racionalidade económica que parece determinada a destruir a concepção do ser humano. Como nos diz Marcel Mauss, foi necessária a vitória do racionalismo e do mercantilismo para que fossem postas em vigor e elevadas à categoria de princípios as noções de lucro e de indivíduo⁵¹. Estas tendências generalizam-se nos grupos sociais, destruindo o sentido comunitário, enfraquecendo os laços de solidariedade, contrariando a dinâmica fundadora da sociedade e incentivando uma concepção de troca no âmbito de uma lógica utilitarista, fundamentada no capital e no lucro. A reciprocidade como dimensão política simboliza não apenas o compromisso dos indivíduos, mas a possibilidade de fugir ao holismo e ao individualismo, restabelecendo a confiança nas relações sociais. Como propõe Pierre Bourdieu, o jogo de troca significa como todos os jogos o cumprimento de regras e de valores morais que honrem a humanidade dos outros parceiros, incentivando a criação de laços sociais e cumplicidades, como lógica construtora da dinâmica social⁵².

Numa sociedade ultraliberal em que o capital se reproduz a si próprio, a cooperação pode contribuir para uma sociedade mais justa, mas o seu futuro depende da integração de jovens nas organizações e do debate ideológico. Paralelamente emergem “novos movimentos sociais”, reinventando novas formas de protesto e de resistências, edificados sobre “velhos” conflitos sociais, que continuam a opor na sua génese capital e trabalho, porque a divisibilidade das sociedades produz sempre um discurso de alternativa estratégica. Para os sócios da CCP permanece na memória o conflito entre anarco-sindicalistas e comunistas na construção de um ideal cooperativo, alicerçado na luta do movimento operário protagonizada pela classe dos corticeiros e dos arsenalistas.

Referências

Abreu, Carlos & Branco, Francisco. *O Associativismo: Tradição e Arte do Povo de Almada*. Almada: Edição da Câmara Municipal de Almada, 1987.

⁵⁰ Sousa Santos, Boaventura (Org.) *Produzir para Viver: os Caminhos da Produção Não Capitalista*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

⁵¹ Mauss, Marcel. *Ensaio Sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70, p. 189.

⁵² Bourdieu, Pierre. *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*. Oeiras: Celta Editora, 2001, p. 126.

Bonifácio, M. Fátima. "Os arsenalistas da Marinha na Revolução de Setembro (1836)". *Análise Social*. Vol.1. XVII (65), 1981, p. 29-65.

Book, Sven Ake. *Valores Cooperativos, um Mundo de Mudança*. Lisboa: Instituto António Sérgio, 1993.

Bourdieu, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*. Oeiras: Celta Editora, 2001.

Castells, Manuel. *O Poder da Identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

Correia, Sérvulo. *Cooperação, Cooperativismo e Doutrina Cooperativa*. Separata de Estudos Sociais e Corporativos, (Julho/Setembro), 1965.

Fairbairn, Brett. *The Meaning of Rochdale: The Rochdale Pioneers and the Co-operative Principles*. Centre for the Study of Co-operatives: University of Saskatchewan, 1994.

Fentress, James & Wickham, Chris. *Memória Social*. Lisboa: Teorema, 1994.

Flores, Alexandre & Policarpo António. *Arsenal do Alfeite, Contribuição para a História da Indústria Naval em Portugal*. Junta de Freguesia do Laranjeiro, 1998.

Flores, Alexandre. *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário (1860-1930)*. Almada: Edição da Câmara Municipal de Almada, 2003.

Fox, Richard & Starn, Orin. "Introduction". In: *Between Resistance and Revolution - Cultural Politics and Social Protest*. New Brunswick/New Jersey/London: Rutgers University Press, 1997, p. 1-16.

Godinho, Paula. *Memórias da Resistência Rural no Sul, Couço (1958/1962)*. Oeiras: Celta Editora, 2001.

Lefranc, George. "O Acordar do Proletariado". In: *História do Trabalho e dos Trabalhadores*. Odivelas: Europress, 1988, p. 235-272.

Leite, João Salazar. *Cooperação e Intercooperação*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

Lenine. *O Estado e a Revolução*. Lisboa: Distribuição Dinalivro, s/d.

Luzia, Ângela. "Trabalho e Identidade na Indústria Corticeira". In: *Encontro Internacional sobre Indústria Corticeira, Seixal*. Almada: Museu da Cidade, 2000.

Marx & Engels. *Collected Works*, Vol. 20.

Mauss, Marcel. *Ensaio Sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2001.

Oliveira, César. *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*. Lisboa, 1975.

Patriarca, Fátima. *Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro de 1934*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.

Ramos, António Alberto. *Cooperativa de Consumo Piedense, 100 anos de Futuro*. Junta de Freguesia da Cova da Piedade.

Rodrigues, Jorge de Sousa. “Infraestruturas e Urbanização da Margem Sul: Almada, séculos XIX e XX”. *Análise Social*, vol. XXXV (156), 2000, p. 547-581.

Roussell, Concepción y Albóniga, Norberto. *Historia de las cooperativas de consumo vascas*. Federación de Cooperativas de Consumo de Euskadi. 1994.

Simões, Maria Dulce Dias Antunes. “Memórias e Identidades da Cooperativa de Consumo Piedense”, repositório do ISCTE/IUL, 2005, online: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/1259>

Sousa Santos, Boaventura (Org.) *Produzir para Viver: os Caminhos da Produção Não Capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Touraine, Alain. “Os Movimentos Sociais: Objecto Particular ou Problema Central da Análise Sociológica”. In: *O Retorno do Actor: Ensaio sobre Sociologia*, Lisboa: Piaget, 1996, p. 97-112.

Wieviorka, Michel. *A Diferença*. Lisboa: Fenda, 2002.

Os trabalhadores da Mundet: contributos para a história da comunidade corticeira do Seixal

Fátima Afonso e Fernanda Ferreira¹

Nota introdutória

Em 1905, a firma de origem catalã então sedeadada nos Estados Unidos da América L. Mundet & Sons (de que a Mundet & C.^a, Lda. (1922-1988) foi sucessora em Portugal) instala uma fábrica de produtos corticeiros junto à antiga vila do Seixal. Mais tarde, foram instaladas fábricas Mundet em Inglaterra, Canadá, Espanha e Argélia. O negócio corticeiro baseava-se na comercialização de quantidades significativas de matéria-prima preparada (assegurando o fornecimento de cortiça indispensável à laboração das fábricas transformadoras que a Mundet detinha no estrangeiro) e de produtos manufaturados, através da dinamização de redes de contactos de agentes e clientes que a Mundet manteve ao longo do seu período de atividade.

Em 1917, a empresa funda uma segunda unidade industrial no município do Seixal, na freguesia de Amora (desativada em 1964). Trabalhando de acordo com uma estratégia industrial que radicava numa forte complementaridade técnica e de recursos humanos, tornou-se comum a mobilidade de trabalhadores entre os dois estabelecimentos fabris, mediante as necessidades ocasionais de um maior número de mão-de-obra. Para além destas, instalou fábricas em Mora, Ponte de Sor, Vendas Novas (unidades fabris sucursais, vocacionadas sobretudo para a aquisição e preparação de matéria-prima) e Montijo.

O presente trabalho visa divulgar os primeiros resultados do estudo do Fundo Documental Mundet (em fase exploratória), reportados à caracterização dos trabalhadores que laboraram nas fábricas da Mundet, no concelho do Seixal, entre 1940 e 1950. Este foi o período considerado pertinente para o nosso estudo dado que, por um lado, foi a década de maior crescimento da empresa em Portugal, chegando a ser considerada uma das maiores empregadoras do distrito de Setúbal e uma das mais importantes empresas exportadoras nacionais. Por outro lado, este foi um decénio marcado pela II Guerra Mundial (1939-1945) no que se refere quer à organização militar das condições de

¹ Câmara Municipal do Seixal / Ecomuseu Municipal do Seixal [ecomuseu@cm-seixal.pt].

Os trabalhadores da Mundet: contributos para a história da comunidade corticeira do Seixal trabalho e da defesa da economia nacional (através dos Serviços de Mobilização Industrial do Ministério da Guerra), quer à crise na indústria corticeira pelo significativo decréscimo de procura dos seus produtos, pelas dificuldades de transportes numa indústria vocacionada para a exportação e ainda pelas reivindicações salariais dos seus trabalhadores.

Este fundo documental (remanescente do processo de falência da Mundet & C.^a, Lda.) é, desde finais de 1996, tutelado pelo município do Seixal, encontrando-se sob gestão do Ecomuseu Municipal do Seixal.

Contextualização do objeto de estudo e metodologia adotada

O Fundo Documental Mundet constitui uma valiosa base para a compreensão das relações de produção, da evolução da mão-de-obra na indústria corticeira e da respetiva circulação e transmissão de saberes.

O ficheiro de pessoal da Mundet & C.^a Lda., uma das fontes mais importantes para o estudo dos seus trabalhadores, é constituído por cerca de 10 mil boletins e integra dois modelos de *Boletim de Inquérito*, um introduzido nos anos 40 do séc. XX e o mais recente adotado na década de 60. O presente trabalho incidiu sobre o modelo mais antigo de *Boletim de Inquérito* que, constituindo uma fonte mais completa, contém dados de identificação pessoal do trabalhador, informações sobre a sua vida profissional e sobre a constituição da família a seu cargo.

Este modelo de *Boletim*, produzido na época em análise, foi por nós considerado como universo de estudo dos trabalhadores das duas fábricas Mundet existentes no concelho (instaladas nas freguesias de Seixal e Amora), tendo como critério de seleção as fichas cuja data de preenchimento se reporta ao período entre 1940 e 1950. A partir da pesquisa desta importante fonte, desenvolvemos o estudo e a caracterização dos trabalhadores da Mundet & C.^a, Lda. no concelho do Seixal, procurando integrar esta investigação no contexto sociocultural, económico e dos movimentos operários da década.

Para o período em análise, os relatórios da empresa fornecem-nos apenas os dados relativos ao ano de 1947. Naquele ano, a fábrica do Seixal contava com 2269 corticeiros e a fábrica de Amora com 953 operários (estes dados são específicos para os operários corticeiros, não contabilizando nem os empregados de escritório, nem outros serviços de apoio). Para a elaboração do nosso estudo, estimamos ter analisado cerca de 45% do total de boletins, resultando numa seleção de 2225 trabalhadores.

Boletim de Inquérito. © EMS/CDI – Fundo Documental Mundet.

Caracterização da comunidade corticeira local²

Na década de 40 do século XX encontravam-se instaladas no município do Seixal fábricas de cortiça de média e grande dimensão que empregavam um elevado número de trabalhadores³. O concelho representava então cerca de 1/3 da mão-de-obra corticeira do distrito de Setúbal e cerca de 15% a nível nacional⁴.

A instalação de duas importantes fábricas no limite do perímetro da antiga vila (unidades fabris das empresas Mundet & C.^a, Lda. e C. G. Wicander, Lda.), geradoras de grande oferta de emprego não só para a população local, como para a migrante, deu origem ao incremento populacional da povoação.

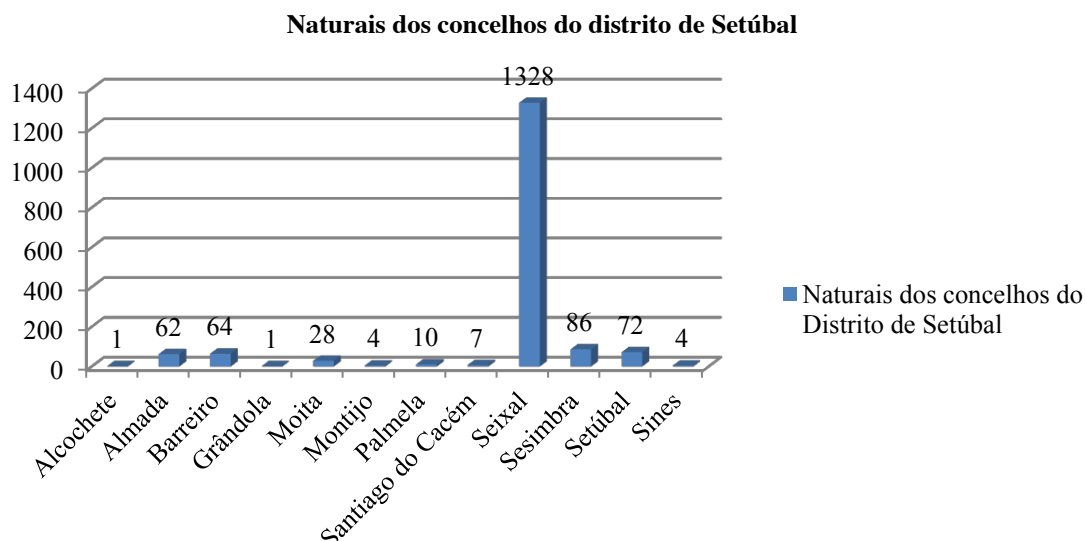
Na pequena vila do Seixal, a população em crescimento foi-se concentrando no velho tecido urbano, caracterizado por ruas estreitas, travessas

² Os gráficos apresentados ao longo do texto são de elaboração das autoras a partir de dados recolhidos nos *Boletins de Inquérito*.

³ Em 1943, as unidades industriais das empresas *Mundet & C.^a, Lda.* (fábricas em Seixal e Amora), *Produtos Corticeiros Portugueses, Lda.* (Amora) e *C. G. Wicander, Lda.* (Seixal) detinham cerca de 3400 trabalhadores. Arquivo Histórico Militar/Serviços de Mobilização Industrial (1943-1946).

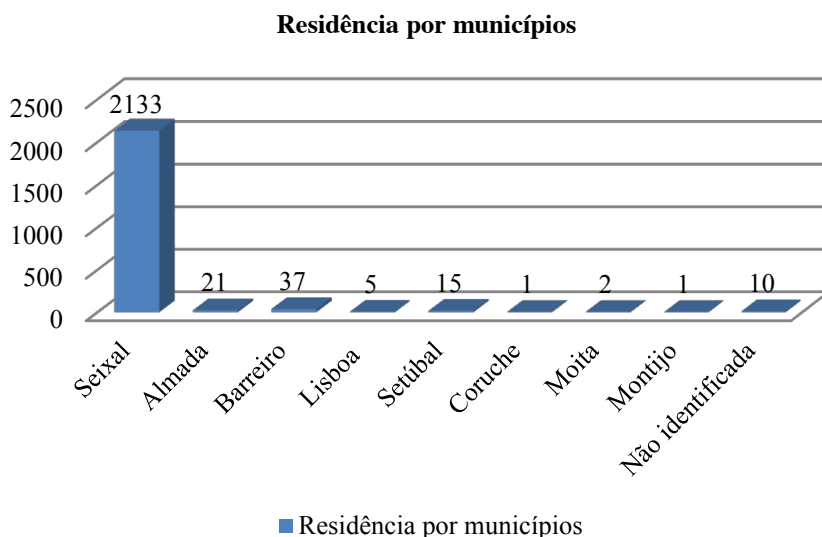
⁴ Filipe, Graça. Antigas fábricas em meios urbanos: como transformar os espaços de trabalho em locais de cultura?'. *Arqueologia Industrial*. Porto: Associação para o Museu da Ciência e da Indústria. 3^a série, vol. I, n.º1-2, p. 127-133, 1997.

Os trabalhadores da Mundet: contributos para a história da comunidade corticeira do Seixal e algumas praças. A antiga vila, mantendo praticamente a mesma área, começou a ter o seu quotidiano alterado pela presença das fábricas, refletindo um crescimento populacional moderado: de 3307 habitantes em 1920 ascende a 3479 em 1930 e, em 1940, registam-se 3911 residentes na sede do concelho⁵. O crescimento da população originou a urbanização de terrenos nos arrabaldes – o designado *bairro novo* ou *bairro operário* –, junto ao antigo cemitério e às instalações da fábrica corticeira da C. G. Wicander, Lda.



O crescimento da população residente teve como consequência um certo entorpecimento no tecido urbano da antiga vila, não só em termos de área construída como, por escassez desta (a construção de sucessivos aterros beneficiou, sobretudo, a melhoria dos acessos viários e fluviais, não aumentando consideravelmente a superfície urbana disponível), pela opção de acréscimo de um piso superior ou de mansarda às ordinárias casas de piso térreo. Apesar do crescimento da população na vila-sede do concelho, as condições de habitabilidade, higiene e salubridade, bem como o abastecimento público de água e de eletricidade, continuaram a ser deficientes.

⁵ Nabais, António J. *História do Concelho do Seixal: Cronologia*. Seixal: Câmara Municipal. 1981, 143 p.



Procurámos dados nos *Boletins de Inquérito* dos trabalhadores da Mundet que nos permitissem caracterizar as suas habitações. Dos 2225 trabalhadores, apenas 195 residiam em casa própria ou de um familiar.

Catorze trabalhadores habitavam em casas com 8 a 12 divisões, tratando-se na sua maioria de pessoal técnico, encarregados e empregados de escritório. Nove indivíduos responderam não ter o usufruto pleno da habitação, habitando apenas uma parcela da casa.

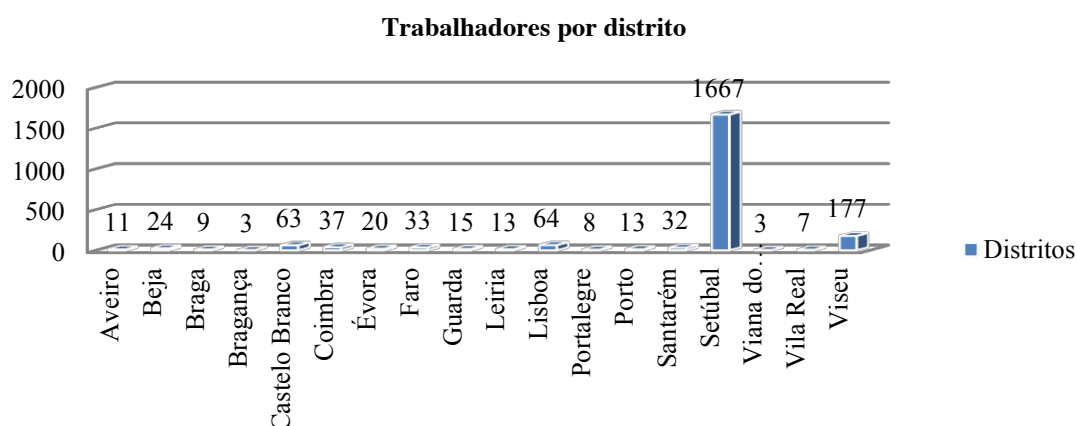
Em 1925, o jornal *O Seixalense* destacava que “Dispondo, relativamente, de pequena superfície urbana, a vila do Seixal alberga para cima de 4000 habitantes, pelo que se observa que em casas onde mediocrementemente poderiam habitar 4 ou 5 pessoas residem pelo menos 7, 8 ou mais.” Com o incremento industrial do concelho e mantendo a povoação sensivelmente a mesma área urbana, com o passar do tempo esta situação agravou-se.

Os *Boletins* revelaram ainda que alguns trabalhadores (18) dispunham de casa com terreno destinado a vinha ou terra de cultivo. Se por um lado estas pequenas parcelas agrícolas próximas das áreas urbanas e industriais (hortes junto a linhas de água, ou courelas em casais, foros ou quintas situadas na periferia das povoações) visavam satisfazer as necessidades alimentares das pessoas com poucos recursos, podendo a venda dos eventuais produtos excedentes constituir um complemento do rendimento da família, por outro lado esta atividade agrícola residual constituía uma forte referência cultural e identitária das pessoas que migraram de zonas rurais do interior do País para o concelho, motivadas pelo forte incremento da indústria e consequente desenvolvimento económico.

Um dos principais pontos de interesse da pesquisa efetuada foi a possibilidade de compreender os movimentos migratórios que resultam na

Os trabalhadores da Mundet: contributos para a história da comunidade corticeira do Seixal construção da comunidade corticeira local. Regista-se um maior número de trabalhadores provenientes da península de Setúbal. Contudo, por um lado, verifica-se um número pouco significativo de mão-de-obra migrante de concelhos do distrito não integrados na sub-região da península de Setúbal (Grândola, Santiago do Cacém e Sines). Por outro lado, face à atração de mão-de-obra exercida pelos importantes centros corticeiros de Almada, Montijo e Barreiro (com um elevado número de fábricas e fabricos corticeiros) e dada a distância e a deficiente rede de transportes à disposição, os indivíduos provenientes dos concelhos de Alcochete, Palmela e Moita são em número pouco significativo.

Num universo de 1667 trabalhadores do distrito de Setúbal, cerca de 79,7% são naturais do município do Seixal.



Uma vertente de trabalho (a carecer de maior aprofundamento) surge quando cruzamos os dados da naturalidade com as freguesias escolhidas para residência. Assim, no caso dos naturais do município de Oliveira de Frades, no distrito de Viseu, verifica-se que a sua maioria (41 indivíduos num total de 55) optou por residir na freguesia de Arrentela e 6 na vizinha freguesia de Aldeia de Paio Pires. Apenas 8 indivíduos escolheram a antiga vila do Seixal para sua residência.

Os naturais do concelho e distrito de Castelo Branco (num total de 47 indivíduos) preferiram a sede do concelho (38 trabalhadores) e só uns residuais nove indivíduos optaram por residir nas freguesias de Amora e Aldeia de Paio Pires.

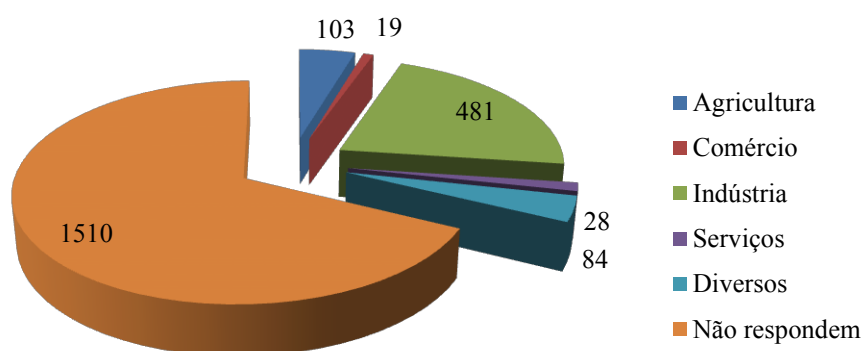
Estas opções pela área de residência deixam adivinhar uma continuidade de laços de cooperação e de sociabilidade – face às dificuldades de inclusão na comunidade local – entre indivíduos oriundos do mesmo meio geográfico e partilhando os mesmos antecedentes socioculturais e identitários. A inserção social destes trabalhadores na comunidade local far-se-á muito por via do

mundo do trabalho e pela sua participação nas associações locais de recreio, cultura e desporto.

A experiência profissional e as migrações de operariado especializado

Dos 2225 registos analisados, 1510 trabalhadores não declararam experiência profissional anterior. Os restantes encontram-se distribuídos pelos seguintes sectores de atividade económica: agricultura, Comércio, indústria (empregando 67% do total de trabalhadores), serviços e diversos.

Experiência profissional anterior



Os trabalhadores empregados na indústria corticeira antes da sua admissão na Mundet são 160, distribuídos pelas empresas C. G. Wicander, Lda. (Seixal), a Companhia de Agricultura de Portugal, Lda. (Seixal), a Produtos Corticeiros Portugueses, Lda. (Amora), entre outros fabricos locais. Outros trabalhadores (41) tiveram experiência profissional prévia em fábricas corticeiras situadas em Lisboa, Almada, Barreiro, Setúbal, Silves, Faro, Portalegre, Castelo Branco e Vila Nova de Gaia.

As diferenciações salariais que então se encontravam estabelecidas entre as diferentes regiões do País poderão ter desempenhado um papel importantes nestas movimentações de operariado corticeiro. Mediante despacho de 2 de agosto de 1941, os salários mínimos para os operários corticeiros foram estabelecidos através de uma tabela salarial tríplice: salários mais baixos no Norte, mais altos na região Centro e intermédios no Sul.

Porém, os *Boletins de Inquérito* deixam adivinhar fluxos migratórios de mão-de-obra especializada não só na indústria corticeira, mas também na indústria vidreira. Temos assim operariado proveniente da fábrica da Empresa Vidreira da Fontela (Coimbra), que terá iniciado a laboração em 1920. Na altura, esta firma teve de recorrer a trabalhadores qualificados oriundos sobretudo das zonas

Os trabalhadores da Mundet: contributos para a história da comunidade corticeira do Seixal vidreiras de Amora e Marinha Grande⁶, não só para trabalhar o vidro, mas também para o empalhamento de garrafas e garrafões.

O mesmo aconteceu com trabalhadores da unidade fabril da Companhia das Fábricas de Garrafas de Vidro de Amora⁷ que, em 1919, instala uma fábrica sucursal da empresa em Campanhã, na cidade do Porto, verificando-se um fluxo migratório de operariado garrafeiro qualificado. Encerrada a fábrica na Amora, em 1926, os vidreiros amorenses terão migrado para outros centros de indústria vidreira e, mais tarde, à falta de trabalho⁸, regressam ao município do Seixal, ingressando na indústria corticeira.

Verifica-se ainda a existência de trabalhadores corticeiros com experiência profissional anterior na indústria vidreira em Lisboa, Alcobaça, Vila Nova de Gaia e Campanhã (Porto).

Identificámos ainda o caso de uma operária da indústria têxtil (natural da freguesia de Arrentela, Seixal) que trabalhou durante cinco anos na Fábrica de Lanifícios da Chemina, em Alenquer, tendo depois regressado à Arrentela, onde trabalhou como cerzideira na Companhia de Lanifícios de Arrentela (CLA), antes de ser admitida na Mundet, em 1933. Neste caso, não terá sido indiferente o facto de a fundação da Companhia de Lanifícios da Chemina (1889) ter ficado a dever-se à iniciativa de José e Salomão Guerra, naturais de Arrentela e gerentes daquele estabelecimento⁹. Depreendemos que este caso poderá indiciar o recrutamento de operariado especializado da CLA (empresa constituída em 1862), possuidores de um saber-fazer que constituiria uma mais-valia para o estabelecimento fabril recém-instalado.

Entre as indústrias locais consideradas na experiência profissional anterior, tiveram maior peso a unidade fabril da Companhia das Fábricas de Garrafas de Vidro de Amora e empresas subsidiárias de empalhação de garrafas e garrafões (entre as quais se destaca a empresa de Joaquim Trindade, em Amora) e a Fábrica de Lanifícios de Arrentela.

⁶ [Consultado em 11-12-2013]. Disponível em: <URL: <http://arquivo.presidencia.pt/details?id=35694>>.

⁷ Em 1888 foi constituída a Companhia da Fábrica de Vidros da Amora que irá instalar, no ano seguinte, a primeira grande fábrica de produção especializada no sector da garrafaria comum de vidro preto para vinhos e outras bebidas, no concelho do Seixal.

⁸ A partir do final da década de 1930, com a introdução de garrafaria mecânica e as alterações verificadas nos processos de fabrico, a indústria passou a admitir um maior número de pessoal não especializado, a um custo salarial mais baixo.

⁹ [Consultado em 11-12-2013]. Disponível em: <URL: <http://www.cm-alenquer.pt/Catalogs/listentities.aspx?category=24&page=11>>.

Estes dados revelam-nos a existência de um considerável volume de mão-de-obra disponível e devidamente experimentada nos ritmos de trabalho e na disciplina fabril, que irá reverter a favor do crescimento da comunidade corticeira local.

Escolarização e qualificação profissional

Provenientes de contextos familiares de baixos recursos económicos e culturais, cerca de 45,6% do universo de trabalhadores da Mundet eram analfabetos. Apesar de 79% não terem tido acesso a qualquer grau de escolarização, 46% declararam ter desenvolvido capacidades de leitura e escrita básicas para a vida quotidiana. No que respeita a habilitações, constata-se um alargado leque de graus atingidos, da frequência ou conclusão da instrução primária ao ensino secundário e à preparação para o sacerdócio (dois seminaristas).

A partir de 1930, o ensino primário elementar continua a manter o regime das classes em vigor, mas é dividido em dois graus, compreendendo o 1.º grau as matérias das três primeiras classes, e o 2.º grau as que dizem respeito ao programa da 4.ª classe.

Procurando combater as elevadas taxas de analfabetismo em Portugal, a partir de 1936 o ensino primário elementar é obrigatório para todos os portugueses e ministrado em classes, sendo obrigatória a inscrição dos alunos os quadros da Mocidade Portuguesa.

São 425 os trabalhadores da Mundet que declararam ter frequentado ou completado a instrução pública primária; destes, 100 referem ter atingido o 1.º grau e 191 o 2.º grau. No caso do operariado masculino, registaram-se alguns casos de aquisição de competências de leitura e escrita através de “aulas regimentais”, que desenvolviam cursos de alfabetização durante o período de serviço militar obrigatório.

No período do Estado Novo, concluído o ensino primário elementar com um exame da quarta classe obrigatório na sede do concelho, os estudantes passavam ao ensino secundário optando pela via liceal de preparação para ingresso na universidade, ou pelo ensino técnico-profissional de carácter mais prático. Na sequência da reforma cujas bases foram promulgadas pela Lei n.º 2025, de 19 de junho de 1947, o desenvolvimento deste ensino fazia-se por opção entre cursos nas áreas dos serviços, formação feminina, indústria e artes (genericamente dividiam-se em cursos de comércio ou de indústria).

Dos trabalhadores que declararam ter frequentado ou completado o ensino secundário, oito indicam ter o curso de liceu, três indicam o curso comercial e oito referem a frequência do curso industrial. Para além destes, registe-se ainda nos quadros da Mundet uma regente escolar, com curso de labores, a exercer o ensino das primeiras letras e a promover o desenvolvimento de atividades complementares e recreativas nas Casas de Infância que a empresa detinha em Amora e Seixal.

Apesar de se preconizar a instalação de escolas técnicas para operários nos principais centros corticeiros do País, a sua organização nos anos 40 do século XX tardava a concretizar-se. As insuficientes bases de conhecimentos técnicos e tecnológicos obtidos por meio da aprendizagem formal terão sido colmatados, na maioria dos casos dos trabalhadores da Mundet, pelo saber-fazer adquirido no quotidiano da fábrica ao longo de vários anos de observação e de experiência (desde o conhecer as características da matéria-prima, à nomenclatura técnica de instrumentos e máquinas e ao conhecimento dos processos de fabrico), de que resultou a aquisição de saberes necessários ao trabalho da cortiça e, em última análise, na formação de operários corticeiros qualificados.

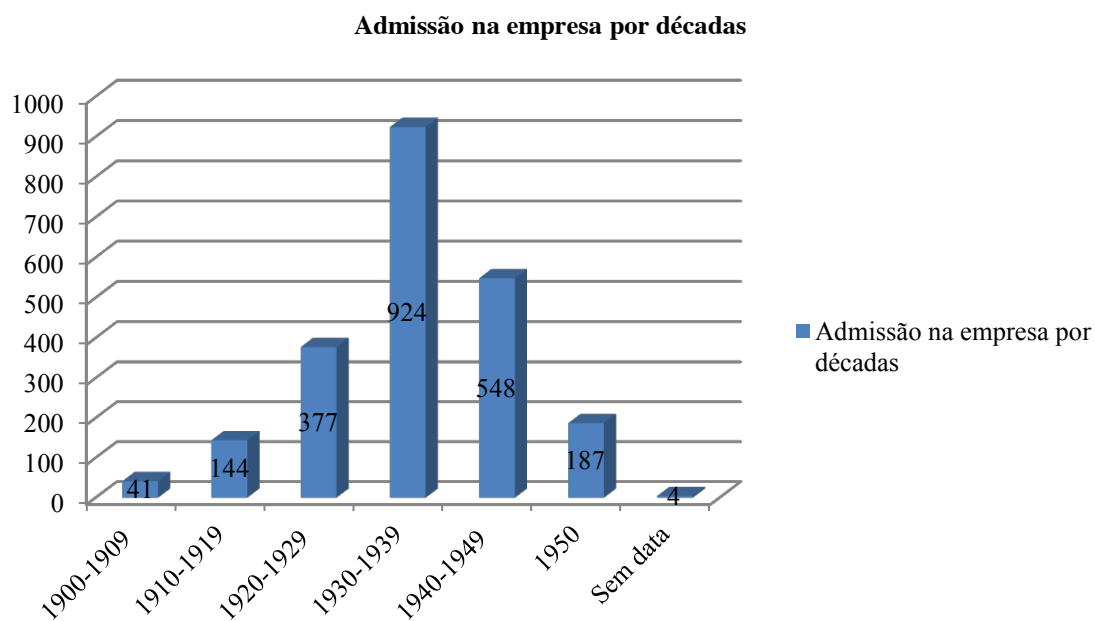
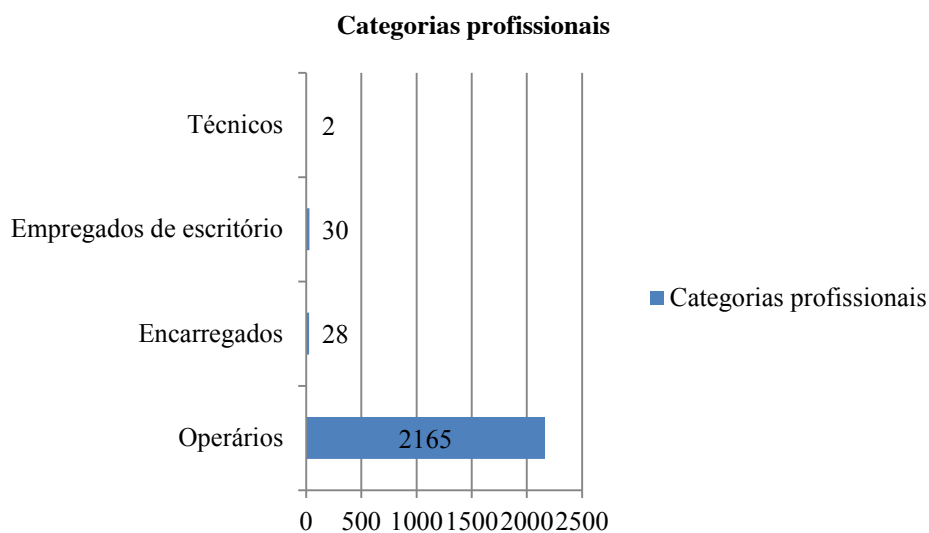
Esta formação dos operários especializados era ainda reforçada pela prática tradicional de domínio e circulação geracional do saber técnico, procurando os pais – eles próprios encarregados de oficina ou operários com aptidão especializada para o trabalho manual da cortiça (entre outros, escolhedores de prancha, calibradores, recortadores, quadradores, escolhedores de rolhas, discos e papel) – iniciar cedo os filhos na vida da fábrica para lhes transmitirem, em contexto de trabalho, os seus conhecimentos e técnicas profissionais, possibilitando assim a sua inserção e ascensão a uma certa “elite profissional” integrada no quadro dos trabalhadores da empresa.

Na fábrica

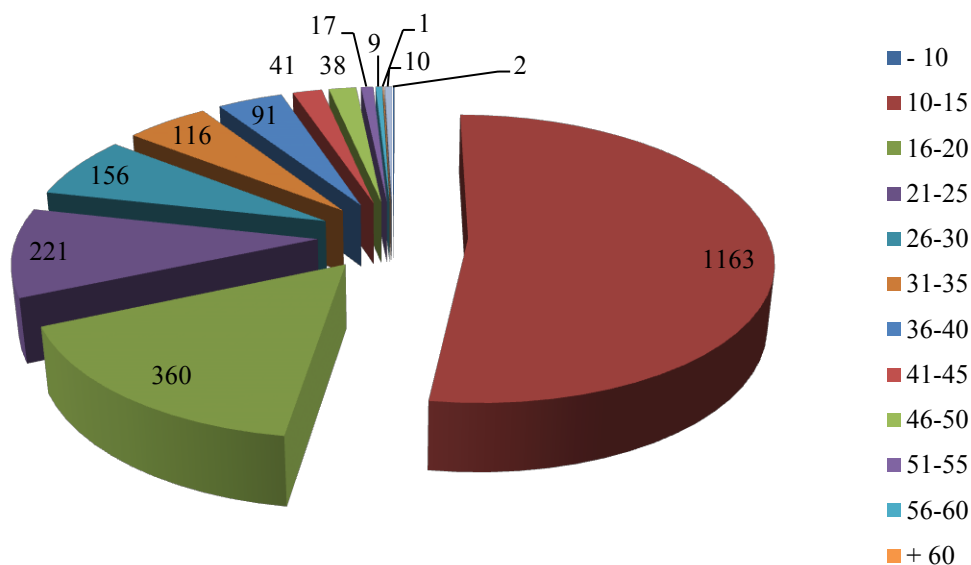
Através dos *Boletins* constatamos que os operários corticeiros¹⁰ atingem cerca de 97% no universo de trabalhadores da Mundet. Genericamente, podemos verificar que os anos 30 e 40 do século XX foram as décadas que registaram um maior número de admissões de trabalhadores. Importa ainda referir que a idade de admissão na faixa etária entre o 10-15 anos atingiu os 52%, sendo seguida das

¹⁰ Incluímos, entre outros, os trabalhadores afectos a serviços de apoio como sejam a creche, a casa de infância, a serralharia, a carpintaria, entre outros. Inclui-se o exercício de funções de ama, cozinheiro, descarregador, fragateiro, subencarregado.

faixas etárias dos 16-25 anos, que compreendem 26% dos trabalhadores. As restantes não atingem valores superiores a 10%.



Distribuição por nível etário de admissão de trabalhadores na empresa



O despacho de 2 de agosto de 1941 estabelece, pela primeira vez, as condições de prestação e regulamentação do trabalho da indústria corticeira nacional. A análise dos *Boletins* permite-nos traçar a evolução salarial, da fixação de salários mínimos aos aumentos gerais, para além dos aumentos propostos pela própria empresa.

Em julho de 1942 é atribuído um aumento de 5% no salário, para contribuição para os fundos da Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.^a, Lda., criada nesse mesmo ano. Do total de registos analisados, cerca de 34% estavam inscritos nesta instituição de assistência social.

A Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.^a, Lda.¹¹, a primeira organização deste tipo em Portugal no âmbito da indústria corticeira, exerceu a sua ação sobre os empregados e operários assalariados com carácter permanente ao serviço daquela empresa.

Os benefícios de que gozavam os trabalhadores da Mundet – abrangendo as fábricas corticeiras de Seixal e Amora (Seixal), Montijo, Mora e Ponte de Sor, e ainda as sucursais de Lisboa e Porto, atingiu um total de 4246 beneficiários no primeiro ano de funcionamento – abarcavam a assistência médica, o subsídio na doença, a reforma ordinária aos 65 anos e extraordinária por invalidez e o subsídio por morte.

¹¹ A criação de Caixas de Previdência encontrava-se regulamentada desde 1935, com a publicação da Lei n.º 1884, de 16 de Março, sobre o Regime Geral de Previdência.

Para além destes benefícios, a Caixa de Previdência promovia outras iniciativas de apoio social, entre outros, a assistência a parturientes, a distribuição de medicamentos, roupas e calçado aos filhos dos beneficiários na quadra natalícia.

Em 1943, a Caixa de Previdência contava já com dois postos médicos, um situado no Seixal (onde foi também instalado um dispensário antituberculoso) e outro na Amora. A clínica médica contou ainda com a colaboração de médicos especialistas da Faculdade de Medicina de Lisboa, chegando a desenvolver-se estudos e investigação no âmbito das doenças pulmonares na década de 1940.



Posto médico da Caixa de Previdência da Mundet (Seixal). © EMS/CDI – Fundo Documental Mundet, n.º inv. EMS.2004.000065.00036.

As mulheres e menores na fábrica

Ao longo do século XX, a progressiva introdução de máquinas na indústria corticeira levou à admissão de mulheres e menores nos diversos sectores de produção, executando um trabalho não especializado por um salário mais baixo e muitas vezes com carácter adventício¹².

¹² O despacho de 2 de agosto de 1941 determinava que, na região Centro, os operários do sexo masculino com a categoria profissional de faxinas recebiam um salário de 11\$00, enquanto os operários de sexo feminino com a mesma categoria recebiam apenas um salário de 8\$00.

Os trabalhadores da Mundet: contributos para a história da comunidade corticeira do Seixal

Com exceção dos sectores de preparação e na indústria de aglomerados de cortiça em que a mão-de-obra era predominantemente masculina, o operariado feminino foi uma constante na indústria corticeira. Os *Boletins* analisados confirmam a forte presença de operárias corticeiras nas fábricas de Seixal e Amora. Entre 1940 e 1950, estão registados 1244 trabalhadores do género feminino e 981 do género masculino.



Oficina de escolha mecânica de rolhas da fábrica Mundet (Seixal). © EMS/CDI – Fundo Documental Mundet, n.º inv. EMS.2005.000244.00000.

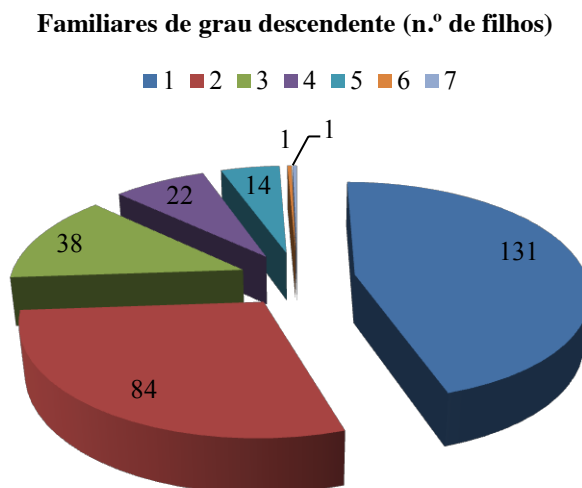
Contudo, o despacho de 2 de agosto de 1941 estabelecia que, em consequência da natureza do trabalho – uns por causa do esforço que acarretavam, outros porque eram demasiado especializados – existiam, na indústria corticeira, trabalhos que estavam interditados às mulheres.

Mercê das dificuldades existentes no sustento da família tornava-se necessário que os filhos, ingressando cedo na vida operária, contribuíssem para as despesas desta. Numa perspetiva geracional de transmissão do saber-fazer corticeiro, muitos dos menores empregues nas fábricas de cortiça eram filhos de operários que já trabalhavam na indústria, por vezes até na mesma fábrica.

Dos 2225 *Boletins de Inquérito* analisados, 862 trabalhadores não têm registo de elementos familiares empregados nas fábricas Mundet. Daqueles que os

declararam, 163 tinham ambos os pais a trabalhar nestas unidades fabris e 539 tinham apenas um familiar ascendente empregue na Mundet.

Das relações de parentesco analisadas, podemos ainda referir que cerca de 31% dos trabalhadores tinham cônjuges integrados nos mapas de pessoal nas fábricas e cerca de 13% tinham os seus filhos empregados nas fábricas do Seixal e de Amora, representados no seguinte gráfico:



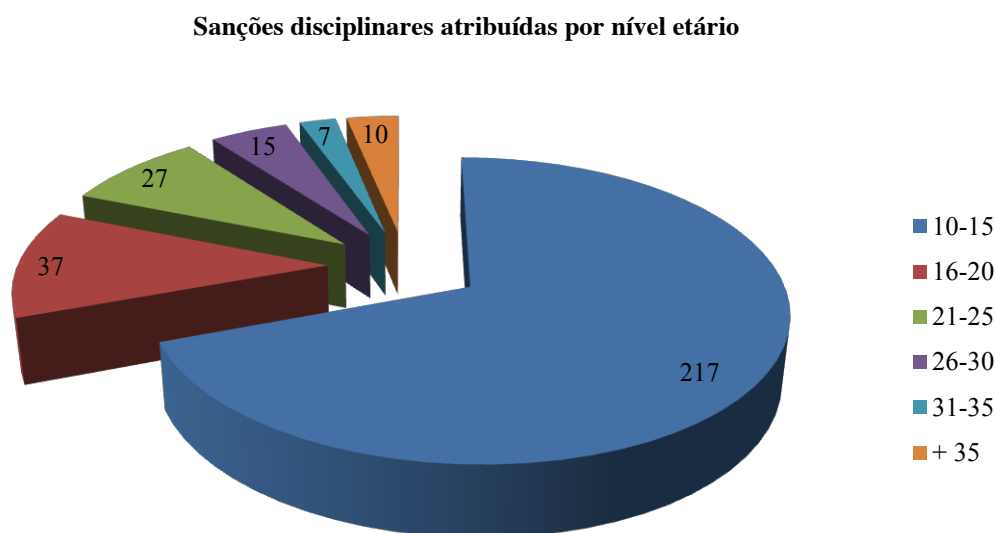
Os operários entravam para a fábrica com a idade mínima de 12 anos (idade mínima permitida pelo Decreto n.º 14498, de 29 de outubro de 1927), embora existissem casos de menores que foram admitidos com idade inferior a 12 anos.

O despacho de 29 de novembro de 1946, à semelhança dos anteriores, limita a entrada de aprendizes em cada secção. É “estabelecido o máximo de 10 por cento de aprendizes, em relação ao pessoal especializado nela [secção] ocupado”. Esta limitação advém do facto de haver uma preocupação com o número excessivo de menores empregues na indústria corticeira e o consequente desemprego dos operários adultos especializados, dada a diferença salarial existente. Importa por isso explorar a relação destes dados com as idades de admissão já apresentadas, em que as faixas etárias de 10-15 anos e 16-20 anos atingiram, respetivamente, os 52% e os 16%.

Os menores eram admitidos na fábrica como ajudantes, aprendizes ou faxinas, realizando pequenas tarefas inerentes ao transporte, preparação e transformação de cortiça passíveis de serem realizadas por mão-de-obra infantil.

Relacionadas com a idade de admissão dos trabalhadores, encontramos as sanções disciplinares atribuídas aos trabalhadores. Num universo de 2225 trabalhadores, 315 indivíduos têm registo de sanções disciplinares.

As sanções disciplinares atribuídas caracterizavam-se pela suspensão do trabalhador em horas ou dias de trabalho e a respetiva perda de remuneração, raramente surgindo casos em que a sanção atribuída era uma mera repreensão (4). Por outro lado, embora raros, surgiram casos em que as ações levaram à baixa de categoria ou de salário (2), à suspensão por tempo indeterminado (2) e mesmo ao despedimento do trabalhador (3).



Cada ação ou atitude considerada menos correta para a disciplina fabril era sancionada de acordo com a sua gravidade. O espectro de situações sancionáveis era lato. No entanto, as incidências registadas poderão ser organizadas em três itens:

- a) Qualidade de trabalho produzido (má execução ou baixo rendimento de trabalho);
- b) Atitudes incorretas (desobediência ou desrespeito ao encarregado e a outros quadros superiores, recusa de executar determinadas tarefas, ofensa e agressão a colegas, falta de comparecimento ou abandono do trabalho);
- c) Ações incorretas (entre outras, ausentar-se do posto de trabalho, ler o jornal, fumar, conversar, brincar, dormir ou comer durante o período de trabalho).

Entre as sanções disciplinares registadas destacam-se atitudes incorretas graves dirigidas contra os encarregados ou subencarregados (16). Com maior regularidade surgem as sanções atribuídas à qualidade do trabalho produzido ou a ações incorretas.

Do total de trabalhadores nas fábricas da Mundet de Seixal e Amora, 52% têm idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos. Esta elevada percentagem de mão-de-obra jovem parece confirmar a consolidação de uma estratégia definida pela empresa logo após a instalação da primeira fábrica no Seixal, numa época em que “a maioria do seu pessoal (era) composto de mulheres e menores (...) quase todos pertencem a famílias de pescadores”¹³. Assim, de acordo com o *Livro de registo de entrada de mulheres e menores na Mundet* (1906-1937), em 1906 foram registados 70 menores admitidos na fábrica do Seixal, 38 dos quais do sexo masculino. Em 1917, ano de instalação da fábrica da Amora, o número de menores admitidos na firma é de 133, sendo 104 do sexo feminino.

O recurso a este tipo de mão-de-obra justificava-se quer por ser mais barata, quer pela necessariamente longa aprendizagem no manuseamento de facas para o fabrico manual de rolhas¹⁴ que tinha início na infância, quer ainda pela introdução de máquinas na indústria rolheira que, não sendo tão exigentes em termos de aprendizagem e de esforço físico, podiam ser facilmente operadas por aprendizes e pessoal não especializado.

No que respeita à disciplina na fábrica, com esta significativa expressão de jovens na constituição do operariado da Mundet, não será pois de estranhar que muitas das sanções disciplinares registadas nos boletins incidam sobretudo em ocorrências relacionadas com brincadeiras durante o horário laboral e com faltas de atenção ao serviço.

Face ao acentuado crescimento do número de trabalhadores na década de 30 do século XX, designadamente de operariado feminino, nas fábricas da Mundet no concelho do Seixal, a 3ª Circunscrição Industrial da Direção Geral da Indústria, do Ministério do Comércio e Indústria, atuou no sentido de coagir a empresa à realização de obras de beneficiação e de apoio social aos seus trabalhadores.

Em 1937, face às deficitárias condições de higiene e salubridade existentes na fábrica e ao seu elevado número de operários, aquela entidade determinou a afixação de normas de segurança no trabalho em todas as oficinas; a introdução de resguardos nas correias de transmissão de energia dos motores às máquinas; e a afixação de avisos em oficinas e armazéns da proibição de fumar, fazer lume

¹³ O *Corticeiro*, 12.06.1909.

¹⁴ Os ofícios de quadrador e de rolheiro manual eram considerados dos mais especializados e bem remunerados da indústria corticeira. Mesmo com a introdução da máquina, continuou a ser valorizada a produção manual de rolhas.

Os trabalhadores da Mundet: contributos para a história da comunidade corticeira do Seixal ou usar luzes de chama livre. Devido ao elevado número de trabalhadores e de operariado feminino, aconselhava-se a instalação de refeitórios e de uma creche.

Os refeitórios, instalados em 1935, vão refletir a hierarquia laboral vigente na fábrica ao organizar-se em espaços autonomizados, onde operários, encarregados e empregados de escritórios tomavam, separadamente, as suas refeições.

Alguns anos mais tarde, merecia reparo “o edifício destinado à creche que, talvez não haja melhor no País”¹⁵. Através dos boletins verifica-se que a existência das creches para os filhos dos trabalhadores nos estabelecimentos fabris de Seixal e Amora serviu como fator de atração e ingresso de pessoal nas fábricas.



Casa da Infância da fábrica Mundet (Seixal). © EMS/CDI – Fundo Documental Mundet, n.º inv. EMS.2010.000387.00000.

As instalações modelares da Creche e Jardim de Infância (1939) que a Mundet pôs à disposição dos seus trabalhadores e familiares, foram complementadas, a partir de 1943, com a edificação da Casa da Infância, para onde as crianças transitavam até à sua entrada na escola oficial. Partilhando a visão industrial da época, através destas medidas sociais de apoio aos trabalhadores visava-se aumentar a produtividade da fábrica, ao mesmo tempo que se contribuía para a preparação e formação profissional de futuros

¹⁵ Informação da 3ª Circunscrição Industrial, 18.04.1939.

operários, procurando garantir assim uma continuidade a nível da qualidade da produção.

Data dos anos 30 do século XX a construção das primeiras estruturas de apoio à prática desportiva na fábrica do Seixal. Estas foram beneficiadas, no início da década de 1950, com a inauguração da sede e campo de jogos do Grupo Desportivo Mundet, possibilitando a recreação e a prática de diversos desportos, como a patinagem artística, hóquei, basquetebol, entre outras. O Grupo Desportivo Mundet proporcionava ainda acesso a biblioteca própria, a sessões de cinema ao ar livre e a programas de rádio do grupo de difusão sonora.

Os trabalhadores da Mundet em greve

Consultado o ficheiro de pessoal da Mundet & C^a Lda., verificamos existirem 149 *Boletins de Inquérito* onde se regista o despedimento de trabalhadores por ordem do Governo devido à paralisação das fábricas de Amora e Seixal, respetivamente a 27 e 28 de julho de 1943.

Os efeitos da II Guerra Mundial refletem-se em Portugal na subida do custo de vida e no racionamento de víveres de primeira necessidade, entre outras dificuldades que, associadas à repressão do regime ditatorial, deram origem a manifestações reivindicativas das classes populares a partir de 1940, a maior parte das quais pelo aumento dos salários e contra a perda de regalias laborais.

No que respeita à Margem Sul do Tejo¹⁶, a greve terá tido início no dia 26 nas fábricas de Almada, estendendo-se no dia seguinte a várias unidades industriais nos concelhos de Seixal e Barreiro.

No território concelhio do Seixal, o movimento terá tido origem nas fábricas ribeirinhas da freguesia de Amora. No início da tarde do dia 27 de julho as operárias da fábrica dos Produtos Corticeiros Portugueses, Lda. suspenderam o trabalho e deslocam-se às vizinhas unidades fabris da Mundet e da Companhia de Lanifícios da Arrentela, Lda., incitando o operariado à paralisação do trabalho.

No dia 28, apesar de terem sofrido a coação de um grupo de cerca de 400 operárias da Mundet acompanhadas de muito povo, que tentaram invadir as oficinas, o trabalho na SPEL – Sociedade Portuguesa de Explosivos, Lda., em

¹⁶ Na região de Lisboa, os movimentos grevistas de 1943 incidem sobretudo nas freguesias de Alcântara e Belém e nos vizinhos concelhos de Loures (Sacavém) e Vila Franca de Xira.

Os trabalhadores da Mundet: contributos para a história da comunidade corticeira do Seixal
Amora, apenas foi suspenso por ordem da sede da empresa, que procurou assim evitar o desenvolvimento de atos de violência.

Continuando o trabalho suspenso nos estabelecimentos fabris da Amora de Baixo e Arrentela, o protesto adquire uma maior expressão, nesse mesmo dia, com a adesão das grandes fábricas corticeiras da freguesia do Seixal (Mundet & C.^a, Lda. e C. G. Wicander, Lda.).

Tendo tido o seu foco inicial na secção de escolha de rolhas, de onde terá partido um grupo de mulheres incitando à paralisação das outras oficinas, estimamos que cerca de 95% dos operários da fábrica Mundet, no Seixal, terão aderido à greve de braços caídos. Foram poucos os trabalhadores que continuaram a laborar, com exceção dos encarregados das oficinas, pessoal dos quadros técnicos e superiores, das estruturas de apoio social (creche, casa de infância e sopa dos pobres) e da maioria dos operários que integravam a corporação dos Bombeiros Voluntários Privativos da Mundet & C.^a, Lda.

As instalações das várias unidades industriais onde se verificou o surto grevista foram encerradas e os trabalhadores foram compelidos a abandonar os espaços fabris. Na sequência da nota oficiosa do Governo, emitida no dia 29 de julho, foram despedidos os grevistas e abertas inscrições para admissão de novo pessoal nas fábricas¹⁷.

A fábrica da Mundet em Amora foi ocupada por forças militares na noite de 27 para 28 de julho, o mesmo acontecendo na unidade industrial do Seixal, mas apenas no início da tarde do dia 30.

Os estabelecimentos fabris do concelho mantiveram-se fechados por ordem do Ministério da Guerra (inclusivamente a fábrica da SPEL, apesar de o seu pessoal não ter aderido à greve) e guardados por militares enquanto decorriam as inscrições nas fábricas para a substituição dos grevistas e as averiguações policiais para apuramento dos principais instigadores de paralisações e desacetos.

Na sequência da paralisação das fábricas, em meados de agosto foram despedidos no concelho, por ordem do Governo, o seguinte número de trabalhadores: 29 da Produtos Corticeiros Portugueses, Lda. (Amora), 21 da Companhia de Lanifícios de Arrentela, 15 da C. G. Wicander, Lda. (Seixal), 175 das fábricas da Mundet & C.^a, Lda. (Seixal e Amora).

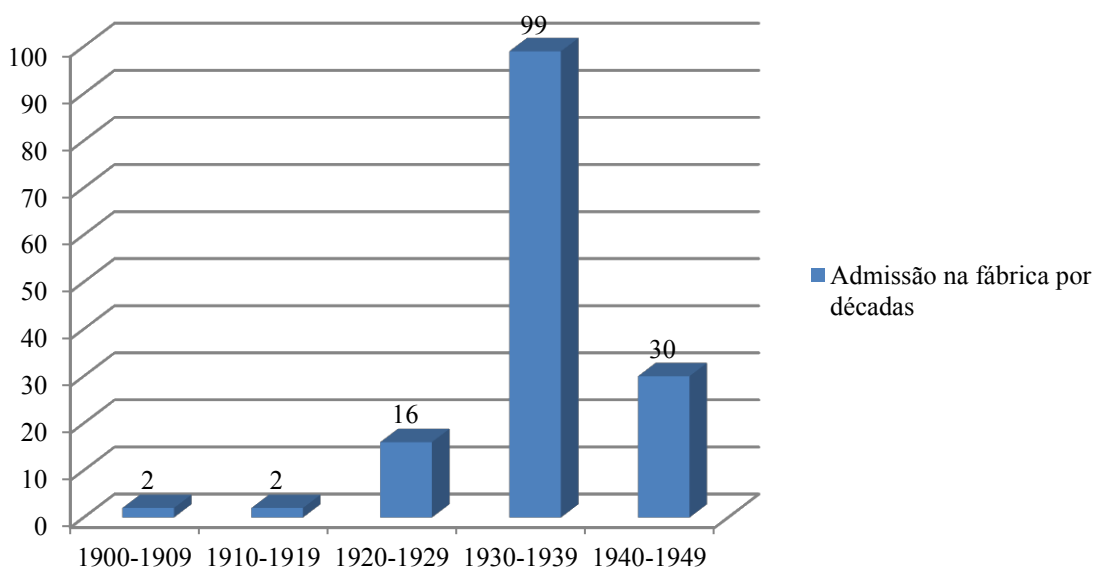
Porém, no caso dos trabalhadores da Mundet só nos foi possível verificar o registo de despedimento de 149 trabalhadores. Destes operários despedidos,

¹⁷ Nota da Repartição do Gabinete do Ministério de Guerra, *O Século*, de 29.07.1943.

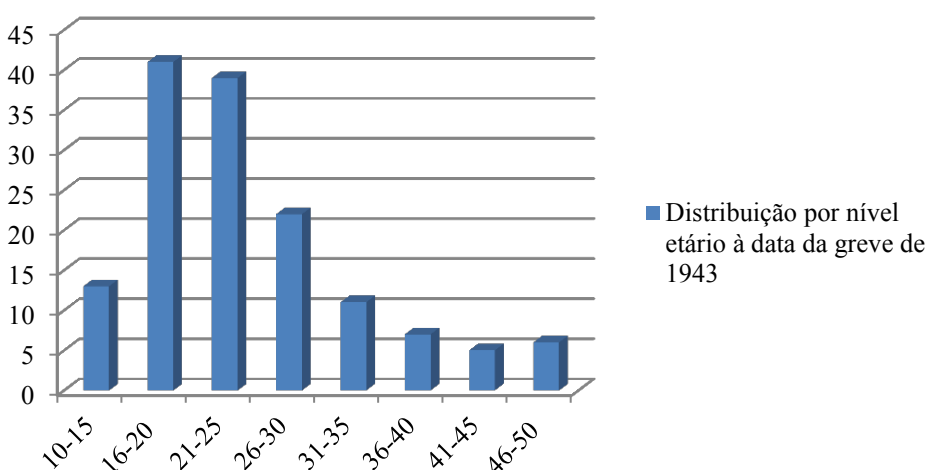
51 sabem ler (9 habilitações ao nível da instrução primária e apenas um com o 5.º ano industrial), 65 tinham já constituído família, 67 têm familiares diretos a trabalhar na Mundet e 22 residem fora do concelho (sobretudo nos concelhos de Barreiro e Almada).

A maioria dos grevistas (cerca de 49%) é natural do concelho do Seixal, com maior incidência nas freguesias de Arrentela e Amora. A naturalidade dos restantes grevistas atingiu maior expressão em concelhos da península de Setúbal.

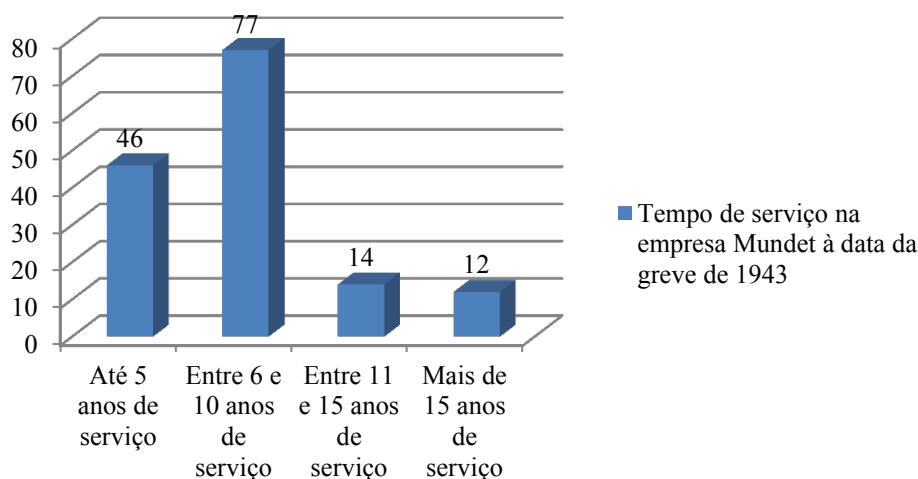
Admissão na fábrica por décadas



Distribuição por nível etário à data da greve de 1943



Tempo de serviço na empresa Mundet à data da greve de 1943



Cruzando as médias relativas às datas de admissão nas fábricas Mundet (Seixal e Amora) com os dados relativos às idades dos grevistas à data da greve, depreendemos que se trata de pessoal operário jovem (na sua grande maioria não tinha atingido sequer os 25 anos de idade), sendo que a maioria foi admitida durante a década de 1930.

No caso de outras fábricas do concelho onde, sob a coação ou influência externa, decorreram pequenas paralisações, foram autorizadas a reabrir no dia 30 de julho. Porém as fábricas Mundet só foram autorizadas a recomeçar a sua atividade em pleno mês de agosto (as fábricas do Seixal a 16 e de Amora a 20 de agosto).

Dos que foram efetivamente despedidos, apenas 19 virão a ser readmitidos na empresa, ao longo das décadas de 40 e 50.

As potencialidades de estudo deste importante recurso que constitui o Fundo Documental Mundet não se esgotam com a apresentação deste texto. Uma análise mais pormenorizada permitirá o desenvolvimento da investigação sobre a comunidade corticeira local e, em particular, das suas relações profissionais e socioculturais. O aprofundamento do seu estudo facultará uma melhor compreensão do funcionamento da empresa e dos valores socioculturais a ela associados, contribuindo para o reconhecimento da importância histórica, tecnológica e social deste estabelecimento fabril, que atravessa a história da indústria do século XX.

A grande concentração de mão-de-obra de milhares de trabalhadores que, direta ou indiretamente, laboraram na indústria corticeira (desde a produção à preparação e transformação industrial, à comercialização e exportação da cortiça), ascende a um elevado número de pessoas, representando um grande

número de famílias residentes no concelho (algumas em concelhos circunvizinhos) cuja subsistência dependeu da exploração da cortiça. Estes trabalhadores tornaram-se elementos dinâmicos de construção e transmissão de saberes necessários ao trabalho da cortiça e de memórias reportadas à indústria corticeira, uma das principais atividades industriais do concelho ao longo do século XX, que constituem atualmente importantes referências culturais e identitárias para o município do Seixal.

Fontes e referências bibliográficas

FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

FO 06 Repartição do Gabinete do Ministro da Guerra / Exército, Secção F Serviços de Mobilização Industrial (1943-1946).

ARQUIVO DA EMPRESA MUNDET & C.^a, LDA.

Arquivo de acesso condicionado, em fase de organização.

BIBLIOGRAFIA

Afonso, Fátima; Ferreira, Fernanda. Da Caixa de Previdência do Pessoal da firma Mundet & C.^a Lda. ao Centro de Saúde do Seixal. *Ecomuseu Informação*. Seixal: Câmara Municipal, n.º 36 (Jul/Ago/Set), pp. 18-19, 2005.

Barosa, José Pedro. *As fábricas de garrafas da Amora: 1888-1926*. Marinha Grande: Museu Santos Barosa da Fabricação do Vidro, 1996, 85 p. (Estudos e Documentos, 2).

Bernardo, Hernâni de Barros. Do estado actual da indústria corticeira: em torno da industrialização. *Boletim da Junta Nacional da Cortiça*. Lisboa: Junta Nacional da Cortiça, n.º 74, pp. 67-74, 1944.

Creche e casa da infância da Mundet: espaços sociais e memórias da comunidade corticeira do Seixal no séc. XX. *Ecomuseu Informação*. Seixal: Câmara Municipal. [n.º17] (Out/Nov/Dez), p. 6-7, 2000.

Decreto-Lei n.º 32.670. *D.R. I Série*. 38 (43-02-17), pp. 115-117.

Escolas técnicas para operários corticeiros. *Boletim da Junta Nacional da Cortiça*. Lisboa: Junta Nacional da Cortiça, n.º 48, pp. 3-4, 1942.

Ferreira Júnior, Eduardo. A evolução dos salários na indústria corticeira. *Boletim da Junta Nacional da Cortiça*. Lisboa: Junta Nacional da Cortiça, n.º 34, pp. 7-10; n.º 35, pp. 5-7; n.º 36, pp. 12-16; n.º 37, pp. 5-10; n.º 39, pp. 11-17; n.º 40, pp. 13-16, 1941-1942.

Os trabalhadores da Mundet: contributos para a história da comunidade corticeira do Seixal

Filipe, Graça. Antigas fábricas em meios urbanos: como transformar os espaços de trabalho em locais de cultura? *Arqueologia Industrial*. Porto: Associação para o Museu da Ciência e da Indústria. 3ª série, vol. I, n.º 1-2, pp. 127-133, 1997.

Godinho, António Maria; Bernardo, Hernâni de Barros. *Manual de legislação corticeira*. Lisboa: Ministério da Economia, Junta Nacional da Cortiça, 1942, 250 pp.

Madeira, João. Greves em tempo de guerra. In: António Simões do Paço (coord.), *Os Anos de Salazar*. Lisboa: Planeta DeAgostini, 2008, vol. 6, (1943-1945. “O Governo inglês pediu e o Governo português concedeu”), pp. 74-83.

Mendes, José Amado. *Vinho e vidro de embalagem: Contributos durienses*. [Consult. em 11-12-2013]. Disponível em: <URL: <http://historia-empresarial.fe.unl.pt/livros/vinho-e-vidro-de-embalagem-contributos-durienses>>

Nabais, António J. *História do Concelho do Seixal: Cronologia*. Seixal: Câmara Municipal. 1981, 143 pp.

Ruivo, Margarida. O impacto do espaço familiar na diferenciação espacial da indústria da cortiça. *Sociedade e território: revista de estudos urbanos e regionais*. Porto: Edições Afrontamento, n.º 23, pp. 95-105, 1996.

Trabalhadores da Mundet: história e memória de uma comunidade corticeira. *Ecomuseu Informação*. Seixal: Câmara Municipal, n.º 23 (Abr/Mai/Jun), pp. 14-16, 2002.

Ventura, António, et al. 60.º *Aniversário da greve de 1943 no Barreiro: comunicações*. Barreiro: Câmara Municipal, 2005, 92 pp.

Aplicação capitalista da maquinaria e formação da população operária excedente: uma relação vital para a reprodução do capital

Fernando de Araújo Bizerra¹ e Reivan Marinho de Souza²

Introdução

Analisar a formação da população operária excedente atrelada às particularidades da produção industrial capitalista requer, preliminarmente, a consideração de que no sistema de controlo do capital o desenvolvimento constante e acelerado da tecnologia está ao serviço da extração de mais-valia e da acumulação privada de riqueza. Projetada para funcionar conforme os requisitos reguladores do metabolismo social do capital, sua finalidade não é de maneira alguma atender as necessidades autenticamente humanas. Então, *qual é a razão do seu desenvolvimento no capitalismo?* Enquanto monopólio dos capitalistas, a máquina aplicada ao processo produtivo possibilita, no desenvolvimento da grande indústria moderna, a produção generalizada de mercadorias, encurta o tempo de trabalho socialmente necessário, subordina hierarquicamente o trabalho à classe do capital personificada no processo de reprodução societal, fragmenta o saber operário e provoca uma redução significativa da quantidade de trabalhadores empregados, lançando as bases objetivas para o surgimento de uma “superpopulação relativa”³.

Tomando como referência essas considerações, explicitamos que em seu dinamismo histórico particular o capital vê no incremento maciço da maquinaria um aliado para consolidar seus objetivos autorientados e autoexpansivos. Explicitamos, ao mesmo tempo, que sob a lógica do capital o desenvolvimento da força produtiva do trabalho carrega consigo contradições insanáveis. Entre outras, verificaremos, a partir de Marx, que na medida em que

¹ Graduado em Serviço Social. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social. E-mail: nando_epial@hotmail.com

² Mestre e doutora em Serviço Social. Professora do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/ FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social. Coordenadora nacional de pós-graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (Gestão 2013-2014). Orientadora de Fernando Bizerra. E-mail: reivansouza@yahoo.com.br.

³ Marx (1996).

se aplica a maquinaria ao processo produtivo ocorre, tendencialmente, a expulsão de massas de trabalhadores que, não encontrando postos de trabalho e alijados dos meios necessários para subsistirem, engrossam as estatísticas do desemprego. Longe de ser uma relação accidental ou natural, como defendeu o economista britânico Thomas Robert Malthus, isso ocorre porque o desenvolvimento econômico-social do capitalismo determina a necessidade premente de aperfeiçoamento da técnica para facilitar o processo de expropriação e exploração da força de trabalho consoante a redução do contingente de trabalhadores.

A tarefa que aqui nos propomos é, portanto, expor o processo de formação da população operária excedente no contexto da produção capitalista. Com o objetivo de discutir tal temática (sem, contudo, termos a pretensão de esgotá-la), o texto a seguir apresenta elementos críticos que demonstram que aumento de produtividade sobre os grilhões reprodutivos do capital significa, por outro lado, diminuição relativa da força de trabalho. Eis uma contradição *insolúvel* nos marcos do capitalismo.

Sobre a aplicação capitalista da maquinaria ao processo produtivo

A partir da oitava década do século XVIII e durante o século XIX ocorreram alterações significativas na sociedade capitalista que a levaram à sua maturidade e a validaram como uma forma inovadora de produção e expansão. Tais alterações são resultantes do desenvolvimento das forças produtivas ensejado pela propriedade privada moderna e potencializado numa escala desconhecida na história da humanidade até à irrupção da Revolução Industrial, com a criação do filatório e do tear mecânico. Assim como se vinculam, reciprocamente, às mudanças políticas advindas das revoluções burguesas que demoliram o Antigo Regime, minando todos os seus resquícios, e coroaram a dominação dos capitalistas sobre todo o conjunto da sociedade.

Desde então, tem-se do ponto de vista da dinâmica histórica peculiar ao capitalismo seu ingresso no estágio concorrencial – caracterizado pelo livre usufruto da propriedade privada por parte dos pequenos e médios capitalistas diante das possibilidades de negócios e investimentos lucrativos –, o qual possibilitou sua consolidação “nos principais países da Europa Ocidental, nos

quais erradicará ou subordinará à sua dinâmica as relações econômicas e sociais pré-capitalistas, e revelará as suas principais características estruturais”⁴.

Durante a vigência desse estágio, tem-se a criação do mercado mundial a partir do estabelecimento de vínculos econômicos e culturais que conectam diferentes grupos humanos situados em áreas geograficamente mais remotas, assim como da busca de matérias-primas pelos países avançados. Nesse cenário, a exportação de mercadorias produzidas em grande escala possibilitou a formação de um sistema econômico internacional, ou seja, de uma economia mundial globalmente constituída. Afinal, era inevitável que por via desse movimento o capitalismo penetrasse todas as partes do globo, potencializando sua dominância totalitária sobre a reprodução da sociedade. Ao mesmo tempo, não era menos inevitável que os capitalistas, individualmente ou em coletividade, buscassem, diante da necessidade de manutenção da lucratividade, estabelecer as relações necessárias para a acumulação cada vez mais crescente de riqueza.

No que diz respeito à organização da produção, tem-se a aplicação da máquina ao processo produtivo no interior da grande indústria. Essa base técnica possibilitou, a partir da produção generalizada de mercadorias, uma incessante e infundável acumulação privada de riqueza pelos capitalistas. Segundo Marx, as alterações introduzidas com o advento da indústria moderna, via utilização da maquinária, destroem os empecilhos históricos, sociais, políticos, ideológicos e científicos que impediam a generalização do capital, seu domínio sobre o trabalho e o desenvolvimento social acelerado das forças produtivas⁵. Com a destruição desses empecilhos, desobstruiu-se o caminho para que o capital controlasse definitivamente o processo de trabalho e concretizou-se o objetivo dos capitalistas, instigados pela dinâmica voraz de lucros, mediante as formas extensivas e intensivas de extração do trabalho excedente.

Como se sabe, o processo de desenvolvimento da manufatura⁶, que ocorre com a criação de instrumentos de trabalho cada vez mais sofisticados, possibilitou, posteriormente, a sua própria ultrapassagem. Por ser uma forma organizativa da produção com traços característicos que lhe são imanentes, “a

⁴ Netto e Braz (2009), pp. 171-72.

⁵ Marx (1988).

⁶ Não há possibilidades, nem é nossa pretensão explorar aqui sobre o desenvolvimento da produção no interior da manufatura. Uma análise detalhada e bastante relevante sobre essa organização produtiva capitalista encontra-se em Marx (1996).

manufatura nem podia apossar-se da produção social em toda a sua extensão, nem revolucioná-la em sua profundidade”. Sendo assim, “[...] sua própria base técnica estreita [base técnica artesanal], ao atingir certo grau de desenvolvimento, entrou em contradição com as necessidades de produção que ela mesma criou”⁷.

Com efeito, isso ocorre porque o constante aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, resultante das atividades simples desenvolvidas no interior da manufatura, teve uma consequência direta:

[o] produto da divisão manufatureira do trabalho produziu, por sua vez — máquinas. Elas superam a atividade artesanal como princípio regulador da produção social. Assim, por um lado, é removido o motivo técnico da anexação do trabalhador a uma função parcial, por toda a vida. Por outro lado, caem as barreiras que o mesmo princípio impunha ao domínio do capital⁸.

Essas máquinas realizam, conforme salienta Marx, as diversas operações que um mesmo artesão executava com a sua ferramenta. Conforme constata o autor, a máquina de trabalho combinada “é tão mais perfeita quanto mais contínuo for seu processo global”⁹. Em decorrência disso, quanto menos interrompida for a matéria-prima nas passagens de suas fases, menos se utiliza a mão humana, pois o próprio mecanismo leva a matéria-prima de uma à outra fase da produção. Assim: “Se na manufatura o isolamento dos processos particulares é um princípio dado pela própria divisão do trabalho, na fábrica desenvolvida domina, pelo contrário, a continuidade dos processos particulares”¹⁰. No interior da manufatura, uma diversidade de trabalhadores estava alocada a uma única e isolada etapa do processo de trabalho manufatureiro. Já com a grande indústria, “O processo global, dividido e realizado dentro da manufatura numa série sucessiva, é realizado [...] por uma máquina de trabalho que opera por meio da combinação de diferentes ferramentas”¹¹.

Observa-se que com a máquina ressurgem as ferramentas que os trabalhadores utilizavam na manufatura, porém, de forma modificada, onde os utensílios utilizados aparecem não como ferramenta dos indivíduos, mas como

⁷ Marx (1996), p. 482.

⁸ *Idem, Ibidem.*

⁹ Marx (1988), p. 15.

¹⁰ *Idem, Ibidem.*

¹¹ Marx (1988), p. 14.

um mecanismo sob a forma de ferramenta mecânica. A máquina reafirma a superação dos limites da produção impostos pelo organismo humano, ao passo que não se limita pelo “número de seus instrumentos naturais de produção, seus próprios órgãos corpóreos”¹². Muito pelo contrário, ela pode operar concomitantemente uma quantidade de instrumentos de trabalho que não é possível ao trabalhador.

É no seio da grande indústria que se verificam as alterações na organização produtiva e suas consequências para a reprodução dos trabalhadores. De acordo com Marx, a introdução da maquinaria se deu com o fim último de produzir capital e, em hipótese alguma para aliviar a força física do ser humano empregada na criação de uma mercadoria. Semelhante a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, a maquinaria “se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo”¹³, que se faz imprescindível à sua reprodução nos marcos desta sociedade. Por outro lado, isso possibilita aumentar a parcela da jornada gratuita ao capitalista. Neste sentido, o autor é esclarecedor ao afirmar que a máquina, capitalistamente utilizada, é “meio de produção de mais-valia”¹⁴.

Importa destacar aqui que o desenvolvimento da indústria traz consigo uma intensa generalização do trabalho assalariado, o controlo privado da produção social e a ampliação dos processos de alienação. Ocupando o lugar do trabalho artesanal, individual e parcial, característico nas formas produtivas que a antecederam, a nova organização expande e intensifica o trabalho de base cooperada¹⁵ no interior da fábrica que se espraia em diversos ramos setoriais da produção. Tem-se a consolidação da clássica divisão social e técnica do trabalho

¹² Marx (1988), p.7.

¹³ *Idem, Ibidem.*

¹⁴ *Idem, Ibidem.*

¹⁵ Conforme explica Marx (1988), o trabalho cooperado, na organização capitalista, corresponde a ação coletiva e combinada de trabalhadores assalariados, desenvolvendo atividades repetitivas e fragmentadas sob a direção de um capitalista, que possibilita elevar exponencialmente a produtividade num dado processo de trabalho. Em suas palavras: “A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando capitalista constitui, histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista” (Marx, 1988, p. 375). É preciso demarcar, aqui, que essa forma de organização do trabalho é implantada inicialmente na manufatura e diferencia-se das atividades realizadas pelas corporações de ofício, pelas comunidades primitivas e pelas formações escravista e feudal.

– separação entre trabalho manual e intelectual¹⁶, a fragmentação do saber operário e, por conseguinte, conforma-se a ampliação da produtividade e da acumulação capitalista pela exploração intensiva da força de trabalho.

Na produção mecanizada, ao trabalhador caberá tão-somente a função de vigiar, supervisionar e corrigir os erros das máquinas. Nela, o domínio técnico que anteriormente era mantido na totalidade do processo de trabalho se torna, para o trabalhador, “unilateralizado”. Agora o capitalista detém o domínio sobre a natureza do trabalho e sobre a quantidade de produtos a ser produzidos. Isso tem uma implicação decisiva do ponto de vista da força de trabalho, haja vista que, na experiência quotidiana dos trabalhadores, por intermédio da consolidação da divisão do trabalho no interior da fábrica, o controlo sobre os instrumentos de trabalho e o domínio que o mestre artesão tinha sobre o processo global de trabalho é rompido. Esclarece o autor que: “A divisão do trabalho unilateraliza essa força de trabalho em uma habilidade inteiramente particularizada de manejar uma ferramenta parcial”¹⁷.

Nesses termos, Marx evidencia que a máquina “substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez”, sendo movimentada por “uma única força motriz, qualquer que seja sua força”¹⁸. Daí se observa que são destinadas aos trabalhadores apenas operações particulares que se materializam através de funções exclusivas, executadas de modo parcial, que acentuam sua desqualificação e impedem o trabalhador de apreender e participar integralmente do processo de trabalho.

O autor chama a atenção para o fato de que:

A partir do momento em que a máquina de trabalho executa todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem ajuda humana, precisando apenas de assistência humana, temos um sistema de

¹⁶ A divisão social e técnica do trabalho, no capitalismo, diz respeito à separação clássica entre trabalho manual e intelectual, que se impõe de forma racional/ mecânica, hierárquica, disciplinada e despótica, na manufatura e na grande indústria moderna, conforme o fundamento do controle e da apropriação privada da riqueza socialmente/ coletivamente produzida com vistas a intensificar a extração de trabalho excedente. Esta divisão também acontece no campo e na cidade com a expansão dos processos de urbanização e entre as diferentes profissões que vão sendo socialmente demandadas consoantes as necessidades de reprodução do capital. O trabalho manual caracteriza-se pelas atividades práticas/operativas realizadas no chão da fábrica que transformam a natureza; e o trabalho intelectual corresponde às atividades de criação, gestão e supervisão do trabalho.

¹⁷ Marx (1988) p. 46.

¹⁸ Marx (1988), p.8.

maquinaria automático, capaz de ser continuamente aperfeiçoado em seus detalhes¹⁹.

Como já argumentado, ao invés de intervir sobre a matéria-prima, o trabalhador limita sua ação prestando assistência a esse “monstro mecânico”. Por essa razão, a necessidade que o trabalhador tem de desenvolver sua função exclusivamente articulada à fiscalização e funcionamento da máquina, manejando “uma única ferramenta”, reafirma a perda da autonomia e controle do processo totalizante da produção, o que para Marx²⁰ marca a *subsunção real* do trabalho e da vida do trabalhador às imposições capitalistas. Tal subordinação é identificada através do controle coercivo do capital sobre o processo de trabalho, necessário para conservar o capital como sistema socio-reprodutivo dominante, que fixa normas ao trabalhador de modo a adequá-lo às novas maneiras de produzir. Isso permite a intensificação do trabalho humano desenvolvido em limites cada vez mais estreitos de tempo, possibilitando elevadíssimas taxas de lucro ao sistema do capital naquele contexto particular. Sem dúvida, esse processo distancia o trabalhador do reconhecimento do valor do seu trabalho e de sua participação ao fabricar o produto.

Somando-se a perda do controle sobre o processo de trabalho por parte dos produtores, é própria da grande indústria ainda, sempre em consonância com Marx²¹, a supressão do “princípio subjetivo”²² da divisão manufatureira do trabalho. Atuando de forma contínua e combinada com outras distintas máquinas, a maquinaria suprime o “princípio subjetivo” de adequação do trabalhador a cada etapa do processo de trabalho e, por seu turno, de adaptação de cada etapa ao trabalhador. Nos moldes da produção mecanizada, o trabalhador, guiado pelo ritmo de funcionamento da máquina e pela fluidez das suas funções, tem de se adaptar constantemente ao processo de trabalho,

¹⁹ Marx (1998), p. 14.

²⁰ Marx (1988).

²¹ Marx (1988), p. 15.

²² Segundo Marx (1988, p. 15), “[...] na manufatura, trabalhadores precisam, individualmente ou em grupos, executar cada processo parcial específico com sua ferramenta manual. Embora o trabalhador seja adequado ao processo, também o processo é adaptado antes ao trabalhador. Esse princípio subjetivo da divisão é suprimido na produção mecanizada. O processo global é aqui considerado objetivamente, em si e por si, analisado em suas fases constituintes, e o problema de levar a cabo cada processo parcial e de combinar os diversos processos parciais é resolvido por meio da aplicação técnica da Mecânica, Química etc., no que, naturalmente, a concepção teórica precisa ser depois como antes aperfeiçoada pela experiência prática acumulada em larga escala”.

reafirmando, no desenvolvimento histórico da produção capitalista, sua subordinação aos meios de produção.

A aplicação da maquinaria ao processo produtivo, conforme exposto, constitui-se como mecanismo eficiente de extração da mais-valia. Desde o momento inicial de desenvolvimento do modo de produção capitalista os burgueses, com “a ajuda do poder do Estado”, exploravam extensivamente os trabalhadores. A partir dessa aplicação, os trabalhadores foram submetidos a jornadas de trabalho que variavam de 8 até 14, 16, 18 horas diárias. Naquelas circunstâncias, “a avidez do capitalista por mais-trabalho [manifestava-se] no empenho em prolongar desmedidamente a jornada de trabalho”²³ para além das suas barreiras morais e físicas. Isso provocou, a certa altura, “a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho”, uma vez que se prolonga “o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida”²⁴. E provocou também a reação da classe trabalhadora, exigindo que fossem determinados, pelo Estado, limites legais a essas imposições.

Embora o capitalismo crie, por necessidade de desenvolvimento do seu sistema de metabolismo particular, uma classe trabalhadora submissa à autoridade dos capitalistas, incorporando a subordinação estrutural do trabalho ao capital como uma “lei natural”, historicamente abre-se um confronto direto entre trabalhadores e capitalistas. Tal confronto inicia-se ainda no ambiente interno da fábrica, com as manifestações *luddistas* dos trabalhadores ingleses, e se propaga por todo o cenário social, perpassando a história ulterior do capitalismo. Marx constata que o prolongamento da jornada de trabalho “para além de qualquer limite natural”, “que a maquinaria produz na mão do capital, provoca, mais tarde, [...] uma reação por parte da sociedade, ameaçada em sua raiz vital, e com isso a instauração de uma jornada normal de trabalho legalmente limitada”²⁵. Diante dessa reação, o Estado, que antes legitimou o prolongamento “antinatural” da jornada de trabalho, regula, aqui e acolá, “o impulso do capital por sucção desmesurada da força de trabalho, por meio da limitação coerciva da jornada de trabalho [...]”²⁶

²³ Marx (1996), p. 351.

²⁴ Marx (1996), p. 379.

²⁵ Marx (1988), p. 42.

²⁶ Marx (1996), p. 353.

O uso capitalista da maquinaria se dá de modo a intensificar a exploração do trabalhador pela diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário, em vista da *necessidade vital* de aumentar a exploração do trabalho excedente que, em quaisquer circunstâncias históricas, é selvaticamente apropriado pelos capitalistas. Acrescenta Marx que além de a aplicação capitalista da maquinaria produzir, “por um lado, novos e poderosos motivos para o prolongamento desmedido da jornada de trabalho e [revolucionar] o próprio modo de trabalho, bem como o caráter do corpo social do trabalho”, ela produz, “por outro lado, em parte mediante a incorporação do capital de camadas da classe trabalhadora antes inacessíveis, em parte mediante a liberação dos trabalhadores deslocados pela máquina, uma população operária excedente compelida a aceitar a lei ditada pelo capital”²⁷. A este último aspecto reservamos o item que se segue.

Sobre a formação da população operária excedente

É sabido que a contradição que se estabelece entre a acumulação insaciável de riqueza por parte da classe dominante a expensas da miséria dos trabalhadores é inerente à dinâmica sociorreprodutiva capitalista. A consolidação da produção industrial capitalista, já delineada em seus aspectos mais relevantes, trouxe o progresso das forças produtivas e lançou as *bases objetivas* necessárias para a supressão da pobreza existente entre os trabalhadores. Entretanto, é a partir desse processo de industrialização que a clivagem entre riqueza e pobreza acentua-se contraditoriamente, tendo em conta que a regência e a dinâmica de reprodução do capital se objetivam na busca incessante do lucro. Seu “caráter antagônico” revela-se na medida em que gera riqueza em um pólo e, concomitantemente, “acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”²⁸. Tais pólos revelam as faces de um mesmo processo: o processo contraditório de reprodução do capital.

No capítulo XXIII de *O Capital*, intitulado “Lei Geral da Acumulação Capitalista”, Marx, ao analisar a influência exercida pelo crescimento do capital sobre o destino da classe trabalhadora, desvendou como funciona o processo de acumulação/reprodução tipicamente capitalista e explicitou que a produção de mais-valia constitui a lei absoluta desse modo de produção antagonicamente

²⁷ Marx (1988), p. 30.

²⁸ Marx (1996), p. 275.

estruturado. Segundo o autor, o “crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável”, isto é, da força de trabalho que, recordemos, “é aí comprada não para satisfazer [...] as necessidades pessoais do comprador”, mas com fins de “valorização de seu capital, produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga”²⁹. Verifica o autor que a condição essencial para o crescimento do capital, no período industrial, era de que houvesse um aumento da demanda da força de trabalho, resultando, naquele contexto particular, num constante processo de proletarização sob os imperativos estruturais da dominação capitalista.

Sobre esse aspecto, o autor diz que:

Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste pólo, mais assalariados naquele. A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado³⁰.

Contudo, à proporção que o capital domina o universo produtivo ocorre uma modificação na sua composição *técnica* e de *valor*, e aqui vem à tona uma inexorável contradição do processo de acumulação capitalista. Tendencialmente, aquilo a que se assiste é à redução, ao passo que progride a acumulação, da necessidade e da possibilidade de absorção da força de trabalho disponível para ser capitalistamente explorada.

Considerando que essa contradição não é autoexplicativa, é preciso perguntar *porquê* isso ocorre? Como enfatiza Marx, no desenvolvimento da produção capitalista os meios de produção crescem em função da produtividade do trabalho, desempenhando um duplo papel: “O crescimento de uns é consequência; o de outros, condição da crescente produtividade do trabalho”³¹. O capital vê nos avanços técnicos e científicos, aprimorados constantemente pelas descobertas da ciência que possibilitam o aperfeiçoamento de máquinas, instrumentos e insumos, um aliado para economizar trabalho vivo. Por via das inovações tecnológicas, o capital cria as

²⁹ Marx (1996), p. 351.

³⁰ Marx (1996), p. 246.

³¹ Marx (1996), p. 254.

condições para a incorporação de um *quantum*, sempre maior, de meios de produção no processo de trabalho, obtendo o máximo lucro possível.

Deve-se ter claro que “essa mudança na composição técnica do capital, o crescimento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se em sua composição em valor, no acréscimo da componente constante do valor do capital à custa de sua componente variável”³². Numa relação de antítese consigo mesmo, o trabalhador produz as condições necessárias para a sua exploração, aprimorando-a, sob o impulso de produzir mais em menos tempo, e dando-lhe contornos cada vez mais degradantes. O resultado é que sob a órbita do capital a exploração do trabalho resulta na extração do trabalho excedente que nutre os capitalistas, consagrando as condições necessárias para a reprodução ininterrupta do capital consoante a incorporação de tecnologias que potenciam as forças produtivas e dispensam, por via desse processo, um grande contingente de força de trabalho agora desempregada.

Da dinâmica desse desenvolvimento industrial produz-se uma acumulação capitalista que além de ser acumulação de riqueza é, concomitantemente, acumulação de trabalhadores sobrantes e gesta-se “uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital”³³. Organicamente atrelada ao desenvolvimento da riqueza em sua feição burguesa e, portanto, funcional ao modo de produção capitalista, essa superpopulação relativa³⁴ emerge e se afirma sob os grilhões reprodutivos do capital, tornando-se,

[...] por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às

³² Marx (1996), pp. 254-55.

³³ Marx (1996), p. 261.

³⁴ De acordo com a análise de Marx (1996, p.271), essa superpopulação assume três formas: *líquida* ou *flutuante*, *latente* e *estagnada*. Na forma *flutuante*, o número de trabalhadores ocupados nas fábricas, manufaturas e nos centros mineiros ora aumenta ora diminui. A *latente*, existente na área rural, é expressa no fato de que, quando a produção capitalista domina também a agricultura expulsa um grande número de trabalhadores rurais que, forçadamente, caminham para as cidades em busca por trabalho. Por fim, forma *estagnada* é constituída por trabalhadores irregulares, os quais, sem encontrar posto de trabalho fixo, migram entre uma ocupação e outra; contribuindo para a manutenção de “um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível”.

suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado [...] ³⁵.

Como nos adverte o autor nesta citação, a dinâmica da acumulação capitalista torna necessária a existência dessa superpopulação de modo a dispor de um grande número de trabalhadores, parcial ou totalmente desocupados, disponível para alavancar o processo de acumulação do capital mediante a produção alienada e alienante que se volta enquanto um poder que os domina. Nesses termos, “A superpopulação relativa é, portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta”. A partir das mudanças no ciclo industrial, “Ela reduz o raio de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de explorar e a paixão por dominar do capital” ³⁶. Sua funcionalidade é, pois, indissociável das relações sociais de produção capitalistas.

Não obstante, o exército industrial de reserva, enraizado na organização econômico-social do capitalismo, cumpre também um papel importante no que diz respeito ao controlo sobre os trabalhadores que se ocupam laborativamente. Como alerta Marx: “O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital” ³⁷. À força da acumulação capitalista, esse exército possibilita aos patrões, em condições favoráveis, é válido frisar, tanto pressionar os salários a um nível mais baixo ante a concorrência aberta entre os próprios trabalhadores quanto minar a resistência desse “material humano” contra as imposições cruéis do capital sobre o destino de suas vidas.

Além de impactar fortemente os trabalhadores com o desemprego, a acumulação capitalista incide ainda sobre os trabalhadores e suas famílias mediante os processos de pauperização que assolam suas condições de reprodução social, causados, em essência, pelas iniquidades típicas da dinâmica do capital. Analisando o processo de produção capitalista, identifica Marx que “o mais profundo sedimento dessa população relativa habita a esfera do pauperismo”, considerando-o em suas categorias ³⁸ estruturais. Para o autor:

³⁵ Marx (1996), pp. 262-3.

³⁶ Marx (1996), p. 263.

³⁷ Marx (1996), p. 266.

³⁸ Em poucas e claras palavras, o autor assim define essas categorias: “Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpenproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias. Primeiro os aptos para o trabalho. Basta apenas observar
Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-227
15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I.

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. Ele pertence aos *faux frais*³⁹ da produção capitalista que, no entanto, o capital sabe transferir em grande parte de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média⁴⁰.

Segundo o autor, na dinâmica interna do sistema capitalista “todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos de acumulação, e toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos”. Desse modo, não se trata de um movimento circunstancial do capital, pois:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista⁴¹.

Como se vem demonstrando, a lógica tendencial que preside à acumulação capitalista tem consequências sobre os produtores materiais da riqueza. Verifica-se, sob esse direcionamento, que o capitalismo cria uma classe operária urbana submetida às mais miseráveis condições de vida e de trabalho. Referimo-nos aos bairros onde costumavam habitar, nos séculos XVIII e XIX,

superficialmente as estatísticas do pauperismo inglês e se constata que sua massa se expande a cada crise e decresce a toda retomada dos negócios. Segundo, órfãos e crianças indigentes. Eles são candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1860, são rápida e maciçamente incorporados ao exército ativo de trabalhadores. Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. São notadamente indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador, e finalmente as vítimas da indústria, cujo número cresce com a maquinaria perigosa, minas, fábricas químicas etc., isto é, aleijados, doentes, viúvas etc.” (Marx, 1996, p. 273).

³⁹ Falsos custos [Nota dos Tradutores].

⁴⁰ Marx (1996), p. 273.

⁴¹ Marx (1996), p. 274.

em meio às circunstâncias hostis de dureza material, pois se encontravam aglomerados em ambientes imundos, inaptos ao convívio humano, desprovidos de quaisquer condições de higiene.

Na era industrial, a população vivia esfarrapada, suas vestimentas estavam em péssimo estado de conservação e incompatíveis com o clima abafado dos grandes centros industriais. Sob esse aspecto, Engels⁴² destaca que a população vivia esfarrapada, pois a maior parte das suas roupas estava em péssimas condições de conservação. Os tecidos com que eram confeccionadas já não seriam os mais adequados para aquela realidade. O linho e a lã foram desaparecendo do guarda-roupa dos operários, sendo substituídos pelo algodão. Ainda assim, ao possuir as condições necessárias para comprar um paletó de lã, este era apanhado nas lojas baratas que disponibilizavam um tecido ordinário, de pouca resistência, que ao ser usado, se desgastava nos primeiros quinze dias. Engels chama a atenção para o mau estado em que se encontravam os guarda-roupas destes operários, e ainda, para a necessidade constante que muitos tinham de colocar as suas velhas indumentárias nas casas de penhores, mesmo muitas delas não prestando nem para serem remendadas, como era o caso das roupas dos irlandeses. Esses operários (irlandeses) introduziram um novo costume entre os demais operários. O autor nos conta que eles tinham o hábito de andar descalços. A partir daí, o que se presenciava nos centros industriais era “um grande número de pessoas, sobretudo crianças e mulheres, que circulavam descalços e, pouco a pouco, este hábito também vai conquistando os ingleses pobres”.

As condições de alimentação também expressavam a polarização riqueza/pobreza, visto que dependiam dos salários que os trabalhadores recebiam, e como, em sua maioria, eram baixíssimos, não poderiam fazer muitos gastos com a alimentação. O que daí decorreu foi a proliferação de inúmeras doenças entre os membros da classe operária, deixando-os inaptos para o trabalho ou comprometendo a sua vida e a vida da sua família. Assim, os que recebiam uma remuneração mais significativa, ou seja, os membros de famílias em que todos trabalhavam, podiam usufruir de uma boa alimentação, comendo carne nutritiva diariamente, toucinho e queijo. Nessas condições descritas e desprovidos do mínimo necessário para se reproduzirem socialmente, os operários britânicos não tinham como desfrutar de uma saúde de qualidade, muito menos atingir uma idade avançada, pois o ar que circulava

⁴² Engels (1986).

nas grandes cidades era lesivo ao organismo humano. Nos bairros operários havia muitas poças de água suja e inutilizável e dejetos, o que acabava prejudicando a saúde das famílias que ali viviam.

Quanto às condições de trabalho, destaquemos o caráter monótono que essa atividade humana vital assumia, sendo cada vez mais forçado, alienante, tornando-se um verdadeiro suplício; e os baixos salários que, muitas vezes, não davam nem para suprir o mínimo de suas necessidades de reprodução social. Por fim, frisemos ainda as más condições com que os trabalhadores se defrontavam nas fábricas insalubres.

Conclusão

Por ora, procurámos demonstrar a estreita relação entre a aplicação capitalista da maquinaria e a formação da população operária excedente, considerando a dialética dos processos econômicos, para evidenciar que tal relação não se consolida arbitrariamente. Muito pelo contrário, discutir as questões aqui tratadas nos permitiu expressar a efetiva interação entre a dinâmica autoexpansionista do capital e a constituição da superpopulação relativa. No decorrer da exposição, vimos que a maquinaria, capitalistamente empregada, produz efeitos sobre a classe trabalhadora. De uma parte, constitui-se como aliada do capital no processo de extração da mais-valia que degrada os operários, tanto física quanto intelectualmente, ao subsumi-los integralmente ao domínio capitalista. De outra, substitui um grande contingente de trabalhadores no processo produtivo, agora desempregados, que terão suas condições de vida e de reprodução social degradadas substantivamente diante da ausência dos meios de sobrevivência.

Em sua transitoriedade histórica, o capital, ao buscar obter seu objetivo maior, o lucro, não apenas produz essa população, mas a reproduz, de maneira sempre crescente e ampliada, condicionando-a ao funcionamento do sistema capitalista em sua totalidade complexa. É condição elementar da produção capitalista que haja força de trabalho disponível para ser explorada e produzir mercadorias, assim como para que os patrões exerçam o controle sobre os trabalhadores empregados. Por essa razão, a eliminação dessa problemática que atinge gravemente os trabalhadores não pode se dar por meio das medidas paliativas, traduzidas nas reformas possíveis nos interstícios do sistema do capital, implementadas ora pelo Estado ora pelo patronato. Deve, sem sombra de dúvidas, realizar-se através da ruptura com a lógica que preside os nexos

causais que a origina e a sustenta historicamente; portanto, com a superação da própria ordem do capital.

Referências

Marx, Karl. *O Capital*. Vol. I. Tomo II. Coleção Os economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

_____. *O Capital*. Vol. I. Tomo I. Coleção Os economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

Marx, K.; Engels, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez Editora; 1998.

Netto, José P. e Braz, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2009.

PCP e movimento estudantil no final dos anos 60

Giulia Strippoli

Durante os anos 60 e especialmente na segunda metade da década, a primazia dos partidos comunistas na gestão dos protestos foi questionada pela forte politização de jovens, que minou os modelos de intervenção desenvolvidos pelos partidos comunistas. Num momento de profundas mudanças nas sociedades ocidentais, a ansiedade de justiça social e o ativismo político dos jovens tornaram-se fenómenos transversais e transnacionais, bem como as práticas rebeldes aos costumes e à moral da época, a maior circulação das pessoas e das ideias, a impaciência com algumas formas institucionais e, ao nível geral, o desejo de mudar o mundo. Estamos, portanto, confrontados com partidos comunistas que faziam parte dum movimento internacional, mas que estavam claramente ligados aos contextos nacionais (este elemento destaca-se no caso do PCP, que vivia em clandestinidade, mas também se aplica a outros partidos, como o PCI e o PCF); assim como os protestos estudantis, que tinham características internacionais e, ao mesmo tempo, decididamente nacionais. Grupos de jovens, a maioria da classe média e intelectuais, começaram a participar na vida política e social, colocando novas questões, mexendo a crítica do sistema escolar, considerado impraticável – porque ancorado na ideia da educação das elites depois dum afluxo maciço de alunos na universidade – com a prática de “modernidade” importada dos Estados Unidos e vivida em várias formas (música, filmes, roupa, droga, etc.). Nos movimentos estudantis coexistiam a aversão à sociedade de consumo e a criação e difusão de produtos de “cultura juvenil”, eles mesmos parte de canais comerciais de outra forma contestados. A redescoberta do marxismo e a apreciação de textos de Marx quase esquecidos, a influência de pensadores marxistas foram apenas alguns dos aspectos dum conjunto combinado, por vezes contraditório, onde se encontravam as aspirações políticas e as experiências culturais, a crítica social e a atenção aos desejos, as reivindicações concretas e as utopias.

Os partidos comunistas – e não só eles – não tinham imaginado as proporções e as formas do ativismo juvenil e tiveram atitudes e linguagens inadequados à complexidade dos movimentos; mesmo as formas de protestos

praticadas pelos jovens não estavam em sintonia com aquilo que os funcionários comunistas costumavam organizar e controlar. É verdade que as barricadas foram um fenómeno exclusivamente de Paris. *La barricade ferme la rue mais ouvre la voie*, dizia um dos *slogans* de Maio, e nem na Itália nem em Portugal os confrontos com a polícia foram semelhantes àquilo que viveram os jovens franceses, e ainda assim é inegável que a experiência das greves, das manifestações e dos protestos feitos pelos estudantes dos três países tinham uma novidade nos conteúdos, mas também nos caminhos, coisa que criava desconforto nos líderes comunistas: “*Nulla ti fa sentire meno dirigente che fermarti senza fiato in un portone per sfilare dalla scarpa una zampa indolenzita. I compagni avvezzi a stare in testa ai cortei classici cominciarono a disertare quelle manifestazioni di una irridente giovinezza*”¹. No entanto, não foram apenas as novas formas de protesto que destacaram a diferença entre os movimentos estudantis e os partidos comunistas, mais o facto de os comunistas representarem a esquerda “velha”, enquanto os movimentos tinham a tendência a apresentar-se como a esquerda “nova”, mas também como a esquerda “real”; os jovens enfatizavam os aspectos de ruptura com o passado e acusavam os representantes da esquerda “tradicional” de terem traído o espírito e os conteúdos mais autênticos que marcaram a origem da esquerda. Mais, a esquerda “velha” foi acusada de falar em nome dos outros estratos sociais, enquanto a “nova” esquerda reivindicava a capacidade de começar a partir de si e da sua condição social para entender o sistema social.

A história do Partido Comunista Português no final dos anos 60 está entrelaçada com os problemas de um regime comprometido de maneira cada vez mais grave na guerra em África e com a mudança de liderança da ditadura estado-novista. Apesar das condições repressivas impostas pelo regime, os estudantes universitários mostraram um desejo de compromisso político que foi influenciado pela evolução da guerra colonial, a fratura no movimento comunista internacional e a onda de rebelião de jovens que vinha sob diferentes formas dos Estados Unidos e da Europa. O desenvolvimento do movimento estudantil foi influenciado pela prisão da maioria dos líderes das associações estudantis em 1965; a repressão teve efeitos diferentes sobre a organização comunista nas universidades de Lisboa e Coimbra: na capital, a rede do PCP construída clandestinamente dentro da academia foi decapitada por causa das

¹ R. Rossanda, *La ragazza del secolo scorso*, Einaudi, Torino 2004, p. 319.

informações que o funcionário comunista “Moreira” deu à PIDE, enquanto em Coimbra o partido manteve uma forte posição na universidade. O PCP foi alinhado ao PCUS sobre a questão do conflito com os comunistas chineses e quando no partido surgiu uma componente pró-chinesa, esta foi isolada e denunciada publicamente por “atividades aventureiras”.

O confronto com o grupo pró-maoísta liderado por Francisco Martins Rodrigues baseava-se na estratégia do PCP na luta contra a ditadura e na sua perspectiva de insurreição nacional. O documento preparado por Cunhal para o VI Congresso do PCP (1965) fez o ponto sobre as concepções da luta consideradas erradas pelo partido e qualificou a tendência esquerdista como a mais perigosa. Quando, em 1967, a LUAR começou as ações de luta armada contra o regime, o PCP já tinha iniciado a criação da ARA, uma organização que visava precisamente a ação armada. A criação do braço armado do PCP, juntamente com a propaganda ideológica do *Avante!* e dos escritos de Cunhal foi a maneira de o partido responder às acusações de reformismo e de oportunismo e canalizar as forças de ação contra o regime. As mobilizações colectivas de estudantes e de trabalhadores que tiveram lugar nos finais dos anos 60 foram um importante terreno de confronto para o PCP, uma vez que este, à semelhança de outros partidos comunistas europeus, teve de gerir as forças de oposição e de consenso que, em determinados aspectos, eram divergentes em relação ao passado. Os estudiosos do movimento estudantil português atribuíram ao biénio 1968-1969 um valor de novidade em relação à mobilização e contestação do passado. Está claro que a cultura, os comportamentos e os hábitos geracionais aproximavam, apesar das evidentes diferenças, os estudantes portugueses do final dos anos 60 aos jovens franceses, alemães, italianos, etc. Para além destas considerações, o aspecto mais importante para o nosso estudo é a qualificação do movimento estudantil do fim do decénio como um movimento novo, pelo protagonismo mais politizado dos estudantes, coisa não nova na história do Estado Novo, e por uma radicalização dos conflitos em relação ao passado². A forte conotação

² Foi sobretudo Marta Benamor Duarte quem qualificou o movimento estudantil de 1969 como diferente em relação ao passado, atribuindo-lhe o papel de substituir um certo tipo de revolta estudantil por formas de contestação política novas, não só contra o regime mas contra a tradicional oposição. A tese de Benamor Duarte sustenta também que o movimento estudantil dos finais dos anos 60 não foi considerado um movimento inovador apenas em comparação com as precedentes formas de mobilização estudantil, mas também porque representou uma

associativa do movimento e a especificidade da situação portuguesa não contradizem o facto de que, para o PCP, este período se tratou de um momento de confronto único, particularmente tenso por via das promessas da “primavera marcelista”. No decorrer do ano de 1968, o partido incluiu a luta estudantil na sua estratégia de oposição ao regime. É surpreendente, da parte do partido, a ausência de esforços para explicitamente incluir as mobilizações dos estudantes nas acções do PCP e que esta inclusão aconteça sem uma tentativa de afirmação de hegemonia sobre a agitação universitária. A mobilização estudantil dava razão ao partido? O que estava a acontecer nas universidades? Segundo avaliação da polícia, nos primeiros meses de 1968 não existiam problemas de manutenção da ordem pública nem em Lisboa, nem em Coimbra, mas havia uma questão político-intelectual, uma vez que “a formação marxista adquirida na universidade não pode dar garantias da continuidade do regime, nem dos destinos da Pátria”³. Para a polícia, o PCP representava um perigo no interior da universidade, quer do ponto de vista organizativo, quer pela difusão da ideologia marxista; identificar a subversão do Partido Comunista em ambiente académico era fácil para o regime, visto que o PCP representava o alvo organizado e constituía-se, também na universidade, como o mais forte componente de oposição ao regime. Tendo por base este panorama, poder-se-ia dizer que o PCP não teve particulares problemas em legitimar a sua orientação nas universidades: a polícia descrevia um panorama inquietante, no entanto sempre governável, mas exprimia também preocupações em relação a fenómenos facilmente identificáveis como influenciados pelo PCP, tais como a difusão da propaganda marxista. No entanto, em 1968, começou a manifestar-se uma certa continuidade e descontinuidade em relação às crises académicas de 1962 e de 1965: emergiram novos conteúdos das reivindicações estudantis, expressão do nível de politização alcançado pelos estudantes e delinearam-se diferenças entre os ambientes académicos de Coimbra, Lisboa e Porto. Estas três cidades viveram a partir de 1968 episódios significativos e, de um certo modo, exemplares da qualidade da mobilização académica nestas cidades. Em Lisboa, a “revolução sexual” decretada pelos estudantes, a presença de *slogans* revolucionários e o perigo de subversão antecipavam o encerramento do Instituto Superior Técnico e despertavam a preocupação do Governo. Como se pode comprovar através dos documentos redigidos pelos organismos estatais, a

forma nova de fazer política de oposição ao Estado Novo. Ver: *Foi apenas um começo*, tese de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL, Abril 1997.

³ IAN-TT, AOS/CO/ED/11 Pt 26 folha 454.

situação podia ser considerada subversiva por causa das iniciativas empreendidas por uma parte dos estudantes. Em Coimbra, eram por sua vez as Repúblicas e os organismos autónomos a terem de ser mantidos sob controlo, sobretudo pelas suas funções de agregação e formação dos estudantes, tendo sido o Conselho de Repúblicas (CR) a dar início à contestação. A preocupação do regime em relação ao ambiente universitário de Coimbra, em 1968, centrava-se na tradicional aversão demonstrada pelos organismos estudantis em relação ao Governo e não tanto na existência de verdadeiros distúrbios da ordem pública. Em relação ao Porto, considerando as fontes da polícia de 1968, nem particulares eventos, nem a influência político-cultural de certos ambientes intelectuais causavam preocupações ao Governo. A mobilização dos estudantes do Porto não perturbou a estabilidade da cidade, nem mesmo o espaço universitário, podendo, quase no final do ano, a delegação da PIDE do Porto relatar a Lisboa que não se registou “qualquer incidente que perturbe o normal funcionamento das actividades escolares”⁴. Antes do final do ano, começou a manifestar-se o peso da diversidade entre a mobilização dos estudantes de Coimbra e de Lisboa, mais precisamente no dia da celebração da “Tomada da Bastilha”, na qual, segundo a tradição, também participavam os estudantes de Lisboa.

Também a mobilização contra a guerra colonial alimentou as diferenças entre os dois ambientes académicos: a manifestação organizada pelos Comitês Vietname em Lisboa (Fevereiro de 1968) foi o primeiro sinal da existência de posições anti-colonialistas entre os estudantes⁵; em Coimbra, o movimento deu provas de ter ficado ao nível das reivindicações internas da universidade, onde, tal como noutros ambientes da sociedade portuguesa, a questão colonial era um tema tratado de maneira acrítica e pouco informada⁶. A novidade nas formas de acção e nos temas que tornaram diferente a mobilização em Lisboa, em relação ao passado e em relação a Coimbra, deveu-se certamente à presença de uma nova força política na universidade: a Esquerda Democrática Estudantil (EDE). Esta apresentou-se como uma alternativa em relação ao associativismo

⁴ IAN-TT, Pide/Dgs, Sc-Sr-3529/62-3372, Pt. 173, folha 241

⁵ Dos Comitês Vietname teve, depois, origem a EDE, Esquerda Democrática Estudantil, composta, entre outros, por Amadeu Lopes Sabino, Fernando Rosas, Jorge Almeida Fernandes. Ver: M. Cardina, “O maoísmo em Portugal: 1964-1974”, in: AA.VV, *Lutas Velhas Futuro Novo*, Dinossauro, Lisboa 2008.

⁶ Sobre a contestação dos estudantes à guerra colonial faz-se referência a: M. Cardina, *A tradição da contestação*, cit., pp. 134-139

tradicional e a partir de 1968/69 teve uma grande influência sobre o movimento estudantil em Lisboa. Como já foi dito, o PCP parecia conduzir uma acção de inclusão, sem particulares esforços; no início de 1968, no *Avante!* saiu um artigo intitulado “1500 estudantes manifestam-se nas rua de Coimbra. Os estudantes de Lisboa desmascaram as medidas do governo fascista”, no qual foi descrita favoravelmente a iniciativa dos estudantes da capital de redigirem um documento sobre as consequências da política governativa depois das inundações de Novembro de 1967. Sobre os estudantes de Coimbra, o artigo referia-se ao dia da Tomada da Bastilha de Novembro de 1967 e às reivindicações, por parte dos estudantes, de eleições livres da imposição da comissão administrativa; foi vista com particular apreço a participação da população na manifestação dos estudantes: “À densa massa estudantil juntou-se a população de Coimbra, que compreendeu, estimulou e apoiou o protesto dos estudantes. Esta manifestação revestiu-se de invulgar grandiosidade. Ela comprova a existência de laços dia a dia mais fortes entre o povo e os estudantes”⁷. Quase no final do ano académico, foram os direitos associativos dos estudantes de Lisboa a receberem o apoio do jornal com a notícia de uma vitória dos universitários do Instituto Industrial, tendo o reitor, depois de uma inicial refutação e da subsequente mobilização dos estudantes, aprovado a lista eleita pelos estudantes. Segundo o *Avante!*, as várias iniciativas de protesto levadas a cabo pelos estudantes eram “fases da persistente luta dos estudantes contra a política ministerial salazarista, docilmente seguida pelas autoridades académicas”⁸. Sobre os confrontos da greve organizada em Lisboa na Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras e sobre o piquenique de protesto contra a gestão ministerial dos espaços universitários, o jornal limitou-se a fazer uma crónica dos factos, exaltando o nível reivindicativo e o conteúdo associativo das manifestações. Em Julho, uma inteira página do *Avante!* foi dedicada às “Vigorosas lutas dos estudantes de Lisboa e do Porto”. De um total de três artigos, um era sobre o protesto dos estudantes de Lisboa contra a Comissão Administrativa da Faculdade de Ciências que uma decisão ministerial tinha prolongado por tempo indeterminado. No geral, o fio condutor era a oposição entre a unidade e a combatividade dos estudantes e o Governo repressivo: “Os fascistas procuraram sufocar o ímpeto combativo que animava os estudantes,

⁷ “Os estudantes de Lisboa desmascaram as medidas do governo fascista”, *Avante!*, S. 6, n.º 387, Janeiro 1968, pp. 1 e 4.

⁸ “A combatividade dos estudantes assegura a conquista dos seus direitos”, *Avante!*, S. 6, n.º 392, Junho 1968, pp. 4-5.

ao verificarem que o descontentamento na Universidade se traduzia em luta unida”⁹. Os outros dois artigos centravam-se na situação no Porto: sobre os dois dias de greve organizada pelos estudantes da Faculdade de Economia para protestar contra a organização do curso de Matemática e para a defesa da CSAIIP contra os obstáculos colocados pelo reitor. A luta no Porto foi descrita como multiforme, corajosa e unitária, num quadro geral sobre os estudantes portugueses em luta para a conquista de direitos associativos, contra os abusos e as limitações do poder fascista e contra o atraso no ensino. Também no último artigo do ano do *Avante!* sobre os estudantes o tom era semelhante ao dos artigos precedentes: a favor das várias e originais formas de mobilização juvenis usadas para a reivindicação imediata dos direitos associativos, em oposição às interferências do Governo¹⁰. O artigo concluía indicando que o progredir das lutas universitárias era uma “prova incontestável” da reflexão elaborada pelo partido no ano precedente. O partido, durante este período, não fez esforços para reconduzir forçadamente as acções estudantis dentro da universidade à sua estratégia política, nem para denunciar perigos inerentes ao movimento. As acções dos estudantes, em 1968, foram sempre exaltadas; o espaço, relativamente amplo, dedicado à cidade do Porto pelo jornal do partido demonstra a preferência dada ao sublinhar o carácter nacional dos protestos. O Porto é a cidade do Norte que registou agitações mais periféricas e modestas, quer na forma quer nos conteúdos, em relação a Coimbra e a Lisboa e, segundo os arquivos da polícia, era a que causava menos preocupações ao regime. No entanto, recebeu uma atenção particular do jornal. Em 1968, o PCP mantém a perspectiva mais interna possível: as mobilizações estudantis não foram, de modo algum, relacionadas com a contestação mundial e dentro das universidades exaltava-se a luta pelos direitos associativos. Tendo em conta a geral politização dos estudantes, pode-se dizer que o discurso do partido, em 1968, era apenas em parte coerente com o período que o movimento estava a viver: a insistência do PCP no nível reivindicativo, juntamente com a crítica à ditadura, não o distanciava de um movimento que, no geral, tinha mantido um carácter interno à universidade e uma dimensão associativa, enquanto elaborava uma análise crítica do regime português. Os artigos do *Avante!* em 1968 ignoravam, no entanto, o processo de politização do movimento: o PCP estabeleceu, desde o início, uma relação entre as lutas dos estudantes e a luta

⁹ “Vigorosas lutas dos estudantes de Lisboa e Porto”, *Avante!*, S. 6, n.º 393, Julho 1968, p. 5.

¹⁰ “Novas lutas e vitórias dos estudantes de Lisboa”, *Avante!*, S. 6, n.º 394, Agosto 1968, p. 5.

contra a ditadura, exagerando o papel do movimento como sujeito político. É provável que, em 1968, o PCP sobrestimasse a influência do partido que, mesmo permanecendo forte nas universidades, convivia já com outras influências provenientes da situação nacional, como a experiência de activismo dos jovens durante as cheias de 1967 e do contexto internacional.

Em 1969, o primeiro artigo que o *Avante!* dedicou ao movimento estudantil não foi sobre as eleições de Coimbra, mas sobre os eventos que sucederam na inauguração do ano académico; pela primeira vez o partido interveio sobre o nível político atingido pelos alunos. O PCP considera favoravelmente o movimento de Lisboa, mas menciona também os jovens da tendência errada, a oportunista e aventureira. O título do artigo, “Greve dos estudantes de Lisboa. Uma Universidade para a Nação”, refere-se à inauguração do ano académico, ao cortejo silencioso dos estudantes que, com as bandeiras das associações e de Portugal, tinham protestado em frente à reitoria reivindicando uma “Universidade viva”. Desde a primeira linha do artigo, o PCP qualificou aquilo que estava a acontecer como a «A clara demonstração do divórcio existente entre o Governo de Marcelo Caetano e as massas de estudantes»¹¹, alternando com resumos dos acontecimentos em Coimbra e na capital. A Tomada da Bastilha foi considerada um exemplo da unidade do movimento de Coimbra, Lisboa e Porto e do nível nacional atingido pelas reivindicações, depois voltou-se a falar sobre os estudantes de Lisboa. A intervenção da PIDE no IST, a repressão das suas associações, o fecho antecipado da universidade foram usados como indicadores para desmascarar a “demagogia liberalizante” de Caetano. Depois de se ter exprimido favoravelmente em relação à combatividade e determinação dos estudantes, condenou as tendências negativas oportunistas e de esquerda que, segundo o PCP, se manifestavam junto do movimento lisboeta e que, naturalmente, favoreciam o fascismo.

É neste momento que se pode detectar uma preocupação política diferente: se antes o partido não tinha dado indicações explícitas, pensando poder atribuir aos protestos um carácter político de oposição ao regime que se pudesse encaixar na sua estratégia, agora demonstra-se atento à manutenção da linha do partido dentro das universidades. A crítica acontece na base do esquema tradicional da teoria comunista da luta em duas frentes, mas uma vez

¹¹ “Greve dos estudantes de Lisboa. ‘Uma Universidade para a Nação’”, *Avante!*, S. 6, n.º 399, Fevereiro 1969, p. 4

que o partido se referia aos estudantes de Lisboa, é provável que o verdadeiro objectivo polémico fosse o radicalismo de esquerda e que a crítica ao oportunismo tenha servido apenas como contraponto necessário. O apelo, apenas dirigido aos estudantes de Lisboa, é indicativo de que o partido, nas duas cidades, tinha não só uma influência diferente, mas também problemas diferentes: em Coimbra a tendência comunista colaborou desde o início com a CPE, mas fazendo-lhe uma “guerra surda”¹² e, como já se disse, a tendência predominante não foi aquela do partido, mas a do CR.

Houve dois elementos que tornaram a relação do partido com os estudantes mais problemática na capital do que em Coimbra: o carácter geral da mobilização e as tendências políticas. O marxismo ortodoxo do CR não estava assim tão distante do PCP, uma vez que a táctica de acção permanecia as reformas na universidade; ainda que o CR tivesse uma teoria demasiado centrada na universidade e no papel dos estudantes, por vezes contrastando com o papel atribuído pelo PCP à classe operária, existiam pontos de acordo, nomeadamente a táctica de luta, ou seja, a criação de mobilizações de tal modo massificadas que conduzissem à reforma sem retorno do regime. Tendo o movimento de Coimbra sempre sido “pragmático, declaradamente apolítico, fortemente associativista e nunca radical”¹³, para o partido não foi difícil encontrar aqui uma situação favorável à sua estratégia de acção e à penetração da sua linha política.

Em Lisboa, a situação era diferente: a repressão de 1965 tinha desmantelado a rede clandestina do partido nas universidades, acabando estas por se encontrar sem dirigentes comunistas. Quer o carácter geral da mobilização, mais radical nos conteúdos e nas formas em relação à de Coimbra, quer o tipo de esquerda estudantil foram um obstáculo à linha do partido. A influência da EDE, que teorizava uma luta que via mais além do terreno das reformas internas na universidade e que fornecia uma interpretação da “primavera marcelista” diferente da análise do partido, tornou o ambiente académico da capital menos vinculado à estratégia de oposição do PCP.

A transição do Governo de Salazar para a “demagogia liberalizante” de Caetano tornou particularmente necessário e urgente, para o partido, voltar à via ilusória de luta contra o fascismo, recordando os riscos trazidos pela

¹² R. Namorado, *Para uma Universidade Nova*, cit., p. 68.

¹³ M. Benamor Duarte, *Foi apenas um começo*, cit., p. 250.

passividade inerente ao oportunismo e a teoria do “tudo ou nada”. Não eram temas novos: o PCP, depois da fuga da prisão de Cunhal, tinha conduzido batalhas tanto contra o desviacionismo de direita como contra o “esquerdismo”; no início de 1969 repropõem-se os mesmos temas, mas desta vez direccionados aos estudantes. Para o partido era importante que se satisfizessem os oito pontos da declaração dos princípios associativos, normalmente chamada Declaração de Coimbra, porque, apesar de ter sido elaborada em Lisboa, foi anunciada na ocasião da Tomada da Bastilha. Para o partido a obtenção daquelas reivindicações era a condição indispensável para que a universidade se tornasse unida e autónoma e se desencadeasse uma verdadeira reforma no ensino.

A data 17 de Abril marcou o início da fase mais acesa da crise académica e tornou-se o símbolo da revolta da massa estudantil em Coimbra, por ocasião do episódio que opôs o presidente da DG/AAC, Alberto Martins, ao presidente Américo Tomás e que levou à prisão do estudante. Como é sabido, a resposta do regime foi a promessa do breve restabelecimento da ordem, contra uma situação considerada subversiva, até que a 6 de Maio a universidade foi fechada. Os estudantes responderam com o cancelamento da Queima das Fitas, eliminando não só uma festa tradicional de grande valor simbólico, mas também uma importante ocasião para o comércio da cidade; a muito concorrida Assembleia Magna de 28 de Maio decretou a extensão do luto académico ao período de exames, como protesto contra a indisponibilidade das autoridades em confronto e a suspensão de alguns alunos. A repressão não se fez esperar: enquanto os estudantes organizavam os piquetes e iniciativas inovadoras, espelho de novas tendências de contestação¹⁴, o Governo colocou uma quantidade nunca vista de forças policiais na cidade, na universidade e nas sedes das associações académicas. No entanto, isto não teve influência sobre a greve aos exames, que contou com 95% de adesão e se manteve até Junho com uma média de 86,6%. Não foi só a intervenção da polícia que tornou visível a repressão em relação ao movimento: no dia 4 de Julho, uma modificação na lei de recrutamento militar cria uma nova condição para obter a prorrogação do serviço militar, ou seja, ter “um bom comportamento escolar”, o que deu azo a um consistente recrutamento entre os activistas de Lisboa e de Coimbra. A concessão de exames em Outubro foi apenas uma aparente vitória dos

¹⁴ São as mobilizações que M. Cardina atribui à sintonia dos estudantes de Coimbra com o “espírito do tempo”: o lançamento de balões no ar, a distribuição de flores à população, espalhar pregos nas escadas monumentais: M. Cardina, *A tradição da contestação*, ob. cit., p. 80.

estudantes, uma vez que depois tiveram de sujeitar-se aos intimidantes interrogatórios que, a partir de Agosto, foram levados a cabo pela Polícia Judiciária para perceber por que não se tinha respeitado o calendário académico de exames e por que se tinham fechado as associações académicas. Os artigos do *Avante!* de Março a Junho continuaram, no entanto, a exaltar o movimento, não diferenciando entre as cidades e insistindo na solidariedade entre os estudantes, na importância de reivindicações imediatas, na violência da polícia, na perseguição da legalidade, quer na organização, quer na configuração de objectivos.

Cunhal escreveu, em Novembro de 1970, o manifesto de crítica ao radicalismo pequeno-burguês; depois de duas edições clandestinas no ano seguinte, o livro foi publicado legalmente em 1974. Este dado serve para perceber a actualidade do texto de Cunhal, mesmo num período posterior ao fim da ditadura. O livro de Cunhal foi uma crítica pontual conduzida na forma de uma explicação e contestação de textos dos cinco desertores do partido, de textos de estudantes e ex-estudantes do EDE e de textos dos grupos que publicavam os *Cadernos Necessários* e os *Cadernos de Circunstância*.

Cunhal não fez referência directa à mobilização estudantil do biénio precedente, mas propôs uma análise geral na qual, de facto, criticou o grupo estudantil EDE e os intelectuais que no decorrer dos anos 60 tinham constituído grupos à esquerda do partido. Na perspectiva do secretário-geral, eles representavam grupos ou partidos pequeno-burgueses com pretensões hegemónicas, ocultadas por uma teoria que atribuía também aos intelectuais o papel de “população produtiva” e aos estudantes o de “força de trabalho em produção”. Para Cunhal, estes representavam instabilidade, impaciência, o desespero e o individualismo da pequena burguesia que tomou consciência da sua condição de classe sem futuro, que procura estratégias de sobrevivência, cometendo uma série de erros na análise política, na tática e na organização.

O fulcro do problema era esclarecer as diferenças existentes entre a análise política do PCP e aquela dos, por assim dizer, “teóricos pequeno burgueses”, para conseguir a afirmação da justa estratégia de luta contra o Governo de Marcelo Caetano, dos objectivos táticos e da organização. Cunhal encontrou um denominador comum no pensamento político do radicalismo de esquerda, ou seja, o erro de ter visto no salazarismo o bloqueio ao capitalismo: o partido, por sua vez, definia o salazarismo como o governo dos monopólios e dos latifundiários que, através da concentração de capitais, tinha desenvolvido o

capitalismo e determinado a proletarização de centenas de milhares de pequenos produtores.

O objectivo polémico do PCP era a teoria que explicava o capitalismo “apesar” de Salazar em vez de “através” de Salazar e que via no Governo de Caetano uma nova política, feita de um capitalismo diferente e com novas classes e que, portanto, o distinguiam claramente da ditadura precedente, enquanto para o partido o marcelismo tinha reproposto os aspectos fundamentais do salazarismo. A força do objectivo da luta contra a ditadura impediu que fenómenos como o movimento estudantil e grupos de extrema-esquerda fossem considerados problemas específicos pelo partido. Podem-se formular várias hipóteses sobre o PCP no período do qual nos estamos a ocupar: a ditadura, a falta de outras posições organizadas, a natureza da mobilização social, o tipo de centralismo democrático e o controlo interno contribuíram para a capacidade do partido manter o centralismo da luta contra o fascismo. Poder-se-á insistir num aspecto em detrimento de outro para explicar o comportamento do partido, mas o facto é que a tensão nacional fez do movimento estudantil uma questão totalmente política e impediu que o partido desse uma resposta diferente daquela de resistência e luta contra a ditadura.

Podem-se sustentar argumentos centrados no voluntarismo do partido ou nas condições do país e nas características dos protestos estudantis, mas de facto a relação manteve-se entre o binómio partido-sociedade, e não partido-movimento estudantil, o que permitiu ao PCP evitar um confronto problemático.

Uma vez que esta pesquisa é parte de uma investigação mais ampla sobre o PCI, o PCF e o PCP no final dos anos 60, nas conclusões dar-se-ão alguns elementos úteis para a comparação entre os partidos. Todos os três, em tempos e modos diferentes, criticaram os movimentos com o argumento da luta nas duas frentes e o chamado “radicalismo pequeno-burguês” dos estudantes. Todos os partidos responderam às novidades relacionadas com o ativismo político dos jovens com atitudes que demonstraram que a linha elaborada pelos organismos dirigentes dos partidos não podia ser questionada. Foram também condenados pelos partidos os fenómenos acusados de anticomunistas e de quebrar a unidade das forças democráticas e de esquerda, contra os perigos reacionários, mais ou menos reais. Isso deve-se ao contraste entre a “velha” e a “nova” esquerda, à comum filiação ao movimento comunista internacional e às novas formas dos protestos dos jovens, que em muitos casos contrastavam com

a tradicional organização dos protestos canalizada pelos partidos comunistas. Além disso, os itinerários dos três partidos durante o período dos movimentos estudantis do final dos anos 60 permite contar uma história dos partidos comunistas onde o mais evidente é a diversidade desses organismos políticos. O PCI e o PCF não tiveram atitudes semelhantes apesar do facto de actuarem em regimes democráticos e de não serem clandestinos como o PCP e este último teve muita mais afinidade com o PCF que com o PCI em relação à clareza da linha política e sobretudo à atitude no confronto com o movimento estudantil. Isso ia mudar pouco depois: com a Revolução dos Cravos o PCP entrou numa nova fase da sua história e ao mesmo tempo o PCI e o PCF (com o PCE) criaram o projeto do eurocomunismo, condenado como reformista pelo PCP. A relação destes três partidos com os movimentos estudantis permite sugerir algumas perguntas e possíveis pistas de investigação que considerem as analogias e diferenças entre os contextos, a circulação de ideias e pessoas, os temas transversais aos partidos comunistas. Quanto, por exemplo, incidiram as diferentes condições socioeconómicas e políticas dos países nas atitudes e na narrativa dos partidos? Que relações – reais e simbólicas – existiam entre os partidos e entre os movimentos? Quais foram os elementos comuns do conflito do ponto de vista das diferentes formas organizativas (partido comunista *versus* movimento social) e quais os elementos próprios de cada relação partido-movimento?

A esperança é que essas sintéticas notas de comparação possam estimular a multiplicação dos estudos sobre os partidos comunistas e os movimentos sociais, tendo em conta mais países e mais organismos políticos, porque é no estudo paralelo e na comparação que mais se evidenciam aspectos que podem ser negligenciados, na convicção que a máxima vantagem de considerar mais casos é – como escreveu Marc Bloch – aquilo de não considerar tudo “natural”¹⁵.

Bibliografia

Accornero, G. *Efervescência estudantil. Estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)*, tese de doutoramento, ICS, Lisboa 2009.

Bebiano, R. *O poder da imaginação*, Angelus Novus, Coimbra 2003.

¹⁵ M. Bloch, *Storici e Storia*, Einaudi, Torino 1977.

Benamor Duarte, M. “Foi apenas um começo. A crise académica de 1969 na história do movimento estudantil dos anos 60 e da luta contra o Estado Novo”, tese de mestrado, UNL, Lisboa 1997.

Bloch, M. *Storici e Storia*, Einaudi, Torino 1977.

Caiado, N. *Os movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa 1990.

Cardina, M. *A Tradição da Contestação*, Angelus Novus, Coimbra 2008.

Cardina, M. *O maoísmo em Portugal: 1964-1974*, in P. Godinho et al., *Lutas Velhas Futuro Novo*, Dinossauro, Lisboa 2008.

Cardina, M. *Guerra à guerra. Violência e anticolonialismo nas oposições ao Estado Novo*, Oficina CES, Coimbra 2009.

Cunhal, A. *Radicalismo Pequeno Burguês de Fachada Socialista*, Avante!, Lisboa 1970.

Cunhal, A. *Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura*, Avante!, 2.^a ed., Lisboa 1994.

Namorado, R. *Para uma Universidade Nova. Crónica da crise de 1969 em Coimbra*, Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 27/28, Junho 1989.

Rossanda, R. *La ragazza del secolo scorso*, Einaudi, Torino 2004.

Que agenda de investigação para as relações laborais no século XXI? ¹

Hermes Augusto Costa²

1. Introdução

As relações laborais e o sindicalismo encontram-se hoje na defensiva, fruto das transformações que perpassam o mercado de trabalho e das políticas de austeridade que a presença da *troika* em Portugal ajudou a legitimar. Mas que configuração têm as relações laborais e em que tradições teóricas tais relações se inscrevem? Qual tem sido a agenda das relações laborais ao longo das últimas décadas? Que tradições teóricas cabem nessa agenda? Que implicações decorrem para o “parente pobre” das relações laborais (os sindicatos) no contexto atual?

O texto aqui apresentado é animado por algumas destas interrogações. Assim, num primeiro momento é abordado o significado conceptual das “relações laborais” para, em seguida, se recuperarem algumas das principais tradições teóricas de relações laborais. Por fim, discute-se a relevância atual dessas tradições (sobretudo num contexto político-ideológico marcado pela austeridade) e são identificados alguns dos temas investigação em relações laborais (em especial no contexto laboral português).

2. Dimensão conceptual das relações laborais

A discussão em redor da relevância social e política do sindicalismo tem lugar no quadro de conjunto amplo de “relações”³. Muitos cientistas sociais utilizam, por vezes de forma indiferenciada, as expressões “relações industriais”, “relações de trabalho”, “relações profissionais”, “relações coletivas de trabalho” ou “relações laborais”, entre outras. O que se explica pela

¹ Artigo originalmente publicado na *UBImuseum*, n.º 02, pp. 125-137, ISSN: 2182-6560, no âmbito da parceria estabelecida entre a organização do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal e a direcção do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior (acesso online em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.hermes-augusto-costa.pdf>).

² Centro de Estudos Sociais/ Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

³ Costa (2005), pp. 13 e seguintes.

pluralidade dos temas em análise⁴. Em todo o caso, o facto de a proveniência anglo-saxónica da expressão *industrial relations* ter acompanhado o movimento de industrialização que tomou forma nos países ocidentais a partir da segunda metade do século XVIII levou a que a tradução à letra mais usual tivesse sido a de “relações industriais”. Em boa verdade, o aparecimento e desenvolvimento da indústria nas sociedades industriais permitiram que estas se dessem a conhecer enquanto sociedades dominadas por objetivos de desenvolvimento, nas quais a produção era largamente assegurada por um aparelho industrial e em que uma boa parte de população ativa se encontrava envolvida em atividades ligadas à indústria. Por outro lado, a expressão “relações” enfatiza o aspeto relacional e coletivo das situações geradas na indústria ou na atividade de trabalho e que podem englobar mecanismos de ajustamento entre oferta e procura de trabalho, fixação de salários ou determinação de condições de trabalho entre trabalhadores e empregadores⁵.

Para Guy Caire⁶ a expressão “relações industriais”⁷ está associada ao estabelecimento de regras de trabalho (Dunlop); a mecanismos de regulação de emprego (*job regulation*), tal como foram defendidos por autores da Escola de Oxford (Flanders, Bain e Clegg); à democracia industrial (Derber); à fixação de termos e condições de trabalho (Craig); a uma relação de negociação (Laffer); ou a uma relação de troca (Somers). O próprio Guy Caire identificara, na década da 70, tipos ideais de “sistemas de relações industriais”⁸, como que a reconhecer que as próprias diferenças entre países quanto ao modo de funcionamento dos referidos sistemas reforçavam também a ideia de instabilidade e de ambiguidade em detrimento da constituição de modelos comuns. De igual modo, Caire viria a reconhecer que existe uma apetência particular para fazer

⁴ Ferreira e Costa (1998/99), p. 142; O uso daquelas expressões tem servido para estudar o mundo do trabalho sob ângulos diversos, tais como: transformações do mercado de trabalho; sindicalismo e concertação social; qualificações, competências, formação dos trabalhadores; novas formas de organização do trabalho; participação laboral e diálogo social nas empresas; metodologias de análise do mercado de trabalho; relações sociais de género; conflitos de trabalho; acidentes de trabalho; desigualdades sociais, formas atípicas de emprego; emprego/desemprego, etc.

⁵ Molitor (1990), pp. 3-4.

⁶ Caire (1991), p. 380.

⁷ Cuja aparição ocorreu no Congresso Americano de 1912, tendo sido utilizada pela primeira vez de forma oficial na Grã-Bretanha em 1926, no *Survey of Industrial Relations* do Ministério do Comércio e da Indústria (Caire, 1991, p. 376; Sanz, 1993, p. 33; Lallement, 1996, pp. 3-4).

⁸ O sueco (escandinavo), o latino e o intermediário, tendo-os classificado segundo o grau de estabilidade/solidez ou instabilidade/fragilidade das suas estruturas políticas e sociais e das suas ações profissionais (Caire, 1973, pp. 84-87).

corresponder a certas disciplinas académicas o tratamento de certos tipos de “relações”⁹.

Em Portugal, alguns cientistas sociais estudiosos do mundo do trabalho habituaram-se a utilizar, nas publicações editadas em língua portuguesa, a expressão “relações industriais”, reconhecendo assim também a influência anglo-saxónica do conceito. Porém, a utilização desta expressão fará hoje menos sentido, sobretudo se tivermos em consideração que nas últimas décadas se vem assistindo a uma “acentuada perda de peso do trabalho industrial nas sociedades avançadas (em especial na Europa), o que contribui para a crescente heterogeneidade e des-standardização das formas tradicionais de trabalho”¹⁰. Será, pois, mais adequado falar-se em “relações laborais”¹¹.

Com efeito, por um lado, estamos perante relações *de* produção contratualmente estabelecidas entre trabalho e capital e que constituem a relação salarial; por outro lado, estamos diante de relações *na* produção, que regulam o trabalho concreto efetuado pelos trabalhadores durante o dia de trabalho e que incluem as relações entre trabalhadores, bem como as relações destes com supervisores ou gestores segundo normas ou regulamentos da empresa¹². Além disso, convirá reforçar que subjaz às relações laborais uma dimensão relacional que envolve atores individuais e coletivos numa atividade de trabalho com ele relacionada, segundo diferentes níveis de análise: local, sectorial, regional, nacional, transnacional ou global. Por outro lado ainda, se é verdade que as relações laborais têm na criação consensos (acordos) entre as partes (sindicatos e patronato) um importante “valor de uso”, também não se pode deixar de referenciar a ênfase no conflito, nas suas fontes ou nas formas de poder que lhe estão associadas.

No quadro das relações laborais, ao sindicalismo ficou frequentemente reservado o papel de “parente pobre”, em função de uma relação desigual ou de impacto tendencialmente diferenciado entre capital e trabalho que foi geradora de um viés de classe¹³. Por isso se defendeu, não só à escala dos locais de trabalho e dos marcos de referência estritamente nacionais, a necessidade de

⁹ A economia e o direito fariam melhor eco das “relações contratuais”, a sociologia industrial traduziria melhor as “relações organizacionais” e a psicologia social expressaria melhor as “relações interprofissionais” (modelo de Margerison, *apud* Caire, 1991, pp. 380-381).

¹⁰ Estanque e Ferreira (2002), p. 151; Estanque e Costa (2011) e (2012).

¹¹ Ferreira e Costa (1998/99); Costa (2005) e (2011).

¹² Burawoy (1985); Santos (1995), p. 134 e (2000), p. 258; Rosa (1998); Estanque (2000).

¹³ Offe (1984) e (1985); Hyman (1994b), p. 127.

pôr um travão a essa relação desigual. Nesse sentido, apelou-se a que as relações laborais impusessem formas de controlo social sobre as dinâmicas arbitrárias dos fluxos de capital global e sobre as “decisões perturbadoras dos gigantes transnacionais”¹⁴.

3. Tradições teóricas

Ante a ausência de uma única teoria integradora e perante uma grande diversidade teórica e disciplinar, Walther Müller-Jentsch¹⁵ distingue 5 conjuntos de abordagens: sistémicas, marxistas, institucionalistas, da ação e de inspiração económica.

No quadro das *abordagens sistémicas*, pontificou a definição avançada por John Dunlop¹⁶, para quem as *industrial relations* constituem um sistema que, “a qualquer momento do seu desenvolvimento, é visto como sendo composto por certos atores¹⁷, certos contextos, uma ideologia que faz do sistema um todo integrado e um corpo de regras criadas [pelos atores] com o objetivo de regular os próprios atores no seu local e comunidade de trabalho”¹⁸ Nesse sistema “tendem a desenvolver uma série de ideias e de crenças conjuntamente defendidas pelos atores que ajudam a criar ligações e integrar o sistema. Estes processos são dinâmicos: as mudanças no ambiente afetam as relações entre atores e as regras; as mudanças nas instituições internas e as relações dos atores afetam os resultados”¹⁹. Dando seguimento a esta visão de estabilidade proposta por Dunlop, a Escola de Oxford de Relações Industriais, considerada como variante britânica da abordagem sistémica, viria também a assumir um papel de relevo, nela se destacando as figuras de Allan Flanders ou Hugh Clegg. A perspetiva defendida por esta escola veio, no entanto, a revelar-se mais pluralista²⁰ e menos integradora ou consensual. Embora o foco analítico preferencial desta escola assentasse na negociação coletiva enquanto mecanismo capaz de influenciar e regular o relacionamento entre capital e trabalho, isso não significava que as partes não pudessem fundamentar as suas decisões com base em valores divergentes. Ou seja, o resultado de uma

¹⁴ Hyman (1994a), p. 13.

¹⁵ Müller-Jentsch (1998).

¹⁶ Dunlop (1958) e (1993).

¹⁷ Nomeadamente, o capital (*hierarchy of managers*), o trabalho (*hierarchy of workers*) e as estruturas governamentais (*specialized governmental agencies*) (Dunlop, 1958, p. 7; 383).

¹⁸ Dunlop (1993), p. 47.

¹⁹ Dunlop (1993), p. 8.

²⁰ Clegg (1990), p. 2

negociação não era necessariamente sinónimo de um compromisso aceite por todos.

As *abordagens marxistas*, por seu lado, são herdeiras dos escritos de Marx e Engels e da ênfase que estes autores conferiram ao combate operário contra a exploração, à alienação e à pauperização, ainda que tenham suprimido as ações em favor de uma regulação dos salários ou das condições de trabalho²¹. Assim sendo, Richard Hyman²² proporia uma “economia política das relações laborais”, em oposição à definição destas apenas em função de um conjunto de regras de regulação ou de elementos ordenados (partilhada por Dunlop e Flanders). Mas a esta leitura de Hyman, que coloca ênfase na desordem e no conflito, Müller-Jentsch acrescenta também o debate sobre o “processo de trabalho” e a teoria da regulação. Quanto às transformações do processo de trabalho capitalista, merece destaque a figura de Harry Braverman²³. Para Braverman, a gestão moderna, ao inspirar-se nos princípios da organização científica do trabalho delineados por Taylor, servia sobretudo os interesses do capital. Em seu entender, a separação entre as funções de conceção e execução do trabalho, a fragmentação das tarefas e a expropriação do *know how* dos trabalhadores em benefício do capital desqualificavam os trabalhadores e depreciavam o seu valor no mercado de trabalho. A generalização do taylorismo enquanto fase mais madura do capitalismo e coincidindo com a revolução científica e tecnológica contribuiu, segundo o autor, para a alienação generalizada da classe trabalhadora²⁴. Por outro lado, a teoria da regulação,

²¹ Müller-Jentsch (1998), p. 237.

²² Hyman (1975).

²³ Braverman (1977)

²⁴ Braverman (1977), p. 16. Esta visão seria contrariada por Michael Burawoy (1985, p. 39), para quem as vertentes política (de “produção das relações sociais”) e ideológica (de “produção de uma experiência dessas relações”), e não apenas a vertente económica (de “produção de coisas”), deviam ser incorporadas na análise do processo de produção. Em sua opinião, a produção capitalista não se caracteriza por uma separação entre conceção e execução do trabalho, pois é necessário conceder crédito às subjetividades e vivências dos trabalhadores no processo de trabalho. Ao propor o conceito de “relações na produção” (que distingue do conceito de “relações de produção” de Marx), Burawoy (1985, pp. 32-33) considera que a produção dessas relações bem como das experiências dessas relações, “apesar de ocorrerem em sociedades capitalistas, transportam muitas vezes lógicas de ação e regulação não capitalistas” (Estanque, 2000, p. 69). Assim sendo, em vez da dependência pura e simples face ao capital defendida por Braverman, a leitura de Burawoy (1985) vai no sentido de considerar que o capitalismo não se caracteriza por uma sujeição ao capital da economia no seu todo. Por sinal, o próprio espaço da fábrica faz que os operários sejam capazes, eles próprios, de fornecerem uma explicação para o consentimento que manifestam face à exploração (Burawoy, 1979).

tendo como principais referências Aglietta²⁵, Boyer²⁶, e Lipietz²⁷, centrou-se na análise das condições de reprodução de uma formação social de tipo capitalista. Preocupados com os efeitos reguladores das instituições sociais e estatais, os autores desta teoria colocaram a “relação salarial” no centro das suas análises das relações sociais e dos confrontos entre atores sociais. Rompendo com a ortodoxia marxista, a teoria da regulação propõe uma periodização do desenvolvimento capitalista assente nas noções de “regime de acumulação” – que determina as condições de utilização da força de trabalho, os mecanismos de fixação de salários, a concorrência – e de “modo de regulação” – regras e procedimentos sociais interiorizados que incorporam o social nos comportamentos individuais, que servem de sustentação aos regimes de acumulação²⁸. Assente num compromisso entre capital e trabalho, o fordismo foi o modo de regulação mais analisado por esta teoria. Todavia, a sua crise, no final dos anos 70, e o advento da flexibilidade remeteram progressivamente para a definição dos contornos de um novo modo de regulação, o pós-fordismo.

Em terceiro lugar, as *abordagens institucionalistas* das relações laborais colocam ênfase nas instituições enquanto construções sociais que incorporam programas de ação duráveis e estáveis²⁹, ainda que a teoria da regulação já atribuísse às instituições um papel de mediação. Nestas abordagens inclui-se, por um lado, uma perspetiva mais histórica que analisa os processos de evolução das instituições em função das constelações de interesses e jogos de poder. A importância do papel regulador do Estado na garantia de estabilidade às instituições; a aquisição de uma “cidadania industrial” como corolário da evolução das sociedades modernas (que atribuíram sucessivamente aos indivíduos direitos civis, políticos e sociais) e fundamento para as relações entre trabalhadores e empregadores³⁰; e a constituição de instituições vocacionadas para regular e institucionalizar os conflitos industriais³¹ são três linhas de força que perpassam esta perspetiva. Mas, por outro lado, inclui-se ainda nestas abordagens institucionalistas um conjunto de leituras que, em certo sentido, combinam o institucionalismo com elementos de regulação. Tais leituras procuram perceber em que medida se podem regular organizacional e

²⁵ Aglietta (1976).

²⁶ Boyer (1986).

²⁷ Lipietz (1985).

²⁸ Lipietz (1985), p. 16.

²⁹ Müller-Jentsch (1998), p. 243.

³⁰ Marshall (1992), p. 8.

³¹ Dahrendorf (1982).

institucionalmente os interesses divergentes presentes num sistema de relações laborais. Ao interrogarem-se sobre como é possível haver ordem social numa sociedade marcada por interesses plurais, W. Streek e P. Schmitter³² interessam-se pela forma como se agregam, negociam e intermedeiam os interesses. Estes autores propõem um quarto modelo de ordem social, para além dos modelos mais tradicionais da comunidade, do mercado e do Estado, que designam de *private interest government*. Este modelo corporativo/associativo confere às associações de interesses um estatuto quase-público de auto-regulação. As associações de interesses são dotadas de um *status* público porque adquirem, tanto direta como indiretamente, um recurso que nenhuma outra entidade pode fornecer a não ser o Estado: a capacidade para confiar numa coerção legitimada³³. Este modelo corporativo/associativo permitiria, então, articular a sociedade civil, entendida pelos valores comunitários e pelas exigências do mercado, com a autoridade do Estado.

As *teorias da ação* são o quarto conjunto de abordagens a considerar. Ao contrário das anteriores, coloca-se aqui ênfase nas relações entre atores, nas respostas individuais às situações de relações de trabalho, na atribuição de sentido aos contextos nos quais as pessoas trabalham e às formas pelas quais as pessoas percebem as ações umas das outras³⁴. Müller-Jentsch³⁵ distingue quatro teorias da ação que fornecem contributos explicativos no âmbito desta abordagem: a “micropolítica”, centrada na empresa e no local de produção, sustenta que nesses espaços os indivíduos não são totalmente dominados pelas estruturas, dispondo, ao contrário disso, de uma margem de liberdade e de negociação que é, no fundo, o seu micropoder; a “política do trabalho”, interessada na reprodução e transformação das relações sociais na esfera do trabalho e da produção. Esta teoria não se limita aos níveis micro e de empresa (com a micropolítica), incorporando também as organizações sindicais e patronais, bem como as instâncias estatais enquanto componentes que exercem influência sobre a organização do trabalho; a teoria que valoriza as negociações entre os atores das relações laborais e que cria uma tipificação dessas negociações; e a teoria da “escolha estratégica”, que procura combinar o ponto de vista sistémico (herdado de Dunlop) com a teoria da ação. Esta teoria, que

³² Streek e Schmitter (1985).

³³ Williamsom (1989), p. 104.

³⁴ Farnham e Pimlott (1995), p. 58; Godard (1993), p. 288.

³⁵ Müller-Jentsch (1998), pp. 248-251.

postula a autonomia de decisões quer de empresários, quer de sindicatos e Estado, identifica vários níveis de ação que envolvem os atores: o nível das decisões estratégicas da empresa; o nível da política das direções das empresas quanto ao pessoal; o nível da negociação coletiva; o nível do emprego e do trabalho dos indivíduos.

Por fim, as *abordagens de inspiração económica* encontram explicação no “cálculo racional” dos indivíduos como forma de estes maximizarem as suas ações. A “teoria da escolha racional” é uma das teorias que se enquadram neste tipo de abordagens. Segundo esta teoria, de entre um conjunto de ações que têm ao seu dispor, os indivíduos escolhem as que correspondem às suas preferências e que, de acordo com um determinado custo, são as que melhor maximizam as suas ações. Embora se fale aqui de indivíduos, deve salientar-se, porém, que há uma preocupação por estudar o comportamento das organizações coletivas, dos grupos (empresários, sindicatos, consumidores, etc.), segundo uma lógica de ação coletiva³⁶. Outra das teorias que se articula com as abordagens de inspiração económica é, segundo Müller-Jentsch, a “teoria dos custos de transação”³⁷. Nos termos desta, e na linha de uma nova economia institucional³⁸, analisam-se os possíveis custos decorrentes do relacionamento (transação) entre atores numa organização. O contrato de trabalho ilustra bem os possíveis custos de uma transação, desde logo porque ele não regula todas as relações entre o empregador e o empregado, a menos que fosse possível prever todo o tipo de litígios e contenciosos que pudessem ocorrer entre capital e trabalho. Na verdade, há sempre fatores de contingência que é difícil adivinhar, do mesmo modo que é preciso levar em linha de conta quer a racionalidade limitada, quer o oportunismo dos intervenientes diretos no processo de troca.

A eclosão da crise do *subprime*, em 2008, terá colocado de novo em agenda a relevância social das abordagens de inspiração marxista, desde logo porque (como acima se disse) foram alguns dos contributos inscritos nessas abordagens que mais se aproximaram do *dia a dia* das relações laborais de hoje. Mesmo que existam pressões políticas, *de cima para baixo*, no sentido de legitimar acordos amplos entre parceiros sociais, o desfecho deles decorrente já não parece condizer com o espírito (aparentemente mais genuíno) das abordagens institucionalistas que estiveram em destaque no contexto dos “30 gloriosos”.

³⁶ Olson (1998); Crouch (1982 e 1994); Offe e Wiesensthal (1980).

³⁷ Müller-Jentsch (1998), pp. 252-254.

³⁸ Williamson (1981).

Não é, pois, por acaso que no contexto laboral português se tem assistido a estratégias mistas de consenso e conflito, de convergência e de luta³⁹.

4. Temas em agenda

Nas duas últimas décadas do século XX, as análises sociológicas sobre as relações laborais realizadas sobre Portugal incidiram em cinco temas principais: 1) olhares temporais e contextuais sobre o movimento operário, no que se incluem: a) ação operária nas empresas; b) modelos de (auto)gestão/controlo operário; c) construções identitárias, participação e democratização; 2) dinâmicas organizacionais e mutações tecnológicas; 3) diferença sexual e relações na produção; 4) trabalho/(des)emprego; 5) institucionalização do diálogo social.⁴⁰ Por outro lado, para a viragem de milénio anunciavam-se alguns temas como sendo justificativos de uma maior atenção por parte dos cientistas sociais interessados no estudo das relações laborais: Estado e regulação de conflitos; globalização e participação; emprego e qualificação; flexibilidade e tempo(s) de trabalho⁴¹.

Refira-se, de resto, que o léxico político da “era pós-fordista” foi sendo marcado por temas que têm condicionado a agenda das relações laborais em distintos contextos e não apenas no português. Globalização, descentralização, flexibilidade⁴² e, num período mais recente, flexigurança⁴³ marcaram as relações laborais de modo quase sempre perverso. Em última análise, adquirem cada vez mais pertinência as investigações e reflexões dos últimos anos a respeito da austeridade. É no quadro desta que desemprego, precariedade, o precariado, desigualdades, pobreza se inscrevem na agenda das relações laborais. Esta é, pois, se assim se pode dizer, uma agenda “forçada”, definida sobretudo pela negatividade subjacente a tais temas.

O sistema de emprego português, as relações laborais e os seus atores (sobretudo os sindicatos) têm sentido fortemente o impacto das medidas de austeridade. Recorde-se, aliás, que o sistema de emprego tem sido caracterizado

³⁹ Campos Lima e Artiles (2011).

⁴⁰ Considera-se aqui o levantamento feito por Ferreira e Costa (1998/99), essencialmente baseado em revistas portuguesas de ciências sociais de referência: *Análise Social; Sociologia – Problemas e Práticas; Organizações e Trabalho* e *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Ainda assim, os autores estiveram igualmente atentos a outras publicações importantes como *Cadernos de Ciências Sociais; Economia e Sociologia; Fórum Sociológico; Sociedade e Trabalho*.

⁴¹ Ferreira e Costa (1998/99), pp. 155-162.

⁴² Costa (2008), pp. 29-38.

⁴³ Costa (2009).

por baixa produtividade, baixos salários, uma conexão entre emprego e mão-de-obra intensiva, baixo nível de instrução, de habilitações e de qualificações, défices de qualidade do emprego e peso elevado de diferentes modalidades de emprego “atípico”: recibos verdes, contratos a prazo, trabalho temporário, trabalho a tempo parcial, trabalho na economia informal⁴⁴.

Por sua vez, o carácter heterogéneo e por vezes contraditório das normas laborais, a deficiente institucionalização das formas de resolução dos conflitos de trabalho, o modelo pluralista e competitivo de relacionamento intra- e interorganizações de interesses do trabalho e do capital, a forte politização dos processos de negociação das condições de trabalho, a ligação das organizações sindicais e patronais ao sistema partidário, a centralidade do Estado na relação capital-trabalho (apesar do quadro jurídico e institucional assentar no princípio de autonomia das partes e na sua capacidade de autorregulação) ou o bloqueamento progressivo da negociação coletivas são algumas das características associadas ao sistema relações laborais em Portugal⁴⁵.

Num sistema de emprego e de relações laborais com estas características, a adoção de medidas de austeridade tem tido como principal consequência o aumento das formas de emprego precário⁴⁶, assim como do desemprego, que em dezembro de 2012 se situava em 16,5% (Eurostat, 2013). Foi, pois, sem surpresas que se geraram reações distintas por parte os atores do capital e do trabalho. Claramente, os empregadores apresentaram-se mais predispostos a aceitar a austeridade porque veem nela uma oportunidade para rentabilizarem as suas posições. Porém, a agenda sindical parece colocada num espartilho, estando os sindicatos desafiados a: i) combater as tendências de individualização das relações laborais que a crise tem vindo a acentuar: ii) resistir à pretensão de enfraquecimento do seu poder na contratação coletiva que subjaz ao Memorando de Entendimento com a Troika e ao Acordo de Concertação Social (janeiro 2012); iii) salvaguardar direitos e deveres regulados pela negociação coletiva.

5. Conclusão

São, pois, várias as implicações para as relações laborais decorrentes de uma agenda de austeridade reforçada. Para além do aumento das formas de

⁴⁴ Estanque e Costa (2012).

⁴⁵ Ferreira e Costa (1998/99); Dornelas (2009); Ferreira (2012).

⁴⁶ Que representam cerca de 30% do emprego total, com incidência particular entre o grupo etário dos 15 aos 34 anos, onde atinge valores próximos dos 50% (Estanque e Costa, 2012).

trabalho precário e do desemprego, a austeridade “convertida na lei” (com a revisão do código laboral) produz outras implicações para as relações laborais⁴⁷: a perda de autonomia dos parceiros sociais, sobretudo dos sindicatos, que veem a sua posição ainda mais subalternizada; uma maior tensão nas relações entre os próprios atores das relações laborais (inclusive dentro do campo sindical); um reforço das assimetrias no mercado de trabalho, designadamente entre classes de rendimentos elevados e classes de rendimentos baixos, ou na relação entre setor público e setor privado; uma forte diminuição do poder de compra das famílias, bem espelhado no facto de, até março de 2012, os Portugueses terem perdido 765 milhões de euros em salários, ou seja, uma quebra de 3,9% nas remunerações pagas na economia (a maior de sempre desde que há registos no Instituto Nacional de Estatística); maior empobrecimento do setor produtivo; criação de condições para maior contestação social; não redução do défice de competitividade das empresas; menor controlo por parte da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), uma vez que as empresas deixam de ser obrigadas a enviar à ACT o mapa do horário de trabalho ou o acordo de isenção de horário, entre outros.

A agenda das relações laborais para o século XXI carece, assim, de outros conteúdos e de ser mais autónoma e dignificadora para o mundo do trabalho. Só desse modo os trabalhadores e os sindicatos se poderão rever nela.

Referências bibliográficas

Aglietta, Michel, *Régulation et crises du capitalisme: l'expérience des États-Unis*. Paris: Calmann-Lévy, 1976.

Boyer, Robert, *La théorie de la régulation: une analyse critique*. Paris: La Découverte, 1986.

Braverman, Harry, *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

Burawoy, Michael, *Manufacturing consent: changes in the labor process under monopoly capitalism*. Chicago: The University of Chicago Press, 1979.

Burawoy, Michael, *The politics of production: factory regimes under capitalism and socialism*. Londres: Verso, 1985.

Caire, Guy, “Des relations industrielles comme objet théorique”, *Sociologie du Travail*, 3, 1991, pp. 375-401

⁴⁷ Fernandes (2012); Rebelo (2012); Gomes (2012); Costa (2012).

Campos Lima, Maria da Paz; Artiles, Antonio Martin, "Crisis and trade union challenges in Portugal and Spain: between general strikes and social pacts", *Transfer* 17(3), 2011, pp. 387-402.

Costa, Hermes Augusto, *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Os discursos e as práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. (Tese de doutoramento em Sociologia). Coimbra: Faculdade de Economia, 2005, 854 pp.

Costa, Hermes Augusto, *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Afrontamento, 2008.

Costa, Hermes Augusto, "A flexigurança em Portugal: desafios e dilemas da sua aplicação", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, 2009, pp. 123-144.

Costa, Hermes Augusto, "Do enquadramento teórico do sindicalismo às respostas pragmáticas", in E. Estanque e H. A. Costa (orgs.), *O sindicalismo português e a nova questão social: crise ou renovação?* Coimbra: Almedina, 2011, pp. 13-48.

Costa, Hermes Augusto, "From Europe as a model to Europe as austerity: the impact of the crisis on Portuguese trade unions", *Transfer – European Review of Labour and Research*, 18 (4), 2012, pp. 397-410.

Crouch, Colin (1982), *Trade unions: the logic of collective action*. Londres: Fontana.

Dahrendorf, Ralf, *As classes sociais e os seus conflitos na sociedade industrial*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982) [1959].

Dornelas, António, "Perante a crise: problemas e perspectivas do emprego, do trabalho e da equidade social em Portugal", *Finisterra* 65/66, 2009, pp. 101-133

Dunlop, John. T. (1993) [1958], *Industrial relations systems*. Boston: Harvard University Press.

Estanque, Elísio, *Entre a fábrica e a comunidade: subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*. Porto: Afrontamento, 2000.

Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto, *O sindicalismo português e a nova questão social – crise ou renovação?* Coimbra: Almedina, 2011.

Estanque, Elísio; Ferreira, António Casimiro, "Transformações no mundo laboral e novos desafios do sindicalismo português", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 2002, pp. 151-159.

Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto, "Labour relations and social movements", in Denis Erasga (Ed.), *Sociological Landscapes: Theories, Realities and Trends*. Rijeka/Croacia: INTECH/ Open Access Publishing, 2012, pp. 257-282

Eurostat, *Newsrelease. Euroindicators*. [disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/3-01022013-BP/EN/3-01022013-BP-EN.PDF], 2013.

Farnham, David; Pimlott, John, *Understanding industrial relations*. Londres: Cassel, 1995.

Fernandes, António Monteiro, “Uma estranha decisão”, *Público*, 20 de junho de 2012.

Ferreira, António Casimiro *Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção*. Lisboa: Vida Económica, 2012.

Ferreira, António Casimiro; Costa, Hermes Augusto, “Para uma sociologia das relações laborais em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 1998/99, pp. 141-171.

Godard, John, “Theory and method in industrial relations: modernist and postmodernist alternatives”, in R. J. Adams e N. M. Meltz (orgs.), *Industrial relations theory: its nature, scope, and pedagogy*. Londres: IMLR Press/Rutgers University e The Scarecrow Press, Inc., 1993, pp. 283-306.

Gomes, Pedro Botelho, “Uma bomba atômica social?”, *Público*, 24 de junho de 2012.

Hyman, Richard, *Industrial relations. A Marxist introduction*. Londres: MacMillan, 1975.

Hyman, Richard, “Introduction: economic restructuring market liberalism and the future of national industrial relations systems”, in R. Hyman e A. Ferner (orgs.), *New frontiers in European industrial relations*. Oxford: Blackwell, 1994a, pp. 1-14.

Hyman, Richard, “Changing trade union identities and strategies”, in R. Hyman e A. Ferner (orgs.), *New frontiers in European industrial relations*. Oxford: Blackwell, 1994b, pp. 108-139.

Lallement, Michel, *Sociologie des relations professionnelles*. Paris: La Découverte, 1996.

Lipietz, Alain, *Mirages et miracles: problèmes de l’industrialisation dans le tiers monde*. Paris: La Découverte, 1985.

Molitor, M., *Relations industrielles*. Faculté des sciences économiques, sociales et politiques de Louvain: Diffusion Universitaire Ciaco, 1990.

Müller-Jentsch, Walther, “Les théories des relations industrielles: une mise en perspective”, *Sociologie du Travail*, 2/98, 1998, pp. 233-262.

Offe, Claus, *Contradictions of the Welfare State*. Cambridge: Mit Press, 1984.

Offe, Claus, *Disorganized capitalism*. Cambridge. Polity Press, 1985.

Offe, Claus; Wiesenenthal, H., "Two logics of collective action", *Political Power and Social Theory*, 1, 1980, pp. 67-115.

Olson, Mancur, *A lógica da acção colectiva: bens públicos e teoria dos grupos*. Oeiras: Celta, (1998) [1965]

Rebelo, Glória, "Tempo e condições de trabalho", *Público*, 6 de abril de 2012.

Rosa, Maria Teresa Serôdio, *Relações sociais de trabalho e sindicalismo operário em Setúbal*. Porto: Afrontamento, 1998.

Santos, Boaventura de Sousa, "Teses para renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo", *Vértice*, 68, 1995, pp. 132-139.

Santos, Boaventura de Sousa, *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento, 2000.

Sanz, Luis Sarries, *Sociologia de las relaciones industriales en la sociedad postmoderna*. Saragoça: Mira Editores, 1993.

Streeck, Wolfgang; Schmitter, Philippe, "Community, market, state – and associations?", in W. Streeck e P. Schmitter (orgs.), *Private interest government: beyond market and state*. Londres: Sage, 1985, pp. 1-29.

Williamson, Peter, *Corporatism in perspective*. Londres: Sage, 1989.

Espaços industriais e comunidades operárias: o caso de estudo da península de Setúbal

Joana Dias Pereira

Objecto, enquadramento teórico e problemática

E. P. Thompson, ao inaugurar uma *nova história social* há mais de meio século, induziu um notável investimento científico na análise diacrónica das complexas relações sociais dentro e fora da produção, nos locais de trabalho e nos espaços de lazer, nas redes formais e informais de entreajuda e previdência. Uma espantosa produção de estudos monográficos veio ilustrar as metamorfoses dos espaços e das sociabilidades operárias durante o longo, irregular e heterogéneo processo de desenvolvimento do capitalismo.

A confrontação dos dados recolhidos em diferentes contextos europeus e norte-americanos induziu as seguintes conclusões: a partir da última década de oitocentos, a deslocalização da indústria para a periferia, não sendo acompanhada de um progresso dos transportes urbanos suficientemente rápido, terá dado origem a áreas industriais e bairros operários que se tornaram centros de uma intensa vida comunitária, desenvolvida a partir da sobreposição física das esferas da produção, consumo, lazer e acção colectiva¹.

Em reacção a esta perspectiva, todavia, diversos autores centraram a sua atenção na mobilidade e na estratificação das classes trabalhadoras, procurando demonstrar a diversidade de itinerários daqueles que participaram neste processo. Os estudos da mobilidade tornaram-se uma verdadeira moda historiográfica a partir da segunda metade dos anos 80, pondo em causa a formação de comunidades homogéneas social e culturalmente².

Nas últimas décadas, porém, considerando quer o impacto da concentração capitalista na vida de largas camadas da população europeia, quer a agência humana neste processo, os historiadores têm vindo a analisar as estratégias individuais, mas sobretudo as colectivas, que os industriais e os trabalhadores gizaram, respectivamente, para modernizar os processos

¹ Cronin, James. Labor Insurgency and Class formation: Comparative perspectives on the crisis of 1917-1920 in Europe. In: *Work, Community and Power*. Filadélfia: Temple University Press, 1983, p. 36.

² Magri, Susanna; Topalov, Christian. *Villes Ouvrières: 1900-1950*. Paris: L'Harmattan, 1989.

produtivos e lidar com as transformações estruturais que marcaram as *relações sociais industriais* desde então³.

Foi à escala do lugar que se observou com maior nitidez a diversidade dos percursos individuais, a estratificação dos mercados de trabalho e a consequente heterogeneidade das classes trabalhadoras e suas estratégias de sobrevivência. No entanto, foram igualmente os estudos monográficos que ilustraram com maior eloquência os elos de solidariedade formal e informal que trespassavam as comunidades locais onde se fixaram fábricas, oficinas, estações ferroviárias, portos marítimos e fluviais e se concentraram largos contingentes de trabalhadores assalariados.

Neste artigo procuraremos ilustrar como a *produção social do espaço* industrial e a *construção social de populações* operárias⁴ induziu uma profunda transformação das proximidades e distâncias sociais entre os indivíduos, famílias e grupos profissionais envolvidos nestes processos. Com este quadro interpretativo apresentaremos os resultados de uma investigação realizada sobre o caso de estudo da península de Setúbal – o mais antigo subúrbio industrial da capital portuguesa –, numa perspectiva comparada com outros espaços onde se territorializa a lenta e tardia modernização económica e social da Europa Meridional.

A produção do espaço e a construção de populações

Na Europa Meridional a industrialização e a urbanização foram processos cúmplices. No entanto, o êxodo rural não foi sinónimo de um acesso massivo à condição operária e cidadina. Por um lado, a difusão do trabalho assalariado deu-se num período anterior e numa muito maior escala nos campos do que nas cidades⁵. Por outro, as cidades exerceram um largo poder de atracção, mas ao

³ Relações entre trabalhadores e o processo de produção, entre os trabalhadores e os empregadores e entre os trabalhadores entre si. Michael Hanagan e Charles Stephenson, *Confrontation, class consciousness and the labor process: studies in proletarian formation*, Greenwood, 1986, pp. 1-2.

⁴ Espaços socialmente produzidos, populações socialmente construídas, estratégias familiares e recursos organizacionais são conceitos analíticos emprestados da sociologia e da geografia humana que têm vindo a ser largamente utilizadas pela historiografia europeia, quer para reconstruir o processo de industrialização e urbanização quer para analisar a acção colectiva das classes trabalhadoras. Ver por exemplo Duby, Georges (dir.). *Histoire de la France Urbaine*: Vol. IV. Paris: Seuil, 1983 e Savage, Michael, Space, networks and class formation. In: *Social Class and Marxism*. Aldershot: Scholar Press, 1996, pp. 58-86.

⁵ Segundo Charles Tilly, entre 1500 e 1900 o número de proletários nas cidades europeias cresceu de 1 para 75 milhões, ao passo que nos campos terá crescido de 16 para 125 milhões.

mesmo tempo induziram o desenvolvimento das suas áreas de influência, semi-rurais. Com efeito, a formação de áreas industriais decorreu genericamente da interacção entre uma ou mais cidades e o seu *hinterland*, criando um grande aglomerado, onde na viragem do século germinam as primeiras áreas metropolitanas⁶.

Estes mercados de trabalho estavam sob a pressão de uma procura crescente. A “revolução agrária” – abertura de novos mercados, eliminação de pousios, utilização e intensificação de novas culturas, etc. – implicava uma profunda transformação das estruturas sociais rurais, nomeadamente a concentração de terras e a falência de muitos pequenos proprietários. O empobrecimento das populações rurais induziu, por sua vez, grandes deslocalizações de trabalhadores em busca de trabalho, nas diferentes tarefas sazonais que as grandes explorações exigiam. Os trabalhadores fixos tornaram-se cada vez menos necessários. Estes processos criaram um excedente populacional, que foi aumentar os mercados laborais citadinos, mas também os das indústrias rurais em desenvolvimento⁷.

Na produção dos novos espaços e populações industriais agiram variados actores, entre os quais se destaca o Estado. A construção e os transportes foram sectores que contribuíram decisivamente para a expansão do mercado de trabalho citadino e das suas áreas de dependência⁸. Toda a Europa, durante o século XIX, foi palco de programas de obras públicas, que embora limitados na sua acção têm um impacto determinante sobre a organização do espaço – reordenaram-se os tecidos urbanos, construíram-se caminhos-de-ferro, estruturas portuárias, etc.

Todavia, se excluirmos estas grandes construções, o urbanismo oficial não se preocupou com as áreas suburbanas de vocação industrial. Mesmo nos arredores da cidade de Haussman, o proprietário individual praticamente não encontrou constrangimentos à sua iniciativa. A periferia urbana desenvolveu-se numa clandestinidade tolerada. Deixou-se jogar livremente as vantagens da localização, os preços, os espaços disponíveis e os acasos do mercado

Tilly, Charles. Demographic Origin of the European Proletariat. In: *Proletarianization and Family History*. New York: Academic Press, 1984, p. 36.

⁶ Ciuffetti, Augusto. *La Città Industriale: un percorso storiografico*. Perugia: Crace, 2002, p. 70.

⁷ Mikkelsen, Flemming. *Working-class formation in Europe: in search of a synthesis*. International Institute of Social History: Digital Publications, 1996, pp. 10-11

⁸ Martins, Conceição Andrade. Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). *Análise Social*. Lisboa: ICS, vol. xxxii, 142, pp. 497-498, 1997 3.º.

imobiliário. Multiplicavam-se os dispositivos defeituosos, o subequipamento, a incoerência topográfica, a confusão entre o público e o privado⁹.

Recusando o determinismo e centrando-se na agência humana, incluindo na gestão ou na pressão sobre o aparelho estatal, os historiadores há muito que observam nas estratégias das classes dominantes um processo que induz não apenas transformações profundas na organização do trabalho, mas também na mobilidade dos grupos operários no espaço físico e social. No entanto, as estratégias das classes subalternas também desempenharam o seu papel¹⁰.

Diversos autores destacam a resistência das estruturas organizacionais dos artesãos e trabalhadores qualificados nas cidades como um dos factores que induziu o investimento industrial em áreas periféricas. Acresce que, em determinados contextos, verifica-se que as estratégias familiares condicionaram as opções do capital no tipo de investimento a realizar – na região meridional, a transmissão hereditária de qualificações e a utilização de todo o agregado familiar no trabalho doméstico ou oficial inibiu grandes investimentos em tecnologia e formação¹¹.

Yves Lequin, ao debruçar-se sobre os trabalhadores da região lionesa, demonstra como a sua concentração seguiu caminhos diversos e aparentemente contraditórios durante o que não ousa chamar de industrialização, preferindo designar o processo como uma *mobilização*. O autor defende que estas cidades sem fronteiras atraem população, mas sobretudo projectam o seu dinamismo em aglomerados dependentes. Estes aglomerados constituíram-se como mercados de mão-de-obra dócil, muitas vezes já treinada nas indústrias tradicionais, que foi aproveitada pelos industriais, que mais do que uma modernização tecnológica pretendiam implementar uma nova organização do trabalho¹².

⁹ Roncayolo, Marcel. Une croissance non maîtrisée. In: *Histoire de la France Urbaine*: Vol. IV. Paris: Seuil, 1983, pp. 119 e seguintes.

¹⁰ Convém recordar que os estudos sociológicos clássicos interpretavam as transformações operadas nas vidas dos indivíduos e grupos envolvidos, quer na conversão da economia quer nos ciclos migratórios do campo para a cidade, como uma rotura radical na organização social e nomeadamente no seu elemento fundamental – a família. A migração conduziria ao isolamento face à rede alargada de parentes e vizinhos.

¹¹ Breully, John. *Labour and liberalism in nineteenth-century Europe: essays in comparative history*. Manchester: University Press, 1992, pp. 84-85.

¹² Lequin, Yves. *Les ouvriers de la région Lyonnaise (1848-1914)*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1977, pp. 43-45.

Barbara Curli justifica igualmente o investimento de uma das maiores fábricas italianas – a Pirelli – numa área entre a cidade e o campo a quatro quilómetros de Milão, devido ao adensamento rápido e maciço de toda uma população nova e mista, na vasta periferia da cidade, que garantia as necessidades intermitentes de uma empresa que necessitava de uma pequena fracção de mão-de-obra estável e especializada e de uma massa proletária indiferenciada que pudesse arregimentar e dispensar periodicamente¹³.

O caso de estudo da península de Setúbal

No contexto português, as zonas de maior desenvolvimento industrial constituíram-se igualmente numa rede de vilas industriais em torno das duas principais cidades¹⁴. A partir de finais do século XIX, aos tradicionais eixos da indústria lisboeta – Beato-Sacavém e Alcântara-Junqueira – estes mesmos semiperiféricos, acresce o desenvolvimento de espaços industriais modernos numa faixa contínua na margem sul do Tejo, povoada por comunidades rurais e piscatórias, mas onde já existia uma paleo-cintura industrial. Paralelamente, progride a industrialização no porto de Setúbal, aproximado da capital pela linha dos caminhos-de-ferro do Sul e Sueste.

De facto, quando em 1861 é decidida a localização da estação terminal da linha ferroviária que atravessa o Sul de Portugal no Barreiro – pequeno povoado rural e piscatório na margem sul do estuário do Tejo – fica traçado o destino da península de Setúbal, desde aí estrategicamente localizada entre os montados alentejanos, onde se produzia a matéria-prima de uma das mais importantes indústrias nacionais – a corticeira –, e um dos maiores portos comerciais da Europa do Sul: Lisboa.

Não obstante, o planeamento urbanístico da península de Setúbal só mereceu a atenção do Estado quase cem anos após a inauguração da estação dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste. As câmaras municipais portuguesas foram, ao longo da primeira metade do século XX, entidades limitadas na sua acção, indo a reboque dos interesses particulares. Na viragem do século, beneficiando das novas facilidades de transporte, as principais empresas corticeiras, na sua maioria de capital estrangeiro e já bem implantadas no Sul de Portugal, apropriam-se das melhores áreas de acostagem dos concelhos da

¹³ Curli, Barbara. Gli operai della Pirelli Bicocca, 1908-1919. *Annali della Fondazione Feltrinelli*, XXXIII, p. 434, 1999.

¹⁴ Pereira, Miriam Halpern. *Diversidade e Assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001, p. 62.

margem sul frente a Lisboa – Almada, Seixal e Barreiro –, transferindo para aí as suas fábricas e construindo inúmeros cais particulares, através de acordos diversos com as autoridades locais. Em 1908, a Companhia União Fabril (CUF), um dos maiores monopólios industriais nacionais, adquire os terrenos a nascente do Barreiro, expandindo incessantemente o seu império em troca de pequenas beneficiações locais. Constrói um cais, um ramal e uma estação privados¹⁵.

O porto de Setúbal, um dos mais concorridos do reino, em conjunto com a abundância de sardinha da costa atlântica, foram igualmente aproveitados pelos industriais conserveiros, na sua maior parte franceses, sem qualquer constrangimento legal. Em 1916, segundo o *Correio do Sado*, Setúbal estava “cintada, pode dizer-se, por uma muralha, que tende ainda a aumentar, de estabelecimentos fabris, exclusivamente entregues à transformação do peixe em conserva alimentícia”¹⁶.

Mais do que a intervenção do Estado, potenciou o investimento industrial nesta região a presença de mão-de-obra artesanal que a tradição manufactureira garantia. Até ao final do antigo regime a agricultura e as actividades fluvio-marítimas foram os principais suportes económicos das populações que se fixaram na região. No entanto, um ancestral e contínuo desenvolvimento de actividades artesanais e manufactureiras ligadas à exploração agrícola, à construção e reparação naval, antecedeu o processo de industrialização¹⁷.

Foi assim possível aos industriais aproveitar a experiência e a reprodução de qualificações acumulada pelos artesãos, prescindindo de um grande investimento em tecnologia, mas ao mesmo tempo aumentar a escala das unidades de produção e introduzir novas formas de organização do trabalho. A presença de abundante mão-de-obra agrícola e piscatória, já proletarizada, permitia complementar o trabalho especializado, com tarefas indiferenciadas. Com efeito, desde a medievalidade que a região era destino de movimentos sazonais de proletários rurais e pescadores. A conversão agrária e a modernização da pesca induziam a progressiva fixação destes protagonistas.

Para além da disponibilidade de mão-de-obra, estimulavam o investimento industrial a disponibilidade de vastas áreas de terreno a baixo preço e a já referida possibilidade de usufruto das excelentes condições

¹⁵ Barata, Ana Reis; Gautier, Rosa. *O Barreiro na transição do século XIX para o século XX*. Barreiro: Câmara Municipal, 2005, pp. 50-58.

¹⁶ “Terra Nossa”, *Correio do Sado*, 14 de Maio de 1916, p. 1.

¹⁷ Alexandre Flores, *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário*, Divisão de História Local e Arquivo Histórico. Câmara Municipal de Almada, 2003, pp. 34 e seguintes.

geográficas oferecidas pela região. Neste caso, era também o Estado liberal, dando total liberdade e facilidades aos investidores na ocupação do solo, que actuava na produção do espaço.

A implantação de grandes empresas induz uma dinâmica de desenvolvimento imparável – as quintas e os terrenos destinados à exploração agrícola em torno dos pequenos enclaves rurais e piscatórios são loteados para a implantação de mais fábricas e fabricos – nome que se dava a pequenas unidades de produção que trabalhavam de subempreitada para as grandes fábricas. Nas traseiras e nos rés-dos-chãos das habitações oitocentistas multiplicam-se as oficinas e os armazéns¹⁸.

A expansão do mercado de trabalho e o crescente peso do sector industrial induz, por sua vez, ciclos sucessivos de migração e a transformação da estrutura social regional. O peso da população a trabalhar na indústria cresce exponencialmente, atingindo em 1911 62% no Barreiro, 57% no Seixal, 45% em Almada e 40,2% de toda a população activa em Setúbal¹⁹. Se neste último caso considerarmos a rubrica pesca e caça, que estava largamente ligada à indústria conserveira, obteremos então um total de 72,7% dos setubalenses a trabalhar no mesmo sector.

As áreas de residência desenvolveram-se nas proximidades das áreas de produção. De facto, como assinala James Cronin, os transportes colectivos metropolitanos estavam ainda longe de possibilitar movimentos pendulares da população metropolitana. Os vapores que ligavam a capital à outra banda, devido aos preços das viagens, destinavam-se sobretudo às classes lisboetas em busca de lazer e mais tarde aos estudantes das camadas intermédias. Eram totalmente inacessíveis para o uso quotidiano das classes trabalhadoras²⁰.

A CUF constrói habitações para albergar os sectores mais qualificados da sua mão-de-obra e os trabalhadores mais bem remunerados e com uma situação mais estável, como os ferroviários, induzem investimentos por parte de empreiteiros lisboetas. Na maioria dos casos, todavia, foram os donos dos terrenos que construíam “pequenas casinhas de tijolo e madeira, abarracadas, à

¹⁸ Câmara Municipal de Almada – Estudo dos núcleos históricos de Almada. Texto policopiado, 1983.

¹⁹ Cálculos efectuados a partir do Recenseamento geral da população portuguesa de 1930, pp. 44-58.

²⁰ Pinheiro, Magda, Transportes e urbanização na margem sul do estuário do Tejo: o concelho de Almada. *Ler História*, 43, 2002, pp. 157 e seguintes.

retaguarda das suas habitações (ou para lá dos seus muros de vedação), constituindo minúsculos pátios com serventia para a rua”²¹.

Ocupando os espaços residuais ou sobrantes entre as unidades de produção, as traseiras de habitações pré-existent e o vasto espaço que se estende a partir dos pólos industriais ribeirinhos para o interior crescem bairros “caóticos” e “desordenados”, formados por “numerosas ruelas” que “sobem e descem em todos os sentidos, servindo casas que parecem ser construídas umas por cima das outras”²².

Desta forma, o que eram em meados do século XIX pequenos aglomerados rurais e piscatórios rodeados por quintas e ligados por caminhos secundários e azinhagas tornam-se tecidos urbanos, obstruídos por fábricas de diversas dimensões, que podiam ir do fabrico de vão de escada ao complexo fabril da CUF, que em 1932 ocupava uma superfície de 1 milhão de metros quadrados e possuía 25 km de linha férrea privativa²³.

A transformação das mobilidades e das hierarquias

Os sistemas de mobilidade populacional meridionais, na alvorada do século XX, estão intimamente relacionados com as características do desenvolvimento industrial e a consequente lenta e fragmentária formação dos mercados de trabalho nacionais, particularmente na Europa Meridional. Os itinerários dos trabalhadores não estão inseridos num percurso linear entre o trabalho nos campos e nas cidades ou nas industriais rurais. Neste período, os mercados de trabalho das áreas urbanas e anexas são compostos por vários segmentos, entre os quais os trabalhadores flutuam ciclicamente: os trabalhos domésticos, os trabalhos indiferenciados, os trabalhos qualificados ou artesanais e também os trabalhos agrícolas de carácter sazonal.

O aprofundamento dos estudos de mobilidade ilustrou o carácter fluido do mundo operário do período em análise e chamou a atenção para a diversidade de percursos das famílias envolvidas nestes processos. Todavia, o fenómeno mais significativo ilustrado pelo estudo dos ciclos de migração e integração das populações foi o processo de recomposição das classes trabalhadoras à escala do lugar. Ao analisar os diferentes itinerários familiares da população de San Paolo, um dos mais importantes bairros operários de

²¹ Pais, Armando da Silva, *O Barreiro Contemporâneo*. Barreiro: Câmara Municipal, 1968, p. 306.

²² Gröer, Etienne, *Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa*, 1948. Publicado nos *Anais de Almada*, 7-8, 2006, p. 215.

²³ Primeiro levantamento da região à escala 1:2000, 1942. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas.

Turin, Maurizio Gribaudi observa diversas famílias “se reunirem nos mesmos espaços devido à necessidade comum de garantir à família e ao próprio indivíduo a utilização de recursos emocionais e económicos que as redes locais de relação lhes forneciam (...)”²⁴.

Se os trabalhadores qualificados beneficiaram da existência de solidariedades profissionais pré-industriais e construíram recursos organizacionais – nomeadamente as sociedades de socorros mútuos, cooperativas e associações de classe, que herdaram o capital social das corporações, confrarias e irmandades²⁵ – os trabalhadores indiferenciados accionaram redes sociais informais recorrendo às tradicionais solidariedades familiares e comunitárias. As provas empíricas fornecidas por diversos estudos monográficos mostram que as redes alargadas de parentesco das comunidades rurais de origem não só canalizaram os fluxos migratórios, dando apoio moral e material aos recém-chegados, como condicionaram determinantemente o acesso aos mercados de trabalho locais. Agustín Galan García, ao verificar que 50,2% dos que acederam a trabalhar na Companhia Mineira de Rio Tinto entre 1873 e 1936 tinham lá parentes, demonstra como as relações de parentesco alargadas desempenharam um papel fundamental no acesso ao trabalho²⁶.

Segundo Yves Lequin, é possível apreender uma evolução temporal no que respeita à articulação destes dois mundos – o dos trabalhadores qualificados e o dos indiferenciados. Durante muito tempo o mundo do trabalho é composto por duas camadas que não se misturam e deslizam uma sobre a outra – os mais numerosos são os operários de ofício, cujo *savoir faire* passa hereditariamente; de resto são os operários nómadas da cidade, que num determinado período são necessários à produção. A segregação para os subúrbios, todavia, exprime novas condições de trabalho que induziram a renovação das hierarquias e mobilidades – a força da hereditariedade e da endogamia decresce e as profissões abrem-se mais largamente aos recém-chegados²⁷.

²⁴ Gribaudi, Maurizi, *Itinéraires ouvriers: espaces et groupes sociaux à Turin au début du XX siècle*. Paris: E. H. E. S. S., 1987, pp. 234-235.

²⁵ Rotberg, Robert I. *Patterns of social capital: stability and change in historical perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 5 e seguintes.

²⁶ García, Agustín Galán. Estrategia Familiar y mercado de trabalho en Rio Tinto, 1873-1936. In: *El Trabajo a traves de la historia*. UGT: Centros de Estudios Históricos, Asociación de Historia Social, 1996, p. 420.

²⁷ Lequin, Yves. Le monde des travailleurs manuels. In: *Histoire de la France Urbaine*: Vol. IV. Paris: Seuil, 1983.

O caso de estudo da península de Setúbal

Com base nos registos de casamentos realizados nas paróquias da outra banda de Lisboa – concelhos do Barreiro, Seixal e Almada – e na cidade de Setúbal – freguesias de São Sebastião e Nossa Senhora da Anunciada –, foi possível analisar a evolução das práticas relacionais dos trabalhadores que se fixaram nos subúrbios de Lisboa, durante um período de aceleração dos processos de industrialização e urbanização.

Foram analisados três recortes temporais – 1890-1891, 1908-1910 e 1929-1930 –, de forma a vislumbrar para além da diferenciação espacial, a evolução temporal das proximidades e distâncias sociais nestes espaços operários em formação. No acto matrimonial intervêm cerca de oito indivíduos, os noivos, respectivos pais e pelo menos duas testemunhas. Sendo revelada a profissão, a naturalidade e o local de residência de cada um dos protagonistas, é possível entrever a mobilidade geográfica e social dos indivíduos e a articulação de diferentes tipologias de redes sociais.

Os padrões de mobilidade e relacionamento destes indivíduos, longe de reflectirem um mundo instável e atomizado, comprovam a persistência de ciclos de migração e integração definitiva, organizados em sucessivas vagas provenientes de comunidades específicas, e a recomposição de redes familiares e de ofício à escala do lugar.

Focando-nos na mobilidade geográfica dos protagonistas, observamos a fixação sistemática de provincianos, com origens padronizadas – concelhos específicos da Beira interior, do Alentejo e do Algarve. É raro verificar-se alteração de residência, quer dos indivíduos, quer dos seus descendentes após o movimento migratório. Nas uniões entre naturais cujos progenitores têm origem exógena, estes últimos residem no mesmo local onde baptizaram os filhos, que por sua vez também residem na freguesia onde foram baptizados.

No que respeita à mobilidade social, esta verifica-se limitada. Observam-se sobretudo oscilações entre os últimos níveis do esquema de classes proposto pela Historical International Standard Classification of Occupations (HISCO)²⁸ – trabalhadores rurais não qualificados, trabalhadores não qualificados e trabalhadores qualificados. Ocasionalmente, verificam-se flutuações entre trabalhadores qualificados e pequenos funcionários e pequenos comerciantes, mas a fluidez social afecta sobretudo os estratos assalariados. Esta é mais

²⁸ Ver <http://Historyofwork.iisg.nl/>

expressiva nos períodos de expansão do mercado de trabalho industrial que se prolonga até meados da década de 1920.

Com efeito, naquela conjuntura muitos filhos de artesãos ingressam nas fábricas, normalmente como operários especializados mas também, numa parte significativa dos exemplos analisados, perdendo qualificação. Paralelamente, os filhos dos trabalhadores rurais e dos pescadores, constituindo a maior percentagem dos recrutamentos de mão-de-obra indiferenciada, também, em diversos casos, aprendem um ofício em contexto fabril.

À significativa mobilidade social entre os diferentes estratos das classes trabalhadoras induzida pela nova organização espacial do trabalho, que concentra os trabalhadores em fábricas e mitiga as antigas hierarquias, junta-se a sua convivência nas áreas de residência. No que respeita à articulação das redes de relacionamento destes estratos sociais e destas com as redes familiares e comunitárias, observa-se uma evolução temporal que se relaciona sobretudo com a mitigação da segregação dos naturais da região face aos recém-chegados, por um lado, e dos operários de ofício face aos indiferenciados, por outro.

De facto, entre 1890 e 1910 é possível entrever um padrão generalizado: o peso dos casamentos realizados entre naturais e entre recém-chegados diminui progressivamente face aos que unem famílias locais e forasteiras, que em 1910 atingem a maioria em boa parte das paróquias. O mesmo se verifica em relação aos actos matrimoniais que ligam famílias ligadas ao trabalho qualificado e trabalhadores indiferenciados: o seu peso é crescente ao longo destas duas décadas.

Os mundos dos trabalhadores de ofício e dos indiferenciados, dos locais e dos migrantes interceptam-se à medida que as redes familiares e de origem se diluem nas redes de ofício e vice-versa – um trabalhador qualificado tende a casar a sua filha com um trabalhador com a mesma ou melhor posição no processo produtivo, mesmo que este não seja seu conterrâneo. Neste caso prevalece a rede de ofício. No entanto, durante os ciclos de migração, observamos ser comum os operários qualificados provenientes da província casarem as suas filhas com trabalhadores indiferenciados da sua comunidade de origem. A razão desta escolha prender-se-á com o peso que as redes familiares e comunitárias assumem no projecto migratório²⁹.

²⁹ Sondagens realizadas em todas as paróquias cujos registos indicavam a profissão dos noivos, pais dos noivos e pais das noivas (a profissão das mulheres nunca é referida, surgem sempre como domésticas), entre 1890 e 1910.

As relações de compadrio reflectem um padrão semelhante. Muito embora seja mais comum os trabalhadores escolherem testemunhas de estratos sociais mais bem posicionados na pirâmide social, funcionários, pequenos industriais ou comerciantes, as relações entre assalariados tornam-se absolutamente dominantes nas primeiras décadas do século XX. Os antigos artesãos e os novos operários especializados são os preferidos pelo proletariado fabril para atestar os seus casamentos. Os trabalhadores e os operários constituem também a maior percentagem das testemunhas escolhidas pelos trabalhadores qualificados.

Conclusão

O caso de estudo da península de Setúbal, enquadrado por uma perspectiva comparada, releva como o processo de industrialização e urbanização acelerado a partir da última década de oitocentos teve como consequência uma crescente aproximação espacial e social entre os diferentes estratos da classe operária, e nomeadamente entre os antigos artesãos, os trabalhadores qualificados e o proletariado fabril.

Aplicando a teoria das redes à análise dos registos de casamentos, foi possível comprovar que estes indivíduos tinham contactos íntimos e quotidianos. Mais do que a formação demográfica da classe operária, dificilmente comprovável devido à tardia e incipiente industrialização meridional, verificou-se a existência de vínculos densos e extensivos entre os diferentes estratos das classes trabalhadoras que potenciaram a formação de identidades solidárias durante os ciclos de migração e integração nestes espaços.

O papel da fábrica e das comunidades residenciais anexas mostra-se inequivocamente relevante neste processo. Foi possível verificar que os diferentes lugares deste recorte espacial não foram apenas cenários passivos do processo social, mas estiveram activamente envolvidos na construção destes vínculos, uma vez que se tornaram *habitats* de grupos sociais específicos, segregados social e espacialmente, o que potenciou a densidade dos contactos locais. Foram estas redes sociais formais e informais cimentadas entre as classes trabalhadoras nestas comunidades desde a última década de oitocentos que permitiram a difusão e massificação dos surtos grevistas que abalaram a I República Portuguesa.

O Código do Trabalho e a evolução da protecção no emprego no Portugal democrático¹

João Miguel Amaral

Introdução

Os Estados europeus convivem, na actualidade, com uma forte necessidade de reformar os seus modelos de Estado-providência, tentando diminuir as despesas relacionadas com a protecção social.² Este processo “implica mudanças em domínios interdependentes alargando-se desde políticas sociais até ao emprego e políticas salariais”³. Assim, entendemos o estudo dos diferentes tipos de protecção social, nomeadamente aqueles que se referem à protecção no emprego, à protecção no desemprego e à protecção salarial⁴, como de grande importância.

Em alturas de crise económica, com fortes níveis de desemprego a verificarem-se nos diferentes países europeus, o tema da protecção no emprego, que podemos identificar com o grau de institucionalização da segurança no emprego⁵, isto é, com a “garantia de estabilidade dos trabalhadores uma vez ocupados”⁶, é frequentemente comentado e alvo das mais variadas análises, já que se encontra intimamente ligado a uma maior ou menor rigidez do mercado laboral. Desta forma, o ponto central da nossa análise prende-se com a evolução da segurança no emprego em Portugal durante o período democrático. Pretendemos discernir como evoluíram as disposições relativas à segurança no emprego em Portugal, desde a revolução de 25 de Abril até à 1.ª revisão do

¹ NA: artigo redigido segundo a anterior ortografia.

² Cf. Brugiavini, Agar, *et al.*, “What do Unions Do to the Welfare States”, Fondazione Rodolfo DeBenedetti, 2000, p. 7.

³ Cf. Ebbinghaus, Bernhard, Hassel, Anke, “Striking Deals: concertation in the reform of continental European Welfare States”, Max Planck Institute for the Study of Societies, 1999, p. 2.

⁴ Cf. Estevez-Abe, Margarita, Iversen, Torben, Soskice, David, “Social Protection and the Formation of Skills: a Reinterpretation of the Welfare State” in Hall, Peter A., Soskice, David, *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*, Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 150.

⁵ *Idem*, *Ibidem*, p. 150.

⁶ Cf. Pinto, Mário, “Garantia de emprego e crise económica, contributo ensaístico para um novo conceito”, *Revista de Direito e de Estudos Sociais*, 2ª série, n.º 4, 1987, p. 452.

Código do Trabalho, em 2009. Para tal, analisaremos as duas dimensões fundamentais na óptica da segurança no emprego, que se prendem com o despedimento (individual e colectivo) e o trabalho temporário (contratos a termo e trabalho a tempo parcial).

A atmosfera de grande fervor ideológico que se seguiu ao 25 de Abril colocou os trabalhadores numa posição de vantagem face ao patronato, tendo os primeiros conseguido formalizar, ao nível legislativo, diversas disposições que lhes foram favoráveis, através da acção espontânea de trabalhadores, do movimento sindical organizado e das forças políticas de esquerda.⁷ Este ambiente, altamente benéfico para as pretensões dos trabalhadores e sindicatos, favoreceu a instauração de um modelo legal de protecção ao emprego de grande rigidez em relação aos despedimentos. Assim, trabalhamos sobre a hipótese de a regulação da segurança no emprego ter vindo a diminuir em Portugal no período considerado. A normalização do ambiente político português, a integração no mercado europeu bem como a adesão à moeda única, para não mencionar a perda de força dos sindicatos, remetidos a uma posição de defesa dos direitos conquistados durante o período revolucionário⁸, são factores que contribuirão para uma maior desregulação da segurança no emprego e, desta forma, para uma maior flexibilização do mercado laboral.

Para aferir a evolução da segurança no emprego em Portugal atenderemos à literatura já produzida, bem como, de forma muito breve, à consagração da segurança no emprego na CRP e, posteriormente, à legislação ordinária.

Este artigo divide-se em duas partes: a primeira referente ao direito do trabalho e à protecção do emprego; a segunda dedicada à legislação que regula as dimensões identificadas da segurança no emprego.

Direito do trabalho e segurança no emprego

A chamada questão social é referida pela literatura como o “motor” do direito do trabalho e da sua instituição nos vários regimes normativos dos

⁷ NA: em relação a este assunto ver, por exemplo: Stoleroff, Alan, “Sindicalismo e Relações Industriais em Portugal”, *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 4, 1988, pp. 156-157. Lima, Marinús Pires de, “Relações de trabalho, estratégias sindicais e emprego (1974-90)”, *Análise Social*, vol. XXVI, 1991, p. 909. Royo, Sebastián, “The Europeanization of Portuguese Interest Groups? Trade Unions and Employer’s Association”, IPRI – UNL, Working Paper n.º 4, p. 4.

⁸Cf. Stoleroff, Alan, *Op. cit.*, p. 157.

diferentes países.⁹ De facto, o direito do trabalho nasce com “uma vocação de protecção ao trabalhador numa oposição entre a ideologia liberal individualista e o pensamento do Estado social”¹⁰. Assim, podemos definir o direito do trabalho como o “conjunto das normas jurídicas reguladoras das relações que são estabelecidas, em virtude do trabalho, entre o trabalhador e a pessoa para quem esse mesmo trabalhador trabalha, mediante uma remuneração.”¹¹ Mais, o direito do trabalho surge-nos com uma faceta “dualista” relativa às suas fontes, já que incorpora as normais estatais de protecção ao trabalhador bem como o direito oriundo do sistema autónomo das relações industriais.¹²

A literatura tende a periodizar a evolução do direito do trabalho em três grandes fases, que se identificam com os regimes sob os quais a legislação se desenvolveu¹³: uma primeira fase de desenvolvimento compreendida entre 1834 e 1926, correspondente ao *juslaboralismo liberal*; uma segunda fase compreendida entre 1926 e 1974, referente ao período do Estado Novo e ao *juslaboralismo corporativo*; e, por fim, uma terceira fase, correspondente ao *juslaboralismo actual*, e sobre a qual debruçaremos a nossa atenção. Mário Pinto faz ainda, em relação a esta última fase e ao tema do despedimento colectivo, uma subperiodização: um período compreendido entre 1974 e 1989, onde se observa uma forte intervenção das autoridades administrativas no processamento do despedimento colectivo; e um segundo, a partir de 1989, onde se verifica uma diminuição da intervenção administrativa nessa mesma matéria.¹⁴

As normas do trabalho referentes à segurança no emprego são especialmente importantes já que têm grande relevo na definição do mercado laboral de um país. Giuliano Bonoli aponta três tipos de condicionalismos que podem ajudar a moldar diferentes tipos de modelos de protecção social. Assim poder-se-ão identificar países com uma forte influência do liberalismo, onde o mercado exerce uma posição dominante, que tendem a deter um sistema de

⁹ Cf. Cordeiro, Menezes, “Manual do Direito do Trabalho”, Coimbra: Almedina, 1994, p. 42. e Pinheiro, Paulo Sousa, “O Direito do Trabalho ao longo da História”, Lisboa: ISCAP, 2006, p. 282.

¹⁰ Cf. Pinto, Mário, “A função do direito do trabalho e a crise actual”, *Revista de Direito e de Estudos Sociais*, 2.ª série, n.º 1, 1986, p. 40.

¹¹ Cf. Cordeiro, Menezes, *Op. cit.*, p. 271.

¹² Cf. Pinheiro, Paulo Sousa, *Op. cit.*, p. 290.

¹³ Cf. *Idem*, *Ibidem*, pp. 49-50.

¹⁴ Cf. Pinto, Mário, “Regimen Juridico del despido colectivo en Portugal”, *Libertad de Empresa y Relaciones Laborales*, 1992, pp. 718-725.

protecção baseado em programas de redistribuição de renda. Bonoli aponta como exemplos deste sistema a Inglaterra e os Estados Unidos. Países com uma forte tradição de partilha do poder entre o Estado e diferentes organizações viram o seu mercado laboral ser fortemente influenciado pela negociação colectiva. O autor cita como principais exemplos a Alemanha e a Suécia. Por fim, é mencionado o caso dos países que viveram um longo período sob a alçada de autoritarismo ou de um forte controlo da sociedade. Nestes casos o autor menciona um intenso recurso ao uso da lei na regulação da protecção do emprego. Enquadram-se nesta realidade, segundo Bonoli, os países da Europa do Sul, nomeadamente a Espanha, a França e a Itália.¹⁵ De facto, “as circunstâncias do desenvolvimento histórico dos diferentes regimes produtivos de bem-estar levaram alguns países a enfatizar a protecção do emprego sobre a protecção no desemprego ou vice-versa.”¹⁶

Assim, diferentes lógicas de abordar o tema da segurança no emprego resultam em políticas diferentes. Existe, pois, uma perspectiva que determina uma forte regulação do trabalho, nomeadamente da segurança no emprego, através da dificultação e burocratização do processo de despedimento. Esta perspectiva, relacionada com o pleno emprego, surge em oposição a uma visão mais liberal e menos reguladora do despedimento, podendo ser denominada de *garantismo*.¹⁷ Diferentes estudos defendem que uma regulação mais rígida relativamente à segurança no emprego diminui a probabilidade de se recorrer ao despedimento, mesmo em períodos em que a actividade económica abrande. Contudo, existe igualmente a evidência de que a protecção laboral, mesmo tendo efeitos positivos na redução do número de desempregados, aumenta o tempo de procura de emprego para quem se encontra desempregado, afectando mais a composição do desemprego que propriamente o seu nível.¹⁸

Maurizio Ferrera aborda o “*timing* tardio” do desenvolvimento do Estado-providência e da protecção social em países como Portugal e Espanha, realçando que “as economias do Sul da Europa criaram no passado mercados

¹⁵ Bonoli, G, “Social Policy through Labor Markets: Understanding National Differences in the Provision of Economic Security to Wage Earners”, *Comparative Political Studies*, n.º 36, 2003, pp. 1016-1017.

¹⁶ Cf. Estevez-Abe, Margarita, Iversen, Torben, Soskice, David, *Op. cit.*, p. 162.

¹⁷ Cf. Pinto, Mário, “Garantia de emprego e crise económica, contributo ensaístico para um novo conceito”, *Revista de Direito e de Estudos Sociais*, 2ª série, n.º 4, 1987, pp. 436-437.

¹⁸ Ver “Employment Protection Regulation and Labour Market Performance”, OECD Employment Outlook, Capítulo 2, 2004, pp. 50-86. Consultar em: <http://www.oecd.org/els/employmentpoliciesanddata/34846856.pdf>.

de trabalho altamente rígidos, oferecendo empregos efectivos e salários relativamente bons a todos os trabalhadores efectivos.”¹⁹ Esta ênfase na protecção do emprego pode ser determinada por diversos factores. A literatura identifica seis determinantes principais que influenciam o nível da regulação da segurança no emprego num país: influência da religião; partidos religiosos fortes; alto número de vetos institucionais; fortes relações entre o Estado e a sociedade civil; alto grau de estatismo; movimento laboral forte. Quanto maior for o nível destes, maior será o grau de segurança no emprego. Ainda assim, a dificuldade em tipificar a regulação de segurança no emprego pode ser uma tarefa ingrata para o investigador, já que, como afirma Emmenegger, “níveis altos de regulação da segurança no trabalho podem ser observados em países não católicos como a Noruega, em países com um fraco movimento laboral como Portugal e em países com partidos religiosos fracos como a França.”²⁰

Contudo, a nosso ver, o desenvolvimento da legislação referente à segurança no emprego foi, em Portugal, profundamente influenciada pelo momento de grande fervor ideológico que se seguiu ao 25 de Abril, tendo esta matéria assumido grande importância. Assim, a protecção no emprego veio, naturalmente, consagrada como direito fundamental na Constituição: “há, pois, direito do trabalho que, para além disso, é Direito Constitucional.”²¹ Passamos, pois, a analisar a evolução da regulação da segurança no emprego ao nível da legislação em Portugal, nomeadamente ao nível da Constituição e ao nível da legislação ordinária (atendendo à cessação individual do contrato, ao despedimento colectivo e ao trabalho temporário).

A segurança no emprego na legislação (1974-2009)

• Segurança no emprego na Constituição

A Constituição da República Portuguesa (CRP), aprovada a 2 de Abril de 1976, contemplou, desde o início da sua entrada em vigor, o direito à segurança no emprego. De facto, o artigo 52.º da primeira versão da Constituição, referente às obrigações do Estado quanto ao direito ao trabalho, estipulava, na

¹⁹ Cf. Ferrera, Maurizio, “Reconstructing the Welfare State in Southern Europe” in KUHNLE, Stein, *Survival of the European Welfare States*, Routledge, 2000, p. 166.

²⁰ Cf. Emmenegger, Patrick, “Job Security regulations in Western Democracies: a fuzzy set analysis”, *European Journal Of Political Research*, 50, 2011: pp. 338-350.

²¹ Cf. Cordeiro, Menezes, *Op. cit.*, p. 29.

alínea b, a obrigação do Estado de assegurar “a segurança no emprego, sendo proibidos os despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos”. Referência, ainda, para se consagrar, no mesmo artigo 52.º, a obrigação do Estado de executar políticas que visem o pleno emprego.²²

A primeira revisão constitucional, ocorrida em 1982, promove uma ainda mais evidente defesa da segurança no emprego, ao converter a mencionada alínea b no artigo 53.º do texto constitucional. Entretanto, a consagração do pleno emprego mantém-se, nesta altura inserido no artigo 59.º referente ao direito ao trabalho.²³

Ao longo das seguintes revisões da CRP²⁴ não se verificaram alterações à consagração da segurança no emprego. Esta cristalização do princípio da segurança no emprego demonstra que esta continua a ser um elemento incontornável da legislação laboral portuguesa. Ainda assim, devemos ter em conta que o facto de a CRP consagrar o direito à segurança no emprego não quer dizer, necessariamente, que a mesma tenha de ser extremamente regulada ou rígida: “só o conteúdo mínimo dos direitos sociais pode considerar-se constitucionalmente determinado.”²⁵ Desta forma, torna-se ainda mais relevante atender à legislação ordinária.

• Cessação do contrato individual de trabalho

Quando da revolução de 25 de Abril de 1974 a cessação do contrato individual de trabalho era regulada pelo Decreto-Lei n.º 49 408/69. Este, embora consagrando a necessidade de existir justa causa²⁶ em caso de despedimento,²⁷ não previa a nulidade do despedimento caso não fossem cumpridos os requisitos necessários ao despedimento, nomeadamente a justa causa, apenas se prevendo o pagamento de indemnizações.²⁸ Esta situação, contudo, viria a

²² Ver a versão original da CRP, art. 52º, a).

²³ Ver a 1.ª revisão da CRP (1982), art. 59º, n.º 3, a).

²⁴ NA: a CRP já foi alvo de sete revisões, nomeadamente nos anos de 1982, 1989, 1992, 1997, 2001, 2004 e 2005.

²⁵ Andrade, Vieira de, *cit.* por Pinto, Mário, “Garantia de emprego e crise económica, contributo ensaístico para um novo conceito”, *Revista de Direito e de Estudos Sociais*, 2ª série, n.º 4, 1987, p. 450.

²⁶ NA: em relação aos comportamentos do trabalhador que poderiam justificar a invocação de justa causa para o despedimento ver: DL n.º 49408/69, 24 de Novembro, art. 102.º.

²⁷ Ver DL n.º 49408/69, 24 de Novembro, art. 98.º, c). Consultar em:

<http://dre.pt/pdf1sdip/1969/11/27501/16701687.pdf>.

²⁸ Ver DL n.º 49408/69, 24 de Novembro, arts. 109.º e 110.º.

alterar-se de forma bastante significativa com o advento da revolução de 1974 e consequente período de forte radicalização ideológica.

Assim, no ano de 1975, e através do Decreto-Lei n.º 292/75, decreta-se, ainda que temporariamente, a proibição do despedimento (com excepção dos casos com justa causa, que no entanto se vê restringida face à lei anterior). Mais, no caso de ocorrerem despedimentos que atentassem contra o espírito do Decreto-Lei n.º 292/75, os mesmos eram considerados “nulos e de nenhum efeito”. Tal medida enquadrava-se na necessidade de “reestruturar a dinâmica das relações de trabalho”, tendo constituído, provavelmente, o momento de maior rigidez da legislação face ao emprego e face à estabilidade deste durante o período democrático.²⁹

Pouco mais de um mês depois entra em vigor o Decreto-Lei n.º 372-A/75 que visa rever o regime dos despedimentos. O documento faz a salvaguarda de que o despedimento deve ser tratado “com cautelas necessárias para que ele não seja possível senão em condições muito especiais”. Assim, no número um do artigo 10.º aponta-se a justa causa como sendo “o comportamento culposos do trabalhador que, pela sua gravidade e consequências, constitua infracção disciplinar que não comporte a aplicação de outra sanção admitida por lei ou instrumento de regulamentação colectiva”. A invocação de justa causa por parte do empregador para proceder ao despedimento de um trabalhador tem sempre de ser verificada através de um procedimento disciplinar. Este, sendo bastante rígido, conferia às autoridades administrativas grande poder para condicionar o despedimento. Mais, mantinha-se a nulidade do despedimento como previamente regulada.³⁰

O Decreto-Lei n.º 372-A/75 vem a sofrer alterações no ano seguinte através do Decreto-Lei n.º 84/76. Este estabelece alterações às situações que podem constituir justa causa, nomeadamente reduzindo a sua abrangência.³¹

A instabilidade política verificada neste período e as diferenças ideológicas em confronto durante o mesmo ficam evidentes na evolução que teve a regulação do despedimento e, nomeadamente, o conceito de justa causa. De facto, ainda em 1976, volta-se a produzir nova alteração na matéria já que,

²⁹ Ver DL n.º 292/75, de 4 de Junho, art. 24.º. Consultar em:

<http://dre.pt/pdf1sdip/1975/06/13600/08190822.pdf>.

³⁰ Ver DL n.º 372-A/75, de 16 de Julho, arts. 11.º e 12.º, n.º 1. Consultar em:

<http://dre.pt/pdf1sdip/1975/07/16201/00010005.pdf>.

³¹ Ver DL n.º 84/76, de 28 de Janeiro, arts. 4.º e 10.º. Consultar em:

<http://dre.pt/pdf1sdip/1976/01/02300/02080210.pdf>.

como aponta o Decreto-Lei n.º 841-C/76, o regime que estava em vigor “se revelou como desestimulante da admissão de novos trabalhadores em razão da sua rigidez”. Os comportamentos que eram passíveis de gerar justa causa foram novamente alterados, passando a ser mais abrangentes.³² Verifica-se uma diminuição dos prazos de processamento do processo disciplinar ao trabalhador, nomeadamente na apreciação da existência de justa causa por parte dos sindicatos. Mais, regula-se o número de faltas que podem justificar o despedimento do trabalhador com justa causa.³³ Por outro lado, introduz-se a audição de testemunhas como integrante do procedimento do processo disciplinar,³⁴ mantendo-se a nulidade do despedimento apenas quando estas ou as organizações sindicais representativas não são ouvidas.

O Decreto-Lei n.º 841-C/76 encerra este período conturbado ao nível da legislação. Para tal terá contribuído a acalmia do ambiente político e o fim da “vaga revolucionária”, bem como a entrada em vigor da Constituição de 1976.³⁵

Assim, e no que se refere à segurança no emprego e ao despedimento individual, apenas em 1989 surgem alterações de relevo na matéria. Num contexto já marcado pela integração de Portugal nas Comunidades Europeias, quando o processo de transição democrática tinha cessado por completo, entra em vigor o Decreto-Lei n.º 64-A/89, com o propósito de reformar “os mecanismos(...) tecnicamente ultrapassados, dado que foram concebidos em épocas onde as condições prevalecentes eram significativamente diferentes das que hoje nos são proporcionadas pela integração nas Comunidades Europeias.” Nele a justa causa de despedimento vem consagrada como “o comportamento culposo do trabalhador que, pela sua gravidade e consequências, torne imediata e praticamente impossível a subsistência da relação de trabalho”. Os comportamentos que constituem justa causa para despedir passam a abranger um maior número de situações.³⁶ No entanto, dois aspectos tornam este documento importante no tema da regulação da segurança no emprego: por um lado, em relação à ilicitude do despedimento, desaparece a possibilidade de nulidade do despedimento (embora, em caso de ilicitude, permaneça a opção

³² Ver DL n.º 841-C/76, de 7 de Dezembro, arts. 9.º e 10.º. Consultar em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1976/12/28501/00020004.pdf>.

³³ Ver DL n.º 841-C/76, de 7 de Dezembro, art. 10.º, n.º2, g).

³⁴ Ver DL n.º 841-C/76, de 7 de Dezembro, art. 11.º, n.º 3 e 5.

³⁵ Cf. Stoleroff, Alan, *Op. cit.*, p. 153.

³⁶ Ver DL n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro, art. 9.º. Consultar em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1989/02/04802/00040014.pdf>.

de reintegração do trabalhador na empresa)³⁷; por outro, a introdução do despedimento por motivos económicos, através da cessação do contrato de trabalho por extinção de postos de trabalho,³⁸ abre um precedente importante que, a nosso ver, marca um momento de flexibilização na evolução da segurança no emprego. De facto, trata-se de uma modalidade de cessação do contrato de trabalho que, como a lei consagra, não se relaciona com o comportamento culposos, quer do trabalhador, quer do empregador.³⁹

Esta primeira tentativa de liberalização do despedimento parece ter seguimento com a introdução de uma nova modalidade de cessação de contrato. Trata-se da cessação de contrato do trabalho por inadaptação, regulada pelo Decreto-Lei n.º 400/91, e que se prende directamente com modificações que tenham sido introduzidas no posto de trabalho “resultantes de novos processos de fabrico, de novas tecnologias”, como argumento para o despedimento, caso o trabalhador não se adapte a esses novos processos.⁴⁰ Ainda assim, o legislador tem o cuidado de salvaguardar que o volume de emprego permanente da empresa não pode diminuir, por força da cessação de contrato por inadaptação, nos 90 dias seguintes à ocorrência do despedimento.

Contudo, e em relação à cessação do contrato individual de trabalho e à segurança no emprego, a década de 90 não apresenta nenhuma novidade relevante, para além da introdução do despedimento por inadaptação já destacada. Destacamos, pois, a compilação das normas referentes à legislação do trabalho que ocorre já no ano de 2003 e que resulta na elaboração do Código do Trabalho. Este não configura alterações no que se refere à justa causa para o despedimento face à legislação que vigorava no Decreto-Lei n.º 64-A/89. O mesmo é observável nas outras duas modalidades de despedimento mencionadas, o despedimento por extinção de posto de trabalho e o despedimento por inadaptação. Tal vai ao encontro da opinião corrente de que uma codificação não tem de implicar grandes reformas nas matérias compiladas, não sendo sequer previsível que assim aconteça.⁴¹ A Lei n.º 99/2003, que instituiu o Código do Trabalho, sofreu alterações nos anos de 2004, 2006, 2007 e 2008, sendo que nenhuma delas se prendeu com a temática em estudo.

³⁷ Ver DL n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro, art. 3.º, n.º 1.

³⁸ Ver DL n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro, art. 26.º, a).

³⁹ Ver DL n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro, art. 27.º, n.º1, a).

⁴⁰ Ver DL n.º 400/91, de 16 de Outubro, arts. 1.º, 2.º e 3.º. Consultar em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1991/10/238A00/53775380.pdf>.

⁴¹ Cf. Cordeiro, Menezes, *Op. cit.*, p. 48.

O ano de 2009 marca a primeira revisão do Código do Trabalho. Embora com ligeiras alterações no que se refere ao procedimento a executar para concluir o despedimento nos casos em que se verifica justa causa (nomeadamente em relação às microempresas, que ganham relevo nesta nova codificação), o novo código não traz grandes novidades nesta matéria. Ao nível do despedimento por extinção de posto de trabalho e do despedimento por inadaptação também se mantêm os princípios que já vigoravam na anterior codificação, mas estipulam-se prazos que não estavam regulados para a comunicação da cessação do contrato.⁴²

- Despedimento colectivo

A primeira vez que a legislação consagra o conceito de despedimento colectivo acontece pouco tempo após o 25 de Abril de 1974, através do Decreto-Lei n.º 783/74.⁴³ Define-se o despedimento colectivo como “a cessação do contrato de trabalho, por decisão unilateral da entidade patronal, quer feita simultaneamente, quer de forma sucessiva, no prazo de três meses, sempre que seja provocada por encerramento definitivo da empresa, encerramento de uma ou várias secções da empresa ou por redução do pessoal baseada em motivos estruturais, tecnológicos ou conjunturais (...) sempre que abranja, pelo menos, dois ou cinco trabalhadores, conforme se trate, respectivamente, de empresas que empreguem habitualmente até cinquenta ou mais de cinquenta trabalhadores”. Trata-se de um tipo de despedimento que tem uma vertente eminentemente económica, mas que apresenta um procedimento complexo, com forte intervenção por parte do Estado na sua execução.⁴⁴ O empresário vê-se, assim, bastante limitado na sua intenção de cessar o contrato do trabalhador. Mais, os despedimentos que não cumpram os requisitos processuais não têm eficácia, sendo considerados nulos, à semelhança do que sucedeu na regulação da cessação do contrato individual, diploma ao qual, inclusive, o regime de despedimento colectivo estava subordinado.

O despedimento colectivo volta a ser regulado no ano de 1976, verificando-se uma manutenção do elemento quantitativo para a definição de despedimento colectivo (mínimo de dois ou cinco trabalhadores consoante a

⁴² Ver Código do Trabalho, 2009, arts. 371.º, n.º 3 e 378, n.º 2.

⁴³ Cf. Pinto, Mário, “Regimen Juridico del despido colectivo en Portugal”, *Libertad de Empresa y Relaciones Laborales*, 1992, p. 726.

⁴⁴ Ver DL n.º 783/1974, de 31 de Dezembro, arts. 4.º, 5.º e 6.º. Consultar em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1974/12/30303/00710072.pdf>.

dimensão da empresa), bem como a influência do Estado, pelo Ministério do Trabalho, na execução ou não do despedimento colectivo, já que, caso considerasse que existia uma falta de fundamentos válidos, poderia proibir a cessação dos contratos,⁴⁵ mantendo-se portanto a possibilidade de nulidade dos contratos.

O já mencionado DL n.º 64-A/89 revoga a anterior legislação referente ao despedimento colectivo. Mantendo os elementos quantitativos já previstos na legislação anterior, verifica-se, contudo, uma desburocratização do processo de despedimento e a diminuição do papel do Estado na execução do despedimento, passando apenas a participar no processo de negociação.⁴⁶ Percebe-se, pois, que também no que se refere ao despedimento colectivo, o DL n.º 64-A/89 assume um papel de liberalização, à semelhança do que se verificou em relação à cessação do contrato individual.

Até próxima regulação verifica-se um hiato de dez anos: apenas em 1999 se legisla sobre a matéria, mas de forma muito breve, sem consagrar alterações referentes à protecção no emprego.⁴⁷

Assim e dado o carácter pouco reformador da introdução do Código do Trabalho, não espanta que quando do advento deste não se tenham verificado alterações de monta no que respeita ao despedimento colectivo. A introdução da referência às microempresas, à semelhança do que sucedeu com a cessação do contrato individual de trabalho, é uma das poucas diferenças encontradas neste capítulo.

Também a 1.ª revisão do Código do Trabalho, em 2009, não apresenta mudanças significativas, a não ser a introdução de prazos que não estavam regulados para a comunicação da cessação do contrato, à semelhança do que já havia acontecido nos casos do despedimento por extinção de posto de trabalho e do despedimento por inadaptação.⁴⁸

• Trabalho temporário

No que se refere ao trabalho temporário consideraremos a evolução da regulação dos contratos a termo e do trabalho parcial. Assim, a primeira

⁴⁵ Ver DL 84/76, de 28 de Janeiro, art. 17.º, a). Consultar em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1976/01/02300/02080210.pdf>.

⁴⁶ Ver DL n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro, art. 19.º, n.º 1.

⁴⁷ Ver Lei n.º 32/99, de 18 de Maio. Consultar em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1999/05/115A00/26062606.pdf>.

⁴⁸ Ver Código do Trabalho, 2009, art. 363.º, n.º 1.

regulação que se estabelece na dimensão do trabalho temporário surge em 1976, através do Decreto-Lei n.º 781/76. Este decreta a importância do documento, tendo em conta a insuficiência da regulação do trabalho sazonal ou de carácter ocasional. Declara que o contrato a termo tem uma duração não inferior a seis meses (tirando situações excepcionais), podendo ser sucessivamente renovado até ao máximo cumulativo de três anos.⁴⁹

Em 1989 observa-se um desenvolvimento importante no que respeita à contratação a termo. De facto, o Decreto-Lei n.º 64-A/89 consagra, por um lado, uma limitação da contratação a termo, ao tipificar as situações em que o mesmo é válido.⁵⁰ Por outro, limita o prolongamento do contrato a termo a apenas duas renovações, mantendo um máximo de três anos cumulativos de duração do contrato.⁵¹ No entanto, introduz a figura dos contratos a termo incerto, o que constitui um alargamento da abrangência do trabalho temporário. Sobre os contratos a termo incerto, estes podem ser utilizados pelo empregador em questões relacionadas com a substituição temporária de um trabalhador, actividades sazonais ou actividades que fogem ao normal funcionamento da empresa.⁵² Como a própria denominação indica, o contrato a termo incerto “dura por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da actividade (...) cuja execução justifica a sua celebração”⁵³.

É no ano de 1999 que se introduzem novidades significativas na dimensão do trabalho temporário, nomeadamente através da lei do trabalho a tempo parcial. A Lei n.º 103/99 introduz a modalidade de trabalho parcial, consagrado como o trabalho “que corresponda a um período normal de trabalho semanal igual ou inferior a 75% do praticado a tempo completo numa situação comparável”⁵⁴.

Em 2003, o Código do Trabalho introduz algumas alterações na dimensão em análise, nomeadamente no que se refere aos contratos de trabalho a termo certo, nomeadamente à sua duração. O n.º 2 do artigo 139.º consagra que “decorrido o período de três anos ou verificado o número máximo de renovações (...) o contrato pode, no entanto, ser objecto de mais uma renovação

⁴⁹ Ver DL n.º 781/76, de 28 de Outubro, art. 1.º, n.º 2. Consultar em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1976/10/25300/24602460.pdf>.

⁵⁰ Ver DL n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro, art. 41.º, n.º 1.

⁵¹ Ver DL n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro, art. 44.º, n.º 2.

⁵² Ver DL n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro, art. 48.º.

⁵³ Ver DL n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro, art. 49.º.

⁵⁴ Ver Lei n.º 103/99, de 26 de Julho, art. 1.º, n.º 1. Consultar em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1999/07/172A00/46604663.pdf>.

desde que a respectiva duração não seja inferior a um nem superior a três anos”, o que na prática quer dizer que um trabalhador pode estar contratado a termo pelo período de seis anos.

A revisão do Código do Trabalho de 2009 estabelece mudanças para a duração no contrato a termo certo, nomeadamente no que se refere às pessoas à procura do primeiro emprego ou em situação de desemprego de longa duração; aumenta também a possibilidade de renovar os contratos de duas para três vezes.⁵⁵ Quanto ao trabalho a tempo parcial desaparece o limite de 75% em relação ao trabalho a tempo completo, passando o legislador a definir trabalho parcial como aquele “que corresponda a um período normal de trabalho inferior ao praticado a tempo completo em situação comparável”⁵⁶.

Conclusão

Do exposto percebe-se que os anos de 1975 e 1976 foram de grande agitação ao nível da elaboração das leis que regulam a cessação do contrato individual. De facto, no decorrer deste período regulam-se de forma sucessiva matérias referentes ao despedimento com justa causa e ao despedimento colectivo. Parece-nos evidente que a radicalização ideológica do período imediatamente a seguir à revolução resultou numa forte defesa da segurança no emprego no âmbito da legislação, quer através, primeiramente, da suspensão dos despedimentos, quer, seguidamente, pela restrição da justa causa e pela possibilidade de os despedimentos serem considerados nulos. Por outro lado, a cada vez maior regulação e instituição do trabalho temporário, principalmente a partir de 1989, constitui uma forma, a nosso ver, de o legislador contrabalançar o grande nível de protecção do emprego, e a consequente dificuldade em despedir, que se regulou e estabeleceu nos anos de 1975 e 1976.

O DL n.º 64-A/89 marca, pois, um momento importante na evolução da regulação da segurança no emprego ao consagrar a possibilidade de despedimento com base em motivos económicos, ao desburocratizar o processo de despedimento colectivo e ao introduzir o contrato a termo incerto: será, porventura, o início de uma tendência de tentativa de liberalização da legislação da segurança no emprego, a que acresce a consagração do despedimento por inadaptabilidade e a crescente regulação do trabalho temporário, nomeadamente do trabalho a tempo parcial. Já em relação ao

⁵⁵ Ver Código do Trabalho, 2009, art. 148.º.

⁵⁶ Ver Código do Trabalho, 2009, art. 150.º, n.º 1.

Código do Trabalho verificou-se que a introdução deste não trouxe alterações de maior à legislação reguladora da protecção do emprego, a não ser na dimensão do trabalho temporário e já no ano de 2009.

Do nosso estudo decorre que, até 2009, a regulação da segurança no emprego em Portugal evoluiu no sentido de consagrar formas de flexibilizar a cessação de contrato do trabalhador, quer através da introdução de novas modalidades de despedimento, quer através do desenvolvimento das formas de trabalho temporário. Contudo, os princípios que advêm do período imediatamente a seguir à revolução e que regem a protecção do emprego mantêm-se, quer no que se refere à sua consagração na Constituição, quer na evolução da cessação do contrato individual e colectivo.

Bibliografia

Bonoli, G, "Social Policy through Labor Markets: Understanding National Differences in the Provision of Economic Security to Wage Earners", *Comparative Political Studies*, n.º 36, 2003.

Brugiavini, Agar, *et al.*, "What do Unions Do to the Welfare States", Fondazione Rodolfo DeBenedetti, 2000.

Cordeiro, Menezes, "Manual do Direito do Trabalho", Coimbra: Almedina, 1994.

Ebbinghaus, Bernhard, Hassel, Anke, "Striking Deals: concertation in the reform of continental european Welfare States", Max Planck Institute for the Study of Societies, 1999.

Emmenegger, Patrick, "Job Security regulations in Western Democracies: a fuzzy set analysis", *European Journal of Political Research*, 50, 2011.

Estevez-Abe, Margarita, Iversen, Torben, Soskice, David, "Social Protection and the Formation of Skills: a Reinterpretation of the Welfare State" in Hall, Peter A., Soskice, David, *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*, Oxford: Oxford University Press, 2001.

Ferrera, Maurizio, "Reconstructing the Welfare State in Southern Europe" in Kuhnle, Stein, *Survival of the European Welfare States*, Routledge, 2000.

Lima, Marinús Pires de, "Relações de trabalho, estratégias sindicais e emprego (1974-90)", *Análise Social*, vol. XXVI, 1991.

Pinheiro, Paulo Sousa, "O Direito do Trabalho ao longo da História", Lisboa: ISCAP, 2006.

Pinto, Mário, "A função do direito do trabalho e a crise actual", *Revista de Direito e de Estudos Sociais*, 2.ª série, n.º 1, 1986.

Pinto, Mário, “Garantia de emprego e crise económica, contributo ensaístico para um novo conceito”, *Revista de Direito e de Estudos Sociais*, 2.ª série, n.º 4, 1987.

Pinto, Mário, “Regimen Juridico del despido colectivo en Portugal”, *Libertad de Empresa y Relaciones Laborales*, 1992.

Royo, Sebastián, “The Europeanization of Portuguese Interest Groups? Trade Unions and Employers’ Associations”, IPRI – UNL, Working Paper n.º 19.

Stoleroff, Alan, “Sindicalismo e Relações Industriais em Portugal”, *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 4, 1988.

O despontar do movimento operário na esfera pública nos anos 50 do século XIX

João Lázaro*

Introdução

Esta comunicação, apresentada no I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, realizado na FCSH entre 13 e 15 de Março de 2013, é parte integrante da dissertação de mestrado que foi desenvolvida no ISCTE –IUL: “O Despontar do Movimento Operário na Esfera Pública (1850-1860)”. Dissertação defendida em 2013 e que em 2014 foi alargada e publicada em livro pela Chiado Editora: *O despontar do movimento operário português na esfera pública: das práticas ao debate parlamentar (1850-1860)*. A dissertação pretende abordar o movimento operário, dando ênfase a algumas práticas e discursos que começam a emergir em espaço público nesta fase, nomeadamente, o jornal *Eco dos Operários* e o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas e o seu jornal. Portanto, foca um período pouco explorado pela historiografia, contendo uma singularidade: a de observar o movimento operário e o mundo operário não como objetos isolados, mas através da respetiva inserção no debate público da época, nomeadamente o que se exprime no discurso parlamentar. Porém, na data em que a comunicação foi apresentada, apenas tinha sido investigada uma parte dos debates parlamentares e o jornal *Eco dos Operários*, ou seja, o trabalho de investigação ainda estava em curso. Por conseguinte, apenas tem espaço nestas linhas a informação abordada até esse dia.

É através da Regeneração que surge um processo de osmose na política nacional, que irremediavelmente põe fim a vários e persistentes conflitos no interior da elite liberal. Como salienta José Miguel Sardica é, justamente, entre 1848 e 1851 [que] o país assiste à extinção simétrica dos extremos, com o fracasso das revoluções europeias a domesticar as ambições dos radicais

* Licenciado em História e Mestre em História Moderna e Contemporânea, na vertente de Cultura, Cidadania e Política, ambos pelo ISCTE-IUL. Atualmente, doutorando em História Moderna e Contemporânea na mesma faculdade. Email: joaodizlazar@gmail.com

portugueses [...] o triunfo da regeneração foi a versão portuguesa do triunfo da “era do capital” sobre a “era das revoluções”¹.

Uma visão próxima à apresentada por Victor de Sá quando afirmou que com a Regeneração ocorreu “a conciliação [das] fações opostas do liberalismo, que daí para diante passaram a dispor placidamente das alavancas do poder estatal, através de governos alternativos”². Neste campo é importante frisar que o Código Penal (1852), embora fosse omissivo em relação às condições de trabalho, ao descanso semanal, aos horários, à higiene e acidentes de trabalho, à admissão de menores nas fábricas, não o era em relação ao uso da greve e do associativismo. Condenava a prática reivindicativa da greve, ao mesmo tempo que enquadrava o associativismo.

Embora fosse na década de 1840, durante o governo do famigerado Costa Cabral, que ocorreu a assinatura do primeiro contrato para a construção de uma linha férrea em Portugal e foram construídas estradas empedradas, na verdade é o projeto regenerador que, de facto, proporciona uma ampla edificação das vitais infra-estruturas e vias de comunicação no País (selos postais, linhas telefónicas, serviço telegráfico, pontes, estradas e a linha ferroviária). Portanto, os anos 50 do século XIX são um período onde germina uma dinâmica capitalista em Portugal, provocando desse modo profundas alterações no tecido económico, social e político. Esta nova realidade propicia o surgimento de uma geografia industrial em Portugal em novos moldes. Embora seja forçoso dar razão a Carlos da Fonseca, quando afirma que nesta fase ainda persista um forte “predomínio das profissões de velho estilo e da pequena indústria oficial”³, a implantação de fábricas começa, vagarosamente, a ser uma realidade, nomeadamente em Lisboa e Porto, mas também em Tomar, Covilhã, Aveiro, Torres Novas e noutras regiões. As “fábricas passam a localizar-se na proximidade dos centros de consumo e de vias de transportes e cada vez menos em locais inóspitos, próximos de quedas de água ou de matas”⁴. De facto, a ideia de desenvolver e de implantar o “progresso” em Portugal durante esta

¹ Sardica, José Miguel, *A Regeneração sob o Signo do Consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*. Viseu, ICS, 2001, p. 300.

² Sá, Victor de, “A subida ao poder da burguesia em Portugal”, *História*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 5, pp. 251-252.

³ Fonseca, Carlos da, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal. II - Os Primeiros Congressos Operários 1865-1894*. Viseu, Publicações Europa-América, p. 20.

⁴ Madureira, Nuno Luís & Teives, Sofia (2005), “Os ciclos de desenvolvimento”. In: *A História da Energia. Portugal 1890-1980*, Livros Horizonte, p. 15.

década é gritante: “Sr. Presidente, a população e a indústria”, afirma o deputado Macedo Pinto, “são os dois principais elementos, as duas bases mais sólidas nas quais se funda a prosperidade e grandeza das nações modernas”⁵.

É dentro deste panorama histórico que foi situada a comunicação apresentada no I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, estando dividida em duas partes, uma sobre o periódico *Eco dos Operários* e outra sobre os debates parlamentares referentes ao mundo operário. No fim são apresentadas algumas conclusões ainda em estado embrionário.

Eco dos Operários

O *Eco dos Operários* é um periódico operário inicialmente publicado em Abril de 1850 e que finda a actividade em Outubro de 1851. Autodenominava-se revista de cariz social e literária, tendo sido impulsionado por dois importantes intelectuais socialistas desse tempo: o engenheiro ferroviário Francisco Maria de Sousa Brandão e o jornalista/romancista Lopes de Mendonça. Posteriormente, a redação do jornal é ampliada com a entrada do importante operário tipográfico Vieira da Silva Júnior (que mais tarde irá ocupar o cargo de vice-presidente do Centro Promotor) e, em setembro de 1851, quatro intelectuais de relevo: Henriques Nogueira (autor do importante estudo *Reforma em Portugal*), José Maria Chaves (operário serralheiro), L. A. Palmeirim (jornalista e escritor) e Carlos Ramiro Coutinho (estudante de direito, futuro visconde de Ouguela). Neste periódico é possível observar a publicação de textos da autoria do que o filósofo francês Jacques Rancière apelidou de “operário-escritor”⁶. É o caso dos longos poemas da autoria do “poeta operário” F. Gomes de Amorim, denominados “Liberdade”⁷ e “Portugal”⁸. O próprio Vieira da Silva Júnior chega a elaborar um romance: *A filha de um operário*. Ainda havia no jornal publicidade a vários romances e obras teóricas que eram publicados em Portugal, com a informação do preço e do lugar de compra. Nesta vertente literária, o *Eco dos Operários* não deixava de frisar que era “quase uma moda consagrada na literatura os protestos contra a organização social”⁹. O historiador José Tengarrinha engloba o periódico *Eco dos Operários* numa

⁵ Câmara dos Senhores Deputados, 28-03-1853, p. 522.

⁶ Rancière, Jacques, *A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário*. Lisboa, Antígona, 2012.

⁷ *Eco dos Operários*, 4 de junho de 1850, n.º 6, p. 6.

⁸ *Eco dos Operários*, 19 de outubro de 1850, N. 25, p. 6.

⁹ *Eco dos Operários*, 22 de agosto de 1850, n.º 17, p. 7.

primeira fase da imprensa de cariz operário que é publicada a partir de 1850. Segundo este autor, estamos perante uma imprensa que funciona como uma “tribuna de luta social, apresentando limites e objetivos cada vez mais definidos e perdendo, progressivamente, o carácter literário, que a princípio lhes estava intimamente ligado”¹⁰.

Embora tenha sido publicado apenas durante dois anos, a sua importância é incontornável na história do movimento operário em Portugal, visto ter sido um fruto da primeira geração de pensadores socialistas portugueses que adquiriram consciência da questão social no mundo do trabalho. Segundo as palavras de Sousa Brandão, um dos deveres do jornal era “dar a conhecer os diversos sistemas com que o socialismo pretende resolver os problemas sociais”¹¹. A nota introdutória do primeiro número do *Eco dos Operários*, rubricada por Lopes de Mendonça, é demonstrativa da missão a que se propunha o jornal, tentando contrariar a ideia de que a “classe operária [...] tão inteligente, e tão cheia de nobres instintos, tão confiada nos destinos que a civilização lhe reserva, adormece, apesar disso, na ignorância, e no desleixo intelectual”¹².

Ou seja, era ideia matriz do jornal efetivar um contacto com o mundo do trabalho e, nomeadamente, agrupar em torno de si os operários, garantindo-lhes desse modo uma certa instrução teórica, literária, noticiosa, política e ideológica.

Perante tal realidade, era propósito do jornal suscitar a devida discussão e aprendizagem nos operários, bem como pretendia funcionar como um tipo de catalisador na conexão e diálogo dos vários sectores operários e laboriosos, que estavam até aí, desligados, em torno do jornal e, em última instância, da associação. No entanto, tudo isto, sempre com a afirmada ideia de “advogar a causa da ordem”¹³.

Esta geração de socialistas que tenta agrupar em torno de si o mundo operário é fortemente marcada e inspirada pelas revoluções francesas de 1789, 1830 e, particularmente, a de 1848. Por exemplo, se a primeira data revolucionária é encarada como a “imortal revolução de 1789”¹⁴, a Primavera

¹⁰ Tengarrinha, José, *História da imprensa periódica em Portugal*. Lisboa, Portugal Ed. Imp, 1965, p. 174.

¹¹ *Eco dos Operários*, 28 de Abril de 1850, n.º 1, p. 5.

¹² *Eco dos Operários*, 28 de Abril de 1850, n.º 1, p. 1.

¹³ *Eco dos Operários*, 28 de abril de 1850, n.º 1 p. 1.

¹⁴ *Eco dos Operários*, 1 de agosto de 1850, n.º 14, p. 1.

dos Povos (1848) é encarada com a sugestiva frase: “exprime um novo horizonte para os ideais, um novo campo de batalha para os homens”¹⁵.

É embebida num espírito revolucionário que marcou presença um pouco por toda a Europa que esta geração de intelectuais socialistas tenta transformar a realidade do mundo operário português, estando o seu jornal (*Eco dos Operários*) munido com ideias de inspiração democrática, republicana e, nomeadamente, socialista. É através, sobretudo, de uma amálgama de correntes do socialismo utópico, (Louis Blanc, Fourier, Proudhon, entre outros) que se tenta transformar a realidade nacional. Porém, o socialismo, ou melhor dizendo, os socialismos difundidos no *Eco* contêm um forte traço ordeiro e conciliador. Na expressão de Vieira da Silva, a finalidade social era a de “dar remédio pacificamente a males que nos outros países têm aberto largas e profundas chagas”¹⁶; mais tarde, o mesmo autor afirma categoricamente: “o operário que de punho erguido nos pede o irrealizável tem para nós o mesmo conceito que o avaro empresário”¹⁷. Ainda na vertente ideológica, o *Eco dos Operários* chega a afirmar:

Nós não somos fourieristas na acepção rigorosa do termo. Apresentamos um esboço de ideias do celebre reformador, o seu método de organização do trabalho, como para traçar o mapa de opiniões no sentido socialista, e nunca como sendo o quadro definitivo, o ideal realizado da sociedade futura¹⁸.

Esta postura, claramente defensiva, tinha como destinatário o jornal *A Esmeralda*, pois Custódio José Vieira tinha anunciado “o jornal [*Eco dos Operários*] declarou-se fourierista”¹⁹, para de seguida reivindicar: “queremos um lugar para o nosso mestre Louis Blanc”²⁰. De facto, a publicação do *Eco dos Operários* não passa despercebida no espaço público. Vários historiadores já frisaram a importância do jornal *A Esmeralda*, publicado no Porto, na transmissão das ideias socialistas; no entanto, pretendemos aqui destacar a importância que *A Esmeralda* dava ao próprio *Eco dos Operários*. Assim, é de ter em conta que o jornal *A Esmeralda* encarava o *Eco* como fruto da “necessidade de uma publicação que fosse o órgão do socialismo em Portugal”²¹, sendo ainda o responsável pela solução e o estudo de vários e terríveis fenómenos sociais

¹⁵ *Eco dos Operários*, 7 de dezembro de 1850, n.º 32, p. 1.

¹⁶ *Eco dos Operários*, 6 de Setembro de 1850, n.º 19, p. 5.

¹⁷ *Eco dos Operários*, 9 de Novembro de 1850, n.º 28, p. 3.

¹⁸ *Eco dos Operários*, 22 de agosto de 1850, n.º 17, p. 1.

¹⁹ *A Esmeralda*, 22 de julho de 1850, n.º 12, p. 92.

²⁰ *A Esmeralda*, 22 de julho de 1850, n.º 12, p. 92.

²¹ *A Esmeralda*, 22 de julho de 1850, n.º 12, p. 90.

presentes no mundo do trabalho, expondo os “interesses do povo, os interesses da classe operária”²² e, por isso, escrevia de uma forma indubitável que o “*Eco dos Operários* deve chegar a toda a parte, devem todos lê-lo e estudá-lo, devem todos aprender nele”²³. O nascimento do *Eco* chega a ser anunciado como “um grande acontecimento, uma revolução”²⁴. Por contraste, a *Revista Universal Lisbonense*, ao transcrever os discursos dos redatores do *Eco dos Operários* na sessão de aniversário do décimo segundo ano da Sociedade dos Artistas Lisbonenses, não deixa de frisar que não partilhava parte das opiniões transmitidas nesse jornal.

Em grande medida, um jornal com as características do *Eco dos Operários* faz emergir no espaço público um debate sobre a questão operária e até ideológica. Por vezes, o debate torna-se mesmo em polémica. Exemplificando, os principais redatores do jornal – que não eram operários, mas sim intelectuais oriundos de sectores burgueses – são, por diversas vezes, alvo de críticas feitas através de cartas anónimas remetidas para o próprio jornal ou publicadas noutros jornais, originando respostas. É o caso de um denominado “socialista” que acusou o *Eco dos Operários* de “vestir muito à francesa”²⁵. Ao passo que, quando um operário tipográfico, Guilherme Teixeira, expõe no *Eco dos Operários* uma denúncia sobre um regulamento interno e atrasos de ordenados que estavam a ocorrer numa tipografia em Lisboa (Imprensa Nacional), provoca a publicação de uma carta rubricada com um “X” num outro jornal, *A Revolução de Setembro*, a desmentir tais acusações.

O jornal chega, inclusive, a entrar em confronto com alguns deputados. Lopes de Mendonça, por exemplo, critica um artigo publicado na imprensa da autoria de um deputado liberal, Afonseca (porventura, será o deputado Luís Vicente de Afonseca). Este último tinha afirmado na *Revista Universal Lisbonense* a ocorrência de contrabando no interior de fábricas nacionais. Face a isto, Lopes de Mendonça afirmava que tal comentário apenas denegria a indústria nacional retorquindo que “as fábricas em Portugal não são uma história, mas têm uma história honrosa, que não pode ser confundida com os anais da agiotagem, nem com as atas do parlamento”²⁶.

²² *A Esmeralda*, 22 de julho de 1850, n.º 12, p. 91.

²³ *A Esmeralda*, 22 de julho de 1850, n.º 12, p. 91.

²⁴ *A Esmeralda*, 22 de julho de 1850, n.º 12, p. 91.

²⁵ *Eco dos Operários*, 6 de Setembro de 1850, n.º 19, p. 2.

²⁶ *Eco dos Operários*, 7 de maio de 1850, n.º 2, p. 3.

Além das discussões e do debate que o *Eco* promove na esfera pública, é também de destacar que o próprio jornal descrevia várias ações de cariz operário que ocorriam publicamente. Por exemplo, em Setembro de 1851 há uma descrição pormenorizada de uma reunião eleitoral de operários, onde, segundo o jornal, estiveram presentes mais de 300 operários. Nessa reunião a discussão parece ter sido bastante acesa, com operários a defender uma candidatura operária para a Câmara dos Deputados, enquanto outros apenas defendiam a eleição de um representante do mundo operário. A desigualdade eleitoral resultante da premissa censitária em vigor fez que o operário Amorim alertasse para o facto de em várias “paróquias não haver eleitores operários em quem votar”²⁷. Perante o panorama censitário, esse operário afirmava a necessidade de não discutir a candidatura de um operário, mas sim a própria questão do recenseamento em Portugal. No entanto, embora houvesse a noção dessa desigualdade, a ideia dos dirigentes socialistas foi de não de hostilizar “nem ainda [que] levemente o Partido Progressista, nem qualquer governo moral e honesto”²⁸. Ficando decidido apoiar esse mesmo partido e concorrer nas suas listas. A questão da representação operária no parlamento liberal foi bastante debatida nas hostes desta imprensa operária. Vieira da Silva Júnior chega a lamentar o facto de o operário José António de Amorim não ter aceite ser candidato pelo Partido Progressista na freguesia de Santa Catarina, avisando no *Eco* que havia nomes que não pertenciam ao indivíduo, mas sim a uma ideia que representam²⁹. Lopes de Mendonça, que participou nessas reuniões eleitorais, vai lançar publicamente, tempo depois, um texto contendo algumas ideias inflamadas, e onde demonstra ser totalmente partidário de uma candidatura operária. O texto intitulava-se, precisamente, “A Candidatura de um Operário”.

Importa ainda destacar que a ideia de associação é vital no pensamento teórico do jornal, de tal modo que essa forma organizativa é encarada como capaz, por si só, de resolver vários problemas sociais que afetavam o mundo operário, como também a própria mendicância e até a prostituição.

A esta luz, não é de admirar que acabe por ser formada, a 27 de maio de 1850, uma associação operária: Associação dos Operários. Esta associação tinha como porta-voz o *Eco dos Operários* e pretendia estimular os operários a tomarem parte na mesma. Esta associação será encarada pelos dirigentes do

²⁷ *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, n.º 48, p. 2.

²⁸ *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, n.º 48, pp. 2-3.

²⁹ *Eco dos Operários*, 25 de outubro de 1851, n.º 52, p. 35.

movimento operário como um “primeiro ensaio”³⁰, que detinha uma atitude pacífica de “regenerar os operários, desfavorecidos, mata[r] a pobreza e a mendicância, sem incomodar por pretexto algum nem o governo nem as instituições”³¹. No entanto, o próprio *Eco dos Operários* acaba por informar que a “polícia, ou política, entidades quase sinónimas no espírito e na matéria, proibiu a associação”³². Seja como for, toda a experiência obtida pela constituição deste tipo de associativismo permite antever uma antecâmara do que seria, um pouco mais tarde, o Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas.

Debate parlamentar

Simultaneamente a esta discussão e ao debate público que é realizado na imprensa, é de destacar que também ocorre um interessante debate sobre o mundo operário no interior das câmaras liberais. Por diversas vezes os deputados liberais levantam e tratam problemáticas relacionadas com o mundo operário, dando um grande destaque à questão social. Os debates parlamentares são, nesta medida, uma boa fonte para avaliar o impacto da questão social em Portugal.

Em 1853 ocorre um debate em torno do orçamento da Marinha, surgindo uma proposta da bancada progressista (histórica) no sentido de reduzir as despesas pela via da redução do pessoal da Cordoaria. Perante esta proposta, o deputado regenerador Mello Breyner contesta-a, afirmando que não podia ter a sua aprovação, visto que havia “mais de 300 operários, que por força, seriam despedidos, e assim, outras tantas famílias reduzidas à miséria”³³. Ou seja, este deputado alertava para que tal proposta apenas redundava na miséria de 300 operários e suas famílias. A questão social é tratada com grande destaque nos debates parlamentares, eventuais despedimentos são encarados como um meio para chegar aos “horrores da miséria”, como vários deputados a apelidam. Além deste receio social, havia outros deputados que alertavam para que o fim do emprego no mundo operário poderia originar “perturbações que será muito difícil de sossegar”³⁴. É interessante perceber que os homens fortes da

³⁰ *Eco dos Operários*, 5 de outubro de 1850, n.º 23, p. 1.

³¹ *Eco dos Operários*, 5 de outubro de 1850, n.º 23, p. 1.

³² *Eco dos Operários*, 5 de outubro de 1850, n.º 23, p. 1.

³³ Câmara dos Senhores Deputados, 13-07-1853, p. 200.

³⁴ Câmara dos Senhores Deputados, 02-08-1854, p. 31.

regeneração apresentam várias soluções no sentido de atenuar esta problemática social através do incremento das obras públicas. O próprio Fontes Pereira de Melo (figura incontornável do Partido Regenerador), enquanto ministro da Fazenda, afirma categoricamente que graças à construção do caminho-de-ferro foi possível que durante dois anos “três mil operários [tenham] tido o pão de cada dia”³⁵.

As condições de trabalho começam já a surgir no debate parlamentar. No findar da década de 50, em 1858, o deputado Tomás de Carvalho (do Partido Progressista Histórico) na sequência de um alerta deixado por um outro deputado da bancada regeneradora (José Estevão), deslocou-se propositadamente à Rua da Prata, onde estavam entre 20 e 30 trabalhadores a efetuar a limpeza dos canos de Lisboa. Posteriormente, o deputado afirmou no parlamento, questionando o próprio ministro das Obras Públicas, que neste tipo de laboração

não havia uma atmosfera livre e suficiente para os operários poderem progredir nos trabalhos da limpeza, mas a ciência indica os meios para estabelecer as correntes de ar, de modo que os operários não sejam molestados pelos maus gazes das matérias contidas nos canos³⁶.

No mês seguinte, o mesmo deputado voltava a reiterar a sua preocupação. Em Março de 1858, o ministro do Reino (Marquês de Loulé) afirmava em debate que estavam internados no Hospital de São José quatro trabalhadores que estavam “empregados na limpeza dos canos da cidade”³⁷ de Lisboa por apresentarem sintomas de febre amarela.

De facto, parece ocorrer uma interacção entre o mundo operário e os próprios deputados liberais, isto é, temos informação no debate parlamentar que há um contacto directo entre os deputados liberais e os trabalhadores, sendo desse modo tratados vários assuntos relacionados com a questão social e laboral patente no mundo operário. Em 1853 é debatido no parlamento o facto de haver operários que tinham entrado como aprendizes para o Arsenal da Marinha há 7 anos atrás e ainda continuavam a receber o mesmo, chegando a ser remetido para a mesa um requerimento dos operários do Arsenal da Marinha que apresentava uma queixa sobre o valor dos salários. Mais tarde, é debatido o trabalho aos domingos e dias santos. É curioso verificar que há vários requerimentos de operários entregues na Câmara de natureza distinta e

³⁵ Câmara dos Senhores Deputados, 02-04-1856, p. 27.

³⁶ Câmara dos Senhores Deputados, 18-01-1858, p. 150.

³⁷ Câmara dos Senhores Deputados, 13-03-1858, p. 151.

produzidos por distintos sectores; desde dos operários do Arsenal da Marinha, passando pelos operários da Cordoaria Nacional até algumas câmaras municipais e comunidades fabris, como foi o caso da Câmara Municipal de Alverca e dos habitantes de Vialonga, que pretendiam alertar os deputados para que a diminuição dos direitos de importação de soda ia forçar o despedimento de operários na fábrica de soda dessa comunidade. Outro curioso requerimento é redigido pelos operários de Aveiro que pretendiam inaugurar um curso nocturno de instrução primária. De facto, vários deputados dão voz ao mundo operário nas duas câmaras liberais. O próprio Código Penal de 1852 foi criticado por um deputado ligado ao movimento operário, nomeadamente o ponto 2.º do artigo 277.º que previa a punição com prisão e uma multa a

toda a coligação entre os indivíduos de uma profissão, ou de empregados em qualquer serviço, ou de quaisquer trabalhadores, que tiver por fim suspender, ou impedir, ou fazer subir o preço do trabalho.³⁸

O deputado em questão era Casal Ribeiro, que levantava a sua voz para afirmar ao parlamento que tal artigo apenas afirmava o seguinte ao operário: “tu não podes pedir o aumento do salário, não podes reunir-te e coligar-te para estabelecer qualquer condição a esse respeito”³⁹.

Há, efetivamente, uma informação multifacetada sobre o mundo operário nos debates parlamentares, o que permite reforçar a ideia de que ele era bastante debatido nesta época. Era recorrente os deputados fazerem discursos em torno da importância da instrução das camadas operárias e do desenvolvimento da indústria, o que contribuía, na óptica dos deputados, para o desenvolvimento do País. Deste modo, não é de estranhar que o deputado Nogueira Soares exclame no parlamento ser “essencial que se estabeleçam escolas do ensino prático para habilitar os indivíduos das classes laboriosas a exercer indústrias proveitosas ao País para o desenvolvimento da riqueza pública”⁴⁰. Portanto, não é, igualmente, de estranhar que haja também, por parte de alguns deputados, um receio da emigração de operários para países estrangeiros, bem como a tentativa de os aliciar a rumar às colónias oferecendo certas vantagens.

³⁸ Código Penal de 1852, p. 80-81. Disponível em:

<http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1265.pdf>

³⁹ Câmara dos Senhores Deputados, 14-04-1853, p. 176.

⁴⁰ Câmara dos Senhores Deputados, 13-04-1857, p. 129.

Por fim, não deve ser ocultado que vários deputados acabam por ingressar no movimento associativista operário (caso de Casal Ribeiro e de António Rodrigues Sampaio) e desse modo, algumas práticas deste movimento operário começam a ser debatidas no interior do parlamento, como é o caso do associativismo e das ideias socialistas. De facto, começa a ser visível com o decorrer da investigação alguma articulação entre o Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas e o parlamento. Assim, não é de admirar que este importante Centro seja encarado por um deputado, em 1890, como o “grande núcleo associativo que então existia em Lisboa”⁴¹, dando-se a conhecer que António José de Ávila convidou o Centro a elaborar a primeira estatística das associações de socorros mútuos, um trabalho que foi mesmo apresentado no Congresso de Berlim. Era a outra face do projecto de candidatura operária sustentada pelos mesmos círculos ligados ao *Eco dos Operários* e ao Centro Promotor.

Conclusões preliminares

Em primeiro lugar deve-se concluir que neste período cronológico a questão social adquire elevada proeminência, quer no movimento operário, quer no parlamento liberal. Ou seja, a questão social que foi durante décadas encarada pela historiografia através do olhar desta geração socialista é transversal à sociedade. De facto, os males sociais infringidos a uma sociedade em que existia um mundo operário em expansão são, em grande medida, um vector que faz despontar uma discussão pública em torno do mundo operário. Desse modo, não é de estranhar que o mundo operário seja debatido publicamente, quer em periódico, quer nos debates parlamentares. Há, de facto, uma discussão em torno do mundo operário e das ideias que esta geração de socialistas representava. Este debate e discussão parece encaixar no conceito de *esfera pública* de cariz habermasiano, como também na esfera da política popular defendida por outros historiadores na senda de E. P. Thompson. É interessante começar a verificar que se registavam ecos das práticas que o movimento operário apologizava no debate parlamentar, nomeadamente, o associativismo e as ideias socialistas. Esta correlação não deixa de ser parte integrante, e importante, da história do movimento operário português.

Em segundo lugar, é de concluir que estamos perante um movimento operário totalmente embebido no contexto histórico internacional. Há, de facto,

⁴¹ Câmara dos Senhores Deputados, 08-07-1890.

ecos internacionais patentes no *Eco dos Operários*. Assim, são difundidos vários socialismos que, todavia, contêm em comum um forte traço ordeiro face ao poder vigente. O afamado lema dos revoltosos de Lyon, de 1831, “viver trabalhando ou morrer combatendo” é recordado pelo *Eco* como um aviso da necessidade de reforma e de garantir o direito ao trabalho, visto que esse era um meio eficaz de pacificar a sociedade. Por fim, é de frisar que a ideia de associação é vital para compreender esta geração de socialistas portugueses, pois esta forma organizativa é encarada como a forma de organizar a vida social, política, económica e até industrial do País.

Por fim, é imperativo continuar a romper com uma análise unidimensional e homogénea enclausurando o movimento operário, em benefício de um estudo multidimensional com a pluralidade e as configurações que daí resultam. De facto, o estudo do movimento operário é indissociável do estudo do poder e do sistema político vigente, dos debates parlamentares, do debate na esfera pública e do próprio espaço público.

Fontes e bibliografia:

Código Penal aprovado por Decreto de 10 de Dezembro de 1852, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855.

Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1829.pdf>

A Esmeralda: Semanario Universal, 1850-1851.

Eco dos Operários, 1850-1851.

Disponível em: <http://purl.pt/13464>

Debates Parlamentares, Imprensa Nacional, 1850-1860.

Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=mc> (Monarquia Constitucional).

Bastien, Carlos, “Os primeiros leitores portugueses de Marx economista”. *Vértice*, II Série, n.º 79, 1997, pp. 34-49.

Carneiro, Maria do Nascimento Oliveira, “Heranças da Revolução Francesa: O Eco dos Operários”. *Actas do Colóquio: A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil*, Universidade do Porto, 1992, pp. 63-73.

Castro, Armando, *A revolução industrial em Portugal no século XIX*. Porto, Limiar, 1978.

Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, “Os artesãos e a política na primeira metade do século XIX”. In Vieira, Benedicta Maria Duque (org.), *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no Século XIX*, Lisboa, CEHCP-ISCTE, 2003, pp. 53-64.

Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I. 298

Fonseca, Carlos da, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. I – Cronologia*. Mem Martins, Europa-América, 1980.

Fonseca, Carlos da, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. II – Os primeiros congressos operários*. Mem Martins, Europa-América, 1980.

Habermas, Jurgen, *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge-Massachusetts, The MIT Press, 1961.

Lázaro, João, “Habitação operária vista pelas Cortes Liberais. Contribuições para o rejuvenescimento do estudo operário em Portugal”. *Vértice*, n.º 164, 2012, pp. 23-34.

Lázaro, João, *O despontar do movimento operário português na esfera pública: das práticas ao debate parlamentar (1850-1860)*. Lisboa. Chiado Editora, 2014.

Madureira, Nuno Luís (coord.), *A História da Energia. Portugal 1890-1980*. Livros Horizonte, 2005.

Pereira, Miriam Halperm, *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa. Editorial Presença, 1993.

Rancière, Jacques, *A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário*. Lisboa, Antígona, 2012.

Sá, Victor de, *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*. Lisboa, Seara Nova, 1974.

Sá, Victor de, “A subida ao poder da burguesia em Portugal”. *História*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 5, 1988, pp. 245-252.

Sardica, José Miguel, *A Regeneração sob o signo do Consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*. Viseu, ICS, 2001.

Tengarrinha, José, *História da imprensa periódica em Portugal*. Lisboa, Portugália Ed. Imp, 1965.

Experiências coletivas, solidariedades e identidades: o caso do movimento operário da Covilhã¹

João Mineiro²

Introdução

O crescimento da indústria de lanifícios e a formação da classe operária constituíram dois processos que marcaram de forma absolutamente determinante a história do concelho da Covilhã desde finais do século XIX. Assim, se a industrialização foi um processo que marcou o tempo da vida e se revelou como um fenómeno que abalou muitas das antigas convenções associadas à centralidade de outras formas de trabalho não assalariado, ela fez emergir também factos relevantes para a discussão sociológica, como o aparecimento de organizações operárias de tipo sindical ou mutualista, o desenvolvimento de novas formas e redes de sociabilidades, experiências de auto-organização, modos de vida, solidariedades, dinâmicas coletivas, rituais, rotinas e espaços e práticas culturais e artísticas a que poderíamos chamar de cultura operária.

A maioria dos trabalhos em torno do movimento operário centra a sua análise nos processos de luta política e sindical. Nesta perspetiva, as greves, as ações de protesto, boicote ao trabalho ou a criação de estruturas sindicais e de associações de classe são objetos privilegiados. Contudo, não descurando a importância dessas opções, na análise do movimento operário da Covilhã a partir da história oral e de uma pesquisa de terreno parece-nos relevante tratar a questão da cultura operária como parte intrínseca do movimento operário, porque nela se expressam de forma muito clara processos de resistência, de luta e de mobilização coletiva para superar dificuldades. Assim, analisaremos algumas das experiências coletivas de antigos operários da Covilhã residentes no bairro de Santo António, onde se expressam muito claramente formas de

¹ Artigo originalmente publicado na *UBImuseum*, n.º 02, pp. 139-151, ISSN: 2182-6560, no âmbito da parceria estabelecida entre a organização do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal e a direcção do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior (acesso online em <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.joao-mineiro.pdf>)

² ISCTE-IUL.

Experiências coletivas, solidariedades e identidades: o caso do movimento operário da Covilhã

solidariedade fundamentais na estruturação das identidades e nas quais se sustentaram muitos dos processos de luta e de movimentação social e política dos operários.

Industrialização e cultura operária: debates interdisciplinares

A industrialização constituiu um fenómeno complexo e multidimensional que transformou todas as relações sociais, económicas e políticas. A emergência do capitalismo industrial foi acompanhada, em larga medida, por um debate fundador entre os clássicos da sociologia, em que várias formulações teóricas se propõem explicá-la como um processo que inaugurou um novo tempo histórico³. Se a revolução industrial despoletou, segundo o historiador Eric Hobsbawm⁴, colossais transformações na agricultura, utilíssimas inovações técnicas na esfera produtiva, profundas alterações demográficas e pela constituição das sociedades urbanas, também ficou marcada, por outro lado, pela emergência de um novo tipo de organização social, polarizada, diria Marx⁵, entre a burguesia e o proletariado e em torno de uma articulação de diversas formas de poder, diria Weber⁶, a partir de três tipos de estratificação, as classes, os grupos de *status* e os partidos políticos.

Trataremos de desenvolver uma análise dos principais aspetos da vivência cultural do operariado industrial, enquanto classe particularmente relevante no processo de industrialização e na composição das classes subalternas, para usar a expressão gramsciana⁷, que configuram o proletariado. Propomos, pois, uma análise que mobilize um enquadramento multidisciplinar de pesquisa e que parta dos muitos debates que se cruzam no campo da história, da sociologia, da teoria social e da antropologia. O campo da história é particularmente rico. Se uma ênfase dada às relações de produção e a elementos de estruturação da coesão política dos operários fez que muitos enfoques recaíssem numa certa visão homogénea e indiferenciada das classes trabalhadoras, outras pesquisas têm procurado explorar a diversidade, o conflito e as diferenças internas naquelas. Essa dupla abordagem é, a título de exemplo, no primeiro caso,

³ Marx, Karl, 1974; *Idem*, 1990; *Idem* 1992; *Idem*, 1997; *Idem*, 2004; Weber, Max, 1983; Durkheim, Émile 1973.

⁴ Hobsbawm, Eric 1962.

⁵ Marx, Karl e Frederick Engels, 1974.

⁶ Weber, Max, 2004, pp. 737-752.

⁷ Gramsci, Antonio, 2002.

marcada pelas perspectivas de Hobsbawm⁸ e, no segundo caso, pelas de Thompson⁹.

Cláudia Batalha, Fernando Silva e Alexandre Fortes¹⁰ abrem a introdução da coletânea que organizaram sobre as *Culturas de Classe* com uma pergunta simples: “Têm cultura os operários?” E continuam: “Já vai longe o tempo em que o senso comum conservador, associando a cultura a escolaridade e erudição, responderia sem pestanejar com uma negativa a essa questão”¹¹. Importa aqui a retoma da dita *insurreição dos saberes dominados* de sentido foucaultiano¹², no nosso caso dos saberes desqualificados, colocando os discursos dos protagonistas no centro da análise, para uma análise científica rigorosa neste campo. Nos seus estudos sobre as prisões, os hospitais, a sexualidade ou os saberes-poder, Michel Foucault refere que a sua preocupação epistemológica fundamental é a *insurreição dos saberes dominados*¹³. Neles incluiu dois tipos de saber: um tipo de saber sepultado pela história, ocultado por diversas estratégias de poder, e um tipo de saber desqualificado, ou seja, um tipo de saberes que, por serem detidos por determinados indivíduos e grupos, são desqualificados, não legítimos e ocultados por diversas estratégias de poder.

O campo da antropologia inclui um saber disciplinar acumulado de estudo etnográfico sobre os aspetos mais detalhados de contextos sociais específicos, como um bairro, uma vila ou um grupo social. Cruzando a preocupação antropológica de uma compreensão multifacetada do território com o estudo da cultura operária em trabalhos na sociologia, percebemos que existe um campo de ligação estreita entre várias disciplinas. O sociólogo Richard Hoggart¹⁴, num estudo clássico sobre as “utilizações da cultura”, a partir de um trabalho de campo em bairros operários de Leeds, percebeu as principais características da cultura operária. Assim, explora a questão da tradição oral, as maneiras de falar, a utilização de determinados dialetos urbanos, sotaques e entoações. Por outro lado, discute duas das dimensões centrais da vivência operária: a casa e o bairro. Richard Hoggart analisa com

⁸ Hobsbawm, Eric, 1987, pp. 97-251.

⁹ Thompson, E. P., 1987; 1988.

¹⁰ Batalha, Cláudia *et al*, 2004.

¹¹ Batalha, Cláudia *et al*, 2004, p. 12.

¹² Foucault, Michel, 1979.

¹³ Foucault, Michel, 1979.

¹⁴ Hoggart, Richard, 1973.

Experiências coletivas, solidariedades e identidades: o caso do movimento operário da Covilhã imenso detalhe as fronteiras de identificação do “nós”, enquanto mecanismo fundamental de coesão e homogeneidade, e de um “eles”, sejam eles indivíduos, grupos, práticas ou realidades distantes das vividas pelos membros das classes proletárias.

O caso do movimento operário da Covilhã

Na Covilhã, a industrialização foi um processo lento que acelerou no século XIX, ainda que as potencialidades industriais da cidade tivessem sido já aproveitadas pelo Marquês de Pombal, que instalou a Real Fábrica dos Panos junto à ribeira da Degoldra no século XVIII. Numa área geográfica situada em plena encosta da serra da Estrela, o século XIX foi o século do começo da transição de uma economia centrada na pastorícia e no uso e trabalho manual da lã para uma economia baseada na indústria de lanifícios. Entre 1822 e 1890, ano que marca simbolicamente o estudo sobre o movimento operário na Covilhã, a população aumentou de 21 539 para 47 881 habitantes e a população urbana de 6957 para 17 542 habitantes¹⁵. O estudo sobre o movimento e a cultura operária na Covilhã carece ainda de uma investigação sistematizada. Contudo, alguns investigadores têm dado contributos importantes, como é o caso de António Rodrigues Assunção. Nos seus até agora dois volumes sobre o movimento operário da Covilhã, demonstra não só a génese da formação do operariado na cidade, a sua condição, mas também uma análise minuciosa do movimento associativo, das lutas operárias e das greves entre 1890 e 1907 e a relação entre o movimento operário local e os acontecimentos políticos que marcam o período de 1907 a 1929. No primeiro volume da sua obra, o autor sistematiza como aspetos da cultura operária a imprensa operária, o ambiente de festa e luta do 1.º de Maio, as sociabilidades próprias dos operários, a relação com a escola e a instrução, a *cultura de ofício*, as relações de identidade entre o “nós” e o “eles”, o quotidiano marcado pela rotina e o risco, a relação com a doença e as tabernas.

Trabalhei a construção social da cultura operária na Covilhã a partir da história oral de vários operários que viveram a totalidade ou grande parte da sua vida no bairro de Santo António, na Covilhã. Muitos nasceram e viveram lá durante toda a vida, outros vieram de vilas e aldeias periféricas e viram no bairro de Santo António um local de habitação barata e mais próximo da maioria das fábricas de lanifícios da cidade. O bairro de Santo António é um bairro na encosta da serra que espelha a história particular do operariado da

¹⁵ Assunção, António Rodrigues, [ano não especificado na obra].

Covilhã, uma vez que viveu de muito perto a transição do meio rural e pastoril para o desenvolvimento do operariado urbano.

Em alguns meses de pesquisa de terreno frequentei o bairro com alguma regularidade, conversei com muita gente que trabalhou a vida inteira nos lanifícios e participei em algumas rotinas e atividades locais. Dessa pesquisa retiro para esta análise, com maior acuidade, as histórias de vida de quatro pessoas centrais no bairro. João tem 96 anos, vive no bairro há cerca de setenta anos e trabalhou cerca de cinquenta anos na indústria de lanifícios. Nuno foi um dos fundadores da coletividade local ainda nos anos 60 e viveu sempre no bairro. António tem 72 anos de idade e de bairro e foi operário até perto dos 60 anos de idade. Vítor é dirigente da coletividade local há quase vinte anos e acompanha as atividades do bairro desde que se lembra, nos 67 anos de idade e de vida no bairro.

Experiências coletivas

O conteúdo das dezasseis entrevistas realizadas, de algumas dezenas de apontamentos de conversas informais, fotografias e análise de conteúdo de documentos históricos daria para uma abordagem do fenómeno das culturas operárias a vários níveis e dimensões. Para esta análise, centrei-me nas conversas e discussões em torno de algumas das experiências coletivas de que me foram falando várias pessoas do bairro. Interessou-me sobretudo perceber o que dizem e como representam os operários as suas experiências políticas, sociais e culturais coletivas. O que une estas experiências é o facto de os operários falarem delas enquanto experiências que só fizeram sentido porque foram feitas “pela malta toda aqui do bairro” (João), pelo “povo trabalhador que se juntou para combater as dificuldades” (Nuno). Foi essa dimensão coletiva dos acontecimentos do bairro que me interessou explorar. Não apenas pela forma como são uma constante nas narrativas sobre a história de vida dos indivíduos, mas também porque eles demonstram algumas das bases culturais em que assenta a construção das identidades coletivas e das solidariedades como resposta à dureza do quotidiano.

Estradas, muros e a escola

Sempre que falava da história do bairro e das dificuldades da vida havia dois processos sobre os quais quase todos me falavam: o tempo em que o povo construiu as estradas e os muros que melhoraram as acessibilidades do bairro

Experiências coletivas, solidariedades e identidades: o caso do movimento operário da Covilhã onde viviam à cidade onde trabalhavam e a construção da primeira escola primária do bairro:

“Antigamente não se podia vir aqui de carro (...). Éramos muito isolados. O pessoal é que meteu mãos à obra, andaram para aí a ajudar, a acrescentar essas coisas todas que agora vês” (Nuno).

“As estradas e os muros foi o povo que as fez. Foi tudo o povo, com muito esforço” (António).

Às dificuldades económicas e materiais associadas aos baixos salários e às dificuldades da vida, aos problemas de habitação, de que eram exemplo a ausência de saneamento público e de água potável, passando também pela falta de infra-estruturas de apoio, escolas, bibliotecas, correios, bancos ou supermercados, por exemplo, somava-se o facto de os operários viverem num bairro isolado e com poucas acessibilidades. Apesar de muitos operários se terem fixado no bairro vindos do Casal da Serra, das Cortes do Meio, da Bouça ou de outros locais, a verdade é que tinham de percorrer diariamente cerca de 5 a 6 km a pé, praticamente em corta-mato, para chegarem às fábricas em que entravam perto das oito horas da manhã. A construção das estradas e dos respetivos muros de sustento, nos fins-de-semana, pelas pessoas do bairro, revelou-se um processo coletivo importantíssimo. O povo juntou-se, quotizou-se para comprar materiais, alguns deram o que tinham e durante vários meses dedicaram-se à construção das estradas e dos suportes de apoio. Foi este processo que permitiu mais tarde a circulação do primeiro autocarro que ficava a menos tempo da zona em que a maioria vivia. Este processo é lembrado pelos operários como símbolo de “um tempo de união, em que a malta sentia que se ninguém fazia nada, tinha de ser o povo a organizar-se”(António). Mas não chegava criar acessibilidades. O desenvolvimento da indústria obrigava as famílias a fixarem-se nos locais e a estruturarem planos de vida e de família. No bairro de Santo António, as pessoas começaram a construir expectativas e a perceber que era necessário antecipar o futuro para que os filhos não tivessem a mesma vida que os pais. Foi assim que surgiu a primeira escola primária:

“Quem construiu a escola foi o povo, que se juntou todo. Uns deram uma coisa, outros deram outra. Foi muito antes do 25 de Abril. Muito antes. Foi nos anos 50” (António).

“Estava lá uma escola primária que também foi o povo que pediu dinheiro e construiu na totalidade. Foi onde eu andei. (...) Tínhamos que acartar a água para as casas de banho” (Vítor).

“Não havia aqui nada. Éramos muito isolados. Olhe, lá teve o povo de se juntar, se não nunca mais tínhamos escola” (João).

Num tempo marcado por um défice geral de investimento do Estado em educação ou cultura, progressos só criados e desenvolvidos nas décadas subsequentes ao 25 de Abril, as experiências coletivas de auto-organização dos operários revelavam-se, muitas vezes, imprescindíveis. Foi também assim no bairro de Santo António, em que os operários se juntaram para construir a escola primária, permitindo os estudos e a fixação de uma nova geração no bairro e, em alguns casos, propiciando ruturas com a reprodução social e trajetórias de ascensão social.

O grupo

O grupo recreativo, coletividade local do bairro, tem uma enorme relevância no discurso dos indivíduos sobre a sua vida como conferimos:

“Eram tempos muito maus por um lado e muito bons por outro. Era realmente muita a pobreza. Mas também era muita a alegria, muito convívio e muita amizade entre as pessoas” (Vítor).

As pessoas do bairro, através do grupo recreativo, organizavam, para usar a expressão de Vítor, os “escapes à vida dura do trabalho”. Organizavam torneios, competições de atletismo, jogos e atividades culturais, bailes, festividades e angariavam fundos. Com o dinheiro das festas e da quotização, a coletividade criava mecanismos de solidariedade e mutualismo. Ajudavam financeiramente os sócios em situação de doença ou dificuldade e no grupo, até há poucos anos, tomavam banho e faziam as suas higiènes pessoais no grupo recreativo:

[No grupo] “Bebíamos uns copos e jogávamos às cartas, às vezes vinha lá um gajo pôr o cinema e íamos todos aos filmes (...). Havia atletismo. O jogo da malha e do rolho. Dominós. Íamos jogar à bola para a carreira de tiro” (João).

“Além dos bailes do grupo, que eram todas as semanas, também havia teatro, a malta nova organizava-se e lá se faziam peças para o pessoal todo ver” (Vítor).

“Na altura não tínhamos nada, o pessoal lá tinha umas atividades e desanuviava do trabalho (...) a malta gostava mesmo daquilo, ele [o seu filho] para fechar o grupo e tirar as pessoas de lá, tinha sempre de pagar uma rodada a toda a gente, senão, não conseguia ir embora” (Nuno).

Num contexto de isolamento em que, de facto, não existiam serviços locais, culturais ou desportivos do Estado, estas e outras atividades assumiam uma centralidade na vida coletiva dos jovens e das famílias. Se as tabernas

Experiências coletivas, solidariedades e identidades: o caso do movimento operário da Covilhã constituem um espaço fundamental de consumo e sociabilidades¹⁶, o grupo recreativo acrescentava à *dimensão masculinizada da taberna* ¹⁷ o pretexto para o encontro das famílias e dos jovens em várias atividades geradoras de sociabilidades fundamentais para a coesão social e cultural do bairro.

A igreja

Não é óbvio o equacionar da igreja e da religião como aspeto da cultura da classe trabalhadora, mas a verdade é que no contacto com os operários do bairro de Santo António a igreja ganha uma importância central, não apenas pela questão meramente religiosa, mas sobretudo pelas sociabilidades que se organizam em torno dela. Assim como o grupo, também a igreja foi pensada e construída pelos moradores do bairro. Construída no centro do bairro, no largo, a igreja é um local de enorme importância no bairro:

“A igreja foi feita de novo (...) andávamos lá todos (...), quem pagou foi a malta toda aqui do bairro, o povo juntou o dinheiro, cada um juntou aquilo que pôde, nós íamos para lá, no sábado e no domingo” (João).

“Ali a capela, foi uma comissão de moradores que se organizou, sou capaz de nomeá-los quase a todos” (Nuno).

“A igreja também foi nos mesmos moldes. Fez-se um peditório. As pessoas deram o que puderam. A partir daí, a dona do terreno ofereceu o terreno e a partir daí começou a construir-se” (Vítor).

Não pretendo abordar as questões da religiosidade do operariado ou do papel da Liga Operária Católica de que me falaram vários operários. O que me pareceu fundamental foi sistematizar esta ideia: as pessoas do bairro abordam a igreja e a religião nos seus discursos apenas na medida das sociabilidades que se constroem coletivamente em torno delas. A igreja é importante não só porque, como o João afirma, o povo juntou dinheiro para a construir, mas porque à volta dela giram muitas redes e sociabilidades importantíssimas. A igreja é, de facto, um pretexto para muitas sociabilidades que se constroem em torno e para além dela. Talvez por isso possa sustentar a tese de que a igreja é relevante não apenas pela componente religiosa, mas sobretudo porque ela é um bom pretexto para as pessoas se juntarem, conversarem, partilharem intrigas, problemas e angústias e para, em torno dela, organizarem várias festividades que, ainda hoje, constituem mecanismos fundamentais de escape e vivência cultural fora da dureza do trabalho.

¹⁶ Andrade, Pedro 1991, pp. 265-286; Magalhães, Dulce, 1996, pp. 213-229.

¹⁷ Villa-Lobos, Maria José, 2012.

As lutas políticas

A análise das lutas políticas e sindicais pode também ter como ângulo de abordagem aquilo que elas representaram em termos de experiências coletivas para os seus atores. Com efeito, todas as pessoas, as que entrevistei ou com quem fui conversando informalmente, são peremptórias em afirmar que era muito reduzida a participação dos operários de forma organizada nos processos de luta. Contudo, quando conversava sobre os momentos concretos de participação política ou sindical, todos me afirmavam algum tipo de envolvimento, mesmo que não fosse muito organizado.

“O pessoal falava do 1.º de Maio, mas tudo caladinho. O pessoal sabia o que era. Um dizia que era assim e era assado. E eu explicava aos outros, e os outros aos outros” (António).

“No 25 de Abril, a malta toda saiu p’rá rua. Tudo com bandeiras e contente” (João).

“Parecia que ninguém sabia e ninguém se importava. Mas uma porra é que era. O pessoal lá ia explicando uns aos outros, às escondidas, e quando o 25 de Abril aconteceu foi uma festa. Depois já se podia falar e começou a haver mais coisas nas fábricas” (João).

Quando perguntava se a maioria dos operários participava nas lutas sindicais e políticas, todos me respondiam que eram muitos poucos. Mas quando levantava, por exemplo, o tema do 1.º de Maio ou do 25 de Abril, todos reconheciam que o pessoal não podia falar, mas toda a gente passava a mensagem em segredo, e quando se dá o 25 de Abril as pessoas foram todas celebrar. A verdade é que a partilha de informação e a consciência dos problemas da classe trabalhadora existiam e isso materializou-se logo a seguir ao 25 de Abril:

“Depois do 25 de Abril começou tudo a acontecer. Fizemos lá uma greve por causa do 13.º mês, do subsídio de Natal. O gajo queria-nos tirar (...). Depois tivemos outra luta quando a fábrica fechou. Começou a faltar o dinheiro. E a malta apanhou lá o patrão dentro do escritório e ‘fechámos-o’. Depois teve que lá ir a polícia. O gajo, ao outro dia, pagou (...)” (António).

As pessoas do bairro participavam em reuniões nas fábricas. Em alguns momentos, organizaram lutas sindicais importantes e sobretudo identificavam-se em grande medida enquanto classe:

“Nós éramos todos iguais. Sentíamos que éramos da classe, quando dizíamos o povo trabalhador era para afirmar uma classe diferente doutras” (António).

Solidariedades

Num contexto de estudo como o que é aqui realizado, faz sentido a relação das solidariedades ser associada à ideia de comunidade. A operacionalização do conceito de comunidade é diversificada e compreende discussões que vão desde a ideia de ameaça às tradições históricas e culturais de determinados grupos sociais, no quadro tradicional, à perspectiva da comunidade como experiência social e cultural de partilha de algo comum, fundamental à formação da classe operária, no contexto da industrialização e ainda a discussões relacionadas com o sentido do conceito em termos de ação coletiva e de orientação emancipatória. Dizia Max Weber que “denominar-se-á ‘constituição da comunidade’ (*Vergemeinschaftung*) uma relação social quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular, ou na média ou no tipo puro – se funda na solidariedade sentida (afetiva ou tradicional dos participantes)”¹⁸. Também poderíamos partir do conceito de comunidade como envolvendo laços sanguíneos, sentido de pertença e memória¹⁹, da comunidade como o lugar cálido na era da insegurança²⁰, da comunidade como redes de relações entre indivíduos organizados numa determinada unidade residencial²¹ ou da diferenciação proposta por Morris²² entre *comunidades de descendência* e *comunidade de ascendência*. A análise que aqui desenvolvemos pretende, assim, discutir a relação entre a base cultural dos operários e a sua relação com a forma como a *comunidade* preenche espaços privilegiados nas relações sociais dos operários. Como referem alguns dos entrevistados:

“Naquele tempo a pobreza era tanta que às vezes as pessoas não tinham nem para comer nem para beber” (António).

“Eram tempos muito maus por um lado e muito bons por outro. Era realmente muita a pobreza. Mas também era muita a alegria, muito convívio e muita amizade e solidariedade entre as pessoas” (Vítor).

Tempos difíceis, reconhecem. Mas tempos de convívio e solidariedade. Não um tipo de convívio e alegria a que muito senso comum associa imediatamente a “alienação” e subalternização. Pelo contrário, o convívio e a partilha eram vividos como momentos de superação da dureza da vida. Assim, o grupo recreativo, por exemplo, não se limitava a festividades e jogos, mas também a formas de superação das dificuldades dos operários do bairro:

¹⁸ Weber, Max, 2009, p. 66.

¹⁹ Tönnies, Ferdinand, 1963.

²⁰ Bauman, Zygmund, 2003.

²¹ Elias, Norbert e John L. Scotson, 1994.

²² Morris, Paul, 1996.

“O grupo, quando um sócio estava doente, ajudava esse sócio (...) com o pouco que conseguia ter da quotização e das atividades, partilhava-se por quem tinha mais dificuldades e a quem o Estado não acudia” (Vitor).

“Até ainda há pouco tempo muitos associados faziam a higiene pessoal no grupo. Não havia casas de banho” (Vitor).

“Faz-se lá uma festa e o dinheiro ia sempre para o grupo. As pessoas ofereciam, vendiam ali, o pessoal passava o dia na festa (João).

O sentido da comunidade, aqui expresso de muitas formas pelas solidariedades, seja em torno da dimensão do bairro ou da dimensão do trabalho, revela-se fundamental quando o grupo recreativo com o seu dinheiro ajudava os operários na doença e em outras dificuldades, na ausência de instalações nas casas para higiene pessoal criando banheiros públicos, ou quando o povo se juntou e deu materiais e mão-de-obra para a construção de coisas importantes para o bairro como as estradas, os muros, a escola ou a igreja.

Identities coletivas

Não é possível traçar aqui um mapeamento teórico que ilustrasse o debate que nas ciências sociais se tem travado em torno da noção de identidade. No entanto, parece-nos útil a mobilização de alguns recursos teóricos destes debates para a discussão sobre a cultura operária. Para Charles Tilly²³, o conceito de identidade é estrutural porque não é um fenómeno individual e privado, mas público e relacional. Se para Giddens²⁴ as identidades podem manter-se estáveis em sociedades modernas marcadas pela reflexividade, autores como Balibar²⁵ ou Santos²⁶ enfatizam as ambiguidades e as características fluidas, múltiplas e incompletas das identidades e dos processos de identificação. Em todo o caso, parece-me importante ter em atenção as questões levantadas por Estanque²⁷ em que, apesar de a noção de identidade estar cada vez mais associada aos processos de procura de identificação, as abordagens construcionistas, simbólicas e interativas da realidade e das subjetividades não nos devem impedir de pensar o poder das identidades coletivas na promoção de movimento, ação e contestação. A relação entre a situação no trabalho, as dificuldades da vida e a consciência coletiva sobre a

²³ Tilly, Charles, 1996, p. 1-17

²⁴ Giddens, Anthony, 1991.

²⁵ Balibar, Etienne, 1995, pp. 172-186

²⁶ Santos, Boaventura Sousa, 1995.

²⁷ Estanque, Elísio, 2000.

Experiências coletivas, solidariedades e identidades: o caso do movimento operário da Covilhã
situação de classe dos operários aparece, também aqui, profundamente ligada à construção das identidades coletivas. Como referem alguns dos entrevistados:

“Aqui, o pessoal sentia mesmo que era o povo trabalhador aqui do bairro. Só o povo trabalhador é que participava no grupo e nas atividades. Os outros eram de outra classe” (António).

“Nós éramos todos iguais. Sentíamos que éramos da classe. Quando dizíamos o povo e os trabalhadores do bairro era para afirmar uma classe diferente doutras, como os mestres e os encarregados e os patrões” (João).

“Éramos mesmo uns pobretanas. Mas sabíamos porquê e sabíamos quem não pertencia à nossa classe” (João).

As experiências de auto-organização, as solidariedades, a vivência da comunidade, enquanto expressão da solidariedade entre os operários do bairro, as lutas políticas e sindicais, as atividades culturais e recreativas e a forma como as pessoas falam do trabalho e das condições de vida ilustra bem como as identidades coletivas se estruturam, entre outras coisas, em torno das condições materiais de vida e das experiências quotidianas de superação ou escape da dureza da vida.

Conclusão

Em primeiro lugar, parece-me importante referir que esta pesquisa sustenta o primado proposto nesta introdução: as culturas operárias e de auto-organização dos operários constituem, com efeito, parte intrínseca do movimento operário. As experiências coletivas que nelas se expressam constituem mecanismos de superação da dureza da vida, de resistência e de estruturação das solidariedades e das identidades coletivas.

Em segundo lugar, o processo de industrialização e de formação da cultura operária não pode estar circunscrito ao relato meramente historiográfico dos principais momentos de luta política e sindical. Experiências coletivas como a edificação popular dos bairros, de que são exemplos a construção das estradas, dos muros, da escola primária ou até da igreja, constituem elementos extremamente ricos para a discussão sobre a forma como o movimento operário também se sustenta, em grande medida, na auto-organização quotidiana do operariado.

Em terceiro lugar, os aspetos particulares da cultura operária que se articulam na atividade do grupo recreativo e nas formas de partilha de informação que deram origem a lutas políticas e sindicais são elementos centrais para compreender o movimento operário. Ambos preenchem um espaço vedado pelo Estado e onde se materializavam muitos dos processos

coletivos de superação da dureza da vida e da criação das redes de solidariedade.

Em quarto e último lugar, nesta pesquisa exploratória, revela-se de forma clara essa triangulação interdependente entre as experiências coletivas, as solidariedades e a estruturação das identidades coletivas. Nos processos coletivos quotidianos, marcados quer pela auto-organização na construção do bairro e da coletividade, quer nas lutas políticas e sindicais, quer também nos espaços de cultura e lazer, é na constituição das solidariedades entre as pessoas, apoiadas numa noção de comunidade, que se estruturam as identidades coletivas. As pessoas reafirmam a sua pertença ao coletivo – ao *povo*, ao *povo trabalhador*, à *classe*, à *malta do bairro* –, quando falam, precisamente, das solidariedades desenvolvidas nas experiências coletivas e quotidianas.

Referências bibliográficas

Andrade, Pedro. A taberna mediática, lugar reticular de negociações sociais e sociológicas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, 33, pp. 265-286, 1991.

Assunção, António Rodrigues. *O movimento operário da Covilhã*. Volumes 1 e 2. Covilhã: Edição de autor [ano não especificado nas obras].

Balibar, Etienne. Culture and Identity (working notes). In: John Rajchaman (ed.). *The Politics of Identity*. Londres: Routledge, 1995, pp. 172-186.

Batalha, Cláudia et al. *Culturas de Classe*. Campinas: Unicamp, 2004.

Bauman, Zygmund. *Comunidade: a busca da segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

Elias, Norbert e John L. Scotson. *The Established and the Outsiders*. Londres: Sage, 1994.

Estanque, Elísio. *Entre a Fábrica e a Comunidade. Subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

Durkheim, Émile. *De la division du travail social*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.

Foucault, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 1979.

Giddens, Anthony. *Modernity and Self-Identity*. Cambridge: University Press, 1991.

Gramsci, Antonio. *Cadernos do cárcere* v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Hobsbawm, Eric. *A era das revoluções*. Lisboa: Ed. Presença, 1962.

Experiências coletivas, solidariedades e identidades: o caso do movimento operário da Covilhã

Hobsbawm, Eric. A formação da cultura da classe operária britânica e o fazer-se da classe operária, 1870-1914. In: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 97-251.

Hoggart, Richard. *As utilizações da cultura I – aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Lisboa: Presença, 1973.

Marx, Karl e Friedrich Engels. *A Ideologia Alemã*. In: Manuel Braga da Cruz (org). *Teorias Sociológicas. Os fundadores e os clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, pp. 15-30.

Marx, Karl. *O Capital* (Tomo I). Lisboa: Edições Avante, 1990.

Marx, Karl. *O Capital* (Tomo II). Lisboa: Edições Avante, 1992.

Marx, Karl. *O Capital* (Tomo III). Lisboa: Edições Avante, 1997.

Marx, Karl e Frederich Engels. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto: Edições Sementes, 1974.

Magalhães, Dulce. A taberna: usos do espaço e do tempo. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Porto: 6, 1996, pp. 213-229.

Morris, Paul. Community Beyond Tradition. In: Paul Heelas et al (eds.). *The Traditionalization*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

Santos, Boaventura Sousa. *Toward a New Common Sense*. Londres: Routledge, 1995.

Thompson, E. P. *Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Thompson, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Tilly, Charles. Citizenship, Identity and Social History. *Internacional Review of Social History Supplements*. Cambridge: University Press, 6, pp. 1-17, 1996.

Tönnies, Ferdinand. *Community and Society*. Nova Iorque: Harper, Torchbooks, 1963.

Villa-Lobos, Maria José. Sociabilidades masculinas na taberna-café. *Actas do VII Congresso Português de Sociologia*, 2012, in: http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0276_ed.pdf.

Weber, Max. *Classes, Status e Partidos*. In: Manuel Braga da Cruz (org.). *Teorias Sociológicas – Os fundadores e os clássicos*. Lisboa: Edições Gulbenkian, 2004, pp. 737-752.

Weber, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa. Presença, 1983.

Weber, Max. *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Lisboa. Edições 70, 2009.

Trotskismo em Portugal: 1968-1974

João Moreira¹

Para além ou, dirão alguns, muito além dos diversos estalinismos, correntes marxistas houve que rejeitaram, e rejeitam, o fenómeno político “burocrático” e “totalitário”² denominado de estalinismo enquanto modelo necessário à construção da sociedade socialista. Em todo o caso, a tendência quase universal para associar toda a esquerda que se reclama marxista ao estalinismo, nomeadamente a sua versão maoista, prevalece.

Crê-se, no entanto, e retomando a famosa passagem de Marx, que tal *ideia dominante*, não é necessariamente verdadeira. Pelo contrário, servirá tão só, e simultaneamente, por um lado, os pregadores do chamado *mundo livre* e, por outro, os dum *socialismo* dito *real* (ou dum *real* acusado de *socialismo*?): se os primeiros aproveitam a tragédia em que se traduziu a experiência soviética para associar qualquer tipo de transformação, ou simplesmente reforma, no sistema capitalista, ao estalinismo (tantas vezes confundido deliberadamente com o projeto comunista), os segundos persistem na saudação de regimes que, com as devidas reformas políticas e económicas, mantêm a matriz estalinista, no decurso de uma tentativa de legitimação política que se pretende coerente.

É precisamente uma das correntes marxistas que se opôs, e se opõe, ao estalinismo que aqui se pretende abordar, nomeadamente a sua expressão no Portugal de Marcelo Caetano (1968-1974), neste caso o chamado trotskismo. Em todo o caso, crê-se relevante abordar, ainda que de forma breve, o percurso biográfico-político de Leão Trotsky – tantas vezes menosprezado e, mais grave, falsificado. Mas abordar o percurso ideológico e político de Leão Trotsky e do chamado trotskismo não se advinha uma tarefa fácil. Osvaldo Coggiola, historiador argentino, lembra, por isso, as “calúnias e insultos”³ que edificaram e fortaleceram uma determinada perspetiva sobre aquela corrente política, ou

¹ Doutorando em Altos Estudos em História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

² Trotsky, Leão, *A Revolução Traída*, Lisboa, Antídoto, 1977, p. 140.

³ Coggiola, Osvaldo, “1938-2008: Setenta Anos da Fundação da IV Internacional. Em Defesa de Leão Trotsky”, in *Projeto História*, n.º 36, 2008, São Paulo, p. 149.

“intelectual”, nas palavras de René Rémond⁴. Espera-se, nesse sentido, que o texto aqui apresentado tenha, em grande medida, contornado esses obstáculos.

A admiração da personalidade e do percurso político de Lev Davidovich Bronstein nunca foi unânime. Equidistante das frações bolchevique e menchevique da social-democracia russa praticamente até à Revolução de Outubro, Leão Trotsky acabaria por ser figura maior dos processos revolucionários russos de 1905 e 1917 – neste último, acabaria por dividir protagonismo com Vladimir Ilitch Ulianov, ou Lenine.

Depois da tomada do poder pelo partido bolchevique, o futuro autor da *História da Revolução Russa* edificaria o Exército Vermelho para fazer face à agressão contrarrevolucionária nacional e internacional. Após a vitória sobre esta na guerra civil, o revolucionário ucraniano atingiria o auge da sua popularidade. No entanto, o fracasso das revoluções, ou dos prelúdios revolucionários, em muitos países da Europa após a I Guerra Mundial (1914-1918), a guerra civil, o embargo internacional e a morte de Lenine em 1924, acabariam por favorecer o aparecimento de uma ala conservadora dentro do Partido Bolchevique. Liderada primeiramente por Zinoviev, Kamanev e Estaline, esta acabaria por triunfar sobre a denominada Oposição de Esquerda de Trotsky e, mais tarde, Oposição Unificada (quando da adesão de militantes liderados por Zinoviev e Kamenev), dando-se início às “deportações massivas” e ao “bacanal de massacres”⁵.

No entanto, seria apenas após a “vitória sem combate” do partido nacional-socialista alemão em 1933 que Trotsky colocaria de parte uma possível regeneração da Internacional Comunista. Verificada a falência desta, observando praticamente isolado a capitulação e o assassinato dos chamados “velhos bolcheviques” sob a bota de Estaline – dentro e fora das fronteiras da União Soviética –, o autor d’ *A Revolução Traída* lançar-se-ia na construção da Quarta Internacional – fundada em 1938⁶.

Mas o partido mundial da revolução socialista não seria edificado sem uma gestação e um nascimento difíceis. Acossada pelos diversos fascismos, pelo estalinismo e pelo capitalismo em geral, a nova internacional ver-se-ia fragmentada por capitulações, prisões e assassinatos. O próprio fundador do Exército Vermelho, após várias tentativas, viria a ser assassinado em 1940 no

⁴ Rémond, René, *Introdução à História do Nosso Tempo*, Lisboa, Gradiva, 2003, p. 236.

⁵ Broué, Pierre, *História da Internacional Comunista 1919-1943 – Da Atividade Política à Atividade Policial e Anexos*, São Paulo, Sundermann, 2007, pp. 759-762.

⁶ Broué, Pierre, *História da Internacional Comunista 1919-1943 – A Ascensão e a Queda*, São Paulo, Sundermann, 2007, p. 743.

México por Ramón Mercader, agente do NKVD. As constantes cisões conhecidas pela Quarta Internacional não podem deixar de estar associadas ao contexto antes referido.

Mas a herança de Trotsky não se resumiria ao plano teórico-político. A juventude vivida na cosmopolita cidade de Odessa e os dois exílios ocidentais antes da Revolução de 1917 aproximariam definitivamente o revolucionário da cultura, da arte e da ciência ocidentais, nomeadamente do surrealismo e da psicanálise. Esta inclinação pela novidade cultural, estética e científica acabaria por ter nos próprios trotskistas portugueses genuínos interlocutores.

É árdua a tarefa de reconhecer no PCP de Júlio Fogaça e Bento Gonçalves tendências ou militantes que se reclamassem das orientações políticas de Trotsky. No entanto, atentem-se as palavras de Pedro Rocha, antigo militante daquele partido. Segundo este, entre o final da década de 1920 e o início da de 1930, “um tal Nunes”, que estaria à frente do quinzenário do partido, “aproximou-se, então, de alguns filiados falando-lhes de trotskismo, tentando provocar uma cisão, mas sem êxito”. Ainda de acordo com Rocha, Nunes seria expulso e aquela que se crê ter sido “a primeira tentativa de criar uma fração trotskista em Portugal” seria abortada⁷.

Ainda nas memórias de Rocha é encontrada uma reunião de militantes dirigida por Francisco Paula de Oliveira, comumente conhecido como Pável⁸, sobre o tema “trotskismo”. Esta reunião, alegadamente “organizada sob o disfarce de um inocente piquenique”, não ultrapassaria as três dezenas de “participantes”. Ainda assim, de acordo com Rocha, esta haveria de compreender “uma palestra brilhante” por parte do dirigente comunista que envolveria uma “ponderada descrição da personalidade de Trotsky” e da teoria da *revolução permanente*⁹. Em todo o caso, segundo o historiador Pacheco Pereira, o legado de Trotsky seria “um assunto abstrato para a maioria dos comunistas portugueses”¹⁰.

Não por acaso, seria numa dura batalha de 1940-1941 no seio do PCP – “em plena era estalinista” – que o termo trotskismo/trotskista voltaria a ganhar expressão. No partido posicionar-se-iam duas tendências reconhecidas como “franguistas”, liderada por Vasco de Carvalho, e “reorganizadores”, liderada

⁷ Rocha, Pedro, *Escrito com Paixão*, Lisboa, Caminho, 1991, pp. 14-15

⁸ Importante dirigente do PCP.

⁹ Rocha, Pedro, *Escrito com Paixão*, Lisboa, Caminho, 1991, p. 38.

¹⁰ Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política: “Daniel”, o Jovem Revolucionário*, Lisboa, Temas & Debates, 1999, p. 85.

por Álvaro Cunhal. Ambas haveriam de acusar a outra de “trotskista”. Aliás, de acordo com Pacheco Pereira, esta seria mesmo a “acusação [...] mais usada de ambos os lados”¹¹.

Note-se também que alguns militantes do partido seriam alertados, por parte de Álvaro Cunhal, para o facto de não poderem publicar citações ou referir nomes de bolcheviques como Zinoviev, “traidor vendido ao fascismo”, “miserável assassino de Kirov” e “comparsa do bandido Trotsky”, e Radek, outro “traidor trotskista”¹². Depois de alertados contra a repetição de tais *desvios*, os visados redatores do Socorro Vermelho Internacional referir-se-iam a Radek como um “condenado pelos tribunais soviéticos pela sua ação contrarrevolucionária e ligações com potências fascistas”¹³.

Partindo do pressuposto de que o maoismo foi/é um estalinismo, não será uma tarefa difícil tentar adivinhar a posição da corrente para com o legado de Trotsky ou para com o denominado trotskismo em geral. De todas as formas, atente-se ao modo como o legado trotskista ecoaria numa organização “m-l”, neste caso nos Núcleos “O Comunista”. De acordo com o órgão daquela organização, *O Comunista*, a personalidade de Trotsky caracterizar-se-ia por “uma notável instabilidade política” e pela aglomeração de “todas as hesitações do movimento revolucionário russo” do princípio do século XX. Segundo o grupo maoista, Trotsky não reconheceria outra classe revolucionária além do proletariado e, nesse sentido, a última não deveria “fazer alianças com outras classes menos progressistas” – nomeadamente, o campesinato – na hora da “tomada do poder” e do “início da construção do socialismo”. Naturalmente, para o órgão associado aos Núcleos “O Comunista”, esta e outras orientações de Trotsky estariam em contradição com o líder do partido bolchevique Lenine que, com êxito, havia lutado contra a “tendência ‘esquerdista’ e idealista” encabeçada bolchevique ucraniano. Depois da alegada vitória de Lenine sobre tal tendência, recusando a “disciplina partidária”, Trotsky viria a organizar “a sua própria fração dissidente” com vista “à sabotagem da República Soviética” e, claro, “a coberto [...] de duvidosos apoios de revistas e pseudorrevolucionários dos países capitalistas”. Note-se ainda que, segundo os Núcleos “O Comunista”, “o direito a discutir os erros do movimento comunista internacional” não caberia a mais ninguém senão aos “militantes revolucionários marxistas-leninistas”. Nunca “aos sabotadores trotskistas” que

¹¹ Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal - uma biografia política: “Daniel”, o Jovem Revolucionário*, Lisboa, Temas & Debates, 1999, p. 85.

¹² Cunhal, Álvaro, *Obras Escolhidas I (1935-1947)*, Lisboa, Edições Avante, 2007, pp. 256-257.

¹³ *Socorro Vermelho Internacional*, n.º 14, 1943.

fariam da denúncia pública dos “erros de Estaline [...] a única razão” da sua ‘existência’”¹⁴.

Antes de se passar à análise concreta do processo de formação dos diversos grupos trotskistas em Portugal, saliente-se ainda que não se conhece grande penetração ou interesse das/nas ideias de Trotsky em Portugal até ao início da década de 1970, quer no PCP, quer na literatura publicada. Crê-se, aliás, que a única obra publicada sobre ou de Trotsky até 1969 seja a brochura de Cunha Leal de fundo conservador *Internacionalismo: Trotsky e Staline* em 1928.

Seria, portanto, apenas em 1969 que seria publicada pela editora Delfos a primeira obra de Trotsky em Portugal, neste caso *Conceitos de Moral*. Passados dois anos, em 1971, a editora Razão Actual editaria *A Revolução Permanente*, um ano antes da vez d’O *Anti-Kautsky* conhecer a sua edição em Portugal pela mão da editora Centelha¹⁵. Apesar da publicação de algumas obras de Trotsky, ainda hoje não foram editados livros como *Minha Vida* ou *História da Revolução Russa* no nosso país¹⁶. Ainda assim, títulos de outros marxistas distantes dos cânones ideológicos associados aos partidos comunistas tradicionais, como Lefebvre, Luxemburgo ou Reich, e também Nin, Debord ou Marcuse, seriam publicados durante o período marcelista.

Atente-se agora às organizações que se reclamavam do legado político não apenas de Marx, Engels e Lenine mas também de Trotsky.

Ao contrário do fenómeno maoista, as organizações trotskistas portuguesas não devem a sua origem a qualquer cisão no seio do Partido Comunista Português nem tão pouco têm qualquer ligação relevante com o movimento operário. Pelo contrário, o movimento trotskista português nasceria no final da década de 1960 pela mão de pequeníssimos núcleos de estudantes universitários. No final do ano de 1968, um trotskismo político-cultural começaria então a dar os primeiros passos em Portugal, mais concretamente no seio de um grupo de estudantes universitários de Coimbra. Este, insultuosa e pejorativamente denominado de “contestas” por setores estudantis da mesma universidade mais próximos da direção da AAC e do PCP, não se reconhecia como trotskista, nem tão pouco como partido ou grupo organizado. Pelo

¹⁴ O *Comunista*, n.º 13, 1972, pp. 1-6.

¹⁵ Silva, Flamarion, “Livros que tomam partido: a edição política em Portugal, 1968-80”, São Paulo, Tese de doutoramento apresentada à Universidade de São Paulo, 2003.

¹⁶ Bianchi, Álvaro, *Trotsky em Português: esboço bibliográfico*, Campinas, IFCH/Unicamp, Coleção Textos Didáticos.

contrário, apesar de situados à esquerda do PCP, entre os “contestatários” estariam anarquistas, situacionistas, trotskistas ou marxistas não-alinhados, nomeadamente Francisco Sardo, João Cabral Fernandes, Fernando Catroga e Torcato Sepúlveda. À heterodoxia e ao radicalismo político reivindicados e vividos pelo grupo corresponderia uma abertura de dimensão científica e cultural que não era tão perceptível nos outros dois coletivos. Como foi dito antes, à semelhança de Trotsky, aqueles jovens tenderiam a aproximar-se não só de correntes estéticas e disciplinas científicas como o surrealismo e a psicanálise, mas também da linguística e do existencialismo. Em todo o caso, somente após a “crise de 69” uma parte daqueles estudantes começaria a construir os Grupos de Acção Comunista (GAC) e a adotar muitas das orientações programáticas da Quarta Internacional.

A “primeira organização trotskista de âmbito nacional”¹⁷ seriam então os Grupos de Acção Comunista. A sua fundação data de 1971 na República Trunfé-Kopos, em Coimbra¹⁸. No entanto, apesar de o grupo se colocar ao lado dos primeiros quatro congressos da Internacional Comunista, da Oposição de Esquerda Internacional e da Quarta Internacional – neste caso, o Secretariado Unificado –, crê-se que não haveria efetivado ainda qualquer contacto com a QI.

Curiosamente, depois de o grupo se alargar a Lisboa pela mão de Cabral Fernandes e José Falcão, o GAC também passaria a estabelecer contactos com setores menos radicais, como os denominados católicos progressistas, nomeadamente no meio liceal. Aliás, com estes tentava-se mesmo uma fusão antes de alguns dos seus elementos virem a fundar o Movimento de Esquerda Socialista (MES). Na capital do País, a tendência mandelista viria a ter franca influência em alguns liceus da cidade, nomeadamente no liceu Padre António Vieira e D. Pedro V, nos quais atuavam Francisco Louçã, Bernardo Vasconcelos e Cláudio Cavaco.

Em sentido oposto, na cidade do Porto, Francisco Sardo acabaria por fazer entrismo n’O *Grito do Povo* e, com sucesso, fundaria a Célula Leão Trotsky naquela cidade, depois de romper com a organização maoista e arrastar consigo alguns militantes “m-l”, nomeadamente o hoje poeta e tradutor Manuel Resende (mais tarde fundador dos Soldados Unidos Vencerão – SUV).

A proximidade e o diminuto sectarismo para com outras organizações, tanto à sua esquerda como à sua direita, estaria refletida nas próprias leituras e sessões de estudo organizadas pelas diferentes células da organização. Note-se,

¹⁷ Pereira, José Pacheco, *As Armas de Papel*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013, p. 412.

¹⁸ António Marinho. Entrevista, 03/01/2013.

aliás, que muitas sessões de estudo promovidas pelo GAC-Porto seriam realizadas na residência da Juventude Universitária Católica¹⁹.

Seria então em dezembro de 1973 que os três GAC, de Coimbra, Porto e Lisboa, fundariam a Liga Comunista Internacionalista (LCI), depois do contacto efetuado com o Secretariado Unificado liderado por Ernest Mandel e a sua secção francesa, a Liga Comunista (meses depois, Liga Comunista Revolucionária). Às portas do 25 de Abril, alguns dos militantes mais destacados da Liga seriam João Cabral Fernandes, Francisco Sardo, António Marinho, João Alcântara e Afonso Costa.

No entanto, o GAC-Porto de Sardo viria a sofrer uma cisão ainda antes da fundação da LCI. Na causa desta rotura estaria o apoio a dar ou não a uma greve dos trabalhadores naquela cidade. Convictos de que a organização teria forçosamente de se aproximar da classe trabalhadora para vingar politicamente e, simultaneamente, deixar para trás o seu carácter estudantil, alguns militantes, entre eles Adelino Fortunato, Heitor de Sousa, António Brandão e Francisco Vale, rompem com o grupo de Sardo e criam a União Operária Revolucionária (UOR). Pequena organização e sem grandes meios, a UOR conseguiria ter, para além de alguns contactos com meios proletarizados do Porto, Braga e Amarante, uma influência significativa em alguns liceus de Gaia e do Porto, segundo as palavras de Adelino Fortunato. A UOR publicaria ainda o órgão *O Proletário Vermelho*, assinando Combate Revolucionário (CR) para o movimento estudantil e Luta Operária Revolucionária (LOR) para o movimento operário, respetivamente²⁰.

O golpe militar de 25 de Abril acabaria por abrir caminho à reunificação, em julho de 1974, do grupo de Fortunato e Vale com a LCI de Sardo e Cabral Fernandes.

Também das proximidades dos GAC nasceriam em Lisboa, durante o ano de 1972 e no início do ano de 1973, os Grupos de Acção (GA) e o Grupo Marxista Revolucionário (GMR), respetivamente. O primeiro reconhecer-se-ia uma “estrutura [...] federativa” de três pequenos grupos liceais lisboetas reunidos nos boletins *O Grito*, *Outubro* e *Impulso*²¹. Tais grupos acabariam por adotar simultaneamente a influência teórica da chamada Nova Esquerda e a

¹⁹ Silva, Flamarion, “Livros que tomam partido: a edição política em Portugal, 1968-80”, São Paulo, Tese de doutoramento apresentada à Universidade de São Paulo, 2003.

²⁰ Adelino Fortunato, “Ninguém podia ficar indiferente à guerra do Vietname ou à das colónias”, Entrevista ao jornal *Combate*, 2003, n.º 277-8, p. 4.

²¹ *Actividade Estudantil*, s.d.

prática do guevarismo. Por outras palavras, se nos seus boletins o coletivo marcava um discurso de carácter, em larga medida, sexual-libertário, feminista e marxista, a sua ação caracterizava-se por uma “ação semi-armada”²² nos liceus onde teriam mais influência – neste caso no D. João de Castro e Nacional da Amadora.

Já o GMR, constituído essencialmente por estudantes do ensino superior, haveria de caracterizar-se pela extrema clandestinidade, pela adoção dum marxismo mais clássico e, finalmente, pelo auxílio teórico e prático aos GA. Note-se, ainda, que, para além de o grupo não ter uma direção eleita e órgão oficial, alguns dos seus membros não se conheciam.

Dos GA e GMR fariam parte, entre outros, João Pascoal, Luís Lima Pinheiro, Paulo Noguês, António Louçã e António Grosso.

De todas as organizações trotskistas as mais diminutas e menos influentes seriam aquelas que estariam associadas às tendências lambertista e healista. A primeira, denominada de Comité de Ligação dos Militantes Revolucionários Portugueses (CLMRP) nasceria, crê-se, em 1970 com o nome de Comité de Ligação dos Trotskistas Portugueses. Dela fariam parte, entre outros, Domingos Neto, Luís Zuzarte e Mário Abreu (este último em França), que manteriam alguns contactos com a Organisation Communiste Internationaliste de Pierre Lambert. De acordo com Domingos Neto, no Comité militariam não mais de 7 jovens, apesar dos extensos órgãos teóricos. Ainda segundo o psiquiatra, a dimensão do grupo era tão diminuta que este caberia na sua totalidade numa *roulotte*. É por isso compreensível que o grupo não tenha realizado qualquer congresso²³. Por fim, o grupo não teria qualquer influência sobre o movimento estudantil e muito menos sobre o movimento operário. A par da Liga para a Construção do Partido Revolucionário (grupo saído do Comité e que se tratará de seguida), seria a organização trotskista com menos influência social.

A Liga para a Construção do Partido Revolucionário (LCPR) nasceria em novembro de 1973 da adesão de alguns militantes, liderados por Domingos Neto e Luís Zuzarte, à tendência inglesa encabeçada por Gerry Healy, da Socialist Labour League. De acordo com o depoimento de Domingos Neto, o grupo seria constituído por cerca de 12 militantes. Apesar da pequeníssima expressão, o grupo desenvolveria “alguns contactos com Isabel do Carmo”, à época militante do Partido Revolucionário do Proletariado / Brigadas

²² António Louçã. Entrevista, 04/05/2013.

²³ Domingos Neto. Entrevista, 07/09/2013.

Revolucionárias (PRP-BR), mas sem nunca aderir à orientação armada daquele partido²⁴.

O estudo que teve por base este texto deparou com alguns factos menos esperados – alguns deles já tocados ao longo deste texto. Para além do fundo político evidente em quase todas as organizações trotskistas tratadas, uma marca filosófica, sociocultural e estética estaria muito presente nas últimas. Também nesse aspeto o legado de Trotsky, nomeadamente as suas posições a propósito da arte e o seu interesse e admiração por disciplinas científicas como a psicanálise, fora largamente acolhido pela juventude trotskista portuguesa. Note-se, por isso, a viagem político-literária de Luís Leiria, à época aluno liceal, que começaria em Kafka e no existencialismo de Camus para chegar ao marxismo, depois de um estágio intermediário em Malraux e Hemingway²⁵. Num sentido idêntico, também José Luís Garcia, igualmente aluno do liceu à época, recordaria a leitura de autores que focam o conflito indivíduo-sociedade, como Kafka ou Sade, antes de chegar ao “estádio final” de Marx ou Trotsky²⁶.

Noutro sentido, Manuel Resende lembra que a sua adesão ao trotskismo teve como antecedente a sua ligação estética ao surrealismo²⁷. Recordem-se, também por isso, as declarações de Alda Sousa ao jornal *Combate* em 1999, lembrando que, contrariamente ao que poderia ser esperado, *Literatura e Revolução* de Trotsky fora a primeira obra que lera do autor e não, por exemplo, outro livro de pendor mais teórico ou político²⁸. Cinco anos mais tarde, a hoje deputada ao Parlamento Europeu recordaria que tal facto era, em larga medida, “sintoma de como a ligação à cultura, o modo de vida, a forma de estar todos os dias na vida [...] eram importantes”²⁹ para aqueles militantes.

De facto, as questões do modo de vida – muito além das liberdades políticas reclamadas pelo trotskismo recebido – caracterizariam largamente o surgimento do trotskismo em Portugal. No recente livro memorialístico *O Inferno de Outro Mundo*, Luís Leiria recorda as circunstâncias da relação que

²⁴ Domingos Neto. Entrevista, 07/09/2013.

²⁵ Leiria, Luís in Trindade, Luís, “As pessoas foram habituadas a pensar”, *História*, III série, n.º 65, 2004, [Debate com Alda Sousa, Eugénia Varela Gomes, José Carlos Albino, Luís Leiria e Teresa Alpuim], p. 38.

²⁶ José Luís Garcia. Entrevista, 15/03/2013.

²⁷ Manuel Resende. Entrevista, 08/09/2013.

²⁸ Sousa, Alda, “Causas de Ontem, Causas de Hoje”, *Combate*, n.º 225, 1999, p. 8.

²⁹ Sousa, Alda, in Trindade, Luís, “As pessoas foram habituadas a pensar”, *História*, III série, n.º 65, 2004, [Debate com Alda Sousa, Eugénia Varela Gomes, José Carlos Albino, Luís Leiria e Teresa Alpuim], p. 38.

mantivera com uma colega nas palavras “[c]ombinamos que vamos namorar, mas temos completa liberdade. Ela pode ter os casos dela e eu os meus. Quando isso acontecer, devemos avisar o outro”³⁰.

Por fim, levem-se também em conta as referências ao existencialismo francês de alguns trotskistas, especialmente Cabral Fernandes – um dos principais responsáveis pela emergência da corrente trotskista em Portugal. Segundo o hoje psiquiatra, a obra *O Homem Revoltado*, de Albert Camus, seria “uma bíblia”³¹. A atenção do fundador da LCI para “com o papel do indivíduo” e a “liberdade” levaria o antigo estudante de medicina a afirmar categoricamente “nunca aceitei o socialismo sem liberdade”³².

A principal conclusão a retirar da análise do processo político-cultural que aqui se abordou é que, utilizando as palavras que David Renton emprega para classificar o marxismo do ex-anarquista e dissidente bolchevique Victor Serge, aquele tenderia a fazer uma “síntese” entre o bolchevismo e o socialismo libertário³³. Tal consideração é suportada, por um lado, pela ligação das organizações estudadas tanto a grupos de matriz anarquista e situacionista como a católicos progressistas e, por outro, pelo enfoque antiburocrático, heterodoxo e libertário recebido de autores como Debord, Luxemburgo, Reich, Pannekoek ou o próprio Camus. Longe da influência exercida pelo setor maoísta, e muito menos da do partido de Cunhal (se bem que simultaneamente muito distante dos métodos políticos utilizados pelos estalinismos das diversas tendências), o fenómeno trotskista em Portugal teve apenas algum sucesso na introdução dos novos temas, como a questão feminina, a sexualidade ou, noutra campo, as artes.

Note-se também que “sem manual de instruções”, como diria o dirigente trotskista francês Daniel Bensaid³⁴, as aproximações e as abordagens ao percurso teórico marxista seriam menos mediadas e, conseqüentemente, menos demarcadas. Por outras palavras, o carácter extremamente jovem dos diferentes coletivos, a par da falta de um acompanhamento político mais experiente, levaria a uma leitura do marxismo (ou dos marxismos) certamente mais

³⁰ Leiria, Luís, *O Inferno de Outro Mundo*, São Paulo, Outra Margem, 2013, p. 110.

³¹ João Cabral Fernandes. Entrevista, 17/03/2013.

³² João Cabral Fernandes, “O fundamental para qualquer ação política é o programa”. Entrevista ao jornal *Combate*, n.º 276, 2003, p. 6.

³³ Renton, David, *O marxismo dissidente de Victor Serge* – Apresentação do livro *O Ano I da Revolução* de Victor Serge in http://boitempoeditorial.com.br/livro_completo.php?isbn=978-85-7559-102-4. Acedido em 11-02-2014.

³⁴ Bensaid, Daniel, *Trotskismos*, Lisboa, Combate, 2008, p. 62.

espontânea mas igualmente mais “herética” e questionada em relação aos estalinismos de várias tendências.

Também por isso é natural que entre os jovens trotskistas não houvesse nenhum “pai dos povos”, nenhum líder mais ou menos carismático ou qualquer ideólogo infalível que domesticasse e dogmatizasse o marxismo – nem mesmo o próprio autor de *História da Revolução Russa*, Leão Trotsky. Pelo contrário, o marxismo voltaria assim a ser amplo. Neste caberia, com as devidas reservas, tanto Jean-Paul Sartre como Anton Pannekoek ou Amadeu Bordiga.

Concluindo, pode-se afirmar que filosófica e politicamente a maioria dos autores recebidos pelo “trotskismo português em 1968-1974” encontrava-se em dois campos que amiúde se cruzariam ao longo do século XX: o marxismo “de mãos limpas”, utilizando as palavras de Tony Judt, e o “marxismo ocidental”³⁵, roubando a expressão a Perry Anderson³⁶. A acrescentar àqueles campos, autores como Che Guevara e líderes da Oposição de Esquerda, como Alexandra Kollontai, Evgeni Preobrajensky e Victor Serge eram com frequência referenciados tanto nas obras que passavam de mão em mão como nas entrevistas posteriores dadas pelos militantes.

Fontes e bibliografia

Arquivos e Fundo Documentais

Biblioteca Municipal de Coimbra

Biblioteca Municipal Pública do Porto

Centro de Documentação 25 de Abril – pastas várias

Blogue *Ephemera* – www.ephemera.blogspot.com

Fontes orais

António Marinho. Entrevista, 03/01/2013

José Luís Garcia. Entrevista, 15/03/2013

João Cabral Fernandes. Entrevista, 17/03/2013

António Louçã. Entrevista, 04/05/2013

Domingos Neto. Entrevista, 07/09/2013

Manuel Resende. Entrevista, 08/09/2013

³⁵ JUDT, Tony, *Pensar o Século XX*, Edições 70, Lisboa, 2012, p. 231.

³⁶ Anderson, Perry, *Considerações Sobre o Marxismo Ocidental*, Porto, Edições Afrontamento, 1979, p. 78.

Entrevistas Indiretas

Adelino Fortunato, “Ninguém podia ficar indiferente à guerra do Vietname ou à das colónias”, Entrevista ao jornal *Combate*, 2003, n.º 277-8, p. 4.

João Cabral Fernandes, “O fundamental para qualquer ação política é o programa”. Entrevista ao jornal *Combate*, n.º 276, 2003, p. 6.

Trindade, Luís, “As pessoas foram habituadas a pensar”, *História*, III série, n.º 65, 2004, [Debate com Alda Sousa, Eugénia Varela Gomes, José Carlos Albino, Luís Leiria e Teresa Alpuim], p. 38.

Publicações

O Comunista – 1972

Socorro Vermelho Internacional – 1943

Outras fontes e bibliografia utilizada

Anderson, Perry, *Considerações Sobre o Marxismo Ocidental*, Porto, Edições Afrontamento, 1979.

Actividade Estudantil, s.d.

Bensaïd, Daniel, *Trotskismos*, Lisboa, Combate, 2008.

Bianchi, Álvaro, *Trotsky em Português: esboço bibliográfico*, Campinas, IFCH/Unicamp, Coleção Textos Didáticos, n.º 55, 2005.

Broué, Pierre, *História da Internacional Comunista 1919-1943 – A Ascensão e a Queda*, São Paulo, Sundermann, 2007.

Broué, Pierre, *História da Internacional Comunista 1919-1943 – Da Atividade Política à Atividade Policial e Anexos*, São Paulo, Sundermann, 2007.

Coggiola, Osvaldo, “1938-2008: Setenta Anos da Fundação da IV Internacional. Em Defesa de Leon Trotsky” in *Projeto História*, n.º 36, 2008, São Paulo.

Cunhal, Álvaro, *Obras Escolhidas I (1935-1947)*, Lisboa, Edições Avante, 2007

Judt, Tony, *Pensar o Século XX*, Edições 70, Lisboa, 2012.

Leiria, Luís, *O Inferno de Outro Mundo*, São Paulo, Outra Margem, 2013.

O Comunista, n.º 13, 1972, pp. 1-6

Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal - uma biografia política: «Daniel», o Jovem Revolucionário*, Lisboa, Temas & Debates, 1999, p. 85

Pereira, José Pacheco, *As Armas de Papel*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013, p. 412

Rémond, René, *Introdução à História do Nosso Tempo*, Lisboa, Gradiva, 2003.

Renton, David, *O marxismo dissidente de Victor Serge* – Apresentação do livro *O Ano I da Revolução* de Victor Serge in http://boitempoeditorial.com.br/livro_completo.php?isbn=978-85-7559-102-4. Acedido em 11-02-2014.

Rocha, Pedro, *Escrito com Paixão*, Lisboa, Caminho, 1991.

Silva, Flamarion, “Livros que tomam partido: a edição política em Portugal, 1968-80”, São Paulo, Tese de doutoramento apresentada à Universidade de São Paulo, 2003

Socorro Vermelho Internacional, n.º 14, 1943.

Sousa, Alda, «Causas de Ontem, Causas de Hoje», *Combate*, nº 225, 1999, p. 8.

Trotsky, Leão, *A Revolução Traída*, Lisboa, Antídoto, 1977.

O movimento operário na empresa Setenave

Jorge Fontes¹

Neste artigo, debruçar-nos-emos sobre a história do maior projecto histórico nacional de laboração de um estaleiro de construção naval, a empresa Setenave, no estaleiro da Mitrena, em Setúbal. O seu estudo, estamos em crer, é uma peça central na compreensão da história do capitalismo português e do seu produto directo, o movimento operário – pois imbrica-se profundamente na textura do modo específico da formação económico-social portuguesa ao longo do século XX.

Na verdade, a história dos estaleiros navais confunde-se com a do maior grupo económico do século XX português, a Companhia União Fabril (CUF), da família Mello, que a par do grupo de Champalimaud, são os únicos a partir de uma base industrial para o sector bancário e financeiro. A Setenave será nacionalizada a 1 de Setembro de 1975, em pleno PREC, pela mão de Vasco Gonçalves, passando a fazer parte do sector empresarial do Estado. A sua existência vai passar por sucessivas crises que colocarão em causa a sua existência. Debate-se acaloradamente a sua importância estratégica na viabilização de um plano de desenvolvimento da marinha mercante nacional, no esbatimento dos fretes pagos aos navios estrangeiros, no seu papel de arrastamento económico de empresas a montante e a jusante; ou a sua inviabilidade económica no contexto das crises do petróleo e consequente redução das capacidades navais a nível mundial, na impossibilidade de competir com os novos estaleiros do Sudoeste Asiático, no sorvedouro de dinheiros do erário público e as imposições de redução da capacidade industrial naval em decorrência da nossa adesão à CEE.

O desmantelamento dos estaleiros nacionais está acompanhado pela recuperação das bases económicas dos grupos que foram abalados pela revolução de Abril. O Grupo Mello acabaria por reganhar o controlo da Setenave, após turbulentos conflitos sociais que se saldariam com a assinatura de “pactos sociais”.

¹ IHC/FCSH-UNL.

As origens

As suas origens remotas remontam à formação da empresa CUF em 1898 (ainda na vigência da monarquia constitucional) pelo industrial Alfredo da Silva.

Em 1937, com a adjudicação da exploração do Estaleiro Naval da Administração do Porto de Lisboa, na Rocha do Conde de Óbidos, o maior estaleiro português da época está nas mãos de Alfredo da Silva. Durante os anos da II Guerra Mundial, o estaleiro torna-se o principal reparador da frota comercial portuguesa. Seguindo um projecto de expansão, a CUF apresenta ao Governo a proposta de construção de um novo grande estaleiro na baía da Margueira, junto a Cacilhas, na margem sul do rio Tejo. Para esse efeito, nasce em 1961 a empresa Lisnave, cujos estaleiros são inaugurados em 1967. Já não se encontravam vivos nem Alfredo da Silva nem o seu sucessor, Manuel de Mello. Os filhos do último (Jorge e José) vão partilhar responsabilidades, ficando o primeiro com a parte industrial e o segundo com o sector financeiro.

Sob a égide da Lei do Condicionamento Industrial do Estado Novo, formaram-se sete grandes grupos económicos que dominavam monopolisticamente a economia portuguesa. No topo, o grupo CUF, que integrava cerca de 186 empresas – dos têxteis aos adubos, da metalurgia aos transportes marítimos, do comércio aos negócios imobiliários, dos seguros à finança, dos supermercados à petroquímica, da construção naval à informática –, cabendo-lhe cerca de 10% do PIB e empregando à volta de 100 mil pessoas.

A Lisnave dispunha de uma excepcional condição geográfica, na convergência das principais rotas de petroleiros e minerais do mundo, especializando-se na sua reparação e manutenção, que será ainda potenciada pelos desenvolvimentos na conjuntura internacional, com o encerramento do canal do Suez e a subsequente preferência dos armadores pela rota do Cabo.

Já a Setenave, que é projetada como um grande estaleiro de construção naval, surge neste contexto, já que se tornava expectável que para o transporte de ramas de petróleo, fosse mais rentável a construção de grandes navios. É fundada em 27 de Maio de 1971, tendo por principais acionistas a CUF e a Lisnave, bem como instituições bancárias como a Caixa Geral de Depósitos e o Banco de Fomento. Em 6 de Abril de 1972 iniciam-se as dragagens no rio Sado (em Setúbal), dando origem a uma ilha com a superfície de 1 000 000 m².

A evolução da conjuntura internacional ajuda a explicar várias vicissitudes da vida da empresa. Como já referimos, o fecho do canal do Suez (1967), o boom

nas encomendas dos estaleiros pelos superpetroleiros, o sucesso da Lisnave que “estava a rebentar pelas costuras”, e o embargo total da OPEP a Portugal em retaliação pela utilização da base das Lajes na guerra do Yom Kippur aceleram a necessidade de construção de um novo grande estaleiro de construção naval, facilitado pela não adesão de Portugal ao acordo da OCDE de 1969 que estabelecia a liberalização completa do sector, a necessidade da Soponata de reduzir os custos com fretes pagos ao estrangeiro e ainda a projectada articulação com a refinaria de Sines, no chamado projecto dos 3 S (Setenave, Soapanata e Sines).

A crise do petróleo de 1973, que irá provocar um gigantesco retraimento nas encomendas de novos navios, a descoberta de petróleo no mar do Norte, a previsível queda da marinha mercante nacional pós descolonização, a nova divisão internacional do trabalho com a realocização produtiva em sectores mais rentáveis para a acumulação de capital e a aposta na indústria naval como pilar do *take off* económico do Sudoeste Asiático – alicerçado em gigantescos apoios estatais e baixíssimos custos de mão-de-obra, bem como o ruinoso acordo da Setenave com os armadores internacionais em escudos, por imposição de Marcelo Caetano, que esperava por esta via acumular fortes divisas, provocaram a entrada do novo estaleiro em funcionamento já num cenário sombrio. Precavendo-se, a Setenave vai assim laborar, na prática, simultaneamente como um estaleiro de reparação e outro de construção.

A inauguração oficial dá-se pouco tempo depois da revolução dos cravos de 25 de Abril, a 6 de Agosto de 1974, mas só entrará em laboração a 16 de Junho de 1975 com a entrada nos estaleiros do navio *Montemuro*, da Soponata.

A Setenave na revolução portuguesa

O 25 de Abril encontra a Setenave em período de instalação. Os trabalhadores são recrutados na Lisnave, na CUF, no Serviço Nacional de Emprego (cursos de formação profissional) e também no estrangeiro, procurando-se emigrantes portugueses que trabalhavam em estaleiros europeus.

Trata-se de uma população bastante jovem, muitos deles vindos do Sul do País (mantendo-se assim os vínculos com o elemento rural), mas com uma elevada dispersão geográfica de recrutamento e residência, uma formação escolar superior à média, embora com baixa formação profissional.

Numa empresa sem estruturas de organização laboral autónomas, os elementos vindos da Lisnave e da CUF eram os mais experientes, portadores

das tradições de luta contra as Comissões Internas de Empresa e da emblemática greve de 1969 na Lisnave, que resultou em centenas de despedimentos. Como veremos, a Lisnave terá um papel de arrastamento da acção operária nos estaleiros da Mitrena.

A primeira grande mobilização ocorre em Maio de 1974, quando os operários se concentram espontaneamente junto ao edifício da Escola de Formação e se constitui uma comissão negociadora *ad-hoc*. Os restantes trabalhadores fazem confluír as suas reivindicações com os operários, apresentando-se um conjunto de reivindicações à administração, com ultimato, e entra-se em greve de duração ilimitada, com uma assembleia-geral de trabalhadores a funcionar em permanência.

A administração vai tentar negociar as reivindicações em conjunto com a Lisnave, o que acaba por ser aceite. Algumas reivindicações completamente satisfeitas foram: 13.^o mês, participação nos lucros, subsídio de férias, congelamento dos salários mais elevados, subsídio de férias e para acidentes de trabalho, infantários e o estabelecimento de um conjunto de direitos políticos e sindicais dentro dos estaleiros, entre outras.²

A 27 de Maio elege-se a primeira Comissão de Trabalhadores da Setenave (CTS). Contudo, uma assembleia-geral realizada no Clube Naval Setubalense destitui a anterior comissão e elege outra, de cunho fortemente anticapitalista. A segunda CTS (de Julho de 1974 a Maio de 1975) bem como a terceira (de Maio a Dezembro de 1975) estarão politicamente hegemónicas pela extrema-esquerda durante todo o PREC. Só após o 25 de Novembro de 1975 irá o PCP dirigir a CTS (bem como todos os restantes órgãos representativos dos trabalhadores) sem descontinuidades até ao término da empresa – ao contrário do sucedido na Lisnave, cuja comissão de trabalhadores (CT) é ganha pela UGT em 1986.

Como referido, as CTS, durante a revolução portuguesa, centram as suas reivindicações em temáticas anticapitalistas e igualitárias, como a luta pela aproximação das diversas categorias e redução do leque salarial, congelamento dos salários mais elevados, inclusão dos subempregados, abolição dos contratos a prazo e do regime experimental, redução dos privilégios do pessoal superior. Sobretudo a terceira CTS vai inserir a mobilização dos trabalhadores

² Lima, Marinús Pires de. A acção operária na Lisnave: análise da evolução dos temas reivindicativos. *Análise Social*. Lisboa: Análise Social, vol. XIII (52) n.º 52, pp. 853, 854, 1977.

da Mitrena no contexto mais geral da dinâmica revolucionária, procurando articular-se com outras comissões de trabalhadores, moradores e soldados, numa lógica de estabelecimento de um “poder popular” no marco de uma nova sociedade socialista.³

O PCP, já coordenado na sua nova tática de aposta nas CT, adquire cada vez mais força na Setenave durante o “Verão Quente”. Ferozmente crítico do papel da extrema-esquerda, esta corrente afirma-se politicamente pela prioridade dada à exigência de nacionalização da empresa, o que ocorrerá em 1 de Setembro de 1975 pelas mãos de Vasco Gonçalves – ao contrário da Lisnave, devido à sua elevada componente de capital estrangeiro.

Numa brochura da sua célula na empresa, intitulada “Esquerdismo, cavalo de Tróia dos Melos”, o PCP procurará fazer um balanço deste período, de modo a explicar o seu papel minoritário numa empresa estratégica de elevada concentração operária, que se justifica pela “predominância do pessoal não operativo”, apontando-se como “talvez a razão principal” a “origem pequeno-burguesa desses trabalhadores, a sua condição intelectual superior”⁴; criticando-se a abortada tentativa de construção de um sindicato da construção naval (que fraccionaria o Sindicato dos Metalúrgicos), a oposição ao MFA, a ocorrência em que “a UDP invadiu o estaleiro de cartazes contra a nacionalização da empresa”⁵ ou ainda o dia de paralisação em solidariedade com o Chile.

A Setenave e a “normalização democrática”

Derrotada a esquerda militar com o golpe de 25 de Novembro de 1975, mas cristalizadas uma série de conquistas laborais, estabelecida uma rede de serviços públicos democratizantes, no quadro de uma economia fortemente nacionalizada e intervencionada (como, aliás, na generalidade dos Estados da Europa Ocidental), as eleições para a nova CTS, em Janeiro de 1976, irão dar a vitória à lista afecta ao PCP (com 45% dos votos, contra os 13,1% da UDP e os 12,5% do PS). Os comunistas detinham também a maioria dos delegados sindicais, bem como a hegemonia no sindicato mais importante da empresa, o dos metalúrgicos.

³ Rosa, Teresa, et al, Sistemas de Trabalho, Consciência e Acção Operária na Setenave, ISCTE, 1983, policopiado, pp. 479-483.

⁴ Célula do PCP Setenave. Esquerdismo, Cavalo de Tróia dos Mellos, s.d., policopiado, p.2.

⁵ Idem, p.12.

Os eixos políticos de intervenção sintonizam-se com um programa que caracterizaríamos de “nacional-desenvolvimentismo”. As prioridades passam a ser, por um lado, a defesa da nacionalização da empresa no contexto do sector empresarial do Estado, os chamados “sectores não capitalistas” que serviriam de barreira ao avanço da reacção e permitiriam, através de uma articulação racional do sector produtivo (nomeadamente em conjugação com a reforma agrária), a independência e o desenvolvimento nacional, bem como a elevação das condições de vida dos trabalhadores; e por outro, condição *sine qua non*, a viabilização económica e financeira da empresa, que por inerência das suas características se encontra altamente exposta não só aos riscos da evolução dos ciclos da economia mundial, a qual, por via da sua localização estratégica na confluência das rotas do comércio internacional, serve de barómetro referencial excepcional, mas também aos ciclos de outras indústrias chave, nomeadamente o petróleo, o combustível da chamada 2.^a Revolução Industrial, paradigma do século XX.

Em 1980 laboram 6757 trabalhadores no estaleiro, o que constitui o pico máximo de ocupação da Mitrena. Os números tinham vindo sempre a crescer (1974: 2414; 1975: 4007; 1977: 6162; 1979: 6253) mas a partir desta data a descida será vertiginosa. Registam-se 6087 trabalhadores em 1982, 4841 em 1984 e 2650 em 1989.

Também neste ano aplica-se na Setenave a nova legislação das CT, que introduz o método de Hondt, medida contestada tanto pelo PCP como pela UDP. As eleições marcam uma tendência de estabilidade na sua composição. O PCP (lista unitária) obtém resultados sempre acima dos 50% e elege em média 7 mandatos; segue-se o PS com cerca de 20% e dois mandatos; e a UDP, que varia entre os 15,8% e dois mandatos de 1980 e os 12,1% e um mandato em 1986. Os “unitários” ultrapassam os “imbróglios” de articulação com as outras correntes, elegendo um secretariado da CT, que passa a dirigir directamente as negociações com a administração.

As chamadas “reivindicações 80” surgem num contexto em que o poder de compra dos trabalhadores da Setenave tinha caído para níveis significativamente abaixo dos da Lisnave e mesmo de muitas empresas metalúrgicas do distrito de Setúbal. São portanto reivindicações salariais que ocupam o centro das negociações, num processo que terminará com uma percentagem média de aumento de 11,8%, ou seja 1700\$00 escudos e a fixação das diuturnidades em 500\$00 a cada cinco anos.

O ano de 1981 marca um ponto de inflexão nas relações laborais no estaleiro. Apesar de as reivindicações terem progressivamente passado de um carácter qualitativo (controlo operário, cogestão, etc.) para uma dimensão mais quantitativa (aumentos salariais, prémios, etc.) e de se ter assistido a uma degradação das conquistas laborais, verificou-se alguma estabilidade na empresa, possibilitada por um certo clima de optimismo acerca da sua viabilidade e pelo estabelecimento de canais de comunicação com a administração, considerados positivos pela CT, que dirigia as suas críticas mais para a componente externa (Governo) que para a dimensão interna.

Em Dezembro de 1980, a empresa é declarada em situação económica difícil pelo Governo AD, em Janeiro de 1981 a estação de desgasificação (um dos sectores mais lucrativos) é entregue à Lisnave (privada, com participação dos Mello), o presidente do Conselho de Administração (tido como próximo do MDP/CDE) é afastado, começam os salários em atraso e negocia-se um contrato com a Thyssen em que os estaleiros se limitam a fornecer mão-de-obra, o que provoca a indignação dos quadros técnicos.

O contexto social é o mais quente desde o PREC. O FMI intervém em Portugal em 1979 e 1983, a AD governa seguida pelo Bloco Central (que desfaz o “sonho” comunista da “maioria de esquerda”), a revisão constitucional de 1982 é percebida pela esquerda como um ataque a Abril, a CGTP declara as primeiras duas greves gerais em Portugal desde 1934 (12 de Fevereiro e 11 de Maio de 1982), começa a registar-se o drama dos salários em atraso (e o seu cortejo sombrio de fome e suicídios) e uma carta de José de Mello ao primeiro-ministro propondo milhares de despedimentos na indústria naval inflama ao rubro os ânimos dos trabalhadores.

O “pacto social”

Em 1979, a indústria naval ocupava 28 mil empregos directos, mais 5 mil em regime de subempreitada e cerca de 100 mil portugueses dependiam indirectamente desta actividade⁶, constituindo o eixo Lisboa-Setúbal o maior centro de reparação a nível mundial. Em 1984, representava cerca de 3% do volume de emprego da indústria transformadora e 6% do PIB industrial, sendo um sector com um produto *per capita* superior ao da média da indústria em

⁶ Fernandes, Paulo Jorge Martins, *As Relações Sociais de Trabalho na Lisnave, Crise ou redefinição do papel dos sindicatos?*, 2 vols. Tese de mestrado em Sociologia do Trabalho, das Organizações e do Emprego, ISCTE, 1999, p. 80.

cerca de 40 a 50%⁷, e estando os dois principais estaleiros (Lisnave e Setenave) vocacionados para o mercado externo, permitindo uma significativa entrada de divisas.

Para completar o quadro, a maior parte dos estaleiros, as companhias de transportes marítimos e a banca encontravam-se nacionalizadas, o que facilitaria, pelo menos teoricamente, a articulação de sinergias, a libertação do garrote de estrangulamento financeiro devido ao crédito e uma política de subsídios estatais (indispensável a nível mundial, por se tratar de uma indústria de capital intensivo) que pelo menos se nivelasse com a dos países da OCDE.

Os sucessivos encontros da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval (CCCTIN) apontam neste sentido. Em 1984 um grupo de trabalho que reúne um membro da CTS e da CCCTIN, economistas e ex-dirigentes da Setenave, dos estaleiros de Viana do Castelo e da Soponata, define um programa de reapetrechamento da marinha mercante nacional (já envelhecida e obsoleta) como um meio de viabilização económica do sector. Também governos chegaram a legislar no sentido da criação de um centro de projectos ou a prometer a construção de novos navios, mas estas intenções nunca chegaram a bom porto.

Na Setenave procura-se reagir à crise com a introdução de métodos inovadores, como o *jumboizing* (alongamento do navio), mas foi o caso do petroleiro *Setebello* (S-106) que iria marcar todo o período posterior. Devido a atrasos na sua entrega, o armador Thyssen queria denunciar o contrato. Em Janeiro de 1983, os trabalhadores encontravam-se à espera de receber o salário de Dezembro e o subsídio de férias, pairando sobre o estaleiro o espectro do encerramento, como chegou a ser noticiado na comunicação social. No fim do mês, chega-se a um acordo histórico nas relações de trabalho em Portugal. Pela primeira vez numa empresa pública, os trabalhadores aceitavam perder direitos a troco da viabilização económica.

O Governo comprometia-se a assegurar o funcionamento do estaleiro para o acabamento do S-106 até Agosto e os trabalhadores aceitaram em plenário, após forte controvérsia, a retenção de 6% do seu salário, não pagamento de prémios e horas extraordinárias, subsídios de turno, além de abdicarem do direito à greve (excepto quando convocada nacionalmente). A CTS encarou estas medidas como “uma forma de empenhamento responsável e patriótico

⁷ Grupo de Trabalho *ad-hoc*. A indústria naval em Portugal, contributos para a sua viabilização, G.T. 1984, policopiado, p. 8.

dos trabalhadores da Setenave, e como um desafio consciente e decidido à viabilização futura da empresa”⁸. O *Setebello* faria as suas provas de mar em Agosto, os trabalhadores começam a sair às centenas em “rescisões voluntárias” e a empresa sobreviveria ainda, agonizante, mais meia dúzia de anos.

O jornal *Expresso* rotularia este acordo como um “pacto social”⁹. Com efeito, num contexto de aguda crise económica, começa a discutir-se com cada vez mais insistência na sociedade portuguesa a necessidade de um “diálogo social” capaz de institucionalizar e regular as relações laborais, que atingiam um grau de radicalidade sem precedentes desde o período revolucionário. Na indústria naval, a Lisnave foi ocupada militarmente em Junho de 1983 para se libertar o navio *Dóris*, que tinha sido retido pelos trabalhadores com salários em atraso; e uma manifestação dos estaleiros navais em Fevereiro de 1984 na Ponte 25 de Abril foi violentamente reprimida pela polícia.

Após a ressaca do “caso *Dóris*” e os despedimentos na Lisnave (que atingiam vários activistas sindicais), a UGT irá conquistar a CT em 1986. Um ano depois a CGTP entraria finalmente na Concertação Social, após três anos de cadeiras vazias. Na Setenave saíram 2000 trabalhadores entre 1980 e 1987 e mais 1300 em 1988. Neste ano, o PCP e a UDP passam a concorrer em listas conjuntas, nunca conseguindo o PS atingir os 30% dos votos.

Os despedimentos foram acompanhados de um recurso cada vez maior à subcontratação, mas não obstante a asfixia das dívidas de curto prazo, a ausência de apoios públicos apropriados e a falta de encomendas de armadores nacionais desde 1978, em 1987 a Setenave ocupava o 2.º lugar a nível europeu quanto à tonelagem docada e número de navios reparados (superiores a 30 000 toneladas), e a nível mundial ocupava o 3.º lugar em relação à tonelagem docada¹⁰ e em 1988 era o 5.º maior estaleiro de construção do mundo.¹¹

A Setenave verá a sua gestão privatizada um ano depois, em 1989, três anos após a entrada de Portugal na CEE (que implicava significativos constrangimentos à indústria naval nacional) e durante a vigência da maioria absoluta do PSD de Cavaco Silva. A Solisnor (um consórcio entre a Lisnave, a

⁸ Grupo Trabalho Informação da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. Dossier imprensa. Janeiro 1983, policopiado, p. 62.

⁹ Idem, p. 66.

¹⁰ Fernandes, Paulo Jorge Martins. As relações Sociais de Trabalho na Lisnave, Crise ou redefinição do papel dos sindicatos? 2 Vol., Tese de Mestrado em Sociologia do Trabalho, das Organizações e do Emprego, ISCTE, 1999, p.117

¹¹ Federação dos Sindicatos de Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal. Indústria Naval faz falta a Portugal. 1987, policopiado, p.11.

Soponata e noruegueses da Barber International, Wilhelmsen e Platou) passaria a explorar o estaleiro da Mitrena.

Em 1998, os Mello compram a Setenave ao Estado por 5 milhões de contos e no ano 2000 o estaleiro da Margueira é desactivado, transferindo-se a Lisnave para a Mitrena, onde subsiste com resultados financeiros positivos, empregando cerca de 300 trabalhadores efectivos e mais 900 em regime de subemprego.

Conclusão

Seja no quadro de um regime autoritário, numa situação revolucionária ou numa democracia liberal, no contexto de uma empresa privada ou nacionalizada, numa dinâmica de reivindicações ofensivas ou defensivas, a indústria naval e a Setenave em concreto serviram de eixo nevrálgico por onde passou a configuração específica da relação de forças entre as classes sociais, de tubo de ensaio de soluções de engenharia social e de elemento arrastador, sinalizador e referencial para a movimentação, comportamento, humor e acção do conjunto da classe trabalhadora, constituindo-se assim como um *case study* exemplar para uma história do trabalho.

Foram também o balão de ensaio de uma nova forma de relações industriais pós revolucionária e institucionalista. O acordo de viabilização da Setenave em 1983 é a primeira peça de montagem do *puzzle* da concertação social em Portugal, traduzido na assinatura dos primeiros pactos sociais, que vingam após sérias derrotas do movimento operário, nomeadamente na indústria naval, que começa a ser desmantelada, no contexto da adesão à CEE, da desnacionalização da economia e da entrega aos privados do sector industrial e produtivo.

Na verdade, podemos perguntar-nos se o resultado da revolução portuguesa de 1974-75, consagrado na Constituição de 1976, não foi, talvez, o único verdadeiro “pacto social” ao longo do século XX português¹² – e o sucessivo recuo das conquistas laborais no contexto das intervenções do FMI, da adesão à CEE, das leis dos contratos a prazo ou da abertura da banca ao capital privado e do desmantelamento do sector empresarial do Estado não são

¹² Ver Varela, Raquel. Ruptura e Pacto Social em Portugal. Um Olhar sobre as Crises Económicas, Conflitos Políticos e Direitos Sociais em Portugal (1973-1975, 1981-1986. In: *Quem Paga o Estado Social em Portugal?* Lisboa: Bertrand, 2012, pp. 71-108.

o acumular das condições económicas, jurídicas, políticas e sociais necessárias para a vitória do projecto neoliberal. Se foi central para Thatcher a derrota dos mineiros ou para Reagan a vitória sobre os controladores aéreos, talvez possamos estabelecer a mesma hipótese para Portugal: os chamados “pactos sociais”, na verdade, são derrotas estratégicas do movimento operário que estabelecem um novo quadro de relações laborais duradouramente precarizadas.

As lutas dos operários têxteis da Bacia do Ave (1956-1974) e algumas questões da história do movimento operário¹

José Manuel Lopes Cordeiro²

As lutas dos operários têxteis da Bacia do Ave (1956-1974) e algumas questões da história do movimento operário

Uma das tarefas que incumbem aos historiadores, particularmente os que investigam a história contemporânea, consiste na necessidade de se recuperar a memória do vasto universo de conflitos sociais que marcaram os períodos da Ditadura Militar e do Estado Novo – assim como, em geral, da história do movimento operário durante os mesmos –, que então conheceram uma assinalável expressão, não obstante a repressão e o silenciamento com que a Censura os procurou ocultar.

Esta tarefa de recuperação da memória deveria ter-se iniciado logo a seguir ao 25 de Abril, como sucedeu com outras temáticas históricas que até então não tinham reunido as condições necessárias para a sua implementação. É necessário, contudo, salientar que a investigação histórica sobre o movimento operário não constituía, durante o período do Estado Novo, um campo inteiramente abandonado. Apesar das conhecidas dificuldades, foram então publicados alguns trabalhos e testemunhos históricos por alguns dos protagonistas daquele movimento, como Alexandre Vieira³ e César

¹ Artigo originalmente publicado na *UBImuseum*, n.º 2, pp. 153-173, ISSN: 2182-6560, no âmbito da parceria estabelecida entre a organização do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal e a direcção do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior (acesso online em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.jose-manuel-cordeiro-lutas-operarias.pdf>).

² Universidade do Minho e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA – Pólo Uminho.

³ *Em Volta da Minha Profissão: subsídios para a história do movimento operário no Portugal Continental*. Lisboa: A. Vieira (1950), *Figuras Gradadas do Movimento Social Português*. Lisboa: A. Vieira, 1959, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1970. Para além destes, foi também publicado o livro de um publicista afecto ao regime, Costa Júnior (1964), *História Breve do Movimento Operário Português*. Lisboa: Verbo.

Nogueira⁴, mas será durante o consulado de Marcelo Caetano, por iniciativa de alguns investigadores – José Pacheco Pereira⁵, César Oliveira⁶, Ana Maria Alves⁷ e, ainda que noutra perspectiva, Vasco Pulido Valente⁸, em Portugal, e de Carlos da Fonseca⁹ e João Granjo Pires Quintela¹⁰, no exílio –, que surgirão os primeiros estudos académicos sobre a história do movimento operário, sendo então também publicadas algumas fontes¹¹, embora na sua quase totalidade estas abordassem períodos anteriores à implantação do Estado Novo. Mas tais iniciativas, sem dúvida meritórias, não só não prosseguiram no imediato pós 25 de Abril – com algumas exceções, entre as quais as de César Oliveira –, como não se inseriram, por inexistência de condições, num programa de investigação estruturado que lhes garantisse uma maior solidez e, acima de tudo, continuidade.

⁴ *Notas para a História do Socialismo em Portugal*. Lisboa: Portugália, 1964.

⁵ *As Lutas Operárias contra a Carestia de Vida em Portugal: a greve de Novembro de 1918*. [Porto]: Portucalense Editora, 1971, e *Questões sobre o Movimento Operário Português e a Revolução Russa de 1917*. V. N. Famalicão: Livraria Júlio Brandão, 1971. Ambos foram apreendidos e colocados “fora do mercado”.

⁶ *O Socialismo em Portugal: 1850-1900: contribuição para o estudo da filosofia do socialismo em Portugal na segunda metade do século XIX*. Porto: Afrontamento, 1973. O texto do livro corresponde, essencialmente, à tese de licenciatura do autor apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, “Imprensa operária no Portugal Oitocentista: de 1825 a 1905”, *Análise Social*, Lisboa, Vol. X (3.º), 1973 (n.º 39), pp. 552-577, “A Revolução Russa na imprensa portuguesa da época”, *Análise Social*, Lisboa, Vol. X (4.º), 1973 (n.º 40), pp. 790-811, e “Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português perante a guerra de 1914-1918”, *Análise Social*, Lisboa, Vol. X (4.º), 1973 (n.º 40), pp. 679-702.

⁷ *Portugal e a Comuna de Paris*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

⁸ “A República e as classes trabalhadoras (Outubro de 1910 – Agosto de 1911)”, *Análise Social*, Lisboa, Vol. IX (2.º), 1972 (n.º 34), pp. 293-316.

⁹ Carlos da Fonseca (1973), *Introduction a l'Histoire du Mouvement Libertaire au Portugal*. Lausanne: Centre International de Recherches sur l'Anarchisme. Este autor publicou, em 1973, em Portugal, *A Origem da 1ª Internacional em Lisboa: o centenário da Federação Portuguesa*. Lisboa: Estampa.

¹⁰ *Le Rapport Dialectique Avant-Garde/Masses dans la Constitution de la Gauche Ouvrière au Portugal de 1910 à 1920: De la conscience de classe à la Conscience politique*. Mémoire de maîtrise en Sociologie, février/mars 1973.

¹¹ José Silva (1971), *Memórias de um Operário*. V. N. Famalicão: Livraria Júlio Brandão, César Oliveira (Org.) (1971), *A Comuna de Paris e os Socialistas Portugueses*. Porto: Brasília Editora, Frutuoso Firmino (1971), *Da Casa Sindical ao Forte de Sacavém: notas de um sindicalista preso no último movimento operário*. Porto: Afrontamento, César Oliveira (Org.) (1971), *O Congresso Sindicalista de 1911*. Porto: Afrontamento, César Oliveira (Org.) (1972), *O Operariado e a República Democrática (1910-1914)*. Porto: Afrontamento, Campos Lima (1972), *O Movimento Operário em Portugal*. Porto: Afrontamento, Manuel Joaquim de Sousa (1972), *O Sindicalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento, César Oliveira (Org.) (1973), *A Criação da União Operária Nacional*. Porto: Afrontamento. Todos estes livros foram apreendidos e colocados “fora do mercado”.

No início da década de 1980, parecia estar em curso a constituição de um campo de estudos sobre o movimento operário, na esteira da publicação de vários artigos na *Análise Social*¹² e do início da edição do *Boletim de Estudos Operários*¹³, mas passados poucos anos, o entusiasmo que tais iniciativas suscitaram dissipou-se por completo. No entanto, apesar da sua efemeridade, as iniciativas então realizadas – um seminário e uma exposição, na Biblioteca Nacional, sobre o “Movimento Operário em Portugal” (1981) e a organização, também na Biblioteca Nacional, de um seminário consagrado às “Fontes e arquivos sobre o Movimento Operário” (1984) – não só contribuíram para a afirmação de um campo de investigação que até então não tinha tido condições para se desenvolver¹⁴, mas também para a consolidação de dois projectos fundamentais para a salvaguarda e conservação dos acervos documentais com interesse para a história do movimento operário e sindical: o Arquivo Histórico das Classes Trabalhadoras e o Arquivo Histórico-Social. O primeiro, actualmente denominado Arquivo de História Social – em virtude de, entretanto, se ter afastado da sua vocação inicial, incorporando fundos documentais de outra natureza, o que exigiu a adopção de uma denominação mais ampla – foi criado em 1979, por iniciativa de Maria Filomena Mónica e Fátima Patriarca, no então Gabinete de Investigações Sociais, hoje em dia Instituto de Ciências Sociais. É a ele que se deve a realização dos dois seminários atrás referidos – o segundo organizado conjuntamente com o Arquivo Histórico-Social –, assim como a publicação do *Boletim de Estudos Operários*. O Arquivo Histórico-Social, reunindo espólios de antigos militantes anarquistas e sindicalistas, foi constituído no âmbito das actividades do Centro de Estudos Libertários e está depositado na Biblioteca Nacional onde, desde Julho de 1985, integra o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea. O inventário dos seus fundos, assim como o respectivo catálogo, em dois volumes, pode ser consultado na Internet¹⁵.

¹² *Análise Social*, Lisboa, Volume XVII (3.º-4.-5.º), 1981 (n.º 67-68-69). Número temático sobre “O Movimento Operário em Portugal”.

¹³ De periodicidade bianual, foi dirigido por Maria Filomena Mónica e publicado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Foram publicados nove números, entre Maio de 1982 e 1987, vindo o décimo a transformar-se no n.º 99 da revista *Análise Social*.

¹⁴ José Cordeiro (1984), Writing History in Portugal today, *History Workshop Journal*, Oxford, n.º 18, pp. 211-212.

¹⁵No seguinte URL: mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_content&view=article&id=28&Itemid=43.

Mais recentemente, foi criado o Centro de Documentação e Informação sobre o Movimento Operário e Popular do Porto, por iniciativa da Universidade Popular do Porto, que contou com o apoio da Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura. O Centro resultou do desenvolvimento de dois projectos de pesquisa, “Memórias do trabalho – testemunhos do Porto laboral no século XX” e “Para preservar e divulgar a memória do Porto – os Arquivos das Organizações de Trabalhadores”, tendo por objectivos, entre outros, contribuir para a preservação da memória e da história oral e social do Porto e identificar, organizar e preservar o património arquivístico de sindicatos e de outras organizações de trabalhadores daquela cidade (foram recenseados 176 fundos de arquivo), disponibilizando os resultados dessa actividade ao público interessado, nomeadamente através de uma página na Internet¹⁶.

Serve esta breve incursão no passado recente das iniciativas desenvolvidas para a preservação dos fundos documentais com interesse para a história do movimento operário para salientar as dificuldades que se nos colocaram à investigação das lutas dos operários têxteis da bacia do Ave nas duas últimas décadas do fascismo. Na impossibilidade de consultarmos fontes primárias, com escassas excepções, fomos obrigados a recorrer essencialmente à imprensa clandestina, em especial à colecção do jornal *O Têxtil*, mas também do *Avante!* e do *O Militante*.

A publicação de *O Têxtil* iniciou-se em Janeiro de 1956, num momento de viragem da orientação política do PCP, que virá a ser consagrada no seu V Congresso, realizado em Setembro do ano seguinte, no Estoril, o qual iniciou um período que ficou conhecido como “desvio de direita”. O jornal publicou-se com regularidade até ao 25 de Abril, com excepção de um intervalo de cerca de quatro anos, entre o n.º 60, de Novembro de 1967 e o n.º 61, de Maio de 1971 (dando início, incorrectamente, a uma 2.ª série, uma vez que se manteve a numeração sequencial). Entre 1971, quando voltou a ser publicado, e 1973, *O Têxtil* foi impresso numa das últimas tipografias clandestinas que a Direcção da Organização Regional do Norte do PCP tinha instalada em Rio Tinto¹⁷. No entanto, apesar daquela interrupção, *O Têxtil* constitui uma importante e indispensável fonte para o estudo do operariado têxtil e da orientação que o PCP imprimiu às suas lutas, pelo que será

¹⁶ No seguinte URL: cdi.upp.pt.

¹⁷ Situada na Rua Eça de Queiroz, n.º 112, à frente da qual estavam Joaquim Rafael e a sua companheira, Catarina Machado.

fundamentalmente com base na sua análise que apresentaremos, de seguida, as principais acções de protesto e as greves que os operários têxteis da Bacia do Ave realizaram entre 1956 e 1974,

Quadro I

Acções de protesto dos operários têxteis da Bacia do Ave, 1956-74

As lutas dos operários têxteis da Bacia do Ave (1956-1974) e algumas questões da história do movimento operário

Data	Fábrica/ Local	Local	Tipo de acção	Causa	N.º de participantes	Resultado
13 de Janeiro de 1956	Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe	Fafe	Concentração junto da gerência da fábrica	Protesto contra os despedimen- tos e exigindo trabalho	1500 operários têxteis	
14 de Janeiro de 1956	Fábrica de Fiação e Tecidos do Bugio	Fafe	Concentração no Sindicato	Protesto contra os despedimen- tos e exigindo trabalho	Os operários da fábrica	
Fevereiro de 1956	Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe	Fafe	Marcha em direcção ao Sindicato, com uma bandeira negra desfraldada	Reclamação de trabalho e pão	300 tecedeiras	
Agosto de 1956	Empresa Têxtil Valfar	Vila do Conde	Contestação	Contra a fixação de novo horário de trabalho sem aviso prévio	Os operários da fábrica	Conseguiram a constituição de dois turnos
10 de Maio de 1959	Guimarães	Guimarães	Concentração	Reclamar um novo contrato colectivo de trabalho	400 operários têxteis, cutileiros e curtidores	
Setembro de 1959	Fábrica de Tecidos de Algodão Alberto Pimenta Machado & Filhos	Guimarães	Concentração junto da gerên- cia da fábrica	Protesto contra as multas que a gerência pretendia impor	Os operários da fábrica	
1 de Maio de 1960	Guimarães	Guimarães	Concentração no Sindicato	Reclamando aumentos de salários	300 operários têxteis	
Outubro de 1960	Guimarães	Guimarães	Concentração no Sindicato	Para enviar ao ministro das Corporações uma exposição com mais de 1000 assinaturas, reclamando aumentos de	500 operários têxteis	

				salários		
Janeiro 1961	Fábrica de Fiação de Poldrões – M. A. Silva, Filho	Negrelos, Santo Tirso	Concentração em frente ao escritório da fábrica	Exigindo melhores condições de trabalho.	Os operários da fábrica	
Novembro 1967	Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso	Santo Tirso	Concentração em frente à porta da fábrica	Exigindo o pagamento dos salários em atraso	Os operários da fábrica	
Novembro 1967	Fábrica Abel Alves de Figueiredo	Santo Tirso	Concentração em frente à porta da fábrica	Exigindo o pagamento dos salários em atraso	Os operários da fábrica	
Dezembro 1968	Fábrica de Fiação ATMA	Caldas da Saúde (Avidos, Vila Nova de Famalicão)	Concentração no Sindicato	Exigindo o pagamento das indemnizações a que tinham direito	Cerca de 500 operários têxteis desempregados da Fábrica de Fiação ATMA	
Janeiro 1969	Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela	Negrelos, Santo Tirso	Concentração em frente à Câmara Municipal	Protestando contra o desemprego e exigindo pão ou trabalho, devido ao encerramento da fábrica, por falência	Centenas de operários e operárias	
Outubro 1969	Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe	Fafe	Concentração junto da gerência da fábrica	Reclamando aumentos de salários	Os operários da fábrica	
30 de Maio de 1972	Companhia de Rio Ave	Vila do Conde	Concentração	Protestando contra o encerramento da fábrica		
21 de Janeiro de 1974	Têxtil António Lopes Correia	Pevidém, Guimaraes	Concentração	Exigindo o pagamento quinzenal dos salários	Operários dos três turnos	

Fonte: Elaboração própria com base nas notícias publicadas n' *O Têxtil*.

Quadro II

Greves dos operários têxteis da bacia do Ave, 1956-74

Data	Fábrica	Local	Causa	N.º de grevistas	Resultado	Duração	Referência
1958	Empresa Têxtil Valfar	Vila do Conde	Aumentos de 50% nos salários	Operárias do turno da manhã	Intervenção da PSP fazendo algumas prisões	14 de Julho, das 6.50 às 7.10	<i>Avante!</i> , VI Série, n.º 261, 1.ª quinzena de Agosto de 1958
22 a 24 de Junho de 1960	Barbosa & Melo	Ronfe, Guimarães	Recusa em trabalhar com 4 teares, em vez de 2	300 operários	Vitoriosa	De 22 a 24 de Junho	<i>O Têxtil</i> , Ano V, n.º 26, Agosto de 1960, pp. 1 e 2.
5 de Novembro de 1960	M. A. Silva & Filho	Poldrões, Santo Tirso	Contra o pagamento de multas	Todos os operários do turno	Vitoriosa	Parte da tarde	<i>O Têxtil</i> , Ano V, n.º 29, Dezembro de 1960, p. 1.
Abril de 1970	Fábrica de Fiação e Tecidos Oliveira, Ferreira	Riba d'Ave, V. N. Famalicão	Greve de braços caídos por aumentos de salários	Mais de 100 operários			<i>Avante!</i> , VI Série, n.º 417, Junho de 1970
Abril de 1970	Uma fábrica	Riba d'Ave, V. N. Famalicão	Aumentos de salários	Todos os operários		1 dia	<i>Avante!</i> , VI Série, n.º 417, Junho de 1970
Finais de Abril de 1970	Filor	Landim, V. N. Famalicão		350 operários			<i>Avante!</i> , VI Série, n.º 417, Junho de 1970
Abril ou Maio de 1970	Manuel Gonçalves	S. Cosme, V. N. Famalicão	Greve de braços caídos por aumentos de salários	Mais de 300 operários	Vitoriosa	Paralisação de dois turnos	<i>Avante!</i> , VI Série, n.º 417, Junho de 1970
Janeiro de 1971	Companhia de Fiação e	Fafe	Aumentos de salários	1200 operários	Vitoriosa. Despedidos	1 dia	<i>O Têxtil</i> , Ano XVI,

	Tecidos de Fafe (Fábrica do Ferro)				15 operários (13 homens e 2 mulheres)		n.º 61, Maio 1971, pp. 1 e 2.
Abril de 1971	Filor	Landim, V. N. Famalicão		350 operários da secção de tecelagem			Gabinete de Estudos Sociais do PCP.
31 de Julho de 1972	Têxtil António Lopes Correia	Pevidém, Guimarães	Para obterem o pagamento de uma parte do salário e do subsídio de férias				Gabinete de Estudos Sociais do PCP.
11 de Outubro de 1972	Têxtil António Lopes Correia	Pevidém, Guimarães	Contra a falta de limpeza dos sanitários	Todos os operários dos três turnos	Vitoriosa		<i>O Grito do Povo</i> , n.º 7, Out.-Nov. 1972, pp. 8-9.
19 de Setembro de 1973	Indústrias Têxteis Somelos	Ronfe, Guimarães	Por não terem sido aumentados, conforme o acordado	Operários do turno da noite da secção de fiação		1 dia	Gabinete de Estudos Sociais do PCP.
20 de Setembro de 1973	Indústrias Têxteis Somelos	Ronfe, Guimarães	Aumentos de salários	Operários do 3.º turno de todas as secções		1 dia	Gabinete de Estudos Sociais do PCP.
21 de Janeiro de 1974	Fábrica do Saganhal	Pevidém, Guimarães	Falta de pagamento dos salários	Operários do 3.º turno		1 dia	Gabinete de Estudos Sociais do PCP.

Fonte: Elaboração própria com base nas notícias publicadas n' *O Têxtil* e nos dados disponibilizados pelo Gabinete de Estudos Sociais do PCP.

Quadro III

Acções de luta desenvolvidas pelo operariado têxtil da bacia do Ave (1956-74)

	1956-59		1960-64		1965-69		1970-74	
	Conc.	Greve	Conc.	Greve	Conc.	Greve	Conc.	Greve
Fafe	3							1
Guimarães	2		2	1			1	5
V. N. Famalicão					1			5
Santo Tirso			1	1	3			
Vila do Conde	1	1			1		1	
Total	6	1	3	2	5	–	2	11

Fonte: Elaboração própria com base nas notícias publicadas n' *O Têxtil*.

Fazendo um balanço destes dezoito anos de lutas operárias, não se pode dizer que o resultado tenha sido muito significativo: trinta acções de luta, incluindo greves, em dezoito anos. Seguramente que existiram mais manifestações dos operários têxteis da bacia do Ave durante este período, de iniciativa espontânea, mas não foi ainda possível encontrar quaisquer registos das mesmas. É certo – e é necessário sublinhá-lo – que não era nada fácil, nas condições da feroz repressão então existentes, desencadear estas lutas e, por isso mesmo, merecem-nos o maior respeito todos aqueles que tiveram a coragem e a ousadia de as organizar. Estas manifestações e greves são também a prova da disposição dos trabalhadores, mesmo nas duras condições impostas pelo fascismo, de lutarem pelos seus interesses e satisfação das suas reivindicações. A questão que nos interessa analisar é outra: qual a orientação que presidiu à organização e condução destas acções de luta e se a mesma era garantia de um resultado vitorioso.

No contexto destas lutas e manifestações, as tentativas então desencadeadas para a conquista dos sindicatos nacionais assumem um particular significado. Esta constituiu, precisamente, a orientação que o PCP definiu pouco depois da imposição do Estatuto do Trabalho Nacional. Após um pequeno período, entre 1933 e 1935, durante o qual a orientação dos comunistas foi a da criação de um movimento sindical clandestino, após o VII

Congresso da Internacional Comunista (IC), realizado em Moscovo de 25 de Julho a 20 de Agosto de 1935, registou-se uma radical alteração dessa orientação, passando o PCP a definir como objectivo principal a conquista dos sindicatos nacionais.

Na realidade, já durante o período 1933-35 o PCP encarava a actuação no seio dos sindicatos nacionais, embora numa perspectiva diferente daquela que veio a ser posteriormente adoptada, como nos relata *O Proletário*, órgão da Comissão Inter-Sindical¹⁸, em Dezembro de 1934: “certamente algo temos a fazer nos ‘sindicatos nacionais’. Mas esse algo não é organizá-los; é, quando apesar da nossa campanha contra eles, eles se organizam e conseguem arrastar algumas massas operárias, penetrar neles, apoiados na nossa organização revolucionária e sob a sua direcção, para os desagregar, pôr as massas em conflito com os chefes e arrastá-las, em ampla frente única, à luta contra o inimigo comum”¹⁹.

Era nesta perspectiva e não naquela que veio a ser definitivamente adoptada após o VII Congresso da IC que o PCP encarava então o trabalho nos sindicatos nacionais. No entanto, esta não era uma questão pacífica no seio do Secretariado do PCP, sendo essencialmente defendida por José de Sousa, membro daquele órgão e responsável pela Comissão Inter-Sindical, e por essa razão não é de estranhar que a posição do PCP, assumida ainda antes do VII Congresso da IC, apresente uma certa ambiguidade, embora mantendo sempre a orientação de que o trabalho a desenvolver naqueles sindicatos serviria essencialmente para a mobilização das massas. É o próprio *Avante!*, de Abril de 1935, que nos dá uma ideia dessa ambiguidade, ao publicar uma Resolução do Secretariado sobre a preparação do VII Congresso da IC: “Os Sindicatos Nacionais e as Casas do Povo que organizam as massas podem e devem utilizar-se como meios da nossa actuação. Até aqui, a nossa palavra de ordem tem consistido em levar as massas a fazer boicote a tais organismos. Esta palavra de ordem era, e é, justa. Porém, é preciso actualizá-la e alargá-la, tendo em conta os resultados já atingidos pela reorganização do movimento sindical revolucionário e a tarefa que se nos coloca de levarmos adiante o rompimento dos quadros da legalidade fascista e de arremessarmos o

¹⁸ A Comissão Inter-Sindical, fundada em Setembro de 1931 por iniciativa do PCP, integrava os sindicatos clandestinos criados após promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional.

¹⁹ *O Proletário: Órgão e propriedade da Comissão Inter-Sindical*, Ano 1, n.º 9, Dezembro de 1934, p. 2.

proletariado e os camponeses à conquista parcial das suas reivindicações. Estes organismos, na medida em que organizam massas, ou que a luta em redor deles pode reagrupar as massas e despertá-las para as acções reivindicativas, podem servir-nos de meios de legalização do próprio trabalho dos sindicatos e das oposições revolucionárias. Tudo consiste em criar as formas de penetração e de contágio, e em lutar em tais quadros, não à base de uma luta meramente negativista, mas no sentido de obter um triunfo às reivindicações concretas das massas, já levando as massas a formularem, cada vez com mais persistência, as suas reivindicações nesses quadros, já lutando por que as massas, para uma melhor defesa dos seus interesses, imponham os seus próprios representantes para os lugares de direcção. (...) Na medida da nossa persistência e do nosso entusiasmo bolchevique, a base dos Sindicatos Vermelhos, do S.V.I.²⁰, da frente anti-fascista, etc., deve ser mobilizada igualmente para este trabalho legal e semi-legal de movimentação de massas”²¹.

No Relatório que apresentou ao VII Congresso da IC, Bento Gonçalves referiu que “no terreno do trabalho sindical temos também grandes debilidades. É certo que organizamos sindicatos ilegais em alguns dos principais ramos da indústria e que alguns desses sindicatos têm mais aderentes que os sindicatos fascistas do mesmo ramo. Porém, do ponto de vista prático, vemos que os sindicatos ilegais não fazem nenhum trabalho sério de massas. A actividade de alguns sindicatos ilegais limita-se à publicação do seu órgão”²². Esse extracto do Relatório foi a partir de então sistematicamente apresentado pelo PCP como uma das suas justificações para abandonar a criação de sindicatos clandestinos e actuar no seio dos sindicatos nacionais.

Os poucos estudos que têm abordado este assunto, assim como os testemunhos de militantes da época, não permitiram ainda identificar com

²⁰ Socorro Vermelho Internacional. Organizado pela Internacional Comunista, em 1922, para apoiar os presos comunistas e outros antifascistas, foi dirigido por Clara Zetkin, Stasova Elena e Tina Modotti, tendo sido dissolvido em 1942.

²¹ Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português (SPIC), “Sobre a preparação do VII Congresso da Internacional Comunista”, *Avante!*, II Série, n.º 6, Abril 1935, pp. 2 e 5. Nesta época, o *Avante!* tinha Bento Gonçalves como redactor principal, até à sua prisão, em 11 de Novembro de 1935. Cf. “Álvaro Cunhal e o *Avante!* – década de 40. Construtor, defensor, redactor”, *Avante!*, Série VII, n.º 2045, 7 de Fevereiro de 2013, p. 15.

²² “Relatório apresentado ao VII Congresso da Internacional Comunista (1935)”, in AA. VV. (1976), *Os Comunistas* – Bento Gonçalves. Porto: A Opinião, p. 116.

rigor o momento a partir do qual a linha sindical do PCP foi alterada. A única certeza que até agora existe é-nos dada por Álvaro Cunhal, segundo o qual o Relatório que Bento Gonçalves apresentou ao VII Congresso da IC fora escrito em Moscovo “em conformidade com as Teses apresentadas no Congresso pelo Executivo da Internacional”²³, e no seguimento de conversações então efectuadas, em Setembro-Outubro de 1935, entre o Comité Executivo da IC e uma delegação do PCP, composta por Bento Gonçalves, Francisco Paula de Oliveira e o próprio Álvaro Cunhal. Foi essa, aliás, a última vez que a orientação do PCP foi debatida e acordada com a Internacional.

Embora ainda hoje não se conheça com rigor qual a orientação que Bento Gonçalves defendia em 1934-35, tudo indica que o secretário-geral do PCP aceitava a linha de boicote aos sindicatos nacionais e defendia a criação de um movimento sindical clandestino²⁴. Era essa a orientação que constaria inicialmente no Relatório que o PCP tencionava apresentar no VII Congresso da IC, mas como vimos, o texto veio a ser alterado, ou reescrito, quando Bento Gonçalves já se encontrava em Moscovo. Fernando de Sousa²⁵ refere que fora elaborado “um documento sobre a acção sindical do PCP, sob a orientação de José de Sousa, que deveria ser incorporado num relatório mais geral”²⁶, apresentando, por conseguinte, a linha de criação de sindicatos clandestinos.

De facto, analisando com alguma atenção aquele Relatório detectam-se algumas incongruências, eventualmente resultantes da incorporação no texto de partes que inicialmente não constavam no mesmo. Bento Gonçalves refere que o PCP não só tinha conseguido organizar “sindicatos ilegais em alguns dos principais ramos da indústria e que alguns desses sindicatos têm mais aderentes que os sindicatos fascistas do mesmo ramo”, mas que estes não faziam “nenhum trabalho sério de massas”. Perante esta situação, em que o mais difícil tinha sido conseguido, o que se justificava não era abandonar a orientação que vinha sendo seguida, mas sim dar continuidade ao trabalho de

²³ Álvaro Cunhal (1985), *O Partido com Paredes de Vidro*. Lisboa: Edições Avante!, p. 75, *apud* José Pacheco Pereira (1999), *Álvaro Cunhal: uma biografia política*. Lisboa: Temas e Debates, 1º Volume: *Daniel, o jovem revolucionário: (1913-1941)*, p. 116.

²⁴ Francisco Martins Rodrigues (2009), “Duas correntes no PCP”, Suplemento de *Política Operária*, Lisboa, n.º 121, pp. 2S-3S.

²⁵ Fernando de Sousa (Macedo), militante do PCP desde 1931, foi preso em 1933 e enviado para o Tarrafal, entre 1937 e 1946, vindo a aderir ao PCP (m-l) dirigido por Heduíno Gomes (Vilar) após o 25 de Abril.

²⁶ De acordo com José Pacheco Pereira, que entrevistou Fernando de Sousa em 1979. Cf. José Pacheco Pereira (1999), *Op. cit.*, p. 117.

criação de sindicatos clandestinos – que tão bons frutos estava a dar –, corrigindo os erros detectados, para que aqueles passassem a realizar um sério trabalho de massas. A não ser que existissem orientações contrárias, precisamente as que tinham sido adoptadas pela Internacional Comunista, como veio a suceder. Testemunhando o êxito que até então tinha representado a linha de criação de sindicatos clandestinos, Bento Gonçalves afirmava no Relatório que “a própria ditadura viu-se obrigada a reconhecer o desenvolvimento da influência que goza entre as massas o Partido Comunista, e tratou de aproveitar-se da nossa influência para desarmar os operários durante algumas acções concretas; por exemplo, este ano os fascistas publicaram um desses manifestos em que, sob uma falsa linguagem comunista, convidavam os operários a aderir aos sindicatos fascistas”²⁷.

Na realidade, embora o PCP encarasse a possibilidade de trabalhar nos sindicatos nacionais, não colocava de parte – antes pelo contrário – a orientação seguida até então, de manter e ampliar o movimento sindical clandestino²⁸, tanto mais que este, como refere no Relatório, gozava de grande prestígio, ao contrário dos sindicatos nacionais, cujas iniciativas eram por vezes boicotadas. No extracto acima apresentado, o secretário-geral do PCP referia-se a uma tentativa do regime fascista de aproveitar essa influência sobre o operariado publicando, em Dezembro de 1934, um manifesto falso, em nome do Comité Executivo da Secção Portuguesa da Internacional Sindical Vermelha, apelando e dando a entender que esta defendia a filiação do operariado, incluindo os activistas do movimento sindical clandestino, nos sindicatos nacionais²⁹. A Comissão Inter-Sindical interpretava esta acção pelo facto de a organização dos sindicatos nacionais estar a constituir “um tremendo fiasco. Os ‘sindicatos nacionais’ já organizados, por mais que o

²⁷ “Relatório apresentado ao VII Congresso da Internacional Comunista (1935”, in AA. VV. (1976), *Op. cit.*, p. 115.

²⁸ Caso contrário, não se compreende que, poucos meses antes, a Comissão Inter-Sindical tivesse editado e distribuído o folheto *Como se Organiza e Como Funciona Um Sindicato Illegal*, com um conjunto de directivas para o movimento sindical ilegal. Cf. *O Proletário: Órgão e propriedade da Comissão Inter-Sindical*, Ano 1, n.º 7, Outubro de 1934, p. 5.

²⁹ Esta manobra foi de imediato denunciada pela Comissão Inter-Sindical, no seu órgão central: “A podridão fascista. Incapaz de arrastar os operários aos sindicatos nacionais, em seu nome, a União Nacional edita um manifesto, com esse fim, em nome da Secção Portuguesa da Internacional Sindical Vermelha!”, Cf. *O Proletário: Órgão e propriedade da Comissão Inter-Sindical*, Ano 1, n.º 9, Dezembro de 1934, p. 2.

Teotónio³⁰ se esforce, não passam, na quase totalidade, de pequenas patrulhas da Polícia de Informações e da União Nacional. As massas operárias, na sua esmagadora maioria, fazem um enorme manguito aos seus novos ‘salvadores’. E, pelo contrário, o movimento sindical revolucionário que se orienta pelos princípios da Internacional Sindical Vermelha desenvolve-se e consolida-se, mesmo nas condições de ilegalidade. A imprensa ilegal nunca teve tão grande desenvolvimento. Dá-se até o caso curioso de organizações que não conseguiam, nas condições de legalidade, publicar regularmente um jornal, o estão fazendo agora na ilegalidade”³¹! Voltando à manobra provocadora do falso “manifesto”, este aconselhava que “todo o proletariado e em especial os seus militantes mais activos desde já aceitem sem reservas as organizações das classes segundo os moldes do Decreto-Lei 23 050³² devendo até mesmo, estes, impulsionar a sua organização”, e que “os que estejam em condições de o poder levar a efeito deverão assumir os lugares secundários de comando (secretários, tesoureiros ou vogais das Direcções ou Comissões Executivas das Secções Sindicais)”, apelando por fim a que “em todas as localidades onde existam núcleos de operários de fábricas, empregados no comércio e trabalhadores da terra, se deve começar por organizar e reorganizar todas as classes e propagandear as vantagens da actual organização e as facilidades dadas pelo Estado Corporativo a todas as classes trabalhadoras, só aproveitáveis para a nossa revolução”.

No período de 1934-35, os sindicatos vermelhos dirigidos pelos comunistas – Sindicato Unitário da Indústria Ferroviária, Sindicato Unitário da Indústria do Transporte Automóvel, Sindicato Marítimo Unitário, Sindicato Unitário da Indústria de Panificação e Moagem, Sindicato Unitário da Indústria Gráfica, Sindicato Unitário do Pessoal do Arsenal da Marinha, Sindicato Unitário da Indústria de Transportes Eléctricos, Sindicato Unitário da Indústria Metalúrgica e o Sindicato Unitário da Indústria do Vestuário – dispunham de uma efectiva influência no operariado, e em Lisboa publicavam, pelo menos, oito jornais ilegais, entre os quais, *O Metalúrgico*, *Órgão Sindical Unitário das Indústrias Metalúrgicas*, *O Eléctrico Vermelho*, *Boletim*

³⁰ Trata-se de Pedro Teotónio Pereira, sub-secretário de Estado das Corporações e Previdência Social (1933-36), que foi um dos construtores da organização corporativa do Estado Novo.

³¹ *O Proletário: Órgão e propriedade da Comissão Inter-Sindical*, Ano 1, n.º 9, Dezembro de 1934, p. 2.

³² Trata-se do Decreto-Lei n.º 23 050, de 23 de Setembro de 1933, que aprovou o Estatuto do Trabalho Nacional.

do secretariado da célula da Carris, O Profissional do Volante, Unidade, O Marítimo, e O Eco do Arsenal. Perante os êxitos alcançados pelos sindicatos clandestinos, e o facto de Bento Gonçalves referir no Relatório que o número de trabalhadores a eles ligados “*aumentava sem cessar*”, alcançando 25 000 filiados, só se compreende que o PCP tenha abandonado aquela orientação por imposição da Internacional Comunista. No entanto, é conhecido que essa viragem no sentido de o PCP vir a trabalhar nos sindicatos nacionais enfrentou incompreensões e resistências, as quais se viram agravadas com a prisão de Bento Gonçalves, em Novembro de 1935, pouco depois de regressar do VII Congresso da IC. A resistência dos membros do PCP ao trabalho nos sindicatos nacionais – classificada como “sectária” pelo Comité Central – manifestava-se “das mais variadas maneiras, desde a ‘discordância’ da ‘nova linha’ até ao desinteresse e resistência passiva”³³. Efectivamente, a nova orientação só veio a concretizar-se após a reorganização dos anos 1940-41.

A partir de então, o trabalho do PCP em relação aos sindicatos nacionais deveria desenvolver-se de acordo com a seguinte orientação: i) fazer pressão sobre as direcções dos sindicatos nacionais para que defendessem as reivindicações dos trabalhadores; ii) entrar em massa para os sindicatos nacionais; e iii) eleger direcções de trabalhadores honestos que gozassem da confiança da classe³⁴. Esta orientação era acompanhada, sistematicamente, por uma citação da obra de Lenine *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*: “A absurda ‘teoria’ da não participação dos comunistas nos sindicatos reaccionários mostra, com toda a evidência, com que leviandade os comunistas ‘de esquerda’ encaram a questão da influência sobre as ‘massas’, e que abuso fazem da palavra ‘massas’ na sua gritaria. Para saber ajudar as ‘massas’ e conquistar a sua simpatia, a sua adesão e o seu apoio, é preciso não temer as dificuldades, os enredos, as armadilhas, os ultrajes, as perseguições por parte dos ‘chefes’ (os quais, oportunistas e sociais-chauvinistas, estão, na maioria dos casos, ligados – directa ou indirectamente – à burguesia e à polícia) e trabalhar obrigatoriamente onde estão as massas. É preciso saber fazer todos os sacrifícios, ultrapassar os maiores obstáculos, para fazer um trabalho de propaganda e de agitação metódico, perseverante, tenaz e paciente, precisamente nas instituições, associações e sindicatos – por mais

³³ “As tarefas dos comunistas nos Sindicatos Nacionais”, *O Militante*, III Série, n.º 18, Abril de 1943, p. 4.

³⁴ *Idem*, p. 5.

reaccionários que sejam –, por toda a parte onde haja massas proletárias ou semi-proletárias. (...) É preciso saber enfrentar tudo isto, estar disposto a todos os sacrifícios e, inclusive, empregar – em caso de necessidade – todos os estratagemas, ardis e processos ilegais, silenciar e ocultar a verdade, com o objectivo de penetrar nos sindicatos, permanecer neles e aí realizar, custe o que custar, um trabalho comunista”³⁵.

Num dos seus trabalhos mais importantes, mas também dos mais ignorados e esquecidos, “Isolar e aniquilar os sindicatos fascistas: uma tarefa revolucionária dos trabalhadores”³⁶, Francisco Martins Rodrigues analisou a experiência histórica de trinta anos de tentativas por parte do PCP para conquistar os sindicatos nacionais. Publicado em Dezembro de 1965 e fazendo parte do arsenal teórico que então municiou a versão lusitana da polémica suscitada pelo conflito sino-soviético, Martins Rodrigues esclareceu qual o contexto exacto em que Lenine defendeu que os comunistas deviam trabalhar nos sindicatos reaccionários e se em Portugal existia então uma situação equivalente que justificasse a adopção daquela táctica.

A primeira questão que se colocava era a de saber se, efectivamente, os sindicatos nacionais eram organizações de massas, representativas da classe, e se, consequentemente, os trabalhadores os frequentavam. A melhor resposta a esta questão é dada pela própria imprensa do PCP na qual, sistematicamente, se apelava a que os trabalhadores frequentassem os sindicatos nacionais: “para que se desenvolva um amplo trabalho de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores têxteis na base do nosso sindicato e de nossas reivindicações imediatas, é necessário que frequentemos regularmente o nosso sindicato fazendo dele ponto de reunião”³⁷. Na realidade, pelo seu instinto de classe, os trabalhadores não confiavam nos sindicatos nacionais para a defesa dos seus interesses e, consequentemente, não os frequentavam, como o próprio PCP reconhecia ao admitir “o desinteresse e hostilidade de

³⁵ V. I. Lénine (s/d), *O “Esquerdismo”, Doença Infantil do Comunismo*. Lisboa: Edições Maria da Fonte, pp. 55-57 (Original publicado em 1920). O PCP chegou a fazer uma edição do capítulo que inseria este extracto: *Devem os revolucionários actuar nos sindicatos reaccionários?: IV capítulo de A Doença Infantil do “Esquerdismo” no Comunismo*. [S.l.]: Partido Comunista Português, [s.d.].

³⁶ Francisco Martins Rodrigues (1965), “Isolar e aniquilar os sindicatos fascistas: uma tarefa revolucionária dos trabalhadores”, *Revolução Popular*, nº 6, pp. 14-25.

³⁷ “Os sindicatos são nossos”, *O Têxtil*, n.º 2, Fevereiro de 1956, p. 4.

muitos trabalhadores em relação aos sindicatos nacionais”³⁸, não se coibindo, inclusivamente, de os censurar: “a vossa ausência à Assembleia recentemente realizada no Sindicato para discussão do Relatório e Contas da Direcção, na qual o número de operários presentes não ultrapassou a dúzia, é incompreensível”³⁹. Como refere José Barreto, “durante várias décadas a direcção do PCP apelou à inscrição dos trabalhadores em geral nos sindicatos nacionais. (...) Esta directiva foi, em geral, mediocrementemente correspondida pelos trabalhadores, cuja grande maioria – inscritos ou não nos sindicatos – se mostravam indiferentes ou cépticos em relação à actividade sindical”⁴⁰.

Deste modo, é fácil concluir que os sindicatos nacionais não eram organizações de massas, mas tão só organismos do Estado fascista destinados a exercer a vigilância policial e a repressão sobre os trabalhadores, que estes não frequentavam e onde não se concentravam, tanto mais que nos mesmos não existia qualquer tipo de vida associativa, registando-se inclusivamente casos em que “a entrada e a frequência nas sedes dos sindicatos nacionais eram mesmo vedadas aos trabalhadores sindicalizados”⁴¹. Por essa razão é que, com excepção de momentos especiais – como na conjuntura do imediato pós II Guerra Mundial ou, mais tarde, numa ou noutra ocasião –, era praticamente impossível conquistar as direcções daqueles sindicatos, não só por falta de uma indispensável base de apoio, mas também porque esse processo se encontrava sistematicamente eivado de ilegalidades de todo o tipo, das quais o regime não tinha qualquer pejo em se socorrer. Era uma luta inglória, de grande desgaste e frustração para os quadros comunistas, com resultados fraquíssimos ou nulos, com a agravante de se estar a iludir os trabalhadores ao procurar enquadrá-los nas organizações que o regime fascista tinha criado precisamente para controlar e neutralizar a actividade sindical. É, por conseguinte, pertinente a interrogação de Martins Rodrigues: “mas então perguntamos: se não há massas de qualquer espécie, nem atrasadas nem adiantadas, dentro dos sindicatos nacionais, o que vêm aqui fazer as sábias citações de Lenine e as sapientíssimas condenações ao

³⁸ “Utilizemos os sindicatos na defesa dos nossos interesses”, *O Têxtil*, n.º 12, Julho de 1958, p. 2.

³⁹ “Atenção têxteis da Covilhã”, *O Têxtil*, n.º 43, Julho-Agosto de 1962, p. 2.

⁴⁰ José Barreto (1994), “Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar”, *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXIX (125-126), p. 293.

⁴¹ “Sindicatos Nacionais, Comissões de Unidade e Comissões Internas de Empresa”, *O Militante*, III Série, n.º 179, Abril de 1973, p. 5.

‘sectarismo’ dos militantes que recusam ir a uma repartição onde se reúnem de vez em quando dois ou três patifes a soldo do ministério e da polícia?”⁴².

A segunda questão prendia-se com a possibilidade de os sindicatos nacionais poderem ser transformados em instrumentos dos trabalhadores, através de direcções que integrassem elementos da sua confiança, e também se era possível exercer pressões sobre as direcções fascistas no sentido de as obrigar a aplicar uma orientação de defesa dos interesses daqueles. Esta questão, que se prende com a anterior, era também encarada pelo PCP como algo possível de alcançar, como a sua imprensa referia sistematicamente: “se os sindicatos nacionais forem administrados por direcções escolhidas pelos trabalhadores, os seus interesses e reivindicações serão apoiados e defendidos junto do patronato e do fascismo, com a firmeza e energia que merecem”⁴³, ou “se à sua frente estiverem direcções honestas, os interesses da classe serão por si defendidos, as nossas reivindicações apoiadas e as aspirações dos têxteis recebidas com carinho”⁴⁴. Na realidade, até ao período da descompressão sindical ensaiada pelo consulado marcelista, só em momentos muito especiais foi possível eleger direcções sindicais da confiança dos trabalhadores. Foi o que sucedeu no imediato pós II Guerra Mundial, em 1946-48, em que o PCP aproveitou a conjuntura favorável da época e o recuo táctico do regime. “É claro que isto não levava a mudar a natureza dos sindicatos nacionais nem fazia deles sindicatos verdadeiros, mas tinha grande importância porque os neutralizava, desarticulando parcialmente a máquina de vigilância fascista e tornando possíveis novos avanços no movimento operário”⁴⁵. Mas o regime rapidamente se recompôs, passando à contra-ofensiva, “impondo novas regras e novas limitações, impedindo de concorrer listas de oposição, não homologando direcções eleitas, etc.”⁴⁶ E também aprendeu com o ocorrido, pois a partir de então foi esta a realidade que cada vez mais acompanhou as tentativas de conquista dos sindicatos nacionais ou nos raros casos em que uma lista da oposição era eleita. As eleições eram suspensas ou adiadas indefinidamente, os sindicatos ficavam nas mãos de comissões

⁴² Francisco Martins Rodrigues (1965), *Op. cit.*, p. 17.

⁴³ “Aproximam-se as eleições sindicais. Todos os trabalhadores e trabalhadoras têxteis devem participar nas eleições do seu sindicato”, *O Têxtil*, n.º 46, Novembro-Dezembro de 1962, p. 1.

⁴⁴ “Ponhamos à frente dos sindicatos direcções honestas”, *O Têxtil*, n.º 43, Julho-Agosto de 1962, p. 1.

⁴⁵ Francisco Martins Rodrigues (1965), *Op. cit.*, p. 18.

⁴⁶ José Barreto (1994), *Op. cit.*, p. 294.

administrativas nomeadas pelo Governo, que se prolongavam eterna e ilegalmente à sua frente (ultrapassando o prazo máximo legal em que podiam vigorar, que era de seis meses), os dirigentes eleitos não eram homologados, as direcções sindicais demitidas, as eleições eram convocadas sem dar tempo à apresentação de uma lista da oposição, os resultados eleitorais eram manipulados e a intimidação e repressão constituíam práticas correntes. Existiram casos em que uma comissão administrativa – da secção de Tortosendo do Sindicato Têxtil – permaneceu ilegalmente no poder durante mais de dezasseis anos (1946-62).

Quanto à possibilidade de se exercerem pressões sobre as direcções fascistas no sentido de as obrigar a aplicar uma orientação de defesa dos trabalhadores, os exemplos são também bastante esclarecedores: “os dirigentes do Sindicato [de Guimarães] (...) sabendo que a classe se encontrava ali, nesse dia [2 de Outubro de 1960], para discutir o premente problema de aumento de salários, resolveram fugir. Porque fugiram eles? Porque não estão ali para defender os interesses dos trabalhadores, mas dos patrões”⁴⁷, ou “... a actual direcção [do Sindicato Têxtil do Porto] está de tal modo desprestigiada, que o seu apoio na classe é nulo, pois revelou um servilismo abjecto frente ao patronato na negociação do CCT, para além de, traindo a classe, tudo ser tratado sem o conhecimento desta”⁴⁸. Os exemplos podiam-se multiplicar. A maior parte das direcções sindicais integravam elementos afectos ao regime, sobre as quais a possibilidade de se exercer qualquer tipo de pressão a favor dos trabalhadores era muito reduzida ou nula. Existiram, inclusivamente, muitos casos em que as mesmas integravam informadores da PIDE, ou indivíduos completamente desclassificados, que não hesitavam em apropriar-se dos bens do sindicato. Ficou célebre um caso ocorrido nos últimos anos do fascismo, no Sindicato Têxtil do Porto, em que se chegou ao cúmulo de o ladrão ser absolvido pelo tribunal ao serviço do regime: “o caso Fonseca acaba de ter o seu epílogo com a sua absolvição em tribunal. (...) Não era um ladrão vulgar. Era ao mesmo tempo o bufo, o conhecido lacaios do patronato que no Sindicato denunciava os trabalhadores que aí se dirigiam para protestar contra as arbitrariedades do patrão. (...) Para cúmulo da farsa, o Fonseca não contente com os 200 contos que roubou,

⁴⁷ “Concentração de 500 operários no sindicato de Guimarães”, *O Têxtil*, n.º 28, Novembro de 1960, p. 1.

⁴⁸ “As próximas eleições sindicais”, *O Têxtil*, n.º 55, Fevereiro de 1965, p. 4.

reclama agora a sua readmissão no Sindicato e um pagamento de salários e indemnizações no montante de 450 contos!!!”⁴⁹.

A experiência de dezenas de anos de tentativas de conquistar os sindicatos nacionais ou de pressionar as suas direcções para que defendessem os trabalhadores é concludente. Mas era evidente que o PCP não alteraria a sua tática. Curiosamente, foi de dentro das suas próprias fileiras, e expressa nas páginas do *O Têxtil*, que a orientação que vinha sendo seguida foi criticada, provavelmente reflectindo o grande movimento grevista de 1961-62, num editorial sugestivamente intitulado “Temos que mudar de tática”: “sempre que nós, mesmo na base das leis fascistas, pretendemos meter homens honestos na direcção do sindicato a que pertencemos, os ministros fascistas não sancionam a direcção por nós escolhida, nomeiam comissões administrativas da sua confiança ou mantêm a direcção contra a qual a classe votou”⁵⁰. “Mudar de tática” – era de facto essa a conclusão lógica que seria imperioso retirar das sucessivas e fracassadas tentativas de conquistar os sindicatos nacionais.

Esta obstinação do PCP em lutar por uma causa perdida introduz-nos a terceira e última questão suscitada por Martins Rodrigues: “como unir, nas condições do fascismo, a classe e as massas, ‘em um todo homogéneo e indissolúvel’, como exigia Lenine?” Não era, na realidade, um caso de mera obstinação. A linha sindical do PCP enquadrava-se na orientação geral por ele definida para a luta contra o regime fascista. A adopção de uma linha de criação de um movimento sindical clandestino que promovesse a ofensiva do operariado e salvaguardasse a sua autonomia não se enquadrava com a linha do PCP de criação de uma grande frente unitária anti-salazarista, que no campo sindical se traduzia na actuação legal para a conquista dos sindicatos nacionais. Na prática, por muito que custe reconhecê-lo, esta orientação não deixava de constituir uma postura de colaboração com o regime, legitimando as estruturas que este tinha criado em 1933 para controlar o movimento sindical.

Importa contudo sublinhar que o texto de Martins Rodrigues foi redigido em 1965, e que a partir de então a situação económica e social do País se alterou consideravelmente. Também, com o advento da denominada “primavera marcelista”, se registaram algumas medidas de descompressão no

⁴⁹ “O Roubo de 200 contos no Sindicato Têxtil do Porto”, *O Têxtil*, nº 71, Março de 1974, p. 4.

⁵⁰ “Temos que mudar de tática”, *O Têxtil*, nº 53, Setembro de 1964, p. 1.

sector sindical, nomeadamente no que dizia respeito à autonomia sindical (Decreto-Lei n.º 49 058, de 14 de Junho de 1969), e à contratação (Decreto-Lei n.º 49 212, de 28 de Agosto de 1969), permitindo o recurso à conciliação e arbitragem. Deixou então de ser exigida a homologação das direcções sindicais eleitas, o que permitiu eleger algumas listas da confiança dos trabalhadores. No entanto, a prometida abertura sindical foi de curta duração. Um ano após a publicação dos diplomas que consubstanciavam a referida abertura, o Governo de Marcelo Caetano iniciou uma ofensiva legislativa de carácter restritivo, visando atingir os sindicatos que tinham conseguido eleger listas de oposição. Mas, na realidade, tinha sido aberta uma “caixa de Pandora”, que o regime não conseguia fechar. Não obstante, como bem observou José Barreto, “o movimento de animação sindical de 1969-70 localizou-se predominantemente em Lisboa e no Porto”⁵¹. Nos restantes centros e regiões industriais do País não se registaram mudanças significativas, continuando a vigorar as mesmas situações de arbitrariedade e ilegalidade que até então vinham caracterizando a actuação do regime no campo sindical.

As condições tinham-se efectivamente alterado. O que mudara? Não a política do regime que, após a “primavera” regressara praticamente “ao mesmo”, mas essencialmente a disposição para a luta, a mobilização, consequência das mudanças então registadas na sociedade e na economia do País. O que implicava a adopção de uma táctica mais flexível, mas mais ousada, de forma a aproveitar o ambiente favorável e o estado de espírito combativo então existente. A “liberalização” tinha acabado, mas as condições tinham-se alterado, permitindo alguma intervenção sindical. O período entre 1968 e 25 de Abril de 1974 é o único, durante o fascismo, em que há um movimento de massas contínuo e duradouro, registando-se uma situação de fluxo que englobava quase todos os grupos sociais.

Deste modo, no período 1968-74, mesmo após o fim da “primavera”, as condições para a conquista dos sindicatos tinham-se alterado. É certo que existiram ainda inúmeros exemplos de situações de fraude, idênticas às que ocorreram anteriormente. Mas a situação social do País tinha-se alterado irreversivelmente, com novas gerações dispostas a lutar pelos seus direitos e beneficiando de um ambiente geral mais favorável. A atitude mais adequada

⁵¹ José Barreto (1990), “Os primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano”, *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXV (105-106), p. 78.

para explorar esta situação no interesse dos trabalhadores teria sido a adopção de uma tática que conjugasse o trabalho legal – principalmente em Lisboa e no Porto, e nos sindicatos onde existissem condições para tal – com o trabalho de organização sindical clandestina nas restantes regiões do País, onde ainda vigorava a arbitrariedade imposta pelo regime. O sucedido com a secção de V. N. Famalicão do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Têxtil do Distrito de Braga, com sede em Delães, que seguidamente descreveremos de forma resumida, é um bom exemplo desta realidade⁵².

Pela primeira vez desde a sua existência, as eleições para o Sindicato Têxtil de Delães – que se realizariam no início de 1971 – foram preparadas com extremo cuidado, organizando-se uma Lista B, de oposição, para as disputar. Com mais de um ano de antecedência, em 2 de Fevereiro de 1970, os elementos da lista solicitaram ao presidente da Câmara de Famalicão certidões de eleitor comprovativas da inscrição no recenseamento dos eleitores da Assembleia Nacional, uma exigência para poderem candidatar-se nas eleições para o sindicato. Quanto foi aberto o período eleitoral e a Lista B foi apresentada, esta causou, de imediato, um grande sobressalto nos apoiantes do regime: “a chamada Lista B está fortemente apoiada por elementos políticos claramente opostos à política social do Governo, que tem desenvolvido uma campanha intensíssima junto dos trabalhadores, pois, desde o mês de Setembro [de 1970], os operários movimentaram-se em toda a sua região e iniciada a campanha surgem panfletos e postais apelando ao voto”⁵³.

Refeito do susto inicial, o regime resolveu o problema recorrendo aos métodos habituais. A Comissão de Verificação entendeu aceitar a sufrágio apenas a Lista A, afecta ao regime, alegando que os elementos da Lista B não possuíam como habilitação literária mínima a aprovação no exame da 4.^a classe, o que contrariava “o disposto no art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 40 964, de 31/12/1956”. Só que a lei invocada para a invalidação da Lista B já não era aplicável, pois tinha sido revogada pelo Decreto-Lei n.º 49 058, de 14/06/1969, o primeiro da “abertura” marcelista. Só as incapacidades que privavam da

⁵² Este episódio encontra-se descrito de uma forma mais pormenorizada na comunicação que apresentámos no Encontro Norte Industrial – Áreas industriais e comunidades operárias no Norte de Portugal, realizado na Faculdade de Letras do Porto em 16-17 de Novembro de 2011, “As eleições sindicais nos últimos anos do fascismo (1969-1974): o caso dos têxteis”.

⁵³ “Correspondência entre o Ministério das Corporações e Previdência Social e o Secretário de Estado do Trabalho e Previdência”, Arquivo do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave.

qualidade de cidadão eleitor inibiam de ilegitimidade. Os candidatos da Lista B apresentaram, de imediato, no Tribunal de Trabalho, uma acção de impugnação do acto eleitoral, que se iria realizar em 28 de Fevereiro de 1971. Esperavam que o tribunal decretasse a suspensão dessa Assembleia-geral (não se realizando assim as eleições) e que reconhecesse a legalidade da sua Lista B. Prevendo que o tribunal não se pronunciasse atempadamente ordenando a suspensão do acto eleitoral, os elementos da Lista B apelaram à abstenção. No entanto, o acto eleitoral veio a ser, efectivamente, suspenso pelo tribunal. Mas só em 4 de Maio de 1971 foi julgada a acção de impugnação, dando razão à Lista B. Inconformado com a derrota, o delegado de Braga do INTP solicitou ao secretário de Estado do Trabalho e Previdência que submetesse a apreciação do processo ao Supremo Tribunal Administrativo. Passados largos meses, o Supremo encontrou um pretexto formal para anular a sentença que favorecia a Lista B. E tudo ficou na mesma, o sindicato permaneceu ilegalmente nas mãos dos serventuários do regime.

Esta caso – ao qual se poderiam somar muitos outros – indica-nos que, efectivamente, nos anos finais do regime fascista, a tática sindical poderia ter sido mais flexível, aproveitando as possibilidades legais quando fosse possível e desenvolvendo uma acção de organização clandestina onde tal se justificasse. No entanto, o PCP manteve a tática exclusiva de penetração nos sindicatos nacionais, apesar de reconhecer, já nas vésperas do 25 de Abril, que “as direcções [dos sindicatos] são na sua grande maioria constituídas por indivíduos que não foram eleitos pelos trabalhadores, muitas delas completamente vendidas ao patronato e que, de costas voltadas para a classe, se prestam a negociar e a assinar acordos de trabalho que são autênticas trapaças”⁵⁴.

Bibliografia

AA. VV. (1976), *Os Comunistas* – Bento Gonçalves. Porto: A Opinião.

Alves, Ana Maria (1971), *Portugal e a Comuna de Paris*. Lisboa: Editorial Estampa.

Barreto, José (1990), “Os primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano”, *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXV (105-106), pp. 57-117.

Barreto, José (1994), “Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar”,

⁵⁴ “Luta sindical. Frente às medidas repressivas, Reforçar a acção de massas”, *Avante!*, VI Série, n.º 451, Março de 1973, p. 4.

Análise Social, Lisboa, Vol. XXIX (125-126), pp. 287-317.

Cordeiro, José [Manuel Lopes] (1984), "Writing History in Portugal today", *History Workshop Journal*, Oxford, n.º 18, pp. 211-212.

Cordeiro, José Manuel Lopes (2013), "As eleições sindicais nos últimos anos do fascismo (1969-1974): o caso dos têxteis", in Monteiro, Bruno e Pereira, Joana Dias (coords.), *De Pé Sobre a Terra: estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal*. Porto: Universidade Popular, pp. 225-245.

Costa Júnior [José Maria da] (1964), *História Breve do Movimento Operário Português*. Lisboa: Verbo.

Cunhal, Álvaro (1985), *O Partido com Paredes de Vidro*. Lisboa: Edições Avante!

Firmino, Frutuoso (1971), *Da Casa Sindical ao Forte de Sacavém: notas de um sindicalista preso no último movimento operário*. Porto: Afrontamento.

Fonseca, Carlos da (1973), *Introduction a l'Histoire du Mouvement Libertaire au Portugal*. Lausanne: Centre International de Recherches sur l'Anarchisme.

Fonseca, Carlos da (1973), *A Origem da 1.ª Internacional em Lisboa: o centenário da Federação Portuguesa*. Lisboa: Estampa.

Lenine, V. I. (s/d), *O "Esquerdismo", Doença Infantil do Comunismo*. Lisboa: Edições Maria da Fonte (Original publicado em 1920).

Lenine, V. I. (s/d), *Devem os revolucionários actuar nos sindicatos reaccionários? IV capítulo de A Doença Infantil do "Esquerdismo" no Comunismo*. [S.l.]: Ed. Partido Comunista Português.

Lima, [João Evangelista] Campos (1972), *O Movimento Operário em Portugal*. Porto: Afrontamento (1.ª edição de 1910).

Nogueira, César (1964), *Notas para a História do Socialismo em Portugal*. Lisboa: Portugália.

Oliveira, César (org.) (1971), *A Comuna de Paris e os Socialistas Portugueses*. Porto: Brasília Editora.

Oliveira, César (org.) (1971), *O Congresso Sindicalista de 1911*. Porto: Afrontamento.

Oliveira, César (org.) (1972), *O Operariado e a República Democrática (1910-1914)*. Porto: Afrontamento.

Oliveira, César (1973), *O Socialismo em Portugal: 1850-1900: contribuição para o estudo da filosofia do socialismo em Portugal na segunda metade do século XIX*. Porto: Afrontamento.

Oliveira, César (org.) (1973), *A Criação da União Operária Nacional*. Porto: Afrontamento.

Oliveira, César (1973), "Imprensa operária no Portugal Oitocentista: de 1825 a 1905", *Análise Social*, Lisboa, Vol. X (3.º) (n.º 39), pp. 552-577.

Oliveira, César (1973), "Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português perante a guerra de 1914-1918", *Análise Social*, Lisboa, Vol. X (4.º) (n.º 40), pp. 679-702.

Oliveira, César (1973), "A Revolução Russa na imprensa portuguesa da época", *Análise Social*, Lisboa, Vol. X (4.º) (n.º 40), pp. 790-811.

Pereira, José Pacheco (1971), *As Lutas Operárias contra a Carestia de Vida em Portugal: a greve de Novembro de 1918*. [Porto]: Portucalense Editora.

Pereira, José Pacheco (1971), *Questões sobre o Movimento Operário Português e a Revolução Russa de 1917*. V. N. Famalicão: Livraria Júlio Brandão.

Pereira, José Pacheco (1999), *Álvaro Cunhal: uma biografia política*. Lisboa: Temas e Debates, 1.º Volume: *Daniel, o jovem revolucionário (1913-1941)*.

Quintela, João Granjo Pires (1973), *Le Rapport Dialectique Avant-Garde/Masses dans la Constitution de la Gauche Ouvrière au Portugal de 1910 à 1920: De la conscience de classe à la Conscience politique*. Mémoire de maitrise en Sociologie.

Rodrigues, Francisco Martins (1965), "Isolar e aniquilar os sindicatos fascistas: uma tarefa revolucionária dos trabalhadores", *Revolução Popular*, n.º 6, pp. 14-25.

Rodrigues, Francisco Martins (2009), "Duas correntes no PCP", *Suplemento de Política Operária*, Lisboa, n.º 121, pp. 2S-3S.

Silva, José (1971), *Memórias de um Operário*. V. N. Famalicão: Livraria Júlio Brandão.

Sousa, Manuel Joaquim de (1972), *O Sindicalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento.

Valente, Vasco Pulido (1972), "A República e as classes trabalhadoras (Outubro de 1910 – Agosto de 1911)", *Análise Social*, Lisboa, Vol. IX (2.º) (n.º 34), pp. 293-316.

Vieira, Alexandre (1950), *Em Volta da Minha Profissão: subsídios para a história do movimento operário no Portugal Continental*. Lisboa: A. Vieira.

Vieira, Alexandre (1959), *Figuras Gradadas do Movimento Social Português*. Lisboa: A. Vieira.

Vieira, Alexandre (1970), *Para a História do Sindicalismo em Portugal*. Lisboa: Seara Nova.

Publicações periódicas:

Análise Social, Lisboa, Volume XVII (3.º-4.-5.º) 1981 (n.º 67-68-69).
Número temático sobre “O Movimento Operário em Portugal”.

Avante!, II Série, n.º 6, Abril 1935.

Avante!, VI Série, n.º 451, Março de 1973.

Avante!, Lisboa, Série VII, n.º 2045, 7 de Fevereiro de 2013.

Boletim de Estudos Operários (9 números publicados entre Maio de 1982 e 1987, vindo o décimo a transformar-se no n.º 99 da revista *Análise Social*).

Militante (O), III Série, n.º 18, Abril de 1943.

Militante (O), III Série, n.º 179, Abril de 1973.

Proletário (O): Órgão e propriedade da Comissão Inter-Sindical, Ano 1, n.º 7, Outubro de 1934.

Proletário (O): Órgão e propriedade da Comissão Inter-Sindical, Ano 1, n.º 9, Dezembro de 1934.

Têxtil (O), n.º 2, Fevereiro de 1956.

Têxtil (O), n.º 12, Julho de 1958.

Têxtil (O), n.º 28, Novembro de 1960.

Têxtil (O), n.º 43, Julho-Agosto de 1962.

Têxtil (O), n.º 46, Novembro-Dezembro de 1962.

Têxtil (O), n.º 53, Setembro de 1964.

Têxtil (O), n.º 55, Fevereiro de 1965.

Têxtil (O), n.º 71, Março de 1974.

Webgrafia:

URL: cdi.upp.pt.

URL: mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto.

Lisnave – história e estudo dos desenvolvimentos laborais e sociais. A Comissão de Trabalhadores da Lisnave: emergência e institucionalização

José Santana Henriques

Introdução

Na temática relacionada com as relações laborais em Portugal, estudos sobre as comissões de trabalhadores – à parte do caso mais recente da AutoEuropa¹ não existem. Porém, as comissões de trabalhadores (CT), pela sua importância social, merecem uma atenção especial, por terem sido o “parente pobre” no quadro dos poucos trabalhos realizados pelas ciências sociais sobre as relações laborais em Portugal². Queremos com este estudo de caso sobre a Lisnave ajudar à compreensão deste organismo de representação dos trabalhadores, surgido após 25 de Abril de 1974. A Lisnave aparece como uma das empresas chave para a compreensão da implementação da democracia laboral nas empresas. Pretende-se aqui analisar o aparecimento e institucionalização da CT da Lisnave, quando na história das relações industriais/laborais foram os sindicatos que se impuseram como representantes dos trabalhadores³. Estudar o percurso desta CT será encontrar explicações sobre como foi estabelecido o quadro das relações laborais em Portugal após o 25 de Abril.

Relações laborais⁴ e a emergência das CT

Autores vários definem as relações laborais como “um conjunto de regras e a regulação dessas regras nas relações de trabalho”. Mas as regras existem quando estão institucionalizadas nas práticas democráticas de um sistema político, o que não acontecia em Portugal no corporativismo. As regras nas empresas em Portugal, após o 25 de Abril de 1974, foram impostas

¹ Lima (2012).

² Stoleroff (1992).

³ Crozier (1973).

⁴ Temática desenvolvida por autores vários: Dunlop (1958), Flanders (1965), Reynaud *et al* (1971); Hyman (1979); Kourchid (1977); Blyton and Turnbull P. (2004); Caire (1991); Durand, Claude et Michelle (1979); Edwards, Paul (1986).

pela acção dos trabalhadores, foram inscritas pelas práticas desenvolvidas nas empresas e no País, em especial pelas comissões de trabalhadores.⁵

Metodologia

Este estudo de sociologia contém uma componente histórica, a história da empresa e da acção social que aí se desenvolveu⁶. O método que utilizámos foi a monografia na continuação de outros trabalhos feitos na Lisnave no após 25 de Abril⁷. A história e as ações sociais estão documentadas em alguns estudos, permitindo-nos, com outras investigações complementares⁸, avançar na compreensão da emergência e da institucionalização da CT. Mas a história da evolução da CT e das relações que protagonizou na empresa não está feita. Para esse efeito pareceu-nos importante aplicar a metodologia qualitativa, para a análise da sua evolução, baseada em entrevistas semidiretivas a informantes privilegiados, atores vivos, sobre as suas próprias ações, no sentido de ser obtida uma história oral⁹, tanto mais que se perderam documentos escritos¹⁰ de factos passados há dezenas de anos (40 anos) e a sua evolução ao longo deste tempo em estudo, um tempo diminuto para a história, mas sociologicamente importante. No essencial, os entrevistados foram militantes e dirigentes da CT e sindicais (CGTP, UGT, PS, PCP, UDP, POUS, MRPP, católicos), como a responsáveis dos Recursos Humanos¹¹, como a um ex-coordenador da CT, agora em funções empresariais, todos intervenientes no processo das relações laborais na Lisnave.

Alguns dados históricos

⁵ “Organismos de acção, luta e de defesa dos interesses dos trabalhadores, constituídos nas empresas e nas repartições públicas em Portugal, após o 25 de Abril de 1974, para desenvolverem as decisões aprovadas nas assembleias-gerais de trabalhadores (AGT), onde prestavam contas. Os seus membros eleitos podiam ser revogados a qualquer momento”.

⁶ Lima (1976); Patriarca (1978); Faria (2001).

⁷ Rodrigues e Lima (1987).

⁸ Consultámos documentos no Arquivo Nacional da Torre de Tombo; existem testemunhos orais de intervenientes nas ações sociais aí desenvolvidas.

⁹ Godinho (2001); Borges (2009).

¹⁰ Parte do espólio da CT da Lisnave perdeu-se quando da sua deslocação para a Mitrena/Setúbal. Em Outubro de 2012 a administração da Lisnave resolveu eliminar o que ainda sobrava, o que podemos considerar um atentado à história social desta empresa.

¹¹ Lalande (1998).

A Lisnave foi constituída oficialmente a 11 de Setembro de 1961¹². O presidente do Conselho de Administração era José Manuel de Mello. Historicamente, a Lisnave vem ocupar o desenvolvimento no sector naval iniciado pela CUF de Alfredo da Silva no Barreiro. Este empreendimento foi apoiado pelo Governo desde o início, contando com a participação e associação dos estaleiros navais da Suécia (Eriksberg, Kockums) e dos holandeses (RDM, Wilton, NDSM)¹³, que trouxeram técnicas, conhecimentos e processos de trabalho, procurando explorar uma mão-de-obra barata¹⁴, num local geográfico ideal para o desenvolvimento de uma indústria desta natureza. A empresa desenvolveu-se exponencialmente quando do fecho do canal de Suez (1967-1975). A Lisnave tinha, em 1973, 7715 trabalhadores.

Pide/DGS em socorro da Administração Mello

Em 1969 os operários da indústria naval retomavam lutas de gerações anteriores¹⁵, desenvolvendo-se um processo reivindicativo¹⁶ onde 5 mil operários da Margueira entraram em greve, organizaram um desfile dentro da empresa com um cartaz onde se exigia 25 escudos de aumento por dia e o 13.º mês (subsídio de férias). Na noite do dia 12 para o dia 13 a GNR do Barreiro e a polícia de choque expulsaram brutalmente os operários do turno da noite que ocupavam o estaleiro. Estes foram manifestar-se para a Lisnave/Rocha e foram de novo brutalmente agredidos pela polícia. Segundo um relatório da PIDE/DGS,¹⁷ no dia 12 de Novembro “a Administração ordenou que ao entrar o pessoal do primeiro turno, que é às 7.00 horas, não deixassem entrar os operários para dentro do estaleiro sem que primeiro assinassem uma declaração na qual se comprometiam a trabalhar. Quanto aos operários com menos de 5 anos de casa, não foram autorizados a trabalhar durante o dia de hoje, mas sim amanhã a partir do primeiro turno (...) esta suspensão dos operários com menos de 5 anos de casa (...), tudo indica que a firma assim esteja a proceder, por ser neste lote que se encontram os agitadores”. Este relatório indica ainda que “cerca das 18.00 horas se verificou

¹² Faria (2001); Expresso, 16/9/2009; Wikipédia.

¹³ Faria (2001).

¹⁴ Rosas (1989, 1994 e 2004); Reis (1993); Murteira (1979); Moura (1969); Costa (1975); etc.

¹⁵ Rocha (2011); Figueira (2008); Patriarca (1978); Varela (2010).

¹⁶ Segundo José Manuel de Mello, a greve enquadrava-se no contexto das ações contra o regime e não contra a administração da empresa. Faria (2001), pp. 166.

¹⁷ ANTT, Dossier greves, Cota SL, NT 1276, PROC. 4804.

a chegada, junto da Lisnave, de uma brigada desta polícia (PIDE/DGS) chefiada pelo subinspector (...) e um agente, que retirou por cerca das 18.30 horas. Encontrava-se a manter a ordem um pelotão da PSP e uma patrulha da GNR a cavalo. Ontem esteve na Lisnave meia companhia móvel vinda de Lisboa”. Desta acção foi obtido 8% de aumento e 30 dias de férias.¹⁸

O papel da comissão interna da empresa (CIE)¹⁹

Na Lisnave, como já acontecia na CUF, a administração promoveu uma CIE. A CIE²⁰ foi constituída em 1967, numa tentativa de promoção do diálogo e participação / colaboração entre a administração,²¹ operários e restantes trabalhadores. Apesar de esta não ter grande prestígio, este organismo de origem patronal, acabou por refletir e expressar o mal-estar presente no estaleiro nas reuniões com a administração, fazendo inclusivamente propostas de resolução de problemas que afectavam os operários. A CIE²² procurava jogar um papel apaziguador dentro do estaleiro, função para a qual tinha sido constituída.

Quando greves “derrotadas” dão aumentos substanciais

¹⁸A partir do relatório da PIDE algumas clarificações se impõem, a saber: 1) a suposta influência de que as parcerias com empresas e capitais de países democráticos como a Suécia e a Holanda trariam democracia nas relações de trabalho caem por terra. Os capitalistas desses países, tal como os portugueses, colocam sempre em primeiro lugar os interesses económicos e não a democracia. Daí não se terem oposto à repressão dos operários pela polícia; 2) a suspensão para averiguações, por parte da administração da Lisnave do lote de operários com menos de 5 anos de casa, classificados como os maiores agitadores, é reveladora da consciência patronal, ao considerar que os mais jovens se revoltam mais facilmente que a geração anterior.

¹⁹ O Decreto-Lei n.º 49 408, de 28 de Novembro de 1969, artigo 18, n.º 3, prevê a constituição de órgãos de colaboração nas empresas, existindo 21 em funcionamento efetivo em 1971, *in* Valente (2001), p. 229.

²⁰ Vários autores referem a constituição da CIE (Fátima Patriarca, Miguel Faria, etc.), mas esta comissão com origem nas políticas sociais e paternalistas na CUF pode ser vista como uma característica social do fascismo e da doutrina social da Igreja, as duas concordando num ponto: a empresa como um local de convivência de trabalhadores e patrões, onde ambos teriam interesses comuns no trabalho harmonioso, negando e/ou recusando a luta de classes.

²¹ Segundo o administrador-delegado Perestrelo de Vasconcelos, em declarações à revista da Lisnave de Fevereiro de 1974 sobre a CIE, onde afirmou que: “Consegui (...) a unidade de pensamento de todos os que compõem a nossa empresa – quadros dirigentes e pessoal executivo –, cumprindo perfeitamente a missão para a que foi eleita”. Patriarca (1977).

²² A CIE, em 1971, numa fase de maior preocupação da empresa com as questões de pessoal, fase em que estimula a formação profissional, alarga as regalias sociais e estabelece a comparticipação nos lucros, tendo em vista não apenas as questões de produtividade, mas também a prevenção de conflitos do tipo da greve de 1969, *idem*, *Análise Social*, n.º 51, p. 622.

Se depois da greve de 1969, reprimida violentamente, com a humilhação dos trabalhadores e o despedimento de grevistas, a relação de forças estava do lado do patronato, o que é que levou a empresa a dar aumentos de salário continuamente? Segundo a PIDE, no rescaldo da greve, foi obtido um aumento salarial de 8%, e o 13.^o mês.²³ E, sucessivamente, 450 escudos em Janeiro de 1970,²⁴ 500 escudos em Junho de 1971, 500 escudos em Setembro de 1972, 500 escudos em 1973. E ainda, em Fevereiro de 1974, mais 900 escudos. Foi assim que, quando se dá o 25 de Abril de 1974, os operários da Lisnave eram dos que melhor ganhavam no País.²⁵

Clima de descontentamento e organização sindical

No início de 1974 existia um profundo clima de descontentamento.²⁶ A situação provocou um conflito expresso no abaixamento da produção, na recusa de horas extraordinárias e alguns casos de sabotagem.²⁷ A greve, com o despedimento de ativistas, veio dificultar a organização da acção em direção aos sindicatos corporativistas. Mas em 1971 um grupo de ativistas dinamizou ações, em semi-clandestinidade, em direção ao sindicato dos metalúrgicos de Setúbal como forma de consciencializar os trabalhadores e os operários.²⁸ Estas ações juntaram numa assembleia-geral do sindicato, no Barreiro em 8 de Janeiro de 1974, mais de 1000 trabalhadores, entre os quais muitos operários da Lisnave. Foi necessária uma folga para recuperação e enquadramento de forças, devido aos despedimentos de quadros operários na greve de 1969. Os processos reivindicativos na Lisnave não passaram por via sindical. Na Lisnave existiam 27 sindicatos corporativos.²⁹

O 25 de Abril e a situação na Lisnave

Quando se dá o 25 de Abril a situação na empresa é de conflito latente, à beira da explosão, como está documentado pelos Serviços de Acção Social do

²³ Teriam tido motivos políticos estas ações organizadas pelo Partido Comunista, no quadro da luta contra o regime e não contra a Administração da Lisnave. *in* Faria (2001), p.166.

²⁴ Figueira, Fernando (2008) “O 25 de Abril e a Lisnave”, Colóquio Arsenal do Alfeite, 17/11/2008.

²⁵ Patriarca (1977), *Análise Social* n.º 51, já referido.

²⁶ Patriarca (1977), p. 620.

²⁷ *Idem*.

²⁸ Fernando Figueira, na sua entrevista, refere que a administração da Lisnave era informada pelo sindicato corporativo dos trabalhadores que aí se iam inscrever e pedir o cartão de sócio.

²⁹ Patriarca (1977). Também em Pérez (2008).

Ministério das Corporações.³⁰ O 25 de Abril foi vivido de forma intensa na Lisnave. Com o golpe militar, a relação de forças altera-se, o contexto sociopolítico é, doravante, favorável ao desenvolvimento das lutas sociais, e as energias contidas, os conflitos amadurecidos em fase de contenção e de latência vão tomar livre curso. No estaleiro falava-se em justiça, na necessidade de sanear os agentes da PIDE, os responsáveis pela repressão e pelos despedimentos de 1969, onde estava incluído o administrador-delegado, eng.^o Perestrelo, acusado pelos trabalhadores de ter divulgado uma lista de 24 nomes de grevistas à PIDE-DGS.³¹ No seguimento de uma diretiva da Intersindical³² de eleição de delegados sindicais que representassem provisoriamente os trabalhadores, cerca de 40 militantes e ativistas reuniram-se³³ e acordaram a realização de uma assembleia-geral de trabalhadores (AGT) com dois objectivos: demitir a CIE e eleger uma comissão *ad-hoc* provisória. Na AGT, em 9 de Maio, por proposta da mesa que dirigia os trabalhos, acordou-se a eleição de uma comissão provisória de delegados dos trabalhadores da Lisnave, em bases sindicais, com prazo de 11 dias. Houve militantes já nessa AGT que defenderam ser necessário de imediato avançar as reivindicações, chegando-se a um acordo geral entre os militantes dos vários partidos e/ou correntes político-ideológicas em três pontos:³⁴ 1) Qualquer acção reivindicativa só deveria avançar depois de existir uma estrutura interna, mesmo que fosse provisória; 2) que esta estrutura deveria formar-se em bases sindicais; 3) a estrutura a organizar no futuro seriam os sindicatos.

A greve e o aparecimento da CT³⁵

³⁰ Patriarca, p. 623, “no relatório dos Serviços de Acção Social do Ministério das Corporações e Previdência Social, sobre os conflitos verificados em 1973 e princípios de 1974. Neste relatório pode ler-se: “Foi principalmente a partir de Outubro que o seu número começou a avolumar-se, continuando por Janeiro, e nada fazendo prever que este surto esteja em vias de extinção”, e mais adiante “(...) a situação de crise está (duravelmente ou não) em fase de agravamento”. In Lima *et al.*, 1976, p. 28.

³¹ Lima *et al.* (1977), p. 69; Varela (2010).

³² A 8 de Maio a Intersindical aprovou um documento de orientação. In jornal *O Século*, 9 de Maio de 1974.

³³ Patriarca (1977) pp. 625-626.

³⁴ *Idem.*

³⁵ Faria (2001, p. 283), refere que logo no dia 11 de Maio aparecem duas comissões, uma com origem no Grupo Autónomo do PS e outra com origem em sindicalistas. *República*, 21 de Maio de 1974.

Passados dois dias, a 11 de Maio, operários do sector das construções paralisaram de forma espontânea o trabalho e desfilaram no seu sector, apelando à greve, tendo a maioria aderido. A greve terminou no final dessa tarde, depois da intervenção dos militantes da comissão *ad-hoc*, convencendo esses trabalhadores a retomar o trabalho, argumentando que uma greve seria o culminar de um processo de negociações. Esta greve, espontânea, tipo revolta dos operários do sector das construções, apanhou de surpresa a comissão *ad-hoc*, a administração e o grupo dos militantes. Esta greve, de inteira responsabilidade da base, inverteu as decisões e as prioridades definidas dois dias antes na AGT, passando-se então, contraditoriamente, à elaboração de um caderno reivindicativo (CR).³⁶ Apareceram 8 grupos, cada um com o seu CR, elaborados e discutidos com os trabalhadores.³⁷ “Os grupos formaram-se um pouco à balda, sem controlo, sem possibilidade de identificação, de nome ou de filiação partidária, e aquilo que refletem (...) são posições de consenso (...) havia uma tendência unitária. (...) Da articulação desses núcleos e por comum acordo, forma-se uma nova comissão composta por 42 elementos, integrando operários e administrativos e mantendo o mesmo leque de posições ideológicas”.³⁸ Ou seja, esta comissão dos 42, constituída para negociar o CR, constituiu-se na base do respeito pela democracia, integrando as várias correntes existentes no seio dos trabalhadores. Esta comissão de 42, futura base da CT, elaborou durante os dias 12 e 13 uma proposta de síntese, um CR único, entregue nessa manhã de 14 à administração e à Junta de Salvação Nacional, com um prazo de resposta de 38 horas. Mas no dia 15, depois do almoço, os operários recusam retomar o trabalho, secundados pelos administrativos e pelos operários e trabalhadores da Rocha. A greve é decidida ali mesmo, sem apelo de ninguém, sem ter sido decidida em AGT, de forma espontânea e consensual. A greve seria para pressionar a administração a ceder nas reivindicações. Mas face ao comunicado assinado pela administração e pelo delegado do MFA, que propunha um adiamento de 10 dias, prazo para as negociações, para discutir

³⁶ Sobre as reivindicações e os cadernos reivindicativos, Lima *et al* fizeram um trabalho exaustivo e clarificador publicado na *Análise Social* n.º 52 (1977), assim como no 2.º volume de *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas* (1977), Afrontamento, Porto, documentos base e de suporte a esta investigação, agora revistos numa óptica de contexto político, institucionalização e evolução da CT da Lisnave.

³⁷ Figueira, Fernando, um dos entrevistados e informador privilegiado, referiu 8 CR, embora Marinus Lima, somente analise 4 cadernos na *Análise Social* n.º 52 (1977).

³⁸ *Idem*, Patriarca (1977), p. 628.

e analisar as implicações que o acordo traria para a vida na empresa, criou-se um impasse. Este impasse fez que a greve passasse a greve com ocupação da empresa e depois ao sequestro da direção.³⁹

A relação de poderes na empresa está ligada ao contexto político

A greve desencadeia-se pela existência, nos factos, de uma alteração na relação de forças e de poder na Lisnave e a greve é exemplo disso mesmo. Mas esta alteração nas relações de força e de poder é também exterior à Lisnave. A prova clara e evidente será o facto de na Setenave, empresa de construção naval em Setúbal⁴⁰, no mesmo dia 15 de Maio, dia em que os trabalhadores da Lisnave decidiram a greve espontânea, a CT da Setenave adoptou em reunião as mesmas formas de luta decididas na Lisnave (greve com ocupação do estaleiro naval de Setúbal e passagem a greve intermitente) e adoptou ainda como seu documento base a plataforma de CR dos trabalhadores da Lisnave, para negociação com a administração da Setenave. E também a administração da Setenave fez depender a sua resposta ao CR apresentado pela CT do resultado que fosse obtido das negociações na Lisnave. O movimento dos operários e demais trabalhadores da Lisnave serviu de modelo para a Setenave. No entanto, todos os trabalhadores portugueses estavam de olhos postos na Lisnave.⁴¹ Este movimento de greve, ocupação e sequestro desencadeou uma oposição frontal dos poderes instituídos, Junta de Salvação Nacional, dirigentes do MFA, individualidades e governo em formação.

Na Lisnave a CT constituída neste movimento prático para o CR, para as reivindicações, não dirigia a acção. A CT não se sentia com a legitimidade necessária, daí o seu pedido constante de ratificação e de confiança nas AG convocadas para discutir e decidir sobre a progressão das negociações, demonstrativo de que o poder estava no movimento, ou seja, era a AGT que

³⁹ A urgência na resposta da administração que motivou a ocupação e depois o sequestro aparece depois de ter sido noticiado na rádio que a Junta de Salvação Nacional estava a preparar um congelamento salarial. In *República*, 21 de Maio de 1974, e Fátima Patriarca, *Análise Social*, n.º 51, pp. 624-636; Pierre Dubois, em “grèves revendicatives ou grèves politiques”, já referido, diz que “c’est là où les conditions de la prise de conscience du conflit patronat-classe ouvrière existent que l’occupation est plus fréquente” e que “a situação é propícia ao desenvolvimento de um duplo poder”, pp. 359 e 363.

⁴⁰ E também a empresa ENI, Electricidade Naval Industrial. In Neves (1978).

⁴¹ Lima *et al.* demonstram (1976, vol. I, p. 32) os processos reivindicativos que transitaram de antes do 25 de Abril e que tiveram livre curso depois dessa data, nomeadamente nas grandes empresas.

decidia. A CT era apenas uma executante ou mandatária das decisões do colectivo.⁴² Era a AGT que detinha o poder de decisão. Criou-se uma nova relação de forças e de poder, uma nova consciência,⁴³ que estava ligada ao facto de largas camadas da população terem entrado na cena política, como atores sociais. A sua entrada na cena política está exemplificada nas entrevistas feitas aos operários da Lisnave quando estes relatavam a greve e a ocupação do 15 de Maio de 1974. “A malta ali, muita malta já queria mesmo uma resposta e uma resposta imediata. Queria o sim (...). O que tirei dessa altura é que aquela febre era motivada pela malta mais amorfa. Era a malta mais amorfa que naquela altura era a mais aguerrida...”⁴⁴ Este exemplo é clarificador de uma situação onde o poder estava no movimento, revelando a profundidade do mesmo. Quando essas camadas de atores sociais, até então remetidas ao anonimato, numa aceitação “passiva” (amorfa), são agora as mais dinâmicas e são elas que impõem os seus objectivos, que controlam o seu próprio movimento, os seus delegados eleitos e obrigam, pela sua acção, à alteração das relações de força e de poder, criam uma situação política e social própria. Os membros da CT tinham este sentimento, daí os seus pedidos de votos de confiança nas AGT. Este foi o modelo que brotou na Lisnave.

A administração face ao conflito dá preferência aos sindicatos

A administração da Lisnave recorreu aos poderes instituídos – Governo, JSN, MFA –, à comunicação social e a personalidades democráticas conhecidas para procurar fazer recuar o movimento espontâneo dos trabalhadores em greve, com a ocupação da empresa e o sequestro da administração. A administração da Lisnave procurou socorrer-se dos meios institucionais ao seu alcance (tal como antes do 25 de Abril), as forças militares do MFA.⁴⁵ Como não tem outras, utiliza as que tem no plano

⁴² Aqui mais uma vez, e por referência a Dubois, pp. 329-441, os delegados propõem voltar ao processo antigo, à delegação de poderes, modelo de descentralização de poderes, parando a acção direta subentendida pela acção e participação do maior número possível de operários na AGT, mas aqui a CT pede um voto de confiança à AGT, passando a ser uma “delegação de poderes com mandato específico”.

⁴³ Rosa (1989), Lima *et al.* (1989, 1992 e (2002) fazem referência à consciência dos trabalhadores, referindo a sua heterogeneidade: mais qualificação mais consciência política, menos qualificação, mais economicismo. Mas nas AGT a consciência eleva-se pela discussão e decisão conjunta de todos.

⁴⁴ *Idem*, Patriarca (1977), p. 630.

⁴⁵ Já não podia socorrer-se das polícias (PIDE, PSP, GNR).

externo, para atingir os seus fins.⁴⁶ A administração reconheceu a CT como órgão representativo do pessoal, mas frisou claramente em todas as suas contrapropostas que no futuro problemas desta natureza deveriam ser tratados por via sindical.⁴⁷ Porquê a administração insistiu que os problemas relacionados com as relações laborais e profissionais deveriam ser tratados por via sindical? Esta problemática torna-se central em todo este processo de relações de conflito e antagonismo nas empresas, nomeadamente na Lisnave.⁴⁸ A CT da Lisnave era um organismo que emanava do colectivo e só perante o colectivo respondia.⁴⁹

A CT, o seu desenvolvimento e os sindicatos

Acabada a greve reorganiza-se a CT. São eleitos delegados por sector, na proporção de 1 por cada 50 trabalhadores, e constituíram-se também comissões de secção. Formou-se um parlamento operário: a assembleia de delegados. Dentro desta assembleia de delegados formaram-se vários agrupamentos com funções diversas.⁵⁰ Nesta estrutura processam-se os debates e tomam-se as decisões. Este processo mantém uma atividade constante junto dos operários e restantes trabalhadores. A relação da estrutura dos delegados com os sindicatos é de perfeita colaboração e entendimento. Os delegados sindicais são muitas vezes delegados do pessoal e participam nas assembleias de delegados. Este tipo de organização assenta na institucionalização dos delegados de sector. A CT refletia a organização produtiva do estaleiro, onde a unidade de base era a secção.⁵¹ As comissões de

⁴⁶ Reynaud e Adam (1984, p. 64) referem que “na prática as relações de trabalho constituem um sistema aberto, cuja dinâmica interna está constantemente em interação com os factores globais no seu conjunto”.

⁴⁷ Lima *et al* (1977, vol. II, p. 58).

⁴⁸ Reynaud e Adam (1984, pp. 84-85), fazendo referência a Clegg, referem a entrada em acção de um quarto interveniente (sindicatos, patronato e governo), o grupo formado pelos próprios trabalhadores, através de AGT, comissões de luta ou de greve, como meio de pressão para ajudar os sindicatos a obter um bom acordo. Mas na Lisnave esta acção é independente do sindicato, gerida e desenvolvida por um organismo novo, a CT, diferente o comité de luta ou de greve, e a empresa dá preferência aos sindicatos.

⁴⁹ A CT é diferente dos comités de greve e de luta, eles também responsáveis perante as AGT, na medida em que este organismo se mantém estruturado e organizado para além da greve, como um novo organismo participante no quadro das relações laborais na empresa, conjuntamente com os sindicatos.

⁵⁰ Lima *et al*. já referido, vol. II, pp. 35-205.

⁵¹ Segundo Elisa Damião e Fernando Figueira, a CT veio a adoptar o mesmo esquema de eleição por sector que já existia quando da formação da CIE.

delegados eram autónomas, mas eram os plenários que decidiam, ratificavam ou rejeitavam as propostas. A CT não era uma extensão dos sindicatos, a coordenadora integrava no seu seio delegados sindicais eleitos nos sectores em acumulação de funções, e os sindicatos faziam-se representar na proporção de 1 representante sindical por cada 8 delegados eleitos nos sectores.⁵² Os sindicatos tinham funções específicas: a negociação das condições de trabalho e dos salários era da sua competência, em colaboração com os outros delegados eleitos. Na CT vigoravam os princípios de eleição e revogação dos delegados a qualquer momento pela assembleia de trabalhadores, assim como o princípio de delegação de poderes. Estas eram garantias da independência da CT em relação ao movimento sindical. Os sindicatos podiam depender do exterior, ou estavam nessa contingência, enquanto a CT estava no seu dia-a-dia na dependência dos trabalhadores para a sua acção. Essa não é a norma de atuação da vida sindical.

A CT podia reunir os trabalhadores em AGT sempre que necessário, discutir tudo o que fosse do seu interesse, tomar as medidas mais adequadas para se atingirem os fins desejados. Esta situação veio alterar o poder patronal na empresa e instituir uma nova relação de forças, a partir da existência da CT. A acção da CT era um contrapoder, se não um duplo poder, que agia autonomamente e em paralelo com a empresa, num espaço legalmente definido de gestão do estaleiro pela administração da Lisnave.

Conclusão

No quadro das relações laborais em Portugal, todos os ingredientes da situação política e social portuguesa, desde o tempo do regime corporativo/fascista, passaram, em grande medida pela CUF, pela construção naval e depois pela Lisnave, a partir da sua constituição nos anos 60 do século XX, como depois do 25 de Abril de 1974 e posterior evolução social. A Lisnave é um modelo de estudo, e nela encontram-se respostas explicativas para a “emergência”, “institucionalização” e posterior “evolução” da CT, das relações de poder e de classe internas à empresa na dependência do contexto político e social. A greve de 1969 deixou marcas indeléveis, onde a polícia política (PIDE/DGS), a GNR e a PSP acorreram em socorro da administração, reprimindo os operários. A instituição CIE, como política social da empresa, é outro dos aspectos interessantes para o estudo da vida interna na Lisnave:

⁵² Estatutos da CT, documento n.º 18, Lima *et al.* (1976, p. 101).

essa instituição, apadrinhada pela administração, não tinha permissão para a discussão salarial. Mesmo assim, teve o mérito de apresentar aquilo que os trabalhadores queriam. Aconteceu que na primeira AGT realizada na empresa após o 25 de Abril foi eleita uma CT em sua substituição. A CT concentrou as relações de poder que o contexto político e social desenvolveu, a partir do golpe de estado que depôs o regime corporativo, clima social e emocional de mudança em toda a sociedade, mudança “ali e agora”. A empresa não podia contar mais, nem com a polícia política (PIDE/DGS) nem com a GNR ou a PSP para reprimir os operários. As relações de poder eram-lhes, doravante, desfavoráveis. Foi por isso que os operários pararam espontaneamente e resolveram ocupar as instalações e sequestrar a direção. Quem mandava agora eram eles. A CT da Lisnave institucionalizou-se nesse momento, impondo relações laborais inexistentes. Nos trabalhadores havia um forte desejo de justiça e exigia-se o saneamento dos responsáveis pela repressão de 1969. Foi dada prioridade a questões de natureza salarial e de organização da CT no estaleiro, com a elaboração dos Estatutos e a eleição do seu parlamento de delegados eleitos, a partir dos sectores, forma democrática de delegação da confiança nos colegas eleitos. A CT da Lisnave foi um exemplo paradigmático nas relações laborais em Portugal. Através dela é possível ver e sentir a situação que se viveu neste período, quando foram impostas as relações laborais nas empresas, pela força dos trabalhadores.

Bibliografia

AA.VV (2010) *Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical das Raízes até 1977*, CGTP, Lisboa.

Abboud, Nicole (1973), “Les grèves et les changements de rapports sociaux”, *Sociologie du Travail*, 4/73, Seuil, Paris.

Barreto, José (1977) “Empresas Industriais Geridas pelos Trabalhadores”, *Análise Social*, n.º 51, pp. 681-717.

Barreto, José (1990) “Os primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano”, *Análise Social* n.º 105-106, pp. 57-117.

Blyton P. and Turnbull P. (2004) *The Dynamics of Employee Relations*, 3rd edition, Houndmills: Palgrave Macmillan.

Borges, J. Marcelo (2009) *Chains of gold: Portuguese migration to Argentina in perspective*, Brill, Leiden, Boston.

Braudel, Fernand (1958) História e Sociologia, in *Tratado de Sociologia*, Livraria Martins Fontes, Lisboa, pp.123-191.

Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I. 376

- Caire, Guy (1991) “Des relations industrielles comme object théorique”, *Sociologie du Travail*, 3/91, Seuil, Paris.
- Castanheira, José (1985) “Os Sindicatos e a vida Política”, *Análise Social*, n.º 87-88-89, pp. 801-818.
- Cerezales, Diego (2003), *O Poder Caiu na Rua*, ICS, Lisboa.
- Costa, A. Firmino (1986) “Metodologia das Ciências Sociais”, Afrontamento, Porto.
- Costa, Ramiro (1975), *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal*, Assírio e Alvim, Lisboa.
- Croizier, Michel (1973), *Sociologia do Sindicalismo*, Vol. II, Cultrix, S. Paulo.
- Curto, Marcelo (1979) *Democracia na Empresa*, Heptágono, Lisboa.
- Dahrendorf, Ralf (1992) *O Conflito Social Moderno*, Zahar, S. Paulo, Brasil.
- Dubois, Pierre et al (1971), *Grèves revendicatives où grèves politiques?*, Editions Anthropos, Limoges, France.
- Dubois, Pierre (1973) “La séquestration”, *Sociologie du Travail*, 4/73, Seuil, Paris.
- Dubois, Pierre (1975), *La Grève: enquête sociologique*, Colin, Paris.
- Durand, Claude (1973), “Revendications explicites et revendications latentes”, *Sociologie du Travail*, 4/73, Seuil, Paris.
- Durand, Claude; Daniel Vidal; Serge Mallet; Danielle Kergoat; Sami Dassa; Sonia Cases; Élliane Baumfelder (1970) “Le mouvement ouvrier en mai 1968”, *Sociologie du Travail*, 3/70, Seuil, Paris.
- Durand, Michelle (1979) “La Grève: conflit structurel, système de relations industrielles ou facteur de changement social?”, *Sociologie du Travail*, 3/79, Seuil, Paris.
- Edwards, Paul (1986), *Conflict at Work: A Materialist Analysis of Workplace Relations*, Oxford: Basil Blackwell, London.
- Estanque, Elísio (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade: subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*, Afrontamento, Porto.
- Faria, Miguel (2001) *Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*, INAPA, Lisboa.
- Fernandes, Filipe, *Expresso*, 16/09/2009.
- Figueira, Fernando (2008) “O 25 de Abril e a Lisnave”, Colóquio no Arsenal do Alfeite, 17/11/2008, in: www.Esquerda.net/, em 17/11/2008.
- Fontes, Jorge (2012), “Greves e conflitos sociais na Lisnave”, in *Strikes and Social Conflicts. Towards a Global History*, UNL, 2012, Lisboa.

Freire, João (1993) *Sociologia do Trabalho: uma introdução*, Afrontamento, Porto.

Godinho, Paula (2001) *Memórias da Resistência Rural no Sul: Couço (1958-1962)*, Celta, Oeiras.

Guia Prático e Bases teóricas "As Comissões de Trabalhadores (1993), Comissão Coordenadora das CT da Região de Lisboa (CIL).

Hyman, Richard (2002), "Europeização ou erosão das relações laborais?", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, pp. 7-32, Coimbra.

Lalanda, Piedade (1998) "Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica", *Análise Social*, 148, Lisboa.

Lima, Marinus et al (orgs.) (1976 e 1977), *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Vol.1, Vol.2 e Vol. 3, Afrontamento, Porto.

Lima, Marinus (1977) "A acção operária na Lisnave: análise da evolução dos temas reivindicativos", *Análise Social*, 52, Lisboa.

Lima, Marinus, (1986) "Transformações das relações de trabalho e acção operária nas indústrias navais (1974-1984)", *RCCS*, 18/19/20, Coimbra.

Lima, Marinus (2012) "Boas práticas laborais e negociação colectiva na Autoeuropa e SATA-CNPVAC", *Análise Social*, 202, Lisboa.

Madeira, J. "O arsenal e os movimentos populares e operários nos séculos XIX e XX", *Arquivos da Memória*, n.º 3, Outubro-Inverno de 1997, pp.67-83, Barreiro.

Moura, F. Pereira de (1969), *Para Onde Vai a Economia Portuguesa*, D. Quixote, Lisboa.

Murteira, Mário (1979), *Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e o Modelo Português*, Presença/GIS, Lisboa.

Neves, Orlando (1978), *Diário de uma Revolução*, Mil Dias, Lisboa.

Patriarca, Fátima (1977) "Práticas de Acção Operária e Formas Organizativas na Lisnave", *Análise Social*, 51, pp. 619-680, Lisboa.

Patriarca, Fátima (1978), "Operários Portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974", *Análise Social*, 56, pp. 695-727, Lisboa.

Penissat, Étienne (2005) "Les occupations de locaux dans les années 1960-1970: Processus sociohistoriques de «réinvention» d'un mode d'action", *Genèses*, 2005/2, 59, disponibles sur www.persee.fr.

Pisco, Cipriano (<http://www.esquerda.net/dossier/o-caso-lisnave>)

Reis, Jaime (1993), *O Atraso Económico Português*, INCM, Lisboa.

Reynaud, J. Daniel et al (1971) “Les événements de mai et juin 1968 et le système français de relations professionnelles”, *Sociologie du Travail* 1/71 e 2/71, Seuil, Paris. Reynaud, D. e Adam (1984), *Sociologia do Trabalho: os conflitos*, Rés, Porto.

Rodrigues, M^a João e Marinus P. Lima (1987) “Trabalho, emprego e transformações sociais: trajetórias e dilemas das ciências sociais em Portugal”, *Análise Social*, 95, pp. 119-149, Lisboa.

Rosa, Maria Teresa (1995), *Relações Sociais do Trabalho e Sindicalismo Operário em Setúbal*, (ISCTE, S103, Ros*Rel), Lisboa.

Rosas, Fernando et al (2004) (org.) *A Transição Falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Círculo de Leitores, Lisboa.

Santos, B. Sousa (1992), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Afrontamento, Porto.

Stoleroff, Alan (1988) “Sindicalismo e Relações Industriais em Portugal”, *Sociologia Problemas e Práticas*, 4, pp.147-164, Lisboa.

Stoleroff, Alan (1992) “Sindicalismo e Relações Industriais em Portugal”, *Sociologia Problemas e Práticas*, 11, pp.135-150, Lisboa.

Stoleroff, Alan (1992) “Sobre a sociologia do trabalho em Portugal: Evolução e prospectiva”, *Sociologia Problemas e Práticas*, 12, pp.155-169, Lisboa.

Sidney Tarrow (1994), *Power in Movement: Collective Action, Social Movements and*

Politics, Cambridge University Press, London.

Pérez Suarez, Miguel (2008), “Contra a Exploração Capitalista, Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa, (1974-1975)”. Dissertação Mestrado, UNL.

Tilly, Charles (1996), *As Revoluções Europeias 1492-1992*, Presença, Lisboa.

Touraine, Alan (1965), *Sociologie de L’Action*, Seuil, Paris.

Touraine e al. (1984), *Le mouvement ouvrier*, Fayard, Paris.

Varela, Raquel (2010) “Os operários da Lisnave – do conflito à negociação”. *Cadernos*

AEL, 29, V.17, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, Brasil.

Varela, Raquel (2011), *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, Bertrand, Lisboa.

Resumos / Abstracts

Albérico Afonso Costa

***O Germinal*, um roteiro acrata para a revolução social**

De todos os jornais que conhecemos, *O Germinal* terá sido, certamente, o que mais abalou a ordem instituída da Setúbal rebelde e proletária que procurava o seu caminho nos anos prévios ao fim da monarquia e nos primeiros anos da República. Trata-se de um jornal profundamente ligado aos sectores mais radicalizados do operariado setubalense e ideologicamente inspirado no ideário anarco-sindicalista. Esteve ligado à criação de algumas das principais associações de classe em Setúbal e foi responsável pela génese de vários espaços da sociabilidade operária. Encarnando o espírito polémico dos libertários, *O Germinal* move uma peleja infatigável contra a falta de liberdades políticas e sindicais, contra a tradição conservadora e contra alguns dos dogmas mais enraizados no tecido social. Integrou uma ampla rede antimonárquica que incluía o Partido Republicano, militando numa frente unida que procurava a rápida implantação da República.

Palavras chave: *O Germinal*; Movimento operário; Setúbal; República; Anarco-sindicalismo.

***O Germinal*, a libertarian script for social revolution**

From all the newspapers we know, *O Germinal* has been, for sure, the one that has mostly shaken the *status quo* of the rebel and proletarian Setúbal, which was looking for its way in the years that preceded the end of monarchy and the first years of the Republic. It was a newspaper deeply connected with the most radical sectors of the working class in Setúbal and ideologically inspired by the anarcho-syndicalist ideas.

O Germinal was the privileged ground for working class self organization. It was related to the birth of some of the main class associations in Setúbal and was responsible for the birth of several places of labour sociability.

Personifying the controversial spirit of the libertarian, *O Germinal* started an endless struggle against the lack of political and syndical freedom, against the conservative tradition and against some of the deeply ingrained dogmas in the social fabric.

It has integrated a broad antimonarchic network that included the Republican Party, militating in a united front, eager for a rapid implantation of the Republic.

Key-Words: *O Germinal*; Workers' movement, Setúbal, Republic, anarcho-syndicalism

Alexandre Guerreiro

Análise histórico-jurídica ao contributo do Estado Novo para a protecção aos mais desfavorecidos

O presente artigo tem por objecto a análise aos sistemas de protecção social aos mais desfavorecidos criados durante a II República portuguesa. Apesar das tímidas iniciativas que antecederam a Revolução de 28 de Maio de 1926, foi com o Estado Novo que se instituiu um verdadeiro sistema de previdência social por via das diversas iniciativas legislativas que reconheceram e desenvolveram o regime de protecção. Neste quadro, destaca-se a Constituição de 1933 que viria a precipitar, entre outros, a Lei n.º 1884, de 16 de Março de 1935, pedra basilar do sistema de previdência social português, bem como o processo de reforma iniciado em 1962.

Palavras-chave: Estado Social, Estado Novo, Previdência, Segurança Social, II República

Legal and historical analysis to the contribution of Estado Novo to the protection of the disadvantaged

The purpose of this article is to contribute to the analysis of the social security system for the destitute that was created during the II Portuguese Republic. Despite several shy initiatives before the Revolution of 28th of May 1926, it was the Estado Novo that introduced a real social security system through several legislative initiatives that recognized and developed the protection regime. In this framework, mention should be made to the 1933 Constitution that would bring, among others, Law no. 1884, of 16th March 1935, keystone of the Portuguese social security system, as well as the reform process started in 1962.

Keywords: Welfare State, Estado Novo, Social Security, II Republic.

Ana Alcântara

Uma geografia da Lisboa operária em 1890

No final do século XIX, Lisboa viveu uma época de mutações económicas, sociais e políticas, impulsionadas parcialmente pelo desenvolvimento industrial.

Tendo em conta a importância do espaço urbano no processo de evolução industrial e de estruturação da classe operária, procura-se construir um retrato da cidade com base no *Inquérito Industrial de 1890* – uma importante fonte para o conhecimento da realidade industrial, laboral, tecnológica e económica deste período.

A distribuição fabril e a caracterização da indústria, em termos de sector de produção, número de operários e utilização da energia a vapor são estudadas a partir da construção de uma cartografia digital, recorrendo a um Sistema de Informação Geográfica (SIG) e da análise espacial aplicadas à pesquisa histórica.

Palavras-chave: Lisboa; 1890; Indústria; Análise espacial; Operariado

A geography of the Lisbon working-class in 1890

In the late nineteenth century, Lisbon was experiencing a time of economic, social and political changes, partially driven by industrial development.

Given the importance of urban space in the industrial progress and the structuring of the working class process, we seek to build a picture of the city based on the *Industrial Survey for 1890* – an important source for the understanding of industrial, technological and economic context of the period.

The distribution and the characterization of the industry in terms of production, number of workers and the use of steam power is studied based on digital mapping using a Geographic Information System (GIS) and spatial analysis applied to historical research.

Keywords: Lisbon; 1890; industry; spatial analysis; working class

Anabela Silveira

As condições do trabalho indígena e os seus reflexos na construção do nacionalismo angolano

Em finais dos anos 40, a questão do trabalho forçado nas colónias portuguesas saltava para a ordem do dia nas Nações Unidas, dando origem a um inquérito aprovado pela resolução do Conselho Económico e Social de 7 de Março de 1949. As denúncias das práticas coloniais portuguesas, nomeadamente das condições de trabalho, acentuaram-se na década de 50. O

trabalho compelido, o trabalho por contrato, as culturas obrigatórias, como o café e o algodão, institucionalizavam as condições de trabalho a que, pelo Código do Indígena de 1928, o africano estava sujeito. Provocando no trabalhador reacções adversas ao colonizador – aqui entendidas como as autoridades coloniais e o colono –, as reivindicações daí resultantes estiveram na base dos grupos “nacionalistas” que, em Angola, foram aparecendo ao longo da década de 50.

Palavas chave: trabalho indígena; relações laborais; movimentos independentistas angolanos.

The indigenous labor conditions and their reflexes on the construction of the Angolan nationalism

By the end of the 1940s, the issue of forced labor in Portuguese colonies was included on the agenda of the United Nations, leading to an inquiry approved by the Economical and Social Council on 7 March 1949. The condemnation of Portuguese colonial practices, namely of labor conditions, was emphasized during the 1950s. Forced labor, contracted labor and mandatory crops, such as coffee or cotton, institutionalized the labor conditions of African workers, following the *Código do Indígena* of 1928. In Angola, these labor relations led to reactions against the colonizer – here understood as both the colonial authorities and the colonists – and the ensuing demands were the basis on which the “nationalist” groups were founded.

Keywords: indigenous labor; labor relations; Angolan liberation movements

António Martins Gomes

O operariado e o anarquismo em *Amanhã*, de Abel Botelho

O romance *Amanhã* (1901), de Abel Botelho, aborda a intensificação da luta operária, e a sua acção decorre entre 1894 e 1895, durante as celebrações antonianas; neste sentido, é uma obra pioneira no relevo dado às condições sociais do proletariado e à difusão inicial do anarquismo pelo operariado português.

Esta narrativa possui ainda um grande valor documental no que concerne aos vastos acontecimentos descritos, tais como o crescente recurso à greve, a visita de delegados da Associação Internacional dos Trabalhadores, a preparação de um atentado bombista, ou as celebrações do 1.º de Maio de 1895 e do centenário de Santo António.

Palavras-chave: Operariado; anarquismo; bombismo; Abel Botelho; *Amanhã*

Working class and anarchism in *Amanhã* (Tomorrow), by Abel Botelho

Abel Botelho's novel *Amanhã* (Tomorrow, 1901) deals with the growing struggle of the working class, its action taking place between 1894 and 1895, during St. Anthony's day celebrations; in this regard, this work is a pioneering milestone by focusing on the social conditions of the proletariat in a time when Anarchism started to spread among the Portuguese industrial workers.

This story has great documental importance in what concerns the broad historical events described, such as the increasing use of strikes, the visit of a delegation of the International Workers' Association, the preparation of a bomb attack, or the celebrations of the 1st May 1895 and St. Anthony's centenary.

Keywords: Working class; Anarchism; bomb attack; Abel Botelho; *Amanhã*

Artur Ângelo Barracosa Mendonça

Notas para a história do movimento associativo e operário no Algarve no final da monarquia constitucional (1870-1910)

Partindo de informações publicadas na imprensa regional e na imprensa operária nacional foi possível fazer um levantamento do conjunto de associações operárias que se organizaram na região algarvia entre 1870 e 1910. Procurou-se fazer uma prospecção das notícias sobre as iniciativas das associações operárias, como as greves, tumultos, conflitos, e tentou-se localizar os centros operários mais activos. Partimos dos principais centros industriais no Algarve e sua evolução ao longo do tempo, bem como a sua relação com a organização de núcleos operários, observando a sua distribuição pelos meios rurais. Por último, analisaram-se, a partir da documentação dos governadores civis, as respostas do poder político às organizações e aos conflitos criados com o movimento operário no início do século XX.

Palavras-chave: associações operárias; associativismo; Algarve

Notes to the Associative and Labour History of Algarve in the late Constitutional Monarchy (1870-1910)

This paper studies the organization of workers' associations in Algarve from 1879 to 1910, based on information obtained in local or national workers' press. We have gathered news about workers' associations, strikes, riots, conflicts that took place in several towns and villages and tried to locate the

most important industrial and working centers in Algarve and the relation between industrialization and workers' organizations. At last, using official records from *governadores civis* (civil governors), we tried to understand the responses of political power to the workers' organizations and industrial conflicts in the beginning of the XXth century.

Key-words: workers' associations; unionism; Algarve

Cátia Teixeira

A agitação operária na Covilhã durante a Segunda Guerra Mundial e as tensões entre o governo e o patronato: “um nítido acto de indisciplina”

Como consequência da Segunda Guerra Mundial e dos seus efeitos políticos, económicos e sociais, o regime do Estado Novo enfrentará a sua primeira grande crise. Os operários da indústria de lanifícios da Covilhã serão dos primeiros a contestar a política de congelamento de salários decretada no início do conflito mundial. Em 1941, as debilidades do regime corporativo ficarão patentes nas negociações em torno da questão salarial dos operários e dar-se-á início a um conturbado período nas relações entre o Governo, representado pelo INTP, e alguns sectores do patronato da indústria de lanifícios da Covilhã.

Palavras-chave: Covilhã; Segunda Guerra Mundial; agitação operária; corporativismo; greves.

Labour unrest in Covilhã during World War II and the tensions between government and employers: “a clear act of indiscipline”

As a consequence of World War II and its political, economic and social effects, the Estado Novo regime will face its first major crisis. The wool industry's workers will be among the first to challenge the wage freeze policy, decreed in the beginning of the conflict.

In 1941, the weakness of the corporatist regime will be evident in the negotiations on workers' wages thus beginning a troubled period in the relations between the government, represented by INTP, and some of the wool industry's employers.

Key-words: Covilhã; World War II; labour unrest; corporativism; strikes.

Célia Taborda Silva

Conflitualidade operária no Porto oitocentista

O século XIX é a fase da industrialização e modernização do Porto. O grande número de fábricas que surgiu na cidade criou uma nova classe, o operariado, que veio dos campos para trabalhar no burgo e aí se fixou. Esta afluência populacional originou um grande crescimento urbano, mas também criou grandes assimetrias económicas e sociais, gerando duas realidades e dinâmicas distintas dentro do mesmo espaço. De um lado, os burgueses proprietários das fábricas, isolados nos seus bairros ricos; do outro, os assalariados, segregados na sua “cidade escondida”, as ilhas. Esta clivagem social, ao longo do tempo, potenciou situações de tensão e conflito que se exteriorizaram com grande acuidade nas últimas décadas do século XIX através de manifestações e greves.

Palavras-chave: Porto; oitocentista; industrialização; operários; conflito

Workers conflicts in nineteenth century Oporto

The industrialization and modernization of Oporto has occurred in the nineteenth century. The large number of factories that arose in the city have created a new class, the working class, who came from the countryside to work in the city and settled there. This population influx has given rise to a huge urban growth but also created big economic and social imbalances, generating two separate dynamics and realities within the same space. On one side, the bourgeoisie, owner of the factories, isolated in their rich neighbourhoods; on the other, the workers, segregated in their “hidden city”, the ‘islands’. This social cleavage, over time, has boosted situations of tension and conflict which gave way to demonstrations and strikes in the last decades of the nineteenth century.

Keywords: Oporto; nineteenth century; industrialization; working class; conflict

Cláudia Figueiredo

Os usos do palco: o proletariado e o teatro no início do século XX

Tendo conquistado visibilidade e voz no teatro – enquanto personagem, espectador, actor e autor –, o proletariado português do início do século XX recorreu ao espectáculo teatral não apenas como lugar para a propaganda das suas ideias políticas, mas também como um tempo para a emancipação individual e colectiva. Partindo de alguns resultados obtidos numa investigação de doutoramento em curso, o presente texto explora esta possibilidade emancipatória como problema chave para a análise das relações entre as classes

trabalhadoras e o teatro, identificando algumas das principais características de um universo teatral ainda pouco estudado pela historiografia em Portugal.

Palavras-chave: Teatro, política, culturas proletárias, emancipação.

The uses of stage: the proletariat and the theatre in the early 20th century

Having gained visibility and a voice in theatre – as character, spectator, actor and author – the Portuguese proletariat of the early 20th century used the theatrical performance not just as a site for political propaganda, but also as a time for collective and individual emancipation. Taking as a starting-point some results obtained in an ongoing doctoral research, the present text explores this emancipatory possibility as a key topic for the analysis of the relations between working classes and theatre, identifying some of the main features of a theatrical universe still scarcely studied by the Portuguese historiography.

Keywords : Theatre, politics, proletarian cultures, emancipation.

Cleusa Santos

A mobilidade de pessoas e a livre circulação da mão de obra: os limites do mercado capitalista

Este texto propõe uma reflexão sobre a importância que a mobilidade da força de trabalho assume no contexto socioeconómico e geopolítico atual. Após examinar as mudanças operadas no mercado internacional – no qual se manifestam práticas sociais preconceituosas, etnocêntricas, racistas e xenofóbicas –, argumenta-se que as condicionalidades derivadas dos acordos internacionais sobre imigração têm resultado num aumento dos imigrantes ilegais, favorecendo os interesses do grande capital.

Palavras-chave: trabalho, migração, acordos internacionais, mercado e direitos sociais.

People's mobility and the free circulation of labour: the limits of the capitalist market

This text proposes a study of the importance of the mobility of the labour force in the present social, economic and geopolitical context. After examining the changes in the international market, where one can identify social practices that carry prejudice, ethnocentrism, racism and xenophobia, it becomes clear that the conditions derived from the international agreements on immigration

have allowed the increase of illegal immigration which favors the interests of big business.

Keywords: labour, migration, international agreements, market and social rights.

Cristina Clímaco

Os anarquistas no exílio (1930-1936)

Se as primeiras iniciativas dos exilados anarquistas são desenvolvidas a partir de Paris, onde é criada a Federação dos Anarquistas Portugueses no Exílio, logo em 1930, é com a instauração da II República espanhola, em Abril de 1931, que a actividade no exílio ganha expressão circunstanciada pelas dificuldades sentidas pelo movimento anarquista em Portugal. A FAPE procura obter junto das organizações congéneres espanholas e francesas (FAI, CNT, CGT-SR) o apoio financeiro e logístico para a sobrevivência da Federação Anarquista da Região Portuguesa e tornar-se no seu canal de comunicação no exterior. Contudo, a acção da FAPE vai ser dificultada pelo evoluir da situação interna espanhola, quer a nível político quer no campo económico através da repressão que sofrerá o movimento anarquista espanhol e do aumento do desemprego. Porém, outros obstáculos, não menores, virão da própria FAI que, centrada na dinâmica revolucionária do movimento espanhol, analisa incorrectamente as necessidades do anarquismo português, assim como as especificidades de um movimento clandestino.

Palavras-chave: anarquistas; exílio; portugueses em Espanha; oposição no exílio; FAPE

Dulce Simões

Cooperativismo operário e resistência política: um estudo de caso

A fundação da Cooperativa de Consumo Piedense (CCP) está directamente relacionada com o movimento associativo operário dos finais do século XIX, como resposta social e económica ao sistema capitalista. Durante o Estado Novo representou um espaço de aprendizagem cultural e um baluarte na luta contra o fascismo. Neste artigo questiono a importância do debate ideológico entre operários corticeiros e arsenalistas na construção do projecto cooperativo, tomando como objecto empírico a CCP. Em termos metodológicos articulo as fases de desenvolvimento da cooperativa com a luta do movimento operário, em torno de dois eixos centrais: o primeiro focalizado nas relações entre grupos e indivíduos, com recurso à memória, e o segundo com recurso à

documentação, focalizado nas dinâmicas organizacionais e nas estratégias de resistência política.

Palavras-chave: cooperativismo; movimento operário; resistência política

Labour cooperativism and political resistance: a case study

The foundation of the Cooperativa de Consumo Piedense (CCP) is directly related to the associative labor movement of the end of the 19th century, as a response to the social and economic capitalist system. During the Estado Novo it represented a space for cultural learning and a bulwark in the fight against fascism. In this article, I challenge the importance of the ideological debate between cork and arsenal workers in building the cooperative project, taking as my empirical object the CCP. In methodological terms I will articulate the developmental stages of the *cooperativa* with the struggle of the labor movement, around two axes: the first focused on the relationships between groups and individuals, using individual memories, and the second where I shall use documentation sources to explain the organizational dynamics and strategies of political resistance.

Keywords: cooperativism; labour movement; political resistance

Fernando de Araújo Bizerra e Reivan Marinho de Souza

Aplicação capitalista da maquinaria e formação da população operária excedente: uma relação vital para a reprodução do capital

Considerando que a lógica expansionista da acumulação capitalista produz efeitos graves sobre a classe trabalhadora, o presente artigo expõe, com base em autores clássicos e contemporâneos da tradição marxista, a formação da população operária excedente no desenvolvimento histórico do capitalismo enquanto uma necessidade vital para a reprodução do capital. Problematisa, a partir de estudo bibliográfico, o uso capitalista da maquinaria e suas repercussões sobre o conjunto dos produtores sociais, de modo a identificar, a partir do descenso relativo da força de trabalho no processo produtivo, a criação da superpopulação relativa e sua funcionalidade para as práticas reprodutivas materiais do capital.

Palavras-chave: Maquinaria; população operária excedente; reprodução do capital.

Capitalist use of machinery and the training of surplus working population: a vital relationship for the reproduction of capital

Whereas the expansionist logic of capitalist accumulation produces severe effects on the working class, this article argues, based on classical authors and contemporary Marxist tradition, the formation of surplus working population in the historical development of capitalism as a vital necessity for reproducing capital. Starting from a bibliographic study, it questions the capitalist use of machinery and its repercussions on the whole of social producers in order to identify, taking notice of the relative decline of the labor force in the production process, the creation of relative surplus population and its functionality for the reproductive practices of capital.

Keywords: Machinery; surplus working population; reproduction of capital.

Giulia Strippoli

PCP e movimento estudantil no final dos anos 60

No final dos anos 60 Portugal conheceu um período de intensa mobilização social e o PCP, enquanto tradicional representante da luta social, teve que se relacionar com sujeitos que contestavam a sua linha política e a sua tática de luta contra o regime. A situação internacional, o agravamento da guerra colonial e a mudança de ditador influenciaram a politização e a radicalização de alguns sectores da sociedade, como os estudantes universitários. Neste texto traço a reacção do PCP aos movimentos estudantis deste período e forneço algumas pistas de investigação para estudar o contexto português em perspectiva comparativa e transnacional.

Palavras-chave: Partido Comunista Português, anos 60, movimento estudantil.

The Portuguese Communist Party and the student movement at the end of the sixties

At the end of the sixties, Portugal experienced a period of intense social mobilization and the Portuguese Communist Party, as a traditional representative of social conflict, had to relate to subjects who contested its political line and its tactic of struggle against the regime. The international scenario, the colonial war and the change of dictator influenced the politicization and radicalization of some sectors of society, such as students. In this text I trace the reaction of the PCP to the students' movements of this period and provide some paths of research to study the Portuguese context in comparison with other cases.

Key-words: Portuguese Communist Party, the sixties, students' movements.

Fátima Afonso e Fernanda Ferreira

Os trabalhadores da Mundet: contributos para a história da comunidade corticeira do Seixal

A Câmara Municipal do Seixal, através do Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS), tem vindo a promover a preservação da documentação da Mundet & C.^a Lda., fundo que abarca todo o período de funcionamento da empresa (1905-1988) em Portugal. O fundo documental Mundet abrange desde as áreas comercial e económica, de produção e administrativa, passando pelas áreas social e cultural da firma, do qual se destaca o Ficheiro de Pessoal da Mundet & C.^a Lda.. Organizado a partir de 1940, constitui a fonte mais importante para o estudo dos trabalhadores desta empresa.

Neste texto, propomo-nos caracterizar os trabalhadores que laboravam nas fábricas corticeiras da Mundet & C.^a, Lda., no concelho do Seixal, entre 1940 e 1950, procurando integrar este estudo no contexto sociocultural e económico da década.

Palavras-chave: trabalho; operários; fábricas; movimentos operários; cortiça.

The Mundet workers: contributions to the history of cork community in Seixal

The Seixal City Council, through the Seixal Municipal Ecomuseum (SME), has been promoting the preservation of the Mundet & C.^a Lda. cork factory documentation, an archive that covers the entire period of operation of the company (1905-1988) in Portugal. Mundet documents range from commercial and economic areas as well as the ones related with production, administrative, cultural and social activities, of which we highlight the Ficheiro de Pessoal da Mundet & C.^a Lda. (Mundet & C.^a Lda. Employees' Files). Introduced in 1940, it's undoubtedly the most important document for the study of Mundet workers. The aim of this paper is to characterize the workers who labored in Mundet cork factories, within the council's borders, between 1940 and 1950, integrating this study in the socio-cultural and economic context of that decade.

Keywords: labor; workers; factories; labor movements; cork.

Hermes Augusto Costa

Que agenda de investigação para as relações laborais no século XXI?

O termo “relações laborais” ou “relações industriais” suscitou historicamente várias reflexões que permitiram situar o papel do movimento sindical. Ao longo do tempo, tais “relações” nunca deixaram de se configurar como assimétricas, mesmo no período dos “30 gloriosos” em que o Estado-providência e o pleno emprego se consagraram como mecanismos redistributivos e de garantia de consenso e o neocorporativismo como disposição institucional de relações consensuais entre o Governo e os interesses sociais organizados.

A agenda de investigação em relações laborais é hoje fortemente marcada por políticas de austeridade que colocam em cheque o papel tradicional das organizações sindicais. Importará, por isso, recuperar algumas das tradições teóricas de relações laborais e ver em que medida elas se adequam ao clima de retrocesso social vivido no campo das relações laborais. Por outro lado, tendo por referência o caso português, enunciam-se alguns temas de investigação emergentes neste campo.

Palavras-chave: Relações laborais; dimensões conceptuais; tradições teóricas; temas em agenda

What is the research agenda for industrial relations in the twenty-first century?

“Labour relations” or “industrial relations” are terms that historically have raised several debates concerning the role of the trade union movement. Over time, those “relations” were almost always considered as asymmetrical, even during the “30 glorious”, when the welfare state and full employment were consecrated as redistributive mechanisms and when neocorporatism and social consensus among different social actors was the rule.

The research agenda in industrial relations today is strongly dominated by austerity policies that call into question the traditional role of trade unions. It matters, therefore, to recover some of the theoretical traditions of industrial relations and to see to what extent they conform to the climate of social backlash experienced in the field of labor relations. On the other hand, with reference to the Portuguese case, we describe some emerging research topics in this field.

Keywords: Industrial relations; conceptual dimensions; theoretical traditions; main themes of the agenda

Joana Dias Pereira

Espaços industriais e comunidades operárias: o caso de estudo da península de Setúbal

Este artigo apresenta os dados de uma análise referente à formação de sócio-espacos industriais e operários em quatro concelhos da periferia lisboeta, entre 1890 e 1930. Com base na tradição historiográfica europeia, marcada cada vez mais pela interdisciplinaridade, procura-se destacar a validade analítica do conceito de *produção social* para avaliar a transformação das proximidades e distâncias sociais entre as classes populares. Este ângulo de observação permite relacionar diferentes fenómenos – a concentração espacial do trabalho em fábricas e áreas industriais, a formação e estratificação dos mercados de trabalho, a mobilidade geográfica e social e as redes sociais dos trabalhadores – sob o signo de um processo social global.

Palavras-chave: Produção social do espaço; mobilidade e hierarquias; redes sociais

Industrial areas and working-class communities: The Setúbal peninsula case study

This article presents data from an analysis regarding the formation of industrial spaces in four municipalities in the Lisbon periphery, between 1890 and 1930. Based on the European historiographical tradition, increasingly marked by interdisciplinarity, it intends to highlight the analytical validity of the social production concept to evaluate the transformation of social proximities and distances between the popular classes. This perspective allows one to relate different phenomena – the special concentration of work in factories and industrial areas, the labour markets formation and stratification, the geographical and social mobility, and the workers social networks – as an entangled social process.

João Miguel Amaral

O Código do Trabalho e a evolução da protecção no emprego no Portugal democrático

Este artigo examina a evolução das disposições legislativas relacionadas com a segurança no emprego em Portugal desde 1974 até 2009. Analisam-se as duas dimensões de análise fundamentais na óptica da segurança no emprego, que se prendem com o despedimento individual e colectivo e o trabalho

temporário (contratos a termo e trabalho a tempo parcial). O artigo defende que a protecção do emprego em Portugal é, ainda, um princípio fundamental da protecção social, mas conclui que se tem observado uma tendência que flexibiliza as normas relacionadas com o despedimento e, principalmente, com aquelas que se relacionam com o trabalho temporário.

Palavras-chave: legislação de protecção do emprego, despedimento, trabalho temporário.

The Labour Code and the evolution of employment protection in democratic Portugal

This article examines the evolution of Portuguese employment protection legislation from 1974 to 2009. Two central dimensions related with employment protection, such as the individual and collective dismissals and temporary work are analysed. This paper argues that employment protection in Portugal is still a key principle of social protection in Portugal. However it concludes that there is a trend that eases the rules relating to the dismissal and especially with those that relate to temporary work.

Keywords: employment protection legislation, dismissal, temporary work.

João Lázaro

O despontar do movimento operário na esfera pública nos anos 50 do século XIX

O presente artigo, fruto de uma dissertação de mestrado, pretende abordar o movimento operário dando ênfase a algumas práticas que começam a ser desenvolvidas entre 1850-1860, sobretudo, através do jornal *Eco dos Operários*. Não sendo descurado, que este movimento operário está inserido num período marcado pela concretização de uma política centrada no desenvolvimento do país, uma fase conhecida por Regeneração. Dá-se, assim, particular atenção à análise do discurso realizado pelos deputados nas Câmaras sobre o mundo operário e à sua posição nesse projecto de desenvolvimento.

Palavras-chave: Movimento operário, associativismo, esfera pública, discurso parlamentar.

The dawn of the labor movement in the public sphere in the 50s of the nineteenth century

The article, which is part of a dissertation, aims to describe the working class movement, focusing on some of the workers' practices that took place at

1850-1860, namely the newspaper *Eco dos Operários*. Yet, it should not be overlooked that the working class movement occurs in a period marked by the completion of a policy focused on country development, a period known as *Regeneração*. In view of this, the analysis of the speech on workers' situation by the members of Council was not forgotten.

Keywords: Working Class, Associations, Public Sphere, Parliamentary Speech.

João Mineiro

Experiências coletivas, solidariedades e identidades: o caso do movimento operário da Covilhã

A história e a memória vivida e contada do movimento operário e dos movimentos sociais são peças fundamentais para compreender os significados e as representações dos indivíduos e dos grupos sobre as experiências coletivas, as solidariedades e a construção das identidades coletivas. Neste artigo, pretendo explorar a importância desses três processos no movimento operário da Covilhã. A maioria dos trabalhos em torno da história do movimento operário centra-se sobretudo nos aspetos da luta política sindical do movimento, de que são exemplos as greves ou a criação das associações de classe. Contudo, com base numa perspetiva em simultâneo sociológica, histórica e antropológica, pretendo discutir em que medida estes aspetos particulares da cultura e da vivência operária são também, em si mesmos, parte intrínseca do movimento operário, da sua expressão, diversidade e possibilidade emancipatória. Assim, a partir do discurso direto de quem viveu e construiu as culturas operárias na Covilhã, aprofundarei a sua base cultural e o seu quotidiano de resistência na segunda metade do século XX.

Palavras-chave: Classes sociais, culturas operárias, identidades, solidariedades, experiências coletivas

Collective experiences, solidarities and identities: the case of the working class movement in Covilhã

Both the oral history and the memory of the working class movement are fundamental parts in order for us to comprehend the meanings of the collective experiences, the solidarities and the construction of collective identities. In this article we will explore the importance of these three processes within the working class movement in Covilhã. With a sociological perspective at its core but with multidisciplinary openness, we will discuss in which ways both the

cultural and self-organization characteristics of the working class movement are intrinsic to the working class movement itself, reflecting its expression and diversity. Henceforth, through the discourse of social actors who lived and built the working class cultures in Covilhã, we shall discuss the cultural and daily resistance of the working class in the second half of the 20th century.

Key-words: Social classes, workers cultures, identities, solidarity, collective experience

João Moreira

Trotskyismo em Portugal: 1968-1974

Após o resumo do percurso político de Leon Trotsky no texto a seguir exposto, propõe-se explorar a forma como o termo trotskismo fora utilizado pelas diversas organizações portuguesas de matriz estalinista, nomeadamente o Partido Comunista Português e um coletivo maoista. Não esquecendo a referência à multiplicação de publicações de fundo antiburocrático que seriam facilmente recebidas no universo trotskista, passar-se-á à descrição dos diferentes grupos trotskistas presentes durante o «Marcelismo»/«Primavera Marcelista» (1968-1974), dando especial relevância ao percurso político de cada um. Ainda antes das linhas finais deste texto, dar-se-á a conhecer dimensão estética e sociocultural que marcaria profundamente algumas das organizações trotskistas. Por fim, salientar-se-ão algumas considerações e conclusões finais.

Palavras-chave: Marxismo, trotskismo, Trotsky, revolução.

Trotskyism in Portugal: 1968-1974

Following a short introduction to the political course of Leon Trotsky, the present work intends to explore how the word “Trotskyism” was used for the different Portuguese organizations with Stalinist shape, namely the Portuguese Communist Party and a Maoist collective. Not forgetting the reference to the multitude of anti-bureaucratic publications that were easily received in the Trotskyism universe, a description of the different Trotskyist groups present during «Marcelism»/«Marcelist Spring» (1968-1974) is performed, providing the relevance of each one of them. Before the final marks of this text, an aesthetics and sociocultural dimension that would deeply trace some of the Trotskyist organizations will be shown. Lastly, some final considerations and conclusions will be presented.

Key words: Marxism, Trotskyism, Trotsky, revolution.

Jorge Fontes

O movimento operário na empresa Setenave

Os trabalhadores da indústria naval na empresa Setenave servem como um excelente exemplo da história das relações sociais e da classe trabalhadora ao longo do século XX português. Um dos últimos grandes projectos industriais no crepúsculo do Estado Novo será nacionalizado pelo V Governo Provisório enquanto os trabalhadores ensaiavam formas de controlo operário. A institucionalização das relações de produção na nova formulação democrático-liberal conduzirá a um renovado fôlego de lutas, defensivas, cuja derrota se saldará com a assinatura de pioneiros "Pactos Sociais", os quais, na nossa hipótese de trabalho, independentemente do seu invólucro jurídico, significam historicamente, a inversão estrutural do arranjo de força das classes sociais no período pós-revolucionário.

Palavras-chave: Movimento operário, indústria naval, Setenave, Pactos Sociais.

The Labour Movement in the Setenave shipyards

The shipbuilding and ship repair workers in Setenave are an excellent example of the history of social relations throughout the Portuguese twentieth century. One of the last major industrial projects in the twilight of Estado Novo will be nationalized by the V Provisional Government while workers rehearsed forms of workers' control. The institutionalization of relations of production in the new liberal-democratic regime will lead to a renewed breath of struggles, defensive, whose defeat will lead to the signing of pioneers "Social Pacts", which, in our hypothesis, historically mean, the structural inversion of the power arrangement of social classes in post-revolutionary period.

Key words: Labor movement; shipbuilding and ship repair industry; Setenave; Social Pacts.

José Manuel Lopes Cordeiro

As lutas dos operários têxteis da Bacia do Ave (1956-1974) e algumas questões da história do movimento operário

Esta comunicação pretende apresentar a evolução histórica das lutas dos operários têxteis da bacia do Ave entre 1956 e 1974. São abordados os aspectos relacionados com as lutas por aumentos salariais, contra o desemprego e a carestia da vida, pelo contrato colectivo de trabalho e a conquista dos

sindicatos, assim como contra a crise da indústria têxtil. Uma vez que grande parte destas lutas reivindicativas foram impulsionadas pelo Partido Comunista Português, serão também analisadas as relações entre as mesmas e as orientações que aquele partido defendia para a intervenção no movimento operário e sindical.

Palavras-chave: Conflitos sociais, sindicalismo, vale do Ave.

Textile workers' struggles in the river Ave basin, 1956-1974

This paper intends to present the historical evolution of the textile workers' struggles in the river Ave basin between 1956 and 1974. Aspects relating to the struggles for wage increases are covered, as well as against unemployment and the rising cost of living, struggles for collective labour agreements and the conquest of unions, and also about the textile industry crisis. Since most of these struggles were led by the Portuguese Communist Party, we will also analyze the relationship between them and the party guidelines for the intervention in labour and trade union movement.

Key-words: Social conflicts, unionism, Ave valley.

José Santana Henriques

Lisnave – história e estudo dos desenvolvimentos laborais e sociais. A Comissão de Trabalhadores da Lisnave: emergência e institucionalização

A Comissão de Trabalhadores (CT) da Lisnave foi eleita na primeira assembleia-geral (AGT) após o 25 de Abril, para os trabalhadores defenderem as suas reivindicações. Nela estavam representados todos os sectores da empresa (operários, técnicos e administrativos). Este organismo (CT) protagonizou ações consubstanciando relações de duplo poder, paralelas à gestão, que puseram em causa a legitimidade patronal como também os poderes públicos instituídos. A CT conquistou um espaço próprio, independente dos sindicatos e dos partidos que a dirigiram, porque quem decidia era a AGT. A CT, unificadora dos trabalhadores, foi reconhecida pelos poderes públicos na Constituição da República. Pôde, por isso, apesar dos problemas, continuar a sua acção na defesa dos trabalhadores.

Palavras-chave: Comissões de trabalhadores, assembleias-gerais de trabalhadores, conflito e relações de poder nas empresas.

The Lisnave Workers Committee: Emergence and institutionalization

The Lisnave Workers Committee (CT, to use the Portuguese acronym) was elected at the first general meeting (AGT, Portuguese acronym) after 25 April 1974 to fight for the workers' claims. All sectors of the company were represented (blue collars and white collars alike). This organism played a leading role acting as a double power, parallel to the management, questioning the legitimacy of employers' and State power. The CT conquered its own space, independent of the trade unions and of the parties represented in the company because the AGT was *de decider*. Unifying the workers, the CT was recognized by public powers in the Constitution of the Republic. It could therefore (in spite of all the problems) continue its action in the defence of the workers.

Key-words: Workers Committees, Workers' general assemblies, conflict and relations of power in the companies.